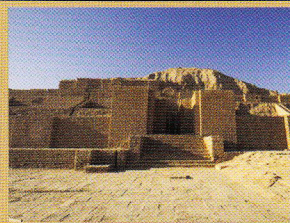


ERIC H. CLINE E MARK W. GRAHAM

IMPÉRIOS ANTIGOS

Da Mesopotâmia à Origem do Islã



MADRAS®

ERIC H. CLINE é professor
adjunto e presidente
do Departamento de
Linguagens e Civilizações
Clássicas e do Oriente
Próximo na Universidade
George Washington. Autor
de mais de 80 artigos, seus
livros mais recentes incluem
*Biblical Archaeology: A Very
Short Introduction* (2009)
e *From Eden to Exile:
Unraveling Mysteries of the
Bible* (2008).



MADRAS®

Eric H. Cline
Universidade George Washington

Mark W. Graham
Faculdade de Grove City

IMPÉRIOS ANTIGOS

Da Mesopotâmia à Origem do Islã

Tradução:
Getulio Schanoski Jr.



MADRAS®

Publicado originalmente em inglês sob o título *Ancient Empires – From Mesopotamia to the Rise of Islam*, pela Cambridge University Press.

© 2011, Cambridge University Press.

Direitos de edição e tradução para o Brasil.

Tradução autorizada do inglês.

© 2012, Madras Editora Ltda.

Editor:

Wagner Veneziani Costa

Produção e Capa:

Equipe Técnica Madras

Tradução:

Getulio Schanoski Jr.

Revisão da Tradução:

Renata Argarate

Revisão:

Silvia Massimini Felix

Neuza Rosa

Renata Brabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cline, Eric H.

Impérios antigos: da Mesopotâmia à origem do Islã/Eric H. Cline,

Mark W. Graham; tradução Getulio Schanoski Jr. – São Paulo: Madras, 2012.

Título original: *Ancient Empires*

ISBN 978-85-370-0816-5

1. Civilização antiga 2. Civilização clássica
3. Civilização islâmica 4. Imperialismo I. Graham,
Mark W.. II. Título.

12-13419

CDD-930

Índices para catálogo sistemático:

1. Impérios antigos: História 930
-

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, incluindo ainda o uso da internet, sem a permissão expressa da Madras Editora, na pessoa de seu editor (Lei nº 9.610, de 19.2.98).

Todos os direitos desta edição, em língua portuguesa, reservados pela



MADRAS EDITORA LTDA.

Rua Paulo Gonçalves, 88 — Santana

CEP: 02403-020 — São Paulo/SP

Caixa Postal: 12183 — CEP: 02013-970

Tel.: (11) 2281-5555 — Fax: (11) 2959-3090

www.madras.com.br



Dedicado às nossas famílias, nossos alunos passados, presentes e futuros, e a todas as turmas de alunos IHUM (cursos de Ciências Humanas).

AGRADECIMENTOS

A ideia para este livro surgiu no programa dinâmico e inovador da Introdução às Ciências Humanas (IHUM) da Universidade de Stanford em que ambos os autores lecionaram. Quaisquer semelhanças entre este texto e aquele ensinado à equipe do curso de Antigos Impérios do outro programa – inicialmente elaborado por Ian Morris e Jennifer Trimble – não são, de forma alguma, “meras coincidências”, principalmente se considerarmos que Ian Morris nos ofereceu sua gentil contribuição e entusiasmo para este projeto desde o início. Outros ex-colegas IHUM da equipe docente de Antigos Impérios, em especial Emma Blake, Maura Heyn e Cindy Nimchuk, também poderão sentir sua influência, respectivamente, em partes das primeiras seções a respeito do Mediterrâneo ocidental, do império palmirense e dos aquemênidas do texto atual. Uma Doação Nacional para o Seminário de Verão de Ciências Humanas na Universidade de Chicago intitulada “Cultura e Comunicação no Mundo Islâmico Pré-Moderno” inspirou o Capítulo Catorze.

Chuck Dunn foi o primeiro a sugerir que o curso do Antigo Mundo na Faculdade de Grove City, em linhas gerais baseado em Antigos Impérios, fosse transformado em um livro didático e, desde então, diversas outras pessoas ajudaram no desenvolvimento da ideia básica deste livro. A sólida orientação editorial de Beatrice Rehl durante todo o tempo foi indispensável, assim como as críticas feitas por dois grupos de excelentes revisores anônimos. Vários amigos e colegas também leram e comentaram de forma criteriosa alguns rascunhos de capítulos, incluindo Fred Donner, Iain Duguid, Steven L. Jones e David Michelson.

Os dois autores contribuíram com a ideia e a forma final do sistema de apresentação do livro desde o princípio. A pesquisa inicial, bem como a redação de cada capítulo, foi então realizada por Graham, com Cline posteriormente sendo incumbido de editar e harmonizar com maestria o texto final. Stephen Morrison e Andrew Welton proporcionaram um auxílio de pesquisa de primeira classe na Faculdade de Grove City,

com Andrew à frente da parte inicial do desenvolvimento do projeto e Stephen tendo assumido o projeto quando este já estava próximo de sua execução final, incluindo o preparo do Índice. Um grupo extra de alunos da Faculdade de Grove City aceitou a tarefa de realizar a primeira leitura do manuscrito, sendo que as respostas desses estudantes ainda não formados acabaram se tornando de grande utilidade: Pierce Babirak, Christina Corrin, Emma Finney, Jordan Mihalik e Abigail Morrison. Outro grupo de alunos auxiliou com ilustrações e processos de direitos autorais, além de contribuir com uma assistência editorial: Carolyn Augspurger, John Hayward, Matthew Koval, Elizabeth Mubarek e Jonathan Riddle. O Fundo Calderwood da Faculdade de Grove City ajudou com o apoio do trabalho desses alunos, ao que os autores desejam registrar sua grande gratidão.

ÍNDICE

Introdução – O que é um (Antigo) Império?	19
Definição de império	21
Império, reação e resistência	26
Impérios, antigos e modernos	27
Perguntas, perguntas, perguntas	28
Capítulo 1 – Prelúdio à Era dos Antigos Impérios	30
O surgimento do império	31
Entre Amarna e Kadesh: <i>Realpolitik</i> , o estilo de governo da força da Idade do Bronze	45
Colapso do sistema internacional.	51
Capítulo 2 – A Origem da Era dos Antigos Impérios	56
As passagens do tempo histórico e a origem da Era dos Antigos Impérios	57
Mudanças climáticas e o nascimento de uma nova era	60
O renascimento dos neoassírios	61
A lógica do domínio assírio	66
O fim do domínio assírio	79
Capítulo 3 – A Relação com os Impérios: Variedades de Reações.	82
Formação do Estado secundário: Urartu	83
Coalizão e colapso: a Síria e seus vizinhos	90
Renascimento do comércio leste ocidental: os fenícios/canaanitas. . .	95
Conflito e pacto: Israel e Judá	101
Capítulo 4 – Além do Oriente Próximo: os Impérios Neobabilônicos e os Antigos Persas Aquemênidas	110
A ascensão (e queda) do Império Neobabilônico	111
Analisando o passado e o futuro: o domínio neobabilônico em ação	115
Interlúdio: o Povo do Livro	120
O enigmático Nabonido e a conquista persa	121
O advento do império multiculturalista: os persas aquemênidas. .	124

A pragmática de um império multicultural	130
Reagindo ao império	133
Capítulo 5 – O Cadinho da História: o Oriente Encontra o Ocidente ..	136
A expansão grega e o nascimento da pólis	141
A revolução intelectual jônica e os limites da tolerância persa ..	147
O cadinho da história	152
A guerra greco-pérsica	154
Poslúdio: Oriente, Ocidente e orientalismo	161
Capítulo 6 – Democracia e Império Entre Atenas e Alexandre ...	163
Uma era de ouro (em Atenas)	166
Uma democracia pode reger um império? A Guerra do Peloponeso	173
O império contra-ataca: Alexandre, o Grande	182
Capítulo 7 – Impérios “Conquistados por Lanças”: a Síntese	
Helenística	190
Os “jogos fúnebres” de Alexandre	191
A síntese IEMP helenística	195
O império e a cidade	202
O indivíduo e o mundo helenístico	206
Resistência e revolta: os maurianos e os macabeus	210
Capítulo 8 – O Mediterrâneo Ocidental e a Ascensão de Roma. ...	218
O cenário do Mediterrâneo ocidental	222
Os primórdios romanos: dentro e fora	227
As raízes do imperialismo romano	236
Capítulo 9 – <i>Imperium Sine Fine</i> : o Imperialismo Romano e o Fim da Antiga Ordem	248
Roma <i>versus</i> Cartago	249
<i>Symploké</i> : Roma e o Oriente helenístico	254
A república tardia e o fim da antiga ordem	263
Capítulo 10 – A Nova Ordem Política: as Bases do Principado ...	275
Sr. IEMP: Otaviano/Augusto	277
<i>Pax Romana</i>	288
Dentro da arena: um microcosmo da sociedade imperial no principado	292
Os “bárbaros” sob os olhares romanos: os romanos encontram “os outros”	296

Capítulo 11 – Governando e Resistindo ao Império Romano	301
O poder e as províncias	303
O culto imperial e o governo romano	311
Resistindo ao governo romano.	316
Capítulo 12 – Crise e Recuperação Imperial	327
A “crise do século III”	328
O advento do Cristianismo.	338
O <i>dominato</i> : o Cosmos restaurado.	346
Capítulo 13 – Impérios Universais e suas Periferias na Antiguidade Tardia	359
O universalismo político e religioso romano	361
A <i>renovatio</i> : Bizâncio, a nova roma.	367
A origem do império p ^{er} sico sassânida	373
Política, resistência e heterodoxias nas periferias dos impérios. . .	379
Capítulo 14 – A Formação do Império Mundial Islâmico	388
O confronto dos impérios e o fim do (antigo) mundo	390
Os árabes e o advento do Islã.	395
Os omíadas: o primeiro império islâmico (e o último antigo). . .	403
Índice Remissivo.	414
Leituras Adicionais	437



ILUSTRAÇÕES

I.1. Estátua de Udjahorresne	20
I.2. Vaso Chigi: Detalhe de hoplitas, <i>oenochoe</i> (jarro de vinho) de Corinto.....	24
1.1. Mapa da Idade do Bronze	33
1.2. Templo zigurate, Agargouf, Iraque	36
1.3. Epitáfio de pedra da Vitória de Naram-Sin	39
1.4. Paleta de Narmer.....	41
1.5. Pirâmide da Etapa de Djoser/Zoser.....	42
1.6. Pirâmide Curvada de Sneferu em Dahshur.....	42
1.7. Pirâmides de Guizé	43
1.8. Templo funerário de Ramsés II em Abu Simbel	47
1.9. Complexo elamita	49
1.10. Akhenaton, Nefertiti e seus filhos abençoados por Aton	51
1.11. Guerreiros lutando a bordo de navios: batalha naval contra os Povos do Mar.....	54
2.1. Mapa do império neoassírio.....	63
2.2. Tiglate-pileser III atacando uma cidade com um aríete	64
2.3. Torre com defensores. Assírios atacam a cidade judaica fortificada de Laquis	65
2.4. Guerreiros assírios empalando prisioneiros judeus após conquistar a fortaleza judaica de Laquis.....	68
2.5. Um harpista nos jardins de Senaqueribe.....	69
2.6. Marcha triunfal de Assurnasirpal, com Assur acima	71
2.7. Soldados assírios.....	71
2.8. Armas de cerco	72

2.9. Painéis em alto-relevo	77
3.1. Mapa de Urartu	85
3.1. (continuação).....	86
3.2. Faixa de bronze dos portões do palácio de Salmanasar III	87
3.3. Modelo de bronze da muralha de uma cidade. Da Turquia, Urartiana	89
3.4. Capacete pontiagudo de bronze. Urartiano.....	91
3.5. Pedra orthostat mostrando um cavaleiro arameu	93
3.6. Rei Hazael de Damasco emoldurado por uma flor de lótus... 95	
3.7. Ilha de Arvad na costa libanesa.....	99
3.8. Os portões de madeira de Salmanasar III com faixas de decoração em alto-relevo em bronze.....	100
3.9. Jeú, rei de Israel, ajoelhado diante do rei Salmanasar III da Assíria	105
3.10. O Prisma de Taylor, neoassírio, de Nínive	107
4.1. Estela de Nabonido, dinastia neobabilônica	114
4.2. O Portal de Ishtar, construído durante o reinado de Nabucodonosor II.....	116
4.3. Cilindro de Nabonido.....	122
4.4. Mapa do império persa aquemênida	127
4.4. (continuação).....	128
4.5. Inscrição de Behistun.....	129
4.6. Tumba de Dario II.....	130
4.7. Procissão de coletores de impostos.....	132
4.8. Salão de recepção “Apadana”, alto-relevo de pagadores de impostos	134
5.1. Continente grego e mapa egeu.....	139
5.1. (continuação).....	140
5.2. Tigela com um desenho de pétalas radiantes, dos frígios	141
5.3. Kouros (estátua) de Súnion.....	142
5.4. Pintor Olto (fl. c. 525-500 a.C.) hoplita.....	145

5.5. Busto de Pitágoras.....	150
5.6. Monte ateniense (Soros), Maratona	157
5.7. Monumento de Leônidas, Termópilas.....	159
6.1. Pintor de Eufileto	166
6.2. Partenon	169
6.3. Busto de Eurípides.....	171
6.4. Bodhisattva Maitreya em pé (Buda do Futuro).....	185
6.5. A Batalha de Issus [ou Batalha do Isso] (Batalha de Alexandre), mosaico	187
7.1. Mapa do mundo helenista	196
7.2. Tetradracma de Seleuco I.....	197
7.3. Detalhe de Ptolomeu III Euergetes I e a deusa	199
7.4. Moeda bactriana.....	203
7.5. Faros de Alexandria (reconstrução após o tempo de Adler)...	204
7.6. Busto do filósofo Zenão de Cítio	209
7.7. Um mapa da dinastia mauriana.....	213
7.8. Antíoco IV Epifanes	215
8.1. Mapa do Mediterrâneo Ocidental	219
8.1. (continuação).....	220
8.2. Vista ao sul para Cartago de Sidi Bou Saïd	223
8.3. Monumento Dougga com decoração do Oriente Próximo.....	225
8.4. Escadouro do Rio Tibre, o canal de água do Fórum Romano; Cloaca Máxima	228
8.5. Templo etrusco.....	229
8.6. Estátua de bronze conhecida como “Lupa Capitolina” retratando uma loba amamentando os gêmeos romanos Rômulo e Remo	231
8.7. Tumba de Lúcio Cornélio Cipião.....	238
8.8. Mapa do progresso da força romana na Itália.....	243
8.9. Centurição	245
8.10. Caminho romano em Óstia	246

8.11. Plano municipal romano	246
9.1. A primeira moeda de prata de Roma	250
9.2. A reconstrução do porto de Cartago	252
9.3. Baal-Tanit, a principal deusa cartaginesa na época das Guerras Púnicas	255
9.4. Maison Carrée, templo romano no estilo grego.....	261
9.5. General de Tívoli.....	262
9.6. Homem romano segurando bustos de seus ancestrais	264
9.7. Júlio César, cabeça de mármore.....	272
10.1. O mundo romano no tempo de Augusto	278
10.1. (continuação).....	279
10.2. Ara Pacis do imperador Augusto	285
10.3. Ara Pacis – detalhe da procissão da família de Augusto	286
10.4. Lar de Cupido e Psique	290
10.5. Tricapitol de Sbeitla; um exemplo de sincretismo da cultura romana e local	291
10.6. Anfiteatro El Jem	292
10.7. Gladiador de Éfeso.....	293
10.8. Esquema de assentos do anfiteatro.....	294
10.9. Moeda stater de ouro do líder “bárbaro” Vercingetórix (verso).....	296
11.1. Moeda de bronze da cidade de Alexandria, reinado do imperador Adriano, 134/135 d.C.	309
11.2. Casa de banho romana, Bath, Inglaterra	310
11.3. Casas de banho antonianas, Cartago.....	311
11.4. Aqueduto Zaghouan, Tunísia	312
11.5. Retratos funerais dos filhos de Aline de Hawara, Fayum Oasis, Egito	313
11.6. Mosaico do cavalo com os gêmeos, Cartago	314
11.7. Estátua de Boadiceia, Londres	319
11.8. Moeda de Tito com um prisioneiro judeu. Desenho linear de Andrew Welton	321

11.9. Massada.....	324
12.1. Imperadores romanos de 180 a 284 d.C.....	332
12.2. Lápide com banquete funerário, Palmira, século II ou III d.C.	334
12.3. Rainha Zenóbia com uma serva. Alto-relevo de Palmira, século III d.C.	335
12.4. Sapor recebendo a rendição de Valeriano em Naqsh-I-Rustem.....	337
12.5. Átis reclinado de Campus Magna Mater, Óstia; divindade de uma religião popular	342
12.6. Santa Perpétua e Santa Felicidade.....	344
12.7. Os Tetrarcas.....	347
12.8. Mapa das províncias romanas no tempo de Diocleciano	349
12.8. (continuação).....	350
12.9. O Arco Triunfal de Diocleciano em Sbeitla, Tunísia	351
12.10. Monograma de Cristo (Chi-Rho) em uma coroa de flores... ..	353
12.11. Medalhão com o deus Sol sobre sua carruagem, frente leste do Arco de Constantino.....	354
12.12. As basílicas cristãs da Roma de Constantino.....	355
13.1. Áureo com o busto de Caro	365
13.2. Tetradracma de Lisímaco com Alexandre usando o chifre do carneiro de Amon.....	366
13.3. Medalhão de ouro de Constantino	366
13.4. Teodósio e a corte, Istambul	368
13.5. Muros teodosianos reconstruídos, século V d.C.	370
13.6. Batistério vândalo, Sbeitla, Tunísia.....	371
13.7. Imperatriz Teodora e criadas, Ravena	372
13.8. Santa Sofia, Istambul; no centro do império bizantino	374
13.9. Investidura de Ardacher I.....	377
13.10. Os Nove Santos	381
13.11. Mapa da Península Arábica mostrando os lakhmidas e os gassânidas	384
14.1. A Cúpula da Rocha	390

14.2. A Cúpula da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro. Foto de George Klaeren	391
14.3. Combate entre o imperador Heráclio e Khusrau (Cosroes/ Khusraw) II	396
14.4. Muros de Diyarbakir, perto da fronteira bizantina- -sassânida	396
14.5. Imperador Heráclio descalço e vestindo uma camisa, carregando a Santa Cruz até Jerusalém	398
14.6. Ahwal-i Qiyamar – Muhammed [sic] e os três primeiros califas (khalifas), Abu Bakr, Umar, Uthman.....	402
14.7. O soldo bizantino, de Cartago, 610-613	405
14.8. Dinar de ouro com um califa (khalifa) em pé, dinastia omíada, 695-696	405
14.9. Dinar de ouro do califa (khalifa) Abd al-Malik	406
14.10. Vista interna do domo da Cúpula da Rocha.....	407
14.11. Ilwan, salão de adoração, Grande Mesquita Omíada de Damasco.....	409
14.12. O mundo muçulmano até c. 750	411

INTRODUÇÃO

O QUE É UM (ANTIGO) IMPÉRIO?

*Se os historiadores se abstêm de como as sociedades operam, eles se apri-
sionam nas noções comuns de sua própria sociedade.*

– Michael Mann, *Sources of Social Power*¹

Em algum momento entre 520 e 510 a.C., durante o reinado de Dario I, o “Grande Rei, Rei dos Reis, Rei da Pérsia, Rei dos Países”, um nobre egípcio nativo chamado Udjahorresne ergueu uma estátua de si mesmo (fig. I.1). Antes disso, na função de comandante naval a serviço dos reis egípcios Amásis e Psamético III, ele lutara contra o império persa invasor. Udjahorresne testemunhara a invasão persa e o ataque ao Egito sob o comando de Cambises, o predecessor direto de Dario I, em 525 a.C. Como resultado da invasão, Udjahorresne, que contribuíra de forma tão eficiente no auxílio aos persas, recebeu um importante cargo honorífico na administração do Egito persa. Na longa dedicatória de autoelogio esculpida diretamente sobre sua estátua, Udjahorresne não economizou na eloquência dos elogios aos maravilhosos feitos que realizara em favor dos persas. Ele enalteceu o regente persa por aceitar seus conselhos e, assim, completar a transição de seu domínio em relação ao Egito de maneira tranquila e eficaz.

Udjahorresne poderia facilmente ser repudiado como um traidor asqueroso e um colaborador espião – um bajulador de seus novos mestres persas. Contudo, sua história autocomplacente nos oferece algumas ideias valiosas a respeito das manobras dos antigos impérios:

Quando o grande rei de todas as terras, Cambises, chegou ao Egito, as pessoas de todas as terras (estrangeiras) estavam com ele. Ele exercia soberania

1. Vol. 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), vii.



I.1. Estátua de Udjahorresne

na terra em toda a sua extensão; todos ali se estabeleceram, sendo ele o grande rei do Egito, o poderoso soberano de seu país. Sua majestade me concedeu a honra de ser o Primeiro San e determinou que, sob seu comando, ocupasse o cargo de chefe e superintendente do templo. Ele assumiu o título oficial de Mestu-Ra. Mostrei à Sua Majestade a grandeza de Saïs, como sendo a morada de Neith, a Grande Mãe, que deu à luz ao deus do sol Rá, o Primeiro a Nascer, quando ainda nenhum parto havia existido, junto com a doutrina da grandiosidade da casa de Neith, como sendo um Paraíso em todo o seu plano (...). Supliquei ao rei Cambises contra o povo que ocupara sua morada nesse templo de Neith, para que fossem desalojados dali no intuito de que o templo de Neith fosse restaurado em todo o seu antigo esplendor (...). Sua Majestade assim o fez depois de minhas instruções a respeito da grandeza de Saïs, como sendo a cidade de todos os deuses que ocupam seus tronos em suas moradas para todo o sempre (...). Fui fiel ao meu pai e cumpri a vontade de minha mãe; bondoso para com meus irmãos. Estabeleci para eles o que Sua Majestade ordenara, dando-lhes terras esplêndidas a fim de que durassem para sempre (...). Defendi os fracos contra os fortes. Protegi aquele

que me honrou e lhe ofereci o melhor de mim. Fiz a eles tudo que pude quando seu tempo derradeiro chegou (...). Fui devoto a todos os mestres que tive e eles me honraram com condecorações de ouro e me ofereceram toda a glória (...). Uma mesa real de oferendas concedida por Osíris Hemaka, fartura de pão, cerveja, carne bovina, carne de ganso e todas as coisas boas e puras à imagem do Primeiro San, Ut'a-Horesnet, fiel para com os deuses de Sais.²

A maior parte das antigas dedicatórias é mais ou menos de auto-complacência, sendo que milhares delas sobrevivem até os dias de hoje – geralmente o único material escrito que temos – e proclamam a formação e o fortalecimento dos impérios. Um dos problemas centrais que confrontam o historiador antigo está em como analisar esses documentos para construir um cenário geral (isto é, a “história” na História). O que essa e outras dedicatórias podem nos revelar a respeito da formação e manutenção dos antigos impérios? Observe que os atos específicos dos persas e de Udjahorresne acabam se encaixando em algum tipo de categorias de base: algumas políticas, outras ideológicas ou, ainda mais especificamente, religiosas e até econômicas. A mensagem política está bem evidente. Cambises, o Persa, “exercia soberania na terra em toda a sua extensão”. Ele agora é sem dúvida o rei do Egito. Entretanto, a mensagem ideológica provavelmente é a mais declarada: os templos egípcios foram restaurados e o sistema religioso tradicional foi restabelecido. Os fracos são protegidos dos fortes; a justiça está cumprida. Por fim, é claro que os bens materiais são parte da motivação e recompensa daqueles que sustentam a nova ordem da terra. Udjahorresne e sua família são recompensados de maneira pública e farta por seus esforços e sua lealdade aos mestres estrangeiros como parte dos colaboradores das elites. Uma combinação de fatores políticos, ideológicos e econômicos ajuda a manter o novo império em seu lugar. A feliz preservação dessa estátua e sua dedicatória nos oferecem algumas das peças de que precisamos para reunir a história do império persa.

DEFINIÇÃO DE IMPÉRIO

Os aspectos mais interessantes da história geralmente não são as questões a respeito das quais todos concordam (essas são, na realidade, raras e não muito estimulantes), mas aquelas acerca das quais os

2. “The Pastophorus of the Vatican (XXVIth Dynasty)”, em *Records of the Past*, trad. Peter Le Page Renouf, em ed. S. Birch, Series I, vol. X (London: Samuel Bagster and Sons, 1878).

historiadores discordam. Vamos começar por nosso termo central – “império”. A palavra em si, de maneira essencial, é derivada do latim *imperium*, que significa comando, ordem, domínio, poder e soberania. Originalmente, descrevia os poderes de regência e conquista concedidos a um cônsul romano. Com o passar do tempo, passou a denotar um território, mais próximo daquilo que hoje veríamos como, por exemplo, o sol que nunca se põe no império britânico. Normalmente pensamos em um império como um território em expansão ou extenso que pode ser traçado em um mapa. Os romanos eram mais inclinados, ao menos no início de sua história, a enxergar uma esfera de comando ou controle, algo como os termos atuais de “hegemonia” ou “soberania”. Quando empregamos o termo “império” em estudos de um passado distante, geralmente invocamos uma consciência mais atual. Por essas e outras razões, alguns estudiosos concordam com o historiador *sir* Keith Hancock quando ele diz que o “imperialismo não é um termo a ser usado por eruditos”.³ Outros não se sentem confiantes de que podem ignorar o termo:

Sugerir, por exemplo, que devemos abolir o “império” como uma categoria na história dos gregos e falar somente em “hegemonia” não me parece algo de grande utilidade. Seria um consolo pequeno demais para os melianos, quando os soldados atenienses os atacaram, ser informados de que estavam prestes a se tornar as vítimas de uma investida hegemônica, e não imperial.⁴

Uma das definições atuais de maior utilidade do termo *império* vem de um estudioso de Relações Internacionais da Universidade de Columbia, M. W. Doyle:

Um sistema de interação entre duas entidades políticas, uma das quais a parte dominante exerce controle político da política interna e externa – a soberania efetiva – da outra, a periferia subordinada.⁵

Assim como com a maioria das definições técnicas, essa pode parecer um tanto ríspida em princípio e, por isso, permita-nos fazer um aparte para “desvendarmos” o termo, como diriam os acadêmicos. É importante que façamos isso, pois a definição de império de Doyle será nossa base ao longo de todo este texto.

3. Keith Hancock, *Survey of British Commonwealth Affairs*, vol. 2 (London: Oxford University Press, 1940), 1.

4. M. I. Finley, “The Fifth-Century Athenian Empire: A Balance Sheet”, em *Imperialism in the Ancient World*, ed. P. D. A. Garnsey e C. R. Whittaker (Cambridge University Press, 1978), 103-104.

5. *Empires* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986), 12.

Observe primeiramente que o termo “império” presume uma relação, uma interação entre um grupo dominante e outro subordinado, sendo este último necessariamente um grupo estrangeiro. Um grupo rege o outro, incorporando seu povo, terra, templos e assim por diante, que passam a fazer parte de suas posses. O que falta dizer na definição de Doyle é que um império é algo territorialmente vasto. A Pérsia no fim do século VI a.C., por exemplo, seria a “metrópole dominante”, tendo o Egito como a “periferia subordinada”. Ainda assim, a história da conquista persa do Egito não é uma questão simples que implica a desolação das terras de um povo conquistado, dizimando e/ou escravizando seus habitantes e lançando as cabeças de seus infantes contra as pedras. Há uma entidade estrangeira, o império persa, agora governando o Egito, e, ainda assim, Udjahorresne, um egípcio subordinado que mantém uma posição social elevada dentro dela; ele faz parte do “sistema de interação” mencionado por Doyle. Udjahorresne se orgulha imensamente do fato de que, segundo sua suposta sugestão, muitas coisas continuam no Egito “da mesma forma que antes”. Existe ainda uma grande continuidade em termos de poder social dos dias antes da chegada da Pérsia. Contudo, são os persas que agora ditam as regras. Grande parte da dedicatória de Udjahorresne revela o meio pelo qual os persas inicialmente mantiveram sua posição dominante.

Como, exatamente, o império persa – ou qualquer outro império antigo – conseguiu manter essa posição dominante? Como ele perdeu seu poder? Uma das maneiras utilizadas por historiadores para contrapor grandes investigações e análises relevantes de questões tão abrangentes que envolvem longos períodos de tempo é manter o foco em um tema central. Usamos aqui um modelo teórico, emprestado da disciplina da Sociologia, para ajudar a definir nosso tema central. Esses modelos teóricos auxiliam na difícil tarefa de transformar alguns materiais de fontes fragmentadas, nunca antes consideradas pelo olhar crítico do historiador moderno, em uma história compreensível.

Michael Mann, um sociólogo da Universidade da Califórnia – Los Angeles, propôs um modelo de poder bastante influente que muitos historiadores consideram útil. O modelo de Mann nos ajudará a focar em um problema possível de ser solucionado – a questão de como antigos humanos exerciam poder em relação a um espaço social e geográfico. Muitas outras abordagens da história antiga são possíveis e produtivas, mas essa específica é intrigante pelo fato de levantar questões que estão nas mentes de muitas pessoas nos dias de hoje. Segundo o modelo de Mann, as sociedades são organizadas como redes de poder com quatro



1.2. Vaso Chigi: Detalhe de hoplitas, *oenochoe* (jarro de vinho) de Corinto.

fontes sobrepostas de força social: ideologia, economia, força militar e política (doravante abreviado como IEMP). Já encontramos quase todas essas noções na dedicatória de Udjahorresne. Os impérios são construídos sobre essas “fontes de força social”, como Mann as chama; impérios fortes são provas de todas as quatro fontes trabalhando juntas de maneira eficaz. As discussões levantadas pelo modelo IEMP são relevantes para qualquer período da história.

Essas quatro fontes de poder social devem agir juntas, falando de modo geral, sendo que nenhuma delas pode ser demonstrada como primordial ou mais importante do que as demais. Vejamos o exemplo que Michael Mann usa de um contexto histórico muito posterior: os lanceiros suíços da antiga Europa medieval. Trata-se de um fato militar básico da história que, no século XIV d.C., os famosos cavaleiros blindados da montaria foram derrotados por exércitos de lanceiros da infantaria. Muita coisa resultou dessa derrota, incluindo o declínio daquilo que é às vezes chamado de feudalismo clássico e o advento dos estados modernos centralizados. A questão histórica do “por quê?” *parece* ser respondida aqui com facilidade: “as mudanças na

tecnologia das relações militares levam às mudanças das relações de força política e econômica. Com esse modelo, temos um caso aparente de determinismo militar”. De modo superficial, então, a força militar foi a causa fundamental dessa importante mudança na história humana. Essa explicação poderia ser atrativa e concisa, mas muitos fatores relevantes e significativos teriam de ser ignorados se parássemos por aí (como alguns professores de História e documentários de canais de televisão costumam fazer). Um dos pontos centrais dos vencedores era uma “forma de ética moral”, uma “segurança nos lanceiros à direita e à esquerda e às costas de alguém”. Isso, por sua vez, foi moldado pela “vida coletiva relativamente igualitária dos burgueses flamengos, dos burgueses suíços e dos fazendeiros donos de pequenas propriedades rurais”.⁶ Assim, a resposta desse “por quê?” histórico, na realidade, vai muito além e é muito mais complexa do que pode parecer a princípio, envolvendo todas as quatro de nossas fontes (IEMP).

Poderíamos aplicar esse mesmo tipo de análise em relação à unidade de infantaria dos gregos, uma forma altamente eficaz de organização militar a respeito da qual aprenderemos mais no Capítulo 5 (fig. I.2). Os gregos derrotaram o império persa simplesmente por causa de suas fortes formações militares? O que tornou essa tecnologia militar tão atraente para os gregos e também tão eficiente em suas famosas guerras contra a Pérsia? A unidade de infantaria em si surgiu dentro de um determinado tipo de organização social entre algumas cidades-estados gregas, construída com base em ideais de participação política abrangente e de visões de igualdade e, portanto, concretizaram-se em função de outras forças sociais – algumas ideológicas, outras políticas e algumas, sem dúvida, econômicas. A força militar “exige excedentes morais e econômicos – ou seja, sustentações ideológicas e econômicas –, assim como a utilização de recursos de tradições e desenvolvimento mais estritamente militares. *Todos* são fatores necessários para o exercício do poder militar.”⁷ A questão básica é que todas essas fontes de poder social, operando em conjunto, são importantes e necessárias para a expressão do domínio e da formação do império (bem como para a resistência a este). Com essas fontes de poder social trabalhando juntas no mundo antigo, os impérios não apenas se formaram, mas também puderam ser combatidos e abolidos com eficiência.

Ao longo deste texto, mostramos também que a ideologia religiosa é muito mais do que apenas uma casaca grossa das pautas

6. *Sources of Social Power*, vol. 1, 19.

7. *Sources of Social Power*, vol. 1, 19.

materialistas ou militares (ao contrário do que muitas pesquisas e estudos recentes afirmam). Por exemplo, Udjahorresne enfatiza seus atos religiosos muito mais do que as recompensas tangíveis que ele e sua família recebem. Como podemos interpretar isso? Será que as recompensas materiais, que mal são citadas na dedicatória, representam sua verdadeira motivação aqui, apesar de não serem declaradas de forma tão explícita? Muitas pessoas nos dias de hoje certamente acreditariam que sim, mas o que podemos fazer com a fonte antiga que parece enfatizar a religião em relação a tudo o mais? Uma análise e interpretação nos obrigam a questionar nossas fontes, ao mesmo tempo em que reunimos nosso “cenário geral”.

Algumas partes de nosso texto podem dar a impressão de superestimar as dimensões ideológicas de um império, do qual a religião representa uma parte bastante significativa. Encare isso como uma restrição, e não como a tentativa de apresentar a ideologia ou religião como a mais importante ou principal fonte de poder social. Um dos diversos aspectos positivos de tornar explícita a teoria em um estudo histórico é que isso convida o leitor a discutir, debater, afirmar e desafiar o problema. Nosso intuito é o de comunicar uma visão do mundo antigo capaz de estimular uma compreensão variada e historicamente bem informada de poder social, em especial da maneira como se relaciona com as discussões do Cosmos (ordem), justiça e liberdade. Nossas discussões de império começam com o terceiro milênio a.C., embora o livro em si aborde principalmente o período entre o século VIII a.C. e o século VIII d.C., um período que testemunhou uma sucessão ininterrupta de impérios que chamamos de a Era dos Antigos Impérios.

IMPÉRIO, REAÇÃO E RESISTÊNCIA

Uma característica chave dessa abordagem IEMP é que ela nos permite explorar as duas formações e bases de antigos impérios, assim como as reações mais importantes que elas estimulam. Às vezes, as pessoas parecem gostar de ser arrebanhadas por um império em desenvolvimento, mesmo quando essa inclusão desafia, ou até abala, formas milenares de vida. A importância de pessoas assim foi, há muito tempo, reconhecida por um cônsul e conquistador romano, que afirmava que “um império permanece poderoso enquanto seus súditos desfrutam dele”.⁸

8. Livy, *Books from the Foundation of the City* 8. 13. 16.

Em outros momentos e de modo não surpreendente, grupos da “periferia subordinada” nem sempre gostam de ser dominados por uma potência estrangeira, mesmo quando ela afirma ajudar ou de fato os beneficia de algumas maneiras básicas. Como veremos, algumas das ideias, sistemas de valores e instituições mais duradouros e, ainda assim, influentes do mundo, curiosamente foram formulados não pelos grandes impérios do mundo antigo, mas, na realidade, pelos povos que resistiram a eles. O tema da resistência é, portanto, um dos focos principais aqui, em paralelo ao estudo mais tradicional da “ascensão e queda dos impérios”.

Até mesmo um breve estudo da Era dos Antigos Impérios revela que muitos dos povos que reagem aos impérios irão, com o passar do tempo, construir (ou desejar construir) impérios próprios. Urartianos, gregos, indianos, “bárbaros”, árabes. A diversidade de maneiras por meio das quais eles assim o fazem é uma das vias de exploração aqui. A resistência também utiliza o modelo IEMP, pois um sistema coerente de resistência normalmente integra essas fontes de poder social em um império segundo seu próprio direito. E assim, o ciclo continua.

IMPÉRIOS, ANTIGOS E MODERNOS

Embora antigos historiadores explorem o passado distante, assim como todos os historiadores, eles geralmente mantêm ao menos um olho no presente e no passado não tão distante. Pode parecer surpresa para alguns alunos descobrir que, até a Primeira Guerra Mundial, a maior parte da população do mundo ainda vivia em impérios declarados. O Mundo Antigo, naturalmente, não tem um surgimento específico no império; ele simplesmente testemunhou sua criação.

Após a Primeira Guerra Mundial, causada em parte pela Era do Alto Imperialismo do século XIX, chamar sua própria entidade política de império tornou-se algo antiquado e até mesmo perigoso. O “imperialismo”, um termo bastante útil que significava a motivação de construir e manter um império, passou a viver tempos difíceis. Historiadores como Niall Ferguson continuam a discutir se dinâmicas milenares de império realmente desapareceram naquela época. A exploração de fundamentos de um império durante a Era dos Impérios Antigos pode nos permitir considerar as questões comprovadamente duradouras envolvidas nessa dinâmica de poder. Os termos usados no decorrer deste estudo, portanto, também são relevantes para a

discussão da atual situação política mundial, sendo que o modelo teórico empregado neste texto pode também facilmente ser aplicado nas discussões da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, a Primeira Guerra do Golfo e assim por diante.

Será que o imperialismo é apenas um instinto básico embutido nas sociedades humanas? O famoso economista austríaco Joseph Schumpeter explorou a “inclinação puramente instintiva em relação à guerra e à conquista” que ele afirmava caracterizar o mundo pré-moderno.⁹ Será sempre verdade dizer, como afirmaram no passado os antigos atenienses, que “os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem”?¹⁰ Estudiosos continuam a debater essa questão milenar. Muitos afirmam que nós, no mundo moderno, já deixamos para trás o desejo ou a necessidade de um império. Tais estudiosos dizem que as instituições liberais e democráticas assumiram o lugar dos impérios. Outros não têm tanta certeza, indicando que a dinâmica do império continua a florescer em nosso mundo contemporâneo, independentemente de usarmos ou não o termo império. São essas as questões que propomos enquanto analisamos a grande Era dos Antigos Impérios neste livro.

PERGUNTAS, PERGUNTAS, PERGUNTAS

Começamos aqui com um conjunto de questões amplas, embora nem todas possam ser respondidas ainda. Cada capítulo posterior é iniciado por um conjunto correlacionado de perguntas específicas. Se pensarmos nesses dois grupos de perguntas, enquanto lemos os capítulos individuais, será possível concentrar e aprofundar nossa análise e pensamento crítico a respeito do que escrevemos, bem como de quaisquer fontes adicionais, antigas ou atuais, que possam ser relevantes. Essas perguntas não necessariamente têm respostas diretas “exatas”, como veremos. De modo geral, os eruditos discordam de maneira clara a respeito de como respondê-las. No entanto, essas perguntas também deverão ajudar na organização dos pensamentos acerca de questões globais sociais e políticas ao longo do tempo até o momento presente, além de incitar discussões e ajudar o leitor a adquirir uma compreensão melhor da fascinante complexidade do passado humano.

9. Joseph Schumpeter, *Imperialism and Social Classes*, trad. Heinz Norden (New York: Augustus M. Kelley, 1951), 6-7.

10. Thucydides, *History of the Peloponnesian War* 5. 89.

- Como podemos definir “**antigo**”?
- Como as **teorias** moldam a forma de contar a história antiga?
- Como antigos historiadores definem e utilizam as **provas**?
- O que é um **império**? Por que os antigos humanos os criaram de maneira tão sistemática? Como eles os mantêm?
- Como as quatro fontes – **IEMP** – interagem para criar um império? Como essas fontes de poder social, individual ou coletivamente, estimulam a resistência aos impérios?
- Até que ponto antigos grupos definem e mantêm o **Cosmos/ordem** e a **justiça** de formas semelhantes? Até que ponto eles os diferenciam?

CAPÍTULO 1

PRELÚDIO À ERA DOS ANTIGOS IMPÉRIOS

Com machados de bronze eu conquistei.

“A Lenda de Sargão de Acádia”

- Qual a relação entre ideologia, economia, força militar e política (para o que usaremos neste livro as letras IEMP) no surgimento do urbanismo e das cidades-estados?
- Que relações de comércio, diplomáticas e políticas entre os diversos tipos e estágios de integração e consolidação existiram além do nível da cidade-estado?
- Como surgiram os primeiros impérios da história?

A Era dos Antigos Impérios, aquela sucessão amplamente ininterrupta de impérios que se estendeu do século VIII a.C. até o século VIII d.C., não surgiu *ex nihilo*, do nada. Quando a era se iniciou, um longo histórico de cidades-estados, reinos e até mesmo alguns impérios já haviam estabelecido seu curso – uma história rica com quase o dobro da Era dos Antigos Impérios em si. Antes disso, houve um período indefinido e muitas vezes mais longo de colonização humana “pré-histórica”. A Era dos Antigos Impérios foi construída sobre alicerces muito antigos.

Uma série de mudanças significativas, que se iniciaram por volta de 4000 a.C., prenunciou uma nova era da história humana. Padrões de povoamento mudavam, conforme as cidades-estados – cidades politicamente independentes e suas terras adjacentes do interior – tornavam-se importantes centros de populações densas e de realizações criativas sem

precedentes. Por volta de 3000 a.C., essas mudanças fizeram surgir o que os eruditos chamam de Idade do Bronze, que se estende até pouco tempo após 1200 a.C. O comércio e as relações diplomáticas começaram a emergir entre lugares distantes, formando redes e impérios bastante estáveis, mas que também acabaram provocando batalhas e guerras. Os primeiros exércitos foram reunidos, levados a guerrear sob o comando de reis constituídos de seu direito divino.

Entre as eras de crescimento, consolidação e integração, o mundo viveu longos períodos de quase séculos de fragmentação, retração e colapso, conhecidos como eras sombrias pelo fato de terem produzido pouquíssimos registros escritos e monumentos. Esse período não foi uma marcha inexorável de progresso, mas apenas cumulativa. Com cada período de recuperação, algumas cidades-estados alcançavam uma escala maior em termos do tamanho de suas áreas, populações e monumentos consolidados. O período final de retração que se iniciou no século XII a.C., um período de mais de 300 anos normalmente conhecido como a Baixa Idade Média ou Idade das Trevas, indicou o fim da Era do Bronze. A recuperação política e cultural iniciada na Baixa Idade Média marcou o verdadeiro começo da Era dos Antigos Impérios.

O SURGIMENTO DO IMPÉRIO

Nossa história começa no Oriente Próximo, uma grande região antiga que vai desde a costa leste do mar Egeu e central da Pérsia até a parte central norte de Anatólia e sul do Egito (fig. 1.1). Quase todos os impérios antigos começaram nesse ponto, muitos deles se estendendo até lugares muito além dessa região. Os poucos que de fato não se originaram no Oriente Próximo acabaram incluindo porções importantes dessa área. Muitos milênios mais tarde, nossa história termina no centro da região, quase exatamente no mesmo local onde começou.

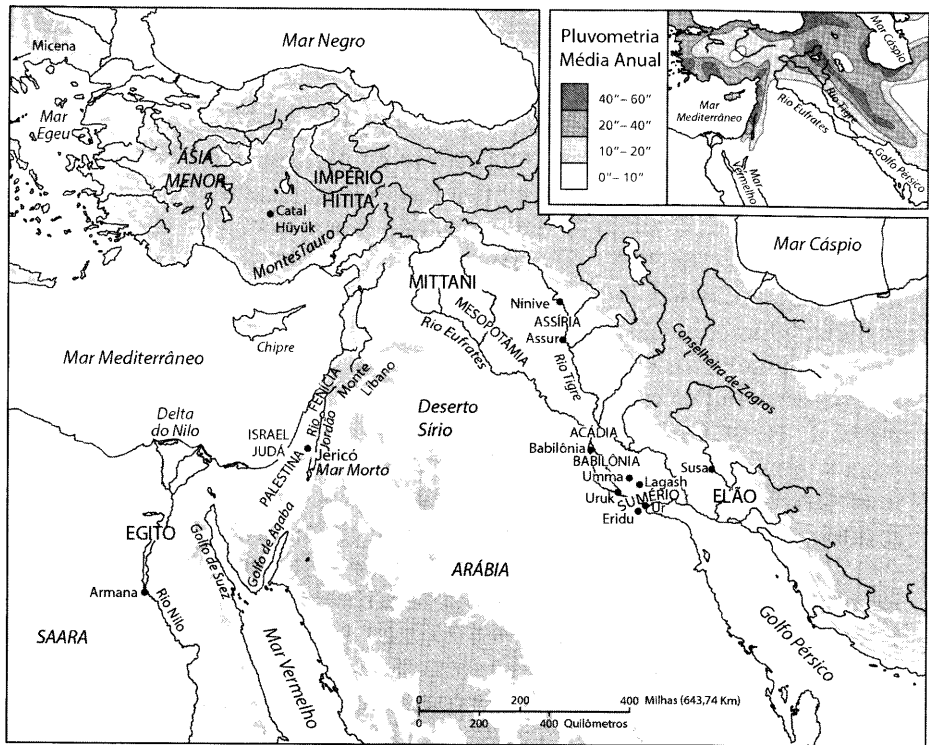
Quatro seções ou arenas amplas constituíam o Oriente Próximo. A Mesopotâmia, a “Terra entre os Rios” – o Tigre e o Eufrates –, pode ser chamada de seu epicentro. O urbanismo começou ali e, por sua vez, impérios mais antigos surgiram a partir dessa região em particular mais do que em qualquer outra. Ao noroeste ficava a Anatólia, parte da atual Turquia, que, embora tenha gerado somente um império, continuou sendo um importante cruzamento e campo de batalha ao longo de todo o mundo antigo. Ao sudoeste ficava o Egito, a região mais unificada e estável de todas, estabelecida ao longo do Rio Nilo. Sua longa e rica

história incluiu diversas fases de império. Ao oeste da Mesopotâmia ficava o Levante, as margens orientais do Mar Mediterrâneo e as regiões adjacentes. Essa área não produziu nenhum grande império, mas, ao contrário, diversos reinos menores que geralmente se viam no caminho direto de impérios em expansão. Durante o primeiro milênio da Era do Bronze, essas quatro regiões se desenvolveram de modo relativamente isolado. Depois disso, foram integradas de forma mais unificada por meio do comércio, diplomacia e conquista.

Duas outras regiões foram integradas de modo temporário pelos desenvolvimentos e padrões do Oriente Próximo, uma delas logo no início de nossa história e a outra muito tempo depois. A porção oeste do mar Egeu, o Reino Mecênico do continente da Grécia, em especial, seguiu os ritmos do Oriente Próximo durante os últimos 300 anos da Era do Bronze. Com o fim desse reino, o lado oeste do Mar Egeu passou a trilhar seu próprio caminho por vários séculos. A Arábia, na verdade localizada no meio da arena do Oriente Próximo, representou um papel importante somente por um breve período, no fim de nosso estudo.

No Oriente Próximo, os humanos se estabeleceram em três zonas climáticas. A população mais densa ficava localizada nas planícies costeiras e ribeirinhas, o cenário predominante da história da Antiguidade. Os rios eram lugares geralmente hostis e imprevisíveis que necessitavam de um trabalho de engenharia de larga escala antes que uma colonização humana extensa pudesse existir ali. Descrições mais antigas de partes do Oriente Próximo como o “Crescente Fértil” costumam ocultar esse fato. A segunda zona, as bases das cadeias montanhosas, abrigou algumas das colonizações humanas mais antigas na região e tinha um cerrado e vida animal abundantes, embora tivesse um menor potencial para a agricultura. Mudanças de populações das regiões montanhosas para as planícies foram muito comuns e necessárias nos primeiros estágios da história do homem, como veremos. As montanhas e os desertos representam as zonas climáticas mais marginais, com populações humanas extremamente escassas. As montanhas, por sua vez, abrigavam os deuses, segundo os povos antigos dessas regiões.

Começamos pela Revolução Urbana, uma alteração demográfica fundamental que ocorreu na Mesopotâmia entre 4000 e 3000 a.C. De certo modo, o termo “revolução” é um tanto forte, pois as mudanças aconteceram ao longo do curso de um milênio. Na forma de uma reorganização básica de colonização humana, porém, o termo se encaixa bem. Esse foi o tempo do nascimento e crescimento da cidade-estado como a forma básica de política. Um ótimo exemplo é Uruk, cuja população foi estimada em aproximadamente 1.500 pessoas logo após 4000 a.C.



1.1. Mapa da Idade do Bronze

e 20 mil em 3000 a.C. As cidades-estados tinham hierarquias sociais bastante claras desde o início: nobreza (em diversos níveis), plebeus, escravos e assim por diante.

Para auxiliar a população crescente, havia novas técnicas e tecnologias prontas capazes de aumentar a produtividade agrícola em até dez vezes. A irrigação e as represas, a invenção do arado e o uso da força animal estavam entre as principais inovações da produção de alimentos. Uma questão semelhante à do “ovo e da galinha” para os eruditos está em tentar descobrir se esses avanços tecnológicos geraram ou, na realidade, foram gerados pelos desenvolvimentos políticos ocorridos nas cidades-estados. Isto é, será que os desafios da produção de alimentos ao longo dos rios mais hostis e geralmente imprevisíveis exigiram sistemas e hierarquias políticas para tornar possível sua habitação, ou será que as hierarquias políticas cada vez mais coerentes proporcionaram a omissão e a liderança que tornaram possíveis os avanços tecnológicos? A última proposição parece ser mais consensual entre os estudiosos no decorrer das últimas décadas, embora muitos atualmente suspeitem de que esse enigma possa muito bem ser uma dicotomia falsa. O que

as mudanças sem dúvida representaram, em todos os casos, foi uma série de respostas humanas bem-sucedidas e criativas aos desafios de um ambiente bastante instável.

Essas alterações políticas e tecnológicas originaram a Era do Bronze, que resultou de toda uma junção de mudanças sociais. Ideologia, economia, força militar e política foram entrelaçados de uma só vez no mesmo pano de fundo da cidade-estado, como podemos ver em suas principais características: arquitetura monumental, escrita, permanente hierarquia de classes, exércitos e guerras de larga escala. Apesar de muito úteis, listas como essas não são completas, sendo que poucas pessoas as consideram como a condição *sine qua non* coletiva da “civilização”. De maneira tradicional, o desenvolvimento da escrita foi considerado o ponto de partida para a história humana (em oposição à “pré-história”). Essa é uma medida tão boa quanto qualquer outra, desde que observemos suas limitações. Houve, afinal de contas, ao menos um império na história sem um sistema de escrita (os incas na América do Sul).

A ideologia religiosa e a política estiveram entrelaçadas de modo inextricável desde os primórdios que podem ser traçados em suas origens. Como disse uma vez um famoso antropólogo, “a realeza em toda a parte e em todo o tempo sempre foi, de certo modo, um ministério sagrado”.¹¹ O exemplo mais óbvio disso foi a monarquia sacra, que caracterizou todas as entidades políticas do Oriente Próximo. O rei era um mediador entre os humanos e os deuses, independentemente de ser ele mesmo visto como um deus ou, o que era mais frequente, como o sacerdote-rei ou representante dos deuses. O rei regia a cidade-estado, realizava diversas funções religiosas vitais e pessoalmente comandava seu exército em uma batalha contra cidades-estados vizinhas. Todo um grupo de sacerdotes operava como secretários do sistema religioso da cidade-estado.

Se os sistemas religiosos surgiram primeiramente como um meio de controle social ou político (ou ambos) – como afirmam muitos eruditos – é uma questão de imensa controvérsia; a forma como ela pode ser respondida, então, está tanto em sua interpretação de evidências quanto em nossas próprias pressuposições. Os templos e os zigurates dominaram a linha do horizonte das cidades-estados da Mesopotâmia. Ao lado de uma plethora de divindades menores, cada cidade-estado reverenciava um único deus superior que diziam residir no pico do zigurate. O zigurate provavelmente tinha a forma de uma montanha para fazer com que os deuses se sentissem em casa em suas novas moradas nas planícies ribeirinhas (fig. 1.2).

11. E. E. Evans-Pritchard, *Social Anthropology and Other Essays* (Glencoe: Free Press, 1962), 210.

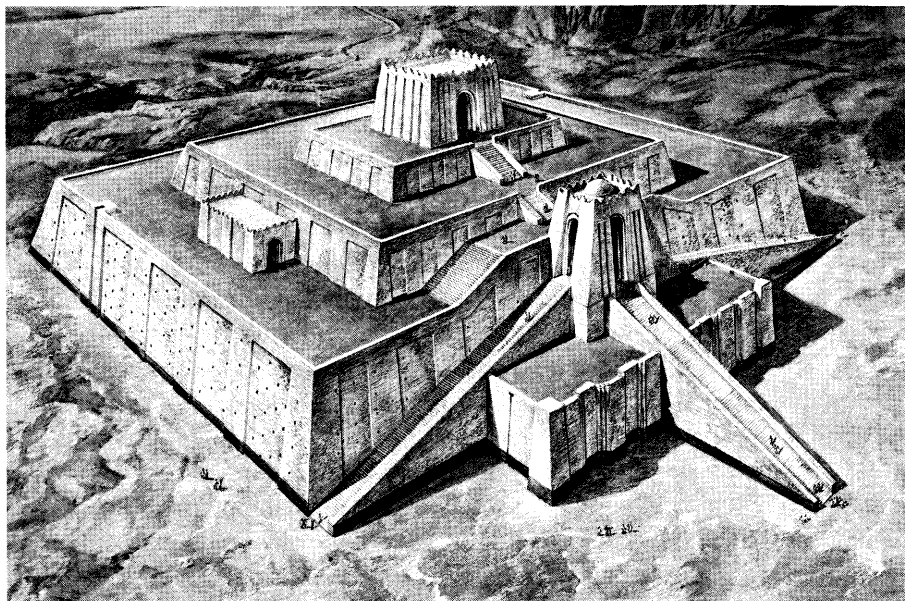
A fonte dominante de riqueza eram os impostos ou os tributos dos bens agrícolas produzidos nas áreas do interior, geralmente em um raio de seis a dez ou 20 quilômetros do centro da cidade-estado. O processo é provavelmente retratado no famoso conto de aventura do Oriente Próximo *A Epopeia de Gilgamesh*, apesar de ter sido escrito séculos mais tarde. Em um determinado momento, a deusa Ishtar promete a Gilgamesh, o líder de Uruk, que “a renda das montanhas e da planície eles [isto é, os súditos] deverão trazer como tributo”.¹² O excedente econômico geralmente era destinado aos monumentos religiosos políticos, que se tornaram mais bem elaborados com a riqueza cada vez maior – a economia e a política, assim como a política e a ideologia, estavam profundamente integradas. Os templos eram quase sempre os principais centros de distribuição econômica.

A questão de quem de fato era dono da terra é mais complexa. Pesquisas recentes mostram que não existiu um sistema único por toda a Mesopotâmia ao longo dos tempos, mas uma mistura diversa em que os templos, palácios e até mesmo os indivíduos particulares eram donos de terras. Ao seu tempo, os reis passaram a tomar posse ou controlar a maior parte das propriedades, se não todas, e a oferecê-las em forma de concessões para estimular e garantir a lealdade.

Modelos de comércio surgiram muito cedo, de modo ainda mais importante na produção de bronze. O bronze era usado para esculturas, objetos domésticos e armas. Era uma liga, composta de cobre misturado com outros materiais, geralmente estanho, em uma proporção de 7:1 a 10:1 (ou seja, de sete a dez vezes de cobre para o estanho). A produção de bronze dependia totalmente do comércio de longa distância porque os materiais eram relativamente escassos no Oriente Próximo e tinham de ser coletados de diversas fontes diferentes. O fim dessas redes de comércio seria capaz de encerrar de forma definitiva a Era do Bronze.

Mudanças pequenas, apesar de decisivas, na consolidação econômica e política, além dos níveis das cidades-estados, provavelmente são anteriores ao início da Idade do Bronze. Elas primeiramente atingiram unidades territoriais e culturais mais amplas: o sul da Mesopotâmia, coletivamente conhecido como Suméria, foi a primeira região; logo em seguida veio o norte da Mesopotâmia. A consolidação veio inicialmente por meio do comércio e da aliança e, então, pela conquista, que fez nascerem os primeiros, apesar de breves, impérios do mundo.

12. James B. Pritchard, ed. *The Ancient Near East. Volume 1: Anthology of Texts and Pictures* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1958), 51; a partir de então citado como “Pritchard ANE”.



1.2. Templo zigurate, Agargouf, Iraque. Biblioteca de Imagens: DeA Picture Library/Recurso de Arte, NY.

A primeira consolidação geral pode ser traçada a Uruk, no sul da Mesopotâmia, entre 3500 e 3000 a.C. Por intermédio de fortes alianças, Uruk passou a estabelecer e comandar uma imensa cadeia de comércio. Apesar disso, Uruk, na realidade, jamais controlou as questões políticas internas das cidades-estados em seu circuito, nunca tendo conquistado grandes territórios, embora pareça ter estabelecido colônias bastante amplas. Parece que as elites de outras cidades-estados se beneficiaram imensamente de sua incorporação na rede de comércio de Uruk. Embora não tenha sido um conglomerado imperialista, o local sem dúvida preparou o cenário para outros tipos de consolidação que se seguiram.

Pouco tempo depois, segundo alguns estudiosos do Oriente Próximo, o Kengir, ou Liga da Suméria (2900-2300 a.C.), trouxe uma unificação ainda maior. As evidências são imprecisas e indiretas, mas ela provavelmente começou como uma ampla associação de comércio e se transformou em uma liga política e religiosa, bem como uma liga militar e de defesa formal. O centro da Liga ficava em Nippur, um importante centro religioso no norte da Suméria. Pode muito bem ter existido uma série de uniões e ligas igualmente efêmeras, embora as evidências disponíveis não sejam tão claras.

A conquista militar e a consolidação política foram resultados dessa centralização. Havia uma enorme barreira a ser transposta, porém, antes

que o verdadeiro império pudesse surgir. Da mesma maneira que a ideologia religiosa passaria, com o tempo, a ser um ingrediente fundamental dos antigos impérios, veremos em diversos momentos que, a princípio, ela foi, na realidade, um obstáculo. Cada uma das cidades-estados da Mesopotâmia afirmava ter sido fundada por uma divindade diferente, que continuava sendo seu deus principal. A expansão e a unificação eram desafios iguais para o mandato divino das cidades-estados que eram conquistadas e das que conquistavam. Com o tempo, as tradições que favoreciam uma expansão mais ampla em nome de uma determinada divindade surgiam, unindo de modo definitivo a ideologia religiosa e sua conquista.

A primeira grande consolidação militar e política conhecida foi realizada por Lugalzagesi (r. c. 2400 a.C.), um líder da cidade-estado de Umma. Ele conquistou e subordinou as cidades-estados vizinhas de Ur, Uruk e Lagash para criar aquilo que alguns consideram o primeiro império sumério. Assim como aconteceu com a maioria dos reis do Oriente Próximo que conquistaram tempos depois, algumas pessoas provavelmente exageraram a verdade um pouco mais em uma dedicatória que declarava suas conquistas:

Quando para Lugalzagesi, rei de Uruk, rei da terra, sacerdote de An, “profeta” de Nisaba (...) [os deuses] Enlil, o rei dos campos, concedera a realaleza da Terra, tornara a Terra obediente a ele, lançara todos os países aos seus pés e os subjugara do nascer ao pôr do sol – naquela época, ele percorreu o caminho do Mar Inferior (Golfo Pérsico), através do Tigre e Eufrates, até o Mar Superior (Mediterrâneo) e Enlil não permitira que ninguém se opusesse a ele do nascer ao pôr do sol.¹³

Observe como Enlil lhe oferece suas conquistas – um sinal das tradições ideológicas da construção dos impérios que estava por vir. Contudo, ele obviamente ofende outro deus no processo, e uma maldição consequente foi pronunciada contra ele.

O homem de Umma [Lugalzagesi], por ter destruído Lagash, pecou contra Ningirsu! Que a mão que ele usou contra ele (isto é, o deus Ningirsu) seja decepada!¹⁴

Assim como a maioria dessas primeiras conquistas, o império provavelmente quase não se estendeu além de seu fundador.

13. “Vase Inscription of Lugal-Zagesi”, citação de J. Nicholas Postgate, *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History* (London: Routledge, 1992), Texto 2:3.

14. E. Sollberger, *Corpus des inscriptions “royales” présargoniques de Lagash*: Ukg. 16 (Geneva, 1956), citação de Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East c. 3000-330 B. C.*, vol. 1 (London: Routledge, 1994), 43.

O norte da Mesopotâmia logo seguiria o modelo sumério de consolidação, chegando até mesmo além dele. Assim como o sul de Uruk, a cidade-estado de Kish começou a firmar influência e a se estabelecer como local importante por meio das redes de comércio. Um conquistador chamado Sargão usurpou o trono de Kish e o expandiu por todas as regiões norte e sul da Mesopotâmia desde sua nova capital na Acádia, superando o próprio Lugalzagesi. Como Sargão uniu a maior parte da Mesopotâmia e estendeu sua regência até partes do Levante, ele geralmente se orgulha de ocupar o lugar de primeiro construtor de impérios da história. De suas dedicatórias e também as de seu neto, Naram-Sin, responsável por trazer o império ao seu apogeu, podemos ver um novo tipo de liderança surgindo: a realza heroica, que viria a caracterizar a maioria dos antigos impérios futuros. Naram-Sin, de maneira específica, deu início à antiga realza heroica:

Naram-Sin, o Forte, rei da Acádia, quando os quatro cantos (do Universo) juntos se mostraram hostis, ele permaneceu vitorioso nas nove batalhas em um único ano por causa do amor que Ishtar tinha por ele, e aprisionou aqueles reis que se ergueram contra ele. Por ter conseguido preservar sua cidade no tempo da crise, [os habitantes de] sua cidade perguntaram por Ishtar em Eanna, de Enlil em Nippur, de Dagan em Tuttul, de Ninhursag em Kesh, de Enki em Eridu, de Sin em Ur, de Shamash em Sippar e de Nergal em Kutha, que ele fosse o deus de sua cidade Acádia, e eles construíram um templo em sua homenagem no meio da Acádia.¹⁵

Reis mais antigos da Mesopotâmia geralmente se descreviam como “reis pastores”. Eles estimavam seu povo de uma forma paternalista, sendo que sua autoridade era garantida por sua confirmação dos padrões tradicionais de justiça. O rei heroico, ao contrário, recebia e mantinha sua posição com base nos méritos e realizações pessoais, conquistas geralmente consideradas supremas entre eles. Um “Rei da Terra” ou “Rei dos Quatro Cantos” dominava por intermédio de uma aristocracia guerreira. Com Sargão e Naram-Sin, vemos uma tendência óbvia na direção de um poder maior com riqueza e sofisticação. Esse domínio foi proclamado na arquitetura, em relevos e esculturas, cuja criação alcançou níveis impressionantes de excelência com Sargão e Naram-Sin (fig. 1.3). Entretanto, depois de Naram-Sin, o império entrou em declínio e, mais uma vez, uma era de cidades-estados desconectadas tomou conta da Mesopotâmia.

15. Walter Farber, “Die Vergöttlichung Naram Sîns”, *Orientalia* 52 (1983), 67-72, citação de Marc Van de Mieroop, *A History of the Ancient Near East ca. 3000-323 B.C* (Malden, MA: Blackwell, 2004), 64.



1.3. Epitáfio de pedra da Vitória de Naram-Sin. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

Alguns séculos mais tarde, c. 2100 a.C., o principal momento seguinte de consolidação, mais uma vez de breve duração, teve início na cidade-estado de Ur. O líder de Ur, Ur-Nammu, assumiu o controle tanto da Suméria quanto da Acádia, diretamente invocando um passado distante de unificação. Esse é um modelo que veremos com frequência neste estudo: para construir a legitimidade, futuros imperadores geralmente se apresentavam, ou a seus reinos (ou a ambos), como os restauradores de dias gloriosos de antigamente. Mais de um milênio depois, os impérios neoassírios e neobabilônicos passariam a se moldar segundo os reinos da Idade do Bronze, erguendo até mesmo, de modo intencional, templos e palácios diretamente nos locais das ruínas de estruturas da Era do Bronze. Aproximadamente 1.600 anos mais tarde, Sargão, um dos maiores reis neoassírios, iria inclusive adotar seu nome. Não muito tempo após a morte do filho de

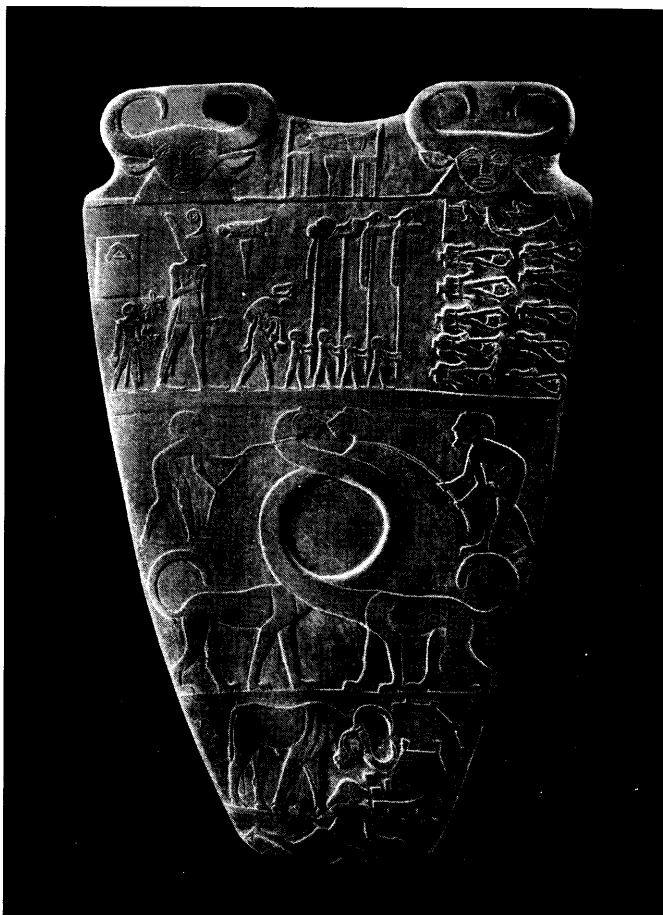
Ur-Nammu, porém, seu império se curvou conforme os governantes locais declararam sua autonomia.

Pouco mais de um século depois, dois reis contemporâneos reconstituíram politicamente as duas regiões da Mesopotâmia. Shamshi-Adad (r. 1814-1781 a.C.), afirmando descendência da dinastia acadiana de Sargão, conquistou o norte da Mesopotâmia. Hamurábi (r. 1792-1750 a.C.), descendente de uma linhagem de nômades ocidentais conhecidos como amorreus, uniu uma confederação livre de cidades-estados das regiões sul e central da Mesopotâmia e governou a Babilônia, antes uma província do império de Ur-Nammu. Apesar de tudo, os impérios que esses dois reis construíram mal conseguiram sobreviver aos seus fundadores; já o nome de Hamurábi ainda vive pelo fato de ele ter promulgado um famoso código de leis – cuja maior parte se baseava em exemplos anteriores. Outra era, que durou um século, veio em seguida. Dela surgiu uma era muito importante e sem precedentes de integração e consolidação, que se estendeu por cerca de 300 anos, conhecida como o Final da Idade do Bronze.

Conforme cidades-estados, ligas e impérios nasciam e eram derrubados na Mesopotâmia, o Egito estava construindo um reino poderoso ao sudoeste. Às margens do Nilo, um rio geralmente mais previsível e hospitaleiro do que o Tigre ou o Eufrates, o Egito também se beneficiou das inovações tecnológicas que trouxeram maior eficiência e produtividade agrícola. Desde o início, o Egito surgiu de uma forma mais unificada do que a Mesopotâmia. Não existiam cidades-estados no Egito, mas sim dois reinos iniciais que, logo nos primórdios, se unificaram para formar o reino do Egito. Mais tarde, durante períodos de crises, o Egito acabou se dividindo e se fragmentando, mas ali a desunião continuava sendo a exceção e não a regra.

Em algum momento por volta de 3000 a.C., enquanto a Idade do Bronze nascia na Mesopotâmia, um líder quase lendário chamado Narmer (ou Menés), por meio da força, unificou os dois reinos. O Alto e o Baixo Egito (pense ao contrário, conforme o Nilo flui – o Alto Egito fica ao sul e o Baixo Egito ao norte). A união se manteve forte desde o início, centralizada ao redor da capital em Mênfis (Fig. 1.4). A história do Egito é tradicionalmente contada por dinastias; esse período inicial é conhecido como o Período Dinástico Inicial. É possível que algumas importantes mudanças durante esse período – na arquitetura e nos elementos decorativos, por exemplo – tenham sido inspiradas diretamente no modelo de Uruk, difundido pelas ligações do comércio durante o quarto milênio a.C.

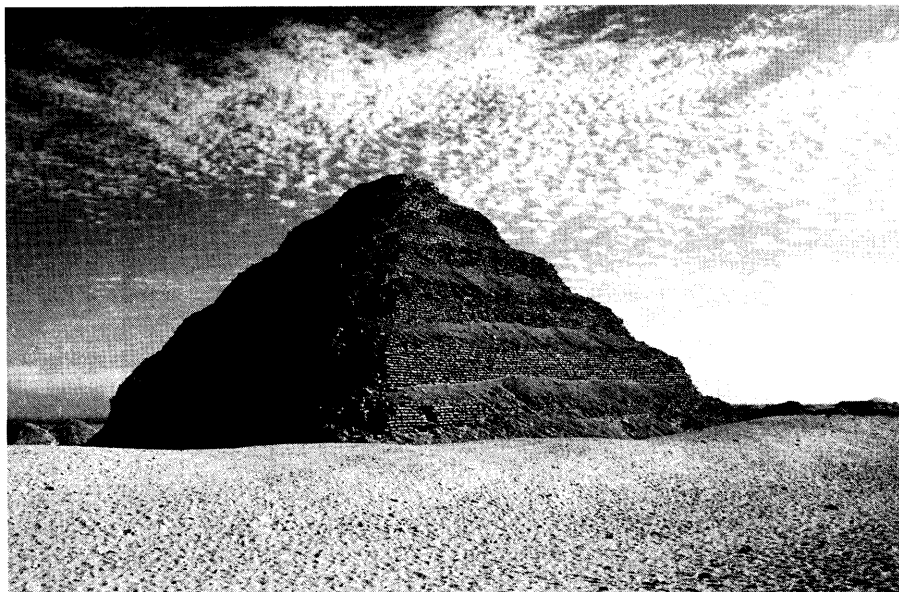
Um longo período de prosperidade, paz e isolamento político quase absoluto se seguiu com a formação do Velho Reino (2715-2134 a.C.).



1.4. Paleta de Narmer. Werner Forman/Recurso de Arte, NY.

Esse período é geralmente chamado de Era da Pirâmide, pois durante essa época esses famosos monumentos do mundo antigo foram criados. O rei, ou o faraó, estava no centro do reino unificado – um deus, um regente político, um mediador divino, ele personificava o padrão de justiça e do Cosmos que os egípcios conheciam como *ma'at* (a deusa Maet).

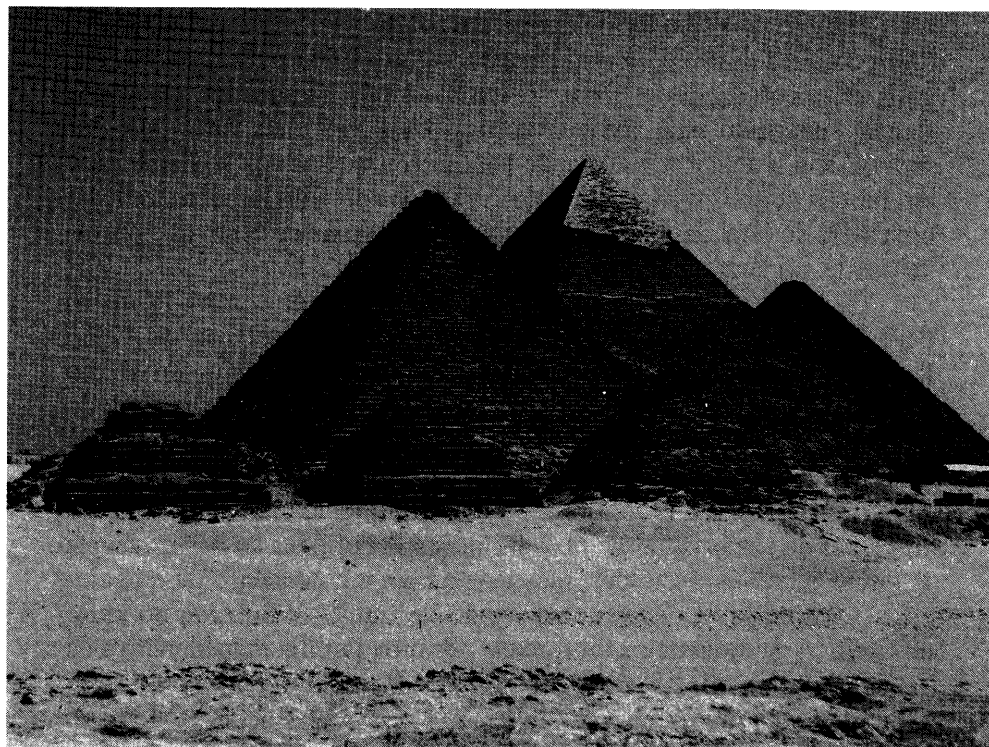
As pirâmides nos oferecem um exemplo claro do poder da imagem e do local de arquitetura monumental em reinos fortes: ideologia, economia e política caminham juntas de maneira evidente nesse período. A imagística real que era vista nesses monumentos aprimorou a ideia da mitologia do rei divino e o mito do Estado unificado. A primeira pirâmide foi construída por volta de 2700 a.C. e representa o primeiro uso monumental de pedras na história do mundo. Os líderes e os arquitetos



1.5. Pirâmide da Etapa de Djoser/Zoser. James Morris/Recurso de Arte, NY.



1.6. Pirâmide Curvada de Sneferu em Dahshur. Werner Forman/Recurso de Arte, NY.



1.7. Pirâmides de Guizé. Foto de Lynette Miller.

egípcios continuaram experimentando novos estilos de pirâmides até aproximadamente o século seguinte, sempre buscando a perfeição em sua forma (fig. 1.5-1.7).

As Grandes Pirâmides, os símbolos mais famosos do Egito até os dias de hoje, foram construídas em Guizé por volta de 2600 a.C. Por terem exigido longos planejamentos e organização, elas ainda são, após 4.600 anos, um testemunho vívido da força de um estado centralizado que orientou a inteligência humana e o poder de criar esses monumentos. Os complexos das tumbas reais construídos ao redor das pirâmides também mostram com clareza a integração da política e da ideologia. Cada pirâmide possuía dois templos associados. Em um desses templos, os últimos ritos eram realizados em homenagem ao rei; ali, os sacerdotes continuavam a perpetuar a memória do rei. O outro templo era provavelmente o lugar do ritual de mumificação. Uma série de construções menores mostra a ligação íntima do rei com seus oficiais e proclama os primórdios de uma burocracia.

O Egito do Velho Reino entrou em colapso em 2134 a.C., em meio a um conflito dinástico e a afirmação vigorosa dos nobres locais. Alguns deles começaram a construir tumbas ainda maiores do que as dos faraós, sugerindo uma autonomia local cada vez mais forte que, por fim, passou a abalar a autoridade central (ou que talvez tenha surgido em função de seu enfraquecimento). Algumas pessoas também indicam uma série de estações anuais desastrosamente ruins do Nilo, que provavelmente ajudaram a desafiar a autoridade central.

Um período de relativa fragmentação, conhecido como o Primeiro Período Intermediário, veio imediatamente após o colapso do Velho Reino. Houve certa consolidação logo depois com o advento do Médio Império (2025-1550 a.C.). No geral, o Médio Império foi um período de divisões internas e realizações medíocres, se não totalmente esquecíveis, do ponto de vista político e econômico. Os anos finais do Médio Império, entre 1720 e 1550 a.C., foram dominados pelos misteriosos “regentes de terras estrangeiras”, os hicsos. As origens desses invasores já foram bastante discutidas, mas existe hoje um consenso de que eles eram semitas, provavelmente da região de Canaã, localizada no norte do Egito. A retirada deles foi forçada por uma família egípcia nativa de Tebas e marcou o início do Egito do Novo Reino, um período de vasta expansão e domínio imperial.

Em alguma outra parte do Oriente Próximo, os registros históricos são mais difíceis de ser compreendidos, mas algumas indicações apontam para certos padrões familiares. Na Anatólia, um conglomerado de cidades-estados surgiu no século XX a.C. Durante o século XIX, parece que as cidades-estados de cultura semelhante foram brevemente unificadas formando um só estado, antes que fossem assoladas por uma divisão causada por uma guerra civil. No século XVIII, percebeu-se, mais uma vez, um grau de unidade, mas os séculos seguintes são nebulosos. Não se sabe muita coisa até o século XV, quando um verdadeiro império hitita se concretizou quase ao mesmo tempo em que o Egito do Novo Reino e outros reinos poderosos e duradouros por todo o Oriente Próximo.

No Levante do terceiro e do início do segundo milênios surgiram algumas cidades-estados prósperas como Ebla. Eruditos discutem a abrangência dessas cidades-estados por meio de seu desenvolvimento interno ou da reação de fatores externos como, por exemplo, o comércio de longa distância ou a expansão do domínio dos primeiros impérios da Mesopotâmia, incitando a reação local e a formação das cidades-estados. (Essa última dinâmica, conhecida como formação de estados

secundários, é explorada em diversos capítulos posteriores.) A iniciativa de se consolidar acima do nível das cidades-estados, porém, veio de dentro do Levante, durante esse período ou em séculos posteriores.

ENTRE AMARNA E KADESH: *REALPOLITIK*, O ESTILO DE GOVERNO DA FORÇA DA IDADE DO BRONZE

Tendo sido iniciada por volta de 1500 a.C., se não um pouco antes, a história da Era do Bronze não pode mais ser apenas contada em partes isoladas. A partir desse ponto, até pouco depois de 1200 a.C., todas as regiões do Oriente Próximo, e até mesmo áreas além dali, foram integradas pelo primeiro sistema internacional da história, uma era de Governo da Força [do alemão, *realpolitik*] e grandes poderes. Nesse período, geralmente chamado de Final da Idade do Bronze, diversos impérios, reinos e grandes estados territoriais influentes – na Mesopotâmia, no Egito, na Anatólia, ao leste do Tigre e no Mar Egeu – surgiram, aliaram-se, lutaram e, então, desapareceram quase ao mesmo tempo. No Levante, cidades-estados como Jerusalém, Alepo e Damasco geralmente se viam presas entre as idas e vindas de políticas de grande força. A feliz sobrevivência de um arquivo em Tell el-Amarna no Egito nos oferece uma ideia incomparável das relações internacionais e da política da força.

As interações entre seis grandes lugares específicos – em termos de comércio, diplomacia e guerra – definiram essa era. Um breve estudo de cada poder nos ajudará a situar a extensão da integração entre eles, começando pelos dois maiores impérios que surgiram na Idade do Bronze. O Egito do Novo Reino, iniciado com a expulsão dos hicsos em 1550 a.C., produziu um império que se estendia do sul do Sudão até o norte do Levante. Um sinal bastante visível do impulso ideológico por trás dessa expansão foi a enorme proliferação de templos em honra ao seu deus principal da conquista e dos impérios, Amon-Rá. Nas regiões centrais do Egito, assim como nas periferias dispersas e cada vez maiores, templos de Amon-Rá proclamavam um império mundial. O regente do Novo Reino quase sempre aparece em obras de arte e de literatura como um guerreiro, conquistando em nome de Amon-Rá.

Um dos conquistadores mais importantes da era foi Tutmés III (r. 1479-1425 a.C.), que levou a expansão egípcia até o sudoeste da Ásia, expandiu as fronteiras egípcias até o Levante e alcançou até mesmo os confins da Núbia, a única grande região produtora de ouro da Idade do Bronze. Ele lutou contra uma coalizão de cidades-estados do Levante

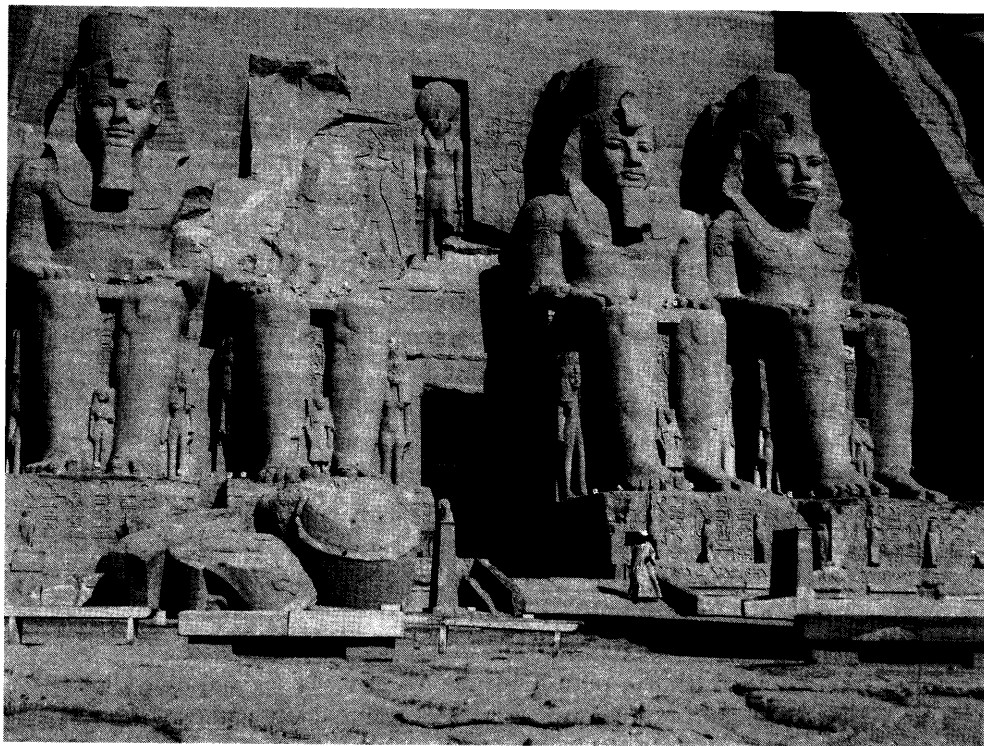
na Batalha de Megido (1479 a.C.), que é considerada um dos pontos decisivos da história mundial, que confirma o Egito como a força dominante na África e no Oriente Próximo. O relato da batalha ressalta o papel importante de Amon-Rá:

Sua majestade [Tutmés III] ordenou que [as vitórias que seu pai Amon lhe oferecera] fossem estabelecidas [sobre] um monumento no templo que sua majestade erguera para [seu pai Amon, no intuito de depositar] cada campanha individual, junto com o espólio que [sua majestade] trouxe [de sua investida, e os impostos de] cada [*país estrangeiro*] que seu pai Rá lhe oferecera (...) possa partir deste lugar, com heroísmo, [vitorioso], com poder e justiça, para ser capaz de derrubar aquele desventurado inimigo e estender as fronteiras do Egito, segundo a ordem de seu pai Amon-Rá, o [*corajoso*] vitorioso, que ele deve prender.¹⁶

O império hitita surgiu quase um século depois do Egito do Novo Reino. Na última parte do século XV a.C., os hititas começaram a se expandir de sua capital Hattusa até o Eufrates e o Levante, onde foram enfrentados por uma coalizão do Egito e o reino sírio de Mitanni. Eles deram início a uma longa guerra por procuração em que as Grandes Potências passaram a lutar por intermédio de vassalos e protetorados. Durante o reinado de Suppiluliuma I (r. 1344-1322 a.C.), o império se estendia da costa oeste do Egeu até o Líbano e as nascentes na região leste do Eufrates. Suppiluliuma deu início a uma campanha bem-sucedida contra o poderoso reino de Mitanni, chegando inclusive a saquear sua capital. Na verdadeira forma política da força, ele, então, firmou relações amigáveis com seu inimigo de outrora, o Egito do Novo Reino, durante o reinado de Akhenaton (r. 1350-1333 a.C.) ou de Tutancamon (r. 1333-1323 a.C.). Contudo, as relações de amizade não duraram muito tempo, já que os dois lados usaram cidades-estados do Levante em sua disputa, por fim chegando à Batalha de Kadesh no Rio Orontes na Síria, em 1274 a.C.

Essa batalha se destaca como o primeiro combate de “superpotências” do mundo, contrapondo dois impérios poderosos e emergentes entre si. O Egito do Novo Reino contra o império hitita. Essa também é a primeira batalha na história de que temos relatos preservados dos dois lados – sendo que ambos afirmam ter sido vitoriosos. A maior parte dos eruditos concorda que os hititas de fato venceram, mas essa não foi uma guerra de aniquilação; o equilíbrio e a equanimidade de poderes voltaram em alguns poucos anos, sendo que as fronteiras dos dois impérios ficavam agora mais ou menos definidas na localização de Kadesh.

16. Pritchard, ANE, 175-176.



1.8. Templo funerário de Ramsés II em Abu Simbel. Foto de Lynette Miller.

Os egípcios foram liderados pelo faraó Ramsés II, um importante guerreiro e notável construtor que ergueu inúmeros templos a Amon-Rá nas periferias do Egito como, por exemplo, o famoso Abu Simbel na Núbia (fig. 1.8). Esse templo também celebrava sua suposta vitória na Batalha de Kadesh.

O rei hitita em Hattusa, conhecido como o Grande Rei, era a figura religiosa, militar e política central. Principal sacerdote de todos os deuses, ele viajava por todo o seu reino em campanha para presidir os principais festivais religiosos ao longo do ano. Outros títulos como “Meu Sol” e “O Herói” revelam sua centralidade no sistema ideológico. Na realidade, ele não era visto como divino, mas como muito próximo dos deuses, tendo se unido a eles após sua morte. Na verdade, o termo hitita usado para descrever a morte de um rei literalmente significa “tornar-se um deus”. Seu sucesso nas guerras não apenas garantia um abastecimento de tributos e guerreiros, mas também demonstrava o favorecimento dos deuses em relação ao seu governo e realeza.

O império hitita se manteve unido por meio de uma série de juramentos e tratados, muitos dos quais sobrevivem em diversos arquivos até os dias de hoje. Sob o Grande Rei havia toda uma série de reis locais inferiores, seus vassalos. Seus juramentos eram prestados diante do tribunal imperial em Hattusa e diante de líderes militares em nome dos deuses hititas, demonstrando as facetas ideológicas, militares e políticas de sua dependência do Grande Rei. Os vassalos forneciam tropas e lutavam em seu nome, ofereciam artigos para a celebração dos cultos hititas e pagavam tributos anuais. O Grande Rei, em resposta, concedia propriedades às famílias mais importantes. O sistema se manteve preservado enquanto duraram esses juramentos ou alianças.

Uma guerra que envolveu um dos vassalos hititas foi eternizada e mistificada nos famosos contos antigos da Guerra de Troia, umas das inúmeras batalhas e combates do Final da Era do Bronze. Provavelmente apenas algumas décadas depois da Batalha de Kadesh, o reino micênico do Egeu ocidental investiu com força contra a inferior cidade-estado de Troia, um vassalo ou “servo” dos hititas na costa ocidental da Anatólia. O restante é história – e muito mais.

Do norte da Síria, o reino de Mitanni deu início a uma expansão que finalmente o levaria para além do Tigre e até a Anatólia. Quando Mitanni de fato começou é algo não muito claro; suas primeiras menções estão nos arquivos egípcios, tendo se desenvolvido entre os séculos XVIII e XV a.C. Seu primeiro grande rei, Parrattarna (r. início do século XV), teve uma série de reis vassalos sob ele. Mitanni dominou o norte da Síria na metade do século XIV, quando se tornou um grande rival do Egito, lutando principalmente por meio de uma guerra de procuração por intermédio dos vassalos do Levante. No fim daquele século, Mitanni já tinha se aliado ao Egito, mas, pouco tempo depois, foi dominado pelo império hitita. O reino foi, então, dividido em sua essência entre os hititas ao oeste e os assírios ao leste.

Na Babilônia, os cassitas, provavelmente do leste da Mesopotâmia, tomaram posse do trono depois de um período de fragmentação que aconteceu ali durante até quase a época de Hamurábi. Eles conseguiram controlar a parte política da Babilônia, mas a cultura local era forte demais para que os cassitas pudessem se firmar ali com sua própria cultura. Veremos essa tendência mais tarde com a Babilônia, conforme ela sofre influências de diversos impérios estrangeiros e, ainda assim, recusa-se a se curvar culturalmente demais aos regentes de fora. Ao se erguer contra o poder assírio cada vez mais forte, sua influência se enfraqueceu por volta do século XIII.



1.9. Complexo elamita. Faculdade Byrn Mawr (MIM-03757). Fotografado por Machteld Johanna Mellink.

A princípio, a Assíria era uma região de pequenas cidades-estados que se tornou um estado territorial maior no século XIV. Eles eram mestres de campanhas e diplomacia, em especial nessa última área, apesar de suas obras de arte proclamarem, de modo consistente, apenas a habilidade anterior. Seu poder acabou eclipsando o de Mitanni e da Babilônia dos cassitas. Seu primeiro regente importante, Assur-Uballit (r. 1363-1328 a.C.), juntou uma vasta região à capital de Assur.

Na parte extrema leste do Oriente Próximo, além da Mesopotâmia, o reino de Elão surgiu como uma peça importante, embora provavelmente a mais fraca dos seis principais locais de poder nessa era de governo da força. No século XIV, o reino conseguiu reverter esse longo período de fragmentação para agir como um governo centralizado, embora não se saiba tanto a respeito desse reino quanto dos outros. Os elamitas ficaram conhecidos, porém, por sua técnica de construção duradoura; na verdade, até os dias de hoje, o zigurate mais bem preservado é elamita, localizado em Chogha Zanbil na província de Khuzistão no Irã (fig. 1.9).

Uma das características centrais do Final da Era do Bronze – além de bastante positiva para os estudiosos atuais – era o frequente intercâmbio e

comunicação entre os principais elementos e entre os mais importantes centros e as cidades-estados menores, seus vassalos. As cartas, gravadas em paletas de argila durável, foram preservadas em diversos arquivos por todo o Oriente Próximo. Uma indicação de poder relativo sempre aparece de maneira clara nas cartas assim que são estabelecidos; as principais potências normalmente se dirigem umas às outras como “irmãos” e as de menor poder, assim também como as cidades-estados, como “servos”.

O arquivo descoberto em Tell el-Amarna, Egito, foi especialmente útil na elucidação dessa era. O faraó Akhenaton/Amenhotep IV (r. 1350-1333 a.C.) construiu uma nova capital imperial em Akhenaton ou Tell el-Amarna, baseada em parte em uma conversão religiosa bizarra. Ao afirmar que Aton, o disco solar, era o deus superior – se não o único deus –, ele construiu Akhenaton como uma capital isolada e um templo ao ar livre para seu deus. O local (assim como sua reforma religiosa) foi abandonado logo após sua morte e permaneceu assim preservando uma rica coleção de intercâmbios diplomáticos a partir da metade do século XIV. Aproximadamente 350 paletas de argila documentam as relações políticas do Egito, sendo que a maior parte com diversas cidades-estados subordinadas do Levante. Esses registros se referem ao faraó como um senhor divino e mostram uma evidente forma de submissão. As cartas são bastante formalistas, com um padrão evidente de servilismo em destaque:

Ao rei, meu senhor, o deus Sol dos céus. Assim, Zatatna, príncipe de Accho [Acre], vosso servo, o servo do rei, e a terra [sob] seus dois pés, o chão que ele pisa. Aos dois pés do rei, meu senhor, o deus Sol dos céus, sete vezes, sete vezes eu caio, tanto passível quanto passivo. Que o rei, meu senhor, ouça a palavra que seu servo [Zir]damyashda tirou de Biryawaza.¹⁷

Quase 40 das paletas são dos “Grandes Reis” e mostram as outras principais potências relacionadas ao Egito. A linguagem dessas cartas é aquela usada por irmãos e amigos. Em uma carta do rei de Mitanni ao faraó do Egito:

Diga a Nimmureya, rei do Egito, meu irmão, meu genro, quem eu amo e quem me ama; Tushratta, rei de Mitanni, que te ama, seu sogro, diz: “Tudo está bem comigo. Que tudo esteja bem com você. Que tudo esteja bem em sua casa”.¹⁸

Então, a carta prossegue com um pedido formal.

17. Pritchard, ANE, 262-263.

18. William L. Moran, *The Amarna Letters* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992), 61-62.



1.10. Akhenaton, Nefertiti e seus filhos abençoados por Aton. Werner Forman/ Recurso de Arte, NY.

A linguagem da maioria das cartas apresenta os Grandes Reis como líderes coletivos de uma única comunidade internacional maior (alguns a descrevem como a linguagem de uma “grande família”). Alianças matrimoniais, trocas de presentes e pedidos de ouro e outros materiais preciosos predominam nas cartas de iguais. As cartas dos vassalos geralmente são de pedidos afáveis de ajuda ou relatos detalhados a respeito de outras cidades-estados e reinos.

COLAPSO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Por razões bastante discutidas por eruditos, esse período impressionante de integração, expansão e política da força foi interrompido de maneira abrupta. Da mesma forma que, de repente, todo o sistema surgiu no século XV a.C., ele se desmantelou quase por completo no início do século XII. A integração política e comercial garantia que grandes potências se formassem e fossem desmembradas mais ou menos ao

mesmo tempo. Obras monumentais de arquitetura, o comércio de longa distância, alianças políticas, a expansão demográfica e a alfabetização entraram em declínio ou deixaram de existir de forma bastante repentina na maioria das regiões. A riqueza caiu de forma drástica, como vemos nas tumbas e nos objetos funerais. O Oriente Próximo voltou a contar com o modelo já ultrapassado de cidades-estados de pequena escala durante aquilo que os eruditos chamam de Idade das Trevas.

Os estudiosos chegaram a propor três principais tipos de explicações: invasões externas, conflitos sociais internos e catástrofes naturais ou ambientais. Todos esses três aparecem em fontes disponíveis e, portanto, o consenso atual entre os eruditos tem sido o de aceitar explicações de causas múltiplas, em vez de procurar uma única causa. Os invasores mais famosos – apesar de não serem os únicos – eram os misteriosos Povos do Mar, que invadiram o Mediterrâneo oriental, o Egito e o Egeu. Podemos ter uma noção a seu respeito no registro do faraó egípcio Ramsés III (r. 1184-1153 a.C.) de seu bem-sucedido, e bastante breve, esforço de obstruir sua maré:

Os países estrangeiros armaram uma *conspiração* em suas ilhas. Todas de uma só vez, as terras foram retiradas e espalhadas na disputa. Terra alguma podia ser salva diante de seus ataques, desde os Hatti [hititas], Kode, Carquemish, Arzawa e Alashiya [Chipre?], que foram interceptados *em [um momento]*. Um acampamento [foi montado] em algum lugar em Amor. Eles arrasaram seu povo e sua terra era como se nunca tivesse existido. Eles estavam se aproximando do Egito, enquanto as chamas eram preparadas diante deles. Sua confederação eram os filisteus, Tjeker, Shekelesh, Denye(n) e Weshesh, terras unidas. Eles puseram suas mãos e seus corações confiantes e fervorosos sobre as terras até o circundar da terra. “Nossos planos serão bem-sucedidos!”¹⁹

O desfecho do reino de Ramsés III nos oferece um exemplo perfeito da interseção dos três tipos de causas. Depois de, com sucesso, afastar um grupo de Povos do Mar (“eles foram arrastados, confinados e prostrados na praia, mortos e amontoados dos pés às cabeças”),²⁰ ele voltou para casa para enfrentar a fome no Egito e foi, finalmente, assassinado em uma conspiração no palácio. Os sacerdotes de Amon, então, formaram um estado teocrático fraco em Tebas durante a Idade das Trevas que estava por vir.

O império hitita entraria em declínio ao longo do curso de algumas décadas após 1200 a.C., provavelmente sob a invasão dos Povos do Mar, além de uma divisão interna – áreas periféricas extirpadas do

19. Pritchard, ANE, 185.
20. Pritchard, ANE, 186.

reino, rompendo seus juramentos e, assim, contribuindo para diminuir o fluxo de riqueza do centro, levando também uma importante presença militar (fig. 1.11). Ao mesmo tempo, os assírios e os babilônios estavam lutando contra os arameus do deserto.

No entanto, nem tudo era sombra e escuridão. Pesquisas arqueológicas recentes mostram que algumas áreas, na verdade, prosperaram durante a Idade das Trevas. Cidades-estados menores, por exemplo, conseguiam desfrutar de uma nova sensação de autonomia e liberdade em relação aos reinos maiores que, o ano inteiro, os tornava subservidentes em sua posição de vassalos. Alguns lugares, como, por exemplo, partes do Chipre, na realidade, tiveram um período de crescimento nessa época. Uma série de reinos menores, conhecidos como os neo-hititas, continuou a praticar a cultura hitita na Anatólia e no norte da Síria. No Oriente Próximo, o declínio foi comparativamente menor, já que a decisão foi se mudar para o leste do Eufrates.

Em alguns poucos casos famosos, as privações relativas da Idade das Trevas forçaram os humanos a inovar de algumas formas mais abrangentes e influentes, o que os obrigou a deixar sua rotina de tranquilidade. O ferro começou a se espalhar durante esse período por uma razão bastante prática. Conhecido durante a Idade do Bronze pelos hititas e também por outros povos, o material era usado somente com propósitos decorativos. Ninguém ainda havia desenvolvido uma tecnologia para a produção de ferramentas e armas de grande utilidade. O bronze, naturalmente, era o metal de preferência, embora fosse mais leve, mais caro e mais difícil de ser trabalhado. O ferro, ao contrário, era facilmente encontrado em todo o Oriente Próximo e, diferentemente do bronze, sua produção não dependia de redes de comércio de grande escala. Tecnologias necessárias para a fundição do ferro foram desenvolvidas nos séculos XII e XI, chegando inclusive a produzir aço. O produto era muito mais resistente do que o bronze e podia ser totalmente produzido de forma local e com um custo muito mais acessível e, evidentemente, o período após o colapso da Idade do Bronze é geralmente chamado de a “Idade do Ferro”.

O desaparecimento ou a retração extrema dos sistemas de escrita durante a Idade das Trevas também estimulou o desenvolvimento de uma das invenções mais significativas da história – o alfabeto. Assim como o ferro, a ideia do alfabeto já existia no período anterior, mas ele não era muito usado. Seu primeiro uso importante e extensivo foi realizado pelos fenícios (como será discutido no Capítulo 3), um povo do Levante. O alfabeto era um sistema mais simples do que a escrita cuneiforme da



1.11. Guerreiros lutando a bordo de navios: batalha naval contra os Povos do Mar. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

Mesopotâmia e os hieróglifos do Egito, e podia ser aprendido com um treinamento menor e uma infraestrutura educacional muito mais prática, o que o tornava adequado a um período de colonizações de menor escala. Seu uso logo se espalhou muito além dos fenícios, em especial no Ocidente. Assim como no início de nossa história, um desafio básico exigiu uma profunda criatividade.

Após o hiato da Idade das Trevas, antigos impérios posteriores continuaram a crescer – crescer cada vez mais –, muito além do que aconteceu na Idade do Bronze. A síntese de ideologia, economia, força militar e política fica muito mais explícita e evidente por meio de uma abundância comparativa de fontes visuais e escritas, além de seu material arqueológico. Os modos de resistência e reação ao imperialismo e à expansão se tornarão extensivamente documentados e, ao que tudo indica, muito mais variados. Contudo, os padrões básicos de controle e domínio por um grupo em relação a outros parecem consideravelmente semelhantes. Se isso aconteceu principalmente em

função de exemplos deliberados tirados de impérios passados – como a maioria dos impérios subsequentes demonstra de modo explícito – ou pelo fato do imperialismo ser um resultado inevitável da vida urbana é uma questão que se esconde logo abaixo da superfície de todo este estudo.

CAPÍTULO 2

A ORIGEM DA ERA DOS ANTIGOS IMPÉRIOS

Que Assur, aquele que lhe deu o cetro, prolongue seus dias e anos! Espalhe suas terras diante de seus pés! (...) Que os mais fracos falem e os mais fortes ouçam! Que os mais fortes falem e os mais fracos ouçam! Que a paz e a concórdia sejam estabelecidas na Assíria!

– “Hino de Coroação de Assurbanipal II”²¹

- O que tirou o Oriente Próximo e o Mediterrâneo da Idade das Trevas?
- Por que os neoassírios eram tão brutais?
- Como seu sistema imperial se manteve unido?

A recuperação da Idade das Trevas marcou o verdadeiro início da Era dos Antigos Impérios. A sucessão mais ou menos contínua de impérios, que se estendeu do século VIII a.C. até o século VIII d.C., testemunhou a origem e a queda de algumas das sociedades mais complexas de que temos notícia. Por todas as partes do Oriente Próximo, assim como o Mediterrâneo oriental e ocidental, grandes mudanças no fim dos séculos IX e VIII a.C. anunciaram alguns novos e importantes acontecimentos.

No Oriente Próximo, os neoassírios consolidaram seu domínio com uma brutalidade capaz de reavivar seus próprios registros, bem como a poesia romântica inglesa de todo o século XIX. No Ocidente, o Mediterrâneo começou a emergir como a unidade distinta de uma “terra interior de bárbaros”, com profundas implicações para séculos posteriores e a

21. A. Livingstone, *Court Poetry and Literary Miscellanea*, State Archives of Assyria 3 (Helsinki: Helsinki University Press, 1989).

disseminação do império no Ocidente. Navegadores fenícios cada vez mais voltavam a unir o Mediterrâneo Ocidental e o Oriente Próximo por intermédio de suas vastas redes comerciais que difundiam tanto suas mercadorias quanto sua cultura. Um grupo de colonizadores fenícios fundou Cartago, que mais tarde se tornou um grande reino norte-africano.

No Egeu, as populações gregas se expandiram de maneira acentuada, estimulando a disseminação dos colonos gregos por todas as partes do Mediterrâneo ocidental e oriental. Os gregos também começaram a dar seus primeiros passos na arquitetura e na arte sob forte influência dos modelos difundidos desde a recuperação do Oriente Próximo. Nas partes centrais e no norte da Itália, os etruscos começaram a construção de algumas cidades-estados muito duradouras e de uma cultura altamente influente. Em uma pequena cidade banhada pelo Tigre à sombra do poder etrusco, outro grupo, conhecido como os latinos, começou a deixar sua marca nos registros arqueológicos daquela época, sendo que suas lendas posteriores relacionam a origem romana à metade do século VIII a.C.

O tamanho e a escala dessas mudanças excluem essa época até mesmo dos pontos mais altos da Idade do Bronze. Como os historiadores podem explicar todos esses importantes novos acontecimentos quase ao mesmo tempo? Nossa análise dessa questão demonstrará a utilidade do modelo IEMP (ideologia, economia, força militar e política). Ela também irá sugerir a importância de considerarmos, quando possível, algumas forças ainda maiores, como padrões de mudança do tempo, que nos fazem percorrer o tempo e o espaço. Para responder de maneira satisfatória à pergunta das razões de tantos novos desenvolvimentos estarem em andamento, devemos olhar muito além do próprio Oriente Próximo e exatamente por sob os eventos políticos famosos ou infames da época. Portanto, este capítulo, de maneira breve, estabelece o contexto mais amplo, enquanto se ocupa de modo específico da origem do império neoassírio, o primeiro na Era dos Antigos Impérios. Voltaremos, em capítulos posteriores, a abordar o tema dos acontecimentos simultâneos no Ocidente.

AS PASSAGENS DO TEMPO HISTÓRICO E A ORIGEM DA ERA DOS ANTIGOS IMPÉRIOS

A História geralmente parece contar a simples história de pessoas famosas (geralmente homens) realizando coisas importantes (geralmente batalhas). A ascensão dos neoassírios no domínio do Oriente

Próximo é retratada de maneira bastante conhecida nos *Anais Reais Assírios*, bem como em outros textos antigos com termos cheios de vida: batalhas, conquistas, domínios, invasões e projetos de construção. Detalhes como esses são vitais para a compreensão da origem neoassíria e devem ser considerados pelos historiadores, principalmente por serem, quase sempre, as únicas evidências escritas que temos. Entretanto, há limitações óbvias para a reconstrução do passado com base apenas em textos escritos compostos pelos vitoriosos e centrados nas façanhas dos reis. Muitos historiadores chegaram a admitir que a história, de qualquer era, desenrola-se em níveis de tempo inter-relacionados, de diferentes formas e com velocidades distintas. Há muita coisa sob e além dos acontecimentos superficiais, que os historiadores podem usar para reconstruir o passado. A História é, de certo modo, a história das mudanças e da continuidade. Para avaliarmos ambos os pontos de maneira absoluta, devemos olhar para as ações pessoais imediatas no contexto de tendências de um período ainda mais longo.

A fim de darmos sentido aos diversos níveis de passagem do tempo, uma analogia de três sistemas entrelaçados de tamanhos diferentes – um pequeno, um médio e um grande – poderá nos ajudar. Uma camada superior, aquela dos acontecimentos reais, seria o menor dos três sistemas. Ela se movimenta com maior rapidez, sua posição muda com maior velocidade e suas movimentações são as mais notáveis. Nesse nível estão as façanhas dos reis, rainhas e nobres, geralmente descritas em dedicatórias cheias de glória, por exemplo, aquelas que sobrevivem nos arquivos neoassírios:

Naquele tempo, dominei toda a extensão da Montanha do Líbano e alcancei o Grande Mar do país dos amorreus. Limpei minhas armas no mar profundo e realizei oferendas de ovelhas a (todos) os deuses (...). Eu (tinha) feito uma escultura de pedra (celebrando) meus feitos heroicos e (a) ergui ali.²²

As pessoas e os acontecimentos são centrais nessa camada, como veremos, mas o estudioso do mundo antigo não deve encerrar aqui sua análise do passado.

Por baixo desse “sistema” superior existe um intermediário, que corre a uma velocidade um pouco mais lenta, mas com movimentos ainda discerníveis pelo observador cuidadoso. Nesse nível estão as estruturas sociais das sociedades e dos agrupamentos humanos. Os sociólogos que analisaram esse nível ofereceram grande ajuda aos

22. “Ashurnasirpal II (883-859): Expedition to the Lebanon”, citação de Pritchard, ANE, 188.

historiadores, pelo fato de mostrarem como a economia, ideologia e outros padrões se desenrolam e mudam com o passar do tempo, mas quase sempre mais lentamente do que a troca de reis em uma lista de sucessão, por exemplo. Geralmente (embora não necessariamente sempre), esses padrões e tendências duram muito mais tempo do que o período de vida de uma única pessoa e, assim, devem ser analisados com base não apenas nos relatos que felizmente sobrevivem de um determinado período de tempo. Nesse nível, alguns historiadores analisam *mentalités*, estruturas mentais que caracterizam um povo ou um grupo em um longo período de tempo – *le longue durée*, como geralmente é chamado. Michael Mann e seus colegas sociólogos históricos normalmente trabalham nesse nível intermediário, explorando tendências sociológicas mais longas, como, por exemplo, o desenvolvimento de hierarquias e poderes sociais, padrões demográficos e estruturas familiares.

Para a maior parte dos observadores, o maior “sistema”, na realidade, pode parecer nem sequer se mover; ainda assim, seus movimentos quase imperceptíveis podem afetar de maneira drástica o que acontece nos outros dois níveis. Esse nível, o extremo mais longo de *longue durée*, é a camada de tempo ecológica. Mudanças climáticas e a relação de longo prazo das pessoas com a terra são os fatores mais óbvios aqui. Em momentos decisivos e críticos da história, os estudiosos são capazes de ver de maneira explícita as ligações entre essa camada e tanto a camada superior de acontecimentos quanto do nível intermediário de estruturas sociais mais amplas.

O advento da Era dos Antigos Impérios é um desses momentos completos em que todos os três sistemas podem ser vistos juntos. Por exemplo, como veremos em breve, muitos eruditos veem uma grande mudança climática como um importante despertar da Era dos Antigos Impérios. Somado a outros fatores, isso pode ter ajudado a impulsionar novos desenvolvimentos no Mediterrâneo ocidental, bem como no Mediterrâneo oriental e no Oriente Próximo. As mudanças climáticas permitiram povoamentos e mudanças agrícolas que criaram oportunidades fascinantes para aqueles com os recursos necessários para dominá-los. Os resultados foram profundos. Os neoassírios tinham os IEMP necessários para a tarefa em uma época crítica no Oriente Próximo e foram capazes de executá-la com grande sucesso. A interação de todos os três “sistemas” nos ajuda a entender o que aconteceu no século VIII, o período do verdadeiro advento da Era dos Antigos Impérios, e por que isso ocorreu.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O NASCIMENTO DE UMA NOVA ERA

No decorrer do século IX a.C., o clima por todo o Oriente Próximo e o Mediterrâneo se tornou extremamente mais frio e mais úmido do que nos séculos anteriores. Os estudiosos investigaram essa mudança utilizando dados que tiraram de estudos de pântanos do norte da Europa que registram um aumento nos níveis de água, bem como por intermédio da descoberta dos altos níveis de neve nas calotas glaciais polares desse período. Climatologistas entenderam que “Ventos Ocidentais” mais consistentes resultaram em chuvas mais constantes em uma parte muito grande do mundo. Um resultado significativo e bastante visível dessa mudança foi um aumento relativamente pontual nos números populacionais, já que a produção de alimentos aumentou de maneira considerável. Uma produção maior de comida ajudou a estimular mais nascimentos, já que as populações se sentiam mais sustentáveis. Em algumas áreas, a população aumentou 100% ou mais ao longo do século VIII a.C. em resposta às alterações climáticas do século anterior, o que mostra a habilidade de certos grupos de tirar vantagem de novas oportunidades.

A mudança climática não foi o único fator para a promoção de novos desenvolvimentos, mas ela certamente alterou o cenário e abriu as portas para novas possibilidades, como veremos. O novo povoamento e recuperação de algumas áreas que tinham sido devastadas pelo colapso da Idade do Bronze, em especial no Egeu e no Oriente Próximo, são evidentes para os estudiosos da atualidade. A explosão “demográfica” resultante, se é que um movimento que durou mais tempo do que o tempo de vida de qualquer pessoa pode ser chamado assim, trouxe consigo implicações históricas importantes para a avaliação de curto e longo prazo da história. Dessa forma, o clima alterado causou mudanças diretas e indiretas nos quadros demográficos e na configuração das relações de poder por todas as partes do Oriente Próximo e do Mediterrâneo.

O aumento do potencial agrícola e as populações cada vez maiores trouxeram consigo novas oportunidades para as elites locais. No início do século VIII, muitos membros dessa elite local haviam enriquecido e se tornado poderosos como alguns dos reis de uma era anterior. O comércio além do nível local também estava ressurgindo em uma escala maior como causa e efeito de algumas dinâmicas de poderes recém-desenvolvidos. Reis ambiciosos e futuros unificadores, como os assírios do século IX a.C., tinham dificuldades de saquear essas elites locais cada vez mais poderosas. Com o aumento das populações, das riquezas e do comércio, os interesses se tornaram cada vez maiores

por todo o Oriente Próximo até o fim do século IX. O cenário estava pronto para um novo tipo de poder que incorporou esses grupos menores por meio da força em configurações maiores, os primeiros verdadeiros impérios da história.

O RENASCIMENTO DOS NEOASSÍRIOS

A restauração da ordem no Oriente Próximo após a Idade das Trevas era uma tarefa que só podia ser realizada com uma força e poder muito unificador. Os primeiros grandes ícones de “fora dos portões” – os neoassírios – utilizaram alguns dos exemplos mais gráficos de agressão que o mundo antigo iria conhecer. Na metade do século VIII a.C., o império neoassírio já havia se expandido de maneira rápida e brutal para se tornar o maior reino que o Oriente Próximo já conhecera. Com seu surgimento, vemos os “sistemas” pequeno e médio do tempo histórico trabalhando juntos, reagindo às mudanças no nível ambiental.

Durante sua história mais antiga como uma das peças-chave do Governo da Força da Idade do Bronze, os assírios tinham originalmente ocupado a cidade-estado de Assur, que era extremamente bem fortificada e que estava localizada na parte central do Tigre. Seus primórdios os mostram como uma periferia dos centros mais fortes da Idade do Bronze no sul da Mesopotâmia. Como um grupo, eles eram basicamente um ajuntamento de vilarejos agrícolas, mas outras cidades sempre ficavam em seu centro. Nos séculos XII e XI a.C., eles haviam embarcado em uma expansão que lhes concedeu um poder relativo impressionante por um tempo no norte da Mesopotâmia com centros em Assur, Nínive, Arbela e Kilizi, todas tradicionalmente parte das terras centrais antigas dos assírios. Constantemente perturbados por invasores, como os arameus, eles estavam no mesmo nível dos reinos menores da era da Idade das Trevas. Com fronteiras nunca maiores do que 120 quilômetros, eles eram menores do que o estado de Connecticut, nos Estados Unidos.

No século IX, porém, eles haviam ressurgido de alguns obstáculos iniciais e dado início a um processo de consolidação definitiva, estabelecendo ligações políticas e ideológicas com os reinos assírios do passado. Apesar de as ligações com as fases anteriores serem claras, a inovação e a mudança também foram centrais à ascensão dos assírios. Sua língua de acadianos, suas ideias mais essenciais de realeza e seu culto importantíssimo de Assur foram algumas das continuidades-chave ao longo dos estágios da história dos assírios. Em todas essas três áreas, entretanto, mudanças aconteceram. Uma coisa importante que eles aprenderam

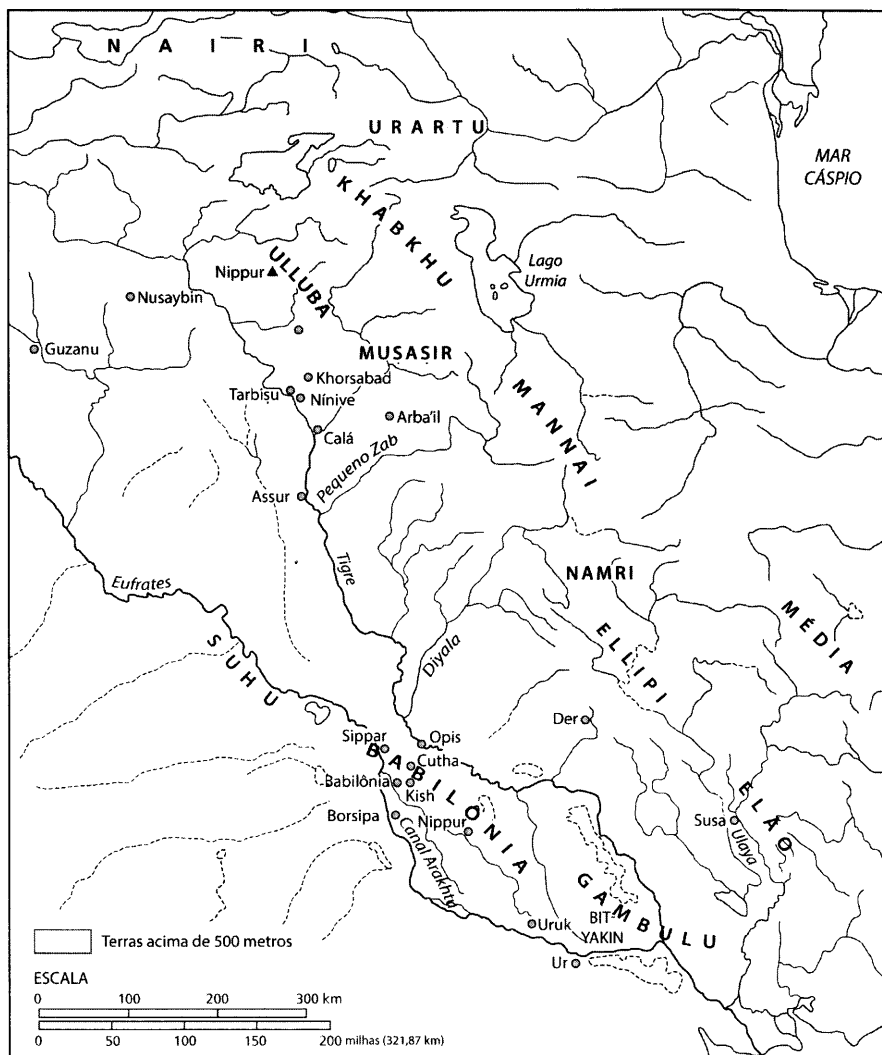
com seus inimigos, os arameus, foi o idioma aramaico, que eles ajudariam a disseminar por todo o Oriente Próximo como uma língua franca. O império assírio se tornou bilíngue, com grupos significativos de pessoas que falavam o aramaico junto com aqueles que falavam o acadiano nativo. Suas ideias de realeza, conforme veremos, também mudaram e se desenvolveram; o rei se tornou o sacerdote superior de Assur de um modo nunca visto antes.

Sua fase de expansão inicial, que em comparação não foi tão espetacular, começou no século X sob a regência de Adad-nirari II (r. 911-891 a.C.) e de seu filho Tukulti-Ninurta II (r. 890-884 a.C.). Suas campanhas uniram a Mesopotâmia superior sob a regência dos assírios e foi aí que deram início a um processo de exploração econômica e coleta de impostos que começou a encher os cofres assírios. Uma verdadeira movimentação para a criação de um império, porém, começou sob a regência de Assurnasirpal II (r. 883-859 a.C.), que invadiu e conquistou todas as partes das terras centrais assírias, tendo finalmente levado seu domínio até as margens do Mediterrâneo. Os reis assírios estavam finalmente vivendo à altura da antiga ostentação em meio à realeza da Mesopotâmia, que se gabava de lavar suas armas no mar. Em áreas conquistadas por eles, os neoassírios normalmente removiam as elites mais nobres, substituindo-as por pessoas de seu próprio povo; de modo geral, os administradores de níveis não tão superiores eram mantidos no local para garantir a continuidade e a estabilidade. Com Assurnasirpal II em específico, vemos o surgimento da forte linguagem de domínio universal que irá caracterizar o restante do império assírio e da maioria dos demais que vieram após eles:

Assurnasirpal, vice-regente de Assur, escolhido dos deuses Enlil e Ninurta, amado dos deuses Anu e Dagan, arma destrutiva dos grandes deuses, rei forte, rei do Universo, rei da Assíria (...) homem valente que age com o apoio de Assur, seu senhor, e que não tem rivais dentre os príncipes dos quatro cantos (...) o rei que subjuga aqueles que não são subordinados a ele, aquele que governa todos os povos (...) aquele que é vitorioso em todos os países.²³

Depois de estabelecer sua capital em Calá, Assurnasirpal revitalizou o estilo do palácio assírio, dando-lhe um programa decorativo distinto que apresentava basicamente campanhas reais, caçadas régias e rituais imperiais. Na dedicatória de seu palácio em Calá, ele se vangloriava de que 47.074 “homens e mulheres foram convidados de todas as partes da minha terra”, além de diversos dignitários e locais, em um incrível total

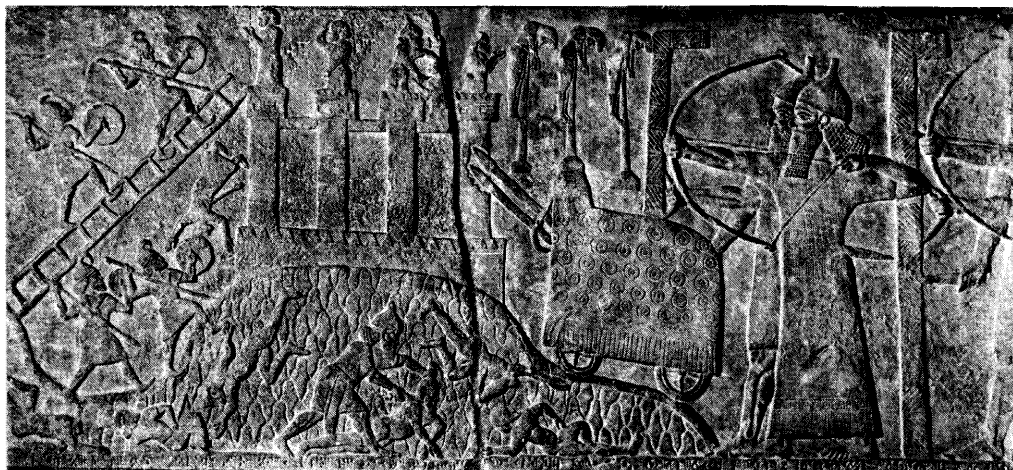
23. A. K. Grayson, *Assyrian Rulers of the Early First Millenium. B. C. I (1114-859 B. C.)*, *The Royal Inscriptions of Mesopotamia*, vol. 2 (University of Toronto Press, 1991), 275.



2.1. Mapa do império neoassírio. Em *Cambridge Ancient History*, vol. 3, pt. 2, p. 72.

de 69.574 convidados. A todos, ele ofereceu vinho e jantar, banho e unção “por dez dias” antes de enviá-los de volta aos lugares mais distantes de seu reino para declarar as belezas de seu palácio e as maravilhas de sua cerimônia dedicatória.²⁴ Ele estava evidentemente declarando sua soberania tanto no centro de seu reino quanto em suas periferias por meio desse ato.

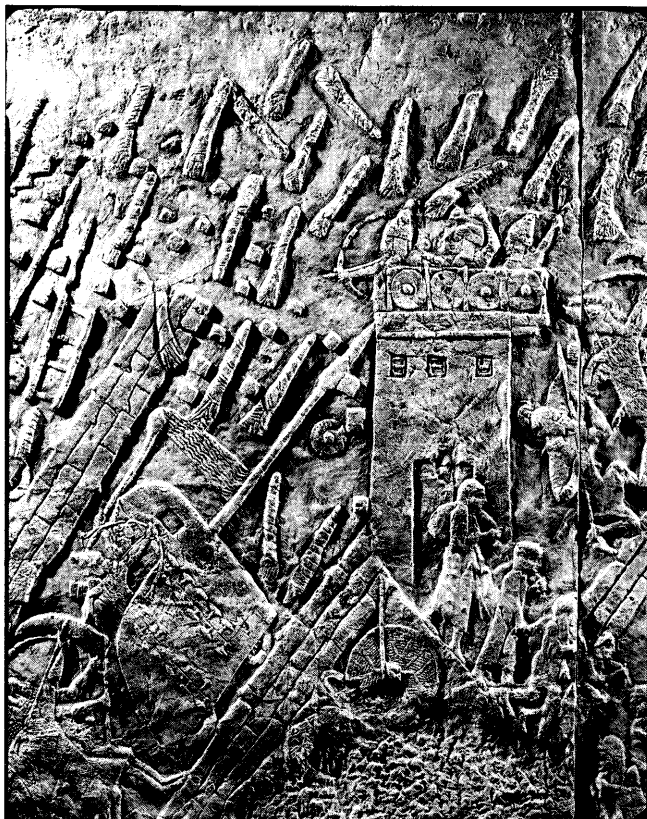
24. Grayson, 293.



2.2. Tiglate-pileser III atacando uma cidade com um aríete. Werner Forman/Recurso de Arte, NY.

O filho de Assurnasirpal, Salmanasar III (r. 858-824 a.C.), esforçou-se para manter a hegemonia assíria contra uma variedade de grupos rebeldes ou resistentes e invasores de fronteiras. Em 853, na Batalha de Carcar, uma coalizão de regimes fenícios e sírios se uniu a Ahab de Israel e lutou contra os assírios. No final do reino de Salmanasar, o poder assírio diminuiu ainda mais. Ao longo desse período e depois dele, os assírios foram desafiados por insurreições babilônicas. Os babilônios, com uma história rica e uma cultura influente própria, provaram ser um grupo difícil de ser incorporado e mantido sob domínio. Os assírios, portanto, trataram os babilônios e sua cultura com um pouco de ambivalência. Embora mantivessem um alto grau de respeito pela cultura babilônica mais antiga, chegando inclusive a empregar sua língua como seu dialeto literário, os assírios também insistiram em seu domínio sobre os babilônios.

As terras centrais da Babilônia, porém, permaneceram, de maneira essencial, intactas durante essa fase temporária de declínio. Houve certa perda de território, já que alguns governadores locais proclamaram sua autonomia, além de uma falta de expansão ter causado uma perda definitiva de prestígio no contexto internacional. Forças locais eram difíceis de ser controladas em uma época em que a riqueza local estava em crescimento, como discutimos anteriormente. Entretanto, essa antiga fase de expansão determinou o cenário para o império mais sólido que estava por vir.



2.3. Torre com defensores. Assírios atacam a cidade judaica fortificada de Laquis. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

O verdadeiro momento de domínio assírio sobre o Oriente Próximo começou com Tiglate-pileser III (r. 744-727 a.C.), que deu início a um processo de expansão bem-sucedido e incomparável contra os reinos ao redor da Mesopotâmia, Síria, Anatólia e Egito (fig. 2.2). Em paralelo a algumas mudanças administrativas cruciais dentro do governo provincial (como, por exemplo, a divisão das tarefas militares e econômicas), ele criou um exército permanente, o *kitsir sharruti*. Seus filhos, Salmanasar V (r. 726-722 a.C.) e Sargão II (r. 721-705 a.C.), continuaram as conquistas, solidificando o domínio assírio na Anatólia e no Levante. Os dois sucederam seu pai ao serem coroados reis da Babilônia e da Assíria. A resistência à regência de Sargão II, em especial, foi bastante firme, graças, em parte, às questões a respeito de sua legitimidade como herdeiro do trono. Ele passou todo o seu reinado tentando subjugar rebeliões internas e afastar grupos como os urartianos, caldeus, israelitas

e até mesmo os gregos de Chipre. Seus próprios anais oficiais afirmam, de forma um tanto ilusória, que ele conduziu uma grande campanha a cada ano de seu reinado.

Os reis assírios que sucederam Sargão II – Senaqueribe (r. 704-681 a.C.), Esarhaddon (r. 680-669 a.C.) e Assurbanipal II (668-631/627? a.C.) – estabilizaram ainda mais o domínio assírio, em especial ao longo das zonas fronteiriças, e expandiram as conquistas assírias no Egito e no Elão. Senaqueribe fundou sua própria capital em Nínive e passou seu reinado tentando controlar rebeliões, incluindo uma em Judá, que resultou em um cerco de Jerusalém e a destruição de Laquis pelo exército assírio, retratada graficamente em uma série de alto-relevos no “Palácio sem um Rival” de Senaqueribe em Nínive (fig. 2.3). Cansado dos murmúrios da Babilônia, ele simplesmente destruiu a cidade. Esarhaddon, seu filho, reconstruiu a Babilônia e continuou a desenvolver estratégias imperiais para controlar as revoltas na Babilônia e em muitos outros lugares. Oficialmente, ele dividiu a realeza da Assíria e da Babilônia entre seus filhos, uma medida que foi bem-sucedida por algum tempo.

Sob a regência de Assurbanipal II, o império assírio alcançou seu ápice territorial. Assurbanipal é famoso também por sua reconstrução extensiva de templos por todo o seu reino, mostrando, como exploraremos mais adiante, a ligação na mente dos assírios entre a piedade e as questões de guerra. A partir de novas dedicatórias em templos e outras inscrições, o número de textos escritos de seu reinado é inigualável entre os regentes assírios. Como resultado, os historiadores contam com ideias impressionantes das obras do sistema assírio em seu ápice.

De modo geral, e apesar das constantes revoltas, alguns eruditos chamaram o período entre o fim do século VIII e o fim do século VII no Oriente Próximo de *Pax Assyriaca* (“Paz Assíria”). Esse foi um tempo durante o qual a ordem na Assíria foi estabelecida por toda a parte, sendo que um vasto reino assírio se expandiu e foi mantido. (Observe, por exemplo, a ênfase no estabelecimento da concórdia e da paz na “terra vasta” no “Hino de Coroação de Assurbanipal II”, a citação de abertura deste capítulo.)

A LÓGICA DO DOMÍNIO ASSÍRIO

Com seu poder solidificado, e com uma relativa abundância de exemplos visuais e verbais de seus métodos, as técnicas de expansão e domínio dos assírios parecem ser muito práticas – simplesmente causando temor em todos ao seu redor com submissão e saques de seus espólios. A feliz sobrevivência dos *Anais Reais Assírios*, além de muitas outras

pesquisas atuais, proporciona uma ladainha canônica de atos que incluem línguas arrancadas, lábios partidos, a prática em grandes quantidades de esfolar prisioneiros vivos cujas peles eram então emplastradas nos muros de torres de guarda como “papel de parede”, cenas vívidas de centenas de rebeldes conquistados pregados com estacas e pendurados ao redor das cidades dominadas e assim por diante (fig. 2.4). Uma cena comovente retrata nobres assírios em um banquete em um lindo jardim, com músicos alegrando o ambiente. Uma árvore aparece com uma cabeça humana pendurada em seus galhos, como se fosse uma fruta, acima dos músicos (fig. 2.5). A longa lista de suas atrocidades declaradas é inigualável na história humana. Suas próprias inscrições e artes visuais mostram abertamente essas proezas. Os assírios, então, não conquistaram sua reputação das mãos de inimigos cruéis. Seria difícil para qualquer um desses inimigos fazer com que parecessem mais ferozes do que eles mesmos queriam parecer. No entanto, será que eles de fato eram apenas piratas apavorantes em uma grande escala?

Os estudiosos explicaram as medidas assírias extremas de diversas maneiras. Um ângulo indica que sua brutalidade era como o preço a ser pago por se aproveitar do Oriente Próximo naquela época. Momentos desesperadores, para simplificarmos o período, exigiam medidas desesperadoras. A Idade das Trevas e seus nobres locais posteriores tornaram a consolidação uma tarefa difícil e impiedosa – e impiedosa também foi a solução encontrada pelos assírios, por qualquer pessoa que tente avaliá-la.

Um ângulo semelhante indica que a crueldade assíria tinha a intenção de criar um “muro do medo” necessário em função de uma falta de fronteiras naturais. Eles não tinham como contar com rios e montanhas para ajudá-los a manter seu império e, portanto, defendiam-se apenas com sua prática de causar temores impiedosos a todos ao seu redor – uma maneira eficaz de fazer propaganda de si mesmos. Seu império fora construído basicamente em uma espécie de “imperialismo defensivo”, exatamente da forma que algumas pessoas afirmam ter sido utilizado pelo Império Romano. Suas principais terras, na verdade, eram muito vastas, ao longo de toda a história, com a Babilônia ao sul, o Levante e a Anatólia ao oeste e invasores das cordilheiras de Zagros por todas as suas regiões ao sul e ao leste.

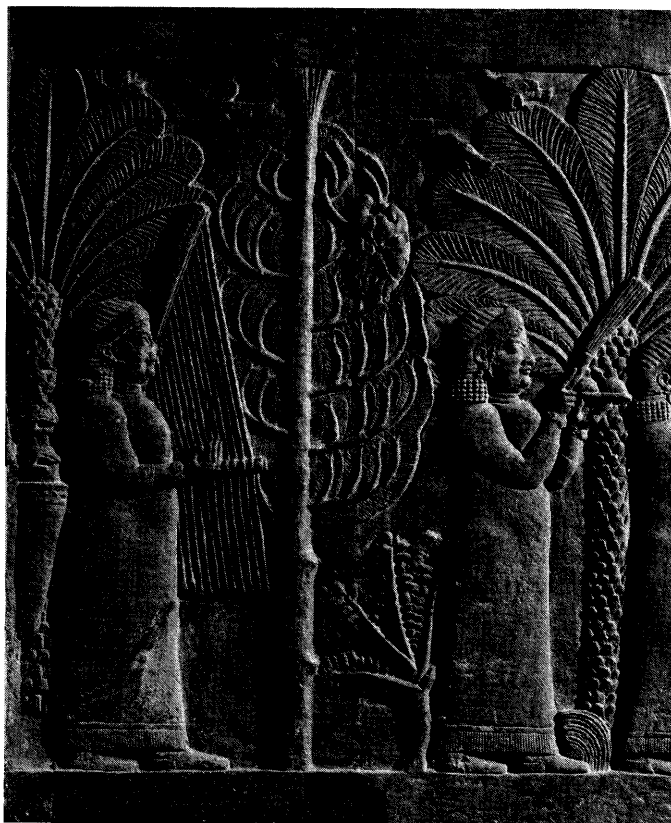
Com frequência, o impulso imperial assírio é visto apenas como uma forma de ambição sustentada principalmente pelo desejo de glória e lucros por parte de seus líderes. Entretanto, embora certamente haja certa legitimidade de todos esses ângulos e explicações, nenhum deles sozinho



2.4. Guerreiros assírios empalando prisioneiros judeus após conquistar a fortaleza judaica de Laquis. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

explica por que foram os assírios, e não nenhum outro reino da Idade das Trevas, que ocuparam o topo do mundo por mais de um século.

Uma análise diversificada mais recente do sistema social dos assírios, realizada por estudiosos, revelou um intercâmbio complexo de IEMP. O que eles tinham não era simplesmente um império construído com uma brutalidade desumana e conquistas desordenadas (ao contrário do que eles próprios afirmavam, assim como o parecer de alguns historiadores). Na realidade, sua real ação militar, assim como a da maioria dos impérios, era geralmente seu último recurso na construção e manutenção de um império. Atualmente, estudiosos sugerem que, apesar da estridente retórica belicosa que afirma o contrário, os assírios preferiam muito mais uma diplomacia coerciva a campanhas militares, pois elas impunham um alto custo à vida humana e a interrupção da produção e do comércio. Para confirmar isso, um espetáculo de conquistas e brutalidades foi construído



2.5. Um harpista nos jardins de Senaqueribe. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

bem no centro de seu sistema, mas eles, de modo dramático, engrandeciam suas declarações de brutalidade a fim de evitar ações marciais. Como resultado, a ação militar era mais frequentemente usada como uma forma de ameaça persuasiva do que de fato realizada de verdade. Entretanto, sempre existe muito mais em toda a história.

Pesquisas recentes também investigaram sua ideologia religiosa como um incentivo para a expansão, bem como um modo de legitimação de seu domínio em relação às populações de súditos. Enquanto antigos estudiosos costumavam subestimar esse aspecto e encarar a ideologia religiosa apenas como um disfarce para motivações mais concretas, políticas ou materiais, muitos eruditos da atualidade não veem essas proclamações como cortinas de fumaça e, ao contrário, acreditam que eram uma expressão de motivações bastante reais para os assírios. Para eles, a “guerra era apresentada como um comando divino, nunca como um ato de pura agressão militar” Amelie Kuhrt, *The Ancient Near*

East c. 3000-330 B.C., vol. 2 (London: Routledge, 1994), 511.²⁵ A guerra era, em essência, um ato de piedade. Seu principal deus, Assur, ordenou que eles cumprissem a ordem (ou Cosmos) dos reinos divinos na Terra. Nos textos, Assur chama o mundo de sua “área de caça”. Os assírios receberam o comando divino de conquistar e subjugar, tornando assim a hierarquia terrena pronta para a celestial. Sua conquista e subsequente estabelecimento da ordem imperial tinham como único objetivo “trazer o céu à terra”. Eles deveriam oferecer uma ordem divina (Cosmos) ao caos fragmentário que caracterizara os séculos anteriores. Suas inscrições são bastante claras e explícitas com relação a isso. Por exemplo, Esharhaddon explica seu tratamento dos rebeldes em uma região montanhosa:

Você começou a lutar e a se rebelar contra mim e perturbou as armas implacáveis de Assur em seu local de descanso. Eu não dei ouvidos às suas [um rei que inicialmente se recusou a se render] súplicas. Não aceitei seus pedidos de perdão. Não permiti que ele implorasse. Não voltei meu olhar desviado na direção dele, meus sentidos enfurecidos não se acalmaram diante dele. Meu coração atribulado não encontrou descanso. Não senti pena dele e não pedi “Misericórdia (*ahulap*)!” por ele.²⁶

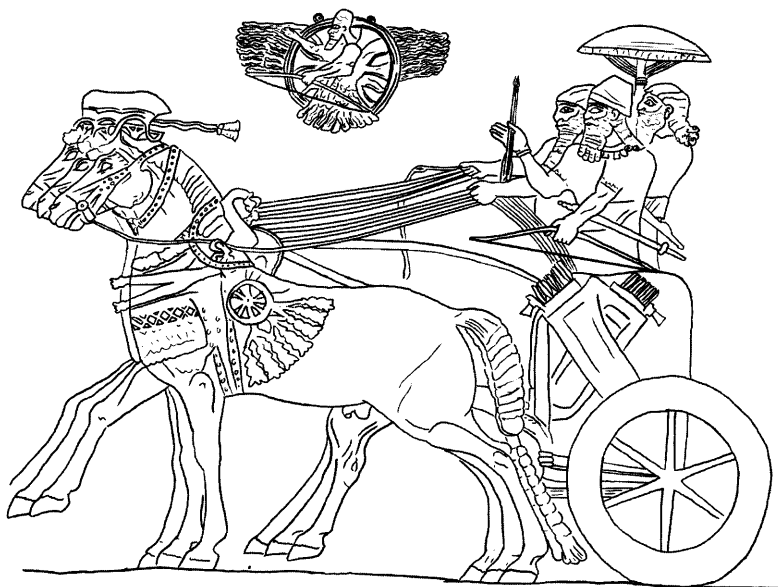
A conclusão é esperada – esse regente teimoso, que “perturbou as armas implacáveis de Assur”, em pouco tempo e por mérito, seria destruído sem piedade.

No ápice visível do sistema ideológico assírio estava o rei, “o grande rei, poderoso rei, rei do Universo, rei do mundo de Assur”, como muitos textos se referem a ele. Nos textos neoassírios, ele também é conhecido como o Šangû (Sacerdote ou Administrador Divino) de Assur. O famoso “Hino de Coroação de Assurbanipal II” enaltece o rei como sendo “abençoado”, “justo” e “prudente”. Ele personificou uma força moral em função de sua posição como o administrador de Assur, ordenou a extensão da ordem divina por meio da expansão e consolidação das conquistas militares assírias (fig. 2.6).

Devemos também observar que no “Hino de Coroação”, um resultado-chave que emana de um reino justo é que os “mais fracos” falarão e os “mais fortes” escutarão. A oração dizia que a justiça social em todos os níveis iria fluir de sua regência. Para o rei, então, a conquista e a punição estavam, de modo bastante literal, libertando o mundo dos malfeitores e cumprindo a justiça divina. Sua constante apresentação

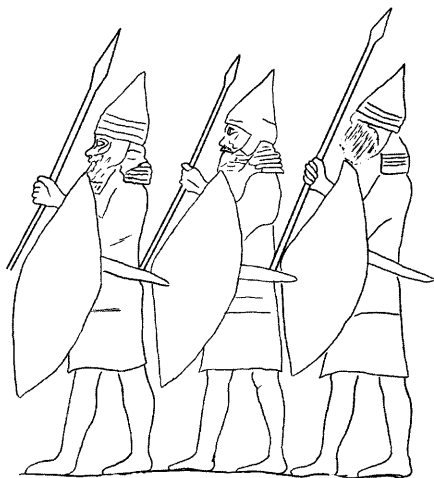
25. Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East c. 3000-330 B. C., vol. 2* (London: Routledge, 1994), 511.

26. Kuhrt, vol. 2, 509.

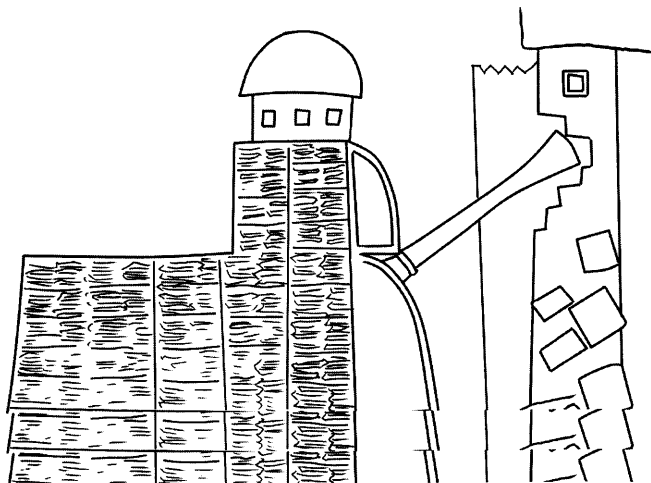


2.6. Marcha triunfal de Assurnasirpal, com Assur acima. Desenho de Andrew Welton.

como um guerreiro de “justiça”, assim, revela parte do sistema ideológico assírio: qualquer pessoa que desafiasse o domínio assírio (isto é, recusasse se submeter ao mandato de Assur) era, na verdade, um “malfeitor” e, portanto, deveria ser tratado dessa forma. Ainda pior era qualquer pessoa que traísse sua lealdade a Assur. A justiça, a paz e a ordem, para os assírios, só poderia ser resultado da submissão a Assur, por intermédio de seu representante na terra, o grande rei do Universo.



2.7. Soldados assírios. Desenho de Andrew Welton.



2.8. Armas de cerco. Desenho de Andrew Welton.

Um sistema militar ímpiedoso era necessário para sustentar e apoiar as reivindicações dos assírios. Felizmente, diversas técnicas e inovações tornaram seu exército um defensor eficaz da ordem divina que os assírios se esforçavam por manter. O exército consistia de cocheiros armados com arcos e flechas, apoiados por uma poderosa cavalaria (a primeira verdadeira cavalaria organizada da história); a infantaria armada com capacetes, escudos, lanças e adagas; e, por fim, arremessadores habilidosos (fig. 2.7). As carruagens e a cavalaria usavam cavalos mais pesados e mais velozes do que já se tinha ouvido antes de modo consistente em manobras militares. Os assírios também foram um dos primeiros grupos a usar o ferro em grande escala com todos os seus soldados. Finalmente, para ajudar a derrubar os muros das cidades fortificadas de seus adversários, eles desenvolveram e aperfeiçoaram suas armas para realizar os cercos utilizando, por exemplo, os aríetes, para destruir os portões, e a tartaruga, usada para abrigar e proteger os soldados enquanto eles derrubavam as paredes (fig. 2.8). Por outro lado, pelo fato de conhecerem sua própria vulnerabilidade semelhante, os assírios também se defendiam por meio da construção de muros extremamente fortificados ao redor de suas cidades, como fizeram ao longo de toda a sua história antiga.

Parte de seu sucesso veio de uma população mais fortemente armada, aquela formada pelos camponeses livres que lutavam nos exércitos. Isso era algo novo; armas de bronze de uma era anterior, além de serem mais leves do que o ferro, eram geralmente caras demais e utilizadas somente por um pequeno número de soldados. Seu exército, no início, era formado apenas por assírios, mas as exigências de um império cada

vez maior logo os obrigaram a usar súditos conquistados e a empregar mercenários. Um grupo crucial de estrangeiros era o dos ituanos, uma tribo aramaica que, assim que foi conquistada por Tiglate-pileser III, se tornou “uma ramificação altamente móvel e versátil do exército permanente”.²⁷ Uma estimativa recente considera um exército como tendo mais de cem mil membros no século VIII a.C., incluindo um número significativo de soldados profissionais.²⁸ Entretanto, os números são bastante contestados, com outras estimativas que chegam a 40 mil. Independentemente dos números envolvidos, a organização militar impressionante dos neoassírios passaria a ser muito copiada, a cada momento com novas modificações, por senhores aspirantes do Oriente Próximo.

No solo, por assim dizer, o método assírio de conquista era bastante formalista e repetitivo, ao menos conforme apresentado em suas próprias fontes. O rei e seu exército apareciam diante dos muros de uma cidade estrangeira ou rebelde, pedindo que seus habitantes se submetessem ao seu domínio. Todos os estrangeiros que se entregassem imediatamente eram poupados, mas exigiam que fizessem um juramento de lealdade ao deus Assur. Esse, de forma alguma, era um juramento exclusivo (os assírios eram tão radicalmente politeístas quanto praticamente todas as sociedades do Oriente Próximo), mas isso mostrava que eles se curvavam diante da vontade de Assur, mediados por seu representante na Terra. Como um lembrete, às vezes, os assírios se apoderavam de estátuas de deuses locais das cidades rebeldes e, então, devolviam-nas com o nome “Assur” escrito nelas. Assim, os subjugados se tornavam vassalos dos assírios e tinham de pagar um tributo anual, que correspondia ao valor da manutenção da ordem e servia como uma oferta a Assur. A brutalidade desumana pela qual os assírios se tornaram tão conhecidos era geralmente reservada para aqueles que resistiam com rigor à conquista ou, ainda pior, que quebrassem o juramento de lealdade a Assur – arrancar a pele de pessoas ainda vivas ou a prática de empalar homens sobre estacas era o mínimo que os assírios podiam fazer com aqueles que desafiavam a própria ordem moral do Universo. As ações extremas simplesmente demonstravam que o próprio rei personificava uma força moral que determinava o que era certo ou errado. Isso mostra também que sua definição da “necessidade” de uma ação militar era de uma natureza distinta da nossa.

Abaixo do rei estavam os *Mâr Banûti* – literalmente, os “filhos da criação”. Esses administradores de elite ocupavam cargos por um

27. Steven Garfinkle, “The Assyrians: A New Look at an Ancient Power”, em *Current Issues and the Study of the Ancient Near East*, ed. Mark W. Chavalas (Claremont, CA: Regina Books, 2007), 53-96, em 82.

28. Garfinkle, 83.

prazo de 30 anos. Eram agraciados com grandes propriedades que forneciam tropas que, por sua vez, realizavam as conquistas pelas quais eles, então, recebiam propriedades ainda maiores. Uma espiral ascendente deu ao sistema força e poder de expansão, por algum tempo. Quanto mais bem-sucedidos eram os nobres, maiores eram as chances de recompensas ricas, tanto na forma de terras como no serviço futuro dos soldados. Os *Mâr Banûti*, então, contavam com incentivos econômicos fortes para se manter leais e continuar com as conquistas em nome de seu rei e do deus Assur.

As elites assírias substituíam as elites estrangeiras na maioria das vezes. Naquilo que ficou conhecido como o Modelo de Substituição de Elites, os conquistadores destituíam a camada social mais elevada de um povo conquistado, colocando as elites assírias em seu lugar. A maioria da população, mais de 90%, era deixada em paz. Esse modelo era bastante generalizado por todo o mundo pré-moderno e se refere à continuidade de longo prazo dos padrões de reorganização social. Ernest Gellner considera o padrão geral nos seguintes termos:

A classe regente forma uma pequena minoria da população, separada de forma rígida da grande maioria de produtores agrícolas diretos, ou camponeses (...). Abaixo da minoria horizontalmente estratificada no topo existe outro mundo, aquele das comunidades subordinadas lateralmente separadas dos membros leigos da sociedade. O Estado tem interesse em cobrar impostos, manter a paz e não muito mais que isso.²⁹

A vida era bastante consistente além dos limites dos plebeus, independentemente de quem fosse seu regente. Entretanto, conforme dito anteriormente, os administradores de níveis mais baixos eram quase sempre mantidos em seus lugares a fim de garantir a continuidade do domínio no nível local. Contanto que os impostos continuassem sendo pagos, a estrutura local permanecia quase totalmente intacta. Esse tipo de sistema caracteriza praticamente todo o império do Oriente Próximo que estudaremos neste livro. (Lembre-se de que, na Introdução, Udjahorresne recebeu uma posição social e foi instrumental para contribuir na garantia de uma continuidade tranquila entre os impérios; o poder político de nível mais elevado foi reservado para os persas.) A grande exceção desse modelo antigo de conquista e governo foi o do Império Romano, que usava um sistema de eleição de elites, em vez de sua substituição, em que elites-chave não romanas eram “vencidas” por romanos e utilizadas para posições de liderança importantes e poderosas.

29. *Nations and Nationalism* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983), 9-10.

Até que ponto as pessoas comuns tinham suas vidas mudadas pelo sistema imperial assírio? Ou, para emprestarmos as palavras do “Hino de Coroação” de Assurbanipal II, até que ponto os “mais fracos” falavam e os “mais fortes” de fato ouviam? É sempre difícil no mundo antigo (e na maior parte dos períodos históricos) reconstruir as vidas daqueles que não pertenciam às elites, além de ser quase impossível termos certeza de seus sentimentos a respeito do império dentro do qual se encontravam por causa de uma ausência básica de fontes disponíveis. Há duas maneiras usadas pelos historiadores para tentar reconstruir suas vidas. A primeira é uma abordagem ampla, utilizando uma teoria não específica para tentar encaixar os plebeus em um cenário geral do mundo pré-moderno. Os paralelos de vidas comuns ao longo dos milênios no Oriente Próximo e no Mediterrâneo são bastante evidentes aqui. O modelo de Gellner de continuidade pelo mundo pré-moderno dos grandes grupos de produtores é uma tentativa de grande influência. A segunda abordagem, geralmente integrada à primeira, utiliza esforços meticulosos para relacionar fragmentos perdidos de informações para construir um cenário geral.

Uma ideia bastante específica dos comuns começa então a surgir. Embora não saibamos de fato nem ao menos o tamanho da população daquilo que Kuhrt chama de pessoas “quase livres” do império assírio, pesquisas recentes revelaram informações acerca de um número relevante de pessoas comuns contratadas para trabalhar como, por exemplo, “tecelões, taverneiros, curtidores de couro, extratores de óleo, ferreiros, pastores, fazendeiros, jardineiros”.³⁰ Todas essas pessoas contribuíram, ao seu próprio modo, com esse império vasto e tão diversificado. Um estudo recente pesquisou 177 textos legais e administrativos para reconstruir a vida familiar de “famílias de camadas mais baixas”.³¹ Provavelmente nunca saberemos o que a maioria dessas pessoas pensava a respeito de ser conquistadas e regidas por um senhor estrangeiro, mas rebeliões internas aconteciam com frequência suficiente que é quase certo que alguns habitantes não aprovavam a hegemonia assíria (embora os líderes dessas rebeliões geralmente fossem de classes sociais mais elevadas).

O império assírio, bem como quase todos aqueles que vieram depois deles, era dividido em províncias para facilitar a organização e o governo. Cada província era regida por um governador (*šaknu*) que era responsável por preservar o sistema imperial. O *šaknu* ajudava a manter a infraestrutura imperial que incluía as estradas, os prédios e os sistemas de comunicação no nível local. Em seu palácio de governo, ele

30. Kuhrt, vol. 2, 534.

31. Gershon Galil, *The Lower Stratum Families in the Neo-Assyrian Period* (Leiden: Brill, 2007).

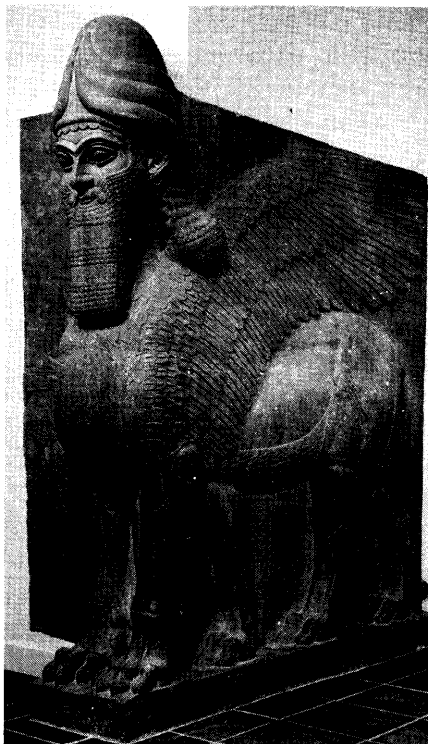
recebia o rei viajante e lhe fornecia soldados e outros recursos necessários. Um de seus mais importantes papéis era garantir a cobrança e o envio de impostos aos centros imperiais. Mais tarde, o império persa ficaria bastante conhecido por aplicar um sistema provincial sofisticado; as pessoas geralmente se esquecem o quanto os persas devem aos antigos assírios por tudo isso.

Uma ferramenta administrativa inovadora e famosa dos assírios surtiu repercussões demográficas de longo prazo: seu processo de deportação, ou repatriação, em que os assírios faziam com que uma população conquistada fosse levada e estabelecida longe de seu lar original ou simplesmente faziam com que dois povos subjugados trocassem de lugar. A prática, que começou com Tiglate-pileser III, deslocou um número considerável de pessoas. Um historiador calculou que entre 745 e 612 a.C., em 157 deportações e repatriações documentadas, um total de 4,5 milhões de pessoas foram deslocadas dessa forma.³² Apenas o reino de Senaqueribe pode ter chegado a deslocar 470 mil pessoas. Tradicionalmente, isso é visto simplesmente como uma medida para desestimular as rebeliões, pelo fato de romper as lealdades e identidades locais associadas a um determinado lugar – ou seja, as pessoas têm menor chance de se rebelar quando deixam de morar e defender suas próprias terras tradicionais. Estudos recentes indicaram que a deportação e a repatriação provavelmente também tinham o objetivo de reforçar áreas com populações menores a fim de manter a terra com um bom cultivo e, com isso, manter o suprimento alimentar imperial da maneira mais estável e consistente possível em meio às guerras, cercos e revoltas.

Os assírios declaravam suas conquistas e a manutenção do império por meio de um programa artístico e cultural, cuja escala e detalhes não tiveram precedentes no Oriente Próximo. Chamado por algumas pessoas de a Renascença Assíria, esse programa testemunhou a construção de novas cidades, palácios e templos, acompanhado de uma incrível expressão artística e arquitetônica interior e exterior (fig. 2.9). Os assírios são comumente lembrados, na verdade, por provocar a verdadeira (re)urbanização da Mesopotâmia, tanto pela construção de áreas que eles conquistaram quanto pela criação de um exemplo bastante extenso de embelezamento urbano. Seus palácios, que eram impressionantes, se não macabros, costumavam ser decorados com afrescos e relevos de cenas de guerra, conquista, caça e banquetes. Desde a época dos assírios, a ligação entre o império e a arte monumental e arquitetura era bastante evidente. Todos os impérios posteriores seguiriam seu costume de empregar programas

32. Francis Joannès, *The Age of Empires: Mesopotamia in the First Millenium B. C.*, trad. Antonia Nevill (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005), 59.

2.9. Painéis em alto-relevo. Museu Metropolitano de Arte/Recurso de Arte, NY. Presente de John D. Rockefeller, Jr., 1932.



artísticos imensos para declarar seu império e, com ele, proclamar a restauração da ordem divina na Terra. A mente moderna, às vezes, esforça-se para entender como essa beleza e crueldade podiam caminhar juntas de modo tão contínuo. Contudo, para tentarmos compreender os assírios é preciso olhar para o mundo da mesma forma que eles.

Os reis assírios também construíam enormes canais e jardins próximos aos seus palácios, uma prática seguida de maneira clara pelos babilônios. Isso, aliado às suas conquistas, fez com que o reino terrestre reproduzisse o celeste. Senaqueribe descreve seu “grande parque, como sobre o Monte Amanus, onde foram plantados todos os tipos de ervas e árvores frutíferas, como aquelas que crescem nas montanhas e na Caldeia”.³³ Os enormes jardins imperiais foram recentemente interpretados como “mapas botânicos e zoológicos do império, em que os reis assírios deixavam claro seu controle da periferia ao trazê-la até o centro.”³⁴ Seu embelezamento urbano, então, servia a dois propósitos evidentes. Por um lado, o projeto enviava uma mensagem forte de

33. Daniel David Luckenbill, *Ancient Records, Assyria and Babylon*, vol. 2 (Chicago: University of Chicago Press, 1927), 162.

34. Garfinkle, 95.

império e ordem dos centros cívicos para as periferias imperiais. Por outro lado, os jardins, em particular, traziam a periferia de volta ao centro para mostrar um firme controle imperial.

Além das escavações arqueológicas de suas cidades e jardins, grande parte daquilo que sabemos a respeito dos programas cívicos dos assírios foi tirada de longos textos e registros, pois a literatura foi um aspecto-chave da Renascença Assíria. Na Grande Biblioteca de Assurbanipal, em Nínive, mais de 20 mil paletas foram encontradas, incluindo os anais oficiais (Anais Reais), Listas do Rei, etc. Os conquistadores se orgulhavam com frequência em suas inscrições imperiais e painéis de alto-relevo da prata, ouro, roupas, gado e assim por diante, que eles adquiriam por meio das conquistas e programas de impostos, todos os quais tornaram possível essa “renascença”. Textos literários, religiosos e médicos ainda podem ser vistos em abundância. Seus mitos e lendas despertaram grande interesse dos historiadores e especialistas literários. O famoso Épico de Gilgamesh sobrevive até os dias de hoje em inúmeras cópias de textos assírios. O *Enuma Elish* registra suas origens místicas em termos que traçam um paralelo com outras histórias da criação do Oriente Próximo e do Levante.

Assim, uma análise mais detalhada do sistema social assírio mostra os IEMP trabalhando em conjunto de maneira firme para expandir, declarar e manter um vasto império. Mudanças ambientais proporcionavam oportunidades, enquanto os IEMP ofereciam os meios pelos quais os assírios construíram um império, ergueram e embelezaram cidades e detiveram a resistência. Uma questão difícil que os eruditos continuam tentando decifrar é com relação ao que veio primeiro – o estímulo material ou a ideologia? Será que inicialmente os assírios foram motivados por considerações materiais, e somente mais tarde exploraram a história das exigências de Assur como uma espécie de justificativa? Nós de fato sabemos que o importante título de Šangû de Assur foi aclamado somente no período neoassírio. Será que sua antiga ideologia religiosa foi remodelada nessa época para justificar seu desejo de força política em relação aos outros ou para acumular riqueza (ou ambos)? Ou, ainda, será que o estímulo inicial para a formação do império foi realmente o comando recebido de Assur, sendo que os benefícios materiais necessários para criar o céu na terra simplesmente foram resultado disso? Questões tão espinhosas são difíceis de ser respondidas de maneira decisiva, mas, ainda assim, elas devem ser levantadas, pois apontam para a complexidade do imperialismo (e da motivação humana em geral). É certo que, de qualquer modo, os IEMP estão todos presentes e contribuindo para a expansão e consolidação do império assírio.

O FIM DO DOMÍNIO ASSÍRIO

Apesar de seu tamanho sem precedentes e de toda a sua força aparente no Oriente Próximo, o império assírio ruuiu com uma velocidade impressionante e até misteriosa após o reinado de Assurbanipal II. No final, o império estava perto de seu ápice territorial e há pouca ou nenhuma evidência de declínio ao longo de seu tempo. Pouco depois de 612 a.C., o império desapareceu por completo quando os medos e os babilônios invadiram e arrasaram as fortes cidades de Nínive, Assur e Nimrud. A transição para os impérios subsequentes – dos babilônios e depois dos persas – foi consideravelmente tranquila. Alguns historiadores sugeriram que os assírios haviam sido tão eficientes na eliminação de rivais que um espaço se abriu, mais ou menos, para os novos invasores que, ao que tudo indica, não tiveram muito trabalho em sua conquista.

É certo que, como um império, os assírios nunca foram capazes de integrar povos de maneira absoluta, sendo que as rebeliões – embora despertassem uma reação tão reconhecidamente brutal – desafiavam o império em todas as partes, em especial nas regiões com culturas mais sólidas como no Egito e na Babilônia. Embora nenhum império tenha conseguido impedir todas as revoltas, impérios posteriores elaboraram estratégias para reduzir seu número. Para a vasta maioria das pessoas, simplesmente não existia lealdade ou grandes amores pelo império. Isso se tornou um problema, já que os assírios eram forçados, cada vez mais, a contar com a ajuda dos não assírios que não necessariamente compartilhavam da ideologia ou do programa imperial. Em resposta aos problemas endêmicos de governar estrangeiros com identidades próprias, impérios posteriores, como o dos persas, cultivavam, por meio de seus programas artísticos e políticas governamentais, um sentido de súditos que pertenciam a um todo imperial muito mais amplo. Os súditos eram apresentados como um componente necessário da ordem imperial, não simplesmente como seus subordinados. Os romanos, de longe o império antigo mais eficiente nesse âmbito, mais tarde iriam trabalhar com uma diversidade de métodos como, por exemplo, a extensão do conceito de cidadania como uma forma de incluir estrangeiros conquistados.

Aproximadamente 200 anos após a queda dos assírios, o historiador grego Xenofonte participou da famosa “Marcha dos Dez Mil”, que passou pelas ruínas de duas grandes cidades assírias, uma das quais era Nínive. Os moradores locais não foram capazes de lhe dar informações a respeito dos habitantes anteriores desses lugares abandonados. Eles simplesmente presumiam que as cidades tinham sido construídas

e ocupadas em algum momento pelos medos. Contudo, embora os detalhes específicos do império assírio tenham se perdido nas memórias da população local, a história da origem e da queda neoassíria ajuda a elucidar toda a era dos antigos impérios. Por meio da utilização de um programa rigoroso, que hoje podemos dizer que combinava todos os aspectos dos IEMP, os assírios deram início a um movimento espiralado de império que continuaria existindo até o fim do mundo antigo (e além dele). As oportunidades foram oferecidas, ao menos em parte, por uma mudança no nível mais básico da história, a mudança climática.

Impérios subsequentes continuaram trabalhando com base naquilo que Paul-Alain Beaulieu chama de um de seus maiores legados – um novo tipo de “ideia imperial”. O império era uma realidade que chegava para ficar; “não houve nenhuma tentativa séria de retomar o estado anterior de fragmentação política”. Com a nova era, o “fato irreversível” dos impérios surgiu, e acabou se tornando inculcado de forma “tão profunda na cultura política do Oriente Próximo que nenhum modelo alternativo poderia com sucesso desafiá-lo, na realidade, quase até a Era Moderna”.³⁵

Vários outros temas foram apresentados neste capítulo, voltaremos a abordá-los diversas vezes em nosso estudo. Os impérios futuros serão cada vez maiores em escala do que qualquer coisa vista antes. Enormes programas urbanos, incluindo todos os aspectos de uma arte monumental política e religiosa de grande escala, assim como sistemas arquitetônicos, rodoviários e de comunicação serão muito importantes nos impérios posteriores. Junto desse espetáculo de grande força e de renovação urbana impressionante, porém, também haverá uma ênfase consistente na proteção dos fracos e na manutenção da ordem e segurança daqueles que vivem dentro do império. Um sentido geral de justiça social foi visto como resultante do sistema imperial, por mais duro que ele possa parecer. Os termos dessa ordem e justiça foram (e continuam sendo) contestados, naturalmente. A retórica da represália contra os “malfeitores”, dentro e fora do império, permaneceu forte. A ameaça de resistência sempre esteve presente – todos os impérios futuros se tornariam brutais, em muitos casos comparáveis à forma de agir dos assírios. Embora todos os impérios exercessem a hegemonia, a maioria na verdade parece, em uma análise mais detalhada, relutante em usar a força física, utilizando-a somente como seu último recurso. A brutalidade, então, tinha o objetivo de deixar um exemplo memorável

35. Paul-Alain Beaulieu, “World Hegemony, 900-300 BCE”, em *The Companion to the Ancient East*, ed. Daniel C. Snell (Malden, MA: Blackwell, 2005), 48-61, em 49.

em um ou alguns casos no máximo para evitar a força nas investidas seguintes. Sendo assim, os assírios, bem como muitos outros impérios, também nos mostram que o que constituía uma necessidade extrema, ou um último recurso, estava fortemente aliado à sua ideologia religiosa. Não podemos ignorar o fato de que eles conquistavam em nome de uma divindade que exigia que trouxessem a ordem onde antes havia o caos.

Uma última e importante observação a respeito do império assírio é que, assim como todos os impérios posteriores, ele mudou e se desenvolveu até mesmo quando seus regentes se inspiravam em um passado muito distante em busca de identidade e direcionamento. Os assírios se ajustaram e experimentaram de tudo conforme enfrentavam os desafios de seu mundo. Com bastante frequência, seu reino (junto com todos os demais impérios do Oriente Próximo) é visto como estagnado e estático, uma morada eterna de famosos déspotas e de populações servis e submissas. A verdade é muito mais rica e interessante. Suas adaptações e reações às mudanças resultaram em algumas estruturas e inovações de enorme influência. Impérios posteriores continuaram copiando e experimentando. A grande potência assíria preparara o caminho ao revelar as grandes chances de se formar um império dinâmico e vasto e demonstrar alguns dos desafios e problemas sérios para a manutenção da ordem por qualquer período substancial de tempo. É exatamente a respeito desses desafios que falaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

A RELAÇÃO COM OS IMPÉRIOS: VARIEDADES DE REAÇÕES

*Porque de Jerusalém sairá o restante, e do Monte Sião os que escaparem.
O zelo do SENHOR [Jeová] fará isso.*

– Isaías, o Profeta, conforme registrado em 2 Reis, 19:31 (Nova Versão Padrão Revisada [NVPR])

- Como a resistência ao império neoassírio usava a ideologia, economia, força militar e a política (IEMP) – juntas ou em partes?
- Por que alguns métodos de resistência eram mais eficazes que outros?
- Quais relações existiam entre resistência e identidade?

A ascensão dos neoassírios fez mudar as regras do jogo político no Oriente Próximo. Os pequenos reinos ao seu redor tinham de reagir a essas mudanças se quisessem sobreviver. Nem todos os embates com os assírios resultaram em conquista, destruição, impostos forçados ou deportações; o resultado podia variar muito, dependendo da reação do reino menor.

Este capítulo explora alguns estudos de casos de como povos das redondezas reagiram ou resistiram ao império neoassírio. A maioria dos pequenos reinos se uniu para formar algumas coalizões temporárias com o intuito de sobreviver. Alguns desses reinos foram, na realidade, criados ou recriados em resposta à nova ameaça. Alguns reinos ameaçados intensificavam os hábitos e tradições culturais profundamente

enraizados, enquanto outros copiavam ou os inventavam. Algumas pessoas sobreviviam por se apegarem com força a uma identidade religiosa dinâmica. Resultados abrangentes e significativos emanavam dessas diversas reações. Como veremos ao longo de todo este livro, as respostas ao império geralmente são ainda mais relevantes do que as ações dos próprios grandes impérios.

FORMAÇÃO DO ESTADO SECUNDÁRIO: URARTU

Há pouco mais de um século, arqueólogos começaram a explorar e a descobrir as ruínas de um poderoso reino na fronteira norte da Assíria. Suas impressionantes fortalezas nas montanhas, palácios, templos, depósitos e centros para a realização de cultos chegaram a dominar uma área de 200 mil quilômetros quadrados onde hoje está localizada a parte leste da Turquia, no norte do Irã e na Armênia (fig. 3.1). Os estudiosos continuam a juntar as peças da história desse enorme e poderoso reino, conhecido como Urartu, a partir de suas estruturas físicas, suas poucas inscrições e referências nos *Anais Reais Assírios*.

Do topo de suas terras montanhosas, basicamente inacessíveis ao mundo externo durante a maior parte do ano, Urartu resistiu aos ataques neoassírios e deu início a um incrível processo de expansão próprio. As semelhanças entre os sistemas políticos e ideológicos dos urartianos e dos assírios são impressionantes. Assim também como o fato de que Urartu nem mesmo antecede o advento neoassírio. Eles parecem simplesmente ter surgido do nada, logo após e em resposta ao advento inicial dos neoassírios.

Há paralelos históricos suficientes desse fenômeno que levaram os estudiosos a dar a ele um nome: formação do estado secundário. O modelo básico é de que um “estado primário”, composto de um estado forte e centralizado, provoca a formação – ou, às vezes, a reforma – de um “estado secundário”, ou seja, um departamento de estado vizinho. O estado secundário surge por meio de um processo de imitação declarada de seu vizinho mais poderoso ou como resultado de uma resistência centralizada a eles, mas, geralmente, uma combinação de ambos. O império assírio cada vez maior era o estado primário de alguns estados secundários que surgiram em suas periferias, como Urartu, Pérsia e, talvez, Média. No caso de Urartu, diversos pequenos grupos de pastoralistas que falavam o hurriano se reuniram de forma bastante repentina para lutar contra a ameaça dos neoassírios. Eles formaram um reino que

iria lutar por quase 250 anos, chegando inclusive a ultrapassar o período de vida do próprio império neoassírio.

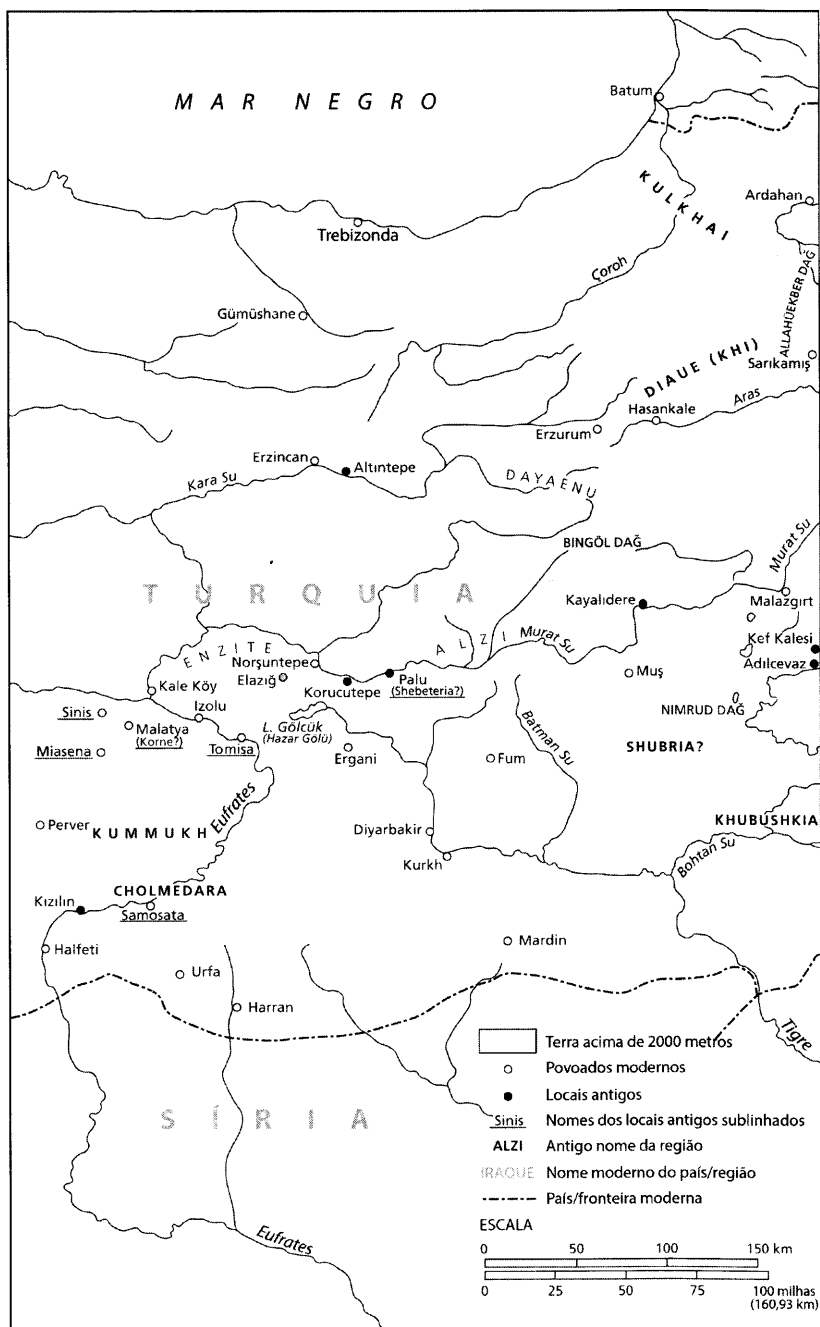
A origem e o crescimento desse reino seguiram de perto os principais estágios do império neoassírio. Na metade do século IX, Urartu surgiu sob a liderança de um rei chamado Aramu (r. 860?-840 a.C.) e seu sucessor Sarduri I (r. 840-825 a.C.), provavelmente como resposta direta à fase inicial da agressão neoassíria que começou com Assurnasirpal II (r. 883-859 a.C.). Quase imediatamente após o surgimento de Urartu, Salmanasar III da Assíria (r. 858-824 a.C.) e seu exército armaram uma campanha contra o reino inexperiente e é graças aos seus relatos escritos e alto-relevos esculpidos em madeira que podemos reconstruir a antiga história dos urartianos.

Salmanasar descreveu sua campanha de uma maneira neoassíria bastante típica nos grandes portões de bronze do templo em Balawat (fig. 3.2). A mensagem principal é que ele prevaleceu contra Urartu apesar do terreno irregular em que teve de lutar. Sobre os painéis dos portões, “fortalezas erguidas nos picos das montanhas são mostradas sendo queimadas pelo exército assírio; soldados assírios derrubam árvores frutíferas e destroem jarros de armazenamento gigantescos. Ao mesmo tempo, os terríveis obstáculos físicos que os soldados tiveram de superar são ilustrados, com soldados assírios subindo e descendo com seus cavalos pelas montanhas íngremes”.³⁶ Salmanasar, na verdade, não chegou nem perto de eliminar a ameaça urartiana. Esse estado secundário continuou a se expandir à custa dos neoassírios, pois os dias de glória de Urartu ainda estavam por vir.

O período inicial do enfraquecimento relativo neoassírio no fim do século IX e na primeira metade do século VIII a.C. proporcionou uma chance de ouro para que Urartu se expandisse e se consolidasse. O lugar assim prosperou por meio da utilização de uma nova rede de centros urbanos que se tornaram os pontos locais da identidade urartiana e ajudaram Urartu a firmar uma excelente base econômica, tudo isso enquanto desafiavam as reivindicações universalistas audaciosas dos reis assírios. Os urartianos fortaleceram sua resistência com a conquista de estados vizinhos e por cultivarem alianças defensivas com estados anatólios ao seu redor, a exemplo da Frígia.

O sistema ideológico urartiano, até onde foi possível ser reconstruído, assemelha-se demais ao dos assírios. Em textos e objetos de arte urartianos vemos claramente que os reis conquistavam em nome de Haldi, o principal deus de seu panteão. Haldi foi um poderoso rei da guerra que era descrito como um homem, às vezes alado como Assur,

36. Kuhrt, vol. 2, 554.



3.1. Mapa de Urartu. Em *Cambridge Ancient History*, volume III, parte I, p. 324-325.



3.2. Faixa de bronze dos portões do palácio de Salmanasar III. Os Fiduciários do Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

em pé sobre um leão. O rei servia como representante de Haldi na Terra e o patrono de seu culto – construía e conquistava diretamente em nome de Haldi:

*Por meio da força de Haldi
Menua, filho de Ishpuini
A Haldi, o senhor
Uma construção, um santuário é erguido
Uma fortaleza ele ergueu.*³⁷

Haldi prosseguiu, sua arma feriu Hilaruada, filho de Shahu, o rei da terra dos meliteanos [Malatya/Melid], colocou-o diante de Sarduir, filho de Argishti. Haldi é poderoso. A arma de Haldi é poderosa.³⁸

Ishpuini, filho de Sarduir, colocou uma dedicatória diante do pedestal. Ele trouxe armas boas, coisas boas, ele trouxe estandartes de cobre (...) ele trouxe muitas coisas. Ele construiu um adani no portão de Haldi. Ele os ofereceu a Haldi o senhor por sua vida (...) por meio da ajuda de Haldi ele criou essa fortaleza [burganuni] (...) Aquele que retirar essa inscrição desse lugar (...) que Haldi, Teisheba, Shiwini, os deuses da cidade de Ardini eliminem (sua) semente da terra.³⁹

37. P. Hulin, “New Urartian Inscribed Sones at Anzaf”, em *Anatolian Studies* 10 (1960), 207.

38. Citação de Kuhrt, vol. 2, 556.

39. W. C. Benedict, “The Urartian-Assyrian Inscriptions of Kelishin”, *Journal of the American Oriental Society* 81 (1961), 383.

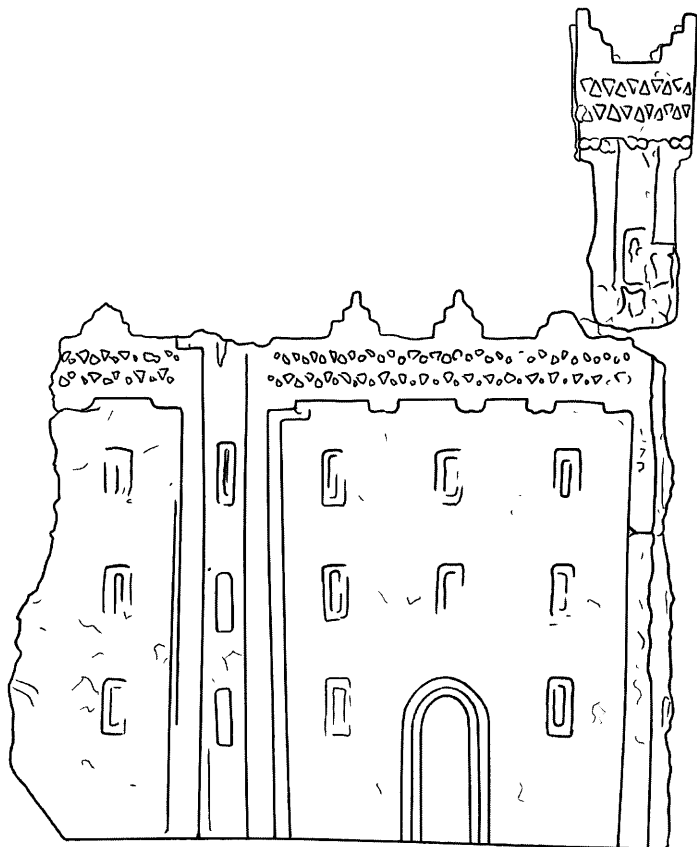
Fortalezas e santuários foram construídos, inimigos derrotados, oferendas recolhidas e ameaças de mortes brutais executadas – tudo em nome de Haldi. Os paralelos com os neoassírios e seu deus Assur são óbvios nesses e em outros textos, pois os urartianos se mostraram “extremamente agradecidos à Assíria por sua iconografia real e religiosa”.⁴⁰ Embora o próprio Haldi fosse um pequeno deus diante do advento dos urartianos, seus reis parecem ter, de maneira deliberada, criado uma forma nova e específica de culto a Haldi para se fortalecerem. M. Salvini afirma que Haldi foi intencionalmente adotado pelo rei Ishpuini (r. 825-810 a.C.) como uma imitação proposital e direta do culto neoassírio a Assur.⁴¹

Estados secundários, ao que tudo indica, não tinham medo de lutar contra uma ideologia com outra essencialmente derivativa – algo como combater fogo com fogo, por assim dizer. Aqui, uma ideologia religiosa foi, de forma bastante clara, elaborada para atender a objetivos políticos e militares específicos. O culto a Haldi foi, muito provavelmente, moldado e imposto pelos altos escalões, isto é, pelos líderes políticos; ele não parece ter surgido a partir de tradições culturais mais longas, como era o caso do culto a Assur. Na verdade, Urartu nos oferece um raro exemplo em que podemos de fato traçar o surgimento inicial de uma ideologia poderosa e seu uso. De modo geral, essa história fica completamente perdida sob a névoa do período anterior à invenção da escrita.

Outros paralelos entre os neoassírios e os urartianos aparecem por todas as fontes. Os poucos textos urartianos antigos que restam foram escritos pelo sistema cuneiforme assírio e redigidos segundo a forma dos *Anais Reais Assírios*, organizados de acordo com antigas campanhas. Conforme o reino caminhava em direção ao seu apogeu, seus textos eram escritos em urartiano, usando um alfabeto hurriano, uma possível indicação de uma autoafirmação urartiana cada vez maior à face de seu modelo e rival. No fim de nosso estudo, veremos um processo semelhante com um império islâmico, que foi o primeiro a usar o grego como uma língua administrativa, mas que, em seguida, optou pelo árabe como uma forma de demonstrar autoafirmação maior e uma identidade fortalecida. O modelo urartiano de conquista seguiu um padrão familiar: um rei poderoso que exigia obediência inquestionável comandava a conquista em nome de Haldi, subjugava regentes locais em favor de seu estado em expansão, exigia pagamentos regulares de impostos e, mais tarde, também começava estrategicamente a deportar populações locais. Os urartianos aprenderam com louvor os ensinamentos de seus mestres

40. Steven Holloway, *Aššur Is King! Aššur Is King! Religion in the Exercise of Power in the Neo-Assyrian Empire* (Leiden: Brill, 2002), 172 e 135-136.

41. “La formation de l’état urartéen”, *Acta Anatolica* 37 (1987), 393-411.



3.3. Modelo de bronze da muralha de uma cidade. Da Turquia, Urartiana. Desenho de Andrew Welton.

assírios e, ao que parece, conseguiram inclusive adaptar algumas das inovações assírias ao longo do caminho, como a política de deportação.

O reino urartiano alcançou seu apogeu sob o governo de seus reis Menua (r. 810-785 a.C.) e Argishti I (r. 785-763 a.C.). Durante o reinado do rei assírio Salmanasar IV (r. 782-773 a.C.), Argishti I comandou com pulso firme a Síria e atacou o reino da Assíria tanto pelo leste quanto pelo oeste. Os assírios estavam sendo atacados por muitos outros príncipes locais nesse mesmo período, assim como por governadores rebeldes, em parte graças às novas oportunidades proporcionadas por colheitas mais fartas e populações cada vez maiores por todo o Oriente Próximo, como podemos lembrar a partir dos dados apresentados no capítulo anterior.

A expansão urartiana continuou na direção oeste até que foram confrontados pelas campanhas de Tiglate-pileser III. Na Batalha de

Kummuh em 742 a.C., Tiglate-pileser derrotou Sarduri II (r. 763-734 a.C.), encerrando de modo eficaz o domínio urartiano no norte da Síria. Ao mesmo tempo, os cimérios, geralmente na forma de invasores nômades montados sobre cavalos, atacaram Urartu e diversos outros reinos anatolianos, atrapalhando ainda mais sua capacidade de se defender dos assírios. O rei assírio Sargão II (r. 721-705 a.C.) se orgulhava de ter saqueado um dos locais de culto a Haldi e de ter “sequestrado em nome de Deus”, em 714 a.C., uma estátua de Haldi. Esse “sequestro em nome de Deus” era uma característica típica das guerras ideológicas dos assírios.

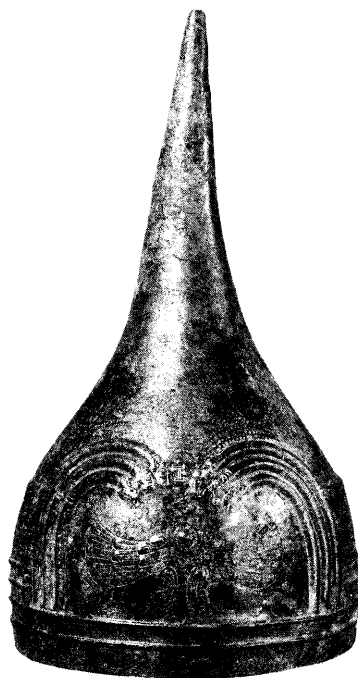
Ainda assim, os urartianos sobreviveram até o século VII, desfrutando de um ressurgimento impressionante sob a regência de Rusa II (r. 685-645 a.C.). Uma história que nos foi preservada fala de um acontecimento durante o reinado de Rusa II que mostra outra dimensão da relação de Urartu com a Assíria. A história chegou até nós na Bíblia hebraica, que diz que Senaqueribe foi assassinado por seus filhos em 685 a.C. (2 Reis, 19:37) e que os filhos, logo em seguida, fugiram para a “terra de Ararat” (isto é, Urartu). Nós já sabemos que o reino periférico do Elão, antes de ter sido dizimado em 646 a.C., serviu com um local de refúgio para exilados assírios e dissidentes políticos; talvez Urartu também tenha servido a esse mesmo propósito. Menções de Urartu aparecem em textos neobabilônicos posteriores, mas detalhes específicos de sua história após a queda da Assíria são difíceis de ser confirmados.

A sobrevivência e o sucesso de Urartu, mesmo durante o período mais forte do império neoassírio, demonstram a eficiência da resistência quando ela resulta de um sistema político e ideológico fortemente unido. Sem esse tipo de consolidação estadual, as chances de sobrevivência para um estado secundário eram muito pequenas no Oriente Próximo durante esse período.

COALIZÃO E COLAPSO: A SÍRIA E SEUS VIZINHOS

Vemos uma situação um tanto diferente quando analisamos a região sul, embora ainda na periferia do império assírio. Ben-Hadad II de Damasco (r. 880-842 a.C.), foi um inimigo cruel de Acabe, rei de Israel. Depois de dois anos de lutas intensas, Ben-Hadad e uma grande coalizão de “reis” (1 Reis na Bíblia hebraica diz que eram 12 reis) foi derrotada por Acabe e os israelitas. Ben-Hadad implorou pela paz, vestido com roupas feitas de sacos. Acabe aceitou dar uma trégua, e uma

3.4. Capacete pontiagudo de bronze. Urartiano. Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.



aliança se formou, mas ela só iria durar três anos, até que Ben-Hadad e os sírios começassem a ameaçar Israel novamente.

Entretanto, há muito mais que devemos saber a respeito dessa aliança tão curta do que apenas uma cessação de hostilidades entre pequenos reinos. Durante o período de paz de três anos, Acabe lutou ao lado de Ben-Hadad e muitos outros reis menores pela sobrevivência de Damasco, Israel e outros pequenos reinos da região dependiam dessas coalizões. Na Batalha de Carcar em 853 a.C., lutando contra os neoassírios, seus exércitos cooperados e unidos detiveram as forças de Salmanasar III.

A maior parte dos regimes menores simplesmente decidiu formar coalizões temporárias, às vezes chegando até a se unir aos seus inimigos declarados, para resistir à chance de ser assimilados pelo império assírio. No curto prazo, esse método foi bastante eficaz, o que ajudou a estender a independência de alguns grupos que, de outro modo, teriam facilmente se rendido aos assírios. No entanto, as coalizões não puderam se manter, ao menos não em conjunto, por tempo indefinido. Além do fato de os membros de uma coalizão lutarem entre eles mesmos, os assírios também tinham o efetivo militar e a força de vontade para continuar lutando até que a coalizão ameaçadora fosse eliminada.

Embora algumas coalizões tenham sido capazes de organizar uma forte resistência militar, a maioria não contava com uma força de unidade de resistência que só podia existir em um sistema político e ideológico unificado. Como resultado, essas coalizões quase sempre entravam em colapso e, de modo geral, muito antes do que se esperava.

A Síria funcionava como um manancial de coalizões antiassírias. Na época do advento neoassírio, a região era composta de muitos pequenos reinos, que costumavam se unir em duas coligações – uma no norte e outra no sul. A maioria desses reinos teve histórias relativamente breves.

Apesar de a região costeira e o interior da Síria terem se unido em diversos reinos da Era do Bronze, por exemplo, Mitanni e Ugarit, a área foi devastada durante os tumultos do final da Era do Bronze. O que exatamente aconteceu ali durante a Idade das Trevas que veio logo em seguida é, naturalmente, uma questão que causa inúmeros desacordos, mas está claro que existiu um considerável crescimento demográfico durante esses séculos, já que cada vez mais pastoralistas se mudaram para os centros abandonados da Era do Bronze. Um importante grupo foi o dos arameus, que se estabeleceu em Damasco, assim também como em outras partes do Oriente Próximo. Ali, na Síria, esses velhos “grupos de saqueadores errantes” tiveram sucesso em sua tentativa de formar reinos diferentes de todos os outros, principalmente na região da Babilônia, como veremos no capítulo seguinte.⁴²

Um cenário bastante evidente desses pequenos reinos na Síria é encontrado nos *Anais Reais Assírios* datados do século IX a.C., pois, durante as últimas partes da Idade das Trevas, os sírios (incluindo os arameus), junto com os fenícios, eram importantes fornecedores de ferro e madeira para os assírios e outros povos. Esses anais são bastante úteis, quase sempre, apesar deles mesmos, em especial se formos cuidadosos o suficiente para ler nas entrelinhas. Se Salmanasar III, por exemplo, vangloria-se de suas inúmeras campanhas contra basicamente a mesma coalizão síria – como ele o fez em 853, 849, 848, 845 e 841 a.C. –, podemos ter quase certeza absoluta de que a coalizão foi forte o bastante para enfrentá-lo por algum tempo.

O reinado de Salmanasar III foi testemunha tanto do zênite quanto do nadir das coalizões antiassírias dos sírios. Durante sua campanha de três anos, que começou em 858 a.C., ele foi combatido por uma coalizão do norte da Síria formada pelos reis e seus exércitos dos pequenos reinos de Sam'al, Patina, Carquemish e Adini, entre outros. Entretanto, Salmanasar conseguiu dominar um palácio que ficava em Til Barsip de um rei arameu, que ele transformou em um palácio provincial assírio.

42. Kuhrt, vol.2, 393-394.



3.5. Pedra *orthostat* mostrando um cavaleiro arameu. BildarchivPreussischerKulturbesitz/Recurso de Arte, NY.

Alguns anos mais tarde, na Batalha de Carcar em 853 a.C., Salmanasar III foi novamente dominado, dessa vez por uma confederação do sul da Síria formada por sírios, israelitas, cilicianos, árabes, fenícios, egípcios, arameus e amonitas, entre outros. Essa importante guerra teve mais combatentes do que qualquer batalha anterior de que se tem registro, segundo o Monólito Kurkh, o monumento assírio em que o texto está registrado. Salmanasar iria ainda ter de preparar mais quatro campanhas antes de conseguir de fato dominar o território reivindicado por ele em seus Anais Reais.

Pouco depois da batalha de Carcar, Ben-Hadad II de Damasco traiu a coalizão e tomou posse de todos os estados do sul da Síria, que passaram a fazer parte de seu próprio reino. Ao que tudo indicava, um estado secundário estava sendo formado, mas Salmanasar III voltou e derrotou as forças de Ben-Hadad. O trono de Damasco ocupado por Ben-Hadad foi sucedido por um usurpador chamado Hazael (r. 842-806/805 a.C., fig. 3.6). Ele reiniciou a rebelião contra os assírios e se manteve até após a morte de Salmanasar III, sendo que, durante todo esse tempo, tomou posse de outros reinos vizinhos. O relato de Salmanasar de seu 18º ano menciona essa rebelião, mas o texto assírio, como geralmente acontece,

apenas indica, de maneira implícita, o tamanho da resistência militar das coalizões sírias e oculta a verdadeira força de ataque que Hazael e seus homens impuseram.

No 18º ano de meu governo, cruzei o Eufrates pela 16ª vez. Hazael de Damasco depositou sua confiança em seu numeroso exército e convocou suas tropas em grande número (...). Lutei contra ele e fui capaz de derrotá-lo, matando com a espada 16 mil de seus soldados experientes. Tomei dele 1.121 carruagens, 470 cavalos, além de todo o seu acampamento. Ele desapareceu para salvar sua vida (mas) eu o segui e o prendi em Damasco, sua residência real (...). Naquele momento, recolhi os impostos dos habitantes de Tiro, Sidon e de Jeú, filho de Omri.⁴³

Hazael, enquanto isso, também estava em campanha contra Jeú de Israel, que se recusara a se unir, de modo voluntário, à sua coalizão e se tornara, ao invés disso, um vassalo assírio pagador de impostos. A coalizão não conseguiu se manter com esse tipo de conflito entre os reinos. Muito tempo antes do encerramento do século IX a.C., todos os reinos da Síria já tinham entrado em colapso pela anarquia ou já haviam sido tomados pelas províncias assírias. As coalizões não puderam sobreviver no período seguinte de fraqueza assíria; se tivessem conseguido, a história do Oriente Próximo poderia ter sido bastante diferente. Os sírios subjugados se rebelaram mais tarde, formando algumas coalizões contra Tiglate-pileser III e seus sucessores, mas novamente foram por fim derrotados, como veremos em breve.

De modo geral, diversos grupos de grande influência foram atraídos pelas coalizões sírias. Embora muitos povos fossem acabar sendo dominados pelo império assírio e desaparecer por completo, os arameus, ao menos, ofereceram seu idioma como língua franca para todo o Oriente Próximo por séculos – muitos habitantes do Império Romano ainda falavam o aramaico como sua primeira língua vários séculos depois que os arameus já tinham deixado de existir como um reino. De forma parecida, o “árabe”, um termo que literalmente quer dizer “nômade”, apareceu pela primeira vez nos *Anais Reais Assírios* do século IX. Vivendo em oásis, alguns povos se renderam ao domínio assírio, enquanto outros permaneceram independentes, dominando o comércio de olíbano do norte da Arábia, que ficava fora do alcance dos assírios, mas, ainda assim, dentro de suas redes comerciais. O lugar desses povos nas periferias de muitos antigos impérios, como soldados e comerciantes, será de grande relevância nos séculos seguintes, como veremos.

43. Pritchard, ANE, 191. ’

3.6. Rei Hazael de Damasco emoldurado por uma flor de lótus. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.



**RENASCIMENTO DO COMÉRCIO LESTE OCIDENTAL:
OS FENÍCIOS/CANAANITAS**

As cidades-estados fenícias na região norte do Levante se mostraram muito entusiásticas para fazer parte das coalizões sírias, em especial na Batalha de Carcar. Entretanto, os fenícios, no final das contas, sobreviveram além do império assírio, e não apenas por causa de sua união com as coalizões temporárias. De muitas formas, os fenícios, os navegadores e comerciantes mais famosos do mundo antigo, lucraram imensamente desde o advento neoassírio até seu domínio no Oriente Próximo. Em resposta direta a tudo isso, eles intensificaram e expandiram suas redes comerciais mais antigas, ao mesmo tempo em que passaram a explorar novas fontes de matérias-primas. Enquanto isso, eles disseminaram a cultura do Oriente Próximo, além de restabelecerem a ligação do Oriente Próximo com o mundo mediterrâneo mais amplo.

A reação fenícia ao advento neoassírio, diferentemente dos urartianos, foi pautada diretamente nas tradições mais duradouras. É importante, então, explorarmos sua(s) resposta(s) à luz de sua história *longue durée*. Os fenícios surgiram pela primeira vez como comerciantes e navegadores levantinos nas fontes da Idade do Bronze, onde faziam parte de um grupo maior coletivamente conhecido como os canaanitas

(sendo “fenício” uma designação greco-romana posterior). Todos os seus centros costeiros mais importantes – Tiro, Sidon, Biblos e Arvad em especial – se beneficiavam de contatos comerciais com Ugarit, os hititas, os egípcios e os babilônios. Todos sabem que os fenícios forneciam vigas de cipreste e “cedros do Líbano” para reinos desprovidos de madeira da Era do Bronze. Eles também ofereciam artigos de luxo, como marfim, móveis embutidos, tecidos, metais e um corante roxo extraído do molusco múrex. Durante a Idade do Bronze, porém, o comércio do mediterrâneo leste-ocidental foi dominado pelos minoicos e mais tarde pelos micênicos. O comércio marítimo dos fenícios era limitado à região leste do Mediterrâneo. Quando a maior parte do comércio internacional deixou de existir com a Era do Bronze, uma oportunidade foi criada para esses comerciantes marítimos. Quando a demanda pelo comércio internacional surgiu novamente com a Era dos Antigos Impérios, os fenícios foram os primeiros a lucrar com ele.

Os centros fenícios conseguiram manter alguns elementos de uma cultura canaanita da Idade do Bronze, inclusive durante o período da Idade das Trevas e em meio a toda destruição e retenção disseminada das culturas. Eles continuaram a fornecer madeira serrada durante o século XII e início do século XI a.C., como podemos ver a partir das anotações do rei assírio Tiglate-pileser I (r. 1115-1076 a.C.), que recebia cedro e impostos das cidades-estados fenícias.

Marchei até as montanhas do Líbano. Cortei (e) levei vigas de cedro do templo dos deuses Anu e Adad, os grandes deuses meus senhores (...). Recebi tributos das terras de Biblos, Sidon e Arvad.⁴⁴

Uma história curiosamente detalhada de alguns anos após isso mostra Biblos em uma posição comparativamente melhor. Um homem chamado Wen-Amon, um oficial egípcio do Templo de Amon em Karnak, foi até Biblos buscar madeira serrada para um batelão religioso egípcio. Os resultados foram de certo modo cômicos, já que ele teve de enfrentar uma série de obstáculos enquanto tentava pegar a madeira. Depois de uma interminável discussão bem-humorada com Zakar-Baal, o príncipe de Biblos, Wen-Amon descreveu sua missão:

Vim em busca de madeira para o grande barco augusto de Amon-Rá, Rei dos Deuses. Seu pai (o) fez, seu avô (o) fez e você o fará também!⁴⁵

Zakar-Baal, nem um pouco intimidado por um Egito em decadência, apenas respondeu: “Com certeza, eles o fizeram! E, se você me

44. V. Scheil, *Recueil des travaux* 22 (1900), 157.

45. Pritchard, ANE, 19-20.

der (algo) em troca, eu o farei também!”. Diversos pontos são bastante evidentes em toda essa história que foi tão bem preservada. É claro que o poder egípcio estava ameaçado e uma cidade-estado fenícia se mostrava extremamente confiante. Compare o tom das cartas dos arquivos em Tell el-Amarna enviadas dessa região (veja Capítulo 1) de apenas alguns séculos antes, em que os príncipes locais simplesmente se autodescreviam como o pó sob os pés do Faraó e assim por diante. Muitas coisas ali já não eram mais as mesmas desde a Era do Bronze.

Os fenícios lucraram com algumas novas oportunidades comerciais durante a Idade das Trevas também. A Monarquia Unida em Israel despontou, por um tempo, como um valioso parceiro comercial quando, sob a regência do rei Davi (r. c. 1000-960 a.C.) e seu filho Salomão (r. c. 960-930 a.C.), Israel controlava as principais rotas comerciais do Mar Vermelho até a Síria. Os fenícios forneceram madeira, artigos de luxo e artesãos para embelezar esse novo reino relativamente poderoso, incluindo o cedro, carpinteiros e construtores para a própria casa de Davi e para o famoso Templo de Salomão em Jerusalém. Na realidade, o rei Hirão de Tiro mantinha relações amistosas ou parcerias comerciais mutuamente benéficas, tanto com Davi quanto com Salomão, em uma época na qual a demanda pelos produtos de seu reino poderia, em outras circunstâncias, ter sido quase nula. Salomão, pelo que sabemos, buscava especificamente um “habilidoso artesão para trabalhar com ouro, prata, bronze e ferro, bem como tecidos roxos, vermelhos e azuis, com treinamento também em pintura”; ele encontrou esse homem em Hiram Abiff, um fenício de Tiro, que se tornou o principal artesão do Templo.⁴⁶

Os fenícios também foram uma ligação-chave no comércio de ferro durante esse período. O ferro é datado de muito tempo antes, até mesmo da Era do Bronze, mas o material não era usado em grande escala. Os fenícios representaram um papel essencial em sua difusão durante a Idade das Trevas. Suas primeiras colônias mediterrâneas, no Chipre, na Sicília e em Creta, foram fundadas para o fornecimento de ferro no início do século X. Como sempre, a verdadeira importância de um material ou de uma tecnologia tem menos a ver com sua invenção ou descoberta e muito mais com seu uso real e disseminado. Os fenícios foram vitais na difusão do ferro e, no início do século IX, foram instrumentais no suprimento das demandas do exército assírio desse metal.

Foi o advento neoassírio ao poder que estimulou o desenvolvimento mais influente dos fenícios. A resposta fenícia ao advento dos neoassírios teve diversos aspectos. De início, um império em expansão no Oriente Próximo, no século IX a.C., significava um aumento drástico na

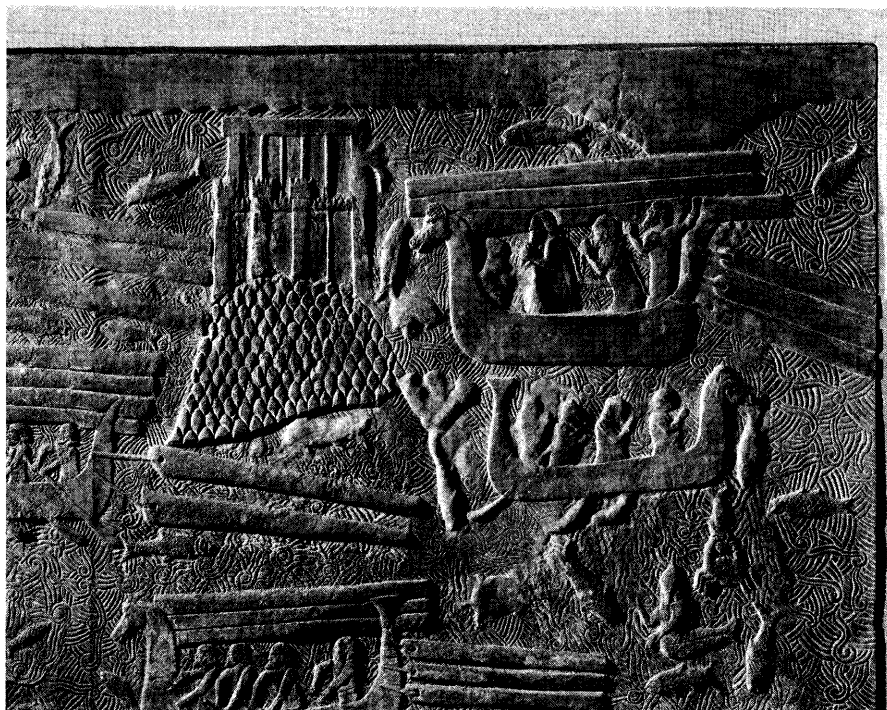
46. II Crônicas, 2:7, 13, 14; cf. I Reis, 7:13-51, NRSV.

demanda por matérias-primas, artesãos e artigos de luxo. Os fenícios, segundo suas tradições antigas, estavam preparados para atender a essa demanda. A necessidade dos assírios, entretanto, ia muito além de qualquer outra já vista, sendo que os fenícios tiveram de adotar novas medidas para acompanhar essa busca pelo material. A prática de fundar grandes colônias ocidentais foi uma de suas medidas mais famosas e inovadoras. Das colônias do litoral norte da África, do oeste da Sicília, da Sardenha e do sul da Espanha, os fenícios adquiriam as matérias-primas e outras mercadorias necessárias para atender às demandas cada vez maiores dos assírios. Os fenícios devem ter antecipado uma demanda contínua, pois quase todas as suas colônias “mostram sinais de permanência desde o início, o que reflete uma firme determinação de se desenvolverem em colônias populosas”.⁴⁷ Essas colônias faziam muito mais do que extrair materiais para o Oriente Próximo; elas disseminavam também sua cultura. Também serviam como modelos para as colônias gregas; a colonização grega, com o passar do tempo, iria ultrapassar a dos fenícios, como veremos em capítulos posteriores. As duas civilizações alteraram todo o aspecto do Mediterrâneo. Os fenícios também se desenvolveram e disseminaram o alfabeto na parte ocidental, de onde ele pôde ser emprestado e adaptado pelos gregos, líbios, etruscos, latinos e outros.

Há muito mais na história dessas colônias ocidentais; elas nos mostram, mais uma vez, a ligação entre os diversos níveis de tempo histórico, conforme explicado no Capítulo 2. Com a população crescendo de modo considerável ao longo dos séculos IX e VIII, a colonização também servia como um distribuidor de pessoas para as chamadas cidades mães – isto é, as cidades que enviavam colonos. O movimento de colonização grego posterior também foi fortemente impulsionado por essas pressões populacionais. As ações semelhantes dos fenícios e dos gregos foram parte da reação humana maior às mudanças de clima, abastecimento de comida e números populacionais.

A colonização fenícia no oeste do Mediterrâneo seguia um padrão básico que refletia os desenvolvimentos no Oriente Próximo. Uma fase preliminar, especificamente no século IX e início do VIII, testemunhou a chegada inicial de comerciantes e colonizadores fenícios. Isso aconteceu como uma resposta direta ao período inicial da expansão assíria e da demanda comercial. Cartago, a colônia ocidental mais famosa, por exemplo, foi fundada em 814/813 a.C. Um segundo estágio se seguiu, durante os séculos VIII e VII, que, em muitos casos, testemunhou um crescimento notável das instalações industriais e mercantis, responsável

47. Maria E. Aubet, *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies, and Trade* (New York: Cambridge University Press, 1993), 217.



3.7. Ilha de Arvad na costa libanesa. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

pelo surgimento de uma cultura urbana bastante específica. Exatamente no momento em que o império assírio vivia sua fase mais expansiva e decorativa, as colônias estavam formando centros urbanos sólidos no Ocidente que tornavam o suprimento mais eficiente. Um estágio colonial final se seguiu, que testemunhou a construção de grandes obras públicas e centros urbanos, sendo que sua maior parte imitava os modelos do Oriente Próximo. Esses centros urbanos, um reflexo direto dos desenvolvimentos do Oriente Próximo, em andamento em outros lugares, serviram como modelos para a urbanização ao redor da orla do Mediterrâneo.

As colônias também proporcionavam uma maneira para os fenícios se mudarem além do alcance dos exércitos assírios e dos cobradores de impostos. Essa era uma opção que outros grupos do Oriente Próximo geralmente não tinham. Este é um bom momento para contarmos uma história curiosa. Suas primeiras colônias no oeste do Mediterrâneo foram fundadas logo após terem sofrido uma derrota pelas mãos de Salmanasar III em 842 a.C. e, em seguida, a ignomínia adicional de pagar tributos dos seus riquíssimos centros comerciais. Mais tarde, a expansão de Tiglate-pileser III tomou posse de várias cidades-estados fenícias



3.8. Os portões de madeira de Salmanasar III com faixas de decoração em alto-relevo em bronze. Werner Forman/Recurso de Arte, NY.

para formar uma província assíria. Os fenícios, mais tarde, formaram uma coalizão com o Egito e Judá, mas sua rebelião malsucedida foi reprimida por Senaqueribe no fim do século VIII a.C. Sidon foi, algum tempo depois, totalmente destruída por Esarhaddon, como resultado de outra rebelião. O crescimento e a sofisticação de suas colônias no Mediterrâneo correspondiam no tempo à opressão cada vez maior de suas próprias cidades. Apesar de Tiro ter sobrevivido para testemunhar mais um império, a cultura fenícia continuou ainda mais vibrante nas colônias. Atualmente, graças ao trabalho dos arqueólogos, sabemos muito mais a respeito dos fenícios com base em suas colônias do que a partir de suas cidades canaanitas centrais.

A resposta dos fenícios ao império, em sua maior parte econômica, gerou fortes ramificações culturais. No nível do “cenário maior”, eles estabeleceram a ligação do Oriente Próximo com o Mediterrâneo, espalhando

a recém-renovada cultura do leste da Grécia, norte da África e da Itália. Os mundos do Oriente Próximo e do Mediterrâneo nunca mais seriam separados. No “micronível”, sua importância pode ser vista no uso de um alfabeto nessa mesma página. O que está claro para os historiadores da atualidade, mas não para as gerações anteriores, é que a famosa expansão fenícia não pode ser compreendida sem a análise do advento do império neoassírio.

CONFLITO E PACTO: ISRAEL E JUDÁ

A história da Monarquia Unida em Israel e dos posteriores reinos separados de Israel e Judá durante esse período é mais bem contada com pelo menos um de nossos olhos voltado para o cenário *longue durée*. Como aconteceu com os fenícios, é uma boa ideia analisar suas reações específicas à agressão neoassíria à luz de modelos culturais mais profundos. Algumas das tradições judaicas e crenças mais características surgiram ou foram intensificadas e engrandecidas com o advento dos neoassírios. Os relatos que ainda existem da integração judaica com os assírios, em especial da forma com que ela é descrita nos livros de Reis, Crônicas e alguns profetas contemporâneos na Bíblia Hebraica, ressaltam uma aliança exclusiva entre Jeová e seu povo escolhido. Embora as últimas histórias coloquem o monoteísmo no centro ideológico de Israel desde seus primeiros momentos, o fato é que o politeísmo dominou a história de Israel, como os próprios escritores antigos deixam bastante claro. Exatamente quando o pacto com Jeová se tornou um ponto central de sua história é uma questão muito discutida entre os estudiosos, mas todos concordam a respeito da existência de uma ênfase renovada e explícita do monoteísmo em resposta à ameaça neoassíria. Essa resposta basicamente ideológica foi essencial para a identidade judaica e pode ter sido uma das razões que levou o povo judeu a sobreviver como um povo diante da hegemonia e agressividade assíria.

Graças aos enormes relatos na Bíblia Hebraica (ou Antigo Testamento), sabemos mais a respeito da história de Israel e dos israelitas do que a respeito de quase qualquer outra região ou grupo desse mesmo período. Entretanto, a quantidade de detalhes não facilita muito o trabalho dos historiadores, principalmente quando essa tarefa envolve não apenas a determinação inicial da exatidão histórica desses detalhes, mas também da relação entre as histórias de Israel com o cenário maior da história do Oriente Próximo. A história contada no Antigo Testamento

é bastante centralizada, concentrando-se de maneira especial na aliança com Jeová. Os assírios, sírios, fenícios e outros de fato aparecem, mas, de modo essencial, como meros coadjuvantes para o relato da “verdadeira história”. Ao contrário, Israel raramente aparece nos registros escritos por seus vizinhos; dificilmente vemos sequer alguma menção digna de nota, com exceção talvez em uma ou outra linha perdida declarando que alguma força acabara de impor uma derrota devastadora. Nem uma só referência contemporânea aos reis Davi ou Salomão, que conduziram a Monarquia Unida ao seu apogeu, aparece em qualquer texto isolado sobrevivente até os dias de hoje. De fora das últimas fontes neoassírias, há somente duas ou três breves referências a Israel ou Judá. Ao lermos o texto do Antigo Testamento à luz das constantes descobertas arqueológicas, encontramos toda uma série de questões complicadas, várias delas muito além da abrangência deste estudo.

Os próprios relatos de Israel são datados dos primórdios da Era do Bronze. Abraão, seu progenitor, foi chamado por Jeová para que deixasse Ur na Mesopotâmia para dar início a um novo povo e recebeu uma aliança exclusiva e garantia de uma Terra Prometida. Depois de um período no Egito quando foram escravizados, os “filhos de Israel” percorreram o caminho até sua Terra Prometida e começaram aos poucos a se afastar de seus antigos habitantes. A primeira referência definitiva a Israel e totalmente isolada de fora do Antigo Testamento aparece em uma frase no hino à vitória egípcia datado de 1207 a.C., o quinto ano do faraó Merneptah. A frase não oferece muita coisa: “Israel está destruída, sua descendência não”.⁴⁸ A citação, porém, complementa o cenário oferecido na Bíblia hebraica de um grupo de pessoas – os israelitas – como habitantes de Canaã nesse período.

Entre 1200 e 1000 a.C., durante a Idade das Trevas, os israelitas ganharam uma série de vitórias militares contra diversos grupos de canaanitas e assumiram o controle de uma grande parte de sua Terra Prometida. Até mesmo na metade do século XI, porém, eles ainda continuavam sendo um grupo de vilarejos sem nenhum regente para liderá-los; sendo que o homem mais influente entre eles nessa época era o profeta Samuel. Por fim, a despeito de uma pressão expansionista, conforme os filisteus se mudavam para Shephelah e os israelitas se expandiam mais para baixo, os conflitos entre os dois grupos se tornaram inevitáveis.

Com resultados ruins contra os filisteus – eles perderam inclusive sua famosa Arca da Aliança –, os israelitas decidiram que o que precisavam era de um rei e um verdadeiro reino como o de seus vizinhos.

48. Pritchard, ANE, 231.

Samuel, com hesitação, ungiu Saul como o primeiro rei, estabelecendo uma dicotomia entre as bases de forças políticas e religiosas que caracterizaram a história subsequente do(s) reino(s) israelita(s). Saul acabou se tornando um início falso da monarquia e, por fim, cometeu suicídio no momento em que estava sendo derrotado pelos filisteus. O manto real, então, recaiu sobre o rei Davi em algum momento por volta de 1000 a.C.

A verdadeira história da formação do estado israelita começou com Davi. Ele próprio invadiu e conquistou Jerusalém e fez do lugar sua cidade capital. Depois de recuperar a Arca da Aliança, ela também foi finalmente levada para a cidade e, tanto Jerusalém quanto a Arca, a partir de então, serviram como indicadores políticos e ideológicos da formação do estado e da identidade israelita. Durante esse período, porém, começamos a perceber as tensões entre o poder político e o religioso, pois foi um profeta, Nathan, que ficou conhecido por repreender Davi por transgressões contra Jeová, profetizando a ira divina.

De acordo com as fontes antigas, o filho de Davi, Salomão, conduziu a Monarquia Unida a um nível de poder comparativamente inacreditável, apesar de temporário, nessa era de reinos tão insignificantes. Salomão é descrito por um antigo cronista judeu, em uma forma de prosa exagerada, como:

Soberano sobre todos os reinos do Eufrates à terra dos filisteus, até a fronteira do Egito, eles pagaram impostos e serviram Salomão todos os dias de sua vida.⁴⁹

Além de enfatizar seu poder político, os livros de Reis e Crônicas na Bíblia hebraica descrevem a força econômica e militar de Salomão:

Salomão reuniu carruagens e cavalos; ele tinha 1.400 carruagens e 12 mil cavalos (...). O rei fez com que a prata se tornasse tão comum quanto as pedras em Jerusalém (...). Uma carruagem podia ser importada do Egito por 600 siclos de prata, e um cavalo por 150; assim, por intermédio dos comerciantes do rei, eles eram exportados para todos os reis dos hititas e os reis de Aram.⁵⁰

Apesar de todas essas conquistas, Salomão encontrou resistência dos defensores da aliança com Jeová. Algum tempo antes em seu reinado, o próprio Salomão pedira a Jeová que lhe concedesse sabedoria, pelo que sabemos, para que assim ele pudesse “governar seu povo, ser capaz de discernir entre o bem e o mal”.⁵¹ O padrão de justiça para Israel era do tipo que recaía sobre as cabeças dos reis e dos plebeus da mesma

49. I Reis, 4:21, NRSV.

50. I Reis, 10:26-29, NRSV.

51. I Reis, 3:9, NRSV.

maneira. Durante as últimas partes de reino, principalmente, “Salomão fez o que era errado aos olhos do SENHOR [Jeová] e não seguiu por completo o SENHOR [Jeová]”.⁵² Um profeta, Aías, previu um desastre no reino como forma de julgamento pela maldade de Salomão. Naquele instante e também mais tarde, os defensores mais cruéis da identidade religiosa de Israel foram descritos com mais frequência como sendo resistentes às forças políticas.

Os enormes gastos de Salomão, por fim, resultaram em grandes quantias de impostos tendo de ser cobradas de seus cidadãos, que ficaram cada vez mais insatisfeitos e, depois de algum tempo, rebelaram-se, o que os levou à divisão permanente de seu reino no fim de seu governo. O reino do norte passou a ser chamado de Israel, com sua capital em Jerusalém. Eles são conhecidos, de maneira coletiva, como os Reinos Divididos, ao contrário da antiga Monarquia Unida. O conflito entre as fontes de poder religioso e político culminou exatamente quando os neoassírios começaram sua expansão, logo após essa divisão da Monarquia Unida em dois reinos separados.

Quase todos os reis dos dois reinos se afastaram dos ideais da aliança: “seguir” os deuses de seus vizinhos e “fazer o que era errado aos olhos de Jeová”. Os profetas, o tempo todo, chamavam-nos de volta à sua ideologia religiosa e à sua identidade. Conforme os neoassírios se tornavam cada vez mais poderosos, as vozes dos profetas ficavam cada vez mais estridentes em oposição aos reis de ambos os reinos. Algumas das histórias mais memoráveis da época do rei Ahab/Acabe (r. 869-850 a.C.), que governou o reino do norte de Israel durante os processos de expansão e invasão dos reis neoassírios Assurnasirpal II e Salmanasar III, mostram o profeta Elias diretamente repreendendo o rei israelita por suas ações pecaminosas e desafiando seus falsos profetas e deuses injustos, pois Acabe havia começado a se apoderar de propriedades particulares e estava geralmente agindo como um típico monarca do Oriente Próximo, sendo que suas ações passaram a se opor de modo direto aos ideais religiosos de Israel.

Conforme os neoassírios pressionavam ainda mais Israel e Judá, os reinos, às vezes, reagiam com rebeliões e, em outros momentos, aliando-se aos assírios. Acabe, devemos nos lembrar, foi um parceiro mais antigo na coalizão antiassíria na Batalha de Carcar. Jeú (r. 842-815 a.C.) de Israel, que deve ter subido ao trono por uma cortesia de Hazael de Damasco, mais tarde se recusou a se unir a uma aliança antiassíria patrocinada pelos sírios e, em vez disso, juntou-se a Salmanasar III da Assíria contra seu ex-aliado. Jeú é um exemplo perfeito

52. I Reis, 11:6, NRSV.



3.9. Jeú, rei de Israel, ajoelhado diante do rei Salmanasar III da Assíria. Desenho de Andrew Welton.

de um colaborador de elite, que, assim como Udjahorresne, cooperou com o agressor imperial. Jeú, entretanto, acabou se tornando um perdedor em dose dupla, pois se tornou um vassalo pagador de impostos para um Salmanasar que, de outro modo, teria sido dominado e que, provavelmente, não perdeu muito o sono quando Hazael decidiu cobrar sua vingança ao atacar Jeú e destruir o reino vassalo de Israel da Assíria (fig. 3.9). Depois de Salmanasar, a ameaça assíria diminuiu por quase um século, o que permitiu que o reino do norte se recuperasse, mas a trégua seria apenas temporária.

Quando a Assíria se reafirmou com seu poder sob a direção de Tiglate-pileser III, novas variedades de profetas surgiram em Israel e Judá em resposta. As mensagens dos profetas ajudaram a moldar a identidade judaica daquela época em diante e serviram como maneira eficaz de resistência ideológica diante da força assíria. Os profetas do século VIII não eram apenas conselheiros e críticos particulares do rei, como tinha sido o caso da maioria dos profetas mais antigos, mas agiam como líderes de opinião – figuras públicas que davam seus recados também diretamente às pessoas. Alguns deles, como Isaías, permaneceram como valiosos conselheiros dos reis mesmo enquanto se dirigiam à grande massa. Eles reprovavam os judeus como um todo por ignorarem sua aliança e por negligenciarem a justiça social – não se importando, e até mesmo por agirem de forma abusiva, com os

oprimidos em suas próprias comunidades. Jeová falou por intermédio de um profeta, Isaías de Judá:

Quando vocês estenderem suas mãos, desviarei meu olhar de vocês; embora façam muitas orações, não os ouvirei; suas mãos estão cheias de sangue. Lavem-se, limpem-se; livrem-se do mal de seus atos que estão diante de meus olhos; deixem de fazer o mal, aprendam a fazer o bem; busquem a justiça, salvem os oprimidos, defendam os órfãos, implorem pelas viúvas.⁵³

Ele também falou por meio de um pastor judeu que profetizava em Israel:

Assim diz o SENHOR [Jeová]: Por três transgressões de Israel, e por quatro, não revogarei a punição; pois eles vendem os justos em troca de prata, e os necessitados por um par de sandálias – aqueles que pisam nas cabeças dos pobres sobre o pó da terra e tiram os aflitos de seu caminho.⁵⁴

Os profetas afirmavam que a opressão de Israel imposta pelos assírios e outros, passada, presente e futura, era a vontade de Jeová, que podia e traria os assírios contra os judeus como uma forma de castigo de purificação. Jeová, na verdade, estava por trás de todos os acontecimentos históricos, Amós proclamou:

O som de uma trombeta ecoa em uma cidade e o povo não se sente amedrontado? Um desastre recai sobre uma cidade senão pelas mãos do SENHOR [Jeová]? É certo que o Senhor DEUS nada faz sem antes revelar seu segredo aos seus servos, os profetas.⁵⁵

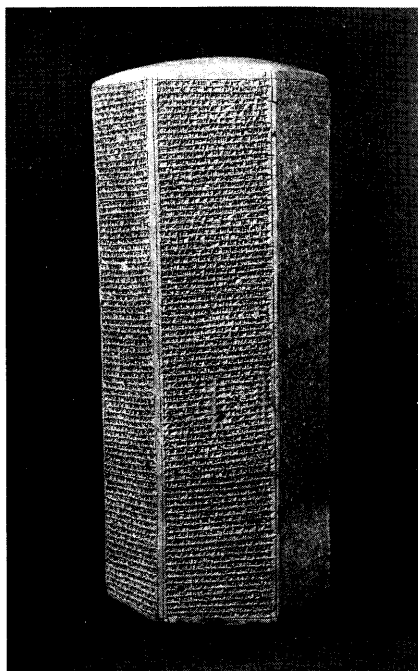
As campanhas de Tiglate-pileser III e seus sucessores levou a ideologia religiosa dos Reinos Divididos até seu limite. Os dois reinos oscilavam o tempo todo entre as coalizões sírias e as vassalagens assírias. Um famoso exemplo, tanto da colaboração dos judeus quanto da divisão judaica, surgiu em meio à pressão internacional da necessidade de se formar um império. Menaém (r. 745-738 a.C.) de Israel se rendeu a Tiglate-pileser e, então, enfureceu muitas pessoas de seu reino enquanto tentava aumentar os impostos esperados; como consequência, foi assassinado. Então, um de seus sucessores, Peca (r. 737-732 a.C.), uniu-se a uma coalizão síria antiassíria que durou pouco tempo. Irritado pelo fato de Jeocaz I (r. 735-715 a.C.) de Judá se recusar a fazer parte da coalizão, Peca declarou guerra contra Jeocaz para tentar forçá-lo a

53. Isaías, 1:15-17, NRSV.

54. Amós, 2:6-7, NRSV,

55. Amós, 3:6, NRSV.

3.10. O Prisma de Taylor, neoassírio, de Nínive. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.



se juntar à coalizão síria. O profeta Isaías deixou claro a Jeoacaz para que não se entregasse, mas ele, ainda assim, pediu ajuda a Tiglate-pileser III. A resposta de Tiglate-pileser se deu por meio de seu domínio de Israel; Jeoacaz, então, prostrou-se diante de Assur no Templo em Jerusalém e fez o juramento de lealdade a ele.

Em reação às rebeliões seguintes, os reis assírios Salmanasar V e Sargão II invadiram e destruíram por completo a Samaria, a capital do reino do norte de Israel, deportando 27.290 pessoas, que ficaram conhecidas como as Dez Tribos Perdidas de Israel. O reino do norte de Israel foi exterminado – os assírios substituíram os deportados por pessoas da Babilônia e também por árabes. Israel agora fazia parte de uma província assíria.

O reino do sul de Judá, enquanto isso, voluntariamente se tornou um estado vassalo. Momentos de resistência, porém, foram contidos pela voz dos profetas, que fazia com que os judeus não se esquecessem de sua aliança, ao mesmo tempo em que os convocava para formar uma resistência ideológica. Um momento famoso de contra-ataque assírio aconteceu no cerco a Jerusalém em 701 a.C. Relatos desse ataque podem ainda ser encontrados de ambos os lados envolvidos, estranhamente concordando na maior parte – mas não em todos – com detalhes

específicos. O livro bíblico de Reis e o Prisma de Senaqueribe nos oferecem versões alternadas para explicar exatamente por que Jerusalém foi, na verdade, poupada da destruição (fig. 3.10).

Um momento culminante da resistência ideológica de Judá contra a Assíria aconteceu em 621 a.C., pouco antes da queda do império neoassírio (esse acontecimento, incidentalmente, não aparece nem mesmo registrado nos livros históricos da Bíblia hebraica). Josias (r. 640-609 a.C.), uma exceção óbvia da linhagem de Judá de “reis malvados”, realizou uma reforma religiosa radical e uma reafirmação da aliança, enquanto, ao mesmo tempo, expandia-se contra uma Assíria enfraquecida. Durante uma faxina realizada no Templo, ao que tudo indica, encontraram um “Livro das Leis” ou “Livro da Aliança” que estava perdido (provavelmente partes do livro de Deuteronômio). Josias, então, destruiu os lugares e símbolos mais importantes de outros deuses em todas as partes de Judá depois de ouvir um chamado arrebatador e poderoso em favor da fidelidade pela aliança:

O rei se ergueu diante do pilar e fez um pacto diante do SENHOR [Jeová], de seguir o SENHOR [Jeová] cumprindo seus mandamentos, seus decretos e seus estatutos, com todo o seu coração e toda a sua alma, de cumprir as palavras dessa aliança que foram escritas neste livro. Todas as pessoas se uniram nesta aliança.⁵⁶

Esse foi obviamente um ponto crítico na história do povo judeu, ou pelo menos seria lembrado assim por muito tempo. Josias estendeu seu governo e executou suas reformas por todas as partes de Israel, sendo que seus atos resultaram em uma declaração de autonomia em relação aos assírios, sustentada por uma forte ideologia religiosa. Os judeus sobreviveram, graças em parte à sua identidade de Povo da Aliança, isto é, o Povo do Livro.

O eterno legado de Israel e Judá – assim como uma parte significativa da Bíblia hebraica – surgiu em resposta à Era dos Antigos Impérios. A ênfase na aliança com Jeová desde os tempos da renovação neoassíria em diante, em especial após a destruição de 722 a.C. do reino do norte de Israel, é tão marcante que alguns eruditos defenderam a tese de que, na realidade, foi a queda do reino do norte que estimulou a primeira compilação da história de Israel da “formulação de toda a experiência histórica como um reflexo direto da pureza de sua adesão ao culto a Jeová”.⁵⁷ Isto é, toda a sua história inicial, cujas partes foram registradas na Bíblia

56. II Reis, 23:3, NRSV.

57. Kuhrt, vol.2, 469, 436.

hebraica, foi nesse momento reformulada com base no novo modelo da ideologicamente potente ideologia da aliança; eles, então, reprojeteram a aliança com base em seu passado do século VIII.

Essas são conclusões controversas que nos levam além da abrangência desta obra. No entanto, nenhum erudito poderia negar que as tradições judaicas foram intensificadas e expandidas em resposta ao imperialismo neoassírio. Os judeus poderiam e certamente permaneceriam sendo um povo com uma fé mesmo sem uma unidade política. Seus profetas continuaram a convocá-los em nome da fidelidade à aliança, sendo que as forças políticas e ideológicas continuaram a se confrontar. Contudo, uma ideologia poderosa ajudou a manter, um pouco mais, um povo que mal conseguira sobreviver à assimilação assíria e que logo em seguida se renderia aos babilônios, o império seguinte a despontar no horizonte.

CAPÍTULO 4

ALÉM DO ORIENTE PRÓXIMO: OS IMPÉRIOS NEOBABILÔNICOS E OS ANTIGOS PERSAS AQUEMÊNIDAS

Diz Dario, o rei: graças a Aúra-Masda, sou a favor daquilo que é certo, sou contra aquilo que é errado. Não desejo que aos fracos seja feito o mal pelas mãos dos poderosos, nem que os poderosos sejam feridos pelos mais fracos. Somente o certo, esse é meu desejo, Não sou amigo do homem que busca a Mentira.

– Inscrição Naqsh-I-Rustem de Dario I⁵⁸

- Como o império neobabilônico dominou os antigos territórios assírios?
- Como funciona um “império em processo de negação”?
- Como o passado – ou imagens dele – ajudou a moldar o império neobabilônico?
- Como os persas construíram e mantiveram um império tão vasto e tão diversificado?

O caos e a fragmentação que caracterizaram o Oriente Próximo antes da ascensão neoassíria não foram novamente percebidos no colapso do império. A transição relativamente direta para o império seguinte (e o seguinte...) revela que a organização política de um império foi firmada de maneira sólida em todo o Oriente Próximo e além dele. Muitos padrões familiares persistiram, embora outros impérios

58. R. G. Kent, *Old Persian: Grammar. Text, Lexicon*, 2ª ed. (New Haven, CT: American Oriental Society, 1953), DNB.

ainda estivessem por vir para mostrar a variedade com a qual os antigos impérios consolidaram seus governos.

Conforme analisamos o futuro a partir desse ponto, vemos surgir duas grandes tendências. A primeira mostra que cada um dos impérios sucessores seria maior do que seu predecessor e mais diversificado em seus habitantes, chegando muito além da Mesopotâmia. Na verdade, desde o advento do império persa dos aquemênidas, somente mais um império antigo ainda teria suas principais terras na Mesopotâmia. Em segundo lugar, havia uma grande tendência de impérios em expansão no Ocidente: os neobabilônicos, o persa aquemênida, o helenista/alexandrino, o romano e os impérios islâmicos da Dinastia Omíada iriam, sucessivamente, reunir regiões do leste e do oeste do Mediterrâneo, muito embora algumas delas continuassem em franca expansão no leste, chegando até a Índia. Alguns dos povos levados pela Era dos Antigos Impérios resistiriam a essa inclusão, sendo que alguns mais rebeldes, por sua vez, viriam a se tornar construtores de novos impérios. O advento dos dois grandes impérios deste capítulo, na realidade, poderia ser analisado como estudos de casos adicionais de uma reação significativa ao império neoassírio.

A ASCENSÃO (E QUEDA) DO IMPÉRIO NEOBABILÔNICO

Já vimos que a Babilônia tinha uma cultura rica e profunda da qual seus habitantes eram grandes conhecedores. A elite babilônica era autoconfiante em seu sentido de identidade babilônica, que não tolerava muito bem o governo de fora. A Babilônia era um prêmio definitivo a ser conquistado, mas algo realmente difícil de conseguir. Os esforços dos assírios e de outros povos de dominar e manter a Babilônia e as áreas adjacentes apresentam uma saga que nos faz voltar pouco após o colapso da Idade do Bronze. Uma história longa e bastante complexa da Babilônia desse ponto até o surgimento do império neobabilônico pode, para nossos estudos, ser resumida de modo breve: 1) pequenas dinastias temporárias com frequência atribulavam os assírios, elamitas, arameus e outros (fim do século XII – início do século IX a.C.); 2) a recuperação e cooperação/*détente* com os neoassírios (século IX a.C.); 3) a invasão e o domínio dos neoassírios divididos por períodos de revoltas e uma autonomia relativa (fim do século IX – fim do século VII a.C.); e 4) a ascensão de Nabopolassar da Babilônia e o colapso assírio (626-612 a.C.).

Nabopolassar (r. 626-605) deu início à ascensão neobabilônica com a conquista de diversas províncias assírias. Ele iniciara sua carreira como secretário político local para os assírios e usou sua posição como trampolim para trair e em seguida se expandir contra seus antigos mestres enfraquecidos. Aliou-se a Ciáxares (r. 625-585), que era rei dos medos, uma grande confederação tribal que compartilhava de semelhanças linguísticas e de outros aspectos culturais com os persas. A ajuda dos medos, uma força cada vez maior, no caminho até seu surgimento como estado secundário na periferia do império neoassírio foi relevante. Juntos, os neobabilônicos e os medos invadiram Nínive, encerrando o império neoassírio em 612. Uma inscrição incompleta nos oferece uma ideia da aceitação de Nabopolassar por parte das elites babilônicas após sua vitória sobre os neoassírios. O grupo das elites reunidas o aclamou publicamente como regente:

Os príncipes da terra, aqui reunidos, Nab[opolassar eles abençoam?] (...) Bel [Marduque], na assembleia dos deuses, [deram?] o poder de governo a [Nabopolassar?]. (...) Com o estandarte, constantemente conquistarei [seus inimigos], colocarei [seu?] trono na Babilônia. Eles continuaram com o estandarte sobre sua cabeça. Eles o fizeram se sentar no trono real (...). Oh senhor, Oh rei, que vivas para sempre! [Que possa conquistar] a terra de [seus] inimigos! Que o rei dos deuses, Marduque, sinta-se exultante em vós.⁵⁹

Conforme os neobabilônicos atacavam o antigo império neoassírio e estabeleciam seu domínio, eles simplesmente substituíram o nível mais elevado das elites políticas e sociais assírias, deixando o restante da população funcionar quase exatamente da mesma forma de antes – um caso didático de substituição de elites. Não havia, como podemos imaginar, nada nas linhas gerais de um “nacionalismo” assírio básico com o qual lutar, já que eles consolidaram seu próprio domínio. Como geralmente acontece, a vida da grande maioria da população era basicamente de pessoas com “atividades comuns”, independentemente do império que os controlava. Em seus textos e imagens, os neobabilônicos primeiramente ressaltavam a manutenção e a continuidade das estruturas em relação às mudanças, conquistas e novas aquisições.

Nabopolassar foi sucedido por seu filho, Nabucodonosor II (r. 604-562), que levou o império neobabilônico ao seu apogeu de glória por meio do embelezamento das cidades por todo o seu reino, governando em nome do principal deus babilônio, Marduque, e por manter um sentido de Cosmos/ordem na maior parte das terras e na maior população

59. A. K. Grayson, *Babylonian Historical-Literary Texts* (Toronto: University of Toronto Press, 1975), 84-85.

até então. As descrições de seu reino justo nos fazem lembrar algumas noções neoassírias:

Naqueles dias, Nabucodonosor, rei da Babilônia, o sábio príncipe pastor do povo disperso, que, assim como o deus Sol observa a totalidade das terras, que determina o que é certo e justo, que destrói os malfeitores e os criminosos.⁶⁰

A história neobabilônica é basicamente a história do reinado de Nabucodonosor; quase tudo o mais é pura curiosidade. Ele é mais lembrado por sua renascença urbana na Babilônia – a construção e o reparo de inúmeros templos e a construção do Portal de Ishtar, um dos mais belos e mais sagrados tesouros da Babilônia. A posterior atribuição universal dos Jardins Suspensos da Babilônia a ele foi possivelmente um engano, apesar de totalmente compreensível, considerando seu lendário embelezamento da cidade. Embora seus textos não falem muita coisa a esse respeito, ele também foi um guerreiro incansável. Durante os dez primeiros anos de seu reinado, esteve quase o tempo todo envolvido em guerras, em especial com os egípcios que, assim como os próprios babilônios, mantinham uma identidade sólida e segura diante da interferência externa.

Durante o curso de suas campanhas contra o Egito, os estados mais problemáticos do Levante entraram em seu caminho. Nabucodonosor depôs Joaquim, o rei de Judá (em 598/597), e colocou um regente fantoche em seu lugar (Zedequias), que mais tarde rebelou-se contra ele (587). Esse acontecimento sinalizou o fim de Judá, que foi então anexado a uma província babilônica sob o governo de um colaborador da elite local. Muitos de seus habitantes foram deportados seguindo o estilo assírio, o famoso Cativo na Babilônia. Nabucodonosor também conquistou a cidade fenícia de Tiro depois de um longo cerco. No final, as contínuas hostilidades entre a Babilônia e o Egito deram espaço a um tipo de coexistência pacífica. O Egito continuou sendo um reino independente até que, finalmente, caiu nas mãos dos persas aquemênidas.

Nabucodonosor, assim como todos os regentes neobabilônicos, reafirmou pessoalmente suas próprias realizações pacíficas em vez de suas explorações e conquistas militares, demonstrando um contraste marcante com os precedentes neoassírios. Os reis neobabilônicos também evitavam os títulos universalistas, preferindo optar apenas pela menção comparativamente mundana de “rei da Babilônia” em relação aos títulos neoassírios como “rei do mundo”, “rei do Universo” e coisas assim. Um historiador sugere que esses fatos indicam a “negação

60. E. Weidner, “Hochverrat gegen Nebuchadnezzar II”, *Archiv für Orientforschung* 17 (1954), 1-3.



4.1. Estela de Nabonido, dinastia neobabilônica. Os Fiduciários do Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

sistemática da realidade do império, em contraste ao seu exercício bastante óbvio na prática”.⁶¹ Por que um império antigo iria desejar ser um império em processo de negação? O mesmo historiador sugere algumas possíveis razões. O império razoavelmente temporário dos neobabilônios de fato não existiu tempo suficiente para elaborar um vocabulário universal próprio. Ou talvez eles quisessem dar ênfase no fato de que sua “piedade babilônica triunfara sobre o excesso de confiança e selvageria dos assírios”.⁶² Obviamente, essa postura os diferenciava de seus predecessores neoassírios e dá indicações das formas pelas quais cada império sucessivo apresentava seus próprios métodos de formação e consolidação imperial, mesmo quando todos eles tinham sido emprestados de seus predecessores, como podemos ver, por exemplo, na deportação neobabilônica de habitantes de Judá. Houve um processo de continuidade constante de um império a outro, mas jamais existiu algo que pudesse ser chamado de um império estático e padronizado no Oriente Próximo.

61. Paul-Alain Beaulieu, “World Hegemony, 900-300 BCE”, em *A Companion to the Ancient Near East*, ed. Daniel C. Snell (Malden, MA: Blackwell, 2005), 48-61, em 56.

62. Beaulieu, 57.

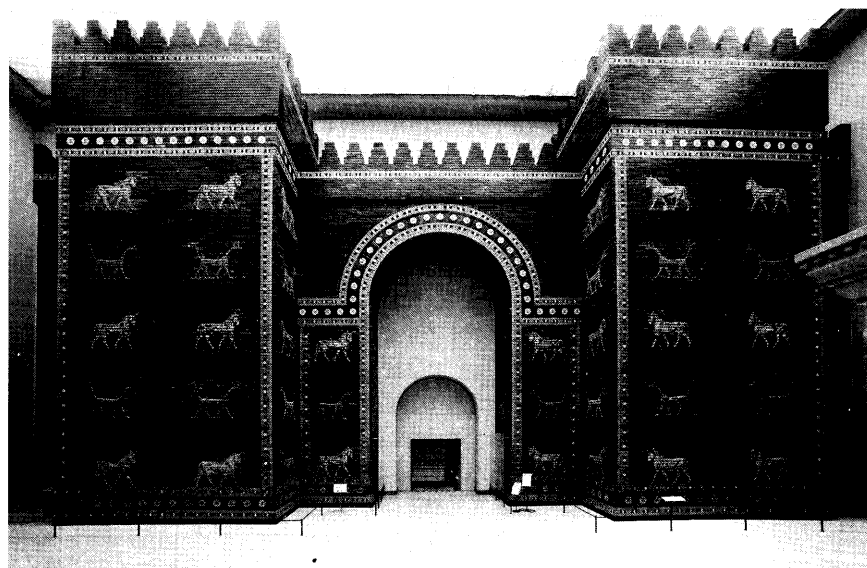
Os espetaculares 43 anos de reinado de Nabucodonosor foram seguidos por uma série de breves reinados (três reis em seis anos), que são mais notáveis por intrigas irrelevantes no palácio do que por conquistas reais, apesar de pequenas. O rei seguinte, digno de ser mencionado, foi o último. Ao que tudo indica, depois de ter tomado o trono à força, Nabonido (r. 555-h39) liderou a última fase do império neobabilônico, auxiliado por seu filho adulto Bel-sharra-usur (“Belsazar” no livro de Daniel da Bíblia Hebraica). Aparentemente, Nabonido não mantinha relações com a família real e sua tomada do trono foi contestada. Seu reino bastante documentado parece ter sido o tempo todo desafiado por pessoas de dentro e de fora de seu palácio. Ele fez campanhas durante grande parte de seu reinado contra tribos árabes em suas fronteiras do sul, deixando Bel-sharra-usur no comando da Babilônia.

Suas campanhas conseguiram inclusive levar Yathrib (mais tarde conhecida como Medina) para o império neobabilônico, incorporando um importante depósito comercial diretamente para dentro da esfera econômica e política do Oriente Próximo.

ANALISANDO O PASSADO E O FUTURO: O DOMÍNIO NEOBABILÔNICO EM AÇÃO

Nas partes finais do século XIX e no início do século XX (d.C.), era comum arqueologia do Oriente Próximo e os impérios europeus caminharem juntos de forma um tanto simbiótica. Artefatos e até mesmo a arquitetura dos antigos locais imperiais construíram muitos museus nos países europeus imperiais durante a famosa Era do Alto Império da Europa. Um dos “troféus” mais aclamados e mais grandiosos trazidos para a Europa, na verdade, foi o famoso Portal de Ishtar. Tijolo a tijolo, o portal foi levado para a Alemanha de antes da Primeira Guerra Mundial e reconstruído, onde ainda hoje pode ser visto no Museu de Pérgamo, em Berlim (fig. 4.2). Essa atração imperial com o passado tangível distante não é novidade. Os impérios, por meio de seus símbolos, imagens e até mesmo seu material cultural, quase sempre buscam recriar ou renovar momentos de glória passada. O passado, tangível ou não, é uma ferramenta dinâmica que possui o poder de inspirar, estimular e legitimar a atual regência imperial.

Impérios antigos provaram ser alguns dos modelos mais poderosos de todos os tempos. O Império Romano, por exemplo, inspirou, entre outros, o império franco de Carlos Magno, o império otomano turco e o império britânico, que se apoderaram de grande parte de suas



4.2. O Portal de Ishtar, construído durante o reinado de Nabucodonosor II. BildarchivPreussischer-Kulturbesitz/Recurso de Arte, NY.

imagens e artefatos. O império de Alexandre, o Grande, serviu como modelo para os impérios otomano e mongol de Gêngis Khan, mas também foi copiado pelo império persa aquemênida criado por Ciro, o Grande, e seus sucessores. O império persa aquemênida também serviu de inspiração para o império safávida dos primórdios da era moderna do Irã e a nação moderna do Irã. O império hitita anatoliano serviu de modelo para o estado atual da Turquia, que continua a utilizar suas imagens de modo irrestrito. Mais recentemente, Saddam Hussein usou imagens da Babilônia de Nabucodonosor em uma de suas declarações no intuito de reforçar sua própria imagem nacional e internacional.

Da mesma forma, o império babilônico baseou-se no passado distante para buscar legitimidade ideológica. Os imperadores neobabilônios chegaram até mesmo a patrocinar escavações de campos arqueológicos da natureza para sustentar suas reivindicações de domínio. Eles procuraram e encontraram fundações de templos antigos da Era do Bronze para reconstruir templos já esquecidos em suas exatas localidades, assim também com o simples intuito de encontrar restos e artefatos antigos. Antigas inscrições, estátuas quebradas, estelas de pedra, fragmentos arquitetônicos e outros artefatos foram todos descobertos e colocados em museus próximos aos palácios reais. Para os reis babilônios, essa restauração foi um marco de sua ideologia imperial. A coleção completa

das inscrições neobabilônicas está repleta de exemplos daquilo que eles apresentam como trabalhos de construções religiosas raras. Essa tarefa, no lugar de proezas militares ofensivas e defensivas, foi o verdadeiro orgulho dos reis neobabilônios.

Eu, Nabucodonosor, o obediente, o submisso, (aquele) que reverencia Nabu e Marduque, o pastor que satisfaz Sarpanit [esposa de Marduque], que inspeciona as velhas fundações da Babilônia, que descobre as obras originais, que revela o solo eterno original (...). Naquele dia, encontrei uma estátua real de (um rei) que vivera antes de mim, que restaurara essa parede, (portanto) de fato a coloquei junto de minha estátua em um lugar seguro na grande plataforma da fundação para toda a eternidade.⁶³

Os neoassírios anteriores a eles também tinham reconstruído alguns templos babilônicos da Idade do Bronze, provavelmente para encorajar o apoio da população. No entanto, não havia precedentes que indicassem os períodos de tempo a que os neobabilônios se dedicaram para buscar o passado distante de seu projeto imperial. Conforme os reis descobriam antigas dedicatórias e inscrições nesses locais de escavação, eles, às vezes, imitavam aquelas palavras em suas próprias inscrições, usando uma escrita e linguagem arcaicas. Com isso, eles também puderam reavivar práticas já há muito tempo perdidas, como fez Nabonido:

Eu descobri uma antiga estela de Nabucodonosor [I, r. 1146-1123], filho de Ninurta-nadin-shumi, um ex-rei, que tinha uma imagem da suma sacerdotisa moldada sobre ela. Além disso, sua insígnia, suas vestes e suas joias estavam registradas (na pedra) e traziam (esses textos) no Egípar. Eu trouxe as antigas paletas e tábuas escritas e restaurei os painéis como foram (restaurados) no passado.⁶⁴

Nabonido aparece aqui colocando sua filha na posição de suma sacerdotisa, uma função há muito extinta. Essa invocação de antigamente foi essencial na legitimação e reintegração da posição. A inscrição ainda descreve como Nabonido descobriu uma antiga fundação para o templo e em seguida a restaurou da forma como ela havia sido no passado, trazendo de volta, assim, os “bons velhos tempos”.

Esse passado recriado ou descoberto era para ser um modelo ideológico para o futuro, conforme sugerido por uma inscrição de Nabopolassar. A inscrição encontrada é de Naram-Sin, o neto de Sargão I, do fim do terceiro milênio a.C.:

63. Mark Chavalas, ed., *The Ancient Near East: Historical Sources in Translation* (Malden, MA: Blackwell, 2006), 385.

64. Chavalas, ed., 394-395.

Ao rei da terra – seja ele um filho ou um neto – que me segue e a quem Marduque chama para governar a terra. Você não deve se preocupar com força e poder. (Em vez disso) procure os santuários de Nabu e Marduque em seu coração e peça que eles destruam seus inimigos. (...) Quando esse portal envelhecer e você remover suas partes deterioradas, assim como eu encontrei uma inscrição de um rei que me precedeu e não alterei sua localização, (você também deve) encontrar a inscrição (que traz) meu nome e colocá-la no (mesmo) lugar de sua inscrição.⁶⁵

O passado proporcionou estabilidade, continuidade e legitimidade do primeiro rei neobabilônico em diante.

O principal festival do ano neobabilônico também destacava o importante papel de estabilização do rei pela demonstração do passado distante diante dos olhos dos babilônios enquanto aspiravam a um futuro próspero. Como a maioria dos imperadores antigos, o regente neobabilônico defendia e mantinha uma ordem de justiça. O festival do Ano-Novo, Akitu, era uma ilustração vívida e visual de seus papéis de responsável pela ordem e justiça. O festival em si, dedicado a Marduque e seu filho Nabu, confirmava de maneira clara o poder político, ideológico e econômico do rei – um verdadeiro festival de ideologia, economia, força militar e política (IEMP). No festival, que não podia ser celebrado sem a presença do rei, o império era colocado de forma simbólica em uma posição firme para o ano seguinte. Alguns de seus principais rituais envolviam a recriação e o desempenho real da criação de mitos para unir a Babilônia com a forma mais profunda de Antiguidade.

Os primeiros dias do festival que durava 12 dias eram dedicados à preparação ritual do rei, orações e sacrifícios no templo de Marduque. Imagens de Marduque e Nabu eram então levadas em procissão para fora da cidade, passando pelo Portal de Ishtar. A procissão saía com o intuito de avaliar os campos, dos quais dependia a agricultura e, portanto, a vida econômica do povo. Nos últimos dias, o rei voltava para dentro da cidade acompanhado de uma grande procissão.

A ideologia do rei como o instrumento de Marduque, escolhido de forma justa, era o tema central do festival. Um dos principais rituais exigia que todas as insígnias reais do soberano fossem retiradas e que, depois de baterem em seu rosto e o forçarem a se ajoelhar diante de uma estátua de Marduque, o sacerdote puxava o rei pelas orelhas até que ele derramasse lágrimas. O rei, então, prestava um juramento solene, jurando que não havia afrontado Marduque nem humilhado o povo da cidade do deus (Babilônia) ou prejudicado a cidade de qualquer maneira. Em seguida, o sacerdote devolvia suas insígnias. A bênção de Marduque

65. Chavalas, ed., 385.

ficava clara para o ano seguinte tanto na produção agrícola quanto na manutenção da ordem por toda a terra. Um ano novo farto e abençoado era a recompensa de Marduque para um rei que buscava a justiça.

Politicamente, toda a cerimônia enfatizava para os habitantes da cidade a legitimidade do rei, que defendia a razão e a justiça. Batalhas simuladas eram encenadas a fim de demonstrar que a ordem se baseava na violência militar e na supressão dos inimigos e malfeitores. Algumas pessoas interpretaram essas encenações como forma de fazer com que os babilônios reconhecessem que a violência era uma parte necessária, apesar de lastimável, da construção e manutenção do império. Mais uma vez, o tema do império em processo de negação parece vir à tona. Cenas do épico acadiano da criação, *Enuma Elish*, eram dramatizadas durante o festival para simbolizar Marduque derrotando monstros primitivos do caos e para relacionar os neobabilônios às suas mais antigas fundações e origens. Além de revelar as facetas políticas e militares ou a regência imperial, o festival oferecia uma chance para o rei exibir suas tropas e seus mais recentes troféus de guerra.

Além dos atos altamente simbólicos e mais célebres da restauração religiosa e da direção do festival do Ano-Novo realizado pelo rei, a verdadeira mecânica cotidiana da manutenção do império neobabilônico é difícil de ser reconstruída em virtude da falta de materiais originais. Entretanto, pistas que estão à nossa disposição indicam uma grande continuidade do império neoassírio. Está claro que os neobabilônios continuaram com as substituições das elites, oferecendo as posições governamentais e provincianas mais importantes para pessoas de seu próprio povo, mas sempre contando com as elites locais já existentes para manter a ordem e a continuidade em suas regiões. Um famoso exemplo é o de Adad-guppi, a mãe do rei Nabonido. Em uma longa inscrição autobiográfica, Adad-guppi descreve sua vida fascinante e cheia de surpresas, que se estendeu desde o império neoassírio até o último rei do império neobabilônico. Ela viveu até os 104 anos de idade e, como ela nos conta, cuidou de um templo do deus da lua, Sin, “por 95 anos”. A manutenção do templo indicava uma posição social bastante elevada, sendo que a cronologia básica de sua vida nos oferece uma história interessante que enfatiza parte da continuidade dos neoassírios por intermédio dos neobabilônios.

Os governadores neobabilônicos, ao que tudo indica, eram muito parecidos com os governantes neoassírios, sendo que sobre eles recaíam os deveres de recolher os impostos e os tributos necessários para a preservação do império. Com as províncias persas aquemênidas que

seguiam (apesar de se expandirem e serem bem elaboradas) os padrões provinciais dos neoassírios, podemos concluir com certeza que os neobabilônios também deram continuidade a grande parte das estruturas neoassírias nos anos de intervenção. Os moradores das cidades exerciam uma influência bastante considerável dentro do império neobabilônico, prenunciando alguns desenvolvimentos cívicos importantes até certo ponto parecidos com os conceitos de cidadania que encontraremos em impérios posteriores.

Dois grupos neobabilônicos foram proeminentes dentro das províncias neobabilônicas: os caldeus e os arameus. Vários líderes dos dois grupos permaneceram no poder sob o domínio neobabilônico, ajudando a manter a ordem no âmbito local. Os caldeus aparecem em registros cuneiformes do século IX a.C., mas não se sabe quanto tempo antes dessa época eles chegaram. Os caldeus representaram um papel essencial na história da Babilônia como residentes de suas cidades e até mesmo, em um determinado momento, como candidatos ao trono da Babilônia. Geralmente divididos em três principais grupos, eram governados no nível local por seus próprios líderes. Sua maior importância estava no comércio, tendo sido vitais para o comércio de caravanas da Península Árabe e do Golfo Pérsico, sendo que, graças a ambos, os próprios babilônios lucraram muito.

De sua parte, os grupos de arameus se mudaram para a região da Babilônia em algum momento do século XI a.C. Ali eles não se desenvolveram em pequenos reinos como os colonos arameus fizeram na Síria, mas, em vez disso, permaneceram como um povo agrícola colonizado, organizado em vilarejos, clãs ou tribos, comandados por seus chefes. Ao contrário dos caldeus, a maioria dos arameus ficava fora das cidades. Embora algumas pessoas acreditem que eles pudessem estar relacionados aos caldeus, outros contestam essa ideia. Os arameus, de qualquer forma, não possuíam a riqueza ou a influência política dos caldeus mais urbanos dentro do império neobabilônico.

INTERLÚDIO: O POVO DO LIVRO

O imperialismo geralmente, se não sempre, contesta a identidade de povos súditos. Os judeus novamente nos oferecem um bom estudo de caso da reação ao império. Poucados, até certo ponto – com exceção da incursão de Senaqueribe em 701 a.C. –, das campanhas neoassírias e da destruição final em 720 a.C. do Reino de Israel do norte, os judeus de Judá se reorganizaram com base nas reformas morais procla-

madas por seus profetas e impostas por seu rei, Josias, como podemos lembrar (Capítulo Três). No entanto, com o cativeiro babilônico, iniciado em 587, suas terras foram destruídas: como eles poderiam resistir como um povo sem suas terras, um templo ou até mesmo um rei? Sua forte identidade de um Povo do Livro, formada com base nos ataques dos neoassírios e dos neobabilônios, ficou ainda mais fortalecida mesmo na ausência de aspectos comunitários tradicionais. Eles agora tinham de renegociar uma identidade em exílio, o que fizeram como um Povo do Livro e um Povo da Aliança. Grande parte da Bíblia hebraica, na verdade, chegou em sua forma final nessa época durante o século VI. As vozes e as escritas de seus profetas, em particular, eram claras e repletas de promessas de os manter como um só povo. Eles conseguiram sobreviver como um povo e uma fé mesmo sem uma unidade política e com apenas lembranças de aspectos clássicos de uma identidade de suas terras, de seu rei e de seu templo. Sua ideologia era poderosa a ponto de persistir mesmo na ausência de um poder econômico, militar e político para lhes servir de apoio. Eles recebiam promessas de bênçãos futuras e de prosperidade como um povo se pudessem se arrepender, como seu profeta Amos lhes garantiu na conclusão de sua profecia:

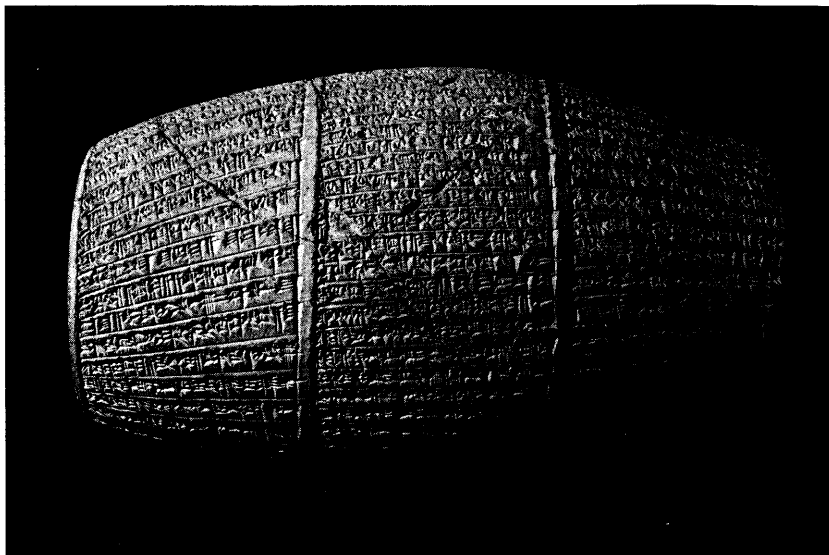
Restaurarei as riquezas do meu povo de Israel e eles poderão reconstruir as cidades destruídas e habitá-las; eles plantarão vinhedos e beberão seu vinho e semearão jardins para deles comer os frutos. Eu os colocarei sobre suas terras e eles jamais serão novamente tirados das terras que lhes oferecerei, diz o SENHOR [Jeová] seu Deus.⁶⁶

O ENIGMÁTICO NABONIDO E A CONQUISTA PERSA

O fim do império neobabilônico chegou, assim como o final dos neoassírios antes dele, de repente e de forma bastante misteriosa. No palco central estavam as figuras de Nabonido e Ciro, o Persa. De qualquer maneira, a tomada de Nabonido do trono neobabilônico aconteceu de modo bastante violento e ele parece ter sido desafiado pelas elites da Babilônia durante todo o tempo de seu reinado. Por não ser um membro da família real, ele teve de demonstrar sua legitimidade de maneiras que não envolviam a hereditariedade. Suas próprias inscrições possuem aquilo que um historiador classificou como sendo um tom “apologético” – isto é, ele demonstra ser mais efusivo do que qualquer outro rei neobabilônico ao declarar que conta com as bênçãos dos deuses.⁶⁷ Essa

66. Amós, 9:14-15, NRSV.

67. Kuhrt, vol. 2, 598.



4.3. Cilindro de Nabonido. Os Fiduciários do Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

era provavelmente uma tentativa de se agradar a grande população babilônica – lembre-se do papel crucial desempenhado pelas elites babilônicas para aclamar Nabopolassar em sua ascensão ao trono. Nabonido, da mesma forma, esforçou-se muito para encontrar fundações de templos da Era do Bronze para poder afirmar que um deus lhe revelara suas já esquecidas localizações, demonstrando uma legitimidade em sincronia com o passado rico e poderoso da Babilônia.

De maneira importante, porém, o deus que ele escolheu de maneira consistente para mostrar sua legitimidade não foi Marduque, mas, na verdade, o deus Sin da lua, cujo templo sua mãe, Adad-guppi, mantinha. Essa lealdade particular parecia tê-lo alienado ainda mais em relação à elite neobabilônica, muitos dos quais eram sacerdotes do supremo deus Marduque. Seu apoio a Sin, que ele chamava de “senhor dos deuses” e “rei dos deuses”, representava um tipo de henoteísmo, uma crença tão firme em um único deus a ponto de quase eclipsar os demais deuses, apesar de não negar completamente sua existência. Ele dedicou inúmeros templos a Sin em Harã e Ur e, assim, foi considerado um traidor do principal deus Marduque. Ele descreveu sua longa ausência da Babilônia como resultado da descrença de seus habitantes e de outras principais cidades, uma referência enigmática que provavelmente indica a ampla rejeição de sua alta veneração de Sin.

Sua longa campanha na Arábia, que o tornou ainda mais impopular na Babilônia, surtiu diversas ramificações. De fato, parece que sua falta de popularidade foi estimulada, até certo ponto, pelos sacerdotes de Marduque, entre os quais ele não era muito bem-quisto. Sua ira, porém, teria sido ainda mais intensificada porque o festival Akitu não podia ser celebrado em sua ausência, o que colocava em risco as chances de sérias calamidades à Babilônia e ao seu império. As campanhas de Nabonido, entretanto, aparentemente tinham importantes objetivos estratégicos, o que ele não conseguiu demonstrar com clareza às elites da Babilônia. Ele possivelmente percebeu as agressões persas cada vez maiores em suas periferias e encontrou na Arábia uma importante zona de acesso ao Mediterrâneo, no caso de o norte da Mesopotâmia e a Síria serem dominados. Suas campanhas tinham o grande objetivo de manter vivas as ligações comerciais do Mediterrâneo, além de possibilitarem a garantia de a continuidade do comércio de artigos de luxo que atravessa a Arábia ser dominada pelos neobabilônios, em especial o comércio de olíbano.

Nabonido voltou à Babilônia em 543 a.C. em uma tentativa desesperada de se preparar contra um ataque dos persas em expansão. Os persas chegaram em 539 a.C. Ciro, o Persa nos oferece seu próprio relato do que aconteceu em seguida:

Ele [Nabonido], com más intenções, suspendeu as oferendas e prejudicou os costumes rituais. Ele conspirou para encerrar a veneração a Marduque e continuou espalhando o mal contra sua cidade. A cada dia [ele...] destruiu mais todo o seu [povo] ao (impor) trabalhos duros sem descanso (...). [Marduque] buscou e vasculhou todas as terras, à procura de um rei justo cujas mãos ele pudesse segurar. Ele chamou para governar Ciro, rei de Anshan, e anunciou seu nome como o rei do Universo (...). E Marduque, o grande senhor, líder de seu povo, aprovou com alegria as proezas e as ideias firmes de Ciro e ordenou que ele marchasse até sua própria cidade da Babilônia, colocou-o a caminho de lá e caminhou ao seu lado como um amigo e companheiro. Seu numeroso exército, incontável como a água (que flui) em um rio, marchou ao seu lado totalmente armado. (Marduque) permitiu que ele entrasse na Babilônia sem a necessidade de uma batalha ou de uma luta, poupando sua própria cidade da Babilônia das dificuldades, e entregou Nabonido, que deixara de venerá-lo, em suas mãos. Todo o povo da Babilônia, a terra inteira da Suméria e da Acádia, regentes e príncipes curvaram-se diante dele, beijaram seus pés e se exaltaram diante de seu domínio, repleto de prazer. Com alegria, receberam-no como o senhor, por meio de cuja confiança aqueles que pareciam mortos foram ressuscitados e salvos de todas as tentações e dificuldades; eles glorificaram seu nome.⁶⁸

68. Chavalas, 428-429.

A inscrição continua, descrevendo a devoção de Ciro a Marduque, honrando, exaltando e conduzindo os sacerdotes de Marduque até a Babilônia. Todas as fontes disponíveis estão de acordo: a tomada foi relativamente pacífica, sendo que os sacerdotes de Marduque cooperaram e até auxiliaram Ciro, exultados pelo fato de a reverência a Marduque ter sido, enfim, restaurada.

O problema dessa versão tão objetiva dos acontecimentos está simplesmente no fato de ela vir de um texto propagandista de um rei persa. A conquista da Babilônia de Ciro foi apresentada como legítima por ele ter derrubado um rei “herege”, chegando inclusive a ser bem recebido pelos sacerdotes de Marduque; seu relato está ainda repleto de retóricas de um conquistador babilônico. Entretanto, alguns historiadores mais recentes não parecem tão seguros a respeito dessa sequência de acontecimentos. Ciro tinha muito a ganhar com essa sua forma de apresentação – eles precisavam, afinal, fazer com que o orgulho e a autoconfiança dos neobabilônios se submetessem à sua autoridade, algo difícil de ser realizado até mesmo para os neoassírios. Embora a população da Babilônia finalmente tenha se rendido ao seu governo e até o aclamado de maneira pública, como era de costume com os novos regentes, os detalhes reais da tomada de Ciro permanecem obscuros. Esse momento, porém, marcou o verdadeiro início do império persa.

O ADVENTO DO IMPÉRIO MULTICULTURALISTA: OS PERSAS AQUÊMÊNIDAS

Os persas são bastante reconhecidos como um governo unificado e coerente que teve seu advento no século VII a.C. Eles foram um dos muitos grupos falantes da língua indo-europeia que migraram nos séculos XI e X a.C. e se mudaram da Ásia central para o Elão e o Irã, onde se estabeleceram. Depois que o saque de Susa realizado pelo neoassírio Assurbanipal encerrou o reino elamita (646), os persas parecem ter iniciado um estado secundário dividido em resposta, unindo-se sob o domínio de uma família persa contra a ameaça assíria. Seu primeiro grande unificador foi Ciro (r. 559-522), um rei local do pequeno reino de Anshan que, naquela época, estava sob o governo do rei dos medos. Após ter enfrentado um ataque e derrotado o rei Astíages dos medos em 550 a.C., Ciro deu início à unificação de um poderoso reino junto de suas principais terras de fora da Mesopotâmia – a primeira na Era dos Antigos Impérios. Ele começou a solidificar a regência de sua capital em Pasárgada.

O reino de Ciro despontou de modo bastante súbito no cenário do poder político do século VI. Creso da Lídia (r. 560-546), um reino anatóliano e aliado dos babilônios, logo surgiu para conter sua ascensão. Os lídios tinham acabado de se expandir, incorporando partes importantes da Anatólia ocidental. Os territórios lídios, por sua vez, renderam-se a Ciro, incluindo, o que foi muito importante para os futuros desenvolvimentos históricos, as cidades-estados gregas da Anatólia ocidental, conhecidas pelos gregos como as ilhas jônicas; elas haviam acabado de ser subjugadas por Creso. Ciro, na realidade, convocara essas cidades-estados jônicas gregas para ajudá-lo em sua revolta contra Creso. A Babilônia em si passou a ser dominada pelos persas logo depois, em 539. A história da ascensão, regência e morte de Ciro está repleta de lendas, principalmente em função do interesse que o escritor grego Heródoto demonstrou por ele, designado de diferentes formas que incluíam os títulos de “Pai da História” e o “Pai das Mentiras”. Voltaremos a falar de Heródoto de modo oficial no capítulo seguinte, mas suas famosas *Histórias* são uma de nossas mais importantes – e controversas – fontes acerca do império persa, em especial de suas terras ocidentais.

De acordo com todas as indicações disponíveis, a conquista persa da Babilônia foi um caso com pouquíssimo derramamento de sangue e quase todos acreditam que os sacerdotes de Marduque aceitaram Ciro ou, no mínimo, não ofereceram qualquer grande força de resistência. Em relação à manutenção dos padrões imperiais já estabelecidos da substituição das elites, Ciro demoveu o nível mais elevado dos oficiais babilônicos, optando por manter os oficiais locais, em essência os colaboradores das elites, em seus lugares, no intuito de contar com seu apoio no governo. Ciro, então, voltou-se para o leste e conquistou uma parte importante da Ásia central – Afeganistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, trazendo ainda mais pessoas para a Era dos Antigos Impérios e fazendo com que seu império atingisse limites jamais sonhados pelos autoproclamados “reis do mundo” e “reis do Universo” anteriores a ele. Se decidíssemos acreditar em Heródoto, o próprio Ciro teve um final macabro durante uma luta contra Tômiris, a rainha dos massagetas/citas na Ásia central.

O filho e sucessor de Ciro, Cambises (r. 530-522), é mais famoso por ter conquistado o Egito, tornando-o parte garantida da Era dos Antigos Impérios. Ele conseguiu conquistar o Egito depois de organizar uma poderosa frota persa para usar contra o poder naval egípcio, que foram os primeiros a fazer isso. Na visão de Heródoto, Cambises era simplesmente insano e, de modo consistente e ilógico, provocou

os egípcios em função de sua já bastante conhecida insensibilidade à cultura daquele povo. Segundo fontes egípcias, entretanto, Cambises parece mais preparado para se tornar um típico regente persa. Os persas ficaram famosos por adotar um governo que aparentemente permitia a diversidade, sendo que os regentes quase sempre se apresentavam como governadores locais, como Ciro fizera na Babilônia. Cambises se apresenta em textos e inscrições egípcias, em suas vestes e também de modo retórico, como um faraó egípcio. Foi ele, como podemos nos lembrar, quem deu ao colaborador de elites egípcio Udjahorresne sua posição honorífica, sugerindo um regente que não parecia se importar muito com as normas e os costumes locais e que se dedicou a uma transição relativamente tranquila da regência persa.

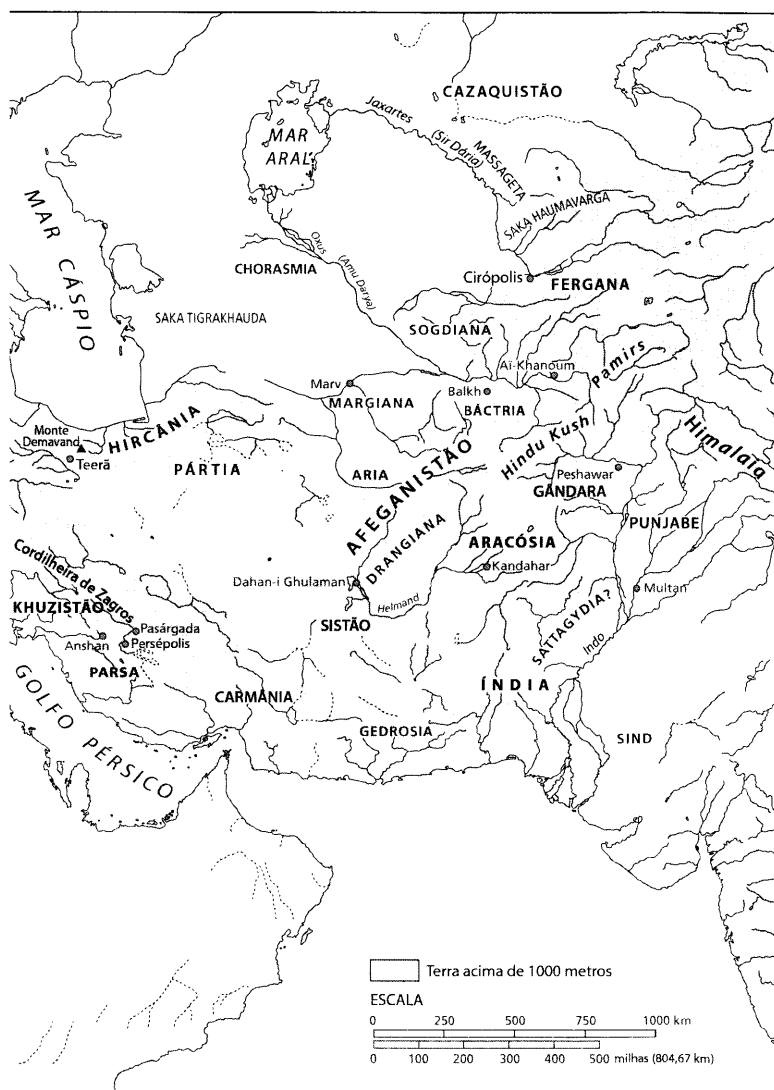
A transição de governo após Cambises, segundo Heródoto, foi algo bizarro. Como resultado, Cambises morreu ao cair de seu cavalo, tomado por sua ansiedade de controlar uma conspiração. Ele foi morto por sua própria arma, ferido de forma fatal no mesmo lugar onde havia antes ferido um touro sagrado egípcio. A sucessão ao trono foi cercada por histórias extremamente envolventes, apesar de seriamente questionáveis – um pretendente ao trono disfarçado, reconhecido somente por suas orelhas (ou pela falta delas); um sério, apesar de anacrônico, debate persa a respeito da melhor forma de governo – monarquia, aristocracia ou democracia; e, por fim, uma corrida de cavalos para determinar o vencedor do trono em que o ganhador vitorioso havia sido secretamente premiado pelo cheiro das genitálias de sua égua favorita. A ascensão ao trono é até hoje cercada de mistérios e provavelmente envolvia sérias intrigas e até mesmo assassinato(s). O que se sabe ao certo é que, após um ano de luta, Dario (r. 521-486) saiu vencedor e, então, continuou a consolidar o império persa com uma mistura eficaz de brutalidade e conciliação quase no estilo assírio. Sua famosa inscrição de Behistun (ou Bisitun), na parte mais alta de um penhasco quase inacessível, registra sua versão dos acontecimentos, uma fonte bastante útil que nos oferece ao menos certo equilíbrio com relação à história viva de Heródoto de sua ascensão ao trono (fig. 4.5).

Da mesma forma que Ciro foi o principal conquistador, Dario foi o verdadeiro unificador e mentor administrativo do império persa. Sob seu comando, a expansão continuou, mas ele testemunhou a última verdadeira expansão do reino. Conforme nos revela a inscrição de Behistun, ele começou seu reinado reprimindo revoltas por todo aquele jovem império tão vasto. Sobre sua tumba em Naqsh-e Rostam, Dario registrou que, quando tomou o poder, a terra estava em “comoção” e



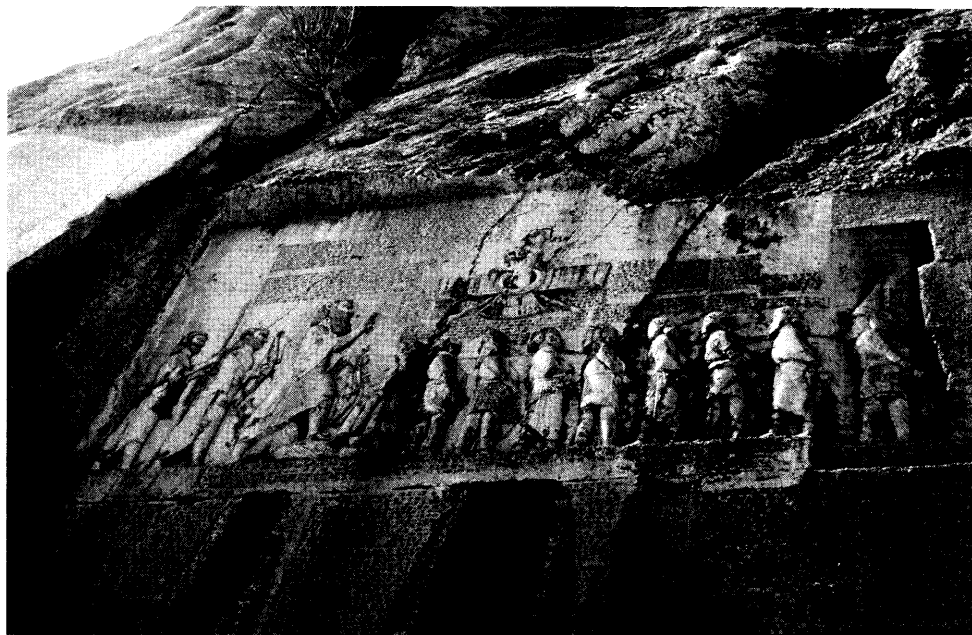
4.4. Mapa do império persa aquemênida. Em *Cambridge Ancient History*, volume IV, parte I, p. 2-3.

que ele, então, teve de “colocá-la de volta em seu lugar”, estabelecendo de modo claro a ordem/Cosmos no lugar do caos que reinava no momento de sua ascensão. Dando continuidade à estratégia de governo de seu predecessor persa no Egito, ele continuou regendo com uma demonstração de si mesmo de um faraó egípcio, um monarca-guerreiro, um conquistador estrangeiro.



4.4. (continuação)

Dario adotou de forma notável e promoveu com avidez a nova fé do zoroastrismo, transformando-a em sua ideologia religiosa central. O zoroastrismo foi fundado no século VI pelo profeta persa Zoroastro (Zaratustra). Foi Áura-Masda, o principal deus do zoroastrismo, conforme nos conta Dario em quase todas as suas inscrições reais, quem lhe dera o trono; e era em nome de Áura-Masda e em favor dele que ele



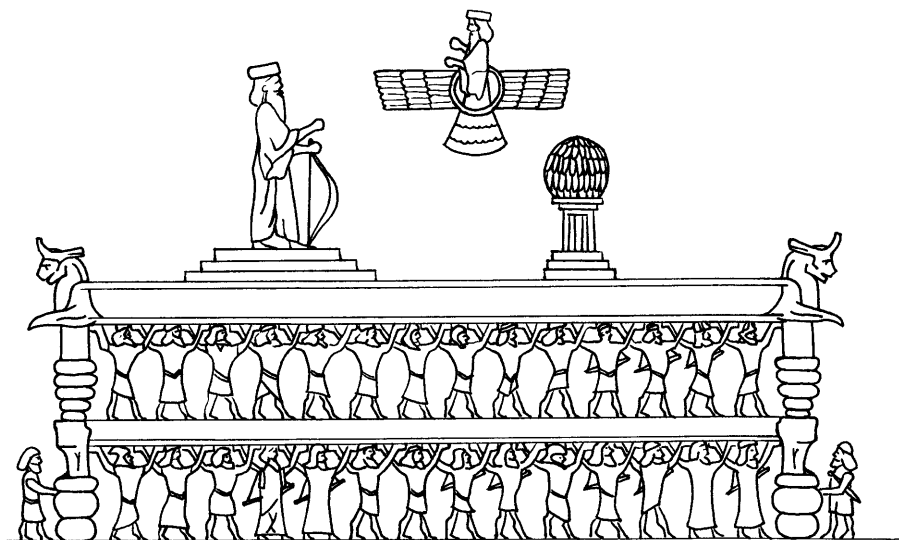
4.5. Inscrição de Behistun. Alinari/Recurso de Arte, NY.

regia seu grande império. De acordo com suas próprias palavras, ele era o unificador escolhido, mas também uma ferramenta de expansão, agindo em nome de Áúra-Masda.

Um grande deus é Áúra-Masda, que criou essa terra, que criou aquele céu, que criou o homem, que criou a felicidade para o homem, que fez Dario rei, um rei de muitos, um senhor de muitos (...). Diz Dario, o rei: “Pela graça de Áúra-Masda, esses são os países que eu dominei fora da Pérsia; governei-os; eles me prestavam ‘honras’; o que eu lhes dizia era o que eles faziam; minha lei era o que os mantinha firmes; Média, Elão, Pártia, Ária, Bactria, Sogdiana, Corásmia, Drangiana, Aracósia, Satagídia, Gandara, Índia, Cítia (...) Babilônia, Assíria, Arábia, Egito, Armênia, Capadócia, Sardes, Jônia (...) Trácia, jônios que usavam pétasos, líbios, etíopes, homens de Maka, carianos”.⁶⁹

O zoroastrismo mantinha em sua essência um conceito de ordem, verdade e justiça conhecido como *Arta*. *Arta* descendia de Áúra-Masda, uma poderosa divindade de luz e ordem. Áúra-Masda tinha uma contraparte do mal em Arimã, um deus do caos, da escuridão e da Mentira, ou *Drauga*. Denúncias e alertas contra *Drauga* são bastante comuns em textos

69. Kent, DNa.



4.6. Tumba de Dario II. Desenho de Kathryn Brunk.

persas desse período e também posterior a ele. Esse sistema religioso dualista foi essencial para a própria administração e às conquistas de Dario:

O rei Dario diz: “Você que será o rei de agora em diante, proteja-se de forma vigorosa das mentiras; saiba castigar os mentirosos e para isso não deixe de pensar, ‘Que meu país esteja seguro!’”.⁷⁰

Dario e os demais líderes persas adotaram uma visão do mundo em que o rei era o guia do império, escolhido por Áura-Masda, com o apoio voluntário dos povos sob seu comando. Os seguidores de *Arta* eram recompensados com os benefícios cósmicos de seu império (fig. 4.6).

A PRAGMÁTICA DE UM IMPÉRIO MULTICULTURAL

Os persas aceitavam a diversidade de um modo sem precedentes por todo o império, mas parece que muitas elites nativas locais adotavam livremente os costumes persas. No geral, a iconografia de realza mostra claramente um “rei persa apoiado por, e no topo mais alto de, um império formado por muitos povos cujo caráter individual era enfatizado, mas que, apesar disso, eram todos reunidos em uma associação

70. “Behistun Inscription” 4.55, em *The Sculptures and Inscription of Darius the Great Rock of Behistun in Persia*, trad. L. W. King e R. C. Thompson (London: British Museum, 1907).

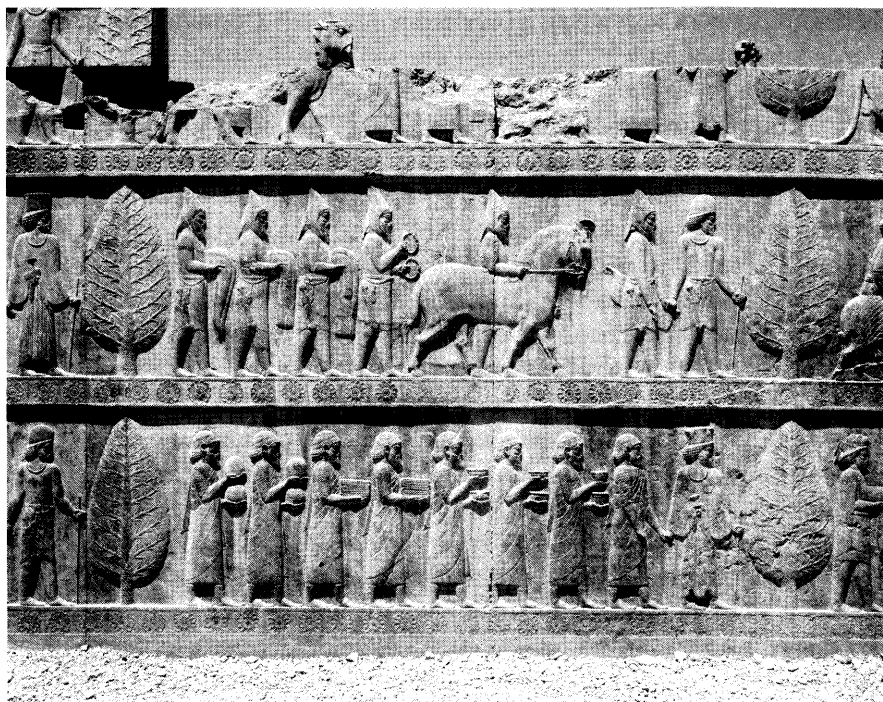
harmoniosa para servir seu governador persa”.⁷¹ Contudo, será que a verdadeira pragmática de império era tão bem definida conforme indicado pela linhagem imperial do *Arta vs. Drauga* de Áura-Masda, da forma como aparece descrita na inscrição de Behistun?

Uma dificuldade básica na avaliação do império persa como um todo é a disparidade dos materiais disponíveis de suas diversas regiões; as partes ocidentais, graças a Heródoto e outras fontes gregas próximas da época da Guerra Greco-Pérsica, costumam ser muito mais bem documentadas. As regiões orientais do império persa quase não possuem registros ou documentos a seu respeito e, por essa razão, é possível cometermos erros se tentarmos generalizar todos os fatos. Contudo, os aspectos gerais da realeza persa podem ser delineados se formos cuidadosos. Encontramos algumas tendências que são normalmente aceitas, apesar de que, embora talvez tenham sido implementadas de forma variável segundo costumes locais, ainda assim eram características de todo o império.

Dario colocou o império persa sobre o sólido alicerce administrativo de que precisava para sobreviver por muitos séculos. Ele dividiu o império em satrapias governadas por persas da elite (sátrapas), que exerciam o poder em nome do rei. A partir de diversas fontes, parece que os sátrapas moldavam seu governo segundo costumes locais pre-existent e recebiam um certo grau de autonomia. Os persas deram continuidade à tradição da substituição das elites, embora tenhamos notícia a respeito de um colaborador local que alcançou o cargo de sátrapa em virtude de sua ajuda durante uma luta pelo trono. O exemplo de Udjahorresne também mostra uma continuidade com oficial de nível relativamente elevado. Abaixo dos sátrapas estavam os governadores locais que se ocupavam das questões cotidianas; muitos deles eram escolhidos dentre os habitantes locais da população. Em parte com a intenção de manter controle de um império tão amplo, os governadores persas construíram e mantiveram diversas capitais – Persépolis, Susa, Pasárgada e Ecbátana; a Babilônia também foi uma capital. Eles regularizaram os sistemas de tributação e comunicação por meio da Estrada Real Persa, que, apesar de se basear em alguns precedentes neoassírios, foi expandida pelos persas. Para auxiliar a comunicação em todo o império, o aramaico continuou sendo usado como sua língua franca, como era o caso dos neoassírios.

O programa artístico do império persa revela um reconhecimento de diversidade sem precedentes. Em painéis reais, os povos súditos aparecem com suas vestes locais e *parecem* defender de forma

71. Kuhrt, vol. 2, 669. '



4.7. Procissão de coletores de impostos. Bridgeman-Giraudon/Recurso de Arte, NY.

voluntária o regente justo: estilos de roupas, estilos de barbas, tipos de chapéus, etc., mostram o grau impressionante da compreensão dos persas da diversidade de seu império. Eles apresentavam cada região compondo uma parte vital do todo. Além disso, os persas erguiam estátuas de Marduque na Babilônia e estátuas de oficiais persas vestidos com roupas egípcias no Egito.

A mensagem que estava sendo passada, porém, podia ser quase contraditória ou pelo menos paradoxal às vezes. Em uma estela no Egito (Estela de Shaluf ou Chalouf), de um lado está escrito em egípcio e com um tom suave de benevolência do governo persa. Do outro lado, a mesma inscrição aparece traduzida para o persa, mediano e assírio, mas o tom geral lembra mais a firmeza de um mestre que se dirige a um subordinado. A resistência à vontade de Áura-Masda e, portanto, a ordem de justiça do Universo, ao menos da maneira como é declarada em algumas inscrições públicas, como a famosa inscrição de Behistun, costuma ser rebatida com uma rispidez absoluta que teria deixado os assírios orgulhosos. Um pequeno grupo de novos ricos espalhados pela orla oriental

e até além dela logo descobririam que a diversidade não necessariamente implicava tolerância, como veremos no capítulo seguinte.

Os reis interagiam de perto com os povos súditos e geralmente apareciam como defensores das religiões e costumes locais. Os judeus nos livros de Esdras e Neemias da Bíblia hebraica pareciam ter tido um grau surpreendente de apoio e estímulo do rei persa para praticar suas tradições e fé no âmbito local. Embora o aramaico, emprestado dos arameus, fosse a linguagem administrativa mais amplamente utilizada, decretos eram emitidos em diversos idiomas – antigo persa, acadiano, elamita. As inscrições também eram traduzidas para muitas outras línguas, de modo que as elites locais pudessem de fato ter acesso a elas – hieróglifos egípcios, por exemplo, como vimos anteriormente.

A tributação e a comunicação foram padronizadas em todo o império em um nível jamais visto antes – e de uma maneira especialmente impressionante, se considerarmos o tamanho e a diversidade do império. O sistema de taxação, além disso, era apresentado como um ato voluntário (necessário para as bênçãos do império), e altos-relevos imperiais mostravam os impostos sendo trazidos de todos os cantos do império por todos os acessos das riquezas locais (fig. 4.7). Alguns povos traziam prata, um pouco de ouro, alguns tecidos, incenso e animais (fig. 4.8). Os próprios persas podiam ser influenciados por estilos e gostos locais e, às vezes, assimilavam um estilo local para ser usado de modo mais amplo por todo o império. Com o tempo, os sátrapas das regiões ocidentais mais distantes começaram a copiar os estilos arquitetônicos gregos até mesmo enquanto alistavam os mercenários gregos para seus exércitos.

REAGINDO AO IMPÉRIO

Após o reinado de Dario, o império parou de se expandir em sua essência, embora os desafios da administração interna persistissem. Apesar da fachada de tranquilidade e tolerância proclamada na maior parte de seu programa artístico, o império persa não esteve imune das revoltas e resistência durante toda a sua existência. As famosas rebeliões dos gregos da Anatólia ocidental são exploradas em detalhes no capítulo seguinte. Além disso, durante os reinados de Dario e Xerxes (r. 486-465), aconteceram rebeliões e revoltas nos mananciais tradicionais do Egito e da Babilônia. Como geralmente acontece, eram as áreas com um sentido forte de história e identidade local que acabavam se tornando



4.8. Salão de recepção “Apadana”, alto-relevo de pagadores de impostos. Biblioteca de Imagens: DeA/Recurso de Arte, NY.

os mais propensos a se rebelar. Foram as rebeliões nessas regiões que atrasaram a famosa vingança persa nas principais áreas gregas, como veremos, distraindo Xerxes durante a segunda fase das Guerras Greco-Pérsicas. O sucessor de Xerxes, Artaxerxes (r. 465-424/423) também combateu uma revolta no Egito. Mais adiante, tomaremos conhecimento de que os persas não tiveram sucesso quando tentaram fazer com que todos os gregos, a oeste de onde estavam, reconhecessem seu poder; alguns gregos, porém, prontamente se renderam ao império persa e se anexaram a ele. Outros ficaram bastante conhecidos por sua resistência.

Os judeus pareciam ter respondido relativamente bem após serem dominados pelo império persa e tornaram-se, conforme mostrado anteriormente, beneficiários diretos de suas políticas de tolerância e até mesmo de apoio aos povos subjugados. Uma série de cartas judaicas escritas em aramaico por judeus que moravam em um forte militar em Elephantina no Egito nos oferece indicações de até onde os líderes persas chegaram para manter os judeus satisfeitos: o rei persa Dario II (r. 424-404) chegou a autorizar um festival do pão ázimo para o forte judaico.⁷² Além disso, conforme registros dos livros bíblicos de Esdras e Neemias, o rei persa permitiu que os judeus voltassem para Israel, onde eles, então, reconstruíram seu templo. O rei persa,

72. “The Passover Papyrus”, em Pritchard, ANE, 278.

então, ajudou a apoiar seus esforços contra a resistência dos povos que haviam se rendido e que não pareciam querer ver os judeus restabelecidos em Jerusalém.

Os neoassírios tinham, de fato, lançado uma enorme sombra por todo o Oriente Próximo e até além dele. Seu legado continuou com diversas sucessões de impérios, cada um deles governando e inovando à sua(s) própria(s) maneira(s), mas todos eles evidenciando alguns temas e dinâmicas familiares. O sonho da conquista do mundo, na realidade, parecia cada vez mais próximo da realidade, culminando na demonstração espetacular de poder no tempo e no espaço que foi o império persa aquemênida. O legado de resistência também continuou, tanto na forma de grandes impérios emergentes quanto na sobrevivência básica de grupos como os judeus, cuja ideologia ajudou a manter e renegociar uma identidade, mesmo em meio às forças subjugadoras e de homogeneidade do imperialismo. Um desenvolvimento-chave, que voltaremos a abordar mais adiante, é a reação de áreas no Mediterrâneo e nas regiões ocidentais dessas novas correntes.

CAPÍTULO 5

O CADINHO DA HISTÓRIA: O ORIENTE ENCONTRA O OCIDENTE

Apesar de saber o que é ser um escravo, você nunca experimentou a liberdade e não tem como imaginar se esse é um estado agradável ou não. Se tivesse vivido essa experiência, você nos aconselharia agora a não empunhar lanças, e sim machados em sua defesa.

– Heródoto, *Histórias* 7.135⁷³

- De que maneiras as ideias filosóficas moldam ou influenciam a ação histórica?
- Como fatores externos e internos, trabalhando juntos, moldaram a experiência grega entre o século VIII e o início do século V a.C.?
- Como o exercício da ideologia, economia, força militar e política (IEMP) dos gregos se comparava aos padrões do Oriente Próximo?
- Como os gregos conseguiram derrotar de modo decisivo o império persa aquemênida e defender sua(s) terra(s) natal(is)?

No dia 28 de maio de 585 a.C. (ou talvez 21 de setembro de 582), nasceram a Filosofia e a Ciência ocidentais, logo após as 18 horas Tales de Mileto, um dos Sete Sábios da Grécia, previra um eclipse que de fato aconteceu. Assim, ele demonstrou que existia

73. Robin Waterfield, trad. (Oxford: Oxford University Press, 1998).

uma ordem racional no Universo, apresentando, como consequência, a Ciência e a Filosofia ao mundo. Desse momento crucial, eles viram nascer a matemática, astronomia, geografia, história, lógica, teoria política e muito mais.

Essa história, que foi tantas vezes contada, é intrigante, instrutiva e totalmente ilusória. Assim como qualquer resumo sugestivo e bem escrito de momentos históricos mais importantes, existe aqui o ponto central de uma verdade envolto por um grande exagero de declarações. O elemento da verdade na história do eclipse é que pequenos números de gregos com ideias avançadas, que viviam em cidades como Mileto e Samos, na costa jônica da Anatólia ocidental, começaram a pensar a respeito do mundo físico de formas sem precedentes durante o século VI a.C. Eles estavam tentando descobrir as causas naturais e racionais por trás de fenômenos observáveis, fossem essas as causas dos eclipses ou do caminho da evolução humana. Tales foi uma luz orientadora desse amplo movimento, conhecido pelos eruditos como a Revolução Jônica. Dentro dessas cidades-estados jônicas, uma constelação de fatores se uniu em movimentos intelectuais e políticos verdadeiramente revolucionários. Além de suas especulações astronômicas, Tales também foi um pensador político que sabia se expressar e que defendia a unificação das colônias gregas da Jônia contra a expansão dos reinos e impérios do Oriente Próximo. Nesse último esforço, ele fracassou, mas a compreensão da relação intrínseca entre suas aparentes abordagens na “ciência” e na política é essencial para podermos situar o lugar dos gregos na história da Era dos Antigos Impérios.

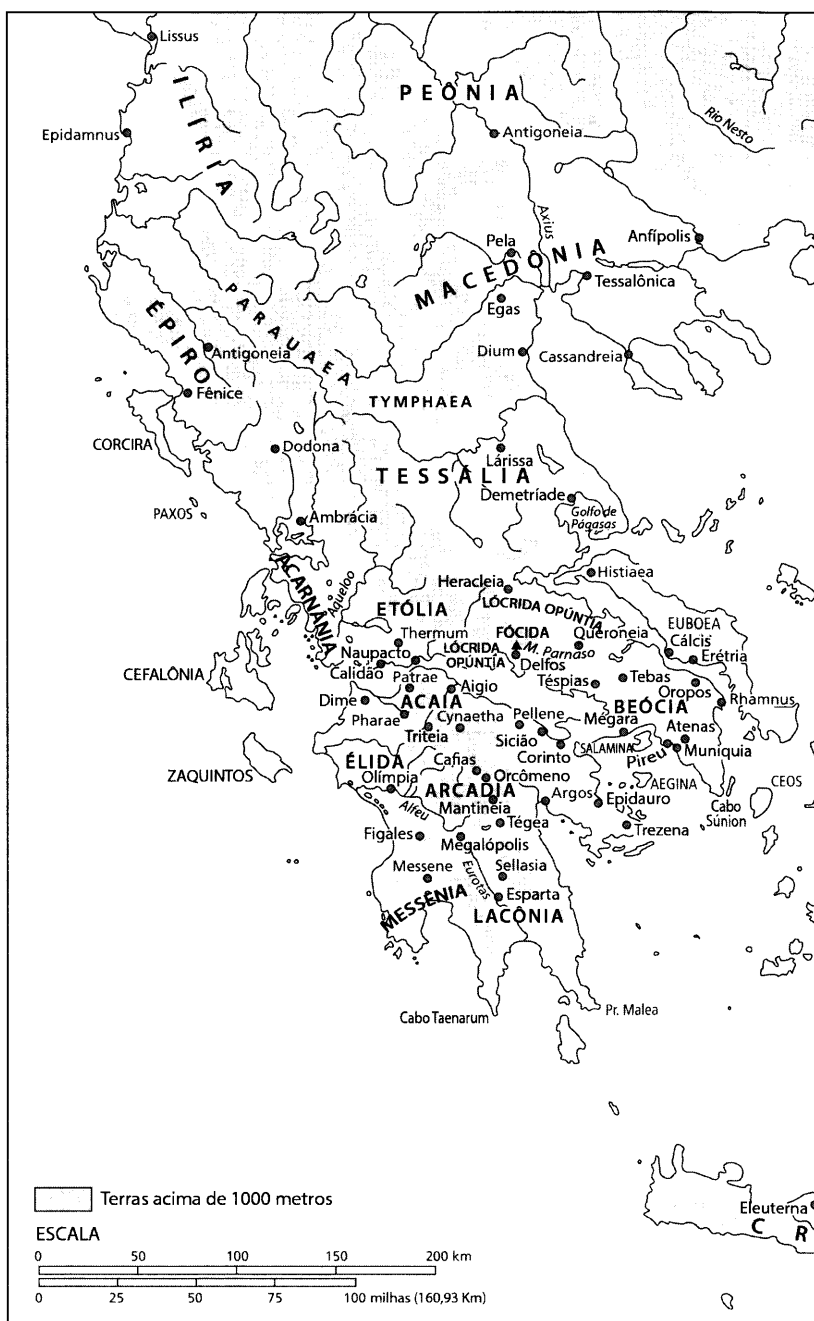
Os gregos, por um tempo, romperam com um padrão-chave que é central para nosso estudo. Eles passaram a subestimar a autoridade e a ideologia religiosa (I) em favor de uma ênfase muito mais forte na ideologia política (P). Após uma série de guerras e, por fim, sua eventual conquista dos governos periféricos da Macedônia, a ênfase em I foi retomada no mundo helenista, como veremos nos capítulos seguintes.

Contudo, ainda que a história de Tales seja geralmente usada para mostrar que o “pensamento ocidental” nasceu na Grécia, as inovações gregas de fato não teriam sido possíveis sem os precedentes e influências mais antigas do Oriente Próximo. Quando os neoassírios estavam em seu apogeu, o Oriente Próximo e o Mediterrâneo estavam, mais uma vez, unidos como acontecera durante a Idade do Bronze, sendo que grande parte da mais alta cultura viajou para o Ocidente. Mesmo antes disso, os fenícios já haviam levado muita cultura para o Ocidente, incluindo tanto aspectos particulares quanto alguns emprestados de outras partes.

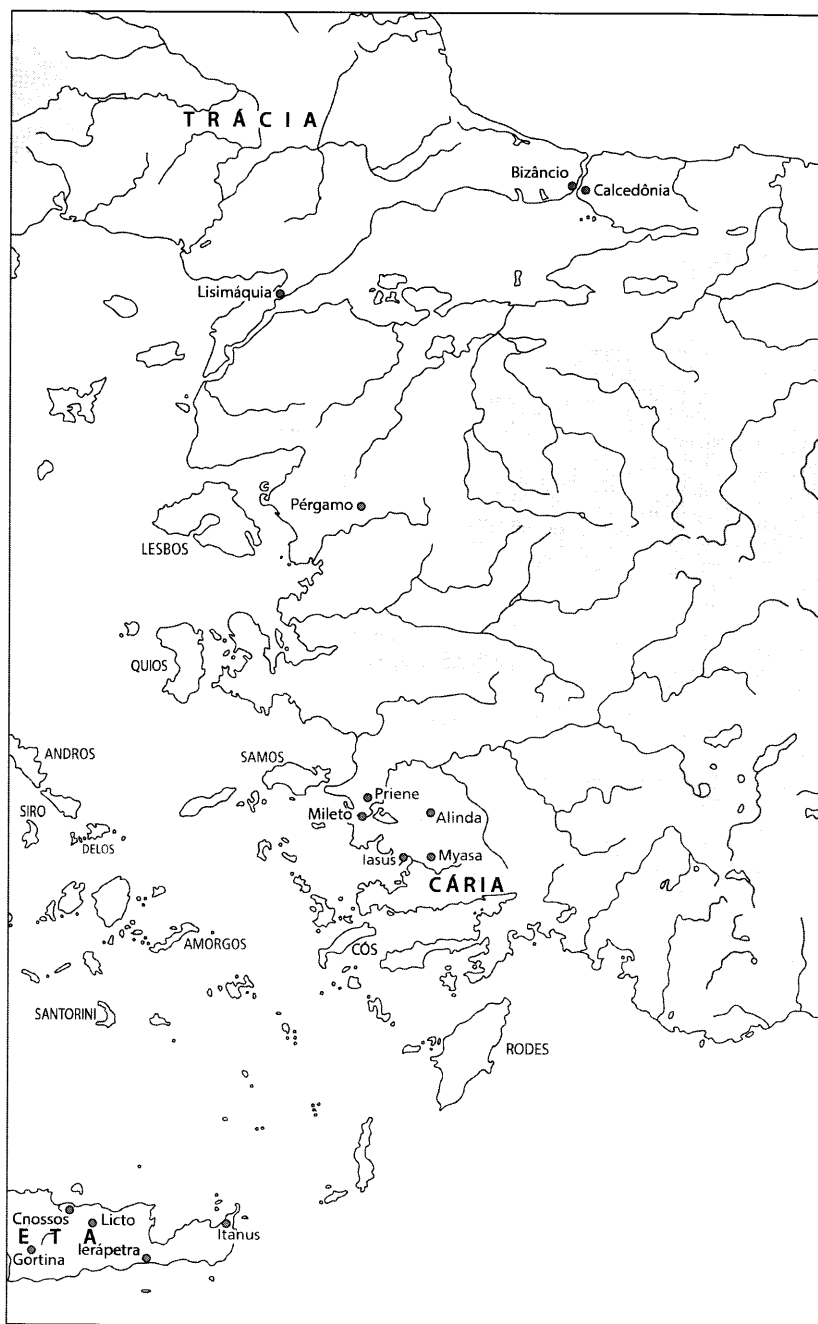
A leste dos gregos, na Anatólia central e ocidental, dois reinos menores em sucessão ajudaram a mediar as relações entre o Oriente Próximo e o Egeu. O reino anatóliano central e ocidental da Frígia, notoriamente governado por um verdadeiro rei Midas (com um toque dourado provavelmente não tão real) transmitiu para os gregos uma grande criatividade cultural originada no Oriente Próximo. Os frígios criaram um império na Anatólia central e ocidental entre os séculos VIII e VI a.C., com os assírios inicialmente ao sul e ao leste e os gregos a oeste. O reino teve uma interação bastante significativa tanto com os neoassírios quanto com os gregos e, como resultado, disseminou uma troca cultural muito vívida. Os frígios apresentaram alguns estilos artísticos e uma tecnologia do Oriente Próximo de trabalhos com cristais e metais aos gregos (fig. 5.2). O reino lídio que sucedeu os frígios deu continuidade a uma interação intensa com os gregos a seu oeste mesmo enquanto eles resistiam à expansão assíria no século VII. Sob a liderança de seu mais famoso rei, Creso (r. c. 560-546), eles conseguiram de fato incorporar muitas cidades-estados gregas jônicas em seu império cada vez maior, mas que estava prestes a ser dizimado. A pressão que exerceram nos gregos no início do século VI os ajudou a levantar recursos enquanto o Egito, a Babilônia e a Média brigavam pelo que havia sobrado do império assírio.

Além desses reinos menores e impérios mais jovens, mas que, de modo progressivo, se aproximavam cada vez mais ao longo do curso dos séculos VIII ao VI, os grandes impérios do Oriente Próximo – assírios, babilônios, persas – lançavam sombras avultantes na direção das cidades-estados jônicas. De maneira específica, parte do conhecimento que estimulou o pensamento jônico fora conduzido até o mundo egeu levado por refugiados e outros viajantes do Oriente Próximo, principalmente após a queda da cidade assíria de Nínive em 612.

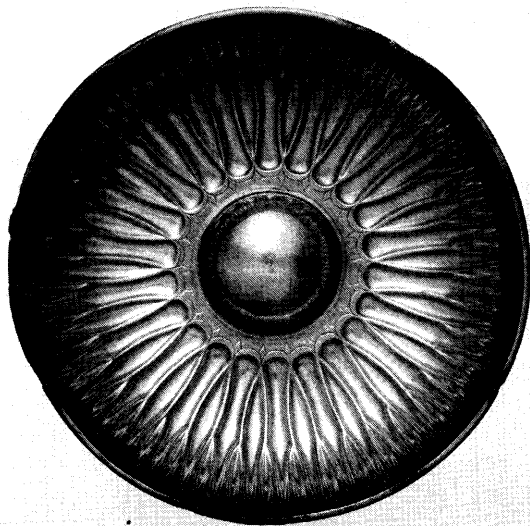
Contudo, havia ainda, com certeza, algo verdadeiramente sem precedentes e especialmente significativo a respeito daquilo que Tales e alguns de seus contemporâneos jônicos estavam pensando e fazendo. Como aconteceu ao longo de toda a história, a difusão da cultura não precisa implicar somente uma mera imitação. Assim que chegaram ao Egeu, elementos da cultura do Oriente Próximo poderiam, e de fato conseguiram, assumir uma vida (ou ainda, vida[s] própria[s]). Os jônicos em si ocupavam as periferias de dois mundos que passavam por mudanças cada vez mais rápidas – a Grécia e o Oriente Próximo. Essa mistura só podia ser formativa e, às vezes, até um tanto volátil. Assim, para entendermos a Revolução Jônica, devemos antes voltar nossa



5.1. Continente grego e mapa egeu. Em *Cambridge Ancient History*, Mapa 5. O Continente Grego e o Egeu, volume VIII, parte I, p. 222-233.



5.1. (continuação)



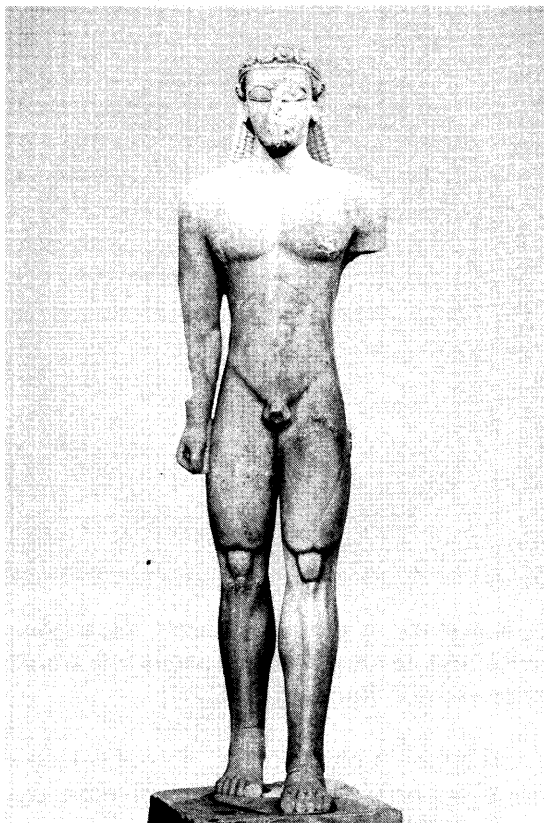
5.2. Tigela com um desenho de pétalas radiantes, dos frígios. Museu Metropolitano de Arte/Recurso de Arte, NY. Presente do sr. e sra. J. J. Klejman em memória do diretor James J. Rorimer, 1966.

atenção para o ocidente da costa jônica, do outro lado do Egeu, para algumas mudanças importantes que aconteciam em todas as partes das principais terras da Grécia.

A EXPANSÃO GREGA E O NASCIMENTO DA PÓLIS

No Livro Nove da *Odisseia* de Homero, o personagem titular, Odisseu, veleja até a terra inóspita dos Ciclopes. O próprio Odisseu descreve a personagem brutal de seus habitantes de um olho só: eles não lavram a terra, não possuem instituições, nenhum tipo de reunião de conselhos, cada um deles é a “lei de suas próprias esposas e filhos que não se importam em nada com os outros”.⁷⁴ Além disso, eles vivem quase ao lado de uma ilha coberta por árvores, com uma bela enseada, solo fértil e um enorme rebanho de cabras e bodes. Surpreendentemente, para Odisseu, os ciclopes jamais tentaram colonizar essa ilha. Se, ao menos, construíssem navios, Odisseu lamenta, eles poderiam explorar

74. 9.114-115, Richmond Lattimore, trad.



5.3. Kouros (estátua) de Súnion. Vanni/Recurso de Arte, NY.

seus vastos recursos além de velejar entre “todas as diversas cidades dos homens”.⁷⁵ Nesse encontro revelador, Homero, como quase sempre acontece, apresenta suposições bastante evidentes de sua própria época – ser civilizado implicava saber velejar, colonizar e explorar recursos naturais disponíveis por meio de viagens pelo mar por lugares próximos e também distantes. Muita coisa havia mudado desde nosso último encontro como o mundo egeu.

Na metade do século VIII, a famosa Era de Homero, habitantes do continente grego já tinham começado a emergir da Idade das Trevas. Após o colapso dos micenos no século XII, como podemos nos lembrar do Capítulo 1, sociedades complexas conquistaram o Egeu. A população do continente grego diminuíra em até 75%, estruturas institucionais foram simplificadas de modo drástico e a alfabetização desapareceu por

75. 9.128, Richmond Latfimore, trad.

completo. Diversos grupos nômades de fora se mudaram para o continente grego e uma população bastante diversificada se espalhou por todos os cantos, sendo que comunidades de pequena escala regidas por um chefe tribal ou um senhor de guerra (chamado de *wanax*) se tornaram o modelo mais comum. Entretanto, na época de Homero, sinais de renascimento eram vistos em toda parte, uma mistura fascinante de elementos do Oriente Próximo e helenistas sem igual.

Novas expressões artísticas, na arquitetura monumental, cerâmica e escultura anunciaram uma complexa cultura emergente. Muitas das expressões artísticas iniciais seguiram de perto as incríveis mudanças que surgiram no Oriente Próximo e no Egito durante o século anterior (fig. 5.3). O uso e a imitação de estilos do Oriente Próximo, conhecidos como “orientalização”, resultaram em novos tipos de cerâmicas, esculturas e cristais, testemunhos vívidos do ressurgimento de contatos entre o Oriente e o Ocidente após vários séculos de separação.

A escrita e a alfabetização, de repente, foram retomadas, agora com um alfabeto que os gregos emprestaram dos navegantes fenícios e fizeram algumas pequenas modificações. Os mais famosos escritores gregos lançaram obras e tradições duradouras na literatura. Os poemas épicos de Homero, a *Iliada* e a *Odisseia*, oferecem uma ideia de sua própria época, assim também como dos períodos anteriores à Idade das Trevas e da Era do Bronze, apesar de irremediavelmente confusos, que já estavam encerrados há muito tempo antes disso. Um contemporâneo de Homero, Hesíodo, escreveu outras famosas obras sobreviventes da antiga literatura grega – *Os Trabalhos e os Dias*, que elucida práticas gregas agrícolas e sociais arcaicas, e *Teogonia*, histórias que falam das origens dos deuses e do Cosmos.

Escalas e padrões de colonização também mudaram de modo drástico ao longo dos séculos VIII e VII, conforme podemos perceber pelas análises arqueológicas dos sepultamentos. Os tamanhos das populações por todo o Egeu ocidental se expandiram de forma marcante, sem dúvida, em parte por causa da mudança climática generalizada, cujos efeitos podiam ser percebidos em todos os cantos do Oriente Próximo e do Mediterrâneo. Comunidades cada vez maiores por todo o continente grego começaram a se cristalizar na pólis (que no plural se diz poleis), a instituição política mais característica dos gregos. A topografia irregular da Grécia, montanhosa com vales férteis espalhados, ajudou a moldar o número, o tamanho e o caráter dessas comunidades em expansão, ao menos 750 das quais são conhecidas. Novas comunidades também foram fundadas, sendo que a maioria daquelas que já existia

cresceu com a expansão demográfica geral, mas só puderam atingir um determinado limite.

A pólis assumiu uma variedade de formas por todo o continente grego e além dele. Às vezes, ela agia como uma monarquia – como no caso da rara realza dual em Esparta –, mas na maior parte do tempo era uma oligarquia. Somente em alguns raros momentos ela tomou a forma de uma democracia, como em Atenas, e então, de modo geral, somente muito tempo depois. A forma da pólis normalmente não permanecia estática; em muitas poleis, oligarquias tradicionais aos poucos abriram espaço para assembleias de cidadãos. Esse processo já estava bastante avançado no século VI e favoreceu um sentido cada vez maior de que os habitantes de uma pólis coletivamente eram os proprietários da comunidade. Ele também ajudou a promover o advento sem precedentes do poder político (P) à custa do ideológico (I) entre os gregos por um tempo, como veremos.

A pólis, como tantas outras coisas no mundo egeu, também foi moldada segundo padrões externos. Os mesopotâmios e os levantinos se reuniram em cidades-estados muito tempo antes dos gregos e é possível que os fenícios tenham proporcionado o modelo direto da pólis grega. Havia algo decididamente diferente a respeito das comunidades gregas, porém, algo que levou muitos eruditos a designá-las “cidadãs-estados”, ao contrário do termo mais amplo de “cidades-estados”. Essa tradução do termo reflete de maneira mais exata a ideia de que a pólis era um povo e não apenas um lugar. As ramificações dessa importante diferença eram enormes.

Embora apenas uma minoria de poleis gregas tenha desenvolvido aquilo que poderíamos chamar de instituições “democráticas”, muitas delas desenvolveram um conceito do cidadão livre, ao contrário de um súdito de um monarca divinamente nomeado (ou divino). O poder ideológico/político era, portanto, relativamente fraco nessas comunidades do Egeu, em comparação com seus predecessores da Era do Bronze e os regimes contemporâneos do Oriente, sendo eles os neoassírios, babilônios, lídios e assim por diante. O poder e o discurso político passaram a ser essenciais de forma única entre os gregos. Não importava qual fosse a causa direta desse novo desenvolvimento, ela encorajava os gregos a agirem e se defenderem contra a hegemonia externa de maneira que era quase impensável fora daquele cenário. Mais uma vez, um modelo externo foi tomado de maneira única no contexto político, geográfico e intelectual tão peculiar do continente grego dos séculos VIII e VII.



5.4. Pintor Oltes (fl. c. 525-500 a.C.) hoplita. Réunion des Musées Nationaux/Recurso de Arte.

Grande parte da cultura grega reflete e é refletida na ordem política das poleis gregas. Os ideais de participação política e visões de igualdade também aparecem registrados de forma bastante evidente em sua famosa organização militar. A formação militar grega característica, a falange de hoplitas, surgiu a partir de um modelo de forças ideológicas e políticas (fig. 5.4). A unidade da falange em si era uma formação bastante fechada que consistia, nesse estágio inicial, de diversos soldados de infantaria fortemente armados (os hoplitas). Os hoplitas ficavam emparelhados ombro a ombro nas batalhas, cada um deles contando com a defesa do escudo do hoplita à sua direita para ter mais proteção. A linha de frente de hoplitas projetava longas lanças para o ataque, enquanto que aqueles que ocupavam as fileiras traseiras lhes garantiam apoio, prontos para assumir de imediato o lugar de qualquer um deles que pudesse ser atingido.

Baseados em ideais de ampla participação política e visões de igualdade, a falange de hoplitas assumia uma determinada medida de confiança e respeito por seus companheiros, uma força moral construída no

cenário relativamente igualitário da pólis. A falange não teria sido possível sem que todos esses aspectos estivessem presentes. O caro armamento pesado era custeado pelos próprios hoplitas, um fator a mais no sistema político e econômico já difundido que tornava a falange uma realidade. Escolhidos dentre uma classe de fazendeiros independentes que não pagavam impostos a um monarca ou aluguel a uma figura importante de poder, os hoplitas controlavam seu excedente econômico, o que permitia que eles comprassem armaduras e armas. Na maioria dos casos, não havia quase nenhum treinamento militar (talvez Esparta tenha sido uma famosa exceção, embora em comparação aos soldados dos dias de hoje os espartanos, na realidade, treinassem relativamente pouco).

O sucesso da falange, então, está em sua organização básica, que refletia diretamente as normas políticas, sociais e ideológicas dos gregos. O incrível sucesso dos gregos contra os persas é um testemunho óbvio da eficiência dessa formação militar. Pode parecer muito simples tentarmos apenas explicar como a organização militar grega os levou a conseguir derrotar de modo surpreendente o império persa aquemênida, mas essa explicação deixaria de considerar as forças ideológicas, econômicas e políticas que ajudaram a moldar essa peculiar organização militar. A falange, então, é um microcosmo do modelo IEMP. Mananciais de poder social, agindo juntos como vimos ao longo deste texto, não foram apenas capazes de construir impérios, eles também ajudaram a resistir e derrotá-los.

As poleis cada vez maiores, seguindo o exemplo direto dos fenícios, começaram a enviar grupos de pessoas para fundar colônias no exterior no início do século VIII. Aparentemente, essa colonização já era algo bastante comum nos tempos de Homero, quase meio século mais tarde, tanto que ele pôde usar a ideia como um diferencial entre os selvagens e os civilizados. Algumas colônias forneciam grãos excedentes para a pólis mãe, outras ajudavam a promover um mercado de artigos de luxo com o Oriente Próximo e o Levante, sendo que todas elas proporcionavam novas pátrias e oportunidades para o número cada vez maior de habitantes das cidades mães. Na maior parte dos casos, as relações com a cidade patrocinadora desapareciam de forma bastante rápida, sendo que as colônias se tornavam poleis independentes à sua própria forma. Começando por uma colônia comercial fundada em Al Mina, na Síria, no início do século VIII, os gregos, então, começaram a se espalhar em todas as direções. No Ocidente, no início do século, na segunda metade do século VIII, o sul da Itália e a Sicília se tornaram

alvos principais de colonização. Essas áreas absorveram tantos colonos gregos ao longo dos séculos seguintes que o sul da Itália mais tarde ficou conhecido como *Magna Graecia*, ou Grande Grécia. Cidades como Nápoles (*Napoli* em italiano, do grego *neopolis*, isto é, nova pólis) no sul da Itália continuam, tanto em seu nome quanto nas ruínas que ainda existem, confirmando essa fase grega inicial. Com o tempo, os gregos também colonizaram áreas da França, Espanha, África do Norte e regiões ao longo do litoral do Mar Negro. Entretanto, as colônias mais importantes, em termos de história subsequente, estão no leste, na costa jônica da Anatólia e suas ilhas adjacentes.

A REVOLUÇÃO INTELECTUAL JÔNICA E OS LIMITES DA TOLERÂNCIA PERSA

Quase sempre parece existir um lugar especial para as periferias nas revoluções intelectuais. Talvez isso aconteça em função das misturas dinâmicas de culturas que costumam ocorrer em zonas fronteiriças; talvez pelo fato de os movimentos revolucionários conseguirem surtir grandes efeitos com maior segurança longe dos centros de poder (que, em geral, costumam valorizar mais a ordem em relação às inovações); talvez em função dessas duas e muito mais. Nas distantes colônias gregas da costa jônica, um cenário de circunstâncias aparentemente não relacionadas se uniu no século VI que possibilitou a Revolução Jônica. Nesses centros jônicos, um sentimento “grego” de independência política e intelectual talvez tenha se tornado mais evidente até mesmo do que no próprio continente grego.

Assim como no caso dos contatos e das influências relacionadas, o movimento intelectual, liderado aqui por Tales de Mileto, manteve relações profundas como o Oriente Próximo e o Egito. Um pensamento de tipo científico já possuía um longo histórico anterior à sua famosa previsão do eclipse e era tanto prático quanto teórico. A identificação de discrepâncias entre os calendários solar e lunar e a linguagem matemática usada para descrever a órbita de Vênus eram coisas antigas para os egípcios e os pensadores mesopotâmicos no século VIII. Uma geometria bastante avançada e técnicas topográficas haviam sido usadas de modo prático na administração do império neoassírio. Esse conhecimento geométrico também foi aplicado na Astronomia no momento de realizarem os cálculos dos calendários. Refugiados da cidade assíria

de Nínive também disseminaram esse conhecimento para o Ocidente, o que ajudou a promover o fermento intelectual inicial na Jônia.

Embora os gregos tradicionalmente tenham recebido muito, se não todo, crédito pelos resultados, é importante observarmos como ideias mais antigas em um cenário cultural, político, intelectual e institucional diferente podem ajudar a produzir resultados novos tão significativos. Na Jônia, o cenário institucional das poleis estimulou uma discussão relativamente livre de uma ampla variedade de assuntos, abrindo espaço para uma abertura maior e até mesmo uma espécie de audácia em suas explicações de processos físicos. O contexto político grego encorajava um debate racional e críticas à teoria, muito além daquilo que poderíamos chamar de política, falando de modo restrito. A vida da pólis era total e absoluta. Alguns jônicos começaram a questionar, desafiar e debater explicações tradicionais das coisas, desde as origens materiais do Universo até o funcionamento real do poder político. Explicações ideológicas – e seu poder inerente – eram muito menos comuns do que no Oriente Próximo.

Algumas diferenças-chave de seus correlativos “científicos” do Oriente Próximo, então, passaram a caracterizar as atividades “científicas” jônicas. Em primeiro lugar, os jônicos começaram a perguntar *por que* as coisas funcionam da maneira que funcionam além da tão conhecida pergunta *como*. Eles passaram a se interessar por questões de causa, e não apenas de descrição. Em segundo lugar, suas explicações tentavam deixar os deuses, estritamente falando, fora de suas explicações. Embora nenhum pensador jônico grego pudesse ser qualificado como um ateu, já que a maioria era composta por homens extremamente religiosos, esses pensadores buscavam explicações que não simplesmente invocassem os deuses quando desafiavam suas causas. Suas explicações passaram a ser bastante diferentes das explicações de Homero, Hesíodo e outros poetas, para quem os deuses eram responsáveis por quase tudo. Em terceiro lugar, eles buscavam teorias sistemáticas para definir a ordem natural. Procuravam teorias racionais e consistentes para explicar os fenômenos do Universo; seu clima intelectual valorizava a razão, a lógica e a liberdade intelectual relativa. Embora certamente os jônicos, em algumas questões, tenham sido supervalorizados de modo retrospectivo por seu pensamento humanista, naturalista e racionalista (nós, da atualidade, preferimos valorizar personagens do passado quando eles mais se assemelham a nós – um processo que os historiadores chamam de teleologia), consequências profundas, de fato, resultaram desse novo cenário institucional para algumas ideias antigas. Além disso, com a política de força da Era dos

Antigos Impérios acontecendo diante de seus olhos, explicações tradicionais e convencionais se tornavam inadequadas para esses profundos pensadores, apesar de um tanto peculiares.

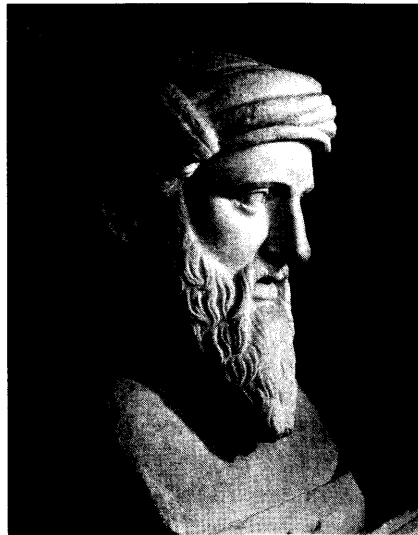
A real profundidade desses pensadores, geralmente chamados de “pré-socráticos” (simplesmente por terem vindo antes de Sócrates), é difícil de ser reconstruída a partir dos textos e traços fragmentados e superficiais que eles deixaram para trás; juntos, porém, eles mostram estágios iniciais de pensamento e experimentação racional. Alguns dos primeiros praticantes podem servir de ilustração. Tales, por exemplo, que se arriscava na engenharia e na geometria, além de suas incursões pela Astronomia, ensinava que a água era o primeiro princípio de todas as coisas. Para termos certeza, os pensadores egípcios e babilônios, além de Hesíodo, já haviam chegado a essa conclusão, mas o que Tales adicionou era uma explicação de causas naturais. Pensadores anteriores simplesmente viam a água como um elemento de caos aquoso primitivo, conforme revelado em textos religiosos ou mitológicos.

Anaximandro de Mileto (que morreu c. 547), o discípulo mais famoso de Tales, também especulou a respeito da origem fundamental das coisas, mas ele, ao contrário, traçou os elementos básicos a um vazio infinito ao redor do mundo. Ele explorou as origens do mundo material por meio da separação dos opostos como, por exemplo, o quente e o frio, o seco e o molhado. Noções de origens humanas que incluíam um ancestral na forma de peixe também estão ligadas a ele. Assim como a maioria dos filósofos jônicos, ele era um polímata, além de também ter colecionado informações geográficas para formar um dos exemplares mais antigos de um mapa.

Pitágoras de Samos escreveu muita coisa a respeito das leis fundamentais da harmonia musical, enquanto descobria o famoso teorema que até hoje leva seu nome (fig. 5.5). Ele também, de modo incidental, mostrou interesse por cultos misteriosos. Havia outros também, como Xenófanes de Cólofon, que investigou restos de fósseis enquanto traçava a origem do mundo material para a terra e a água. O segredo aqui é que cada um desses pensadores teve a coragem de explorar novas ideias e propor novas teorias de origens e causas, não se limitando a explicações tradicionais ou até mesmo a questões antigas. Desafiaram velhas autoridades enquanto estabeleciam novas convenções na filosofia, ciência e política, além da história. Esse é o ponto em que o conto do eclipse de Tales acerta com precisão.

Alguns desses pensadores também representaram papéis políticos ativos. Tales, conforme podemos nos lembrar, defendeu a unificação jônica contra a agressão externa. Hecateu de Mileto, um aluno de

**5.5. Busto de Pitágoras. Scala/
Recurso de Arte, NY.**



Pitágoras, desempenhou um papel público nas discussões a respeito de como reagir à expansão persa aquemênida. A experiência do pensamento livre se refletiu em muitas direções diferentes e aparentemente não relacionadas. De modo crucial, enquanto esses novos pensamentos revolucionários estavam apenas começando a deixar os círculos intelectuais bastante restritos, as “torres de marfim” da Jônia da forma como existiam, o cenário político ao seu redor foi renovado de maneira drástica e quase repentina. Alguns antigos pensadores-chave, por exemplo, estavam vivendo seu ápice intelectual exatamente no momento em que Creso da Lídia assumiu o poder das poleis jônicas.

Não foi somente na Jônia, nessa época, que esses avanços intelectuais e filosóficos estavam acontecendo. Por razões difíceis de ser determinadas, havia uma série de movimentos ocorrendo no mundo todo no século VI a.C. – normalmente chamado por historiadores de Era Axial – entre os gregos, judeus, indianos e chineses. Os historiadores há muito tempo se mostram intrigados a respeito dessa agitação intelectual persistente no mundo todo durante esse século em particular, pois alguns dos sistemas de pensamento mais significativos e influentes da história surgiram durante esse período, incluindo os filósofos pré-socráticos no mundo grego, os grandes profetas do exílio dos judeus (incluindo Jeremias), talvez Zoroastro na Pérsia, Sidarta Gautama/Buda e o jainismo na Índia e, ainda, Lao Tsé (Lao-Tzu) e Confúcio na China. Muitas áreas do mundo que conhecemos hoje foram moldadas pelos desenvolvimentos desse século tão importante. Todas essas sociedades, eventualmente, também começaram a se afastar dos reis que se assemelhavam aos deuses e

passaram a se voltar na direção dos estados burocráticos mais centralizados. Os humanos em diversos cenários talvez tenham começado a reagir contra esses desenvolvimentos por meio da elaboração de sistemas de pensamento mais duradouros que valorizavam mais uma transcendência pessoal e de autoadaptação. No entanto, nunca alguém propôs um caso tão incontestável a favor da interligação entre esses movimentos globais e, apesar de as interligações entre o Oriente Próximo e o Egeu ao menos indicarem a importância da difusão em no mínimo dois dos contextos, nenhum dos outros pode ser relacionado a um padrão geral.⁷⁶

De qualquer maneira, na metade do século VI, os persas estavam expandindo sua hegemonia. Os gregos jônicos, assim também como os lídios que os governaram por um breve período, foram conquistados por Ciro. A maior parte dos súditos do império persa, conforme podemos nos lembrar, ao que tudo indica, estava razoavelmente bem adaptada dentro e sob o sistema persa. Nem todos, naturalmente, eram tão leais (ou tão mimados) quanto aquele bajulador egípcio chamado Udjahorresne, mas as revoltas, conforme vimos em lugares como o Egito e a Babilônia, eram incrivelmente raras se considerarmos o tamanho e a diversidade do império. Os gregos jônicos, porém, apresentavam alguns desafios ideológicos e políticos específicos e únicos. Em primeiro lugar, sua abordagem política mais “secular” não se identificou muito bem com o sistema ideológico persa em que o rei/imperador representava uma ordem moral estabelecida por Áura-Masda. A inscrição de Behistun lista a Jônia entre os “países” governados por Dario:

Nesses países, o homem que foi leal, eu o recompensei com generosidade; (aquele) que foi mal, eu o puni com severidade; em favor de Áura-Masda, esses países demonstraram respeito por minhas leis; conforme lhes foi dito por mim, tudo se cumpriu.⁷⁷

As ilustrações da inscrição de Behistun retratam de forma vívida o castigo dado àqueles que acreditavam na Mentira (*Drauga*) e foram contrários ao governo de Dario/Áura-Masda. Os jônicos se encaixaram nessa última categoria quando se rebelaram, posicionando-se entre aqueles que invocaram sobre eles uma drástica vingança divina.

76. Ver Jean M. Davidson, “The Oikoumene in Ferment: A Cross-Cultural Study of the Sixth Century”, em *Scripture in Context: Essays on the Comparative Method*, ed. Carl D. Evans et al. (Pittsburgh: Pickwick Press, 1980), 197-219, e Robert Bellah, “What Is Axial about the Axial Age?” em *Archives Européennes de Sociologie* 46 (2005), 69-87.

77. Kent, Placa 1.

O CADINHO DA HISTÓRIA

Apresentamos aqui os resultados da investigação (da *historia* grega) realizada por Heródoto de Halicarnasso. O objetivo é evitar que os rastros dos acontecimentos humanos sejam apagados pelo tempo e preservar a reputação de realizações importantes e memoráveis produzidas por gregos e não gregos; dentre as questões citadas temos, em particular, a causa das hostilidades entre gregos e não gregos.⁷⁸

Não é coincidência o fato de a escrita histórica ter surgido exatamente nesse momento. O pensamento jônico revolucionário pode ter ajudado a provocar as revoltas, mas, ao mesmo tempo, também contribuiu com a análise da Guerra Greco-Pérsica posterior em termos racionais e críticos. Da mesma maneira que os filósofos da Revolução Jônica representaram uma experiência no pensamento, o mesmo pode ser dito do nascimento da escrita histórica da forma como pudemos compreendê-la. Embora possamos ver a “ciência” e a história como coisas isoladas, os pensamentos sociais, científicos e políticos dos jônicos tinham um fundamento comum no pensamento racional cujo objetivo era explorar seu mundo, suas obras e suas mudanças repentinas. Provavelmente não é surpresa o fato de os primeiros escritores históricos gregos, Hecateu de Mileto e Heródoto de Halicarnasso, terem sido envolvidos pela Revolução Jônica.

O pensamento histórico grego se encaixa em padrões básicos, exatamente como vimos no Oriente Próximo. As maiores mudanças políticas e sociais dos séculos VIII e VII a.C., podemos nos lembrar, ajudaram a promover um determinado tipo de conscientização histórica por todo o Oriente Próximo. O rei assírio Assurbanipal construiu uma famosa biblioteca para preservar o passado. Os babilônios eram fascinados, ou até obcecados, por seu próprio passado e sua reconstrução e preservação. As escritas históricas dos hebreus também aparecem nessa mesma época em resposta aos estágios iniciais da Era dos Antigos Impérios. Talvez o distanciamento histórico entre o ápice da Era do Bronze e o surgimento final dos impérios tenha inspirado nas pessoas em todo o Oriente Próximo, no Egeu e no Mediterrâneo oriental um sentimento de uma história, ou seja, uma conscientização histórica. Eles tinham os restos de um passado distante diante deles (por isso, imaginaram seus heróis como deuses ou semideuses) e podiam sentir a distância entre o passado e seu presente; e esse é um ponto de partida básico do pensamento histórico. A Era dos Antigos Impérios inspirou um desejo

78. Heródoto, *The Histories*, Preface; Waterfield trad.

de recuperar o passado e não permitir que ele desaparecesse novamente, como acontecera com a Idade das Trevas.

De maneira semelhante, o “Pai da História”, Heródoto de Halicarnasso, também estava determinado a “impedir que os rastros dos acontecimentos humanos fossem apagados com o tempo”.⁷⁹ Entretanto, a maneira exata escolhida por ele para fazer isso é em grande parte resultado da Revolução Intelectual Jônica. Na verdade, uma tradição particularmente grega na escrita histórica estava apenas começando quando ele escreveu. Um dos alunos mais famosos de Pitágoras de Samos, Hecateu de Mileto, que acabamos de mencionar, começou a aplicar algumas das teorias de Pitágoras em questões sociais. Ele estava interessado em questões de etnografia, geografia e política e, assim como muitos jônicos, insistia em explicações racionais de ações naturais – em seu caso, humanas.

Hecateu de Mileto então fala. Escrevo assim por me parecer verdadeiro; pois as histórias dos gregos são variadas e, da forma como me são manifestadas, engraçadas.⁸⁰

Os mitos das origens gregas e de seu passado, assim como aquelas propostas por Homero e Hesíodo no século VIII, simplesmente não bastavam para Hecateu. Ele se mostrava fascinado pelas genealogias gregas – histórias de famílias gregas que possuíam descendentes divinos. Seu método era descobrir fatos históricos das histórias das famílias enquanto eliminava alguns dos elementos divinos e místicos. Dessa forma, ele simplesmente ecoava a abordagem crítica e racional dos filósofos pré-socráticos. Mais tarde, Heródoto iria ainda criticar a abordagem de Hecateu de maneira despreocupada, em especial sua obsessão pelas linhagens divinas, mas isso não precisa ocultar o fato de que ele aprendeu com Hecateu a ideia de apresentar investigações críticas e racionais na forma de prosa (ao contrário do uso da poesia). Nas escritas de Heródoto, os deuses aparecem ainda, de tempos em tempos, mas, como geralmente acontece nas escritas de Hecateu, normalmente existe uma distinção clara entre as forças divinas e aquilo que pode ser explicado em termos puramente humanos e racionais. É exatamente isso o que diferencia a escrita histórica de Heródoto dos relatos escritos antes dele ou em outros lugares.

Os principais acontecimentos políticos desse passado recente proporcionaram a ele a oportunidade perfeita para aplicar um novo modo de pensar a respeito do passado dos seres humanos. Por ser um viajante intrépido e explorador, Heródoto entrevistou súditos de todos

79. *Histories*, Preface; Waterfield trad.

80. F. Jacoby, *Fragmente, der griechischen Historiker* (Leiden: Brill, 1940), 1F1a; Marincola trad.

os cantos – gregos, persas, egípcios e outros – para construir sua narrativa tão prazerosa. Nas *Histórias*, ele analisa de modo crítico suas fontes e justapõe várias posições, às vezes defendendo uma delas em relação à outra e, em outros momentos, permitindo que o leitor escolha entre versões conflitantes. Heródoto, como ele afirma no prefácio de sua obra, ressentia-se por ver o momento do confronto grego com a Pérsia aquemênida se tornar “apagado pelo tempo” (como acontecera com grande parte da Era do Bronze no Egeu) ou mistificado além de seu reconhecimento (como nos contos de Homero, Hesíodo e outros poetas). Sua busca pela causa distante da guerra, que devia algo tanto para a conscientização histórica geral do Oriente Próximo quanto para a revolução intelectual jônica, deu vida à primeira grande obra de escrita histórica em prosa.

A GUERRA GRECO-PÉRSICA

Dentre todas as guerras travadas até esse momento, a greco-pérsica é a mais bem documentada, graças à criação e sobrevivência das *Histórias* de Heródoto. Esse livro também é a principal fonte de informações a respeito do império persa aquemênida, em especial de suas partes ocidentais. Em diversos momentos da narrativa de Heródoto encontramos as principais causas da guerra, algumas complementares, outras não: a agressão persa unificada contra os gregos jônicos, uma provocação insensata dos gregos jônicos por sátrapas e generais jônicos de “canhões soltos”, provocação de gregos insolentes, vinganças pessoais entre governadores e – sua preferida – fortes noções gregas de liberdade e independência da forma que foram articuladas para resistir a um império tirânico em expansão. No final, os emergentes desunificados do Ocidente, divididos em poleis violentamente independentes, de maneira indiscutível conseguiram o melhor da superpotência do Oriente Próximo. A articulação grega da ideologia de liberdade acabou se tornando outro meio duradouro de resistência ao império. Embora os judeus tivessem criado uma identidade forte de um povo sem um regime, a identidade dos gregos de povos defendendo a liberdade de suas poleis provou ser igualmente eficaz e duradoura.

Apesar de a narrativa de Heródoto, na verdade, ter começado muito tempo antes, o curso direto dos acontecimentos que acabaram em guerras ocorreu na metade do século VI. Em 546, Ciro da Pérsia invadiu a Lídia e o restante da Anatólia ocidental. Em 539, como podemos

nos lembrar, Ciro recebeu a Babilônia e, em seguida, deu início às suas campanhas no leste durante a década de 530. O que exatamente ele estava fazendo na parte oriental de seu império é difícil de ser determinado em função da escassez de materiais disponíveis dessas regiões. Ele parece ter interrompido por completo a expansão ocidental nesse ponto, provavelmente por ver o Egeu como uma fronteira natural do império persa aquemênida. Ou talvez isso tenha acontecido como resultado de uma tendência básica dos persas de fazer campanhas somente em um *front* de cada vez, uma característica que tornava a expansão monodirecional, além de fazer com que as represálias não conseguissem chegar a tempo para se defender. Sob o comando de Dario, porém, os persas conseguiram renovar sua expansão no Ocidente depois de 520. O porquê é uma questão fundamental para Heródoto.

Apesar de tudo, a expansão de Dario não mostra nenhuma “política grega” consciente antes de 500, embora ele certamente estivesse interessado em expandir o poder persa ocidental até o Mediterrâneo. Ele já controlava a Jônia e as grandes Ilhas Gregas próximas ao litoral jônico e chegou, inclusive, a recrutar alguns de seus habitantes para auxiliá-los em uma invasão na Europa. Seus movimentos ocidentais iniciais o levaram até o outro lado do Danúbio e até a região hoje conhecida como Romênia oriental. Como um governante universalista, ele simplesmente continuou a expandir o reino. Contudo, será que estava planejando uma invasão independente do próprio continente grego? A questão pode não ter resposta, pois os gregos logo em seguida o “convidaram” diretamente para fazer parte de seu mundo, ao que parece, antes que ele sequer tivesse uma chance de olhar com seriedade em sua direção.

O conflito começou oficialmente com a rebelião de seus súditos gregos; a coragem e a audácia jônica, ao que tudo indica, não se limitavam às conquistas intelectuais. Ainda assim, a causa específica da revolta é difícil de ser determinada. Conforme relatado por Heródoto, a revolta foi parcialmente em resposta às atitudes descontroladas e ações independentes de sátrapas e generais, ao contrário de uma simples ação para se defender de um poder hegemônico persa monolítico. Samos, por exemplo, na verdade, foi saqueada contra as ordens de Dario. Outros jônicos se revoltaram diretamente contra a provocação local de oficiais persas irracionais. Além disso, seguindo um padrão que vimos com pessoas resistentes a impérios anteriores como o dos judeus, alguns jônicos que falavam demais convidaram alguns persas para investir contra seus inimigos políticos gregos. Apesar de Dario levar cinco anos para reprimir

essa rebelião por completo, o resultado jamais chegou a ser considerado com seriedade. Impulsionados pela pressão dos persas, alguns jônicos convocaram certos companheiros conhecidos como “filhos de Hellas” do outro lado do Egeu, no continente. A maioria das poleis do continente mais ou menos ignorou os pedidos de ajuda dos jônicos, mas os atenienses e os eretrianos enviaram ajuda por meio de uma ação simbólica extremamente visível e memorável – a apreensão e o incêndio da capital da Lídia, que se transformou na cidade persiana de Sardes em 498. No relato vívido de Heródoto, quando a notícia a respeito de Sardes chegou até Dario, sua primeira reação foi a de perguntar, “Quem são os atenienses?”, antes de lançar uma flecha ao ar e jurar vingança contra eles.

Somente depois de oito anos Dario enviou uma modesta força de quase 20 mil homens diretamente do outro lado do Egeu. O exército tinha a intenção de castigar Atenas e Erétria, mas talvez também tivesse o propósito de iniciar os primeiros trabalhos para uma futura tentativa de subjugar o continente grego. O sentimento de vingança atingiu primeiro a cidade de Erétria e sua população foi rapidamente deportada. A frota, então, velejou até a Planície de Maratona, a quase 40 quilômetros de Atenas, onde foi confrontada por uma força combinada de cerca de 10 mil guerreiros hoplitas atenienses e plateienses. Os espartanos militantes ao sul tinham prometido ajudar, mas, infelizmente, atrasaram-se enquanto esperavam por uma fase lunar auspiciosa (uma lembrança que os atenienses cultivaram por tanto tempo). O que aconteceu a seguir foi um dos momentos mais célebres da história militar, quando a força superior de atenienses/plateienses, fortemente armada e unida por sua formação fechada da falange de hoplitas, atacou os grupos persas mais versáteis com armaduras mais leves. As forças gregas, então, avançaram e cercaram o centro persa e, como resultado, viu-se uma verdadeira e extremamente desigual trilha de sangue. Estimativas conservadoras apresentam uma contagem de mortos entre 6 mil e 7 mil persas comparados aos apenas 192 mortos do lado grego. A famosa história do mensageiro que, depois de voltar correndo para Atenas após a Batalha de Maratona, próximo da morte e quase sem respirar, disse, “Alegrem-se, nós conquistamos!” é provavelmente fictícia, mesmo que a escala estarrecidora dessa vitória não seja.

Essa foi a primeira grande derrota no Ocidente e Dario, enfurecido, começou a planejar uma enorme invasão e campanha direcionada inequivocamente, dessa vez, para a conquista direta do Egeu ocidental e o continente grego. No lado grego, a lembrança de Maratona continuava



5.6. Monte ateniense (Soros), Maratona. Vanni/Recurso de Arte, NY.

viva como importante estímulo para o espírito ateniense, em especial: continuar a resistir a esse invasor estrangeiro agora, aparentemente, propenso a subjugar o continente grego e torná-lo parte de seu império universal.

Enquanto isso, uma revolta egípcia manteve Dario ocupado em outro *front* de guerra, que levou à sua morte em 486, com os gregos ainda sem punição. Seu sucessor Xerxes obviamente não se esqueceu dos desejos de seu pai; independentemente do que acontecesse, seu objetivo era expandir. Heródoto registrou suas palavras quando proclamou:

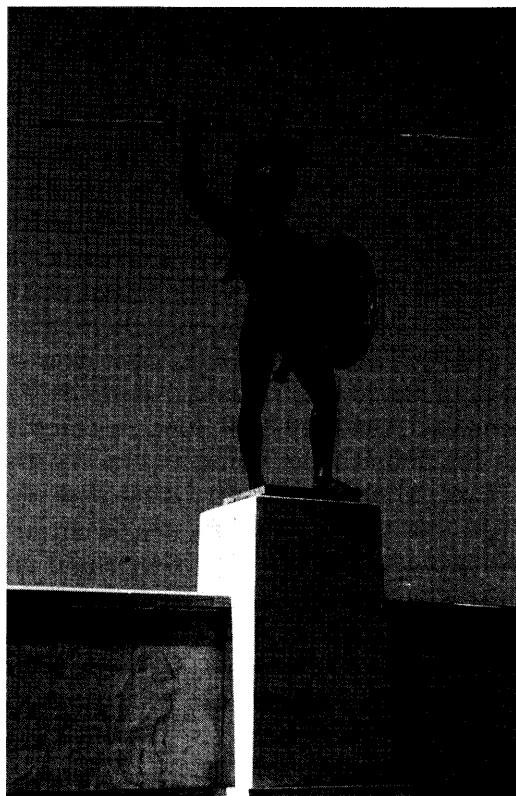
Jamais houve um tempo em que não estivéssemos em guerra (...) é o deus quem nos aponta a direção e, assim, prosperamos enquanto seguimos sua contínua orientação.⁸¹

Os persas se expandem e Heródoto anuncia a declaração de Xerxes, “apenas porque desejávamos ampliar nosso domínio”. Essas palavras podem ter sido colocadas na boca de Xerxes por Heródoto que, influenciado pelas tradições épicas gregas, queria ilustrar o excesso de confiança de Xerxes. Contudo, eles sem dúvida aceitam o padrão

81. 7.8; Waterfield trad. ’

persa geral, conforme revelado em inscrições. Depois de quase uma década de campanhas em outros lugares, Xerxes começou a formar, em 481, um enorme exército para invadir e dominar o continente grego. Heródoto também observa divisões dentro da elite persa que obrigaram seu império a atacar. Dessa vez, a força invasora persa tinha cerca de 100 mil homens, segundo as estimativas mais convincentes (apesar dos cálculos alternados de Heródoto de 1,7 milhão e 5.283.200 soldados persas). Uma unidade militar tão grandiosa não podia ser sustentada apenas com os produtos das pilhagens das pobres terras do interior da Grécia e, por essa razão, os soldados tinham de permanecer próximos ao litoral para continuar recebendo provisões das bases persas.

Os gregos, enquanto isso, tinham tomado poucas providências para se prepararem para a invasão iminente quando Xerxes começara de fato a formar seu exército. Algumas poleis, como, por exemplo, Tebas, e regiões inteiras que incluíam a Tessália, na verdade, aliaram-se aos persas. As poleis gregas, afinal, continuavam sendo os lugares conturbados, espalhados e independentes de sempre, e, além disso, nas cabeças de alguns “filhos de Hellas”, essa era na realidade a batalha essencial de Atenas e Erétria. Um líder de Atenas, Temístocles, apoiara a construção de uma frota, mas nada muito além disso foi feito. Conforme as forças persas avançavam, porém, os espartanos se moviam rapidamente, liderando uma Liga Helenista contra eles. Considerando-se a topografia do continente grego e as necessidades de suprimentos da enorme unidade militar invasora, os gregos sabiam que os persas teriam de seguir um caminho bastante previsível ao longo da costa do Egeu. Os espartanos, sob a regência de seu líder Leônidas, optou por não esperar pela chegada iminente do exército (ou fases lunares auspiciosas) e marchou em direção ao norte para encontrar os persas. Termópilas (Portas Quentes), uma passagem relativamente estreita próxima ao litoral, tornou-se seu local de escolha, e algo entre 6 mil e 7 mil gregos de diversas poleis correram até lá para ajudar na defesa de Hellas. Ali, naquelas fronteiras tão estreitas, somente uma fração da força persa era capaz de se opor ao exército muito maior dos gregos em qualquer momento, já que a força de sustentação grega era impressionante. No final, 300 espartanos e 800 outros gregos se mantiveram naquela passagem até que um traidor revelou uma rota alternativa para chegar até os persas. Todos os defensores, então, ficaram muito famosos por lutarem até a morte. Anos mais tarde, Heródoto visitou um marco memorial ali, onde estavam esculpidos os nomes dos soldados derrotados. Assim como de muitos gregos, ele registrou ao menos os nomes dos 300 espartanos para que fossem lembrados..



5.7. Monumento de Leônidas, Termópilas. Vanni/Recurso de Arte, NY.

Depois de Termópilas, toda a região da Grécia ao norte do Istmo de Corinto permaneceu aberta para os persas, que rapidamente decidiram atear fogo em Atenas como vingança pelo antigo incêndio que causaram em Sardes. Os espartanos, então, acordaram em retirar as forças helenistas combinadas ao sul do istmo, de onde poderiam ser mais facilmente defendidos além dessa passagem estreita de terra. No entanto, Temístocles de Atenas protestou contra esse abandono do norte e conseguiu enganar os espartanos e fazer com que eles se juntassem aos atenienses em um esquema ardiloso na Baía de Salamina. Depois de atrair os persas para dentro de seus desfiladeiros estreitos, a esquadra grega conseguiu destruir aquela frota muito maior e geralmente inabalável, usando os mesmos tipos de táticas que usaram em terra em Termópilas. Com Xerxes assistindo a tudo de cima de uma colina próxima, os gregos conseguiram mais uma vitória pouco provável.

Pouco tempo depois, Xerxes fugiu e voltou para a Pérsia; além dessa derrota humilhante, ele também recebera a notícia de novos tumultos na Babilônia. Xerxes deixou um de seus principais líderes, Mardônio, responsável por cerca de 100 mil homens. Os acontecimentos em Maratona foram parcialmente repetidos pouco tempo depois, dessa vez com a maioria de espartanos, sendo que uma força de quase 35 mil gregos, em seguida, deu o golpe de misericórdia final da derrota dos persas em Plateia em 479. Essa seria a última tentativa de grande escala dos persas para conquistar a Grécia, embora isso estivesse muito longe do alcance aparente dos gregos naquele momento. Os gregos, coletivamente, começaram a se preparar, com mais seriedade dessa vez, para a fase seguinte do ataque persa. Apesar de a investida nunca ter chegado a acontecer, sua simples ameaça e os preparativos de defesa foram alguns dos fatores mais formativos na construção da Grécia durante a maior parte do século V, como veremos no capítulo seguinte.

Para os gregos, sua vitória foi precursora de um golpe fatal a favor da liberdade contra o governo tirânico e a expansão imperial. Em determinado momento durante a guerra, quando um comandante militar persa da Jônia perguntou a alguns espartanos por que eles continuavam a resistir ao todo-poderoso rei persa que, provavelmente, seria responsável por lhes comandar no futuro se eles se rendessem, os espartanos responderam de forma impressionante:

Apesar de você saber como é ser um escravo, você jamais experimentou a liberdade e não faz ideia se esse é ou não um estado prazeroso. Se tivesse experimentado essa sensação, você estaria nos aconselhando a empunhar não lanças, mas machados em sua defesa.⁸²

E Heródoto continuou comentando a respeito dessa história:

Assim que eles [os atenienses] decidiram que sua preferência era que a Grécia permanecesse livre, foram eles que incitaram todo o restante da Grécia (...) nem mesmo os temíveis e alarmantes oráculos que vieram de Delfos foram capazes de convencê-los a abandonar a Grécia; eles se mantiveram firmes e encontraram a coragem para enfrentar o invasor de seu país.⁸³

Além disso, os gregos imaginaram que o excesso de confiança de Xerxes e dos persas violara a *Physis*, a lei natural fundamental do Universo. Embora, na visão geral dos persas, a resistência dos gregos constituísse o *Drauga*, em oposição ao modelo de retidão, justiça e equilíbrio representado pela regência de seu rei escolhido por Aúra-Masda, os gregos imaginaram a lei ainda maior de *physis*. Sua vitória

82. 7.135; Waterfield trad.

83. 7.139; Waterfield trad.

lhes mostrou que eles e seus costumes estavam certos, no final das contas. Uma noção política de liberdade (ao contrário de uma forte ideologia religiosa) agia em paralelo a uma força militar e política capaz de tornar possível sua resistência e sua futura vitória.

Para os historiadores atuais, a visão dos gregos e dos persas, naturalmente, não é aceitável. Como podemos ver ao longo deste livro, esses acontecimentos históricos não podem simplesmente ser encarados como a vitória de um sistema de valor ideológico em relação a outro. A verdade é muito mais curiosa. Na realidade, como vimos, até mesmo a falange de hoplitas, utilizada de forma tão eficiente contra a unidade de força dos persas, contava com o disfarce social e político dos gregos cravado em sua própria estrutura. Os conceitos gregos de liberdade, independência e igualdade, imposto por meio da artilharia na invasão persa, acabariam se tornando meios inacreditavelmente flexíveis e eficazes de resistência aos impérios, capaz de defender os gregos diante de uma agressão imperial. Entretanto, aquele forte sistema sem igual foi essencial para sustentar essas noções políticas. Sem a falange, os gregos, sem dúvida, teriam sido completamente derrotados, talvez até mesmo desmoralizados depois do primeiro estágio em Maratona. Sem um grupo sólido de hoplitas ricos o suficiente para comprar e manter seus próprios armamentos, a falange e, por consequência, sua resistência, não teriam tido sucesso. O modelo IEMP ajuda a explicar a resistência eficaz e também a formação dos impérios. Também ajuda a mostrar a ênfase política peculiar prevalente entre os gregos.

POSLÚDIO: ORIENTE, OCIDENTE E ORIENTALISMO

Enquanto o Oriente e o Ocidente estavam sendo reintegrados, um projeto paralelo foi lançado de modo sutil e continua a definir as relações e as representações entre o Oriente e o Ocidente. Para os gregos, sua vitória foi resultado de seu desejo de liberdade e de seu declarado modo de vida superior e mais simples. Apesar de Heródoto retratar os gregos em termos de liberdade, inferioridade e praticabilidade, ele costumava pintar os persas como tirânicos, excessivamente expansivos, decadentes e opulentos. Essa constelação de imagens ocidentais do Oriente e imagens contrastantes com o Ocidente – conhecida, de modo coletivo, como *orientalismo* – seria restabelecida e expandida em séculos posteriores. Esse fenômeno foi explorado por Edward Said em um famoso livro com esse título. O Ocidente, ele diz, passou a representar

de maneira contínua o “Oriente” como decadente, efeminado, corrupto, libertino, tirânico e culturalmente estático e incapaz de mudar. Embora esses estereótipos não façam jus às imagens de variedade e mudanças dinâmicas que observamos em todo o cenário do Oriente Próximo, as representações que os ocidentais continuam projetando a respeito do “Oriente” estão preservadas na tradição de Heródoto. Não precisamos olhar muito além dos retratos de Xerxes e dos persas no filme *300*, de 2007, para vermos esses estereótipos mostrados ao vivo e em cores.

CAPÍTULO 6

DEMOCRACIA E IMPÉRIO ENTRE ATENAS E ALEXANDRE

E em todos os lugares que deixamos para trás, memórias eternas de bondade aos nossos amigos e sofrimento infligido aos nossos inimigos.

— Oração Fúnebre de Péricles,
em *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides 2.41⁸⁴

- Como um século de tensões e crises poderia ter sido tão memoravelmente criativo?
- Por que e como Atenas se tornou um império?
- Como o exercício de ideologia, economia, força militar e política (IEMP) dos gregos se comparava aos modelos do Oriente Próximo?
- É possível que um império seja governado pela democracia?
- Por que e como Alexandre obteve sucesso? Por que e como ele não conseguiu?

Tomados pelo orgulho de sua vitória sobre o império persa aquemênida, os gregos, com segurança, embarcaram em sua era mais famosa. A florescência cultural da metade do século seguinte ao período da Guerra Greco-Pérsica aparece como um dos momentos mais incrivelmente criativos da história humana. Na literatura, história, escultura, arquitetura e muito mais, os gregos – atenienses,

84. Rex Warner, trad. (Lôndon: Penguin Books), 1954.

em especial – criaram monumentos que continuam desafiando, inspirando e estarrecendo. Ao mesmo tempo, os atenienses construíram um império implacável; na verdade, todos os seus projetos de embelezamento foram indiretamente financiados por impostos que eles recolhiam de outras poleis gregas. Sua resistência inicial ao império persa foi um ingrediente vital em sua própria tentativa provisória de participar do imperialismo. A expansão imperial do Oriente Próximo, mais uma vez, levou a formação dos impérios aos seus extremos. Aqueles que resistiam aos impérios tornavam-se, eles próprios, impérios particulares.

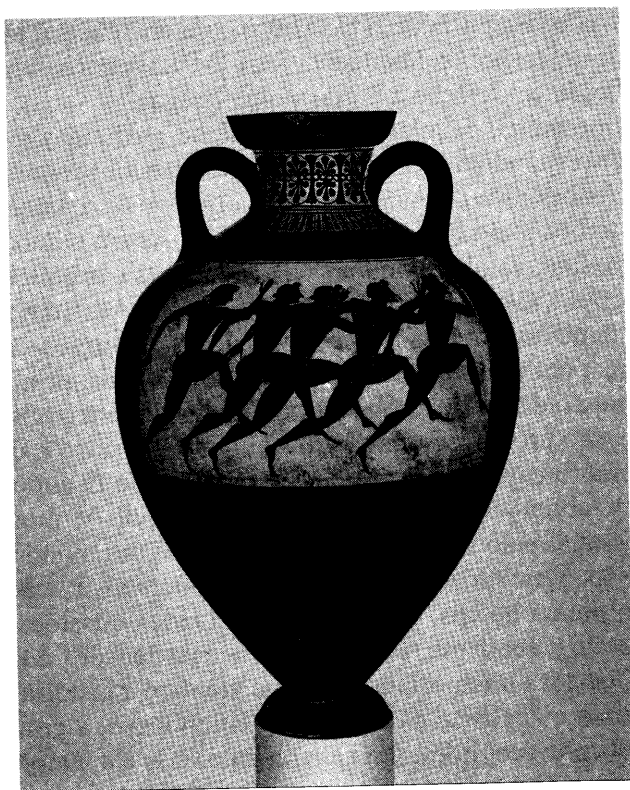
Por trás da fachada branca e brilhante da cidade de Atenas do século V, tensões – criativas e destrutivas – foram os verdadeiros pontos temáticos dessa era. Essas tensões eram de natureza política, cultural e intelectual. Grande parte delas foi resultado da Guerra Greco-Pérsica. Em retrospectiva, essa guerra terminou em 479. No entanto, isso jamais ficou claro para os gregos da época. Os persas podiam voltar a qualquer instante, e temores de uma possível invasão continuaram a fomentar um caos político e uma grande sensação de incerteza por décadas após o término da guerra. Importantes conflitos com os persas, na realidade, continuaram nos anos seguintes após a Batalha de Plateia. Os jônicos, ainda sob o domínio persa, rebelaram-se mais uma vez, e outros gregos novamente vieram para ajudá-los. Atenas se autodeclarou a verdadeira defensora da liberdade grega, começando pelo litoral jônico, mas, em seguida, cobrindo também todo o restante do continente. Sua noção de liberdade, ironicamente, tornou-se uma fonte valiosa de seu imperialismo. O momento imperial ateniense continua implorando por uma resposta à possibilidade de qualquer forte ideologia – até mesmo uma ostensivamente baseada na liberdade e independência –, aliada às forças militar, política e econômica, ser capaz de evitar com sucesso a criação de um império.

Muitos atenienses, porém, não pareciam exatamente tranquilos com a ideia de ser – ou de ficar conhecido como – um império. Daquele cenário retoricamente carregado da Atenas do século V, na verdade, tiramos os primeiros famosos debates da história acerca da moralidade do império. Mesmo enquanto Atenas, aos poucos, ampliava o controle econômico, político e militar sobre outras poleis, ela lutava para construir e manter uma justificativa ideológica para seu império. De onde os atenienses poderiam conseguir uma ideologia de império? A Revolução Intelectual Jônica ajudara a garantir que eles não conquistassem e governassem outros gregos em nome de um deus ou deuses. Por quanto

tempo Atenas conseguiria de fato manter com eficiência a ideia de que seu papel de defensora da liberdade grega lhe assegurava uma hegemonia simplificada em relação a outras poleis gregas?

Essas perguntas revelaram uma série de profundas questões difíceis de ser respondidas. Os gregos, não em menor proporção do que os assírios, babilônios e persas, tinham o objetivo de manter o Cosmos e defendê-lo por meio da justiça e da retidão. Assim como em todo o Oriente Próximo, as obras públicas de escultores e arquitetos proclamavam noções a respeito do Cosmos e da justiça. Atualmente, porém, contamos também com as percepções de dramaturgos, filósofos e historiadores; um tipo um tanto diferente de imagens, principalmente quando comparadas às de antigamente. Analisadas em conjunto, todas essas obras são provas de um espírito humano glorioso e de um estímulo imperial incansável. As famosas tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides, abrangendo a melhor parte do século V, mostram uma busca incessante pelo Cosmos e pela justiça em um mundo de ansiedade e tensão. Seus filósofos correlativos – Sócrates, Platão e Aristóteles –, um pouco depois, propõem suas grandes questões éticas, de forma nada surpreendente, em meio a imensas tensões e desavenças políticas. Questões imemoriais de justiça alentam a história profundamente humana e analítica da Guerra do Peloponeso, a grande guerra grega, escrita por Tucídides, um general ateniense e o maior dos historiadores gregos. O resultado eterno e variegado de todas essas mentes em tantas esferas confirma o velho adágio que diz que o conflito é um verdadeiro cadinho de criatividade.

Tão rápido quanto começara, esse momento breve e resplandecente se encerrou. O mundo grego se entregou a quase um século de caos e conflitos intensos. De forma memorável, a Guerra do Peloponeso viu as poleis ser engolidas por uma luta bipolar que durou quase 30 anos. O sistema de pólis seguinte que entrou em colapso ofereceu um ponto de partida para o mais famoso conquistador do mundo. Alexandre da Macedônia foi responsável por supervisionar o estágio final da “unificação” forçada das antigas poleis gregas autônomas. Sua função seguinte seria a de continuar levando a cultura grega para os extremos do Oriente, intensificando a constante integração do Oriente com o Ocidente. Ele iria ainda, conforme veremos, devolver-lhes a força ideológica (I em nosso modelo IEMP).



6.1. Pintor de Eufileto. Museu Metropolitano de Arte/Recurso de Arte, NY. Rogers Fund, 1914.

UMA ERA DE OURO (EM ATENAS)

Uma série de valores comuns está por trás das realizações literárias e artísticas dos gregos dessa era. Elas não são conquistas exclusivas de Atenas, mas essa pólis foi, indiscutivelmente, o epitome, o que faz com que seja impossível não tornarmos a cidade o centro de nossas atenções. Os valores gregos essenciais de humanismo, ambição pessoal e autocontrole permeiam todas as produções artísticas da época. No coração daquilo que ficou conhecido como “humanismo” grego estava uma crença básica de que o humano é simples, ainda que ideal. Na atmosfera relativamente livre da pólis, os cidadãos podiam se esforçar para se destacarem de maneira artística, atlética, retórica ou política. Os gregos eram extremamente competitivos, um traço importante tanto no âmbito “internacional” quanto nas esferas internas do Egeu e até além dele – nas guerras e também nos famosos jogos Olímpicos – e

em suas relações interpessoais (fig. 6.1). Como contraponto desse estímulo estava o ideal de autocontrole, “nada em excesso”, como ambos os filósofos e os criadores de tragédias costumavam dizer. A pessoa tinha de se esforçar para se destacar, mas também para conseguir isso de maneira que pudesse demonstrar autocontrole e aquela glória que seus atos eram capazes de trazer para a pólis. Sempre havia o risco do excesso de confiança daqueles que simplesmente desejavam ofuscar o brilho de seus compatriotas. A liberdade individual e o controle imposto pela responsabilidade cívica agiam juntos, na mente dos gregos, para produzir a comunidade organizada e cósmica da pólis.

Entretanto, essas eram águas turvas, e a definição e a defesa dos limites da ambição e do autocontrole geravam discussões intensas e vívidas, principalmente em Atenas. Grande parte desse debate estava focada nas assembleias públicas, onde as votações aconteciam. Professores ambulantes de retórica, conhecidos como sofistas, surgiram quase nesse mesmo período para instruir na arte de como convencer as pessoas. Esses retóricos conquistaram uma sólida reputação por sua habilidade de ensinar como influenciar eleitores e estadistas. Com a alta democratização de Atenas, como veremos neste capítulo, eles se tornaram figuras influentes e controversas na vida pública.

Um dos debates centrais e mais pertinentes dessa época era a respeito de como definir a justiça e a retidão. Surgiu, então, uma tentativa constante de definir e distinguir o *nomos* (costume, convenção e a lei baseada neles) e a *physis* (a ordem natural e a lei baseada na natureza). A discussão foi inspirada em parte pela Revolução Intelectual Jônica, que fizera muita coisa para definir e explorar a *physis* em termos racionais. O pensamento crítico e racional e sua discussão diferenciavam os gregos das noções de Cosmos e justiça do Oriente Próximo. Os sofistas e filósofos, como Sócrates e Platão, geralmente estavam no centro dessas discussões, em especial pelo fato de explorarem questões de justiça, retidão e moralidade. Em meio a esse clima político conturbado da época, essas eram questões em evidência para os cidadãos da pólis.

Mudanças políticas vitais – principalmente as de Atenas – intensificaram e estimularam ainda mais as discussões. Em 462, o poder do Conselho de Areópago tradicional e aristocrático em Atenas estava extremamente limitado e, mais do que nunca, os cidadãos comuns tinham de aceitar as decisões da maioria. Isso era parte de um movimento maior de democratização, ou o surgimento contínuo de uma cultura política democrática mais completa. A capacidade de convencer por meio do discurso público estava ainda mais em alta.

A aparência física de Atenas também estava em constante mudança ao longo de todo esse período. O embelezamento de Atenas pela arquitetura e pelas esculturas é ainda o sinal mais visível da Era de Ouro de Atenas. De certo modo, o processo era puramente prático. Atenas fora destruída pelos persas durante a Guerra Greco-Pérsica. Grande parte daquilo que pode ainda ser visto nos dias de hoje na acrópole em Atenas foi o resultado do programa de construção do século V. Péricles, o maior líder de Atenas da metade do século V, foi o principal patrocinador dos gigantescos esforços de reconstrução e embelezamento. Os mais importantes arquitetos, Ictinos e Calícrates, e o escultor chefe, Fídias, desenharam o Partenon como uma grande oferenda de graças aos deuses pela vitória grega na Guerra Greco-Pérsica; naturalmente, para os atenienses, era óbvio que aquele monumento deveria estar em Atenas, a verdadeira vitoriosa da guerra (fig. 6.2).

A literatura ateniense do século V descreve de maneira audaciosa as tensões, o equilíbrio e os esplendores da época, em especial nas obras de três dramaturgos importantes, Ésquilo, Sófocles e Eurípides, que escreveram peças trágicas memoráveis. Esses escritores dramáticos exploraram as diferenças entre *nomos* e *physis*, por exemplo, ao mesmo tempo em que apresentavam questões comoventes de justiça e Cosmos. Podemos traçar com clareza uma secularização progressiva por meio dos três dramaturgos ao abordarem essas questões. Suas peças são especialmente importantes, já que as dramatizações são capazes de revelar e expressar os pensamentos das pessoas de um modo geral, além de ser uma lente importante voltada para as mentes dos gregos durante aquele vibrante e tumultuado século V.

O próprio Ésquilo, o primeiro grande dramaturgo grego, era um veterano da Guerra Greco-Pérsica. Ele lutou na Batalha de Maratona e, ao que tudo indica, também na Batalha da Baía de Salamina. De forma memorável, sua própria lápide não registra nada a respeito de sua obra como escritor ou de suas frequentes vitórias no festival de peças teatrais de Atenas, mas fala somente de suas proezas em Maratona, o dia de maior orgulho de sua vida. Ésquilo escreveu, falando de modo comparativo, seguindo mais valores religiosos do que qualquer dos dramaturgos. Para ele, as vicissitudes e as tragédias da vida podem ser atribuídas à justiça e aos deuses. Ao longo de suas obras, ele relata o equilíbrio de tensão da premissa de “Nada em Excesso” tão central do pensamento grego. Sua peça *Os Persas*, a única peça teatral grega sobrevivente com um verdadeiro teor histórico, pode servir como um estudo de caso especialmente relevante para o assunto e os temas de nosso estudo. Embora todas as outras peças existentes sejam ambien-



6.2. Partenon. Slide de Céline Léon.

tadas em um passado místico ou lendário, Ésquilo adequou *Os Persas* na Guerra Greco-Pérsica. Ela foi encenada pela primeira vez apenas oito anos após a Batalha da Baía de Salamina, que aparece como uma grande luta na peça. Ao escrever o roteiro, Ésquilo se via diante de um perfeito desafio grego – glorificar a Grécia, Atenas em especial, enquanto mantinha um equilíbrio emocional.

Seus louvores de Atenas na peça são atenuados de modo estrito e suas técnicas para manter o equilíbrio são memoráveis. Obviamente, os membros de sua plateia ateniense não precisavam de estímulo para enaltecer a glória de sua própria pólis e seu passado recente. Uma peça que simplesmente incitasse o orgulho cívico acabaria encorajando um excesso de confiança. Apesar de citar diversos guerreiros persas e membros da família real, ele jamais registra um só nome ateniense que seja. O grande herói da Baía de Salamina, Temístocles, é citado apenas como “um homem”. Só podemos imaginar uma atuação viva com a plateia em uníssono gritando o nome de seu maior líder durante a peça. Entretanto, o equilíbrio adequado à tragédia é mantido porque a peça não se transforma em um mero canto de glória em homenagem à grandeza ateniense.

Ésquilo também não exulta os persas derrotados. Na realidade, sua intenção era fazer com que os atenienses passassem a lamentar as

perdas sofridas por seus inimigos. Esse tipo de compaixão humanitária está diretamente sintonizado com os valores gregos. Quando a notícia da derrota dos persas na Baía de Salamina chega até Susa, um coro de Anciãos Persas exclama:

*Majestoso soberano dos céus,
Quando agora sobre o numeroso exército da Pérsia
Que da mais violenta tempestade surge,
Todo o seu orgulho se vangloria de sua glória perdida,
O líder imperial de Ecbátana
Por ti foi assolado pela tristeza e pela escuridão,
Por meio dos palácios de Susa com profundos lamentos,
Por suas mãos macias todos os seus véus são dilacerados,
As lágrimas copiosas que derramam as virgens,
Que escorrem por sobre seus peitos desnudos.
De seusinhos confortáveis surgem as rendas da noiva,
A imagem adorada de seu senhor presente em sua alma,
Deixam de lado os ricos ornamentos da juventude,
E permitem que sua dor se expresse sem controle:
Suas dores não sem razão; da morte sem piedade
Nossas lágrimas derramadas exigem que nos esforcemos para continuar.⁸⁵*

O tom da tragédia é apropriadamente sombrio. Ao direcionar sua plateia para o lamento dos persas que morreram, mesmo em meio às lembranças da vitória grega, Ésquilo nos oferece um equilíbrio estarrecedor. O instante em que navios atacam a Baía de Salamina é precedido por gritos de

*Avancem, vós que sois filhos da Grécia, da escravidão salvem
Seu país, salvem suas esposas, seus filhos salvem,
Os templos de seus deuses, a tumba sagrada
Onde descansam seus honrosos ancestrais, neste dia
A causa comum de todas as exigências de sua dignidade.⁸⁶*

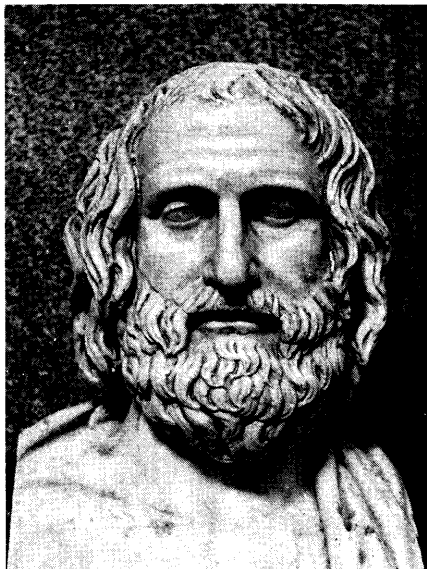
Mas, em seguida, logo após uma breve descrição de como os “esporões se confrontam com esporões”, o tom passa a ser fúnebre, e

*(...) o mar não mais
Exibe seu aspecto usual, com catástrofes terríveis
E sangue desfigurado, carcaças flutuantes
Tombam nas praias rochosas: os tristes restos
Do armamento barbárie lançado*

85. R. Potter, trad., em *The Complete Greek Drama*, vol. 1, ed. Whitney J. Oates e Eugene O’Neil (New York: Random House, 1983), linhas 531-546.

86. Linhas 401-405.

6.3. Busto de Eurípides. Wikimedia, imagem de domínio público.



*Atingem todos os remadores inglórios
Lamúrias são ouvidas e lamentos ecoados, até o anoitecer
Com a escuridão sobre sua fronte tomada pela trégua grata (...)
Oh, esse mar sem fim que deságua com força
Sobre a Pérsia e toda a raça de bárbaros.⁸⁷*

Por meio dessa e de suas outras famosas peças que ainda sobrevivem, como *Agamenon*, *Sete contra Tebas*, *Prometeu Acorrentado* e *As Eumênides*, Ésquilo explora a ação humana com implicações universais. Uma humanidade profundamente sensível é vista aqui enquanto os gregos lamentam a derrota de seus inimigos, em vez de se exultarem sobre eles como vítimas da ira divina, vingança ou caos. Ele afirma com veemência, por meio de sua obra, que a ordem e o propósito no Universo de fato transcendem o orgulho cívico. A retidão é, para ele, não uma questão de poder, da mesma forma como a pólis e suas tradições não são a referência básica. Há leis universais (*physis*) que transcendem os costumes e as leis cívicas (*nomos*). Assim como Heródoto, ele acusa Xerxes de excesso de confiança. Como um herói grego, Xerxes é punido no final por seu orgulho excessivo e por ir além dos limites impostos a ele. A retidão não resulta apenas do cumprimento da vontade do(s) deus(es) que ordenam a conquista e a administração da justiça em seu(s) nome(s), como no Oriente Próximo, mas de um sentido mais amplo de *physis*, leis religiosas, naturais e físicas. A questão é a mesma que

87. Linhas 420-425, 429-436.

vimos em todas as partes do Oriente Próximo – como definir justiça? –, mas a resposta é profundamente diferente.

Sófocles, o segundo grande dramaturgo trágico, testemunhou de perto os triunfos e as tragédias do século V. Nascido durante a Guerra Greco-Pérsica, ele foi mais tarde escolhido, aos 16 anos, para liderar um coral que celebrava todos os anos a Batalha da Baía de Salamina. Conselheiro político de Péricles, ele também serviu como um estrategista, um dos dez generais, durante a Guerra do Peloponeso. Sua carreira pública se estendeu por quase todo o século V. Não tão tradicional quanto Ésquilo em suas peças teatrais, Sófocles reserva menos espaço para a vontade dos deuses para definir a justiça e a retidão. Em todas as suas obras, incluindo *Édipo Rei*, *Antígona*, *Electra* e *Édipo em Colono*, vemos intensas paixões sob controle. O enredo de *Antígona* é eternamente comovente em sua apresentação do conflito entre *nomos* e *physis*. Durante a mística Guerra de Tebas, os filhos de Édipo, Etéocles e Polinices, mataram um ao outro. Creonte, seu tio e novo rei de Tebas, proibiu que o corpo de Polinices fosse enterrado por considerá-lo um traidor. Antígona, a irmã de Etéocles e Polinices, então, decide enterrar seu irmão Polinices contra as ordens diretas de Creonte. *Nomos*, da maneira como é representado pelo decreto de Creonte, aparece aqui como o oposto de *physis*, a lei universal que dizia que os cadáveres deveriam ser mantidos longe do alcance de urubus e que os irmãos tinham o dever de cuidar um do outro. No entanto, o decreto provisório do rei declarara Polinices um traidor, que fora essencialmente contestado por Antígona; existe uma lei maior (*physis*) e o enredo da peça se desenrola enquanto Antígona desafia o decreto provisório do rei (*nomos*) e, por isso, tem de pagar o preço por seu ato. Essas cenas representam com realismo os dilemas éticos da época.

Detalhes reais da vida do último de nossos dramaturgos do século V, Eurípides, são raros (fig. 6.3). Segundo uma história duvidosa, mas muito reveladora, ele nasceu em Salamina no mesmo dia da famosa batalha naval. Com um racionalismo alinhado ao dos jônicos e uma ética inspirada por sofistas, ele reserva um pequeno espaço para os deuses, que aparecem se vingando ou auxiliando, em suas peças, dentre as quais as mais famosas são *Medeia*, *A Heracléade*, *As Suplicantes*, *As Mulheres de Troia*, *Hécuba* e *As Bacantes*. Seu próprio cinismo provavelmente aparece em falas como as de *Hécuba*: “Por *nomos*, acreditamos nos deuses e definimos a justiça e a injustiça pelas quais vivemos”.⁸⁸ Essas declarações repercutiram em uma plateia às vésperas, ou no meio, da Guerra do Peloponeso. *Medeia* foi encenada pela primeira vez em 431,

88. Linhas 800-805.

o ano do início da guerra. Padrões tradicionais de retidão e justiça eram ostentados e transgredidos quase diariamente. Com personagens como Medeia, Eurípides levava padrões éticos tradicionais aos seus limites; essa feiticeira mata os próprios filhos, mas a plateia conseguia quase se solidarizar com sua ira violenta, uma vítima traída por seu amor.

UMA DEMOCRACIA PODE REGER UM IMPÉRIO? A GUERRA DO PELOPONESO

Mesmo enquanto os atenienses declaravam seus valores humanos ao Universo por intermédio da literatura, arquitetura e de suas esculturas, eles estavam bastante ocupados construindo um império. Na realidade, os fundos necessários para o embelezamento de Atenas eram indiretamente adquiridos na forma de tributos pagos por seus súditos. O império ateniense deu continuidade a um padrão já bastante conhecido em que belíssimos projetos arquitetônicos proclamavam a criação de um império. A crueldade e a criatividade cultural caminhavam de mãos dadas, assim como no caso de seus correlativos no Oriente Próximo. A tarefa de trabalhar segundo uma base ideológica consistente pelo império era traiçoeira, sendo que, segundo o discurso ateniense, víamos surgir os primeiros debates de que temos notícias a respeito da moralidade do império. Será que o império era a escolha certa? Para os gregos? Para todos? O poder faz sentido? *Nomos* define a justiça? Não é surpresa o fato de os três célebres filósofos gregos – Sócrates, Platão e Aristóteles – tratarem de questões envolvendo justiça, moralidade e poder político. A Era dos Antigos Impérios, mais uma vez, estava propondo questões bastante amplas acerca de justiça e Cosmos.

A Guerra do Peloponeso também pode ser vista nesse ponto como uma ramificação periférica da expansão do império persa. Como sempre acontece nas periferias quando os centros se expandem, havia uma tentativa de entender quem iria liderar a resistência ou ser assimilado pela força imperial. Como sempre acontece também, esse esforço logo se tornou mais importante do que os atos de resistir ou ser assimilado pela própria força imperial. A Guerra do Peloponeso passou a atrair cada vez mais pessoas de locais marginais para o centro da luta, incluindo aqueles vindos de regiões que abordaremos em alguns instantes, como por exemplo a Macedônia, Itália e Cartago.

A jornada de Atenas até o império, na verdade, começou durante a Guerra Greco-Pérsica. Enquanto Xerxes preparava sua força de ataque,

os gregos, liderados por Esparta, formaram uma confederação defensiva conhecida como a Liga Helênica. Todos os membros juraram, por um período indefinido de tempo, lutar contra os persas “em nome da liberdade comum”. Logo após a Batalha de Plateia e o fim da Guerra Greco-Pérsica, os jônicos se revoltaram uma vez mais contra seus soberanos persas e solicitaram ajuda do continente. As poleis gregas não conseguiram chegar a um acordo a respeito de como deveriam reagir dessa vez. Os espartanos, com bastante cautela, concordaram contra a defesa incontestável dessas cidades-estados difíceis de ser defendidas e tão distantes, forçando a necessidade dos jônicos de se estabelecerem em territórios mais defensáveis no continente grego tirados de algumas poleis que tinham apoiado os persas. Atenas foi contra a ideia de transferir os jônicos daquele lugar que fora seu lar ancestral há séculos. Diversas poleis do continente ofereceram uma ajuda nominal, mas foi Atenas que, mais uma vez, assumiu a posição de defensora dos jônicos, solidificando sua própria imagem de verdadeira protetora da Grécia. Algumas poleis interpretaram a atitude de Atenas de maneira cínica; começaram a ver a possibilidade de Atenas se aproveitar dessa posição e violar a liberdade e autonomia de outras poleis em sua função autoproclamada de defensora e protetora das liberdades dos “filhos de Hellas”, estivessem eles no litoral jônico, nas ilhas ou no continente.

No intuito de ajudar a proteger os jônicos e outros de uma incursão persa e de elogiar a resistência espartana de se comprometer com a Liga Helênica para a defesa dos gregos, Atenas fundou uma nova liga em 477. A base da Liga de Delos ficava na ilha de mesmo nome, um local importante de posição estratégica no Egeu, a meio caminho entre o continente e o litoral jônico. Seus membros, que juravam lealdade eterna, enviavam fundos ou outros recursos materiais anualmente para o tesouro em Delos no intuito de ajudar com os esforços defensivos coletivos. Ao longo das décadas de 470 e 460, a Liga de Delos patrocinou importantes ações contra os persas – por exemplo, em 469 na foz do Rio Eurimedonte na Panfília. A liga também causou dificuldades para atenienses de lugares mais distantes. Ela passou a fazer parte do Levante, um gesto que, de acordo com algumas pessoas, ajudou a convencer o rei persa Artaxerxes I (r. 465-423) a colaborar totalmente com os esforços dos judeus de reconstruir seu templo sob a orientação dos cortesãos judeus aquemênidas Esdras e Neemias. Ele precisava de muito apoio nessa região. Os atenienses continuavam pressionando os aquemênidas em Chipre e chegaram, inclusive, a participar de uma rebelião (malsucedida) egípcia antes de um acordo de paz com a Pérsia

ter sido finalmente assinado, ao que tudo indica, em 499. As evidências não são conclusivas, mas, nesse momento, os persas muito provavelmente abriram mão de suas reivindicações nas cidades-estados jônicas.

Atenas, de sua parte, perdeu algumas oportunidades de usar sua resistência e hostilidade contra os odiosos persas para fortalecer sua posição relativa em sua cidade natal. Enquanto isso, a cidade continuou a ampliar sua poderosa frota marítima com os fundos da Liga de Delos, liberando outros fundos para sua construção e embelezamento. Assim que a real ameaça persa à Grécia cessara quase que completamente, algumas poleis tentaram deixar a liga ou resistir às suas terríveis exigências financeiras e políticas, mas foram impedidos com uma forma de retribuição ligeira e decisiva. Atenas deixou claro que a saída da liga não era uma opção válida. Os fundos da liga, controlados por Atenas, começaram a se tornar um sistema de tributação não muito sutil. A epigrafia ateniense dessa época, assim como os relatos históricos escritos posteriormente, refere-se a outras poleis gregas como sendo inferiores, se não totalmente vassalas. Quando os atenienses transferiram o tesouro da Liga de Delos para a própria cidade de Atenas em 454, restou pouquíssimo espaço para novas especulações. Atenas era um império em todos os sentidos da palavra.

Quando alguém lhes oferecia resistência, os atenienses eram sempre rápidos em mostrar que eles é que haviam derrotado os persas em Maratona, na Baía de Salamina e em outros conflitos; eles salvaram “Hellas” mesmo à custa de sua própria cidade, tendo continuado a se proteger contra a agressão persa; assim, eram merecedores de sua posição importante e proeminente em relação a outras poleis gregas. Esparta, aos poucos e de maneira relutante a princípio, tornou-se a campeã entre as poleis que resistiram à hegemonia ateniense. Eles e outros testemunharam enquanto Atenas usava os fundos da Liga de Delos para construir as Longas Muralhas, que ligavam Atenas diretamente ao seu porto, Pireu. Atenas continuava afirmando que isso era necessário para se defender contra uma invasão persa. Para muitos, porém, as muralhas representavam uma forma de defesa agressiva contra outras poleis e não contra os persas; Atenas estava construindo uma fortaleza. Entretanto, a resposta às medidas atenienses foi lenta e a cidade, por um tempo, ficou totalmente livre. Tucídides é caracteristicamente prático ao descrever o motivo da Guerra do Peloponeso:

Os atenienses e os peloponésios iniciaram a guerra quebrando os Trinta Anos de Paz que conseguiram depois da captura de Eubeia. No intuito de explicar por quê eles interromperam essa paz, escrevi um relato das queixas

e discussões para que ninguém precise buscar entender as razões de uma guerra tão grande como essa ter acontecido entre os helenos. Para mim, a causa mais verdadeira também é a que raramente se expressa de modo aberto, ou seja, aumentar a grandeza ateniense e o temor resultante dentre os lacedemônios, o que tornou a guerra uma necessidade inevitável.⁸⁹

Os preparativos de guerra aconteceram segundo ideias já esperadas. Atenas, como sempre, dominava o mar e Esparta, a terra. A famosa Primeira Guerra do Peloponeso já apresentava as duas potências agindo de forma contrária em 461. Atenas, no início desse mesmo ano, construiu as célebres Longas Murallas para permitir que as frotas de grãos continuassem chegando de modo regular até o porto de Pireu em meio a todas aquelas hostilidades. Os espartanos tinham por objetivo manter o maior número possível de aliados para dominar os aliados atenienses por terra. Embora houvesse diversos precedentes claros e hostis, a principal fase da Guerra do Peloponeso, conhecida como a Guerra Arquidâmica, começou em 431.

Tucídides apresenta a história da guerra com muito entusiasmo, tanto por meio de sua própria narrativa crítica e erudita quanto pelos discursos comoventes que registra ou coloca nas bocas dos narradores. Os discursos são bastante válidos até certo ponto. Um dos discursos mais famosos do mundo antigo (se não de toda a história – Abraham Lincoln, na verdade, baseou seu Discurso de Gettysburg nele) foi pronunciado por Péricles de Atenas, em 430, depois do primeiro ano de hostilidades declaradas da guerra. O discurso de Péricles está repleto de menções à tensão entre *nomos* e *physis*, assim como um fascínio sofisticado pelas palavras (*logoi*) e pelas proezas (*erga*). Após um discurso longo e próspero que serve para contrastar de maneira implícita e explícita a forma livre, figurada e bela da vida dos atenienses com a vida espartana dos nativos, por assim dizer, Péricles chega ao seu ponto central surpreendentemente cruel:

Analizando tudo em conjunto, então, declaro que nossa cidade é uma inspiração à educação para a Grécia, e declaro também que, em minha opinião, cada um de nossos cidadãos, em todos os diversos aspectos da vida, é capaz de se colocar como o senhor soberano e dono de sua própria pessoa, e fazer isso, além do mais, com graça excepcional e versatilidade excepcional. E, para mostrar que essa não é nenhuma vanglória vazia pela presente ocasião, mas um fato tangível real, basta considerar o poder que nossa cidade possui e que foi adquirido por aquelas mesmas qualidades que mencionei (...). Poderosas de verdade são as marcas e os monumentos de nosso império

89. *The Peloponnesian War* 1.23, Steven Lattimore, trad. (Indianapolis: Hackett Publishing Group, 1998).

que deixamos (...). Pois nosso espírito aventureiro abriu caminho para todos os mares e todas as terras; e, em todos os lugares que deixamos para trás, deixamos também memoriais eternos de proezas para nossos amigos ou sofrimento infligido sobre nossos inimigos.⁹⁰

A prova da superioridade do estilo de vida ateniense é simplesmente seu domínio em relação aos outros, diz Péricles. O memorial eterno oferecido na arquitetura, literatura, etc., tornou o lugar uma hegemônica “inspiração à educação para a Grécia”. A ideologia de liberdade se tornara, de modo irônico, uma clara ideologia de império.

Durante a guerra, o manto do império foi lançado com força sobre os atenienses. Tucídides registra diversos pontos críticos em seus debates. No início da guerra, em 428, um dos aliados/súditos da Liga de Delos de Atenas, Mitilene, uma pólis na ilha de Lesbos, rebelou-se. Depois de conter a revolta, os atenienses decidiram matar toda a população masculina adulta e vender as mulheres e as crianças para o trabalho escravo. No dia seguinte, porém, alguns cidadãos atenienses mudaram de ideia e passaram a defender uma opção mais moderada. Assim, seguindo o modo ateniense, dois oradores apresentaram as posições dominantes: um homem chamado Cleon e Diodato, um proeminente líder político ateniense. Após os discursos, houve uma votação para decidir o destino dos mitilênios. Esses discursos apresentam o primeiro debate expandido da história a respeito da moralidade do império, e, por essa razão, vale a pena citarmos alguns trechos ricos e cheios de informações:

Cleon: Pessoalmente, já tive chances suficientes de observar que uma democracia é incapaz de governar outras pessoas e me sinto totalmente convencido disso quando vejo como agora vocês mudam de ideia a respeito dos mitilênios (...). O que vocês não percebem é que seu império é uma tirania exercida sobre os súditos que não o aprovam e que estão sempre tramando algo contra vocês; vocês não conseguirão que eles lhes obedçam se ferirem seus próprios interesses para lhes prestar um favor; sua liderança depende de uma força superior e não de qualquer forma de livre-arbítrio da parte deles. (...) O que deveríamos ter feito há muito tempo com os mitilênios era tratá-los exatamente da mesma forma que todos os demais (...), pois essa é uma regra geral da natureza humana, que as pessoas desprezam aqueles que as tratam bem e admiram aqueles que fazem concessões (...). Sentir pena, deixar-se levar pelo prazer de ouvir um argumento inteligente, ouvir as reivindicações de decência são três coisas totalmente contrárias ao interesse de uma força imperial (...). Pois, se eles se sentem legitimados por se revoltar, vocês devem estar errados por tentar impor seu poder. Se, entretanto, sejam quais forem seus pontos certos e errados, vocês se propuserem a manter o

90. 2.40-41, Rex Warner, trad.

poder a qualquer custo; então, seu interesse exige que essas pessoas também, de maneira certa ou errada, sejam punidas. A única alternativa é abrir mão de seu império, para que assim vocês possam vislumbrar a possibilidade de partir para a filantropia.

Diodato: Não venho aqui para falar de Mitilene com qualquer espírito de contradição ou com qualquer desejo de acusar alguém. Se formos pessoas sensatas, veremos que a questão não é exatamente decidir se eles são culpados ou se estamos tomando a decisão certa para nós mesmos (...). As cidades e também os indivíduos estão todos, por sua natureza, dispostos a fazer o mal e não existe uma lei (*nomos*) que impeça isso de acontecer (...). Em uma palavra, é impossível (e somente aquele menos desprovido de inteligência irá discordar) que a natureza humana (*physis*), quando já estiver seriamente comprometida com um determinado propósito, seja impedida de seguir seu curso pela força da lei (*nomos*) ou por qualquer outro meio de intimidação, seja ele qual for (...). É muito mais válido para nós, acredito, no intuito de preservar nosso império, que, de modo voluntário, toleremos a injustiça em vez de condenarmos justamente à morte as pessoas que agiram errado.⁹¹

A medida de Diodato passou dos limites, mas somente por muito pouco; e a maioria dos mitilênios foi poupada.

Em 421, depois de cada um dos lados ter sofrido grandes perdas por seus inimigos, o acordo provisório da Paz de Nícias foi firmado entre os principais lados hostis e seus respectivos aliados. A primeira fase da guerra, a Guerra Arquidâmica, terminou. A segunda fase da guerra se iniciou logo em seguida. Os atenienses tiveram um sucesso inicial sob a liderança de um jovem, brilhante, apesar de impaciente e arrogante, chamado Alcibíades. Acusado de sacrilégio religioso (ao que tudo indica, uma acusação merecida), ele fugiu para Esparta, onde lutou ao lado deles contra sua própria pólis. Definir e defender uma causa justa em uma guerra como essa parecia algo cada vez mais impossível.

Em 416, um ano antes de Alcibíades ser exilado, uma das declarações mais descaradas do imperialismo ateniense em conflito surgiu no Diálogo Meliano, que seria decisivo para o destino dos habitantes de Melos. Conforme Tucídides relata, os melianos faziam parte originalmente de uma colônia espartana e seu crime foi “recusar-se a se unir ao império ateniense”. Na verdade, eles lutaram para se manter neutros por um tempo, mas então, sob uma forte pressão ateniense, com relutância, decidiram tomar parte da causa espartana. O diálogo começa com os atenienses exigindo que os melianos se submetessem por completo ao seu império, ao passo que estes simplesmente insistiam na

91. 3.37-47, Rex Warner, tradução levemente modificada.

neutralidade. Os atenienses se pronunciam aos melianos logo no início do diálogo:

Vocês sabem tanto quanto nós que, quando essas questões são discutidas por pessoas práticas, o modelo de justiça depende da igualdade do poder para obrigar e que, na realidade, os fortes fazem aquilo que sua força lhes permite fazer e os fracos aceitam o que eles têm de aceitar [ou, “os fortes fazem o que podem, os fracos fazem o que devem”].⁹²

Uma afirmação mais declarada do imperialismo ateniense seria difícil de ser encontrada. Ao apelo dos melianos de um modelo superior de justiça (*physis*, em sua essência) em relação à premissa de “o poder faz o que é certo”, a resposta ateniense é bastante pungente:

Nossa opinião dos deuses e nosso conhecimento dos homens nos levam a concluir que se trata de uma lei geral e necessária da natureza (*physis*) governar quem estiver ao nosso alcance. Essa não é uma lei (*nomos*) criada por nós, nem fomos os primeiros a segui-la quando foi criada. Já a encontramos em vigor e devemos permitir que ela exista para sempre entre aqueles que vierem depois de nós.⁹³

Os melianos, por sua vez, recusaram-se a “desistir, mesmo que só por um instante, da liberdade de que nossa cidade desfrutava desde sua fundação”. Assim, os atenienses, indiferentes diante dos argumentos a favor da liberdade que não a sua própria, com sucesso, sitiaram a ilha de Melos, matando todos os homens e vendendo as mulheres e crianças como escravas. Atenas havia se tornado um império tão brutal quanto qualquer outro antes dela, apesar de não possuir uma forte ideologia religiosa para sustentar ou impulsionar seu imperialismo. A ideologia imperial de liberdade dos atenienses permaneceu o tempo todo, na melhor das hipóteses, paradoxal.

Atenas, porém, posicionou-se como um tipo bastante distinto de império em relação aos exemplos do Oriente Próximo que já vimos neste estudo. Em parte, essa é uma questão de escala e homogeneidade, o que faz com que as atividades de Atenas sejam menos parecidas com outras conquistas imperiais de que temos notícia. No entanto, em parte, essa também é uma questão de ideologias, ou ainda, uma escala de ideologia religiosa. A oração fúnebre de Péricles, o Debate Mitilênio e o Diálogo Meliano contrastam de maneira óbvia com as ideologias imperiais da Assíria, da Babilônia e da Pérsia. Diferentemente dos textos do Oriente Próximo, as fontes gregas nunca dizem nada a respeito de dominar regiões por desejo dos deuses (na realidade,

92. 5.89, Rex Warner, trad.

93. 5.105, Rex Warner, trad.

o Diálogo Meliano em outra seção diz com clareza que os deuses não se importam de modo algum). Assurbanipal jamais teria perdido uma oportunidade de deixar claro que, e como, os deuses ordenam as conquistas. Poderíamos ter a impressão de que os gregos de fato viam o poder estatal de maneira oposta à dos antigos impérios do Oriente Próximo; ou, para dizermos de outra forma, para eles, o P se destacava em relação ao I, E e M. Dessa forma, eles anteciparam o que veremos no advento de Roma, uma história que os romanos costumavam contar em termos comparativamente seculares.

Nem todos os gregos fizeram a transição para o império com tranquilidade. Episódios como o Diálogo Meliano, gravado de maneira profunda na memória coletiva dos atenienses por meio da vívida apresentação de Tucídides, incomodaram muitos atenienses. Em meio aos conflitos, alguns buscavam padrões essenciais de retidão, em especial filósofos insatisfeitos com a justiça e a retidão da maneira que eram definidas pela retórica pública. Foi exatamente nessa época que Sócrates começou sua famosa busca pela verdade, tendo ele próprio servido como um hoplita em várias batalhas da Guerra do Peloponeso. Tanto ele quanto seu famoso aluno Platão reagiram com veemência contra a retórica sofisticada e os excessos cometidos e pretendidos por Atenas.

Platão, ao se lembrar da Guerra do Peloponeso, propôs-se, em sua famosa *República* e em seus muitos diálogos, a definir a sociedade ideal e suas obras éticas e morais. Sua descrição contrastava de maneira pungente com a Atenas de seu passado recente. Tanto em sua obra *República* como em seu diálogo *Górgias*, na verdade, ele apresenta personagens centrais cuja posição é exatamente igual à dos atenienses em seu diálogo com os melianos; em essência, “o poder faz o que é certo”. Muitas pessoas viram em um desses personagens, Cálicles em *Górgias*, uma semelhança incomum com Alcibíades, o líder ateniense que foi transformado em traidor. Platão, por meio de seu personagem Sócrates, refuta tanto Cálicles quanto diversos alunos do sofista Górgias ao defender uma ideia de verdade e bondade absolutas: “Assim, a crença de que é pior fazer o mal do que sofrer com o mal e de que a igualdade é o certo parece se basear tanto na natureza (*physis*) quanto nos costumes (*nomos*)”.⁹⁴ Aqui e ao longo de todo esse diálogo, Platão está defendendo uma ideia básica de que é melhor sofrer do que fazer o mal – uma declaração de uma verdade ética absoluta. As relações com o passado imediato de Atenas eram óbvias. Platão acabou rejeitando a democracia por completo, defendendo, em vez disso, o governo de um filósofo-rei que pudesse reinar com sabedoria e razão. Ele permaneceu até o

94. 489, Walter Hamilton, trad. (London: Penguin, 1960).

fim como defensor da pólis, mas amargamente contrário àquilo que via como o governo das massas da democracia liderada pela demagogia de retóricos e sofistas.

Os últimos anos da Guerra do Peloponeso testemunharam o enfraquecimento constante de Atenas em relação à sua retórica confiante e extremamente imperialista. Esparta, porém, não conseguiu interromper o abastecimento de grãos atenienses defendido pelas Longas Murallas, enquanto a guerra ainda parecia interminável na Grécia e na Sicília. No final, foi preciso que Esparta de fato se juntasse aos persas aquemênidas sob a liderança do xainxá [*shahinshah*] (“Rei dos Reis”) Artaxerxes II (r. 405-359) para conseguir com que Atenas se rendesse em 404. As ironias aqui são muitas – um império fundado sobre uma ideologia de liberdade sendo essencialmente derrotado por uma coalizão espartana que tinha de depender do cruel inimigo da Grécia.

Não havia muito que comemorar após as décadas de uma guerra tão devastadora. Esparta, dominou todo o continente grego por quase meio século, embora Atenas tenha iniciado algumas parcas tentativas de renovar seu império. Imediatamente após a rendição de Atenas, Esparta impôs um sistema de tributação para os súditos do império ateniense. Os espartanos nos oferecem ainda outro exemplo de opositor do império que se tornou um império segundo suas próprias convicções, mesmo que tenha sido apenas em caráter provisório. No intuito de defender aquilo que, em essência, era seu próprio império, os espartanos continuaram contando com a ajuda dos persas aquemênidas. A Pérsia, na verdade, é a única candidata à posição de verdadeira vencedora da Guerra do Peloponeso em qualquer sentido real da palavra, tendo conquistado basicamente o que ela não fora capaz de realizar quase um século antes durante a Guerra Greco-Pérsica. Por sua ajuda na Guerra do Peloponeso, a Pérsia recebeu o direito de exercer controle absoluto das cidades-estados jônicas. No papel de um mestre de marionetes, a Pérsia comandou os gregos quase que de maneira jocosa, incluindo até mesmo os supostos vitoriosos espartanos. Atenas, Corinto, Tebas e Esparta continuaram a lutar entre si pelo domínio da Grécia.

O mundo grego jamais recuperou seu antigo caráter; muita coisa havia mudado. A pólis como uma entidade livre e autônoma nunca se recuperou por completo, mesmo enquanto, como mostram pesquisas recentes, a maioria dos gregos, individualmente, estivesse, de modo geral, em melhores condições financeiras do que antes. A população grega, da mesma maneira, expandiu-se durante esse período. Os estados gregos fronteiriços, enquanto isso, aprenderam muitas coisas

com seus vizinhos do sul em termos de táticas, administração fiscal e organização política e militar, e em pouco tempo conseguiram superar as poleis do sul. O modelo de estados periféricos que passaram a ocupar posições centrais continuou em vigor. A Tessália, por exemplo, despontou como uma força poderosa longínqua na década de 370. O Estado mais poderoso a surgir foi a Macedônia, cuja “oferta generosa” de unificar as poleis foi rebatida com certa resistência ideológica, mas não militar o suficiente. Afinal, alguém tinha de domar o mestre persa das marionetes.

O IMPÉRIO CONTRA-ATACA:

ALEXANDRE, O GRANDE

Uma das histórias mais famosas a respeito de Alexandre, o Grande, é que ele dormia todas as noites com duas coisas embaixo de seu travesseiro: uma adaga e uma cópia da *Iliada* de Homero. Para muitos gregos, essas histórias confirmariam imagens da Macedônia e dos macedônios. Aos olhos dos atenienses e de outras pessoas, a Macedônia era uma região retrógrada e até mesmo rústica. Aqui, a noção homérica da *arête* estava bem viva – “excelência” em termos de virilidade, proeza, domínio e a capacidade de realizar as coisas. Para o próprio professor de Alexandre, Aristóteles, e seu professor, Platão, *arête* implicava “virtude”, no sentido da excelência ética, não da virilidade masculina e a capacidade de realizar proezas. Os gregos viam a Macedônia como um lugar que vive em um mundo “semi-homérico”; ou seja, muitas das mudanças na Grécia desde a Idade das Trevas não foram absorvidas pelo regime macedônico. Talvez, o que era ainda pior para outros gregos: a Macedônia não tinha – e jamais teve – poleis. Ela era um reino. O filósofo Aristóteles descreveu de forma memorável o humano como um “animal político”, com o que ele se referia a uma criatura da pólis. Os macedônios não tinham como se igualar por completo. Além disso, eles tinham suas festas, em que passavam a noite toda bebendo (que os gregos, em princípio, aprovavam, contanto que fosse chamada de um simpósio), regadas a vinho puro (o que os gregos definitivamente não aprovavam).

Na década de 350, Filipe II, rei da Macedônia, envolveu-se com alguns interesses gregos. Ele se apresentou como um “unificador” dos gregos, protegendo Hellas contra os abusos dos persas. O legado ateniense continuava em vigor, assim como um modelo familiar de formação imperial em meio à resistência. Filipe passou a seguir o modelo

de organização militar dos gregos, mas modificou parte do sistema de maneiras essenciais. Ele incorporou uma cavalaria efetiva, grande parte resultante da guerra macedônica, aumentou os impostos cobrados pelos hoplitas e também o número destes em cada falange. Quando se posicionou contra os gregos, eles, como sempre, discordaram a respeito de como reagir. Dois dos mais importantes retóricos entraram em cena para apresentar os termos do debate. Demóstenes, o maior de todos os oradores atenienses, em uma série de discursos brutais conhecidos como as *Filípicas*, castigava Filipe como um conquistador ilegítimo e com sede de sangue, bem como um político inepto. Ele, na verdade, encorajou os gregos a tomarem o partido dos persas contra os macedônios. Isócrates, em sua *Philippus*, apelou para que Filipe viesse aliviar o sofrimento da Grécia por meio da unificação e do domínio dos persas.

Independentemente de ter sido o conquistador ou o salvador da Grécia, em 338, na Batalha de Queroneia, Filipe derrotou uma aliança liderada por Atenas e Tebas. À frente da guarda da cavalaria principal da batalha estava seu filho de 18 anos de idade, Alexandre. Dois anos mais tarde, Filipe foi morto pelas mãos de um assassino e, assim, Alexandre subiu ao trono macedônico, disposto a continuar a “unificação” de seu pai, mas olhando muito além da Grécia. Sabemos com certeza que, desde o início de sua vida, Alexandre também sonhava em conquistar o império persa aquemênida.

Alexandre começou suas conquistas logo que assumiu o poder. Suas primeiras ações aconteceram em Tebas em 335, quando reagiu de modo brutal a uma revolta contra ele e enviou um recado bastante óbvio para todos aqueles que consideravam a possibilidade de buscar independência desse jovem de 20 anos de idade. Ele, então, voltou-se para o Oriente em uma série de campanhas famosas das quais ele jamais voltaria para casa. Historiadores diferem em suas avaliações do império persa na época de suas campanhas. Para alguns, o império era relativamente fraco, sob o governo de um medíocre rei chamado Dario III; para outros, o império não parecia se esforçar, assim também como seu rei parecia totalmente inerte. No geral, as evidências parecem favorecer um império persa relativamente próspero e uma ameaça terrível por parte de Alexandre.

Detalhes das campanhas de Alexandre revelam uma história fascinante, complexa e controversa. As peças desse quebra-cabeça têm de ser juntadas a partir de diversas fontes biográficas compostas séculos após sua morte. Sem dúvida, ele criou um império forte, apesar de atrapalhado, que se estendia da Lídia até a cordilheira de Hindu Kush e da região dos Bálcãs até o Sudão. No entanto, o que o impulsionava e

por que ele obteve tanto sucesso em suas conquistas? De acordo com um ponto de vista mais antigo, Alexandre era um homem de “visão grande e nobre”, e suas conquistas eram basicamente um meio para se chegar a um objetivo nobre de espalhar a cultura grega para o Oriente e combiná-la com o melhor da cultura persa. Como disse seu biógrafo Plutarco, a escrever ao seu respeito 400 anos mais tarde:

Acreditando que viera como um governador e mediador do mundo enviado por Deus, ele dominou por meio das armas aqueles que não conseguiu persuadir e reuniu homens de todas as partes do mundo, juntando, como deve ser, em uma taça-troféu suas vidas, seus costumes, casamentos e formas de vida.⁹⁵

Assim, a combinação da cultura do Oriente Próximo com a da Grécia era sua maneira de realizar um tipo de “irmandade universal dos homens”.

Diversas histórias cheias de vida ajudam a sustentar essa ideia. Após sua vitória decisiva em relação ao rei aquemênida Dario III em Gaugamela em 331, Alexandre, na verdade, adotou o modo de vestimenta dos persas. Seu círculo interno de líderes não ficou muito impressionado com essa atitude, mas ela sugere que Alexandre parecia interessado em preencher lacunas culturais entre o Oriente e o Ocidente. Alguns anos mais tarde, após se casar com uma princesa bactriana chamada Roxana, Alexandre começou a insistir na *proskynesis* [prosternação], o ato de se prostrar sobre o chão exigido por monarcas persas. Embora essa possa muito bem ter sido uma atitude perfeitamente prática de exigir o respeito dos persas, ela sugeria ao seu círculo interno que Alexandre estava simplesmente se “tornando nativo” e, por isso, eles se recusavam a se curvar diante dele. Ele abriu exceções aos macedônios e gregos, mas continuou aceitando a *proskynesis* dos habitantes do antigo império persa. Não se sabe com certeza se esse era seu objetivo principal, mas Alexandre de fato disseminou a cultura grega até partes longínquas do Oriente, construindo templos, ginásios e esculturas gregas até o lugar hoje conhecido como Afeganistão e além dele. Muitas pessoas de fato acreditam que as esculturas gregas inspiraram as primeiras esculturas de Buda que, em séculos posteriores, se espalharam até extremos do Oriente, incluindo a China e o Japão (fig. 6.4).

De acordo com outras pessoas, Alexandre não era tão impulsional por meio de uma visão humana; para esses estudiosos, ele realmente acreditava ser um herói divino ou semidivino e, por essa razão, invencível. Sua ênfase na ideologia (I), então, apresentava tanto um desafio

95. *Alexander's Fortune and Virtue* 1.329, em *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest*, ed. M. M. Austin (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), seleção #19, 36-37.



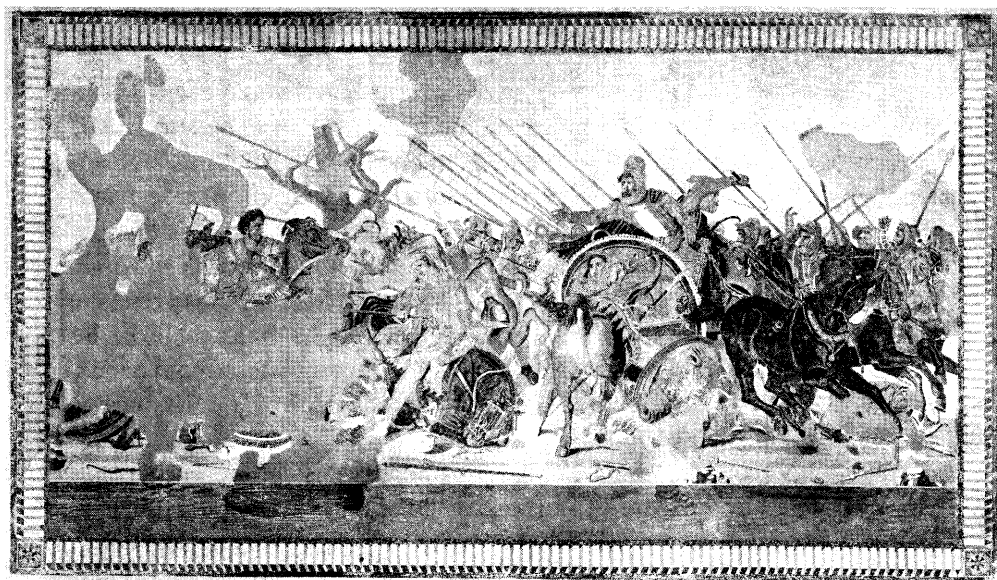
6.4. Bodhisattva Maitreya em pé (Buda do Futuro). Museu Metropolitano de Arte/Recurso de Arte, NY. *Rogers Fund*, 1913.

à ênfase grega do P e uma reversão de normas muito mais antigas. Seu fascínio pelos contos de Homero não era apenas uma atividade de lazer; ele se via como um herói à altura de Aquiles. No início de sua campanha, logo depois de fazer com que Dario III fugisse pela primeira vez, Alexandre fez uma viagem misteriosa para o Egito. Apesar de os egípcios se renderem sem lutar, Alexandre continuou em direção ao Ocidente, longe dos persas, em busca de um oásis e um oráculo em Siwa dedicado à divindade egípcia Amon (*Hammon*). A passagem no local era arriscada e não lhe oferecia nenhuma forma de retribuição militar ou política direta. Entretanto, a recompensa ideológica parece bastante significativa. Ao ser recebido pelos sacerdotes de Amon com “*O paidie*” (Oh, meu filho), que ele ouvia como “*O pai dios*” (Oh, filho de Zeus), Alexandre se sentiu à vontade para se identificar com os grandes heróis divinos de antigamente. O oráculo, ao que tudo indica, também lhe garantiu que ele conquistaria o mundo. Naquele instante, ele

passou a se ver no mesmo patamar, se não em nível superior, dos reis do Oriente Próximo, por meio de suas relações com seus deuses. Ao fazer isso, ele deu aos gregos um forte princípio de organização que estes não possuíam – uma ideologia religiosa centralizada e motivadora capaz de uni-los. Para os habitantes do Oriente Próximo, ele se conectou às ideologias mais enraizadas. Os sucessores de Alexandre continuaram afirmando uma posição semidivina, ligados às correntes mais antigas dentro do Oriente Próximo e de lugares além dali. A ideologia religiosa era um ingrediente necessário para qualquer império que tivesse a esperança de incluir partes do Oriente Próximo e do Egito.

Alexandre, de acordo com esse ponto de vista, estava alterando os fundamentos do poder social de volta às bases de I, onde antes, durante o período clássico da Grécia, seu foco estava em P. Após um momento em que as formas de poder de P floresceram, o pêndulo parecia retornar aos modelos mais tradicionais de poder de governar e diminuir a resistência. Sua biografia está repleta de exemplos que sustentam essa noção. No Egito e na Pérsia, ele era aceito como um faraó e um rei no estilo aquemênida. Em 324, chegou a exigir que os gregos o venerassem como um deus. Os gregos, a princípio, resistiram de forma memorável à insistência de Alexandre de ser tratado como um deus. Depois de apenas algumas décadas de sua morte, porém, regentes divinos e de direitos divinos, mais uma vez, voltariam a ser a norma geral. Essa tendência começou no período helenístico, como veremos, e então alcançou seu ponto mais alto durante o Império Romano.

Outros historiadores o veem basicamente como um líder incrivelmente carismático, que inspirou suas tropas por meio de seu zelo destemido e sacrifício pessoal ao seu favor. Muitas histórias sustentam essa ideia. Ele se recusava a beber água quando seus homens passavam sede, a comer quando eles passavam fome e era amado por seus homens por seu sacrifício pessoal constante em seu favor. Sua determinação infatigável fica clara durante o ataque a Tiro, em 333. Essa antiga cidade-estado fenícia, agora parte do império persa aquemênida, foi especialmente difícil de ser dominada por ser uma ilha. Alexandre simplesmente transformou o cerco à ilha em uma batalha por terra, o que o agradava muito mais, e construiu uma ponte por terra de quase um quilômetro que ligava Tiro ao continente. A cidade de Tiro se rendeu de imediato e continua hoje como uma península, da maneira que Alexandre a deixou. No mesmo ano, na Batalha de Issus (ou Batalha de Isso), ele forçou a fuga de Dario III para o leste do império persa. Um mosaico posterior da cidade romana de Pompeia mostra, além de muitas



6.5. A Batalha de Issus [ou Batalha do Issos] (Batalha de Alexandre), mosaico. Scala/Ministero per i Beni e le Attività Culturali/Recurso de Arte, NY.

outras coisas, que Alexandre desfrutava de uma reputação como um líder carismático. Observe sua posição à frente do exército contra Dario, o olhar fixo e penetrante, sua cabeça desprotegida e o terror estampado no rosto do Rei dos Reis persa, o xainxá (fig. 6.5).

Entretanto, a lealdade de suas tropas começou a ficar abalada depois que ele derrotou um rei indiano – Poro, em 326 – e mostrou sinais de que iria continuar seguindo na direção leste de modo indefinido. Suas tropas ameaçaram armar um motim em 325 e Alexandre teve de ceder, levando-os de volta para o oeste e tendo de atravessar o deserto Gedrósia (onde perdeu quase três quartos de seus homens) e, por fim, morreu na Babilônia em 323, aos 33 anos de idade. Ele talvez tivesse planos, segundo algumas evidências ambíguas, de partir para o oeste da Grécia em seguida, derrotar o império de Cartago e se mudar para a Itália, onde a cidade de Roma estava em plena expansão.

Alguns historiadores afirmam que Alexandre não passou de um conquistador cruel e sanguinário, disposto a dominar outros impérios e maximizar seu próprio poder; eles costumam minimizar as perspectivas anteriores. Esse ponto de vista parece ignorar a rica complexidade de poder e governo, de modo geral. A complexidade do poder sugere que essas ideias, apesar de populares em determinados lugares, estão tão

erradas a respeito de Alexandre, o Grande, quanto a respeito de Carlos Magno, Gêngis Khan, Napoleão e Adolf Hitler.

O sucesso de Alexandre ao criar um império e seu fracasso definitivo em encontrar uma fórmula duradoura mostra as ações do IEMP. A ideologia do herói divino ou semidivino acabaria inspirando não somente os reinos e impérios helenísticos imediatos, que surgiram a partir de suas proezas, mas também da grande maioria dos antigos conquistadores, reis e imperadores subsequentes. A ideologia em si era uma síntese dinâmica da cultura arcaica do Oriente Próximo e dos gregos, e resumia a reintegração do Oriente com o Ocidente. Com isso, Alexandre foi capaz de inspirar seu próprio exército e seus povos conquistados. Sem isso, ele não teria conseguido ganhar a lealdade de seus súditos conquistados por todo o Oriente Próximo.

Quanto ao poder econômico, Alexandre, mais ou menos, manteve os modelos do Oriente Próximo em seus lugares. Os impostos e os espólios enriqueceram e estimularam seus soldados por algum tempo. Seus sucessores continuaram a coletar os impostos de maneiras típicas. Com o dinheiro dos tributos, ergueram alguns dos monumentos mais grandiosos do mundo antigo. Na verdade, os sucessores greco-macedônicos do império de Alexandre podem reivindicar muito mais a autoria das Sete Maravilhas do Mundo Antigo do que qualquer outro grupo de antes ou depois, como veremos.

Seria difícil superestimarmos a função do poder militar em seu império. Alexandre continuou, ao longo dos séculos seguintes, como o próprio modelo do gênio militar carismático. Ao dar continuidade às inovações militares introduzidas por seu pai, Alexandre levou a falange grega para lugares além das fronteiras do império persa, chegando até regiões intocadas pelos grandes impérios do Oriente Próximo. Ele dificilmente pode ser comparado a outros combatentes em campos de batalhas e continuou inspirando generais e imperadores romanos, imperadores muçulmanos, imperadores bizantinos, reis medievais ingleses e governadores malaios muitos séculos após sua morte.

Sua força política, porém, quase nem vale a pena ser mencionada, exceto para dizer que sua própria fraqueza foi uma das principais razões de seu império ter se fragmentado no momento de sua morte. Ele não representava um modelo político sólido, com exceção de seu papel de líder carismático. Ninguém pôde de fato tomar seu lugar. Quando morreu, seus sucessores ficaram com a missão de encontrar meios pelos quais o poder político pudesse ser utilizado nesse novo mundo, com toda essa amalgamação do Oriente com o Ocidente.

Os impérios de Atenas e Alexandre foram construídos, ao menos em parte, com base na resistência imposta ao império persa aquemênida e, assim, o ciclo do império antigo continuou. Fatores internos e externos se uniram para tornar possíveis os dois impérios e, às suas próprias maneiras, únicos. Ambos revelam, graças a novos tipos de fontes, uma mistura complexa de forças intelectuais e culturais por trás do cenário político mais amplo. O império de Alexandre, apesar de tão curto, foi extremamente influente e representa uma combinação completa de elementos nativos gregos e do Oriente Próximo. Para a cultura grega, ele proporcionou uma forte ideologia religiosa que viveria por muito tempo nos mundos do Mediterrâneo e do Oriente Próximo. Sob seu comando, a Era dos Antigos Impérios alcançara sua disseminação máxima do Ocidente ao Oriente. Sua progressão contínua em direção ao oeste acabaria se tornando um dos temas principais em séculos posteriores, conforme o Império Romano despertava no Ocidente. Antes disso, porém, voltaremos nossa atenção para os reinos e impérios sucessores daqueles que vieram logo após Alexandre.

CAPÍTULO 7

IMPÉRIOS “CONQUISTADOS POR LANÇAS”: A SÍNTESE HELENÍSTICA

Por ora, enquanto não havia ninguém para assumir o império, aqueles que governavam os povos ou cidades podiam acalentar esperanças de realeza, e controlaram, a partir dali, o território sob seu poder como se fosse um reino conquistado por lanças.

– Deodoro da Sicília⁹⁶

- Como os sucessores de Alexandre consolidaram o poder?
- De que formas o mundo helenístico deu continuidade aos modelos antigos e de que formas ele testemunhou o início de novos desenvolvimentos?
- Em que sentido(s) o império moldou as vidas dos indivíduos?
- Como as fontes de poder social contribuíram para a resistência aos impérios e reinos helenísticos?

Enquanto Alexandre estava em seu leito de morte, como nos conta uma história célebre, seus generais pediram que ele nomeasse seu sucessor; ele respondeu, “o mais forte”. Não há dúvidas de que ele suspeitava de que seus homens organizariam “jogos fúnebres” de boa-fé após sua morte” para determinar quem seria essa pessoa.⁹⁷ Meio século de lutas violentas, porém, era algo que, provavelmente,

96. Diodoro da Sicília 19.105.3-4, *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation*, ed. M. M. Austin (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), 56-57, slightly modified.

97. Arrian, *The Campaigns of Alexander*, trad. J. R. Hamilton (London: Penguin Books, 1971), 7.27.

nem ele nem ninguém imaginava que pudesse acontecer. Toda vez que um general se “destacava em relação aos outros”, uma coalizão improvisada se organizava contra ele. Quando morreu o último dos diádocos, os oficiais de Alexandre que desempenharam papéis importantes nessas lutas, em uma batalha em 281, nem um só império alexandrino unificado parecia representar uma real possibilidade. Em vez disso, dois impérios aliados, o selêucida e o ptolemaico, junto de uma grande diversidade de reinos menores, surgiriam, mais tarde, para juntar os fragmentos do segundo maior e mais breve império que o Oriente Próximo e o Mediterrâneo já tinham visto.

A importância da era helenística para a Era dos Antigos Impérios não está tanto na criação de impérios renomados (o maior, o selêucida, iniciou seu declínio imediatamente após a morte de seu fundador), mas sim na maneira pela qual sintetizou os mundos da Grécia, Macedônia, o Oriente Próximo e o nordeste da África. Sua reintegração cultural, social e econômica do Oriente com o Ocidente serviria para definir a metade do milênio seguinte da história do Oriente Próximo e do Mediterrâneo. O mundo helenístico ergueu os alicerces – em geral, com o uso de materiais bastante antigos – de todos os antigos impérios restantes que o seguiram: o romano, o famoso persa, o bizantino e, por fim, o islâmico.

OS “JOGOS FÚNEBRES” DE ALEXANDRE

Não havia nenhum precedente acerca da maneira pela qual o mundo helenístico foi moldado e sob a liderança de quem; havia inúmeras contingências, com implicações inimagináveis. Mudanças frequentes na camada mais superior do tempo histórico – o nível de acontecimentos – proporcionaram o cenário político no meio século tumultuado após a morte de Alexandre. Guerras, invasões e assassinatos, de forma geral e repentina, destruíram a maior parte das expectativas a respeito de como as coisas acabariam acontecendo.

A morte de Alexandre deu início a uma crise de sucessão que não causou nenhum espanto naqueles que conheciam algo a respeito da política na Macedônia. A maioria dos reinos macedônicos foi tomada por desafios tanto no início quanto no fim, e também quase que durante todo o tempo; como estabelecer e manter a legitimidade continuava sendo uma questão preocupante. As linhas iniciais das batalhas entre os Diádocos eram traçadas entre aqueles que defendiam a unidade a todo custo e aqueles que estavam satisfeitos, se não totalmente propensos ao separatismo e à divisão.

O “partido” da unidade foi inicialmente formado quando regentes se juntaram a favor do filho de Alexandre, Alexandre IV, nascido logo após sua morte, e também o meio-irmão de Alexandre que tinha problemas mentais, Arrideu (declarado Filipe III). Esses dois foram proclamados os governadores conjuntos de todo o império, uma atitude estranha e sem precedentes que tinha a intenção de manter facções opostas unidas. A regência acabou se tornando muito instável desde o início, sendo que acordos em diversas “conferências” pareciam apenas ilusórios, já que os diádocos se voltavam uns contra os outros e novos elementos começaram a entrar na briga. Os dois “unificadores” mais importantes que surgiram ao longo das duas primeiras décadas foram Antígono “de Um Olho Só”, um sátrapa de Alexandre, e Seleuco, “o Conquistador”, nomeado sátrapa da Babilônia logo após a morte de Alexandre. Esses dois cooperaram inicialmente, mas, em pouco tempo, romperam relações assim que as guerras começaram dentro do “partido” da unidade.

O principal “separatista” inicial foi Ptolomeu, que fundou o reino sucessor mais estável e duradouro de todos. Um dos guardas de seguranças de Alexandre, ele imediatamente partiu para o Egito após a morte de seu rei e se autodeclarou um sátrapa e, por fim, um faraó. Dois anos mais tarde, roubou o corpo embalsamado de Alexandre enquanto estava sendo transportado para a Macedônia e o levou de volta para o Egito. Alexandre tinha antes deixado expresso seu desejo de ser enterrado no Oásis de Siwa, o que parecia, em parte, justificar o sequestro de seu corpo. No entanto, o corpo jamais conseguiu chegar a Siwa, mas foi colocado em exibição em um mausoléu em Alexandria. Segundo a tradição macedônica, enterrar um líder era símbolo de sucessão legítima. Alexandre realizara esse gesto após o assassinato de Filipe II e a morte de Dario III, quando então se autodeclarou o verdadeiro herdeiro macedônico e aquemênida. Assim, Ptolomeu proclamou seu próprio reino separado, o ptolomaico, como o estado sucessor legítimo.

Enquanto os outros diádocos competiam para conseguir os melhores cargos, um antigo mistério voltou: como fazer para reconciliar o eterno desejo dos gregos de autonomia com o governo de líderes distantes. A liberdade, mais uma vez, voltou a ser um dos principais lemas e, de modo essencial, uma das ferramentas do império. Os diádocos que desejassem conseguir o apoio dos gregos ou que quisessem incitar alguma rebelião contra seus rivais tinham de proclamar a “liberdade dos gregos”, um refrão que ressoaria por séculos entre os futuros hegemônicos nessa região. Não é por acaso que os dois primeiros imperadores diádocos, Antígono e Ptolomeu, também foram os primeiros a declarar

liberdade para os gregos. Em 314, Antígono “de Um Olho Só” proclamou publicamente uma resolução que dizia que:

Todos os gregos devem ser livres, isentos de tropas e autônomos. Os soldados trouxeram a moção e Antígono [de Um Olho Só] despachou mensageiros para todas as direções para anunciar a resolução. Ele calculou da seguinte forma: a esperança de alcançar liberdade dos gregos fez com que se tornassem dispostos a agir como aliados na guerra, enquanto os generais e os sátrapas das satrapias mais importantes, que suspeitavam de que Antígono estava tentando destituir os reis que sucederam Alexandre, mudaram de opinião e, de bom grado, submeteram-se às suas ordens quando o viram declarar guerra total ao seu favor (...). Ptolomeu ouviu falar da resolução acerca da liberdade dos gregos que os macedônios haviam promulgado junto de Antígono e redigiram um proclama usando quase as mesmas palavras para mostrar aos gregos que se importava com sua autonomia tanto quanto Antígono. Cada um dos lados percebeu que conquistar a boa vontade dos gregos não seria fácil e, portanto, disputaram entre si para ver quem tinha mais a oferecer para eles.⁹⁸

Embora nem todos os eruditos necessariamente compartilhem do cinismo de Deodoro, a maioria afirma que a autonomia grega segundo esses termos apresentava, na melhor das hipóteses, um dilema complexo: para que um líder ou líderes conseguissem conferir ou proclamar a liberdade, significava que ele ou eles também tinham a capacidade de revogá-la. Será que isso era mesmo liberdade, ou não passava de uma forma de hegemonia velada? Um erudito simplesmente chama isso de uma tautologia.⁹⁹ Alguns gregos reagiram a uma afirmação semelhante da liberdade grega alguns anos mais tarde, quando ergueram um altar a Antígono e seu filho Demétrio, “o Sitiador”, que eles apresentavam como seus salvadores divinos e mediadores sacros. Isso talvez seja mais bem explicado, conforme mencionado no capítulo anterior, como uma reversão das formas ideológicas (I) de poder. Vista dessa maneira, a afirmação da posição divina, como veremos, faz parte de uma mudança natural para a ideologia religiosa depois que os gregos passaram a dar mais ênfase ao aspecto político (P).

Com um apoio sólido, Antígono consolidou um reino unificado que se estendia desde o Egeu até Hindu Kush. Ele parecia determinado a se aventurar na restauração do império de Alexandre, mas suas ações fizeram com que outras pessoas entendessem que ele estava “erguendo sua cabeça” um pouco alto demais e, por isso, outros diádocos, de modo coletivo, declararam guerra contra ele. Em 311, os principais envolvidos

98. Diodoro 19.61-62.2; citação de Austin, *Hellenistic World*, 55-56.

99. David Braund, “After Alexander: The Emergence of the Hellenistic World”, *A Companion to the Hellenistic World*, Ed. Andrew Erskine (Malden, MA: Blackwell, 2003), 19-34, em 26.

chegaram a um acordo (criativamente conhecido como a “Paz de 311”). O processo de paz foi bastante tenso e temporário, além de sugerir que uma multiplicidade de reinos seria o único resultado possível dos “jogos fúnebres” de Alexandre. Líderes separados foram declarados para a Europa (isto é, Grécia e Macedônia), Ásia e Egito. Todos os indicados comprometeram-se mutuamente com a obrigatoriedade da “liberdade dos gregos”.

Até esse ponto, a maioria dos diádocos continuava afirmando que agia como regentes em favor do jovem Alexandre IV (Arrideu/Filipe III fora assassinado em 317), até que ele atingisse a idade e recebesse o reino de seu pai. Nenhum deles havia ainda recebido o título oficial de rei (*basileus*), embora alguns deles já agissem dessa forma. Quando o jovem adolescente Alexandre IV e sua mãe Roxana foram assassinados em 310, a ficção acabou: “Já que agora não há ninguém mais para assumir o império, aqueles que governavam povos ou cidades podiam nutrir a esperança da realeza e o controle, daquele momento em diante, do território que estivesse sob seu poder, como reinos que haviam sido conquistados por meio de guerras (vencidos pelas lanças)”.¹⁰⁰ Não muito tempo depois, em 306, Antígono “de Um Olho Só” e seu filho Demétrio, “o Sitiador” reivindicaram seus títulos de *basileus*, os primeiros diádocos a fazer isso; suas sortes estavam em alta. No entanto, todos os outros principais envolvidos adquiriram o título nos anos seguintes, sendo que as batalhas continuaram acontecendo. Cinco anos depois (301), na Batalha de Issus, uma das maiores batalhas por terra da história (quase 150 mil chegaram a acontecer), o aparente “favorito”, Antígono “de Um Olho Só”, e seu sonho de um único império unificado foram esmagados por elefantes índios, e Seleuco – “o Conquistador” – assumiu o controle da Ásia.

Em 281, os últimos generais sobreviventes de Alexandre se enfrentaram na Batalha de Corupedion, embora os dois tivessem quase 80 anos de idade nessa época. Seleuco venceu e ficou em boa posição para reunir todo o império de Alexandre, com exceção do Egito, chegando inclusive a chamar a Macedônia de “sua terra”, segundo uma crônica babilônica recentemente descoberta. Entretanto, ele foi assassinado por um filho renegado e rejeitado de Ptolomeu (Ptolomeu, “o Raio de Trovão”), que também estava concorrendo ao trono macedônico, fazendo cair por terra todos os sonhos de uma possível unidade sob a regência de um dos diádocos. Assim, mais uma vez, um acontecimento quase totalmente aleatório mudou o curso dessa era.

No ano seguinte, outra contingência ajudou a colocar as peças finais nesse quebra-cabeça político helenístico. De repente, celtas/gaulenses nômades do norte começaram a surgir e devastar a Macedônia e

100. Diodoro, 19.105.3-4.

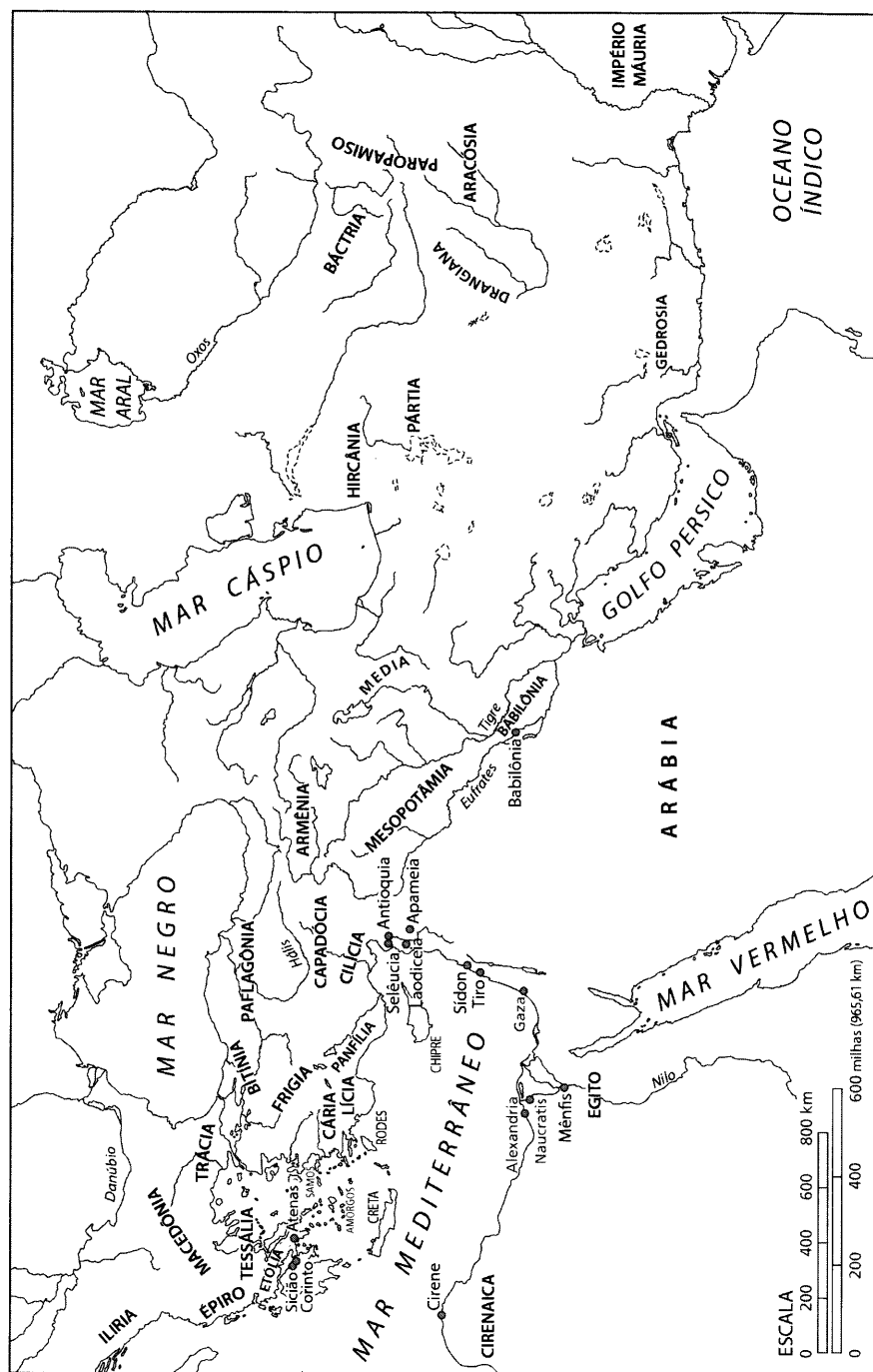
Grécia. Os celtas derrubaram Ptolomeu, “o Raio de Trovão” (chegando até a exibir sua cabeça em uma lança) e, então, partiram para cima dos Bálcãs, uma das raras vezes no mundo antigo em que a Macedônia não surgiu para defender a Grécia.

Posteriormente, em um único ataque singular, os aitolianos, líderes de uma liga federal na Grécia central, derrotaram grupos nômades de celtas e salvaram o templo de Delfos que ficava próximo dali. Assim, a liga se auto-proclamou a “salvadora da Grécia” e despontou como a força preeminente da Grécia central. Enquanto isso, Antígono Gônatas “de Joelhos Valgos”, filho de Demétrio, “o Sitiador” e neto de Antígono “de Um Olho Só”, que fora incrivelmente ineficaz no cenário político dessa época, aplacou uma vitória importante sobre os celtas e assim manteve o cobiçado trono macedônico e deu início à longa dinastia dos Antigônidas.

O modelo político do mundo helenístico se formou de uma maneira que jamais poderia ser prevista dois anos antes de seus primórdios. O império selêucida dominava a Ásia, o império ptolemaico continuava forte no Egito e os Antigônidas governavam a Macedônia. A Grécia central estava dominada pela Liga Aitoliana que, junto com outra antiga liga grega, a Liga da Acaia revitalizada quase na mesma época, governou toda a Grécia propriamente dita. Os jogos fúnebres foram encerrados, mas os conflitos dos impérios haviam apenas começado.

A SÍNTESE IEMP HELENÍSTICA

Os reis helenistas, os *basileus*, governavam um reino, uma *basileia*. A *basileia* era um conjunto de súditos e não um território ou um lugar específico em si; esse reino aumentava conforme novos povos eram conquistados, e por isso ficaram conhecidos como reinos “conquistados por lanças”. Os impérios e reinos helenísticos, portanto, quase sempre viviam em guerra uns com os outros. Seus sistemas políticos e econômicos dependiam de novas conquistas que, por sua vez, confirmavam posições sacras e até divinas do heroico líder militar responsável pelas novas aquisições – uma síntese IEMP dinâmica, com o elemento I sendo o mais central. Modelos sociais gregos, macedônicos e do Oriente Próximo – na camada intermediária do tempo histórico – fundiram-se aos acontecimentos políticos da camada superior para moldar o mundo helenístico. Apesar de haver peculiaridades naturais de cada um dos impérios e reinos helenísticos, houve também algumas consistências impressionantes do outro lado.



7.1. Mapa do mundo helenista. Em *Cambridge Ancient History*, 2ª edição, vol. VII, p. 24.



7.2. Tetradracma de Seleuco I. Museu Metropolitano de Arte/Recurso de Arte, NY. Compra, H. Dunscombe Colt Gift, 1974.

Seguindo os modelos tradicionais do Oriente Próximo de substituição das elites, as conquistas helenísticas colocaram os macedônios ou greco-macedônios em todos os tronos desses reinos e impérios, bem como na maioria dos cargos administrativos, burocráticos e sociais mais importantes. Assim como muitos expatriados ocidentais da atualidade que vivem em países menos industrializados, os macedônios e os gregos eram atraídos para regiões distantes pelas novas oportunidades e chances de conquistar posições sociais e políticas relativamente superiores.

Gerações anteriores de eruditos afirmaram ter havido uma separação radical entre os governadores macedônios/gregos e as diversas populações nativas, sendo que os povos nativos eram constantemente explorados e excluídos. Ideias recentes sugerem uma relação mais simbólica entre governadores e governados, com uma variação natural ao longo do tempo e do espaço. No Egito de Ptolomeu, por exemplo, um grupo de sacerdotes nativos era responsável por uma estrutura administrativa local, que estava organizada com padrões semelhantes aos das estruturas administrativas egípcias tradicionais. O exército selêucida empregava e remunerava muitos persas, chegando inclusive a colocar alguns deles em posições de grande importância. Entretanto, os

macedônios e os gregos geralmente se davam muito bem nessas novas condições, sendo que suas emigrações regulares do Egeu acabavam promovendo alterações demográficas e sociais em todas as regiões influenciadas pelas conquistas de Alexandre.

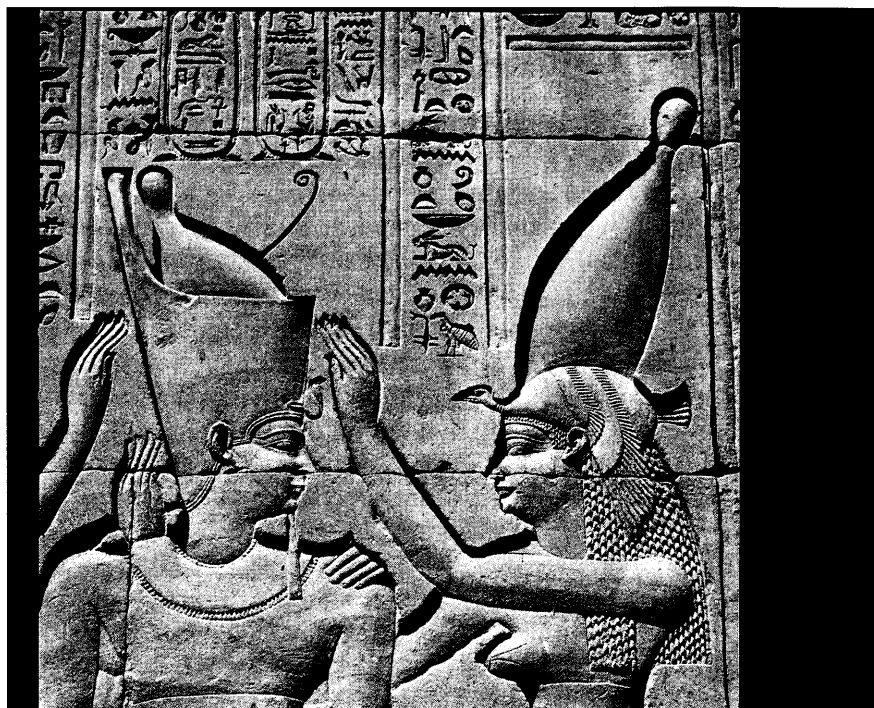
Os sistemas políticos helenísticos dependiam do renascimento poderoso da ideologia divina da realeza. A monarquia sacra, como vimos, tinha raízes profundas e fortes nas percepções antigas, uma parte central das estruturas ideológicas e sociais. Até mesmo entre os gregos que valorizavam o elemento P do modelo IEMP havia uma ideia, talvez inconsciente, de que sua vida cívica parecia carente em algum aspecto em consequência dos séculos dedicados aos seus reis e seus mediadores sacros. Os macedônios, que defendiam seus reis, provavelmente jamais perderam por completo essa dimensão da monarquia.

Filipe II talvez tenha dado início a esse tipo de *mentalité* quando desfilou ao lado de imagens dos deuses olímpicos pouco antes de ser assassinado. Alexandre estimulava – ou, ao menos, não desencorajava de modo ativo – o ato de o reverenciarem como a um deus. Ptolomeu I, “o Salvador”, foi o primeiro a proclamar um culto do governador a Alexandre; Ptolomeu II, então, proclamou seu pai, Ptolomeu I, um deus após sua morte, dando início, assim, a uma longa tradição. Um culto a um regente surgiu entre os Ptolomeus que deviam muito às imagens faraônicas divinas e também à veneração heroica dos macedônios (fig. 7.3).

Apesar de ter demorado mais tempo para instituir o culto público aos governadores, os selêucidas também passariam a praticá-lo com base, em parte, em princípios aquemênidas mais antigos. Antíoco III, “o Grande” (r. 223-187), foi o primeiro selêucida conhecido a instituir um culto estadual a ele próprio e seus ancestrais. Em pouco tempo, uma suma sacerdotisa da regência divina já era reverenciada em todas as satrapias selêucidas. Mais tarde, os romanos aprenderam muito a respeito da deificação dos governadores com seus predecessores helenistas e, assim, antigos modelos ideológicos foram retomados.

Às vezes, esse culto aos governadores era imposto pelos altos escalões, mas também surgia de maneira espontânea nas classes mais baixas. Demétrio, “o Sitiador”, foi recebido pelos cidadãos de Atenas quando chegou lá (em 291):

Recebemos o maior e mais querido dos deuses em nossa cidade! (...). Sua aparência é majestosa, seus amigos todos ao seu redor e ele em meio a eles, como se eles fossem as estrelas e ele, o Sol. Seja bem-vindo, filho do mais poderoso deus Poseidon e Afrodite! Pois os demais deuses estão distantes ou não têm ouvidos, ou não existem, ou não se importam conosco, mas você,



7.3. Detalhe de Ptolomeu III Euergetes I e a deusa. De A Picture Library/Recurso de Arte, NY.

nós vemos presente aqui; você não é feito de madeira ou de pedra, você é real. E por isso rezamos em seu nome.¹⁰¹

Esse hino era cantado não apenas em público, mas também nas casas particulares, conta-nos Ateneu. O costume de aceitar os governadores helenistas como divinos não era uma simples questão de pura hegemonia imperial, mesmo entre os atenienses tão partidários da liberdade. A abordagem cínica desse momento é resumida de forma pertinente pelo famoso historiador do século XX, E. R. Dodds: “Quando os antigos deuses se retiram, os tronos vazios clamam por um sucessor, e com uma boa administração, ou até mesmo sem qualquer gerência, quase qualquer saco de ossos perecível pode ser elevado ao assento disponível”.¹⁰²

Os modelos econômicos helenísticos ecoaram tanto na Macedônia quanto nas práticas do Oriente Próximo. Na região macedônica, a economia seguia tendências que tivessem sido classificadas como

101. Ateneu, *Deipnosophistae* 6.253; citação de Austin, *Hellenistic World*, 64-65.

102. *The Greeks and the Irrational* (Berkeley: University of California Press, 1951), 242.

“heroicas” ou “distributivas sociais”. Todas as terras pertenciam ao rei que a conquistasse ou a herdasse; o rei ou, na verdade, seus escolhidos, entre os quais ele dividia concessões de terras na forma de presentes, coletavam os tributos de todos os processos agrícolas da terra. Os coletores de impostos comandavam a coleta de tributos/impostos, cuja maior parte era enviada de volta para o tesouro imperial na forma de metais preciosos. Seguindo costumes econômicos imperiais tradicionais do Oriente Próximo, o objetivo final era simplesmente o de expandir o tesouro real. Era por isso que Alexandre, de maneira consistente, encontrava estoques imensos de ouro e prata em cada cidade real aquemênida. O imperador ou rei helenista, assim como seu correlativo aquemênida, geralmente empregava apenas uma pequena parte das provisões do tesouro em monumentos públicos com o intuito de reforçar sua imagem, ou gastava grandes quantias para defender e manter intacta sua *basileia*.

Tarifas e taxas alfandegárias aumentavam ainda mais o tesouro nacional. Os monarcas helenistas seguiam aqui padrões mais antigos do Oriente Próximo do que qualquer outro modelo da Grécia clássica. Na Grécia clássica, as tarifas eram baixas e muito limitadas – não mais do que 5%; os cidadãos gregos nunca foram favoráveis a elas. Ao contrário, os Ptolomeus eram especialmente famosos por suas altas taxas e suas complexas tarifas e estruturas alfandegárias – há notícias de que as tarifas do azeite de oliva ou do vinho importado chegavam a 50%. Apesar de tudo isso, um comércio internacional ativo continuava acelerado, sendo que alguns cidadãos particulares começaram a acumular quantias de riqueza pessoal sem precedentes como resultado dessas negociações. Mais capital estava disponível e de forma muito mais ampla do que antes; por fim, um grupo seletivo foi capaz de tirar vantagem do comércio e, mesmo em meio a toda aquela riqueza, o abismo entre os muito ricos e os pobres aumentou, o que fez com que modelos gerais de estilo de vida provavelmente declinassem para as massas durante esse período.

O campo da política monetária não tinha longas tradições por trás dele. Alexandre e seus sucessores literalmente monetizaram a economia do Oriente Próximo, em especial dentro das cidades. A cunhagem em si foi inventada por volta de 600 a.C., pouco antes do advento dos aquemênidas, que cunhavam moedas, mas de maneira limitada, geralmente apenas o suficiente para pagar mercenários ou subornar políticos gregos. Alexandre cunhou quantidades massivas de dinheiro, distribuindo o equivalente a 300 bilhões de dólares em ouro e prata dos tesouros imperiais aquemênidas nos mercados do Mediterrâneo e do Oriente Próximo. Seus sucessores deram continuidade a esses modelos e, depois de muitos anos, a economia foi monetizada pela primeira vez

na história, já que o uso da moeda agora ia muito além do simples ato do pagamento das tropas e passava a acontecer nas interações comerciais diárias. A maior parte das ligas e dos reinos helenísticos adotou um peso padrão único de cunhagem para uma moeda básica, a tetradracma (17 gramas), o que simplificava e racionalizava as interações comerciais entre eles. Sempre na posição de separatistas, os Ptolomeus adotaram uma medida diferente para a tetradracma (13-15 gramas).

Os resultados dos saques e dos espólios de guerra eram considerados moralmente superiores a qualquer outro método de expansão econômica, por exemplo, a produção racionalizada ou as especulações de mercado. As guerras, então, continuavam representando um estilo normal de vida no mundo helenístico. Houve, na realidade, apenas quatro curtos períodos de paz entre 323 e 150 a.C. – 299-297, 249-248, 205-204 e 159-149.¹⁰³ As conquistas também garantiam um fluxo permanente de escravos – Aristóteles os chamava de “instrumentos animados” – para os reinos e impérios helenísticos. Essa prática foi responsável por determinar um modelo e um precedente do Império Romano, conforme veremos, capaz de captar números estarrecedores de escravos em seus primeiros anos.

Os militares helenistas continuaram seguindo alguns padrões clássicos da Grécia e do Oriente Próximo, ao mesmo tempo em que inovavam em algumas áreas básicas. Seguindo exemplos do Oriente Próximo, os exércitos helenistas contavam com uma diversidade muito maior e dependiam muito mais dos mercenários do que os exércitos clássicos gregos ou macedônicos. Os cidadãos-soldados não eram mais o centro da força de luta, embora a falange grega de hoplitas (com modificações macedônicas) permanecesse em uso. Apesar de Alexandre fazer um bom uso da cavalaria, seus sucessores geralmente não tinham esse mesmo cuidado. Os números nos exércitos helenistas eram muito menores em comparação aos do mundo grego clássico, sendo que o período registrou algumas das maiores batalhas por terra da Antiguidade.

A guerra era para os *basileus* o alicerce de seu poder real e também de sua autoridade divina. Sua lei era a da espada e da lança, e suas vitórias nos campos de batalha solidificavam sua legitimidade política e sua posição no culto real: as conquistas contribuíam para um “misticismo real, aliado a uma teologia da vitória”.¹⁰⁴ Assim como aconteceu com os assírios, as guerras faziam parte da fé helenística religiosa. As vitórias

103. P. Lévêque, “La guerre à l’époque hellénistique”, em *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, ed. J.-P. Vernant (Paris : La Haye, 1968), 261-287, em 279.

104. Patrick Baker, “Warfare”, em *Companion to the Hellenistic World*, ed. Erskine, 373-388, em 376.

militares impulsionavam o prestígio político e ideológico, enchiam o tesouro real e aumentavam as coletas de impostos; essa síntese IEMP se espalhou por todos os impérios e reinos helenistas.

O IMPÉRIO E A CIDADE

Após sua primeira vitória militar, aos 16 anos de idade, Alexandre fundou e batizou uma cidade em sua própria homenagem. Alexandrópolis seria a primeira de muitas cidades com seu nome. Seu pai, porém, não aprovou seu ato – não porque fosse contra esse egotismo aparente (ou ainda um gesto que demonstrasse excesso de confiança), sendo que Filippi e Filipópolis confirmam isso de modo eloquente, mas porque foi a prerrogativa distinta do monarca macedônico que fundou as cidades e, assim, imortalizou seu próprio nome. No final, Filipe permitiu que a cidade – e seu nome – continuasse viva. Ela se tornou uma cidade mista, colonizada tanto por macedônios quanto por locais ilírios, pressagiando a cidade helenística característica que estava por vir, que olhava tanto para o futuro quanto para o passado. Seu tipo específico de síntese e mistura cultural passou a caracterizar todas as cidades seguintes na Era dos Antigos Impérios; contudo, o processo de fundação de cidades seguia os modelos já consagrados ao longo dos séculos pela Grécia e o Oriente Próximo, incluindo os métodos de colonização e o uso específico de sua arquitetura monumental.

Diversas centenas de cidades foram fundadas durante o período, levando a cultura grega até os confins do mundo helenístico em um processo dinâmico conhecido como “helenização”. A helenização podia ser vista na disposição cívica e na arquitetura dessas novas fundações, assim também como podia ser ouvida no dialeto *koiné* do grego sendo falado nas ruas e nos mercados. Cidades como Alexandria, Antioquia e Pérgamo, as capitais, respectivamente, do império ptolemaico, o império selêucida e o reino atálida (mais tarde, criado a partir do reino selêucida ocidental), eram muitas vezes maiores em população do que sua maior correlativa grega clássica. Diversas grandes cidades se orgulhavam por possuir várias centenas de milhares de habitantes. A maioria das cidades surgiu no reino selêucida; o império ptolemaico, em comparação, favoreceu o surgimento de um número muito menor, apesar de essas poucas fundações terem sido importantes veículos da helenização.

Essas cidades, entretanto, não eram simples cópias dos originais gregos clássicos; assim como a maioria das coisas no mundo helenista, elas representavam uma síntese palpável da cultura grega e do Oriente Próximo. Na parte oriental da Bactria (no atual Afeganistão), as esca-

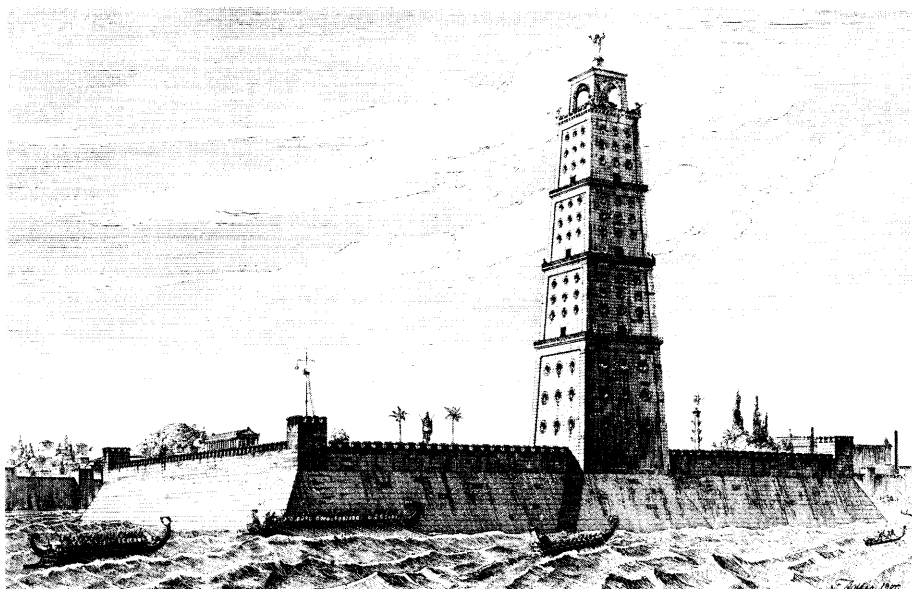


7.4. Moeda bactriana. Desenho de Andrew Welton.

vações de ruínas de uma cidade nos proporcionaram um emaranhado multifacetado de sínteses. Ai Khanum, como o local é hoje chamado, foi uma cidade selêucida fortificada construída sobre uma antiga localização aquemênida. Na extremidade leste do reino, o local possuía toda a principal infraestrutura de uma cidade grega – templos, ginásios, teatro e assim por diante, todos no estilo grego –, mas o lugar também tinha um palácio no estilo persa e templos no estilo mesopotâmico, sinais da aculturação que acontecia em paralelo à helenização (fig. 7.4).

De algumas formas, as cidades helenísticas eram, na realidade, reversões de algo muito antigo. Como colônias, elas apresentavam modelos fenícios e dos primórdios da Grécia, sendo que sua forma real era bastante conhecida na Era dos Antigos Impérios. Cidades decoradas de modo extravagante simbolizaram e proclamaram por muito tempo a criação de grandes impérios e reinos. Na verdade, para competir nesse mundo, além do intuito de ser levada a sério por seus habitantes, era preciso se comprometer com a construção de obras arquitetônicas monumentais impressionantes. A velocidade com que os monarcas helenistas se dedicaram à tarefa de construir grandes monumentos mostra que eles compreendiam essa necessidade vital. Durante a década de paz relativa que se seguiu após a Batalha de Issus, todos os reis helenistas passaram a trabalhar de maneira fervorosa na construção de importantes monumentos, cujos tamanhos e escalas representavam um retrocesso a uma era mais antiga no Oriente Próximo.

O tema da recuperação de um mundo perdido foi, na realidade, um dos principais da época. Os monarcas helenistas construíram grandes bibliotecas e museus, depósitos de textos e objetos a ser preservados – ou restaurados – de uma era anterior. A maior e mais famosa biblioteca ficava



7.5. Faros de Alexandria (reconstrução após o tempo de Adler). Foto Marburg/Recurso de Arte, NY.

em Alexandria, mas Pérgamo também tinha uma igualmente incrível e outras estavam localizadas em Pella e Antioquia. Impérios antigos anteriores também ansiavam por eras passadas e se esforçavam para recuperá-los – veja detalhes a respeito da biblioteca neobabilônica de Assurbanipal e os museus dos neobabilônios (Capítulos 2 e 4). A prática de recuperar as relíquias de um grande império anterior podia ajudar a reforçar as mais importantes reivindicações de um novo povo. As bibliotecas helenísticas apresentavam novas oportunidades, além de confirmar a cultura grega como sendo superior às culturas nativas, como a de Alexandria. Muito tempo depois, quando impérios do século XIX, como o napoleônico e, em especial, o britânico, de modo deliberado, passaram a utilizar imagens imperiais romanas antigas, eles estavam preservando técnicas antigas.

Uma nostalgia como essa, aliada a um desejo de se destacar (eles, afinal, eram herdeiros de Alexandre) contra um passado imperial fantástico nas regiões do Oriente Próximo e do Egito, que eles agora governavam, alimentava o famoso fascínio do mundo helenista pelo gigantismo. Teatros e templos, por exemplo, eram construídos em escalas muito superiores às de seus correlativos clássicos. Parte disso era bastante prática – as cidades agora tinham de acomodar populações muito maiores, no entanto, muitos monumentos simplesmente indicam

uma tendência helenista central em relação à grandeza. O próprio Alexandre, ao que tudo indica, tinha planos de construir uma tumba para seu pai em uma escala equivalente à maior das Grandes Pirâmides do Egito. A primeira lista das “Sete Maravilhas” – todas memoráveis por sua grandiosidade – foi compilada nesse período como um dicionário geográfico de “locais que devem ser visitados”, demonstrando de maneira clara um fascínio helenista. A lista sofreu algumas pequenas alterações ao longo do tempo, mas três dos lugares da lista são datados desse período.

Esses três monumentos exibem um tema consistente espalhados por diversos impérios e reinos helenistas. O Colosso de Rodes foi construído para celebrar o momento em que Ptolomeu I encerrou o cerco da ilha por ninguém menos do que Demétrio, “o Sitiador”, um dos muitos conflitos nas primeiras décadas após a morte de Alexandre. A estátua de 30 metros de altura, a mais alta do mundo antigo, inspirou mais tarde o desenho da Estátua da Liberdade americana. O Templo de Ártemis em Éfeso foi construído sobre a base de um templo mais antigo, apesar de ser agora muito maior e muito mais alto do que o anterior, o que lhe garantiu um lugar na lista. O Farol da Ilha de Faros em Alexandria tinha algo em torno de 120 metros de altura; em seus dias de glória, havia somente duas estruturas levemente mais altas do que o farol – duas das Grandes Pirâmides do Egito (fig. 7.5). Para um período de impérios tão medíocres – segundo os padrões de toda a Era dos Antigos Impérios –, esse gigantismo é, em parte, um testemunho da enorme riqueza do período, mas isso, por si só, não basta para explicar o tamanho incomum desses monumentos. O peso da história imperial recaía sobre os ombros dos governadores helenistas; essa arquitetura monumental foi uma forma bastante clara de estabelecer seu lugar na Era.

Como todas essas mudanças influenciavam os verdadeiros mecanismos de uma cidade grega? Uma das discussões mais ricas – e mais aquecidas – entre os historiadores helenísticos se refere ao destino da pólis, o estado dos cidadãos. A pólis estava sendo praticada na Grécia? Ela foi reutilizada em qualquer uma das fundações das novas cidades? O ponto de vista tradicional é que a pólis foi extinta sob a regência de imperadores, reis e ligas e, provavelmente, deixara de ser seguida desde muito tempo antes de Alexandre. Pareceres de revisionistas afirmaram que o sistema da pólis estava sendo utilizado nesse período tanto quanto antes dele.¹⁰⁵ Os eruditos mais importantes continuam a defender os dois lados, sendo que alguns estudiosos afirmam com veemência que, independentemente do que talvez ainda estivesse em

105. Ver Erskine, *Companion to the Hellenistic World*, por toda a obra.

vigor, a “mentalidade da pólis” em si já estava totalmente extinta.¹⁰⁶ Seja qual for a resposta correta, nenhum deles nega o fato de que a grande maioria dos habitantes do mundo helenístico não passava de súditos, e não cidadãos. Ou, para usarmos outras palavras, a arquitetura grega em Ai Khanum não passava a ideia de uma pólis.

O INDIVÍDUO E O MUNDO HELENÍSTICO

O mundo helenístico nos oferece algumas das noções mais antigas da história a respeito do impacto causado pelos impérios em relação aos indivíduos. Muitas evidências ainda podem ser encontradas acerca de algumas, mas não todas as áreas do mundo helenístico. Para os gregos, o império geralmente indicava uma ausência relativa de envolvimento político externo pessoal; eles agora eram súditos e não mais cidadãos. Ou, como algumas pessoas diriam, o habitante desse mundo era agora um *cosmopolita*, “um cidadão do Cosmos”. O resultado, quase sempre, era o individualismo radical, expresso de formas que iam desde uma ostentação extravagante até um interioridade introspectiva, sustentada por especulações filosóficas e/ou fervor religioso. O sistema imperial, fosse ele ptolemaico ou selêucida, quase nunca era contestado por meio de discussões ou discursos políticos e, assim, a reação mais comum era a de simplesmente encontrar seu próprio espaço sob as circunstâncias e no Cosmos (“tudo depende de você”).

A literatura do período apresenta diversos aspectos dessas mudanças. Na Atenas do século V, como podemos nos lembrar do Capítulo 6, as tensões entre os desejos de se destacar e do perigo iminente de parecer arrogante demais, entre a tentativa de valorizar sua individualidade e representar o bem coletivo da comunidade da pólis, fez aumentar as chamadas fogueiras das mais famosas tragédias. Agora, com os impérios, os grandes reinos e as ligas pan-helênicas, como as unidades políticas dominantes, as tensões sociais e religiosas, responsáveis por eletrificar a atmosfera da pólis, já não existiam mais. O apoio cultural agora focava com ênfase total – se não exclusiva – a lei do monarca. Quase todas as tragédias helenísticas, por exemplo, eram panegiristas – cheias de louvor e elogios escritos por um redator de discursos – em favor dos monarcas sagrados helenistas.

106. Ver Peter Green, *Alexander to Actium: The Historical Evolution of the Hellenistic Age* (Berkeley: University of California Press, 1990), e Peter Green, *The Hellenistic Age: A Short History* (New York: Modern Library, 2007).

Por outro lado, a Nova Comédia, um gênero helenístico típico mais bem representado pelas peças de Menandro (redescoberto no século XX, parcialmente em um sarcófago), explora personagens teatrais consumidos pelos problemas do cotidiano. O gênero é dominado por personagens preocupados e obcecados por seus próprios problemas – dinheiro, sexo, casamento – e raramente, se é que em algum momento, se preocupam com o mundo político mais amplo ao seu redor, o ponto central da comédia ateniense clássica. Segundo os padrões atenienses do século V, esses personagens seriam dispensados depois de classificados com o termo *idiotes*, isto é, um ser humano privado, em um sentido de oposição ao homem público, egoísta e, quase sempre, recluso, ao contrário de um cidadão engajado. A literatura estava, então, consumida por glorificações de monarcas divinos distantes ou explorações de vidas mundanas de indivíduos.

Novas escolas filosóficas surgiram para ajudar o indivíduo a encontrar seu lugar em um mundo imperial amplo e geralmente confuso. O epicurismo e o estoicismo ensinavam seus adeptos a lidar com um mundo em que o controle político e social estava além de sua compreensão. O epicurismo, chamado com certas justificativas de “a única filosofia missionária criada pelos gregos”, foi lançado em Atenas por Epicuro de Samos (341-270). Segundo ele, o prazer (*ataraxia*) ou a imperturbabilidade era o bem supremo. Ao contrário das conjecturas comuns, em princípio, isso não levava ao hedonismo (“comer, beber e ser feliz, pois amanhã morreremos”); a melhor forma de vida, na realidade, era aquela que se abstinha do mundo casual e aquela que evitava tudo que resultava das fortes emoções. O verdadeiro prazer estava em ser levado pela busca intelectual da sabedoria, fosse por meio do isolamento ou em uma comunidade de afeições de baixa intensidade.

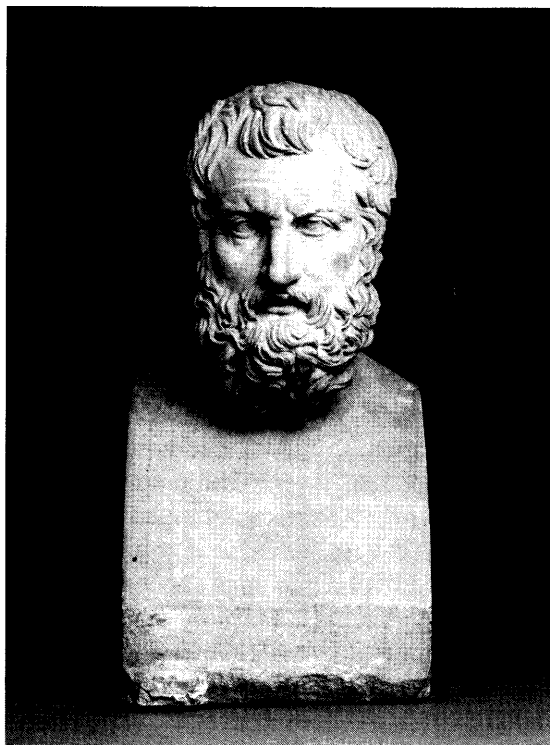
Os verdadeiros números (comparativamente, é claro – quando foi que as filosofias conseguiram chegar às massas?) estavam com o estoicismo, considerado uma das mais “populares filosofias” de todos os tempos. Fundada por Zenão de Cítio (335-263), ela recebeu esse nome a partir de seu local de encontro original, a *Stoa Poecile* (Pórtico das Pinturas) na Ágora de Atenas. Seu principal objetivo era a *apatheia*, a indiferença às vicissitudes da vida; a verdadeira virtude estava em viver de acordo com a vontade da Natureza divina expressada como *Logos*, a ordem racional do Universo. Um mestre estoico, Crisipo, usou um exemplo de um cachorro amarrado a uma carroça atrás de um cavalo para ilustrar a vida estoica. O cachorro podia escolher entre resistir ao movimento inevitável do cavalo, ou poderia economizar sua ansiedade e tormento se deixando levar pelo galope e ser levado para onde quer

que a carroça fosse. Assim, o *Logos* orienta os humanos, sendo que eles devem apenas encontrar e se entregar à vontade divina para evitar uma vida de dor e agonia. O mestre estoico Cleantes resumiu com clareza a filosofia estoica em seu “Hino a Zeus”:

*Nada se produz na terra sem Ti, Oh Deus,
Nem na divina esfera celeste nem sobre o mar,
Salvo os atos que os maus cometem em sua loucura;
Mas Tu sabes fazer com que regresse à ordem aquilo que ultrapassa a medida,
E harmonizaste tão bem tudo o que é nobre e vil, construindo uma unidade,
Fazendo surgir o eterno Logos de todas as coisas,
Do qual os mortais que são maus fogem em sua negligência,
Os infelizes desejam incessantemente possuir bens,
Não veem nem ouvem a lei universal de Deus,
E não se dão conta de que, se tivessem a inteligência de lhe seguir,
Teriam uma vida feliz.¹⁰⁷*

Religiões populares, geralmente conhecidas como Cultos Misteriosos, também começaram a se espalhar para todos os lados do mundo helenístico e, mais tarde, confirmaram sua presença na República e no Império Romano. Apesar de haver uma grande variedade deles, alguns elementos comuns incluíam uma ênfase no envolvimento emocional individual e nas crenças a respeito da imortalidade, salvação pessoal e uma vida abençoada após a morte. A maioria tinha rituais de iniciação pessoais, bem como cosmologias detalhadas que ajudavam as pessoas a entender seu lugar como indivíduos, no Cosmos. Embora as filosofias helenísticas tenham surgido quase exclusivamente na Grécia, as religiões populares surgiram em todas as partes do Oriente Próximo e do Mediterrâneo. Um culto a Cibele ou a Grande Mãe, que pregava a morte e a ressurreição, veio da Frígia. A veneração a Ísis, voltada à deusa egípcia como uma mãe amorosa e salvadora pessoal, desfrutou de imensa popularidade na Grécia e em outros lugares. O mitraísmo, um culto militar cujos adeptos incluíam o rei Antíoco I de Comagene, um pequeno reino helenístico onde hoje está localizada a atual Turquia, desenvolveu-se no fim do período helenístico a partir de uma forma de zoroastrismo persa. O culto dionisíaco, dedicado ao deus do vinho, foi construído com base em antigas práticas gregas, mas adicionou rituais de iniciação pessoal durante o século III enquanto se espalhava por todo

107. *Stoicorum veterum fragmenta I*, ed. H. Von Arnim (Leipzig: B. G. Teubner, 1905), linhas 15-25.



7.6. Busto do filósofo Zenão de Cítio. Réunion des Musées Nationaux/Recurso de Arte, NY.

o mundo helenístico. Todos eles confirmam a síntese cultural e a absorção que foram os pilares da era helenística.

Para muitos habitantes do mundo helenístico, porém, o verdadeiro sentido da vida era provavelmente alcançado na realização dos prazeres simples da vida, conforme declarado na singela dedicatória de uma tumba:

*Viajante, não sinta remorso algum ao passar por meu monumento:
Não tenho razões para me lamentar, mesmo na morte.
Deixei filhos e netos, que cresceram cheios de alegrias
Com a mesma querida esposa; casei três filhos,
Fiz seus filhos dormirem em meu colo, com muita frequência,
E nenhum deles adoeceu, nenhum faleceu: nenhuma dor sofreram.
Assim, agora, eles, por sua vez,
Bebem vinho em honra à minha jornada sem dor
Entregam-me ao doce sono entre os mortos sagrados.¹⁰⁸*

108. Carphyllides, *Anthologia Palatina* 7.260; citação de Green, *Alexander to Actium*, 388.

Nem tanto assim de fato distinguia os *cosmopolitas* dos *idiotes* (a pessoa particular e egoísta). Ambos estavam, de maneiras básicas, extremamente distantes dos *politikes*, o cidadão ideal politicamente engajado de uma era grega anterior.

RESISTÊNCIA E REVOLTA:

OS MAURIANOS E OS MACABEUS

A resistência aos impérios helenísticos seguia alguns padrões já conhecidos – a presença do império aguçava a reação de algumas fortes identidades, apesar de também causar a homogeneidade de outras. Como sempre, no interior e além das fronteiras distantes do império havia pessoas com histórias, tradições e identidades que não se encaixavam bem com as exigências do império e que não estavam dispostas a se submeter à sua regência e desejos abrangentes demais – ou que podiam ser incitadas, após longos períodos de uma coexistência pacífica, por meio das mudanças envolvendo suas expectativas e necessidades.

Assim como os aquemênidas antes deles, os impérios selêucida e ptolemaico enfrentaram movimentos de resistência e separação. Regiões bastante regulares surgiram a partir do império selêucida, em especial ao longo de seu lado oriental, nascidas logo após o início desse império. Na Pártia e na Bactria, reinos separatistas dominaram partes importantes do império pouco tempo depois de 250; partes dessas regiões foram recuperadas somente temporariamente e com grande dificuldade. Os pártios, sob o governo da Dinastia Arsácida, por fim, criaram um grande reino localizado em Ctesifonte que existiu pelos próximos 450 anos, muito tempo além do império selêucida. Por vários séculos, os gregos governaram os reinos separatistas orientais conhecidos como reinos indo-gregos e greco-bactrios. Os atálidas de Pérgamo, regentes de uma das mais importantes dinastias helenísticas, começaram seu governo depois de se separarem do império selêucida ocidental. Os ptolomeus sempre consideraram um desafio (além de muito dispendioso) convencer o sacerdócio egípcio nativo a se submeter de modo consistente ao seu governo; os sacerdotes, no papel de administradores locais, representavam uma função de liderança em qualquer revolta de nativos. Por quase duas décadas no fim do século III e início do século II, o Egito superior conseguiu inclusive se separar sob a liderança dos faraós núbios, com a ajuda dos sacerdotes nativos.

Dois casos específicos de resistência exemplificam temas centrais deste estudo. Além da fronteira selêucida oriental, o império mauriano surgiu quase exatamente ao mesmo tempo em que o selêucida e, em parte, em resistência à formação imperial selêucida, tornando-se o primeiro regime

a governar praticamente todo o subcontinente indiano. No lado ocidental do império selêucida, a famosa Revolta Judaica dos macabeus resultou na criação de um reino judaico independente, mostrando, mais uma vez, a vitalidade da identidade e a ideologia judaica na Era dos Antigos Impérios.

Algumas áreas do noroeste da Índia (atual Paquistão) fizeram parte do império aquemênida por vários séculos, até que Alexandre chegou ali em 327. Antes disso, estados regionais surgiram na região por volta de 600. Os dois anos de campanhas de Alexandre nessa região, abrangendo áreas no interior e além daquela que fora a satrapia aquemênida de Gandhara, foram as mais difíceis de sua carreira. Ele conquistou diversos daqueles lugares que os gregos chamavam de “cidades autônomas”, estados independentes que não eram governados por aquemênidas ou qualquer grupo de pequenos reinos do norte da Índia. Quando Alexandre partiu da Índia, sob a ameaça de formação de motim por parte de seus homens, deixou governadores para cuidar da área. Imediatamente após sua morte, esses governadores abandonaram seus postos, deixando para trás uma situação política ambígua e até confusa no noroeste do subcontinente.

Apenas alguns anos mais tarde, em 321, Chandragupta, um jovem membro da família Máuria da parte central do norte da Índia, usurpou o trono do rei Nanda (localizado no atual estado de Bihar), um pequeno, apesar de emergente, reino que ficava muito além do alcance mais longínquo das campanhas de Alexandre. Alguns afirmam, na verdade, que boatos da força cada vez maior de Nanda foram um fator determinante para a recusa de Alexandre em avançar ainda mais. Depois de proteger sua base militar na área central de Nanda e na Planície do Ganges, Chandragupta deu início a uma campanha de expansão ao seu noroeste, aproveitando-se do vácuo de poder criado pelas conquistas de Alexandre e a subsequente partida de seus governadores. Seleuco, “o Conquistador”, enquanto isso, solidificou seu domínio na região e Chandragupta foi forçado a recuar, mas voltou com força total em 305.

O resultado da batalha seguinte entre Chandragupta e Seleuco permanece confuso, mas é provável que Chandragupta tenha vencido. Seleuco entregou partes importantes de onde hoje está localizado o Afeganistão oriental, o Baluquistão e o Mecrão a Chandragupta, que, por sua vez, deu a Seleuco 500 elefantes (um dos quais pisoteou Antíoco “de Um Olho Só” até a morte na Batalha de Issus em 301). As fundações do primeiro império da Índia estavam agora espalhadas por toda a região norte do subcontinente. O neto de Chandragupta, Ashoka, fez com que a maioria das regiões do subcontinente indiano se tornasse parte do império mauriano, que em seu apogeu era muito maior do que o império selêucida (fig. 7.7), As relações diplomáticas, o comércio e as corres-

pondências com os selêucidas e outros reinos helenísticos continuaram depois disso até a separação dos maurianos em 185 a.C.; somente depois de meio milênio o subcontinente veria outro império se formar.

Apesar de parte do projeto imperial de Chandragupta poder ser relacionada a tendências de expansão dentro do reino de Nanda que ele conquistou, muitos estudiosos acreditam que a resistência ao ataque de Alexandre e, então, o império selêucida, foram catalisadores necessários do primeiro grande império da Índia. As cidades autônomas e os reinos menores do norte da Índia não necessariamente resistiram ao ataque de Chandragupta que tinha o objetivo de forçá-los a fazer parte de seu império, preferindo seu governo ao dos macedônios ocidentais tão distantes. Segundo as palavras de um historiador indiano, o povo do noroeste da Índia talvez tenha percebido que o “amor emocional da independência não era páreo para a força disciplinada de um conquistador determinado”¹⁰⁹ como o de um grego ou de um macedônio e, assim, eles rapidamente ofereceram seu auxílio e lealdade a Chandragupta, tornando-se parte do império mauriano. De acordo com as palavras de um historiador helenista, Chandragupta começou a organizar um “exército disciplinado” do “povo amante da liberdade de Punjab”, unificando-os de forma efetiva como contrários ao império.¹¹⁰ Embora muitos outros fatores tenham contribuído, a resistência a um império, mais uma vez, ajudara a criar outro império; sendo que esse estava entre os maiores do mundo pré-moderno.

Do lado oposto ao do império selêucida, outra reação importante foi preparada quase um século mais tarde. Os judeus, um dos segmentos mais consistentes da resistência ao longo da Era dos Antigos Impérios, foram envolvidos, assim como muitos outros subgrupos de dentro dos impérios selêucida e ptolemaico, pelas correntes da helenização. Apenas oito anos após a morte de Alexandre, os judeus apareceram pela primeira vez na literatura grega em uma referência que relata de maneira expressiva a identidade e os impérios judaicos:

Entretanto, mais tarde, quando eles [os judeus] se renderam ao domínio estrangeiro como resultado da mistura com os forasteiros, sob a regência dos persas e dos macedônios que os derrotaram, muitos dos costumes ancestrais dos judeus ficaram abalados.¹¹¹

109. Nilakanta Sastri, *Age of the Nandas and Mauryas*, 2ª ed. (Delhi: Motilal Banarsidass, 1967), 79.

110. *Alexander the Great: A Reader*, ed. Ian Worthington (New York: Routledge, 2003), 166.

111. Diodoro 40.3, de Hecateu, *Fragmente der griechischen Historiker* 264 F6; em *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation*, 2ª ed., ed. M. M. Austin (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 380.



7.7. Um mapa da dinastia mauriana.

Independentemente de ter aceitado isso ou não, a maioria dos judeus se adaptou ao mundo helenístico logo no início.

A narrativa política básica dos judeus sob o domínio dos governadores helenistas é bastante direta. Em 332, Alexandre cercou a região – onde os reinos de Israel e Judá antes haviam florescido – dos persas aquemênidas. De 320 a 312, os judeus foram governados pelos ptolomeus; de 312 a 301, pelos selêucidas; de 301 a 200, novamente pelos ptolomeus; e, de 200 a 167, de novo pelos selêucidas. Os simples fatos falam com clareza da posição da região de uma arena contestada pelos dois impérios. Entre os judeus, facções pró-selêucidas e pró-ptolemaicas lutaram por vantagens políticas dos impérios enquanto brigavam de modo constante por todo o Levante. De modo geral, tanto os ptolomeus quanto os selêucidas concederam aos judeus um determinado nível de autonomia política com uma representação política local por intermédio de seus sumos sacerdotes, um cargo hereditário vitalício e uma importante ligação política entre os distantes monarcas helenistas e os judeus comuns.

Enquanto isso, os judeus em diáspora conquistaram a posição de uma das muitas subculturas prósperas. Babilônia, Alexandria, Cirene, Antioquia e Éfeso, todas abrigavam comunidades enormes de judeus; Alexandria, na verdade, foi o maior centro do Judaísmo no mundo antigo dessa época até o fim do Império Romano. A vida judaica da diáspora era menos politizada e costumava estar mais intimamente associada aos cultos de adoração nas sinagogas e à leitura do Torá. Cercados por instituições gregas, sua linguagem e cultura, os judeus, de modo consciente e até inconsciente, adaptaram seus costumes tradicionais aos da cultura prevaiente. Obviamente, eles perderam sua língua nativa do hebraico. Uma fonte afirma que Ptolomeu II fez com que suas Escrituras fossem traduzidas a eles para o grego, mas é mais provável que a *Septuagint*, como essa tradução é chamada, tenha sido feita por meio da iniciativa judaica local.

Durante o reinado de Antíoco IV “Epifanes” (“Deus Manifesto”) (r. 175-164), os judeus iniciaram uma revolta poderosa que resultou em sua independência como um reino oficialmente separado do governo selêucida (fig. 7.8). Essa foi uma das revoltas mais significativas e bem-sucedidas no período helenístico. Por várias décadas depois de se tornarem súditos selêucidas em 200, a dinastia dos sumos sacerdotes passou a desfrutar de relações sólidas e mutuamente benéficas com os selêucidas. Entretanto, uma série de brigas começou a acontecer entre requerentes rivais ao cargo de sumo sacerdote. Incapazes de solucionar seus desacordos, os respectivos lados em questão pediram o apoio



7.8. Antíoco IV Epifanes. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

do governador selêucida. A resposta brutal de Antíoco surpreendeu os judeus e também muitos outros povos. Recentemente dominados pelos romanos no Ocidente, ele não parecia disposto a ter de lidar com discussões de judeus e, portanto, de repente, atacou-os com grande severidade, massacrando e escravizando-os após terem arquitetado uma rebelião civil. Explicações para suas duras represálias variam bastante. Algumas pessoas atribuíram a ele um cuidado quase missionário de helenizar a Judeia com seus esforços de retirá-la do isolamento e atraso cultural já notório. Outros afirmam que ele foi simplesmente pressionado por dinheiro e atraído pelos tesouros dos templos judaicos; outros, ainda, acreditam que ele estava castigando os judeus por não cumprirem com suas obrigações referentes aos pagamentos de tributos/impostos. Segundo algumas estimativas, ele não passava de um louco e, sendo assim, nenhuma outra explicação se faz necessária.

De qualquer modo, seus tesouros não possuíam precedentes no mundo antigo até seu tempo – parece que ele estava tentando aniquilar com toda uma religião e, talvez, toda uma *ethnos* [do grego, etnia]. Ele proibiu às instituições religiosas judaicas centrais: a circuncisão,

a observância do Sabbath e os sacrifícios nos templos. Supostamente, instituiu um “Culto do Zeus Olímpico” no Santo dos Santos judaico, ordenou que os judeus comessem carne de porco e, ao que tudo indica, sacrificou um porco no altar do templo em Jerusalém.

A reação dos judeus foi rápida e violenta; um movimento de guerrilha se formou para lutar contra Antíoco Epifanes, com sua sede no interior rural da Judeia. Um homem chamado Matatias, da família sacerdotal de Hasmoneu, e seus cinco filhos, sendo Judas Macabeu (“o Martelo”) o mais famoso deles, organizou o movimento e liderou uma revolta decisiva contra Antíoco e os selêucidas – a Revolta dos Macabeus. O forte clamor de resistência de Matatias irá parecer familiar, pois vem do “Povo do Livro” original da Antiguidade: “Que todos aqueles que zelam pela Lei e defendem a aliança venham até mim”; “Agora, meus filhos, demonstrem o zelo pela lei e entreguem suas vidas em favor da aliança de nossos ancestrais.”¹¹²

A ideologia judaica foi primordial na resistência, sendo que a força militar demonstrada pela resistência judaica era impressionante. A resposta de Antíoco à revolta foi brutal, mas, por fim, mostrou-se incapaz de reprimi-la. Histórias de mártires grotescos ainda eram comuns séculos mais tarde, dando origem ao nosso próprio vocábulo de “macabro”, do termo *macabeu*. No final, Antíoco Epifanes recuou e se entregou em 167 e a dinastia hasmoneia na linhagem de Matatias assumiu o sumo sacerdócio e governou o reino hasmoneu semiautônomo por mais de um século, até a chegada dos romanos.

A resistência judaica alcançou uma independência ambígua para a *ethnos* judaica de um império tão vasto. A Revolta dos Macabeus ajudou a definir a identidade e o caráter judaico para os séculos futuros. A comemoração do Hanukkah continua celebrando a reinauguração do Templo judaico durante a revolta. Ainda assim, os judeus continuaram a se helenizar durante todo o período – eles continuaram a usar nomes gregos para seus filhos, exercitar-se e ler nos ginásios gregos e assim por diante. No geral, as relações diplomáticas entre os hasmoneus e os selêucidas foram tranquilas durante esse período, sendo que os dois lados lucraram com isso.¹¹³

Diversas seitas do Judaísmo surgiram nessa época – os fariseus, os saduceus, os essênios, os terapeutas –, sendo que algumas delas se adaptaram com tranquilidade à helenização, embora outras tenham se tornado

112. I Macabeus 2:27, 49, NRSV.

113. Ver Erich Gruen, “Jews and Greeks”, em *Companion to the Hellenistic World*, ed. Erskine, 264-279.

extremamente anti-helenísticas. Entretanto, o que se sabe a respeito desses grupos mostra a influência das ideias filosóficas gregas até mesmo sobre os grupos anti-helenísticos mais ardentes. A identidade judaica era dinâmica e estava longe de ser monocrômica, mas sua ideologia, mais uma vez, provou ser uma poderosa força de resistência ao império.

A história seguinte dos impérios e reinos helenísticos é uma parte central da história do advento do Império Romano, que passaremos a abordar a seguir. Os conflitos helenísticos acabariam se tornando a principal ruína desse mundo. O império que começava a surgir no Ocidente estava bastante ansioso para interferir nas questões helenísticas. Os selêucidas, uma simples sombra de sua própria identidade anterior, estenderam-se até 63 e os ptolomeus, até 31 a.C. No entanto, o mundo helenístico, uma síntese da Grécia, da Macedônia, do Oriente Próximo e do Egito, deixou uma marca muito profunda em Roma e em todos os outros antigos impérios que ainda iriam surgir.

CAPÍTULO 8

O MEDITERRÂNEO OCIDENTAL E A ASCENSÃO DE ROMA

Lúcio Cornélio Cipião Barbato, o filho gerado por Gneu, um cavaleiro corajoso e sábio, cujas formas perfeitas se igualavam à sua bravura que superava a de outros homens, era edil, cônsul e censor entre vocês; ele conquistou a Taurásia e Cisauna de Sâmnio; invadiu todas as terras da Lucânia e de lá trouxe reféns.

– Tumba de Roma, início do século III a.C.¹¹⁴

- Como e por que Roma passou de um pequeno vilarejo na parte central da Itália a mestre de toda a península?
- Como o imperialismo romano se compara aos exemplos anteriores?
- Como o pensamento romano a respeito de Cosmos/ordem e justiça se compara aos dos exemplos anteriores?

Neste ponto de nosso estudo do “fato irreversível” do império, traçamos uma sucessão de causas nos mundos do Oriente Próximo e do Mediterrâneo oriental. A história básica conta mais ou menos o seguinte:

Conforme o fim da Idade das Trevas se aproximava, em parte por causa de uma mudança generalizada do clima no século IX, o império neoassírio foi forçado a se unir ao Oriente Próximo, dando início a uma série de reações ideológicas, econômicas, militares e políticas por parte dos povos vizinhos. Os babilônios e, em seguida, o império

¹¹⁴ “From the Tomb of the Scipios”, em *Roman Civilization: Selected Readings* vol. 1, 3ª ed., ed. Naphtali Lewis and Meyer Reinhold (New York: Columbia University Press, 1990), 523.



8.1. Mapa do Mediterrâneo Ocidental. Em *Cambridge Ancient History*, Volume VII, Parte II, p. 488-9.

persa aquemênida, seguiram os neoassírios, expandindo a arena da Era dos Antigos Impérios muito além de sua zona central na Mesopotâmia. O Mediterrâneo foi tomado logo de início, assim que os fenícios reagiram ao advento dos neoassírios quando fugiram pelo mar.



8.1. (continuação)

Os gregos logo acompanharam o exemplo dos fenícios e, mais tarde, foram acompanhados pelo Egeu, no sul da Itália, e o litoral jônico da Anatólia também se uniu a todos eles. A Guerra Greco-Pérsica fez com que os gregos fossem totalmente dominados pela política forte

do Oriente Próximo; a resistência grega ao império persa aquemênida, por sua vez, foi responsável por uma das Eras de Ouro culturais mais famosas da história, assim como a criação do império ateniense. Alexandre, o Grande, organizou sua própria resistência aos aquemênidas e, mais tarde, conseguiu integrar o Oriente e o Ocidente. Os impérios e reinos helenísticos que começaram a se formar, então, deram continuidade ao legado dos impérios, resistências e integrações.

O ponto mais alto da Era dos Antigos Impérios, entretanto, ainda estava por vir. Um império maior do que o de Alexandre e muito mais duradouro do que todos os impérios antigos anteriores juntos estava se formando no Ocidente, em especial na Itália. Embora seja possível que Alexandre tivesse planos para o Mediterrâneo Ocidental, nenhum império do Oriente Próximo conseguira antes incorporar qualquer parte dele. Por algum tempo, Roma tinha como rival no Ocidente a antiga colônia fenícia de Cartago, que estava se expandindo por toda a África do Norte e até além dela. Foram os romanos, porém, que finalmente conseguiram unir as partes oriental e ocidental do Mediterrâneo, construindo um império que se estendia da Bretanha até o Rio Tigre e ia do Saara até o Danúbio. Essa foi a primeira – e última – vez na história em que o Mediterrâneo esteve politicamente unificado.

Roma despontou de seus primórdios humildes e sombrios. Como todos sabemos, a cidade começou como um pequeno vilarejo no Tibre, fundado na mesma época em que os neoassírios alcançavam seu apogeu imperial no extremo Oriente, apesar de nenhum deles ter qualquer informação a respeito do outro. Enquanto Dario aniquilava “a Mentira” ao longo de todo o seu imenso reino, os romanos davam início a uma revolução urbana, cujos detalhes ainda estão sendo estudados por arqueólogos. Ao mesmo tempo em que os atenienses alcançavam o ápice de sua Era de Ouro, os romanos estavam elaborando seu primeiro código de leis escritas, as Doze Tábuas. A Liga da Acaia foi formada no momento em que os romanos se tornaram os mestres de toda a Península Itálica e embarcaram na primeira de uma série de guerras bem-sucedidas contra Cartago. Muitos padrões familiares aparecem nessa história, seja por meio do contato direto ou indireto com os mundos do Oriente Próximo ou o helenístico, ou simplesmente porque algumas dinâmicas dos impérios sejam uniformes ao longo do tempo e do espaço. A ascensão de Roma ao império também mostra como as diferenças e as diversidades avivam não somente o estudo de vários impérios, mas o da história em geral.

O CENÁRIO DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

Assim como aconteceu por todas as partes do Mediterrâneo oriental e o Oriente Próximo, os séculos VIII ao VI foram tempos de grandes adaptações no Mediterrâneo ocidental. As mudanças climáticas gerais que precederam o advento dos neoassírios promoveram alterações no Ocidente também, mas não exatamente do mesmo tipo. Para usarmos outras palavras, as mudanças no nível mais profundo do tempo histórico (ecológico) foram consideravelmente consistentes por todos os lados, mas aquelas nos dois níveis seguintes (estruturas e acontecimentos sociais) foram um tanto diferentes. Assim como no Oriente Próximo, houve notáveis mudanças com respeito às expansões populacionais e demográficas. No Ocidente, porém, não surgiu nesse momento nenhum grande centro urbano comparável aos da Assíria, Babilônia ou Pérsia.

Em vez disso, sociedades menores, politicamente autônomas, em sua maioria agrícolas e, com uma variedade de idiomas, organizações políticas e modos de vida, começaram a se proliferar. Essas sociedades não ficaram totalmente imunes a essas mudanças recentes na amplidão mundial maior ao seu redor; algumas delas migraram em um passado não tão distante, sendo que a maioria interagiu em diversos níveis com alguns grupos bem estabelecidos, vindos do Oriente, que passaram a penetrar seu mundo. Assim, apesar de não existir nenhum contato direto entre os assírios e, digamos, as pequenas comunidades ao longo de todas as partes centrais e ao norte da Itália, certamente houve muitas ligações indiretas. Interações mútuas entre três grupos em especial determinaram o cenário mediterrâneo ocidental: os fenícios, os gregos e os etruscos.

Como vimos no Capítulo 3, os fenícios, nosso primeiro grupo, restabeleceu o comércio entre o Oriente e o Ocidente após ter sido devastado pela Era do Bronze. No século VIII, eles dominaram o comércio de longa distância dos metais no Mediterrâneo, parte de sua reação ao advento do império neoassírio. A cidade-estado fenícia de Tiro foi a maior força colonizadora e chegou até mesmo a contar com um porto ou uma colônia em intervalos de um dia ao longo de toda a África do Norte e também alguns na Espanha, no sul da França e em diversas ilhas do Mediterrâneo. Uma de suas colônias, Cartago, provavelmente fundada nos últimos anos do século IX, deixou restos arqueológicos datados do fim do século VIII.

Basta nos sentarmos sobre o elevado promontório litorâneo do lugar que hoje é conhecido como Sidi Bou Saïd, Tunísia, com a vista



8.2. Vista ao sul para Cartago de Sidi Bou Saïd. Andrew Welton.

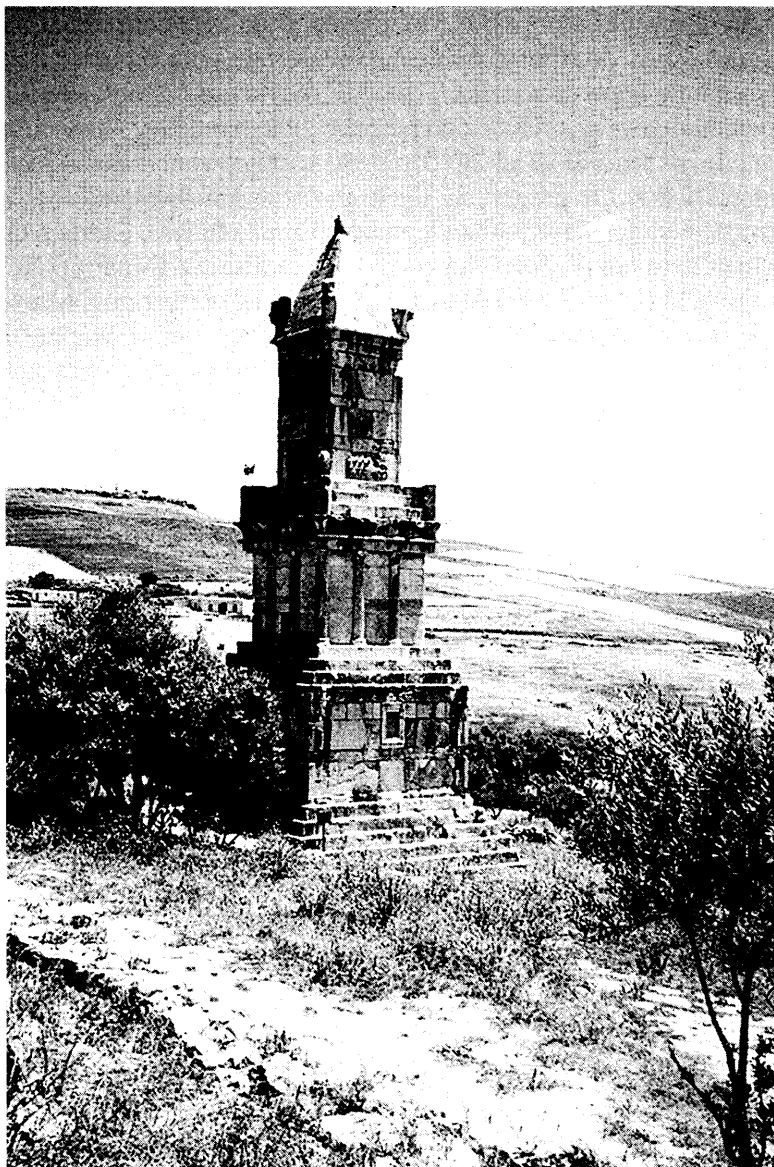
voltada para o sul ao longo da costa do Golfo de Túnis onde as colônias da Cartago púnica estavam localizadas, para entendermos a escolha dos fenícios desse lugar (fig. 8.2). Protegido do mar aberto e com um promontório próximo que servia como mirante, aquele era um lugar natural para se construir uma cidade. A região se tornou um lucrativo centro comercial e uma cidade-estado com seus próprios direitos, absorvendo porções da população local. Naturalmente, a influência do Oriente Próximo foi direta ali por um tempo, sendo que a cultura cartaginesa continuava se orientalizando mesmo depois de ter encerrado o contato direto com Tiro (fig. 8.3). No século VI, Cartago tinha colônias próprias. No século V, o lugar era uma das principais forças do Mediterrâneo; logo depois disso, a cidade deu início à sua rivalidade contra a cidade-estado cada vez maior de Roma.

O segundo grupo, os gregos, pressionados pela população e ansiando por uma parte do comércio de longa distância de metais, iniciou sua primeira onda de colonização ocidental no século VIII. Assim como os fenícios (imitando-os, na verdade), fundaram colônias sobre os

promontórios e ao longo das áreas litorâneas; mais uma vez, seguindo os fenícios, eles disseminaram a cultura orientalizada de origens no Oriente Próximo para o Ocidente. Os gregos euboicos estabeleceram a primeira colônia grega no Ocidente, Pithekoussai, na maior ilha da Baía de Nápoles por volta de 760 a.C. A mais rica das colônias gregas, Siracusa, foi fundada logo após na Sicília por coríntios em 734 a.C. Assim como seus correlativos, os fenícios, as colônias gregas geralmente se tornavam autônomas. No século VII, as colônias começaram a fundar outras colônias próprias. No século VI, os gregos lançaram sua última grande onda de colonização, fundando colônias no sul da França, na Córsega e na Espanha. As colônias, de diversas formas, interagiam com os habitantes locais, às vezes permanecendo estritamente separados e outras vezes misturando-se.

Apesar de sabermos exatamente por onde (e, quase sempre, precisamente quando) os fenícios e os gregos entraram no Mediterrâneo ocidental, a origem do terceiro maior grupo, os etruscos, é um pouco menos certa. Sua língua, nem um pouco indo-europeia e sem nenhuma relação com os idiomas itálicos ao seu redor, não nos oferece muitas pistas de sua origem básica.

É possível que eles simplesmente tenham surgido como um grupo dentro da Itália, inspirados pela sofisticada cultura orientalizada do Oriente Próximo. Além da cultura material e dos estilos decorativos, eles também emprestaram a ideia do alfabeto dos gregos ocidentais. Fontes antigas, bem como estudos recentes de DNA, porém, indicam uma origem na Ásia Menor no Egeu, sendo que a questão não está, de modo algum, solucionada. De qualquer maneira, os etruscos surgiram no século VIII como um grupo poderoso no norte e na região central da Itália. Sua região central, a Etrúria, é rica em cobre e estanho, o que favoreceu o comércio e a influência política dos etruscos. Nunca antes um estado unificado e, portanto, não um verdadeiro império, os etruscos eram, em essência, um grupo livre de cidades-estados que compartilhava de um mesmo idioma e cultura. Em cada uma de suas cidades-estados, a aristocracia local permanecia poderosa e controlava seu comércio com os gregos ocidentais. Mantendo relações comerciais com as colônias ao sul da França na metade do século VII, os etruscos introduziram os cultivos do vinho e do azeite no Mediterrâneo ocidental, renovando de modo definitivo a paisagem e os padrões de vida local. Sua influência nos pequenos vilarejos como, por exemplo, Roma, por todo o norte e a parte central da Itália, foi profunda. Elementos de planejamento urbano, arquitetura dos templos, práticas religiosas e de divinação, cargos



8.3 Monumento Dougga com decoração do Oriente Próximo.

políticos e muito mais foram emprestados dos etruscos ou espelhados neles. Séculos depois dos etruscos terem deixado o cenário, os romanos continuaram atribuindo a eles qualquer parte de sua própria cultura de cujas origens básicas eles não tinham certeza absoluta.

As interações entre esses três grupos, e também com os habitantes indígenas do Mediterrâneo ocidental, evoluíram com o passar do tempo. No início, entre os séculos VIII e VII, havia um estado de harmonia relativa enquanto as relações comerciais se expandiam. No século VI, entretanto, as tensões surgiram conforme a concorrência pelos recursos se intensificava. Os gregos do Egeu continuaram formando colônias, sendo que elas seguiam fundando outras. Enquanto isso, Cartago estava se expandindo em diversas direções e os conflitos se tornaram inevitáveis. Quando os gregos fundaram colônias na Massília (atual Marselha, França) e em Córsega, perto do início do século VI, o Mediterrâneo ocidental começou a ficar um pouco cheio demais para algumas pessoas. Os cartagineses e os etruscos se aliaram contra os gregos em expansão e lutaram em uma batalha naval contra eles perto da colônia grega de Alália [atual Aléria], na Córsega, em 535 a.C. Na verdade, os gregos venceram a batalha, mas perderam tantos navios que tiveram de abrir mão de sua colônia (uma “vitória pirríquia”). Assim, os etruscos dominaram a Alália e as hostilidades continuaram. As colônias gregas também começaram a disputar entre si e, às vezes, incluíam também as poleis do Egeu em suas disputas.

Algumas dedicatórias datadas do fim do século VI nos dão raras, apesar de significativas, ideias dos tratados e acordos dessa época. A primeira se refere a um tratado entre Roma e Cartago supostamente entalhado sobre tábuas de bronze e gravado pelo historiador grego Políbio. A dedicatória é datada dos primeiros anos da República Romana e registra as declarações dos romanos e dos cartagineses de aliança mútua e o repúdio às ações que pudessem interferir nos interesses de ambas as partes.

Esse tratado romano-cartaginês mostra de maneira clara a importância reconhecida de Roma aos olhos de um dos três mais importantes ícones logo após sua declaração da República, conforme analisaremos mais adiante. Os interesses comerciais estavam basicamente correndo riscos, enquanto os cartagineses preservavam seu comércio com a força que passava agora a dominar a parte ocidental central da Itália.

Um segundo tratado, recentemente descoberto, é um conjunto de dedicatórias bilíngues de Pyrgi, um importante porto comercial e centro de cultos religiosos etruscos. As dedicatórias duplas em escrita etrusca e púnica estão gravadas sobre uma folha dourada e registram homenagens à deusa fenícia Astarte e à deusa etrusca Uni como uma garantia de acordo entre os etruscos e os fenícios. Juntas, elas trazem à tona uma mistura de alianças regionais, tensões políticas e concorrência econômica que moldou o mundo no qual Roma surgiu.

OS PRIMÓRDIOS ROMANOS: DENTRO E FORA

Tendo seus primórdios em algum momento do século VIII a.C., Roma começou a se expandir a partir de um vilarejo próximo à foz do Rio Tibre na parte central da Itália, transformando-se em uma cidade de tamanho relativamente grande e, por fim, incorporando diversas colônias adjacentes. Roma foi fundada sobre o Monte Palatino, uma das sete colinas entre as quais se localiza um vale pantanoso usado basicamente como um terreno para enterrar cadáveres. A posição do vilarejo de Roma era estratégica – no ponto vadeável mais baixo sobre o Tibre e próximo a uma junção de comércio e comunicação entre o norte da Itália dominado pelos etruscos e o sul influenciado pelos gregos (*Magna Graecia*). Pelo fato de o vilarejo estar localizado próximo ao litoral, os romanos passaram a ter contato com os comerciantes fenícios e também os cartagineses.

Os habitantes do pequeno vilarejo de Roma eram inicialmente pobres e relativamente iguais em posição política e social, sendo que todos viviam em pequenas cabanas revestidas de barro e cobertas de palha. Diversas grandes mudanças ao longo desse período, no entanto, descobertas pelas escavações pacientes de arqueólogos, demonstram que algumas novidades cruciais já estavam sendo desenvolvidas nessa colônia. Tudo isso reflete mudanças no nível intermediário do tempo histórico – o nível das estruturas sociais. Em primeiro lugar, a paisagem foi profundamente alterada em resposta a alguns desenvolvimentos políticos e ideológicos essenciais. Por exemplo, o vale pantanoso próximo foi drenado e aterrado para uso público no século VII. Esse projeto civil de engenharia exigiu a mobilização de fortes líderes políticos; estima-se que o projeto de aterramento precisou de 10 mil metros cúbicos de terra. A Máxima Cloaca, a grande rede de esgotos de Roma, foi construída no vale, onde permanece até os dias de hoje (fig. 8.4). O alicerce do Fórum, que serviu como a ligação de intercâmbio social, econômico e político durante toda a história romana, também foi criado como parte desse projeto.

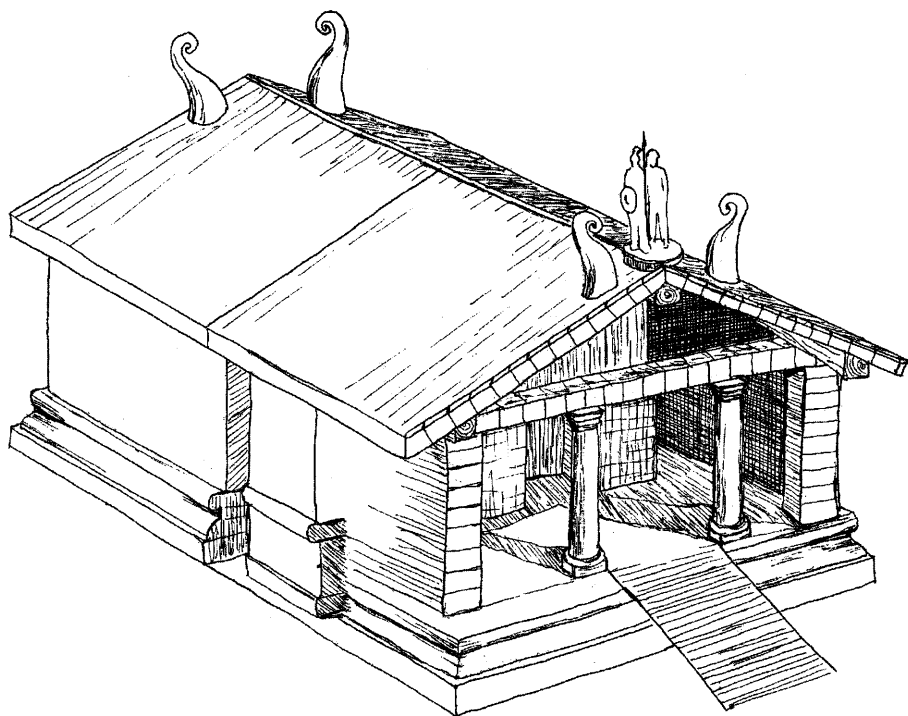
Em segundo lugar, novos tipos de arquitetura local começaram a aparecer. Correspondendo à complexidade cada vez maior da hierarquia política, algumas grandes casas de pedras com tetos de telhas de cerâmica foram construídas. Essas casas representam tanto um salto na complexidade estrutural quanto uma especialização vocacional. Sua construção exigia especialistas, e sua presença sugere uma hierarquia crescente e bastante visível na sociedade romana. A maior parte dos



8.4. Escadouro do Rio Tibre, o canal de água do Fórum Romano; Cloaca Máxima. SEF/Recurso de Arte, NY.

romanos continuava vivendo em cabanas de barro com telhados de palha, mas uma demarcação clara pode agora ser vista com a construção desses lares mais ricos.

Em terceiro lugar, uma religião estadual clara e centralizada surgiu. Embora os primeiros romanos tenham seguido um sistema religioso bastante consistente e duradouro, suas evidências são escassas e os detalhes são altamente controversos. Provas cabais de uma religião estadual surgiram no século VI – o enorme Templo ou Capitólio de Júpiter Ótimo Máximo (Júpiter o Melhor e Maior), construído sobre o Monte Capitolino, era o centro da vida política e religiosa. Esse capitólio/templo, seguindo o modelo etrusco, era o mais impressionante de seu tipo na região estendida e declarava mensagens ideológicas e políticas fortes (fig. 8.5). Exatamente como no Oriente Próximo, a religião e a política estavam inextricavelmente interligadas nessa nova demonstração de força. Roma, dentre todos os pequenos vilarejos indígenas da parte central e norte da Itália, demonstrava fortes sinais de mudança e complexidade, dando indicações talvez de coisas ainda maiores que estavam por vir.



8.5. Templo etrusco. Em *Cambridge Ancient History*, volume VIII, parte II, 2ª edição, 1989, p. 79, figura 27b.

Em último lugar, as fronteiras de Roma se expandiram para incluir uma grande área dominada pelo novo capitólio/templo. A cidade cresceu e passou a anexar colônias em diversas colinas, com o vale aterrado no meio delas. Um círculo de muralhas demarcando e protegendo a colônia cada vez maior também foi construído e recentemente descoberto por arqueólogos. Uma única e respeitável cidade-estado surgira de diversos vilarejos com um ponto central no Fórum e no Templo de Júpiter Ótimo Máximo. Nessa época, Roma já possuía contatos comerciais bem elaborados com as comunidades ao seu redor, por todo o mundo etrusco e com Cartago e os gregos.

Essas quatro mudanças revelam ações no nível intermediário do tempo histórico, isto é, nas estruturas sociais. Os resultados, como sempre, também foram dramáticos no nível mais elevado, o dos acontecimentos.

A reconstrução dos primeiros acontecimentos da história romana é reconhecidamente difícil, sendo que a maior parte dela se encontra fora do tema central deste livro; no entanto, há pistas bastante tenta-

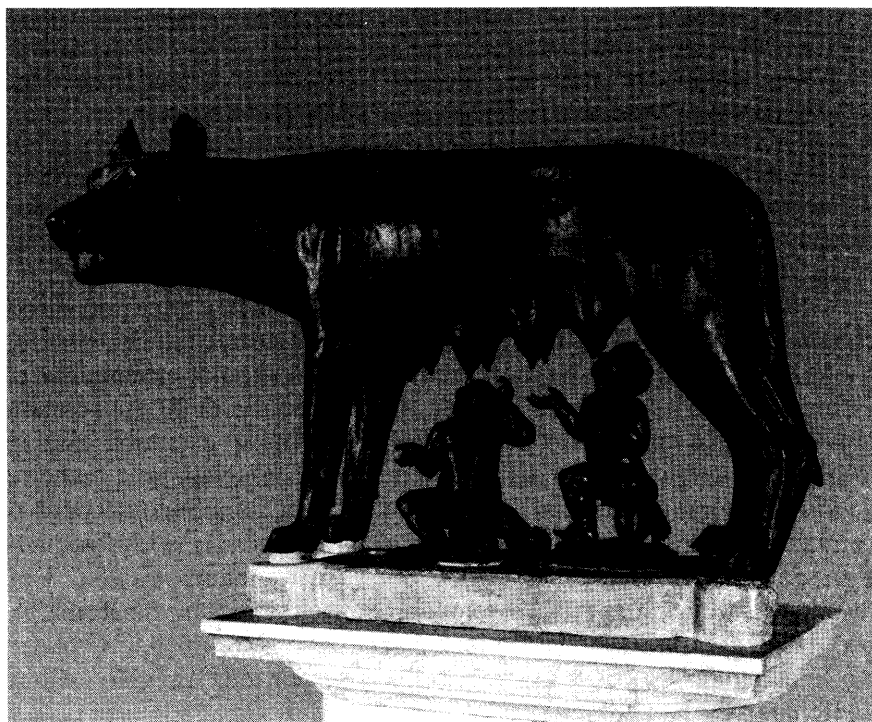
doras que sugerem o motivo de Roma mais tarde ter se desenvolvido para formar um império. Em uma época em que os reis assírios estavam proclamando suas proezas e motivos ao Universo por meio de longas dedicatórias reais, os romanos não escreviam quase nada.

Poucas inscrições – e somente muito fragmentadas – sobrevivem desde os primeiros vários séculos da existência de Roma. Muitas lendas famosas do início de Roma se encontram disponíveis, mas os problemas de fontes duvidosas são abundantes. Para início de conversa, essas lendas só foram escritas muitos séculos depois que os acontecimentos supostamente aconteceram. Os mais antigos, de modo específico, geralmente revelam muito mais a respeito do contexto político bem posterior no qual eles foram escritos do que acerca dos famosos acontecimentos que eles supostamente registraram. Ainda existe um valor bastante claro nesses contos, registrados por Lívio em seu *ab Urbe Condita (Desde a Fundação da Cidade)*, quando analisados juntos do material arqueológico mencionado anteriormente. Tratados com o devido cuidado, eles podem revelar posições, mentalidades e visões gerais antigas dos romanos, algumas das quais se baseiam em seu imperialismo. De fato, seria impossível compreender a ascensão de Roma sem essas noções.

Embora a arqueologia possa ajudar a revelar as primeiras mudanças ideológicas e estruturais, os contos de Lívio nos dão os nomes e as datas. Roma foi supostamente fundada em 753 a.C., o ano 1 do calendário romano, por seu homônimo, Rômulo. Ele e seu irmão gêmeo Remo, nascidos de Marte e uma virgem vestal, foram encontrados em um cesto que boiava sobre as águas e amamentados por uma loba (exatamente como a lenda da fundação de Sargão de Acádia de séculos antes), antes de serem criados por um pastor e sua esposa. Durante uma discussão de ciúmes, Rômulo matou seu irmão e fundou então a cidade. De acordo com a lenda, apesar de não corresponder às recentes investigações dos estudiosos, a antiga cidade de Roma estava repleta de influências culturais e políticas dos etruscos.

Os primeiros romanos lutaram em inúmeras batalhas, defendendo e ampliando sua cidade inexperiente. A descrição ano a ano (quase golpe a golpe) de Lívio dessas batalhas seria cada vez mais tediosamente monótona se ele não intercalasse sua história com contos memoráveis dos primeiros acontecimentos centrais da cidade. Algumas dessas histórias valem a pena ser consideradas, deixando de lado as questões de sua autenticidade por um instante.

Uma famosa história revela, talvez, um dos motivos de Roma ter conseguido ir além de seu cenário palatino original e conseguir anexar



8.6. Estátua de bronze conhecida como “Lupa Capitolina” retratando uma loba amamentando os gêmeos romanos Rômulo e Remo. Vanni/Recurso de Arte, NY.

outras comunidades ao seu redor. No mesmo ano em que sua “cidade” foi fundada, os romanos, Lívio conta, concluíram que “não havia mulheres suficientes, e que, aliado ao fato de não existir casamentos inter-raciais com comunidade vizinhas, não restava nenhuma esperança de manter o nível de sua população”.¹¹⁵ Após tentarem resolver o problema de diversas formas, os romanos organizaram um banquete em homenagem ao deus Netuno e convidaram todas as comunidades vizinhas. Após um sinal, os romanos capturaram as mulheres presentes, as sabinas, e as obrigaram a se tornarem suas esposas. Pouco tempo depois, o exército sabino invadiu Roma em busca de vingança. Quando os dois exércitos se encontraram, as mulheres sabinas, “com os cabelos soltos e vestes de renda”, então,

enfrentaram as espadas erguidas ao ar e abriram caminho por entre um grupo de homens em meio aos exércitos prontos para a batalha. Elas separaram os

115. 1.9, *The Early History of Rome*, trad. Aubrey de Sélincourt (Baltimore: Penguin, 1960).

combatentes enraivecidos; suplicaram aos seus pais de um lado, seus maridos do outro, para que não se amaldiçoassem derramando o sangue de sua família. “Nós somos mães agora”, elas gritaram; “nossos filhos são seus filhos – seus netos: não os façam ficar marcados pelas manchas do parricídio.”¹¹⁶

A atitude ousada funcionou, e os dois lados imediatamente fizeram um acordo de paz. “De fato, eles foram ainda muito mais além: os dois estados se uniram sob um só governo, tendo sido Roma escolhida para sediar o trono do poder. Assim, a população de Roma se curvou”, diz Lívio.¹¹⁷

Não se pode dizer se de fato algo remotamente próximo disso chegou a acontecer. O que a passagem registra com exatidão, porém, é uma tendência romana bastante enraizada de incorporar estrangeiros e, assim, expandir-se. Essa, na verdade, seria a história de Roma contada repetidas vezes em séculos posteriores, conforme se expandia para se tornar um império. Os romanos geralmente encontravam uma maneira de tomar a liderança; outros se juntavam a Roma, nunca acontecendo o contrário. Mesmo quando Roma derrotava outra cidade, eles ofereciam algo semelhante: se vocês não podem nos vencer, juntem-se a nós. “Um resultado da queda de Alba foi um aumento no tamanho de Roma. A população dobrou”, escreve Lívio, em uma descrição típica.¹¹⁸ O poder e o tamanho de Roma, então, expandiram-se por toda a região central da Itália e até além dali.

Outra história famosa explica o estabelecimento da República Romana, em 509 a.C. Segundo Lívio, um grupo de aristocratas e príncipes romanos e etruscos, que juntos sitiaram a cidade vizinha de Ardea, receberam um tempo de vantagem; vários deles decidiram dar uma festa. Bêbados, eles logo começaram a discutir acaloradamente a respeito de quem teria a melhor esposa. Como sugestão de um homem chamado Colatino, eles escolheram uma maneira para de fato solucionar a questão: voltar e entrar de forma sorrateira em Roma após o anoitecer e espionar todas as suas esposas. Um após o outro, todos encontraram suas esposas também se divertindo durante a noite, representando costumes sociais romanos estereotipados. Por fim, Lucrecia, a esposa de Colatino, foi encontrada tecendo lã à luz de velas – sem dúvida, uma perfeita matrona romana. Naturalmente, Colatino venceu a competição, mas a visão de sua graciosa e perfeita esposa romana incitou o desejo libidinoso em Sexto Tarquínio, um príncipe e filho de Tarquínio, o Soberbo, um rei estrangeiro (*rex*). Algumas noites depois, Sexto conseguiu invadir os aposentos particulares de Lucrecia. Ele, então, ameaçou

116. 1.13, Sélincourt trad.

117. 1.13, Sélincourt trad,

118. 1.30, Sélincourt trad.

matá-la se ela não se entregasse aos seus desejos sexuais; tudo em vão, pois a perfeita Lucrecia se manteve firme. Finalmente, depois que ele ameaçou matá-la e colocar o cadáver de um escravo nu ao seu lado, destruindo assim sua honra de forma pública, Lucrecia finalmente cedeu. No dia seguinte, ela mandou chamar seu pai e seu marido e lhes contou a respeito dos atos vis de Sexto Tarquínio. Depois de cravar uma faca em seu coração, ela então caiu morta. Colatino imediatamente começou a reunir os romanos, suplicando para que eles livrassem Roma do tirano etrusco Tarquínio, o Soberbo, e, assim, demovessem o governo dos reis sobre os romanos para sempre. Com a rebelião sob a liderança de um homem chamado Lúcio Júnio Bruto, Tarquínio, o Soberbo, e seus filhos foram expulsos de Roma e a república foi firmada com Colatino e Bruto como seus primeiros cônsules. Verdadeira ou não, essa história mostra a importância que os romanos davam à defesa da honra pública e ao sentimento de dever, traços que, mais uma vez, provavelmente são a base da expansão de Roma. Assim como os imperialistas ingleses, vários milênios mais tarde, os romanos gostavam de invocar sua devoção em favor da honra e do dever para o estabelecimento de um governo justo – apesar de não menos imperial.

Deixando de lado as histórias cativantes, apesar de bastante duvidosas, o fim do século VI provavelmente testemunhou a formação da República Romana, muito embora os detalhes exatos talvez sejam impossíveis de ser recuperados. As estruturas sociais e políticas características da República Romana parecem ter surgido muito cedo, segundo a maior parte das estimativas. As relações sociais de Roma se misturavam com suas questões estrangeiras; quase sempre, questões externas e internas se cruzavam, uma relação crucial em toda história romana. Um aspecto famoso de força política e prestígio social em Roma era o relacionamento patrono-cliente que estabelecia conexões entre muitos dos habitantes livres de Roma uns com os outros por meio de uma confiança informal baseada nas obrigações, favores e serviços recíprocos. Os patronos ofereciam proteção e os clientes garantiam sua lealdade e apoio. O patrono demonstrava seu prestígio por meio da quantidade de clientes que tinha e que eram, às vezes, requisitados para que se reunissem ao seu redor em locais públicos e que também fossem à sua casa para lhe cumprimentar todas as manhãs.

Essa relação social básica geralmente demonstrava as transações de Roma com outras comunidades. Quando seu auxílio era solicitado, em especial pelos gregos, os romanos sempre sentiam que sua honra estava em risco; era seu dever ajudar todos aqueles que deles precisassem,

e os gregos sabiam muito bem como manipular as políticas e tendências dos romanos. Mais uma vez, os paralelos com o império britânico, muitos milênios depois, são incontáveis. Embora talvez houvesse exemplos anteriores, o primeiro caso documentado é de 390 a.C., quando Roma estabeleceu uma amizade (*amicitia*) com Caere, uma cidade vizinha do noroeste de Roma. Muitas outras, incluindo comunidades gregas, vieram logo em seguida. Com uma forma menos conciliatória havia o ritual romano da *deditio in fidem* [uma forma de rendição], que era geralmente forçado após uma vitória decisiva dos romanos. Na cerimônia, os líderes entregavam seu povo, suas posses, terras, prédios, etc., ao povo romano.

A sociedade romana geralmente era formalmente dividida entre os patrícios e os plebeus, que no começo eram os patronos e os clientes, respectivamente. Ao menos no início da fundação da república (e provavelmente antes disso), surgiu uma distinção óbvia entre aqueles que possuíam determinada riqueza, propriedades e prestígio político (os patrícios) e aqueles abaixo destes (os plebeus). A construção de casas planejadas sobre o Palatino pode ser um indicador visível dessa demarcação social. Com o passar do tempo, as fortunas de alguns patrícios diminuíram e as dos plebeus aumentaram e, portanto, essas designações não permaneceram tão claras com respeito às suas riquezas. Contudo, o prestígio social parecia estar escrito na linhagem paterna das pessoas e isso não tinha como ser mudado. Uma vez patrício, para sempre patrício; uma vez plebeu, para sempre plebeu.

Os patrícios ocuparam a maioria das magistraturas políticas republicanas de início; na realidade, seu nome vem do latim *patres*, “Pais”, os detentores dos cargos senatoriais. Os costumes, as tradições e as instituições favoreciam muito os patrícios, mas os plebeus conseguiram ganhar mais representação ao longo dos anos. Nos contos de Lívio, os plebeus usaram uma estratégia inteligente para usurpar o poder das mãos dos “Pais”. Os patrícios dependiam muito dos plebeus em suas constantes campanhas militares e, portanto, os plebeus usaram sua influência em diversos “golpes”, recusando-se a lutar em diversas campanhas até que eles conseguissem melhores representações legais e políticas. O plano deu certo e, ao longo da primeira metade do século V, os plebeus conseguiram negociar duas grandes concessões que provavelmente salvaram a república. A primeira foi a criação do gabinete da “Tribuna das Plebes”, uma representação importante que inicialmente serviu para proteger indivíduos plebeus contra os abusos de magistrados por meio de uma interposição literal de sua pessoa sacrossanta,

o que significava que ele não podia ser fisicamente prejudicado sem uma terrível repercussão cósmica. Com o tempo, e por uma extensão natural, as Tribunas conquistaram o direito de vetar qualquer decisão no Senado, uma posição de influência que lhes permitia contrapor o poder dos senadores ou dos patrícios de maneira geral e defender os interesses dos plebeus ao mesmo tempo.

Outras concessões e compromissos políticos continuaram a moldar a cidade de Roma ao longo do curso dos séculos V e IV a.C., resultado daquilo que é coletivamente conhecido como o Conflito das Ordens. Aos poucos, os cargos políticos e religiosos mais importantes foram entregues às plebes, conforme Roma era assolada por uma intensa pressão militar interna. As Doze Tábuas, uma fonte bastante discutida, e ainda assim de grande relevância, das condições sociais e econômicas do século V a.C. e a peça escrita mais importante do início da república, foram esculpidas por volta de 450 a.C. Durante todo esse tempo, questões internas e externas estavam sempre relacionadas – para as campanhas continuarem, os plebeus tinham de estar satisfeitos; para ficarem satisfeitos, concessões tinham de ser feitas por parte da aristocracia. Essa troca de favores era o elo social que mantinha unida a sociedade romana. A necessidade de coesão entre os grupos impulsionou o desenvolvimento de instituições cívicas essenciais; com essa coesão, Roma passou a representar uma força sem igual.

Os cargos políticos, apesar de ser agora mais receptivos em relação à maioria dos cidadãos, permaneceram em sua maior parte nas mãos dos patrícios. Assim que eram eleitos para um determinado cargo (ou magistratura), eles se tornavam elegíveis para o Senado; quando eram nomeados para o Senado, ocupavam o cargo de modo vitalício, a menos que fossem depostos por improbidades. O Senado era o principal grupo governante de Roma, que controlava as finanças públicas, questões estrangeiras e ratificava os decretos legais. A votação para as diversas magistraturas acontecia em duas assembleias, compostas por todos os cidadãos, a *Comitia Centuriata* e a *Comitia Tributa*. Com o passar do tempo, os diversos cargos passaram a ser graduados por um sistema que ficou conhecido no fim do século III como o *cursus honorum*, o curso das honras. Na prática, esse nunca foi um sistema rígido, mas a importância relativa de cada cargo era bastante consistente. A concorrência das eleições era pública e acirrada e a elevação pelas grades das posições do *cursus honorum* era uma maneira básica de conquistar a glória desejada. Os diversos cargos surgiram entre os séculos VI e IV e eram geralmente ocupados pelo período de um ano.

O cargo de questor, provavelmente o mais antigo de Roma, administrava as finanças do tesouro estadual. O edil supervisionava obras públicas, jogos públicos e o fornecimento de grãos. Os pretores serviam como juizes nos tribunais de justiça e podiam convocar o Senado. Quando nenhum cônsul estava presente na cidade, os pretores assumiam seus deveres administrativos. Os oficiais mais importantes eram os cônsules; dois deles eram eleitos anualmente. Esses eram os principais magistrados que presidiam o Senado, iniciavam a legislação e serviam como generais nas frequentes campanhas militares. Eles, junto dos pretores, chefiavam o *imperium*, o comando estadual supremo (e a origem de nossa palavra “imperialismo”).

Havia outros dois cargos, que eram diferentes dos demais pelo fato de não serem indicações anuais. Dois censores eram eleitos a cada cinco anos para revisar as listas de senadores, preencher vagas no Senado, conduzir o censo dos cidadãos para fins de taxaço e realizar purificações rituais. O cargo de ditador, criado logo após o estabelecimento da república, recebia o controle absoluto do estado em tempos de crise intensa. O cargo, supostamente raro, só podia ser ocupado até o final da crise ou em período máximo de seis meses.

A concorrência pelas magistraturas, como veremos, também foi causa e efeito da expansão romana. Para conquistar sua honra, a pessoa tinha de subir os diversos degraus de posição. A distinção no campo de batalha podia ajudar nessa subida. Questões internas e externas, mais uma vez, caminhavam de mãos dadas.

AS RAÍZES DO IMPERIALISMO ROMANO

No Livro VI de sua história da ascensão de Roma, o escritor grego Políbio revela o que ele considerava ser o segredo do sucesso de Roma para se expandir tão além dos limites da cidade – sua própria constituição. Com isso, ele não se referia a um documento ou a um capítulo, mas à maneira pela qual a sociedade romana era constituída, como havia sido formada. Ele via três elementos interagindo que tornavam Roma um lugar especial e poderoso: os cônsules, o Senado e o povo. Os cônsules lideravam as legiões com poder absoluto no campo de batalha; somente o Senado podia recomendar e patrocinar as guerras. O povo declarava guerra e ratificava tratados de paz; o povo também elegia todos os oficiais e, assim, podia lhes conferir honras ou punições. Esses três elementos, ele afirma, apresentavam um equilíbrio extremamente contundente de poder:

Esses, então, são os poderes que cada um dos três elementos no sistema possui para ajudar ou prejudicar os outros; o resultado é uma união que é forte o bastante para resistir a todas as emergências, de modo que é impossível encontrar uma forma melhor de constituição do que essa. Assim, sempre que uma ameaça externa comum obriga os três a se unir e agir em conjunto, a força que o estado então desenvolve se torna extraordinária. Nenhuma exigência é negligenciada, pois todas as partes competem umas contra as outras no intuito de encontrar maneiras de satisfazer as necessidades do momento e todas as decisões tomadas são garantias de ser executadas de modo imediato, já que todas cooperam por igual em questões públicas e particulares para a realização dos negócios propostos.

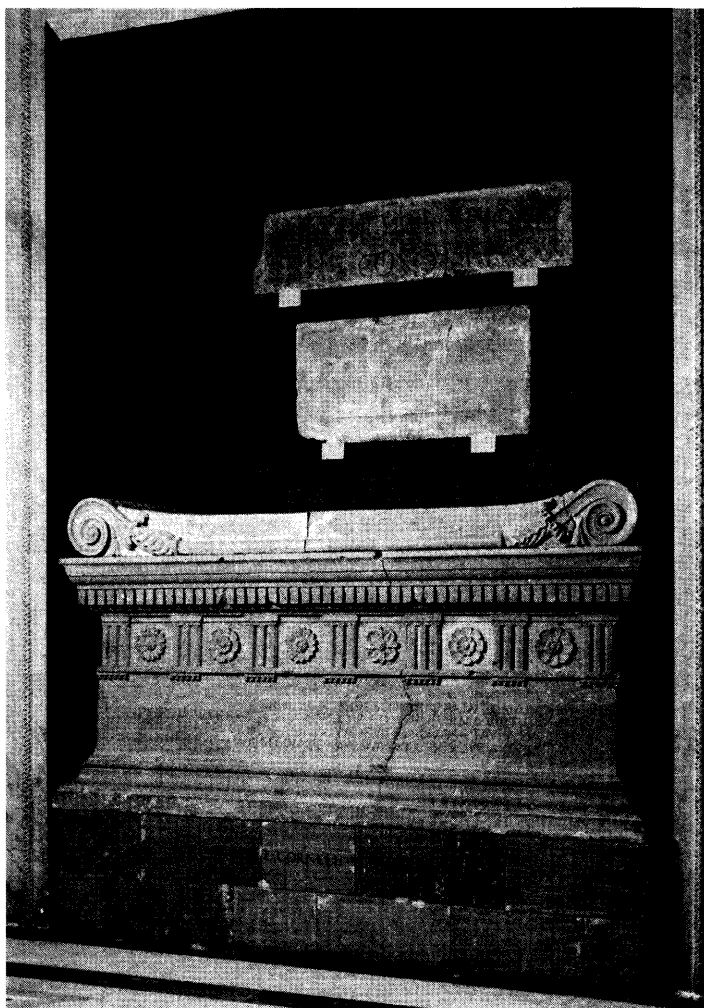
A consequência é que essa forma especial de constituição possui um poder irresistível de alcançar qualquer objetivo predeterminado.¹¹⁹

Políbio, por considerar Roma um império mediterrâneo bem-sucedido do século II a.C., sem dúvida idealizou e supersimplificou um sistema político bastante complexo e geralmente confuso. Contudo, muitos historiadores acreditam que Políbio estava certo quando dizia que a expansão de sucesso foi construída diretamente pelo sistema romano e que uma boa defesa acabou provando ser um excelente sistema ofensivo, por assim dizer. Os romanos tinham o poder para conquistar qualquer objetivo que determinassem; sua expansão foi, então, o resultado de um objetivo de unir o mundo, segundo Políbio. Roma era, em efeito, uma oligarquia competitiva em que uma pessoa podia escalar as posições e se destacar pela conquista de seus vizinhos. E lembre-se de que quase sempre havia uma guerra acontecendo.

Será que essas guerras frequentes foram as causas da expansão romana ou apenas um efeito de seu expansionismo? Os historiadores discutem esse tema e muitos outros há bastante tempo. O ponto crucial de seus debates é a causa da expansão inicial de Roma; será que ela estava ligada à estrutura social e ao caráter romano e, portanto, de certo modo inevitável, ou será que era algo que tinha de ser assim, simplesmente acontecendo conforme as decisões eram tomadas nos campos e no Senado e conforme os eventos se desenrolavam com o passar do tempo?

Segundo alguns historiadores, Roma foi, na verdade, temerosa, hesitante e reativa, ao contrário de ativa, em sua expansão por toda a Península Itálica. Esses eruditos, afirmando que há poucas evidências que comprovem um planejamento romano ou uma motivação para a conquista, apontam, em vez disso, para contingências históricas locais que geralmente atraíam, repeliam ou seduziam o relutante estado

119. 6.18; *The Rise of the Roman Empire*, trad. Ian Scott-Kilvert (London: Penguin, 1979).



8.7. Tumba de Lúcio Cornélio Cipião. Scala/Recurso de Arte, NY.

romano para os conflitos. A maior parte desses historiadores vê o saque de Roma cometido pelos gauleses, um grupo bárbaro, em 390 a.C., como um momento decisivo de grande relevância na psicologia romana da conquista. Os romanos, nesse momento, desenvolveram um medo horrível dos vizinhos poderosos e, desde então, tentaram manter todas as ameaças neutralizadas – um imperialismo de natureza defensiva. Estranhamente vitoriosos nesses conflitos defensivos (e aqui o argumento de Políbio da constituição romana se encaixa perfeitamente), o estado romano conseguiu se expandir de fato, mas não necessariamente por

meio de uma decisão ou planejamento dos romanos, e por fim acabou se tornando um império, o que foi mais por acaso (mas aqui o argumento de Políbio não se encaixa tão bem assim).

Outros historiadores afirmam que as guerras, conquistas e agressões estavam, na realidade, profundamente enraizadas na estrutura social romana e, portanto, a expansão e um “desejo de poder” sempre foram partes vitais de quem os romanos eram. O imperialismo era, então, parte de seu “costume nacional” desde seus primórdios ou, ao menos, desde um momento inicial; seu império, conquistado com o passar dos séculos, por sua vez, já estava esperando para acontecer. De acordo com Políbio, seu estudo “deve deixar meus leitores com a certeza de que os romanos sempre tiveram razões suficientes para cultivar o desejo de criar um império mundial e os recursos necessários para realizar esse propósito”.¹²⁰

Ainda assim, outros historiadores propuseram diversas combinações dessas duas opções, como a ideia de que as decisões individuais ao longo dos anos moldaram as estruturas sociais e a política estrangeira em evolução. Qualquer consenso entre os eruditos é difícil de ser encontrado, mas é quase impossível negar que as estruturas sociais romanas representaram um papel em sua incrível expansão, tenha isso acontecido de modo consciente ou não.

No capítulo seguinte, consideraremos exemplos mais específicos do imperialismo romano, pois, quando encontraram o mundo helenístico, um conjunto totalmente novo de fatores passou a fazer parte do jogo. Entretanto, para o período até sua aquisição de toda a Península Itálica, já conseguimos definir algumas raízes e traçar alguns padrões. Seria difícil encontrar ilustrações mais concretas das raízes imperiais romanas do que um conjunto de dedicatórias da tumba dos Cipiãos, uma família de patrícios com uma história profunda, longa e ilustre. As dedicatórias são do início do século III (fig. 8.7).

Lúcio Cornélio Cipião, filho de Gneu

Lúcio Cornélio Cipião Barbato, o filho gerado por Gneu, um cavalheiro corajoso e sábio, cujas formas perfeitas se igualavam à sua bravura que superava a de outros homens, era edil, cônsul e censor entre vocês; ele conquistou a Taurásia e Cisauna de Sâmnio; ele invadiu todas as terras da Lucânia e de lá trouxe reféns.

Lúcio Cornélio Cipião, filho de Lúcio, edil, cônsul, censor

120. 1.3; Scott-Kilvert trad.

Esse homem Lúcio Cipião, segundo a opinião da maioria, foi o melhor dentre todos os homens bons em Roma. Um filho de Barbato, ele era edil, cônsul e censor entre vocês; foi ele quem conquistou a Córsega e também a cidade de Aléria. Para a deusa do Tempo ele ofereceu um templo merecido.

Lúcio Cornélio Cipião, filho de Lúcio, neto de Públio, questor, tribuna dos soldados. Morreu aos 33 anos. Seu pai derrotou o rei Antíoco.¹²¹

Observe que, em todas essas dedicatórias, existe uma ênfase no domínio de terras, cidades conquistadas, templos como homenagens, reis derrotados, honras e cargos desejados. A ligação entre ocupar um cargo e realizar uma conquista é especialmente intrigante. Até mesmo o falecido Lúcio Cornélio Cipião, que aparentemente não realizou grandes coisas, é lembrado apenas por intermédio dos cargos e conquistas de seu pai e do avô. Com o intuito de conseguir glória, o homem tinha de conquistar inimigos e se sobrepor a outros compatriotas com seus cargos políticos. As possíveis ramificações da expansão de Roma são bastante óbvias.

Isso não significava que as guerras dos romanos fossem aleatórias e que os homens responsáveis pelas conquistas só tivessem a intenção de tomar posse para aumentar seu exército e engrandecer seu próprio prestígio, ao menos não nesse estágio da história de Roma. Como aconteceu no Oriente Próximo, existia ali uma lógica fundamental e uma ordem cósmica nas guerras e na expansão romana. Assim como os assírios ou os persas, por exemplo, os romanos também se preocupavam muito com noções de justiça e retidão, em momentos de paz e também de guerra, mas eles as definiam de um modo um tanto distinto. Lívio relaciona essas tradições de justiça a um ponto anterior da história romana, afirmando que se trata da base do pensamento e de suas ações futuras:

Não bastava, ele [Anco Márcio, um antigo rei romano associado à restauração das tradições e observações religiosas de Roma] acreditava, que as guerras tivessem de ser travadas; ele acreditava que elas também tinham de ser formalmente declaradas (...). O procedimento era o seguinte: quando o enviado chega à fronteira do estado que busca satisfação, ele cobre sua cabeça com um gorro de lã e diz: “Ouça-me, Júpiter! Ouça-me, terra de Fulano e Beltrano! Ouça-me, ó justo! Sou o porta-voz oficial do povo romano. Venho como seu enviado em nome da justiça e da religião e peço credibilidade para minhas palavras”. A exigência é a seguinte e o enviado, invocando Júpiter para ser sua testemunha, prossegue: “Se minhas exigências pela restituição desses homens, ou desses bens, forem contrárias à religião e à justiça, então, jamais permitam que eu seja um cidadão de meu próprio país”. (...) Se suas

121. “From the Tomb of the Scipios”, em Lewis Reinhold, 523.

exigências forem recusadas, após 33 dias (o número estatutário) a guerra será declarada da seguinte maneira: “Ouça, Júpiter; ouça, Jano Quirino; ouçam todos os deuses no céu, na terra e sob a terra: Eu vos chamo para testemunhar que o povo de Fulano e Beltrano é injusto e se recusa a reparar a injustiça. No entanto, com relação a essas coisas, consultaremos os anciãos de nosso país, para decidirmos como fazer para obter o que nos é devido”.¹²²

Se a maioria dos anciãos, então, decidisse e votasse a favor da causa romana e dos seus direitos, a guerra era declarada. Lívio explica ainda como um colegiado de sacerdotes feciais era responsável pelas leis das declarações de guerra e a elaboração de tratados, e garante também aos seus leitores que “o mesmo procedimento formal foi adotado por gerações posteriores”.¹²³ O simples fato, entretanto, de que ele teve de descrever a cerimônia com grande número de detalhes implica que ela havia sido esquecida há muito tempo pelas pessoas de sua própria época. No entanto, essas passagens podem muito bem revelar uma situação ainda mais antiga; não há dúvidas de que elas nos fazem lembrar a consciência de justiça dos romanos inclusive da época de Lívio. Os sacerdotes feciais por séculos foram elementos-chave das relações romanas com estados estrangeiros, inclusive após o início do império. Exploraremos no capítulo seguinte até que ponto as discussões a respeito da justiça explicam o início do Império Romano, já que a cidade é digna desse título.

O imperialismo romano se assemelhava ao do Oriente Próximo de muitas maneiras, mas diversas diferenças básicas podem ser destacadas. Em primeiro lugar, a ideologia religiosa não parece ter representado um papel proeminente na expansão romana. Observe que, até mesmo na passagem da declaração de guerra citada anteriormente, a conquista não está sendo comandada ou ordenada por Júpiter. Os deuses, na verdade, são invocados pelo mensageiro como testemunhas de uma injustiça; a decisão final de partir para a guerra está nas mãos de um conselho de anciãos. Os romanos dificilmente, se é que o fazem em algum momento, mencionam a conquista em nome de Marte, Júpiter ou qualquer outro deus. Embora seja muito difícil ignorar ou subestimar as frequentes referências às conquistas em nome de Assur, Marduque ou Aúra-Masda nas fontes do Oriente Próximo, é inútil buscarmos passagens que mostrem os romanos apresentando os comandos de seus deuses como razões de sua expansão. Os romanos não abandonaram a ideologia religiosa, naturalmente; na realidade, eles conseguiam celebrar grandes

122. I.32; Sélincourt trad.

123. I.32; Sélincourt trad.

conquistas com a construção de um templo, um ato de prestação de honras feitas aos deuses. Eles lutavam com o auxílio dos deuses porque acreditavam que só participavam de guerras justas, e realizavam assim seu objetivo de *pax deorum*, a paz com os deuses.

Uma segunda diferença importante é que, em vez da substituição das elites, os romanos elaboraram um sistema que podia ser chamado de cooptação das elites. As elites conquistadas ou subordinadas geralmente recebiam poder político real (ao contrário, na melhor das hipóteses, das posições honorárias, como no caso de Udjahorresne). Na verdade, o sistema imperialista romano passou a depender das elites estrangeiras que permaneciam em seus lugares ou que recebiam cargos políticos importantes após sua inclusão na esfera romana. Muitas dessas elites pareciam felizes por se juntar a Roma e compartilhar de seus interesses. As elites conquistadas e seus súditos geralmente ganhavam cidadanias romanas ou, a partir do século IV, a condição de semicidadão de *sine suffragio* – isto é, a cidadania com exceção do direito de votar. Do lado pragmático, essas elites estrangeiras ajudavam os romanos a controlar suas populações locais, conhecidos como os *amici* (amigos) ou *socii* (aliados). Roma sempre pareceu capaz de atrair uma série de aliados e, por fim, a cidade conseguiu sobreviver aos seus inimigos apenas por meio da restituição do potencial humano. Os aliados também podiam desfrutar dos espólios da guerra e aquele podia ser considerado um sistema de benefícios mútuos. O elo era firme e raramente acontecia de algum aliado se rebelar ou tentar se separar da aliança romana, embora as renovações de rituais de *deditio in fidem* acontecessem uma vez ou outra. Os romanos combinavam uma política de não interferência em questões locais com a capacidade de agir com uma força gigantesca para lidar com os desertores.

Quando eram provocados, e em especial quando defendiam seus amigos, os romanos podiam ser tão brutais na conquista quanto qualquer outro povo; eles não eram, de modo algum, um novo império mais brando ou mais gentil. No início do século III, por exemplo, eles escravizaram mais de 60 mil pessoas durante o curso de uma única guerra (a Terceira Guerra Samnita). Exemplos de brutalidades desnecessárias e até mesmo sem ter sido provocadas apareciam de tempos em tempos, aumentando de modo dramático no século III e principalmente no século II. Se é que essas mudanças aconteceram simplesmente pelo fato de terem surgido novas oportunidades, em função de mudanças estruturais mais profundas ou instintos básicos do desejo de mais conquistas, tudo isso nos faz retomar as discussões elementares dos benefícios ou malefícios do imperialismo.

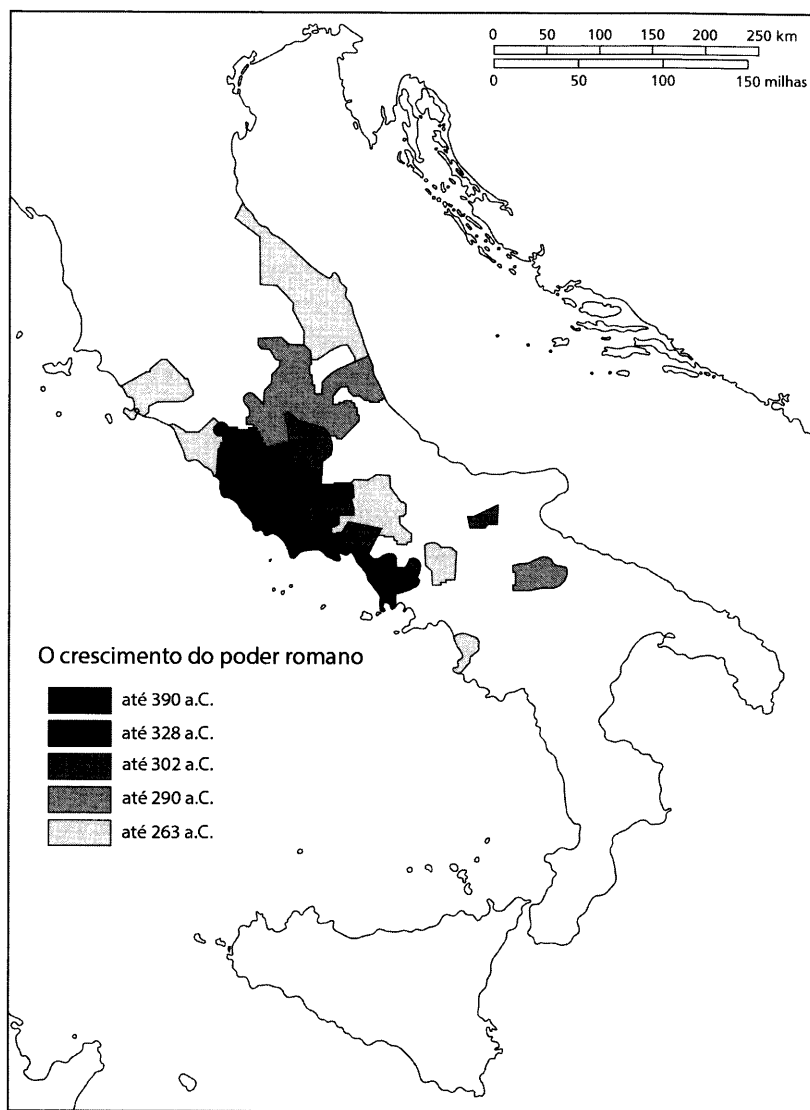


Fig. 8.8. Mapa do progresso da força romana na Itália. Em *Cambridge Ancient History*, volume VII, parte 2, 2ª edição, 1989, p. 588-589.

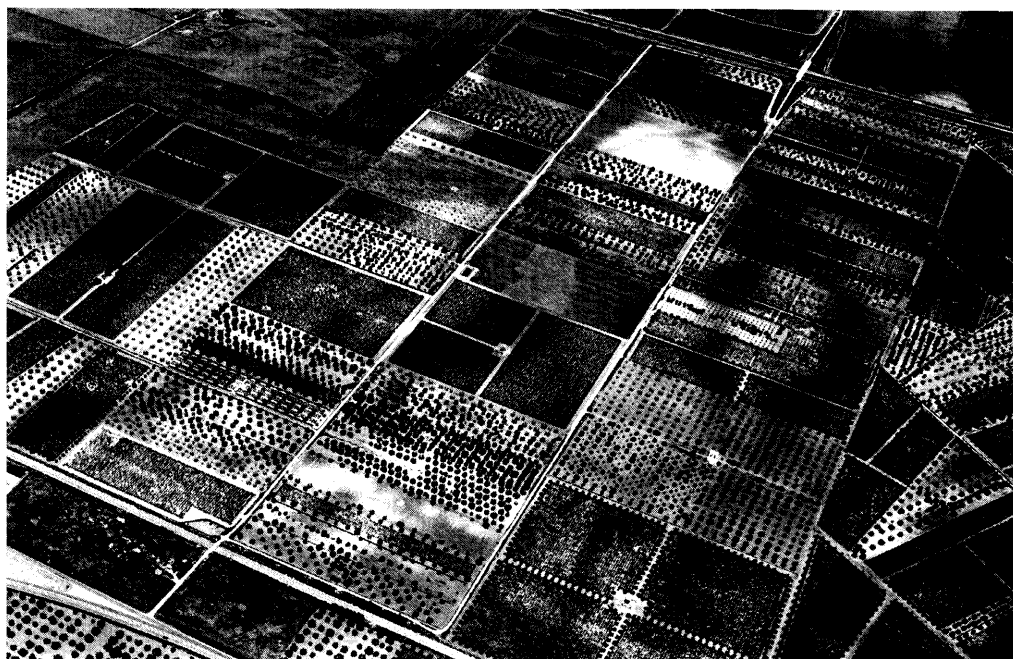
Em grande parte por causa do seu sistema de alianças e às conquistas que resultavam dele, Roma se viu no controle de toda a Itália em 264 (fig. 8.8). A aquisição se deu em partes, mas o grande volume aconteceu durante os 70 anos antes de 264 a.C., como resposta aos pedidos de ajuda: por exemplo, os capuanos pediram a ajuda de Roma para lutar contra os samnitas c. 343; os thurianos pediram a ajuda de Roma para

lutar contra os lucanianos e os tarantos em c. 282. Nesses dois exemplos, as comunidades ameaçadas iniciaram uma amizade com Roma e, assim, tornaram-se suas clientes, enquanto os romanos, de maneira coletiva, não queriam perder uma chance de defender a honra romana e, individualmente, perder uma chance de alcançar um estado de glória marcial.

Com cada nova conquista e aquisição, os romanos deixavam suas marcas características – símbolos extremamente visíveis de sua força pelas paisagens. Sinais de sua divisão de terras, construção de estradas e fundações de cidades ainda são evidentes nos dias de hoje, mesmo depois de quase dois milênios e meio. Em todos os exemplos, eles propuseram aquilo que consideravam um sistema racional e lógico para governar com eficiência. Conforme passavam a controlar novas terras e fundar novas colônias, os romanos começaram a dividir as áreas colonizadas, moldando quadrados e retângulos por meio de um processo conhecido como centurição. Fotografias aéreas ainda conseguem captar as marcas da centurição romana, ou ao menos continuações de antigos padrões (fig. 8.9). A prática começou no século IV a.C. e se estendeu, a cada nova aquisição de terras, até a formação do império oficial, garantindo às regiões mais distantes o aspecto mais romano possível.

A construção das estradas de Roma, o mais famoso de seus projetos de engenharia, começou com maior vigor no século IV a.C. e passou a interligar todas as suas propriedades, comunidades e aliados distantes. A mais famosa e antiga estrada romana, a Via Ápia (Trajeto Apiano), foi iniciada em 312 e ligava Roma a Cápua; trechos da estrada são ainda ativamente utilizados nos dias de hoje. Suas técnicas de construção de estradas foram emprestadas originalmente dos etruscos, mas os romanos fizeram essa prática atingir ápices sem precedentes de sofisticação e escala. A construção de estradas romanas deixava bastante claro o esboço do Cosmos e a localização central de Roma dentro dele. Todas as estradas, de fato, levam a Roma, ao menos aquelas na Península Itálica. Falando de maneira prática, as estradas também foram um resultado necessário e um meio para a expansão de Roma; elas foram construídas, assim como no sistema de autoestradas interestaduais da América, para atender os transportes militares. As estradas concentravam a força militar com os aspectos econômicos e políticos, além de funcionarem também para o comércio e para a comunicação (fig. 8.10).

O planejamento da cidade também começou relativamente cedo e, com o passar do tempo, tornou-se uma das expressões mais características da expansão romana (fig. 8.11). Conforme Roma passava a controlar



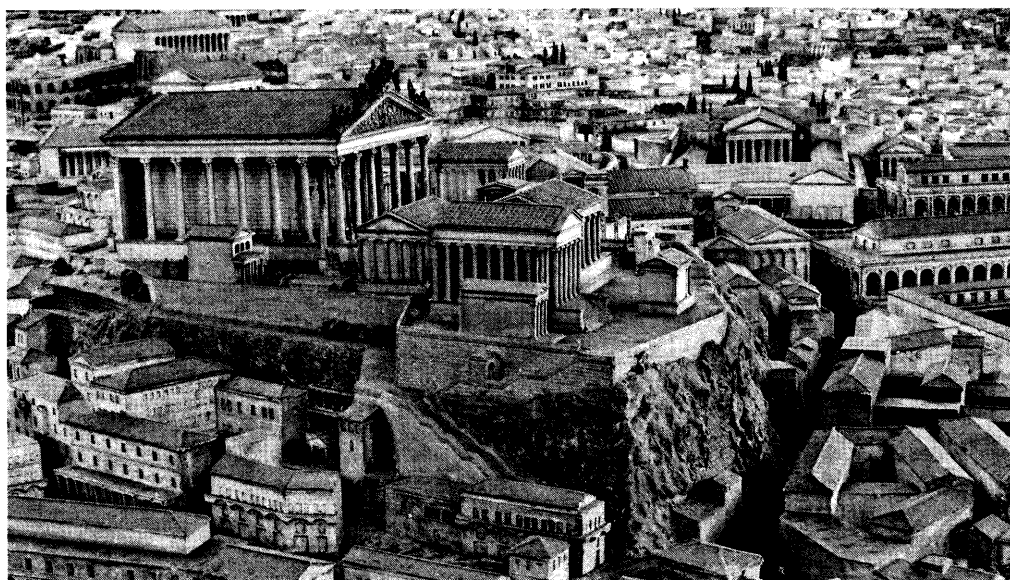
8.9. Centurição. Foto de Francesca Radcliffe © 2003.

comunidades externas, um verdadeiro repertório arquitetônico surgiu, consistindo de um fórum, um capitólio e diversos templos, junto com ruas cívicas, sistemas de esgotos e vários outros monumentos. Para as comunidades já existentes, esse repertório geralmente era adicionado às estruturas já erguidas anteriormente. O cânone de monumentos para uma cidade romana se tornou mais elaborado com o passar do tempo conforme os próprios romanos emprestavam grande parte das comunidades gregas que eles incorporavam. Durante o período do império oficial, o repertório passou a incluir construções luxuosas, por exemplo, casas de banho e também teatros e anfiteatros, como veremos adiante.

O desejo de alcançar a glória militar e a honra política, a disposição de incorporar e atrair forasteiros, uma tendência de ver a possibilidade de ajudar os outros como forma de conseguir novos clientes, o medo dos vizinhos poderosos, o ímpeto por defender a honra pública e de cumprir com suas obrigações – esses são alguns dos muitos fatores por meio dos quais os romanos inicialmente passaram a representar um papel central na Era dos Antigos Impérios. Se nossa definição de trabalho do império se mantém, Roma estava no caminho certo para isso, por meio de seu “sistema de interações” de exercer “controle político



8.10. Caminho romano em Óstia. *Slide* de Mark W. Graham.



8.11. Plano municipal romano. Imagem de Barbara McManus, Projeto VRoma.

nos planos de ação interna e externa – a soberania efetiva” de muitas comunidades não romanas.

Dentre as diversas pequenas colônias indígenas da parte central e norte da Itália, foi Roma que despontou de maneira progressiva para subordinar todas as outras. De forma notável, Roma foi capaz de manter todas elas, conforme veremos, durante os momentos de paz e também das dificuldades extremas. Esses povos geralmente pareciam dispostos a fazer parte do regime romano cada vez mais poderoso, e até mesmo ansiosos por ajudá-lo a alcançar seus objetivos. Apesar de podermos nos lembrar de que os líderes persas aquemênidas faziam questão de proclamar o fato de sustentarem um império de súditos dispostos a participar dele, parece que os romanos foram os primeiros de fato a se aproximar da realização desse objetivo. Segundo todas as aparências, essas comunidades e povos geralmente não se sentiam limitados por demonstrações óbvias, e hoje até mesmo estereotipadas, de força autoritária. Contudo, o imperialismo que se desenvolveu era tão real quanto qualquer outro de que temos notícia, ainda que não ostente tantas imagens de corpos desnudos pendurados em estacas, peles arrancadas para ser usadas como decoração em suas construções, saltos de botas esmagando os crânios de “malfeitores” e massacres brutais de comunidades neutras e que não ofereciam qualquer ameaça. Nossas simples palavras “império” e “imperialismo” estão, por bons motivos, enraizadas na cultura romana e no idioma que lhes deu origem. Um novo tipo de império – mas não menos importante – nascia e, em pouco tempo, alcançaria regiões ao leste, na direção do lar original do império.

CAPÍTULO 9

IMPERIUM SINE FINE: O IMPERIALISMO ROMANO E O FIM DA ANTIGA ORDEM

Essa será sua índole – impor hábitos de paz, poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos.

– Virgílio, *A Eneida* (p. 6.853)

- Como Roma se expandiu por todo o Mediterrâneo?
- Como a expansão afetou ou refletiu estruturas sociais básicas no centro?
- O que tudo isso pode significar para o exercício do poder social no império em desenvolvimento?
- Até que ponto os contemporâneos poderiam compreender as implicações de uma mudança nos dois níveis mais profundos do tempo histórico?

A periodização e a terminologia podem parecer arbitrárias. Analisemos, por exemplo, as possíveis respostas à seguinte pergunta: “Quando o Império Romano começou?”. Uma resposta perfeitamente aceitável seria que ele começou nos séculos III e II a.C., quando Roma passou a se expandir além da Península Itálica até a Espanha no Ocidente e o Oriente helenístico. Contudo, também seria certo dizer que o império começou exatamente em 27 a.C., quando Otávio chegou a um acordo crítico com o Senado, conhecido como a Transposição Constitucional de 27 a.C., e recebeu o título de Augusto. A primeira resposta está descrevendo um império em ação, já a outra define o Império Romano

como um período histórico distinto após o fim da república. Essas duas respostas estão, de certa forma, intimamente relacionadas; de maneiras complexas, a expansão de Roma por todo o Mediterrâneo precipitou o colapso da república. Roma, na verdade, expandiu-se de modo impressionante durante a república, mesmo que não o tenha feito com grande eficiência durante o período do Império Romano. Assim, temos um império expansionista sem um imperador durante a república, um período seguido de um Império Romano expansionista bastante austero. Para deixarmos as coisas bem claras, é válido pensarmos em um “império” nos termos de nossa definição de trabalho ao longo deste texto e o “Império Romano” como um período histórico distinto que abordaremos no Capítulo 10.

Independentemente dos termos que formos usar, Roma iniciou uma nova fase após sua aquisição da Península Itálica. Na metade do século II a.C., a cidade se envolveu em constantes guerras por todo o Mediterrâneo. Uma ideologia de *imperium sine fine*, poder imperial sem limites, sem fronteiras, pode ser traçada até no mínimo o século II a.C. e continuaria a dominar o pensamento romano por muitos séculos. De acordo com essa ideologia, Roma foi uma entidade orgânica que nunca teve de definir fronteiras enquanto realizava seu destino de se expandir por todo o mundo, o *orbis terrarum*. A cidade não era limitada pelo tempo e pelo espaço. Assim como Júpiter prometeu aos romanos em *Eneida*, de Virgílio: “Não imponho limites às suas sortes tampouco o tempo; concedo-lhes o *imperium sine fine*”.¹²⁴

Mais uma vez, essa era levanta a questão que tenta entender se novas oportunidades de conquistas simplesmente fizeram com que a já conhecida “sede de poder” romano se tornasse mais aparente ou se existiu uma mudança fundamental na expansão romana conforme surgia um verdadeiro sentimento de imperialismo. Neste capítulo, exploramos dois importantes indicativos do imperialismo romano: os conflitos de Roma com Cartago e sua aquisição de grande parte do Oriente helenístico. Analisamos, então, como as transações romanas no exterior moldaram para sempre o exercício do poder social na própria cidade de Roma; a república foi transformada de dentro para fora tanto quanto de fora para dentro.

ROMA VERSUS CARTAGO

Em 264 a.C., com a ascendência inegável de Roma na Itália, a cidade deu início a uma série de conflitos com Cartago. Os paralelos entre

124. 1.278-1279.



9.1. A primeira moeda de prata de Roma. Desenho de Andrew Welton.

essas duas cidades que se tornaram duas inimigas tão cruéis são impressionantes. Ambas foram fundadas com uma diferença de meio século, uma delas no final do século IX e a outra por volta da metade do século VIII. Suas estruturas sociais internas eram muito semelhantes: as instituições das duas cidades-estados eram dominadas por aristocracias proprietárias de terras. No fim do século VI, as duas também eram independentes, sendo que Roma se libertara de um rei (*rex*) e Cartago ganhara a independência de Tiro, sua cidade mãe. Já vimos no capítulo anterior como as duas cidades iniciaram um tratado de amizade naquela época, exatamente no despertar da República romana. No século III, ambas já eram consideravelmente poderosas e também expansionistas. Embora estivessem unidas por meio de diversos tratados e alianças que se estenderam até o início da guerra, os conflitos estavam prestes a acontecer a qualquer momento.

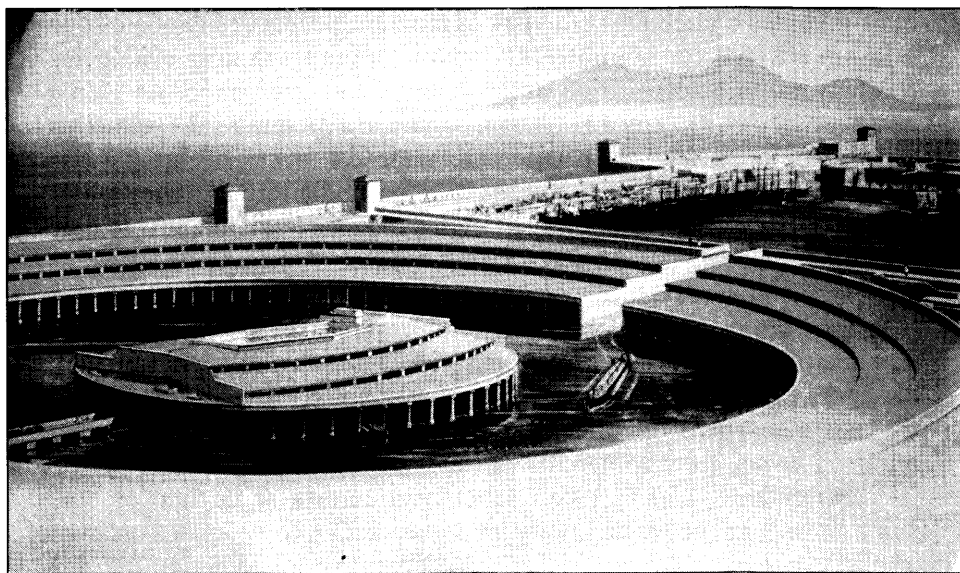
As duas potências aumentaram cada vez mais sua confiança durante a primeira parte do século III. É difícil traçar a história interna de Cartago em virtude de uma falta de materiais escritos, mas há indicações a seu respeito. Evidências contemporâneas do lado de Roma também são difíceis de ser encontradas. Autores gregos e romanos posteriores escreveram muita coisa, mas, inconscientemente, quase sempre reprojavam seu próprio contexto imediato há muitos séculos no passado romano, tornando ainda mais difícil destacar suas próprias questões

mais urgentes e imediatas em vista às reais preocupações daqueles que estavam à frente dos holofotes. Entretanto, algumas poucas evidências revelam muito a respeito da autoconfiança cada vez maior de Roma nesse momento. Em 269 a.C., Roma começou a produzir suas primeiras moedas de prata (fig. 9.1). Diferentemente das peças de bronze que eles lançaram várias décadas antes, a prata podia circular com maior liberdade por todo o Mediterrâneo. Essas moedas traziam a imagem de Hércules, a Loba e os Gêmeos, Marte e a deusa Vitória Alada, imagens que “servem para nos fazer lembrar que a moeda cunhada era um meio pelo qual um estado podia se vender ao restante do mundo”.¹²⁵ Roma demonstrava ter mais coragem e consciência de seu poder tão influente; ela agora proclamava tudo isso com mais vigor e Cartago começava a ler suas mensagens diretamente nas imagens das moedas que recebia em troca de seu forte comércio.

No entanto, não há como saber com certeza se de fato os dois lados tinham intenções de iniciar uma guerra. O fato de ambas estarem atreladas por meio de tratados até praticamente o início do conflito faz com que qualquer tipo de premeditação pareça improvável. Um conjunto familiar de circunstâncias já existentes, porém, fez com que Roma partisse para o ataque ou oferecesse uma desculpa que justificasse sua necessidade de atacar, dependendo do ponto de vista de cada um. As confusões começaram na Sicília, envolvendo precisamente as duas grandes potências. Siracusa, uma colônia grega que foi transformada em uma pólis, atacou Messina, outra colônia grega que ficava bem na outra extremidade da Itália. Messina tinha uma história cheia de altos e baixos: a cidade foi destruída por Cartago no início do século IV, reconstruída e, então, governada por Siracusa, somente até ser dominada por alguns mercenários italianos da Campânia conhecidos como os mamertinos. Em 264, Siracusa tentou retomar Messina dos mamertinos que, por sua vez, pediram a ajuda de Roma, sua vizinha poderosa. Tomados por seus sentimentos de dever e honra de defender todos aqueles que pedissem seu auxílio, naturalmente, os romanos logo partiram em defesa da cidade.

Cartago, temendo a intromissão romana dentro de sua própria esfera de influência, fez o que estava ao seu alcance para manter Roma fora da Sicília. Foi aí que a Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.) estourou entre Roma e Cartago. A guerra se espalhou muito além do *front* siciliano e chegou até o Mediterrâneo ocidental. Roma, após montar uma frota marítima muito rapidamente, conseguiu, por fim, emplacar

125. T. J. Cornell, *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars* (c. 1000-264 BC) (London: Routledge, 1995), 396.



9.2. A reconstrução do porto de Cartago. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

uma vitória naval contra Cartago, a força naval dominante da época. Por meio de sua vitória, Roma dominou a Sicília, a Sardenha e a Córsega, além das indenizações pagas por Cartago. Roma agora estava se consolidando no cenário mundial e começava a adquirir um império além-mar (fosse esse seu desejo ou não e independentemente de a cidade se auto-denominar um império ou não).

O prestígio de Roma de uma potência em ascensão a partir dali fazia com que a cidade se envolvesse cada vez mais em regiões além da Itália e das ilhas adjacentes. A contrariedade dos cartagineses em relação aos termos do tratado que pôs fim à Primeira Guerra Púnica continuou a crescer de modo acelerado. Desejando erguer uma base forte contra Roma, Amílcar Barca, um importante comandante cartaginês da Primeira Guerra Púnica, deu início a uma expansão orquestrada na Espanha. Seu filho, Aníbal, deu continuidade à expansão cartaginesa e à consolidação de povos e territórios dentro da Espanha. Cada vez mais insatisfeita com o sucesso cartaginês na Espanha, e alegando violação de um tratado que determinava que o Rio Ebro representasse uma fronteira entre os interesses romanos e cartagineses, Roma declarou guerra contra Cartago em 218, na esperança de uma vitória fácil. A Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) começara.

Entretanto, aquela não teria como ser uma vitória fácil. Comandados por Aníbal, um dos generais mais habilidosos e famosos da história, os cartagineses armaram uma ofensiva surpresa contra Roma pelo norte, cruzando os Alpes até a Itália com elefantes (provavelmente somente dois deles sobreviveram à jornada), e deram início a um processo de devastação no interior. Por quase uma década e meia, Aníbal fez campanhas por toda a Itália, de norte a sul, jamais chegando a perder uma só batalha e impingindo aos romanos algumas terríveis perdas. Uma delas, Canas (216 a.C.), talvez até hoje detenha o recorde histórico do maior número de mortes em um único dia de batalha, de longe sendo a maioria de soldados romanos (em um total de 80 mil homens). Aníbal, porém, jamais conseguiu deixar a cidade de Roma.

Apesar dos muitos obstáculos, os romanos conseguiram se manter firmes, em grande parte pelo fato de quase todos os seus “amigos e aliados” (isto é, clientes) espalhados pela península terem permanecido leais e continuar enviando tropas. A estratégia de Aníbal dependia desses grupos que vinham de Roma para sua primeira vitória, mas ele subestimou por completo a força do sistema de alianças e, assim, os romanos continuaram voltando a cada derrota com sua provisão de força humana aparentemente sem fim. Ao todo, Roma dominou no mínimo 10% da população italiana. Aníbal não tinha a menor chance de prever isso; nunca antes acontecera de povos conquistados lutarem com tamanha diligência em favor de seu conquistador, mesmo quando esse conquistador era vencido inúmeras vezes. Vimos, ao contrário, a rapidez com que o império neoassírio desapareceu assim que o império teve de enfrentar um sério desafio externo.

Depois de vencer batalha após batalha, mas sem encerrar a guerra, Aníbal foi chamado de volta à África para ajudar a salvar Cartago depois que os romanos decidiram invadir em vez de tentar derrotar Aníbal na Itália. Públio Cornélio Cipião “Africano” levou a guerra para a África do Norte e, então, de modo decisivo, derrotou Aníbal na Batalha de Zama na atual Tunísia em 202 a.C. Como resultado de sua vitória, Roma dominou a Espanha, ganhou alguns pontos de apoio na África do Norte e recebeu mais pagamentos em espécie de Cartago. Derrotada mais uma vez, Cartago ficou enfraquecida, mas ainda intacta e independente. Enquanto isso, Aníbal deu início a uma forte oposição em Cartago e se refugiou no Oriente helenístico onde passou várias décadas lutando contra os interesses romanos até seu fim, que se deu por meio de suas próprias mãos quando os romanos estavam prestes a capturá-lo. O espectro de Aníbal, por muitos anos, ergueu-se contra os romanos; séculos mais tar-

de, os pais romanos colocavam seus filhos para dormir, alertando-os de que Aníbal – assim como nosso bicho-papão – viria “pegá-los” sempre que eles demoravam um pouco mais para dormir.

SYMPLOKÉ: ROMA E O ORIENTE HELENÍSTICO

Certamente não existe ninguém que possa ser tão mesquinho e apático em sua percepção a ponto de não desejar descobrir de que maneira, e sob qual sistema de governo, os romanos conseguiram obter seu sucesso em menos de 53 anos até levar seu governo para quase todo o mundo habitado, uma realização que não tem paralelos na história humana.¹²⁶

Nascido logo após a Segunda Guerra Púnica (o ano exato é incerto), Políbio estava em uma posição perfeita para apreciar diretamente a ascensão de Roma ao cargo de regente do mundo mediterrâneo. Ele foi, na realidade, uma figura importante nessa história. Participou da resistência ao envolvimento romano da Liga Acaia antes de ser deportado para a Itália como refém. Amigo de Cipião Emiliano (neto adotado de Cipião Africano), ele ficou completamente enamorado pelo sistema romano, como vimos no capítulo anterior. Quando descreveu a rápida tomada de Roma do mundo mediterrâneo, ele usou uma bela metáfora grega evocativa – *symploké*. Um termo usado por tecelões que serve para descrever a maneira pela qual fios individuais se unem para formar um pedaço inteiro de pano ou tecido. Segundo ele, a ascensão do império unira acontecimentos e histórias locais, anteriormente não relacionados, para formar uma única história universal. Os 53 anos que ele menciona acima, grosso modo, referem-se ao período entre o início da Segunda Guerra Púnica e a Batalha de Pidna em 168 a.C., um momento decisivo na tomada de Roma de partes importantes do Oriente helenístico.

O envolvimento político direto de Roma com o mundo helenístico começou pouco antes da Primeira Guerra Púnica. Pirro, um imitador de Alexandre e rei de Épiro, invadiu a Itália pelo outro lado do Mar Adriático. Chamado pelos habitantes de Tarento no sul da Itália, ele logo conseguiu o apoio de alguns grupos itálicos e gregos locais. Em uma série de batalhas, em 280 e 279, ele derrotou os romanos, mas com uma perda tão considerável de seus próprios homens que seu nome ainda continua sendo lembrado em nosso termo de “vitória pírrica”,

126. Políbio, *The Rise of the Roman Empire* 1.1; trad. Ian Scott-Kilvert (London: Penguin Classics, 1979).

9.3. Baal-Tanit, a principal deusa cartaginesa na época das Guerras Púnicas. Slide de Mark W. Graham.



isto é, uma batalha que é tecnicamente vencida, mas a um custo tão devastador que dificilmente pode ser classificada como válida.

Roma e Cartago se envolveram em alianças com o Oriente helenístico mais para o fim do século. Durante a Segunda Guerra Púnica, por exemplo, Filipe V da Macedônia foi um aliado de Cartago, enquanto Roma era aliada da Liga Etólia. Logo após a vitória romana nessa guerra, as cidades e reinos helenísticos, ansiosos por vencer ao menos uma batalha contra seus vizinhos helenísticos, pediram a ajuda de Roma. Rodes, por exemplo, fez isso em 201, apenas vários meses após a Batalha de Zama.

Roma levou somente 35 anos depois do fim da Segunda Guerra Púnica para se tornar também a mestra do Mediterrâneo Oriental, em grande parte como resposta a esses chamados. Como vimos no capítulo anterior, há muitas discordâncias sobre quando e como Roma se tornou imperialista ou um império. Outra dimensão mais diversificada dessa discussão destaca o envolvimento de Roma no mundo helenístico. Algumas pessoas, conforme podemos nos lembrar, simplesmente afirmam logo de início que Roma possuía um “hábito nacional” profundamente enraizado de conquista e, portanto, seu envolvimento no Oriente meramente serviu para dar continuidade a uma longa história.

Para outro grupo de historiadores, porém, sua interação com o Oriente helenístico foi, na verdade, o início do imperialismo romano. Esses historiadores diferem a respeito dos detalhes específicos do processo, embora geralmente concordem acerca do tempo e do contexto. Uma dessas ideias garante que o envolvimento de Roma no Oriente helenístico não foi premeditado de maneira alguma e que, certamente, não foi parte de qualquer planejamento romano de dominar o mundo, apesar de quaisquer ideologias retrospectivas de *imperium sine fine*. Os gregos atraíram os romanos para seu mundo e se aproveitaram ao máximo de sua ajuda e proteção para realizar seus próprios objetivos. Os romanos, de sua parte, temiam por sua reputação se não respondessem ao pedido de socorro e, por isso, agiram segundo o estilo romano, que se preocupava com seus clientes. A hegemonia romana, apesar de relutante, seguiu o clamor desse pedido de auxílio.¹²⁷ Outro ponto de vista afirma que os romanos estavam profundamente enamorados pela cultura grega e que o imperialismo então seguiu à distância essa sua admiração e amor por tudo que era grego. Os romanos, na realidade, eram anti-imperialistas e surgiram no cenário grego helenístico como campeões impressionados pela cultura grega, em especial sua liberdade e independência. Mais uma vez, porém, seu envolvimento no Oriente resultou nas aquisições e nos hábitos de adquirir novos clientes, sendo que isso os obrigou a permanecer com a obrigação de governar os gregos. Um terceiro ponto de vista alega que o envolvimento inicial e passivo de Roma no Oriente criou na cidade uma “paixão insaciável” pela conquista; Roma adquiriu um novo militarismo e imperialismo em seu envolvimento ali. O imperialismo surgiu então de seus envolvimento no Oriente e não precisa ser visto como resultado de seu passado romano. Defesas de todas essas três posições (e outras) podem ser encontradas em diversos níveis de fontes disponíveis.

A história do envolvimento romano nas questões gregas é fascinantemente complexa e também extremamente confusa e decepcionante. A necessidade de mencionarmos apenas alguns pontos mais importantes nesse momento, embora essenciais para nosso estudo, representa o risco de criarmos um cenário labiríntico de circunstâncias e ações que pode ser artificialmente prático demais. Vários marcos e momentos cruciais podem nos ajudar a ilustrar os principais temas e como esse império está relacionado à nossa história em geral dos impérios antigos. Começamos por 197/196, alguns anos após a Segunda Guerra Púnica. Tito Quíncio Flaminino lutou na Batalha de Cinoscéfalos contra Filipe V da

127. Erich S. Gruen, *The Hellenistic World and the Coming of Rome* (Berkeley: University of California Press, 1979). A revisão de diversos argumentos a partir daqui é baseada em suas páginas 5-7.

Macedônia. Um número significativo de gregos se aliou a Roma contra Filipe. Logo após a vitória romana, milhares de gregos se reuniram em um estádio para ouvir o anúncio de um arauto romano a respeito do que iria acontecer em seguida. A proclamação foi lida:

O Senado de Roma e Tito Quíncio Flaminino, o procônsul, tendo derrotado o rei Filipe e os macedônios na batalha, deixam livres os seguintes estados e cidades, sem a presença de tropas, não sujeitos a tributações e com direito total de suas leis ancestrais: os povos de Corinto, Phocis, Locri, Eubeia, Acaia Fitiótica, Magnésia, Tessália e Perrábia.

Depois do anúncio, houve comoção e júbilo:

A maior parte da multidão não conseguia acreditar no que acabara de ouvir, pois o que acontecera era tão inesperado que era como se eles estivessem ouvindo as palavras, como se estivessem vivendo um tipo de sonho.

No entanto, o que os romanos chamavam de liberdade e o que os gregos entendiam da palavra podia ser muito diferente. O sistema de clientela dos romanos sempre implicava certas ligações e obrigações recíprocas de longo prazo que ainda não estivessem claras para as massas eufóricas. Até mesmo Políbio provavelmente se mostrou constrito por seu próprio amor pelo sistema romano quando escreveu:

Pois essa foi sem dúvida uma ação totalmente admirável, tanto que o povo romano e seu general deveriam ter decidido correr riscos e fazer investimentos ilimitados para garantir a liberdade dos gregos, de modo ainda mais impressionante por terem dedicado a esse ideal a força suficiente para sua concretização; e o que é ainda mais impressionante é o fato de nenhum infortúnio surgir para frustrar suas intenções. Em vez disso, todos os fatores são combinados para ocasionar esse momento glorioso, quando por meio de um único proclama todos os gregos que habitam a Ásia e a Europa se tornam livres, sem a presença de tropas militares ou impostos para lhes sobrecarregar, mas apenas desfrutar de suas próprias leis.¹²⁸

Algum tempo se passou até que muitos gregos começaram a perceber que havia outras maneiras para se construir um império sem a necessidade de guarnições militares, impostos e imposições de um código uniforme de leis. Enquanto isso, porém, sob a bandeira da “liberação dos gregos”, os romanos continuaram em expansão, respondendo aos pedidos de ajuda do inconstante mundo grego.

Quando iniciaram a decisiva Batalha de Pidna (168 a.C.), o outro lado da moeda romana foi revelado com mais clareza. Talvez os romanos

128. Políbio 18.46, Scott-Kilvert trad.

não fossem tão partidários assim da filantropia. O conquistador romano em Pidna, Emílio Paulo, derrotou o rei Perseu e os macedônios e, assim, os romanos revelaram um lado de total expansão e brutalidade sem precedentes. Quando voltou de Pidna, Emílio Paulo escravizou 150 mil pessoas, saqueou 70 cidades gregas em retaliação por seu apoio a Perseu e organizou uma comemoração de triunfo que durou três dias, uma procissão de vitória oficial, em Roma. Foram necessários três dias inteiros para mostrar publicamente todos os espólios da campanha, sendo que Paulo tomou a maior parte para seu uso particular.

Um episódio logo após Pidna demonstra com clareza a nova perspectiva e atitude dos romanos. Antíoco IV “Epifanes” da Síria estava prestes a atacar Ptolomeu VI do Egito, mas o Senado romano não aprovou a ação. Sob o comando do Senado, o embaixador Gaio Popílio Laenas foi enviado para ordenar que o rei Antíoco deixasse o Egito imediatamente. Quando Popílio entregou o mandato do Senado a Antíoco, ele declarou que precisava de algum tempo para consultar a questão. Foi aí que Popílio fez sua declaração:

Por acaso com o graveto de uma parreira nas mãos, ele o usou para desenhar um círculo ao redor de Antíoco e ordenou que este lhe desse a resposta à carta antes que deixasse o anel desenhado sobre o chão. O rei foi pego de surpresa por esse gesto arrogante, mas, após alguns momentos de hesitação, ele respondeu que cumpriria tudo o que os romanos exigissem. Então, Popílio e seus assistentes apertaram sua mão e todos o cumprimentaram de modo afetuoso.¹²⁹

Muitos ficaram bastante impressionados diante da arrogância de um embaixador romano com um rei helenista, principalmente pelo fato de esse rei ter consentido de maneira tão rápida àquela exigência. A força de Roma estava claramente se tornando reconhecida por todo o mundo mediterrâneo. Bastante revelador também é o modo afetuoso e amigável da reação dos romanos assim que Antíoco concordou com seu ultimato. A maneira de Roma lidar com seus problemas parece ter mudado de formas básicas nesse ponto. Contudo, ao mesmo tempo, a tendência dos romanos de receber com afeto aqueles que se aceitavam como subordinados de Roma é tão antiga quanto o próprio sistema patrono-cliente de Roma.

As décadas seguintes à Batalha de Pidna foram testemunhas de devastações e ataques brutais contínuos. Cartago, que Roma deixara bastante enfraquecida, apesar de ainda ser um estado soberano, foi atacada mais uma vez por Roma em 146 a.C., em uma investida independente

129. Políbio 29.27, Scott-Kilvert trad.

de provocações anteriores e completamente unilateral, quase sempre elevada ao título de Terceira Guerra Púnica.

Toda a cidade, portanto, foi completamente dizimada de sua existência, e foi decretado que qualquer pessoa que desejasse se estabelecer ali seria considerada amaldiçoada.¹³⁰

Os romanos devastaram Cartago de tal forma que poucos traços da cidade púnica puderam ser encontrados (embora a famosa história de que os romanos, então, espalharam sal por todos os seus campos seja apenas um mito da atualidade, ela provavelmente jamais deixará de existir). No mesmo ano, os romanos saquearam Corinto por seu apoio a uma revolta da Liga Acaia e, como resultado, a maioria dos habitantes do sexo masculino foi morta por suas espadas e as mulheres e crianças vendidas como escravos. Distinções anteriores entre o imperialismo de Roma do século II e o de Atenas do século V a.C. começavam a parecer insignificantes nesse ponto.

As reações às ações romanas variavam bastante. Alguns gregos, na realidade, receberam bem seus novos mestres, exatamente da maneira como alguns haviam recebido Filipe II da Macedônia quase um século antes. A maioria, afinal, estivera sob o comando de mestres estrangeiros desde aquela época e, portanto, a diferença provavelmente não parecia algo tão relevante assim. Quando se mostravam totalmente apaziguados, na verdade, os romanos podiam ser mestres surpreendentemente afetuosos e gentis. Em muitos casos, a cooptação das elites conquistava as elites locais, que geralmente tinham muito a ganhar por meio de seu apoio ao governo romano. Muitas pessoas, assim como o próprio Políbio, por exemplo, pareciam se apaixonar de modo sincero pelo sistema romano. Ele se tornou um colaborador na imposição do governo romano em Acaia e se beneficiou dos laços de amizade com os níveis mais elevados das elites romanas. Em outros casos, as elites locais podiam não aceitar Roma por completo, por assim dizer, mas deixavam de lutar contra o inevitável. Átalo de Pérgamo, por exemplo, simplesmente transferiu todo o seu reino a Roma quando morreu em 133 a.C.

Em outros casos, gregos helenistas se opuseram de maneira ferrenha contra os romanos. O exemplo mais famoso aconteceu em 88 a.C., quando Mitridates de Ponto, um pequeno reino helenístico, ordenou que os gregos da Ásia Menor matassem os romanos e os italianos que viviam entre eles. Há muito tempo uma vítima dos cobradores de impostos romanos (os *publicani*), eles reagiram de modo entusiástico com

130. *Zonaras*, Epítome 9.30, citação de Lewis e Reinhold, 209.

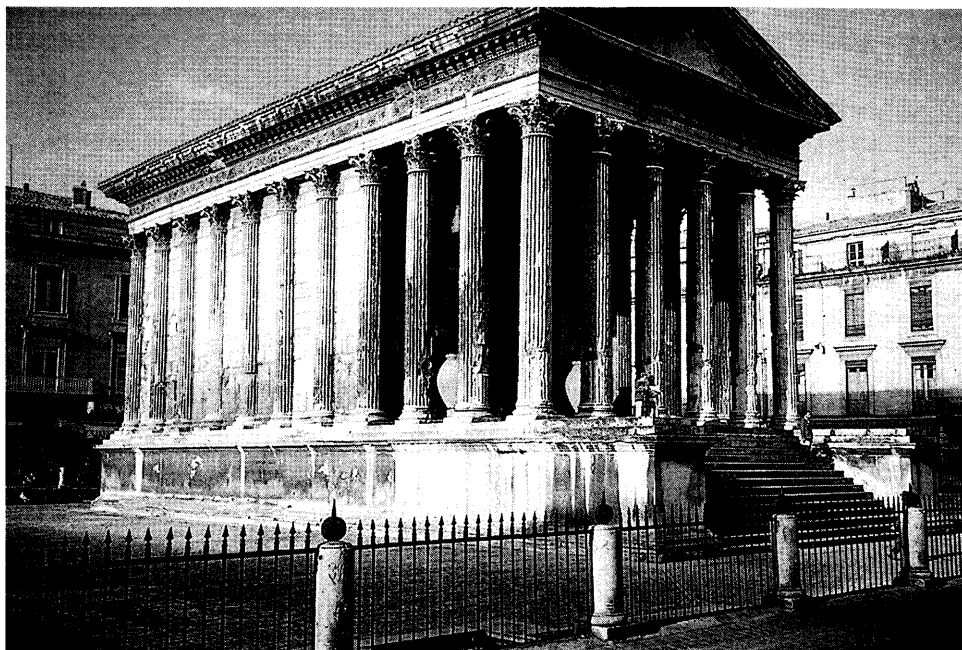
um massacre que deixou 88 mil mortos. A reação dos romanos abalados aqui é bastante reveladora:

Nós não reclamamos sua posse quando se tornaram nossos súditos (...), mas os tornamos livres e autônomos (...) não pagadores de impostos, mas nossos clientes.¹³¹

Mesmo nesse ponto, os romanos viam seu governo como inócuo, um favor a seus clientes, que, apesar de tudo, eram seus súditos. Dessa maneira, os paralelos com impérios anteriores parecem óbvios. Os assírios, os persas e os atenienses, por exemplo, certamente acreditavam que estavam fazendo um favor aos seus súditos. Será que um cliente romano de fato tinha liberdade e autonomia? Segundo a definição de quem? Mais uma vez, a autopercepção dos romanos podia ser bastante conflitante com a compreensão helenística das intenções dos romanos. Enquanto os romanos defendiam seus atos de patronos, muitos habitantes do Oriente viam atos paternalistas demais.

As consequências do envolvimento romano no Oriente helenístico foram muitas e de diversas formas. Alguns dos reinos eram incredivelmente ricos e sempre havia muitos atrativos materiais. Os generais competiam com unhas e dentes para assumir o controle dessa área, conhecendo de perto a glória e a riqueza que podiam conseguir para eles mesmos e/ou para seus soldados. Comerciantes italianos também começaram a investir no Oriente. Já que as convenções morais romanas tradicionais proibiam de modo veemente os patrícios e os senadores de lucrar com o comércio especulativo, toda uma classe social, a dos équitos, surgiu para tirar vantagem dos mercados lucrativos. As qualificações para participar dessa classe nesse momento incluíam a propriedade de um mínimo de 400 mil sestércios, sendo que cada vez mais pessoas pareciam conseguir acesso diante das novas oportunidades e dos mercados em expansão. As classes dos équitos também passaram a ganhar bastante com os lucros e as rendas dos impostos das lavouras; eles faziam ofertas para disputar os contratos que lhes permitiam recolher impostos daqueles que não eram seus aliados e que passavam a ser conquistados. Alguns historiadores de uma geração mais antiga afirmaram inclusive que foram esses interesses comerciais os verdadeiros causadores do imperialismo romano em um primeiro momento. Segundo essa ideia, defendida por alguns eruditos marxistas, Roma foi, na realidade, pressionada no exterior por mercadores romanos e o advento da classe comercial romana. A presença política e militar de Roma, inicialmente, tinha a intenção de apenas proteger os interesses

131. Appian, *Roman History* 12.9, citação de Lewis e Reinhold, 215.



9.4. Maison Carrée, templo romano no estilo grego. Slide de Céline Léon.

comerciais romanos, mas que acabou se tornando algo constante. “A bandeira seguia o comércio”, como alguns teóricos do império gostam de descrever essa dinâmica em contextos mais atuais.

Uma fase totalmente nova de influências culturais gregas também nasceu a partir do envolvimento de Roma com o Oriente grego. Apesar de Roma ter sido influenciada pela cultura grega desde seus primórdios, essa era foi testemunha de uma intensidade e diversidade sem precedentes. Os templos, as práticas políticas, as expressões religiosas e a literatura grega surtiram uma tremenda influência nos romanos (fig. 9.4). A defesa do helenismo atingiu um novo patamar, cujos aspectos abordaremos nos capítulos posteriores. Com essa tendência, surgiu também uma nova ênfase do general carismático na figura de Alexandre, o Grande, e a minimização dos princípios romanos tradicionais da liderança. Veja, por exemplo, as duas estátuas nas Figuras 9.5 e 9.6. A Barberini Togatus mostra de maneira clara dois bustos de ancestrais romanos tradicionais nas mãos e com uma toga cobrindo todo o corpo. O general de Tívoli, ao contrário, está quase descoberto e aparece de modo provocativo com uma toga desarrumada, sem a presença de qualquer sinal de seus ancestrais. Ele representa o indivíduo conquistador e carismático, exibindo, de forma



9.5. General de Tívoli. Desenho de Stephanie Espeland.

insinuante, a nudez heroica de Alexandre. Pessoas mais conservadoras protestavam com veemência contra a influência grega, mas seus estilos passaram a permear toda a sociedade romana. O indigesto senador Cato, o Ancião, disse no início do século II a.C. que “no momento em que os romanos se deixarem infectar pela literatura da Grécia, eles perderão seu império”.¹³² Talvez eles tenham de fato conquistado o

132. Plutarco, *Life of Cato the Elder* 23.23, de *Makers of Rome*, trad. Ian Scott-Kilvert (London: Penguin Books, 1965), 119-151.

mundo inteiro depois de perder sua própria alma romana, mas certamente não perderam um império durante esse processo.

A REPÚBLICA TARDIA E O FIM DA ANTIGA ORDEM

Seja qual for a causa da expansão, ela agora passava a acontecer de forma rápida e contínua, sendo que não havia qualquer plano oficial em vista para lidar com todas as novas circunstâncias. Duas Guerras Púnicas tinham quase duplicado o território romano; a expansão oriental foi muito além disso. A centurição romana, a construção de estradas e de cidades, em pouco tempo, passou a estampar a paisagem romana (ou, agora, greco-romana) ao redor do Mediterrâneo. Áreas distantes foram transformadas por tudo isso, mas ao mesmo tempo Roma também passava por essa mudança. O envolvimento de Roma no exterior transformou o interior da cidade, de maneiras muito além da compreensão dos observadores contemporâneos.

Avaliações antigas e atuais do final da república há muito tempo se fundamentam em suas demagogias poderosas e nos senhores de guerra/generais – sem dúvida alguma, na verdade, à luz de outras dimensões significativas desse período tão rico. Muita coisa já foi escrita a respeito dos “grandes homens” dessa era famosa, mas, até muito pouco tempo atrás, um número muito menor de obras foi publicado acerca das forças ideológicas, econômicas, militares e políticas mais amplas que os cerceavam. A maioria dos historiadores da época só conseguia compreender as mudanças em andamento segundo os termos morais. Para eles, indivíduos gananciosos simplesmente agiam para prejudicar a república. Temos sempre de tomar cuidado com obras de escritores antigos (e também de comentaristas da atualidade) que buscam entender as mudanças sociais e culturais puramente à luz dos termos morais. Os relatos dos historiadores Salústio, Lívio e outros, raramente – se é que em algum momento – vão além da moralização em suas análises da república tardia. O historiador Plutarco, ao analisar o século II a.C., a partir da perspectiva do final do século I e início do século II d.C., é um bom exemplo desse tipo de ideia:

A República romana se tornara grande demais para preservar sua pureza de espírito inicial, sendo que a própria autoridade que exercia sobre tantos reinos e povos constantemente os obrigava a manter contato e se adaptar a uma diversidade extraordinária de hábitos e modos de vida.¹³³

133. Plutarco, *Life of Cato the Elder* 4, Scott-Kilvert trad.

9.6. Homem romano segurando bustos de seus ancestrais. Scala/Recurso de Arte, NY.



Os historiadores continuam discutindo essa era tão famosa: será que ela não passou de uma era de individualistas egocêntricos, possíveis salvadores do império, realistas pragmáticos, ou algo além disso? Pode ser bastante útil uma análise das relações complexas entre os diversos níveis do tempo histórico para respondermos a essas questões.

Mudanças fundamentais estavam acontecendo sob a superfície, tanto como causa e efeito dos famosos acontecimentos históricos. Modificações na agricultura e na lavoura foram identificadas entre os níveis estruturais ecológicos e sociais do tempo histórico, tendo sido desencadeadas, em parte, por esses acontecimentos. Transformações nos diferentes níveis do tempo histórico são multidirecionais. Em um

nível básico, a afluência de espólios de guerra estabeleceu um ciclo que renovou as estruturas demográficas e econômicas dos romanos. Conforme mais escravos e bens chegavam, mais soldados, colonizadores e comerciantes romanos pareciam dispostos a se mudar. As guerras continuavam proporcionando os meios para adquirirem escravos, mas exigiam um comprometimento cada vez maior dos pequenos fazendeiros de Roma, a espinha dorsal da economia romana e a razão principal de seu exército. Segundo o costume, para servir nas legiões romanas, o indivíduo tinha de ser dono de terras, mesmo que apenas um pequeno lote. Os fazendeiros eram os melhores soldados, nas cabeças dos romanos conservadores. A imagem tradicional do fazendeiro livre partindo para a guerra e voltando em seguida ao seu pequeno pedaço de chão (assim como Cincinato) era algo profundamente enraizado na mente dos romanos. Essas pequenas fazendas, originalmente, dominavam o interior italiano, produzindo as plantações de cereais que eram a base da cadeia alimentar dos romanos. Entre os séculos III e I, algumas mudanças, apesar de irregulares em seu impacto, passaram a alterar a demografia romana.

A extensão pode ser discutida, mas o trabalho escravo na agricultura começou a crescer. Os escravos já haviam sido utilizados em uma escala modesta na agricultura romana anterior. A melhor produtividade de escravos, conforme foi concluído, podia ser usada em grandes fazendas que eram administradas por capatazes contratados. Como resultado, os tamanhos das fazendas começaram a aumentar de modo drástico conforme as pequenas fazendas eram compradas e anexadas às propriedades cada vez maiores. “Cresça ou desapareça”, como costuma dizer Earl Butz, ministro americano da Agricultura nos governos de Richard Nixon e Gerald Ford.

Um grande número de escravos trabalhava nessas plantações – *latifundia*, como eram chamadas – de mais de 300 acres. De acordo com algumas estimativas atuais (provavelmente altas demais, segundo pesquisas muito recentes), os escravos chegaram a representar quase um terço da população italiana em um determinado momento. Os escravos e as fazendas eram propriedades de patrícios ou de plebeus ricos como os équites. A propriedade de terras sempre foi a base pré-moderna da riqueza, além de ter sido um caminho bastante utilizado para a respeitabilidade social dos équites, que sabiam muito bem como a aristocracia já estabelecida desprezava a base empreendedora de sua riqueza. Depois de ser forçados a vender seus pequenos lotes de terras, alguns camponeses livres e pequenos fazendeiros partiam em direção às cidades cada vez maiores em busca de trabalho, onde eram conhecidos como

proletarii (Karl Marx os usou como inspiração para seu proletariado); outros se mudaram para novas propriedades em terras estrangeiras.

A escravidão romana não surgiu nesse momento. Roma já era uma sociedade que dependia de escravos no século IV, mas o século II testemunhou uma mudança generalizada em escala como resposta às conquistas. A extensão dessa alteração é contestada com veemência entre estudiosos mais recentes, embora nenhum deles duvide de que as mudanças estivessem ocorrendo. Sem nunca se fundamentar na raça ou em questões étnicas, a prática da escravidão romana era resultado da guerra e do comércio. O tratamento dos escravos variava de maneira considerável: eles podiam ser médicos praticantes e professores que viviam no conforto de uma *familia* aristocrática, mas, na maioria dos casos, eram empregados na agricultura ou, o que era ainda pior, nas minas. Essa última atividade era de trabalho brutal, caracterizada por explorações severas e uma expectativa de vida muito baixa. Entretanto, os escravos podiam ser libertados por um processo conhecido como manumissão, sendo que seus descendentes podiam se tornar membros da sociedade romana como homens livres.

A atividade agrícola na *latifundia* também era muito diferente daquela praticada em períodos anteriores. A verdadeira moeda corrente agora eram as azeitonas, o vinho e, acima de tudo, os rebanhos das fazendas (em especial os das ovelhas e cavalos). Esses eram os artigos de luxo consumidos pelo pequeno número das elites italianas. Os fazendeiros livres com pequenos pedaços de terra basicamente aravam a terra para suas próprias plantações de cereais, itens de necessidade básica para esses habitantes da Península Itálica, mas, cada vez mais, os grãos vinham de fora da península. Regiões como a Sicília, a África do Norte e a Anatólia ocidental se tornaram os produtores-chave de grãos para a Itália.

A aristocracia senatorial e os équites se saíram muito bem nessa transformação gigante da agricultura. Além de sua expansão das propriedades particulares, muitas pessoas já vinham há muito tempo plantando nas terras *ager publicus*, o conjunto dos bens imóveis pertencentes, em teoria, ao povo de Roma. Os ricos geralmente tratavam dos lucros da agricultura dessas terras de maneira total e ilegal, como se elas fossem suas propriedades particulares, enquanto o Senado, por razões bastante óbvias, fazia vistas grossas para o mau uso das terras públicas. Ao mesmo tempo, os mais pobres habitantes livres rurais e urbanos normalmente viam sua situação piorar, mesmo enquanto as conquistas romanas produziam um influxo aparentemente infinito de riquezas, que

eram distribuídas de forma desigual na Itália. Alguns pobres livres, na verdade, viviam em situações tão desesperadoras que acabavam se juntando às revoltas dos escravos, como, por exemplo, a famosa rebelião comandada por Espártaco em 74-71 a.C.

Romanos em todos os níveis começaram a reagir a essas grandes mudanças sem conseguir compreender todas as suas implicações. Suas reações propunham de todos os possíveis ângulos a restauração da república, mas geralmente só faziam piorar os problemas já existentes. Esse era o nível dos acontecimentos do tempo histórico. A reação política antiga mais famosa foi a dos irmãos Tibério e Caio Graco. Antigas fontes, assim como relatos atuais, discordam com veemência em suas avaliações – será que eles foram reformadores sociais altruístas ou pseudotiranos?

Os irmãos possuíam uma linhagem interessante, que sabiam usar para tirar todas as vantagens possíveis. Seu pai foi um famoso censor e duas vezes cônsul – especialmente notável por ser um plebeu – e sua mãe era filha de Cípião “Africano”. Os irmãos também eram muito distintos – Tibério, por exemplo, foi o “primeiro a subir as muralhas dos inimigos” em Cartago, 146. Os dois se casaram com mulheres da nobreza mais elevada, Caio passou a fazer parte da família dos romanos mais ricos de sua época. Totalmente inseridos na aristocracia senatorial, mas ainda plebeus, eles tinham tudo o que era melhor dos dois mundos, o que lhes permitiu exercer um dos cargos mais influentes da Tribuna das Plebes. Foi a partir dessa plataforma que ambos propuseram suas respectivas reformas.

Tibério, o mais velho dos dois, assumiu o cargo antes e propôs uma Comissão de Terras para redistribuir as *ager publicus*. Isso significava tirá-las da nobreza, cujo uso exclusivo e ilegal das terras se tornara tradicional. Tibério testemunhara de perto o empobrecimento dos cidadãos comuns de Roma e o crescimento paralelo do trabalho escravo enquanto viajava pelo norte da Itália. Ao colocar as *ager publicus* nas mãos dos romanos sem terra, o plano foi capaz de realizar diversas coisas de uma só vez: devolver as terras a um número maior de pequenos fazendeiros e assim aumentar os recursos militares e diminuir a dependência da Itália dos grãos vindos do exterior.

Tecnicamente, um reformista visa a recriar uma situação anterior, e Tibério, sem dúvida, achou que era isso que ele estava fazendo. Em sua concepção, esse provavelmente era um plano muito tradicionalista e conservador que tinha o intuito de reavivar o “valeroso campesinato” de Roma e, dessa forma, solucionar muitos dos problemas sociais e agrários.

Ele queria fazer o relógio voltar até um tempo em que imaginava que Roma era perfeita. Essas tentativas, porém, sempre evidenciaram um ou ambos dos seguintes aspectos: talvez a “Era de Ouro” a que os reformistas queriam retornar seja extremamente idealizada ou totalmente utópica, ou as tentativas de “restaurar o passado” simplesmente acabem criando algo novo. As propostas de Tibério evidenciaram um bom bocado de ambas as situações.

A Comissão de Terras de fato conseguiu atrair o apoio de um grande número de senadores poderosos e partidários das reformas. Encorajado, Tibério então levou seu programa de reforma diretamente para as assembleias de votações populares. Ao fazer isso, no entanto, ele passou à frente do Senado, e muitos senadores se sentiram menosprezados, por assim dizer. Além disso, como membro da Tribuna em 133, Tibério ilegalmente depôs um de seus colegas tribunos que se opôs a ele. Ele estava pronto para executar seu programa tradicionalista por meios não tradicionais: inovar para restaurar. A maioria dos senadores não compartilhava de seus métodos nem de seus sonhos. Assim, diversas contingências históricas, de repente, convergiram e o estimularam ainda mais. Notícias chegaram em 133 a.C. de que o rei Átalo do pequeno reino helenístico de Pérgamo havia transferido seu reino para Roma. Tibério se aproveitou da oportunidade e propôs que o dinheiro da herança de Átalo fosse usado para financiar sua comissão e oferecer concessões iniciais para romanos sem terras, em especial os veteranos. Além disso, entre 135 e 132 a.C., uma revolta de escravos na Sicília interrompeu o abastecimento de grãos e mostrou o quão suscetível estava a Itália por depender tanto dos grãos vindos de fora da península. A restauração do antigo pequeno fazendeiro ajudava a se protegerem nesses casos emergenciais no futuro.

Os principais partidários de Tibério eram homens pobres das áreas rurais que geralmente se juntavam na cidade quando medidas importantes eram discutidas nas assembleias legislativas. Quando uma eleição crucial acontecia na época das colheitas – e, assim, com poucas esperanças da base de poder de Tibério estar presente – ele recorria desesperado aos indivíduos pobres da cidade para conseguir apoio na promulgação de suas medidas. No final, Tibério foi morto – depois de ser enganado por senadores com a ajuda de alguns équites também. Seu assassinato foi bastante sério: a sacrossantidade da Tribuna das Plebes fora violada.

Caio Graco, o irmão mais jovem, membro da Tribuna das Plebes alguns anos mais tarde, comprometeu-se em concluir as reformas de

Tibério. Ele provou ser ainda mais audacioso e radical no desafio ao poder dos senadores. Lutou para retirá-los dos tribunais que julgavam os abusos dos senadores nas províncias – solidariedade demais, ele suspeitava. Por perceber, ainda mais que seu irmão mais velho, a importância dos équites, ele determinou formalmente que fossem reconhecidos como uma entidade política com prestígio e propôs que eles recebessem direitos mais amplos na coleta de impostos do exterior. A fim de atrair mais plebeus para sua causa, alguns dos quais teriam sido clientes de seus inimigos senatoriais, ele tentou (sem sucesso) estender os direitos de cidadania e subsidiou o preço do grão, o que eliminou as variações nos preços que podiam, às vezes, elevar o custo dos alimentos além do alcance dos mais pobres. Ele também fundou uma colônia no exterior no local de Cartago em 122, obviamente ignorando a maldição lançada contra qualquer pessoa que ousasse recolonizar o lugar. Cartago se tornou a primeira colina estrangeira de Roma; muitas outras viriam a seguir. Com todas essas medidas, Caio estava construindo uma coligação contra os senadores que eram contrários aos seus planos. O Senado reagiu com a criação de sua própria tribuna partidária, e assim os problemas começaram a surgir. Caio sugerira a criação de uma colônia estrangeira; a tribuna de partidários dos senadores, então, propusera 12 colônias domésticas e isso se repetia de modo sucessivo. No final, Caio foi assassinado, assim como seu irmão antes dele, um segundo golpe contra a sacrossantidade da tribuna. Algumas das reformas propostas pelos irmãos Graco, porém, como a Comissão de Terras, continuou em vigor.

Os dois reformistas estavam, ao que parece, tentando preservar a constituição romana por meio da imposição de sua adaptação às novas circunstâncias que ninguém naquela época era capaz de compreender. Os irmãos Graco tornaram expostas muitas das profundas feridas da sociedade romana. Entre elas havia uma divisão na sociedade que diferenciava os *populares*, aristocratas que solidificaram o poder por meio do trabalho direto e do cuidado com as pessoas, e os *optimates*, que dominavam o Senado e representavam o *status quo*. Embora os termos não fossem imediatamente usados dessa forma, em geral passaram a designar facções distintas em uma era seguinte de conflitos e guerras civis.

Novas mudanças começaram a alterar o exercício do poder social e aparecem claramente refletidas em uma sucessão de generais poderosos que, assim como os irmãos Graco, estavam reagindo às novas condições estruturais mais profundas. O primeiro em uma sucessão de

grandes homens/trapaceiros foi Caio Mário, um membro do grupo dos équites e também um *novus homo*, o primeiro homem em sua família a chegar ao Senado. Mário alcançou o topo graças às suas proezas militares, chegando a ocupar o cargo de cônsul sete vezes entre 107 e 86 a.C. Ele tentou solucionar alguns dos mesmos problemas que afligiram sua família. Um plano com consequências importantes para a república foi o de simplesmente recrutar homens sem terras (*proletarii*) para servir em seu exército e custear os equipamentos dos soldados. A qualificação das propriedades já havia decaído gradativamente durante o século anterior, mas Mário, como resultado, criou um antigo exército profissional e estabeleceu uma situação em que muita lealdade era oferecida diretamente ao general que podia recompensar seus soldados por meio das conquistas em vez de Roma em si. Roma, ou pelo menos Mário, tinha agora um exército permanente que precisava ser mantido ocupado pela guerra para que pudesse ser custeado. Os soldados também serviam como uma força de engenharia, construindo estradas, pontes, etc. Entretanto, restava ainda a grande questão do que fazer com os soldados quando voltavam para casa de suas campanhas. Nem todos eles recebiam concessões de terras por suas conquistas, sendo que os verdadeiros problemas continuavam existindo.

As afinidades de Mário estavam com os *populares*, mas um rival *optimatus* surgiu na figura de Lúcio Cornélio Sula. Sula ganhou prestígio durante a Guerra Social (91-89), uma rara revolta dos aliados romanos que conseguiram então sua cidadania completa. O ano em que essa guerra terminou foi aquele em que Mitrídates massacrou os 88 mil romanos na Ásia Menor. Sula logo se ofereceu para liderar uma campanha de conquista e vingança contra ele. Ele conseguiu a autorização do Senado, mas um tribuno, então, contrariando sua vontade, transferiu o respeitado comando ao já idoso Mário, em meio a diversos protestos na assembleia. Em resposta, Sula marchou em Roma (o primeiro romano a fazer isso), assumiu o controle da cidade e forçou o Senado a promulgar seu pacote de reformas, ao mesmo tempo em que assassinou aqueles seus inimigos que conseguiu prender. Um exército capaz de dominar o Senado era algo muito distante do equilíbrio de poderes idealizado por Políbio na constituição romana.

Sula, então, partiu em sua própria campanha e, em sua ausência, Mário sitiou Roma em 87, matando alguns de seus próprios oponentes e declarando Sula um fora da lei. Quando Sula, com sucesso, concluiu sua campanha no Oriente, voltou para lutar contra os “marianos”, partidários de Mário (que morreu nesse meio-tempo). Ele estabeleceu

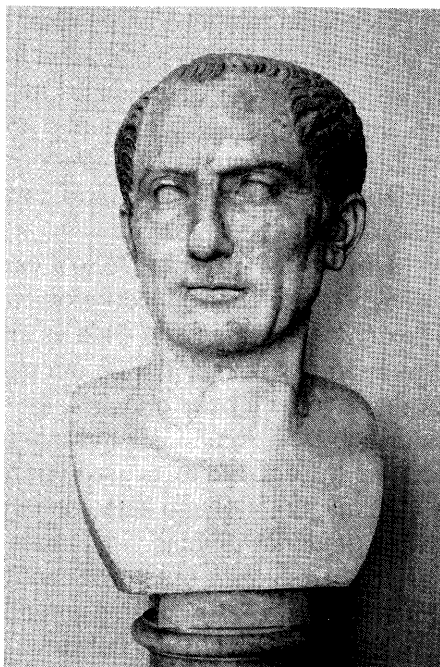
um precedente perigoso ao publicar uma lista de proscrição, uma lista de cidadãos que foram declarados fora da lei e que podiam, então, ser mortos ou ter suas propriedades invadidas com impunidade; todos os seus inimigos políticos marianos apareciam nela. Ao se autodeclarar um ditador, ele determinou uma ordem dura e sangrenta que, em sua opinião, era um mal necessário para a restauração da república; ele, então, deixou a vida pública.

Um jovem mariano, Júlio César, quase não sobreviveu às proscrições: em um determinado momento, conta a história, ele conseguiu escapar dos capangas de Sula quando se escondeu na água e ficou respirando por intermédio de um pedaço de bambu. Nascido em uma família de elite e boas relações, ele escalou o *cursus honorum* (curso honorífico ou caminho das honras) pouco mais de uma década após a ditadura de Sula. Ele foi acusado de tomar parte da famosa Conspiração de Catilina, um violento atentado *popularis* que visava a redistribuir as terras e anular as dívidas. Ele jamais chegou a ser julgado, mas Cícero, o principal estadista orador da república tardia que despontou de fato com sua condenação dos conspiradores, sempre esteve convencido de que César era, na verdade, culpado.

Em 60 a.C., um político jovem ambicioso e cheio de talento, César, se uniu aos dois mais importantes homens da época, Gneu Pompeu e Licínio Crasso, para formar uma poderosa coligação republicana (às vezes anacronicamente chamada de “Primeiro Triunvirato”). Pompeu era o general mais habilidoso de Roma na época, famoso por defender Mitrídates de Ponto e anexar enormes porções de territórios ao *imperium* de Roma, além de apaziguar a ira de piratas do Mediterrâneo. Crasso estava entre os homens ricos de Roma e era um líder militar de capacidade moderada. Esses dois juntos reprimiram a famosa revolta de escravos de Espártaco (74-71 a.C.), que deixou 6 mil escravos e os homens livres que lutaram ao lado deles crucificados ao longo da Via Ápia.

O trio de César, Pompeu e Crasso reuniu elementos óbvios de ideologia, economia, força militar e política (IEMP). Todos eles exerciam uma grande influência política e econômica. Pompeu possuía a sagacidade militar e César, a força política. Nenhum deles tinha influências que envolvessem todos os elementos. A base ideológica, como só podia ser, devia ser provavelmente mais bem compreendida como um impulso quase alexandrino pela conquista e glória. Honrar seus ancestrais e ocupar cargos honoríficos quase nem era tão importante nesse ponto.

9.7. Júlio César, cabeça de mármore. Vanni/Recurso de Arte, NY.



Após servir um ano como cônsul em 59 a.C., César recebeu um comando plurianual na Gália com quatro legiões abaixo dele (cerca de 5 mil homens por legião) e outras duas que foram formadas em 58. Estatísticas de sua campanha proclamam em alto e bom tom a imensa mudança em escala do imperialismo romano: 1 milhão de “bárbaros” mortos e quase 1 milhão de homens escravizados. Mais tarde, ele escreveu a obra *Gallic Wars*, que conta por meio de linguagem direta os detalhes de sua campanha, que lhe rendeu conquistas territoriais muito importantes no Oriente para seu império. Em nenhum momento ele esconde o fato de que estava determinado a investir na expansão romana e em sua glória pessoal. Enquanto isso, Crasso, nos extremos da fronteira oriental, lutava contra os persas, que tinham restabelecido um império persa para substituir o império selêucida helenístico; mais detalhes a respeito dos persas serão analisados no capítulo seguinte. A força de Crasso foi enviada para a Batalha de Carras em 53 a.C.; ele foi morto ao final do confronto, os estandartes de suas legiões foram capturados e sua cabeça decapitada acabou sendo usada como um adereço em uma apresentação da peça *As Bacantes* de Eurípides. O império persa podia resistir à hegemonia romana, mas ela permaneceu obstinadamente enraizada em sua cultura grega.

Após a morte de Crasso, uma guerra civil irrompeu entre os dois triúmviros restantes. Em 49 a.C., César foi declarado um fora da lei pelo Senado. Ao atravessar o Rubicão – rio que marcava o limite entre a Itália e a Gália –, ele, em essência, declarou guerra a Pompeu e ao Senado. No final, Pompeu acabou fugindo para o Egito, onde foi morto pelos ptolomeus. César agora estava sozinho no topo.

Como regente único, o governo de César em Roma foi decisivo, apesar de breve. Em 46 a.C., ele se autodeclarou ditador por dez anos e, em 44, autodeclarou-se ditador vitalício. Para se proteger, assumiu a inviolabilidade e sacrossantidade da tribuna. Uma ideologia alexandrina de liderança carismática é muito óbvia em seu reinado. Por exemplo, ele foi o primeiro romano a ter suas próprias imagens gravadas em moedas, por decreto do Senado; moedas deviam ser decoradas com as cabeças dos deuses. Provavelmente, não nos surpreende o fato de o historiador Plutarco ter comparado Júlio César a Alexandre, o Grande, em sua famosa obra *Vidas Paralelas de Cidadãos Gregos e Romanos*.

Nos Idos de Março, 44 a.C., César foi morto, assassinado por um grupo de senadores comandados por Caio Cássio Longino e Marco Júnio Bruto, esse último supostamente descendente do Bruto que ajudara a livrar Roma de seu rei (*rex*) para estabelecer a república. Em suas mentes, Bruto e Cássio estavam salvando a república ao se livrar de mais um tirano.

No entanto, trazer de volta a república não foi o que eles conseguiram. Um século de tentativas de “salvar a república” de modo consistente terminou com muito sangue derramado e, na verdade, nenhum desses esquemas demonstrou sequer uma pequena chance de fazer a cidade voltar no tempo. Muito antes de Júlio César, Sula ou Mário, instituições republicanas tradicionais foram utilizadas muito além da aprovação de seu povo. Lembranças delas, reais ou imaginadas, continuaram a inspirar e censurar os romanos nas décadas e até mesmo séculos futuros. Roma agora era um império do tamanho do Mediterrâneo, e não apenas uma república com base na Itália; em pouco tempo, esse império passaria a ter um imperador e se autoproclamaria cada vez mais o *imperium sine fine*. A expansão de seu império estava intrinsecamente relacionada à queda da república. Uma readaptação do sistema IEMP romano já estava em andamento, cujos detalhes serão esclarecidos no início do período seguinte, o Império Romano. Atribuir responsabilidade ou culpa a alguns indivíduos seria o mesmo que ignorar partes importantes do cenário histórico, assim como restringir a história

aos grandes homens. Roma estava sofrendo enormes transformações sociais, cujos tipos só podem ser analisados em todos os três níveis do tempo histórico. Os moralistas podiam continuar bradando seu apoio aos “bons velhos tempos”, mas, de acordo com a maioria das medidas históricas mais sensatas, os melhores dias de Roma, na realidade, ainda estavam por vir.

CAPÍTULO 10

A NOVA ORDEM POLÍTICA: AS BASES DO PRINCIPADO

Em meu sexto e sétimo consulados, depois de ter acabado com as guerras civis, e em um momento no qual, com a aprovação universal, estava no controle absoluto de tudo, eu transferei a república de meu poder para o domínio do Senado e do povo de Roma.

– Augusto, *Res Gestae*¹³⁴

- Como e por que Otaviano/Augusto teve sucesso onde Júlio César fracassara?
- Até que ponto a ascensão de um imperador romano sinalizou uma mudança no exercício do poder social no mundo romano?
- O que manteve unido um império de 50 a 70 milhões de pessoas?
- Até que ponto esse império era semelhante ou diferente dos impérios helenístico e do Oriente Próximo que o antecederam?

No início do século II, o brilhante, apesar de cínico, historiador Tácito resumiu o reinado do primeiro imperador de Roma ao seu modo tipicamente comovente e lacônico:

Augusto seduzia os soldados com presentes, o povo com grãos e todos os homens com os encantos da paz, e, aos poucos, viu seu poder crescer, concentrando em suas próprias mãos as funções do Senado, dos magistrados e das leis (...). Em casa, tudo era pacífico, os oficiais ostentavam os mesmos títulos de antes. A geração mais jovem nasceu depois da vitória de Ácio e

134. *Res Gestae Divi Augusti: The Achievements of the Divine Augustus*, tradução e edição P. A. Brunt e J. M. Moore (London: Oxford University Press, 1967), parágrafo 34.

até mesmo muitas pessoas da geração mais antiga tinham nascido durante as guerras civis. Um número muito pequeno de pessoas ainda vivas sabia como tinha sido a República!¹³⁵

Assim como outros moralistas romanos, Tácito se concentrou de modo exclusivo nos grandes homens e seus atos de tentarem restabelecer a república. Apesar de essa sua conclusão sucinta parecer incompleta, seria difícil culpar Tácito por colocar Augusto na posição central dos acontecimentos. Augusto foi um dos líderes mais brilhantes e talentosos que o mundo antigo conheceu, a partir de quase todas as perspectivas. Independentemente de como escolhemos começar a analisar o Império Romano, com a ascensão de Augusto/Otaviano, Roma finalmente passou a ter um verdadeiro imperador.

Não é possível tentarmos entender de forma completa uma figura tão notável quanto Augusto sem considerarmos as forças sociais mais amplas que se uniram antes, durante e depois de seu longo e frutífero reinado. Nossa intenção não é menosprezar nenhum ponto de sua genialidade administrativa pessoal – na verdade, podemos perfeitamente dizer que, sem Augusto, o Império Romano jamais teria acontecido da maneira que o conhecemos, e hoje, desnecessário dizer, estaríamos vivendo em um mundo totalmente diferente. Sem uma fusão dinâmica de fontes de poder, porém, Augusto não teria tido sucesso em sua tentativa de colocar o Império Romano sobre uma base sólida que sustentaria de maneira direta por bem mais de dois séculos e ainda muito mais tempo em uma forma modificada. Seu império foi diferente, em alguns aspectos básicos, de todos os outros impérios que estudamos, muito embora ele tenha dado continuidade a alguns padrões antigos e bastante familiares.

O Principado, como os historiadores denominam a era de dois séculos e meio de duração iniciada por Augusto, foi testemunha da transformação do mundo mediterrâneo. Nunca antes esse mundo estivera unido sob um único governo e isso só voltaria a acontecer depois do desmantelamento do sistema político romano. Algo em torno de 50 a 70 milhões de pessoas acabariam unidas sob a regência de um imperador cujo reino se estendia do Marrocos até a Mesopotâmia e do Saara até a Escócia. As conquistas deixaram de acontecer de modo pontuado durante o Principado, e Roma ficou com a tarefa de se autodefinir enquanto defendia fronteiras longínquas, além das quais viviam os “bárbaros”. Padrões de vida muito antigos sofreram alterações de níveis óbvios e também sutis – formas de entretenimento, padrões de colonização, meios de produção de alimentos, engajamento na política local. Os dois

135. Lewis e Reinhold, vol. 1, 556.

capítulos seguintes traçam de diferentes maneiras essas mudanças que aconteceram concomitantemente com o império.

SR. IEMP: OTAVIANO/AUGUSTO

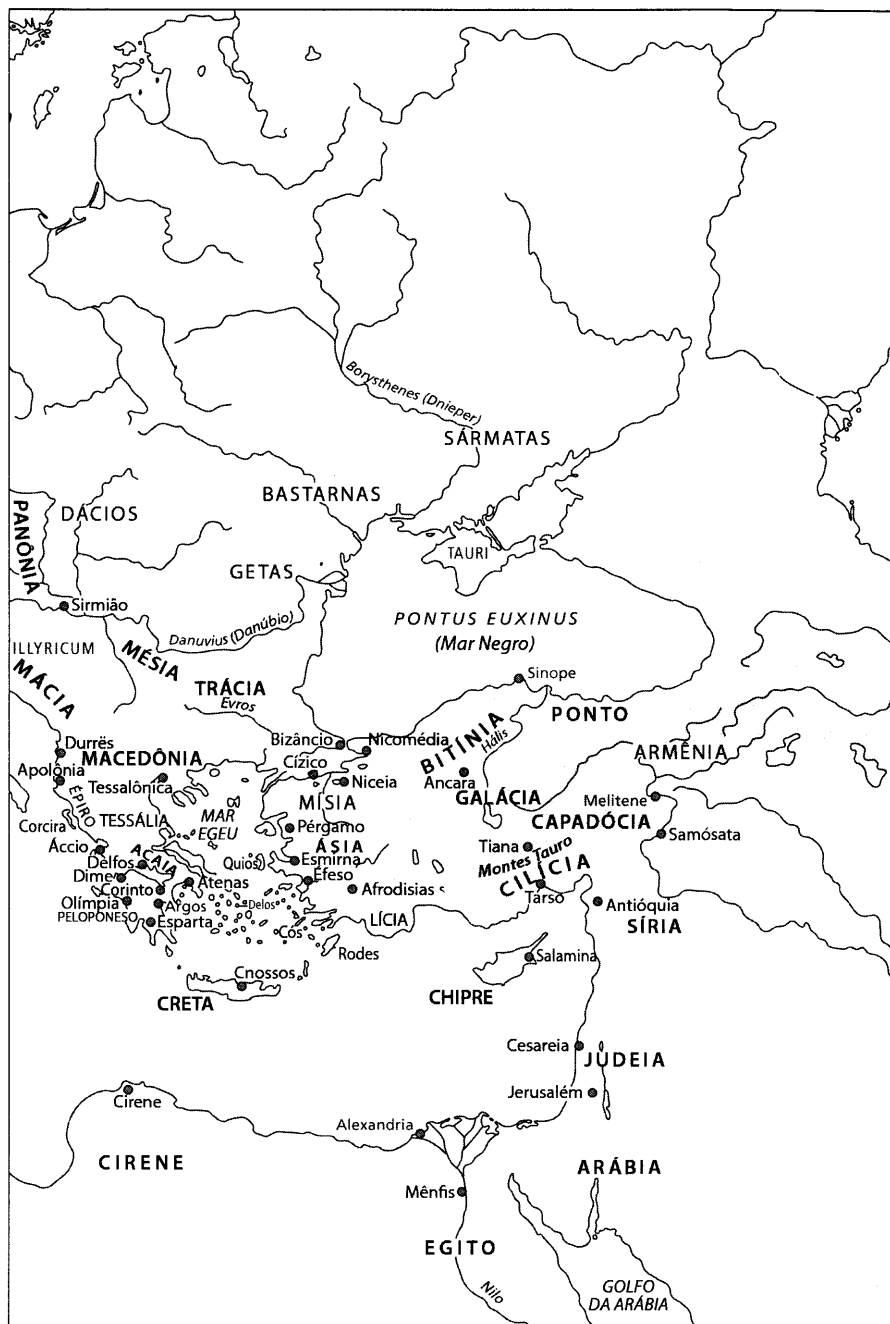
Pouco antes de sua morte em 14 d.C., Augusto parou para se lembrar de seu longo reinado (31 a.C. até 14 d.C.) e compôs um registro de seus pontos mais importantes; essa é a inscrição mais famosa do mundo antigo. Seu relato, publicado e distribuído por todo o império logo após sua morte, é um documento impressionante. Sua fraseologia também ecoava autocongratulações romanas tradicionais, de certo modo, os pronunciamentos imperiais dos antigos imperadores do Oriente Próximo. Embora o título seja geralmente abreviado como *Res Gestae* (literalmente, *Atos* ou *Realizações*), o título completo vale a pena ser registrado aqui: “As Realizações do Divino Augusto, pelas quais ele Conduziu o Mundo sob o Império do Povo Romano e à Custa de que ele Sustentou o Estado de Roma”. Ninguém poderia exigir uma declaração mais sucinta de ideologia, economia, força militar e política (IEMP) do que essa.

Otávio, o nome dado a Augusto, era sobrinho-neto e filho adotivo de Júlio César. Quando foi adotado por César em 44 a.C., ele se tornou Otaviano(us). Herdeiro da riqueza de César e possível herdeiro de sua posição de senhor da guerra, Otaviano não demorou muito tempo após o assassinato de seu pai adotivo para reclamar ambos os direitos. Depois de um ano do assassinato de César, o ambicioso jovem Otaviano marchou por Roma e foi declarado cônsul. Ele tinha somente 19 anos de idade. Quase imediatamente, em 43 a.C., ele, junto com Marco Antônio e Marco Lépido, formou um triunvirato para confrontar as forças de Bruto e Cássio, os assassinos de César que afirmavam estar restaurando a república. O resultado final foi mais uma rodada sangrenta de guerras civis. Uma de suas primeiras tarefas foi a punição dos assassinos de César. Os triúnviros, então, dividiram as províncias romanas entre eles para que fossem administradas. Após algumas mudanças e disputas iniciais, Antônio recebeu as províncias orientais, Otaviano acabou ficando com a maior parte do oeste (Itália, Gália e Espanha) e Lépido ficou com a África do Norte.

Assim como o Primeiro Triunvirato, o acordo do compartilhamento do poder não durou tanto tempo assim. Outra rodada sangrenta de interdições e guerras foi iniciada no período de uma década, marcando as forças de Otaviano e Antônio que lutavam entre si. Lépido foi destituído do poder por Otaviano, em 36 a.C., e assistiu aos outros dois triúnviros lutarem para conquistá-lo; foi assim que ele conseguiu



10.1. O mundo romano no tempo de Augusto. *Cambridge Ancient History*, vol. 10, p. 16-17.



10.1. (continuação)

sobreviver à rodada final das guerras civis do fim da república. Antônio, enquanto isso, aliou-se a Cleópatra VII, a última e mais famosa regente do Egito ptolemaico. Tirando proveito da aparente orientalização de Antônio no Egito, uma ofensa aos romanos conservadores, Otaviano se autodeclarou o verdadeiro campeão de seus valores tradicionais. As forças contrárias se encontraram na Batalha de Ácio, em 31 a.C., na costa ocidental da Grécia. As forças de Otaviano, comandadas por seu general, Marco Agripa, foram vitoriosas. Como acontecera com César, Otaviano se viu sozinho no topo. Os suicídios de Cleópatra e Antônio logo depois colocaram o último reino helenístico nas mãos de Roma – o círculo de terras (*orbis terrarum*) ao redor do Mediterrâneo estava agora completo. O Mediterrâneo agora era verdadeiramente um *mare nostrum*, “nosso mar”, como os romanos com carinho o chamavam.

Os fatos básicos da célebre ascensão de Otaviano ao topo de um império são muito simples de ser relatados. O que exige mais explicação é sua curiosamente longa estabilidade no poder. Esse exercício nos leva diretamente aos temas centrais deste estudo. Uma combinação dinâmica de IEMP, estranhamente bem documentada, não apenas o manteve vivo, mas também anunciou aquela que foi, sem dúvida, a era mais gloriosa de Roma.

O programa político de Otaviano se baseava em inovações radicais apresentadas como renovações republicanas. Sua força política, em forma e efeito, fluía diretamente da república. Ele estava seguindo a tradição dos irmãos Graco – reforma radical que, apesar de reivindicar a restauração ou recriação de uma situação anterior, na verdade, acabou criando algo novo. Isso não precisa implicar que Augusto, não mais que os irmãos Graco, estivesse tentando enganar seus compatriotas. Suas tentativas de restaurar eram bastante sinceras. Sobre as moedas e os monumentos, os romanos continuaram descrevendo seu regime político como a *Res Publica*, a república, por muitos séculos. Historiadores da atualidade, beneficiando-se da perspectiva que resulta somente da distância temporal e que necessita de períodos demarcados de maneira cronológica bastante clara, já não a aceitavam tanto assim.

Apenas alguns anos após Ácio, em 27 a.C., Otaviano apareceu diante do Senado e propôs entregar todos os títulos e poderes que acumulara desde que entrou em Roma pela primeira vez e conseguiu seu consulado. Ao declarar a república como oficialmente restaurada depois de mais de um século de conflitos e caos civil, ele então se ofereceu para deixar a vida pública. Podemos pensar que o Senado teria agarrado essa oportunidade. Afinal, quantos de seus membros não se sentiram

contrariados quando César usurpou grande parte do poder desses ilustres indivíduos?

Na verdade, o oposto aconteceu. O Senado recusou sua oferta de se afastar, implorou que ele continuasse ocupando seu cargo, prolongou seu mandado de cônsul e votou a seu favor para lhe conceder mais favores e poderes. Esse momento crucial, conhecido como o Acordo Constitucional de 27 a.C., solidificou a regência do império sob o comando de um imperador. O Senado, enquanto isso, estivera repleto de partidários de Otaviano, e assim não nos surpreende o fato de terem caminhado em direção à consolidação de seu poder. Os desafios do exercício tradicional da força social em Roma provaram ser positivos e novas configurações começaram a surgir. Mais uma vez, a base política de seu poder não pode ser compreendida apenas nos termos das ações de um único grande homem. O Senado promulgou o Acordo Constitucional, reconhecendo, apesar de implicitamente, o papel importante do poder social.

O Senado, então, conferiu a Otaviano o título de Augusto, um termo em latim rico em conotações ideológicas e também políticas. O título passava um sentido de dignidade, reverência e admiração (assim como seu cognato em inglês “*august*”, ou em português “augusto/majestoso”); no entanto, sua raiz básica, *augos*, falava diretamente do poder divino (assim como na palavra “augúrio”), do crescimento e da expansão (como em “aumento/engrandecimento”, em inglês “*augment*”). Ele agora governava por meio do poder divino que lhe fora concedido como “aquele que desperta a vida e distribui as bênçãos”; seu novo título era “sinônimo de ser o deus presente”.¹³⁶ Tradições helenísticas e do Oriente Próximo da autoridade divina e da nomeação divina estavam agora vivas e em vigor no mundo romano; a antiga associação de poderes ideológicos e políticos passou a render muitos frutos no Ocidente Romano. Sempre ansioso por manter as formas republicanas, o próprio Otaviano preferia o título de *princeps*, que literalmente quer dizer “primeiro cidadão” ou “principal estadista”, uma denominação com ressonâncias sólidas e duradouras na República Romana.

O *Res Gestae* enfatizava a salvação de Augusto da comunidade romana por meio de suas realizações, os serviços que ele prestava à república e a enorme influência que lhe fora confiada para guiar Roma. Ele foi cuidadoso ao explicar e justificar seu irresistível poder em termos profundamente republicanos. O *Res Gestae*, por sua vez, proclama a base ideológica de seu governo. O documento apresenta um contraste fundamental com a visão cínica de Tácito de um século mais tarde: “concentrando em suas próprias mãos as funções

136. Karl Galinsky, *Augustan Culture* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996), 316.

do Senado, dos magistrados e das leis (...). Quantos poucos restavam que tinham visto a República!”. No próprio relato de Augusto, ele, na realidade, “fizera voltar a serem usadas muitas práticas exemplares de nossos ancestrais que estavam desaparecendo em nosso tempo”.¹³⁷ Ele estava restaurando a república, segundo afirmou, e não enganando a população romana. “Depois de encerrar as guerras civis, e em um momento em que, com a aprovação universal, estava no controle absoluto dos problemas, eu transferi a república de meu poder para o domínio do Senado e do povo de Roma.”¹³⁸

Não podia haver uma maneira mais eficaz de enfatizar sua restauração da república do que declarar os favores que ele concedera ao Senado e explicar como cooperou com os senadores para devolver a Roma sua “antiga glória”. Pelo fato de ter tentado, no Acordo Constitucional, devolver todos os seus próprios títulos e seu poder ao Senado, ele podia agora afirmar que mantinha sua posição “pela vontade do Senado” e, portanto, era agora um regente constitucionalmente legítimo. Na realidade, o Senado só continuou em declínio em termos de verdadeira força política de seu reinado em diante; entretanto, seus membros continuavam desfrutando do prestígio de outrora, o que lhes conferiu uma quantidade razoável de trabalhos rotineiros sob a ação do império.

Um dos poderes mais importantes que o Senado conferiu a Augusto, e que ele usou com grande efeito, foi o poder de um tribuno. Esse poder era vital, pois, em teoria, permitia que ele vetasse qualquer medida proposta pelo Senado. Na verdade, ele não passava muito tempo discutindo com o Senado, já que propostas senatoriais normalmente só serviam para cumprir com seus programas de modo geral. Tácito viu isso com o ato do próprio Augusto de fato assumir as funções do Senado. No próprio relato de Augusto, ele podia exercer poderes de um tribuno ao mesmo tempo em que cumpria com as tradições republicanas. Foi em referência a esse e a outros poderes que ele afirmou: “Eu jamais aceitaria qualquer cargo que não fosse consistente com os costumes de nossos ancestrais”.¹³⁹ Contudo, a existência de um único regente com esse tipo de poder era algo sem precedentes; mais uma vez, a renovação se tornava inovação.

Membros do Senado, por sua vez, tornaram-se seus administradores pessoais, muitos deles recebendo posições burocráticas em Roma e em todas as províncias. As próprias províncias foram divididas em dois tipos. As mais pacíficas foram colocadas sob o controle do Senado,

137. Brunt e Moore, parágrafo 8.

138. Brunt e Moore, parágrafo 34.

139. Brunt e Moore, parágrafo 6.

enquanto as mais voláteis (como também as mais extraordinariamente ricas) continuaram sendo controladas pelo próprio imperador como províncias imperiais. No Capítulo Onze, consideraremos a administração provincial com mais detalhes.

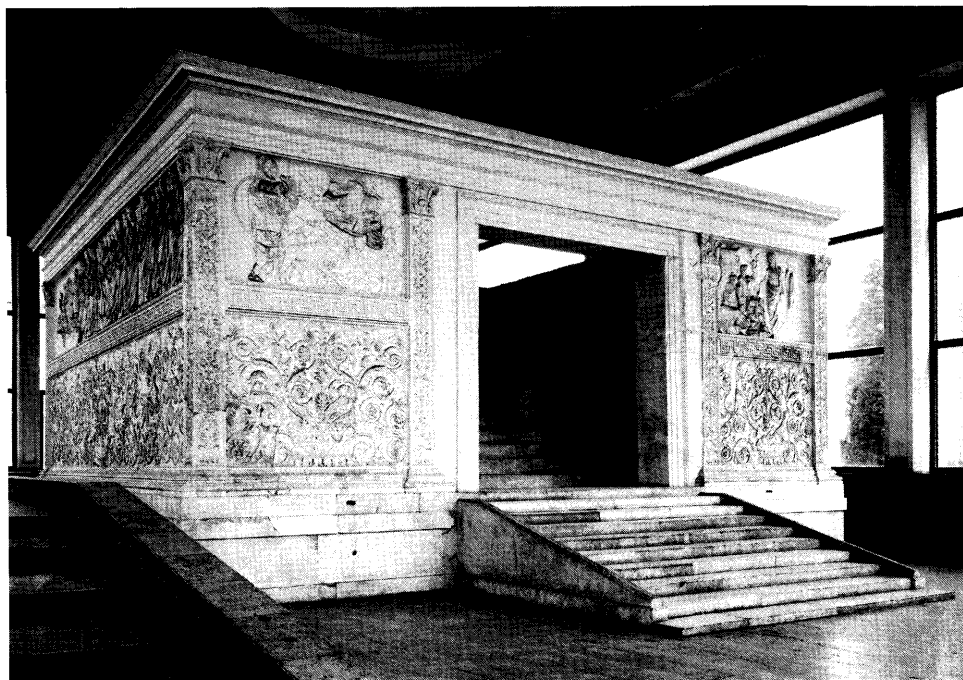
Obviamente, em termos de força política, Augusto solidificou a posição de imperador, que seria consolidada como um cargo regular sob seu sucessor, Tibério. O período do Acordo Constitucional até grande parte do século III d.C. viu uma variedade de imperadores, que iam desde os famosos Bons Imperadores (isto é, Augusto, Vespasiano, Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio) até aqueles que continuavam a viver na infâmia (ou seja, Calígula, Nero, Domiciano e Cómodo). Diversas dinastias começaram e terminaram nesses séculos antigos, sendo a Júlio-Claudiana a mais importante na linhagem de Augusto, a dinastia Flaviana na de Vespasiano, e a Antonina na linhagem de Nerva. A sucessão nem sempre foi tranquila – na verdade, o ano de 69 d.C. é infamemente conhecido como o “Ano dos Quatro Imperadores” por causa das violentas guerras civis que permearam a ascensão ao cargo – mas o Principado permaneceu quase intacto até o século III, uma era que abalaria os alicerces do império.

As reformas militares de Augusto também estabilizaram e solidificaram um império. Em 30 a.C., logo após a Batalha de Ácio, todos os exércitos concorrentes da república tardia haviam sido desmilitarizados. Entretanto, uma grande pergunta continuava sem resposta. Com diversas opções de exércitos concorrentes, quais eram os soldados que defendiam Roma, os verdadeiros veteranos entre os mercenários concorrentes? Com habilidade, Augusto solucionou esse dilema quando reconheceu todos os veteranos dispensados como soldados romanos legítimos. Se um soldado tivesse lutado ao lado de Antônio, ele ainda era considerado um veterano legítimo ao se aposentar. Isso significava que todos tinham o direito de receber terras e dinheiro independentemente de suas antigas lealdades. Esse foi um passo decisivo que solidificou ainda mais seu apoio entre os soldados: todos tinham lutado a favor de Roma, como a ação deixava implícito, e todos mereciam os frutos de seus trabalhos ao ser liberados do serviço. Com isso, ele evitou qualquer sentimento de amargura perigosa por parte dos militares, cuja desaprovação geral ele não gostaria de enfrentar. No curto prazo, o antigo problema de terras, exacerbado ainda mais, em vez de ser resolvido pelos senhores de guerra da república tardia, foi efetivamente reparado, apenas por algum tempo. Como é comum ao longo da história romana, as reformas militares geralmente estavam diretamente atreladas às questões que envolviam a posse de terras.

Até esse ponto de sua história, Roma não tinha um exército permanente verdadeiramente profissional. Senhores de guerras da república tardia, começando por Mário, desafiaram os princípios morais romanos quando recrutaram seus próprios soldados dentre os homens do povo para atender às necessidades imediatas, sendo que muitos problemas resultaram dessas decisões, como podemos nos lembrar. Durante a história republicana antes disso, a força de luta romana era, em essência, uma milícia composta de cidadãos que se uniam para enfrentar uma ameaça e então debandar e voltar para as pequenas fazendas. Augusto montou o primeiro exército permanente oficial de Roma, com 300 mil homens treinados incumbidos de manter e defender as fronteiras longínquas da cidade. Todos os membros dessa força faziam um juramento pessoal de lealdade ao próprio imperador, como sempre acontecera com os generais republicanos; o exército pertencia a Roma, mas era, na realidade, a própria força pessoal do imperador. O exército sempre fora o item mais dispendioso do orçamento imperial. O caráter político e econômico da Roma imperial moldou e foi moldado por esse novo exército.

O exército imperial servia a um propósito diferente em relação aos seus correlativos republicanos. Em geral, essa agora não era uma força de luta de generais ambiciosos que desejavam conquistar novas terras, ansiosos por conseguir glória, poder e riquezas. Essa não era nem ao menos uma ferramenta de expansão, apesar de a ideologia romana do *imperium sine fine*, poder imperial sem limites, continuar intacta (ao menos por um ou dois séculos). Essa era agora uma força basicamente de defesa. Augusto deixou claro em seu *Res Gestae* que ele expandira as fronteiras do império até onde elas deviam ir. De modo geral, seus sucessores o seguiram e o Principado realizou apenas algumas conquistas dignas de nota – na Bretanha, na Dácia, no sul da Alemanha e na Mesopotâmia. O impulso da coragem não estava totalmente morto entre os imperadores, como essas conquistas comprovam, mas não havia mais senhores de guerras competindo por essas conquistas. As fronteiras do império permaneceram estáveis de modo geral por algum tempo e o exército estava lá para garantir isso.

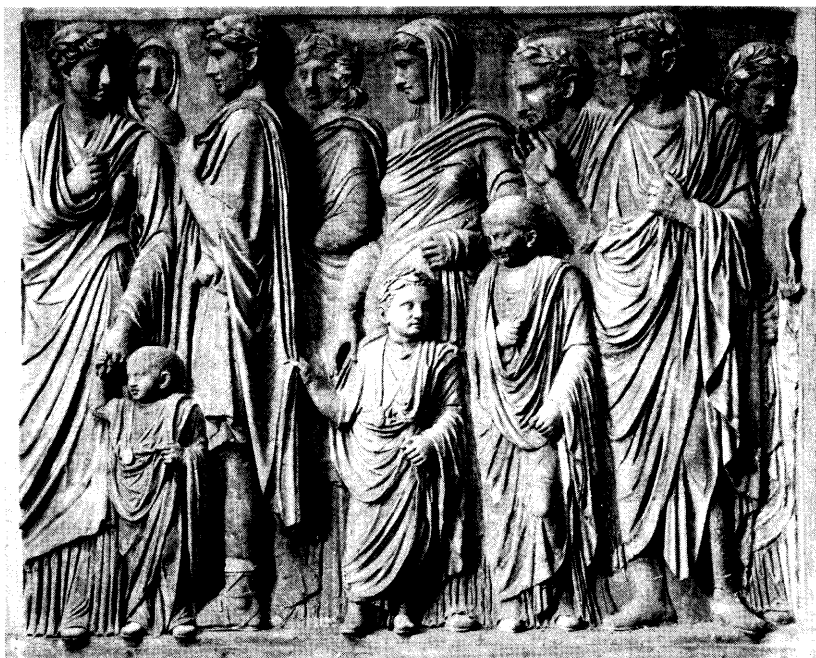
As medidas econômicas de Augusto, presentes em diversas partes de seu *Res Gestae*, trouxeram muita prosperidade e padronização para o império. O abuso dos provinciais na república tardia era notório, e Augusto regularizou a estrutura de impostos do império, reduzindo as oportunidades de extorsões dos coletores de tributos (os *publicani*). A regularização do sistema de impostos foi essencial por duas razões



10.2. Ara Pacis do imperador Augusto. Scala/Recurso de Arte, NY.

básicas: ela desestimulou as revoltas e ajudou no reabastecimento dos cofres imperiais, que agora não mais podiam depender dos saques e dos espólios que vinham das conquistas e da expansão. Junto da paz política surgiu um comércio ainda mais vigoroso por todo o Mediterrâneo e seus arredores. A famosa cadeia de estradas romanas foi expandida e passou a ser mais bem cuidada, trazendo prosperidade e mercadorias de lugares distantes a um número sem precedentes, principalmente aos équites, muitos dos quais continuavam desfrutando das lucrativas oportunidades comerciais. As elites locais (os decuriões) se tornaram cada vez mais cooperativas dentro do sistema romano, em parte por causa dessas novas oportunidades. Nós exploraremos essa coopção das elites, uma divergência óbvia da substituição das elites no Oriente Próximo, no capítulo seguinte. Muitos habitantes do império, mas com certeza não todos, beneficiaram-se com esse novo sistema.

Em seu *Res Gestae*, assim como em outras inscrições, estatutos e esculturas, Augusto apresentou uma imagem incondicionalmente moralizadora – o ponto central de seu programa ideológico. A paz do império dependia da *pax deorum*, a paz dos deuses, ou com os deuses.



10.3. Ara Pacis – detalhe da procissão da família de Augusto. Alinari/Recurso de Arte, NY.

Em 12 a.C., com a morte de Lépido, que ocupava a posição até aquele momento, Augusto assumiu o cargo de *pontifex maximus*, sacerdote chefe, ou, literalmente, o principal construtor das pontes entre os deuses e o homem. Roma prosperou na paz somente enquanto os deuses estiveram em paz com Roma. Um de seus monumentos mais famosos, o *Ara Pacis*, o Altar da Paz (Augusta), visualmente proclamava ao povo de Roma que Augusto preservara sua religião ancestral e apresentava uma nova era de segurança e prosperidade (fig. 10.2). O símbolo tradicional da paz por todo o mundo romano era o fechamento das portas do Templo de Jano em Roma. Embora elas tivessem sido fechadas apenas duas vezes na história romana, Augusto registra, elas foram fechadas três vezes durante seu reinado. Uma plethora de novos templos surgiu e outros antigos foram restaurados – um novo dia estava nascendo, com a bênção dos deuses sobre Augusto e Roma.

Augusto não era apenas um representante dos deuses. Seu próprio título, conforme observado anteriormente, indicava sua autoridade divina, se não a própria presença de um deus. Os romanos jamais haviam divinizado uma pessoa viva antes. Júlio César foi divinizado logo após seu assassinato. Otaviano, então, começou sua campanha como *divi*

filius, o filho de um deus. Ele próprio tirou muito proveito dessa relação. Muitos povos do império o reconheciam como um deus, embora haja dúvidas de que ele fizesse questão absoluta disso. No Oriente helenístico, ele foi recebido como um salvador, com todas as conotações divinas. Sua deificação no mundo helenístico seguiu padrões já bastante estabelecidos da veneração ao seu regente e um culto surgiu em sua homenagem. No Ocidente, o culto do *genius*, ou espírito guardião, de Augusto também foi criado, na Gália e também em outros lugares. Augusto não reprimia essa honra e veneração; seu programa, na verdade, baseava-se nessa força ideológica. Os militares lhe concediam essa enorme lealdade que somente uma linha muito tênue, se é que ela existia, separava a aliança militar do culto ao imperador. No capítulo seguinte, analisaremos o culto imperial, ou o culto de *Roma et Augustus*, na forma mais característica que ele assumiu após a morte de Augusto.

Assim como alguns políticos ocidentais da atualidade, Augusto se autodenominava um “candidato de valores familiares”. Ele era o principal defensor do *mos maiorum*, os princípios ou costumes de (nossos) ancestrais. Esse rico conceito motivava e inspirava romanos tradicionais com sua ênfase na preservação dos valores religiosos de seu passado. Ele propôs uma legislação que punia o adultério e também oferecia privilégios especiais às mulheres nascidas livres que tivessem três ou mais filhos. A devoção e os valores de sua própria família são um dos temas centrais dos painéis do *Ara Pacis* (fig. 10.3).

Há muito tempo os historiadores discutem a respeito de qual seria a melhor forma de avaliar todas as medidas e os programas de Augusto. É possível interpretarmos essas medidas de diversas maneiras. A maioria das pessoas diria que um senhor de guerra da república tardia estabilizou o mundo mediterrâneo ao se tornar o primeiro imperador de Roma, colocando a cidade em um curso que traria paz e prosperidade ao império por muitos séculos. No entanto, não há qualquer unanimidade a respeito das razões que levaram Augusto a fazer tudo isso e como ele conseguiu com que tudo desse certo. Seria ele um megalomaniaco egoísta, o salvador de um império, um realista pragmático, uma combinação complexa de tudo isso ou, talvez, algo totalmente diferente? As respostas a essas perguntas continuam provocando novas discussões e debates a respeito de uma das maiores e mais bem documentadas figuras do mundo antigo. Contudo, apesar de parecer se assemelhar a um empreendedor solitário da história, a análise do IEMP mostra, como sempre, a presença de forças ainda maiores e capazes de moldar essa história. Seu sucesso pode facilmente ser medido e expressado segundo esses termos.

PAX ROMANA

O famoso historiador inglês do século XVIII, Edward Gibbon, o homem que de fato cunhou o termo *Pax Romana*, abriu sua famosa obra histórica acerca do Império Romano com louvores explícitos ao sistema criado por Augusto.

No século II, o Império de Roma compreendia a parte mais promissora da terra e a porção mais civilizada da humanidade. As fronteiras dessa extensa monarquia eram defendidas por seu antigo renome e por uma coragem disciplinada. A influência gentil e poderosa das leis e dos costumes aos poucos pavimentou a união das províncias. Seus habitantes tranquilos desfrutavam e abusavam dos benefícios das riquezas e dos luxos. A imagem de uma constituição livre era preservada com uma reverência decente: o Senado romano parecia possuir a autoridade soberana e delegava aos imperadores todos os poderes executivos do governo.¹⁴⁰

Essa paz e prosperidade, Gibbon afirma, eram resultado da destreza de Augusto: “Felizmente, para a tranquilidade da humanidade, o sistema moderado recomendado pela sabedoria de Augusto foi adotado pelos temores e vícios de seus sucessores imediatos”. Até mesmo os maus sucessores não foram capazes de se desenredar do incrível sistema de Augusto, ao menos por alguns séculos.

A paz romana trouxe um nível excelente de comunicação, bom comércio e unidade cultural para o mundo mediterrâneo. Os romanos reuniram, sob um governo central, uma diversidade surpreendente de topografias, religiões, idiomas e histórias. Até que ponto o império de fato criou essa unidade social, cultural e econômica nesse mundo diverso – um processo que os historiadores chamam de “romanização” – é uma questão de inúmeros debates positivos. Embora o Império Romano quase não fosse expansionista em relação à república tardia, eles haviam adquirido muitos territórios e povos que agora tinham de ser integrados ao império. Tensões dinâmicas e criativas entre os princípios morais locais e a cultura romana unificadora se expressavam de muitas formas.

Observadores como Gibbon não foram (e ainda não são) capazes de compreender por completo as mudanças marcantes no nível estrutural do tempo histórico, que foram tanto causas quanto efeitos dos notáveis desenvolvimentos e acontecimentos políticos. Mudanças políticas e econômicas registraram alterações demográficas drásticas. Por exemplo, a população do império sob o governo do Principado era algo

140. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. 1 (London: Penguin, 1994), 31.

em torno de 50 a 70 milhões, com a maioria dos habitantes (ao menos 80%) vivendo em áreas rurais. As populações dessas áreas se expandiram rapidamente por causa da produção agrícola cada vez maior e das diversas oportunidades que ela proporcionava.

Trabalhos arqueológicos recentes trouxeram muita luz para as mudanças no nível estrutural. Essas informações simplesmente não podem ser encontradas nos textos antigos que Gibbon conhecia tão bem. Para citarmos apenas um exemplo, uma série de pesquisas norte-africanas no fim do século XX, as Pesquisas Arqueológicas do Vale Líbio da UNESCO, mostraram como uma região semideserta foi capaz de produzir de modo tão impressionante durante o Principado.¹⁴¹ Engenheiros romanos desenvolveram engenhocas capazes de captar e armazenar água da chuva para uso futuro, o que permitia que a área quase deserta germinasse de uma maneira sem igual, mesmo com muito esforço. Esses incríveis feitos da engenharia moldaram os quadros demográficos de todo o império. Populações numerosas surgiram naqueles locais que eram regiões antes com populações extremamente esparsas (e que voltaram a ser assim depois da retirada do sistema romano dessas áreas). Na verdade, as pesquisas em si foram patrocinadas em parte pelo líder líbio Muammar al-Gaddafi, que queria saber como os romanos tinham vivido de modo tão próspero na área próxima ao deserto. Mesmo com as mais modernas tecnologias, o sucesso romano nessa área jamais chegou a ser replicado.

A integração de diversas regiões permitiu que os romanos reunissem fontes raras e também mais básicas em um sistema econômico padronizado e estável durante o Principado. Os resultados foram sentidos por muitos séculos. Por exemplo, o Egito e a África do Norte produziam grandes quantidades de grãos e azeite para o império; a Espanha produzia azeite, minerais e prata. Muitas regiões produziam tipos diferentes de mármore para decorar construções públicas e domésticas na própria cidade de Roma e por todo o império. Os romanos foram, na realidade, o primeiro povo na história a se especializar em decorações com mármore policromáticos. O mármore colorido de todas as partes do Império Romano até hoje adorna monumentos tão memoráveis como o Panteão em Roma, o Lar de Cupido e Psique em Óstia e a Biblioteca de Éfeso. As decorações em mármore de Roma continuam sendo um testemunho vívido e tangível daquele que foi um império vasto e integrado (fig. 10.4).

A cidade de Roma continuou atraindo pessoas de todas as regiões do império. Ela se tornou a primeira megalópole da história, com uma população de quase 1 milhão no início do Principado, com grande

141. G. Baker, ed., *Farming the Desert: The UNESCO Libyan Valley Survey* (Tripoli: Society for Libyan Studies/UNESCO, 1996).



10.4. Lar de Cupido e Psique. *Slide de Mark W. Graham.*

dependência dos bens produzidos em todo o império. Uma porção significativa da população da cidade distribuía grãos, sendo que sua sobrevivência dependia das frotas de grãos vindas da África do Norte. Agindo como um benfeitor no estilo helenístico, o imperador se tornou o patrono pessoal dos habitantes mais pobres das áreas urbanas por todo o império, mas em especial na cidade de Roma. Nem todos os romanos aprovavam esse tipo de sistema de previdência social (Tácito, previsivelmente, era contra), mas, por algum tempo, o programa aliviou muitos dos problemas herdados da República.

Roma continuava sendo uma cidade de consumidores ávidos dos bens produzidos em todas as partes do império. Um testemunho surpreendente disso é o Monte Testáceo, uma colina com 30 metros de altura nas redondezas de Roma que servia como um depósito de lixo para cacos de ânforas, os grandes vasos usados para transportar vinho e azeite para dentro de Roma durante o império. Uma estimativa recente indica que 25 milhões de ânforas tornam o monte visível até os dias de hoje.

As cidades que surgiram por todo o império são testemunhos eloquentes tanto da unidade do império quanto das mudanças que ele viu surgir no nível estrutural. Muitas cidades romanas apareceram onde antes



10.5. Tricapitol de Sbeitla; um exemplo de sincretismo da cultura romana e local. *Slide* de Mark W. Graham.

não havia civilização, em especial no Ocidente. Cidades mais antigas foram reformadas para que fossem mais parecidas com as cidades romanas padronizadas. A maior parte das cidades romanas tinha populações pequenas segundo os padrões modernos (10 a 20 mil habitantes ou até menos em média), mas elas foram a principal expressão da romanização na paisagem do mundo mediterrâneo. Podemos ainda observar esses símbolos do poder romano nos dias de hoje por toda a Europa, África do Norte e em regiões do Oriente Médio. A maioria das cidades se tornou, por assim dizer, “pequenas Romas”, exibindo um cânone de demonstrações arquitetônicas e de engenharia. Templos, casas de banho, latrinas, arcos triunfais, teatros, anfiteatros, casas, aquedutos e muito mais eram surpreendentemente uniformes e semelhantes em sua construção da Inglaterra à Síria. A cidade de Bath, Inglaterra, na verdade, ganhou esse nome por causa de uma importante construção local. Mesmo com a permissão do uso de algumas variações bastante regionais, Roma foi marcada, aparentemente de modo indelével, sobre uma paisagem muito ampla.

Grande parte das construções era feita com a iniciativa local, com a orientação e o apoio ocasional do governo central. As elites provinciais, conforme veremos no Capítulo 11, quase sempre geriam o império no



10.6. Anfiteatro El Jem. *Slide de Mark W. Graham.*

nível local para Roma. Elas financiavam as casas de banho e os teatros, além de empregar arquitetos de lugares muito distantes de suas próprias regiões. Essas elites cooptadas eram vitais para a governança imperial e foram os meios pelos quais uma administração espantosamente pequena conseguiu gerir um império tão diversificado e abrangente. Nesse sentido, como também em outros, Roma era um tipo diferente de império na então Era dos Antigos Impérios.

DENTRO DA ARENA:

UM MICROCOSMO DA SOCIEDADE IMPERIAL NO PRINCIPADO

Juvenal, satirista romano do fim do século I e o início do século II (d.C.), sem dúvida exagerou em sua fala mais conhecida: “As pessoas que antes conferiam comandos, consulados, legiões e tudo o mais, agora não mais interferem e anseiam por apenas duas coisas – pão e circo!”¹⁴² Sua fala, porém, transmite, em meio a um diálogo de imperialismo e conquista, a verdadeira importância da distribuição de grãos e da

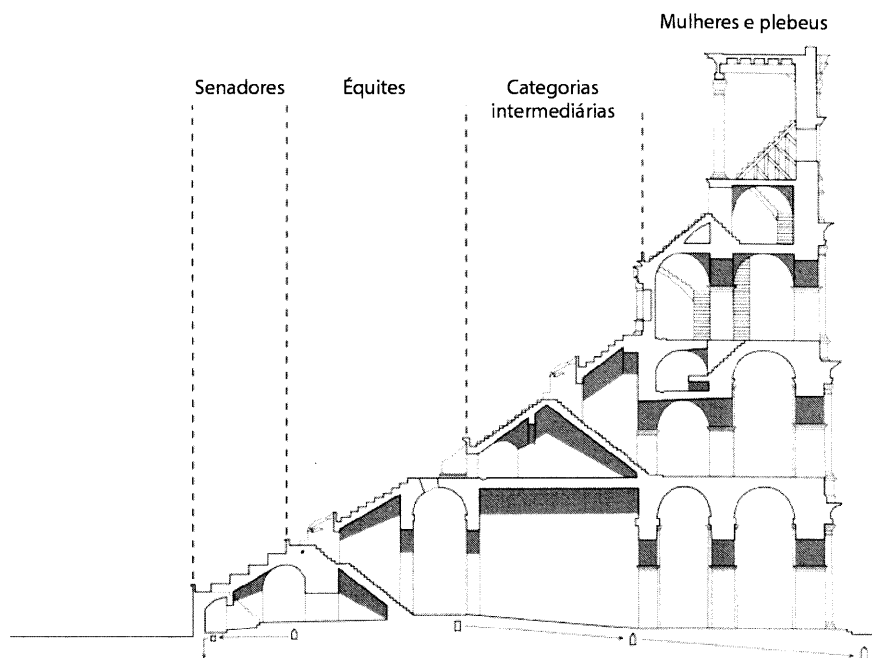
¹⁴². *Satire* 10.78-81.



10.7. Gladiador de Éfeso. Slide de Mark W. Graham.

diversão para o público romano imperial. Uma forma característica de entretenimento de sua época acontecia no anfiteatro, bastante conhecido como o lugar dos jogos dos gladiadores e das execuções esportivas públicas. O maior deles ficava em Roma (o Anfiteatro Flaviano, ou Coliseu), construído no fim do século I. Grandes cidades por todo o império, principalmente em suas regiões ocidentais, fizeram a mesma coisa, construindo anfiteatros que não eram muito menores. Uma análise mais detalhada do anfiteatro pode elucidar a sociedade imperial romana, pois ela era um microcosmo do império.

Os jogos ousadamente proclamavam tudo a respeito do império, da romanização – as óbvias hierarquias sociais romanas e as visões romanas da história. Seria difícil, na verdade, encontrarmos um único fenômeno capaz de revelar tanto a respeito da vida imperial romana. As próprias tensões introduzidas pela romanização, entre a diversidade e



10.8. Esquema de assentos do anfiteatro [Senadores/Équites/Categorias intermediárias/Mulheres e plebeus].

a unidade romana, eram demonstradas de forma convincente na arena do anfiteatro. Gladiadores individuais geralmente usavam as armas e as armaduras específicas dos povos conquistados por Roma, às vezes já enraizadas na história romana. Os gladiadores podiam se vestir anacronicamente como povos há muito tempo dominados como, por exemplo, os trácios, os samnitas, os alemães ou os espanhóis nativos e, assim, portavam as armas particulares de cada um desses povos. Então, os jogos em si possivelmente declaravam um império constituído de uma variedade de povos conquistados. Além disso, um tipo de espetáculo, as *venationes*, ou caçadas, proclamavam a conquista da natureza de Roma. As *venationes* envolviam a chacina de animais exóticos que proclamavam tanto o alcance imperial quanto os climas exóticos e sua sujeição do próprio mundo natural de Roma.

Junto dessa diversidade de conquistas, os jogos proclamavam um sentido romano unificado de consolidação e ordem. Não havia códigos de conduta e honra restritos pelos quais os gladiadores lutavam e morriam. Os códigos, que determinavam até mesmo a postura ajoelhada de um gladiador prestes a ser morto, bem como os métodos pelos quais

a espada seria enterrada em seus corpos, eram romanos em essência. Assim, a mensagem era clara: os conquistados viviam, lutavam e morriam em função dos códigos pelos quais os próprios romanos haviam civilizado o mundo. Esse agora era o estilo romano que predominava sobre os povos antes independentes e que eram retratados na arena. Os decuriões eram os principais financiadores e mantenedores desses espetáculos, que eram também usados para demonstrar a força romana em suas regiões e até mesmo sua própria função pessoal de manutenção. Os romanos podiam não estar se expandindo muito mais; porém, podiam continuar proclamando seu domínio em relação aos outros, mesmo que isso os obrigasse a retomar um passado distante para encontrar povos de modo que não precisassem ser ofensivos com os grupos agora totalmente integrados no sistema romano.

Os espetáculos também confirmavam, de maneira clara, as hierarquias sociais romanas. As próprias organizações espaciais dos assentos nos anfiteatros demonstravam as principais divisões sociais romanas (fig. 10.8). Todos os presentes eram distribuídos de acordo com sua posição na ordem social da cidade de Roma. Aqueles que ficavam na arena, fossem eles criminosos (que deviam morrer) ou gladiadores (que não deviam), eram diferentes dos membros da sociedade romana, que ficava distribuída de forma organizada nos assentos mais acima. Os que ocupavam esses assentos eram organizados de maneira estrita segundo suas posições. Mais próximos à arena ficavam os senadores, atrás deles, estavam os équites, em seguida vinham as plebes e, por fim, nos assentos mais distantes, o povo mais pobre em geral, as mulheres e os escravos. A mensagem era muito clara e internalizada pelas pessoas de todas as classes sociais presentes.

Quando estava presente, o próprio imperador presidia os jogos, sentado no lugar de maior prestígio do anfiteatro e cercado pela família imperial. Seu famoso poder de decidir a respeito da vida ou da morte, dado por meio de sinais feitos com a mão aos competidores, demonstrava de forma vívida seu poder em relação aos súditos. Esse poder, como sempre, era difícil de ser definido de maneira concreta. Imperadores ruins geralmente acabavam sendo assassinados, e os imperadores romanos não tinham de fato o livre-arbítrio para fazer o que bem entendessem a qualquer momento. Concepções populares incorretas dos autocratas do século XX, às vezes, deixam as mais atuais com a impressão de que esses líderes simplesmente faziam tudo o que queriam quando quisessem. Essa ideia do poder imperial é simplificada demais pelo fato de não apresentar uma nuance crítica, tão errônea para o mundo mais moderno quanto para o antigo. Durante o Principado, ao menos, os imperadores



10.9. Moeda *stater* de ouro do líder “bárbaro” Vercingetórix (verso). Réunion des Musées Nationaux/Recurso de Arte, NY.

seguiram Augusto na ênfase de que o poder vinha “do povo”. Ali no anfiteatro, a relação dinâmica entre os *princeps* e o povo se apresentava de maneira clara. A aprovação ou desaprovação da multidão no anfiteatro, na realidade, influenciava bastante nas decisões dos imperadores. O anfiteatro, assim, nos dá uma ideia da dinâmica complexa do poder social que pouquíssimas fontes escritas seriam capaz de revelar.

OS “BÁRBAROS” SOB OS OLHARES ROMANOS: OS ROMANOS ENCONTRAM “OS OUTROS”

Além das fronteiras do império ficava *Barbaricum*, o local de residência dos “bárbaros”. Esses povos serviam para testar os métodos de inclusão do sistema romano. Os romanos podem ter sido mais inclusivos do que qualquer outro império antes de seu tempo, mas havia limites, apesar das contínuas e insistentes reivindicações romanas da universalidade. As relações romanas com os bárbaros, antes e durante o Principado, ajudaram a definir a identidade romana imperial tanto quanto contribuíram para moldar a identidade bárbara.

O conceito do bárbaro é uma invenção do mundo greco-romano. A palavra vem do grego e se baseia em uma sílaba repetida sem sentido (“bar-bar”), o que reflete o suposto discurso sem sentido dos oradores não gregos. Os romanos herdaram muitos estereótipos gregos e os projetaram para o povo das regiões próximas ou mais além das fronteiras. Para a mente romana, os bárbaros representavam a classe definitiva classificada como

os “Outros”, o povo contra quem os romanos podiam medir, e assim definir, eles mesmos. Os historiadores atuais se esforçam para entender os bárbaros porque suas imagens variam bastante em nossas mentes, ideias essas que vão desde homens sedentos de sangue, cabeludos, brutamontes asquerosos, até nobres selvagens românticos, e desde estupradores e saqueadores da civilização clássica até a inspiração do nacionalismo alemão dos séculos XIX e XX.

Os romanos classificavam esses povos como em um presente eterno. Enquanto os romanos tinham uma história e, portanto, eram povos históricos, eles viam os bárbaros como eternos e, portanto, sem história e desenvolvimento. Para escritores como Plínio, o Ancião, um naturalista do século I, os bárbaros como grupos nunca desapareciam nem mudavam. Plínio simplesmente confiou, de modo básico, nas referências feitas em Heródoto, escritas há mais de cinco séculos antes, para entender os povos nas fronteiras de Roma de seu próprio tempo. Alguns séculos depois de Plínio, quando os bárbaros começaram a compor suas próprias histórias, eles o fizeram seguindo termos essencialmente romanos e, assim, transmitiram a ideia de estereótipos romanos (e gregos). As tentativas de compreender a identidade bárbara, de qualquer maneira significativa, são frustradas em todos os níveis.

Os bárbaros expuseram uma tensão crítica no imperialismo romano. Os romanos da Antiguidade pareciam ansiosos para incorporar os estrangeiros. O historiador Lívio registra muitas histórias antigas romanas que mostravam a disposição de Roma, se é que não podemos chamá-la de ímpeto, para incorporar os estrangeiros. Na realidade, essa era uma das principais forças do sistema romano. Lívio sugere que os romanos não eram etnocêntricos, mas, na verdade, permitiam que os estrangeiros se tornassem romanos. A história das mulheres de Sabina talvez seja a mais famosa dentre os contos de Lívio a abordar esse tema.

A incorporação romana de estrangeiros continuou em prática em todos os níveis sociais até a república tardia e os primeiros anos do império. Isso é muito bem ilustrado em um famoso discurso que o imperador Cláudio (r. 41-54 d.C.) fez no Senado em 48. Na tentativa de convencer senadores cétricos para que aceitassem os habitantes de uma província gaulesa distante nas classes do Senado romano, Cláudio disse:

Com certeza não nos arrependemos de ter participado da batalha em Lugdunum [atual Lyon] em nome dos membros de nossa ordem. Certamente, pais conscritos, não é sem hesitação que cruzo os limites das províncias que lhes são muito conhecidas e familiares, mas é chegado o momento em que devo interceder abertamente pela causa da Gália Ulterior. Sei que dirão

que a Gália manteve uma guerra contra o divino Júlio por dez anos. No entanto, permitam que em oposição a isso nos lembremos dos 100 anos de fidelidade inabalável e de uma lealdade testada em diversas circunstâncias de provação. Meu pai, Druso, conseguiu forçar a Alemanha a se entregar, pois por trás dele reinava uma paz profunda garantida pela tranquilidade dos gauleses.¹⁴³

O próprio Cláudio reconheceu uma longa história da incorporação estrangeira dos romanos, mesmo daqueles antes considerados bárbaros.

Contudo, os romanos também passaram a acreditar que determinados povos eram simplesmente incapazes de reconhecer os privilégios do sistema romano e, portanto, era melhor que continuassem vivendo do outro lado das fronteiras do império e/ou resistiam de modo vigoroso toda vez que eles tentavam invadir seu território. A romanização não era para todos, apesar das afirmações tradicionais dos romanos contrárias a isso.

Os romanos não tinham uma ideia exata de onde os bárbaros de fato vieram quando colonizaram suas fronteiras (ou, por assim dizer, quando as fronteiras romanas se aproximaram deles). Jordanes, um historiador do Império Romano e ele próprio um godo por etnia, descreveu de modo vivaz as origens de seu povo:

Agora dessa ilha de Scandza, como que provindo de um conjunto de raças ou de uma geração de nações, os godos afirmam ter ido adiante muito tempo depois sob seu rei de nome Berig. Logo que desembarcaram de seus navios e colocaram pés em terra, imediatamente deram seu nome ao lugar.¹⁴⁴

Historiadores modernos normalmente não se mostram propensos a imaginar primórdios tão fantásticos para qualquer grupo de bárbaros. Três modelos gerais agora explicam como diferentes grupos de bárbaros passaram a existir – um processo conhecido como etnogênese. Alguns grupos simplesmente afirmavam descender de uma família lendária. Em um determinado momento de sua história, esses grupos juravam ter descendido basicamente de uma famosa família ou de um ancestral lendário. Tais reivindicações são difíceis de ser constatadas de maneira histórica, mas eram aceitas e serviam para unir grupos de pessoas em coligações, como as dos godos, lombardos e francos. Outros grupos ganharam vida mais ou menos de modo espontâneo com o surgimento de uma figura especialmente carismática que uniu diversos povos em uma única força móvel ou de luta, como a dos hunos. Um último modelo de etnogênese aponta

143. "A Discourse of Claudius in the Senate", em *Readings in Ancient History: Illustrative Excerpts from the Sources* vol. 2, ed. W. S. Davis (Boston: Allyn and Bacon, 1912-1913), 18.

144. *The Origins and Deeds of the Goths* 1.25, trad. Charles C. Mierow (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1908), 7.

simplesmente para povos descentralizados que se uniram de forma política, debandaram-se e, então, uniam-se em outros momentos conforme a necessidade ou uma emergência surgia. Grupos como o dos eslavos e dos alamanos provavelmente entraram na história dessa maneira.

A maioria, se não a totalidade, dos grupos bárbaros surgiu como grupos mistos de pessoas que se uniam para lutar em guerras ou para realizar alguns propósitos de necessidade básica. Os romanos, porém, geralmente viam os bárbaros como raças puras e genuínas. Conforme Tácito relata em sua *Germânia*:

De minha parte, aceito a ideia de que os povos da Alemanha jamais se contaminaram por meio dos casamentos entre raças com estrangeiros, mas permanecem como um povo de sangue puro, distinto e diferente de qualquer outra nação. Um resultado disso é que suas características físicas, até onde alguém pode generalizar a respeito de uma população tão grande, são sempre as mesmas: olhos azuis e ameaçadores, cabelos avermelhados e estruturas de grande porte – com as quais, portanto, só podem exercer sua força por meio do esforço violento.¹⁴⁵

A maior parte dos estudos arqueológicos atuais, por outro lado, indica de modo invariável a presença de grupos mistos de pessoas com identidades bastante flexíveis.

Deixando de lado as perguntas difíceis a respeito das verdadeiras origens dos grupos, a maioria dos grupos bárbaros nas fronteiras de Roma compartilhava de padrões sociais similares, conforme demonstrado por evidências arqueológicas. Os bárbaros geralmente viviam em pequenas comunidades de agricultores ou pastores (ou ambos), em pequenas cabanas, com famílias organizadas com mulheres e homens livres ordenados em grupos nucleais. O prestígio nas comunidades era geralmente baseado na riqueza (medida segundo sua quantidade de gado) e proezas militares na manutenção e no aumento dessa riqueza. As guerras eram centrais em seu modo de vida, mas a maioria dos grupos bárbaros tinha longos históricos de interações comerciais pacíficas com os romanos. As relações comerciais também moldaram a existência dos bárbaros, fazendo com que fossem envolvidos pelas redes de troca romanas para determinar seus padrões demográficos e de colonização. Assim, até mesmo enquanto os romanos estabeleciam contato com esses grupos, sem perceber, eles se envolviam em suas transformações, tornando ainda mais suspeitas as observações romanas dos “eternos bárbaros”.

145. H. Mattingly, trad., *Tacitus: The Agricola and the Germania* (London: Penguin Books, 1948), parágrafo 4.

Encontros hostis com os bárbaros também ajudaram a definir a identidade romana. Uma das lembranças históricas romanas mais co-moventes e duradouras foi o saque de Roma realizado pelos gauleses (celtas) em 390 a.C. Alguns historiadores chegaram inclusive a relacionar o imperialismo defensivo romano diretamente a esse momento. A melhor maneira de evitarem ser ameaçados por qualquer invasor poderoso era neutralizar a ameaça. O saque dos gauleses de Roma foi lembrado por séculos mais tarde durante o Principado como um momento decisivo na história romana. Um segundo desastre, durante o reinado de Augusto, também perduraria por muito tempo na memória coletiva dos romanos. Em 9 d.C., um alemão chamado Armínio, ele próprio um equestre romano que comandou tropas no exército romano como um líder tribal, derrotou as forças de Varo, o general de Augusto, e aniquilou três legiões na Floresta de Teutoburgo.

Um novo tipo de império se juntara à Era dos Antigos Impérios, com seu nome e por seus feitos. Embora houvesse muitas diferenças entre esse império e aqueles antes dele, semelhanças e continuidades básicas aparecem quando analisados sob as lentes do sistema IEMP. O sucesso de Augusto, assim como o de Assurbanipal da Assíria, é um testemunho cabal de sua utilização hábil das quatro fontes básicas de poder, apesar de seu conhecimento delas, sem dúvida, ter permanecido tácito. O conhecimento tácito, quando impingido por alguém com a influência e poder de Augusto, produziu resultados sentidos por milhões sobre milhões tanto dentro como fora das fronteiras do império. Esse poder caminhava de mãos dadas com a presença de um imperador romano, mas um imperador que devia grande parte do que era aos seus precedentes republicanos e também aos mundos helenísticos e do Oriente Próximo.

O surgimento de um verdadeiro império estava relacionado às mudanças mais profundas no mundo romano, bem como ao mundo antigo de forma geral. A reconfiguração do IEMP começara na república, mas os resultados foram percebidos de forma mais acentuada com o nascimento do Principado. As respostas de Augusto e a dos seus sucessores foram em si parte das transformações mais duradouras, um fato que nem ele nem seus contemporâneos foram capazes de compreender naquele momento. Não é preciso compartilhar do cinismo de Tácito para percebermos que uma nova Roma surgira. Como os habitantes de regiões mais longínquas do mundo mediterrâneo reagiram a essa nova face do governo romano?

CAPÍTULO 11

GOVERNANDO E RESISTINDO AO IMPÉRIO ROMANO

Mas, agora, uma liberdade óbvia e universal de todos os medos é oferecida ao mundo e a todos que vivem nele.

– Públio Élio Aristides¹⁴⁶

Nem o Oriente nem o Ocidente podem saciar seu apetite. Eles são as únicas pessoas na Terra capazes de cobiçar a riqueza e a pobreza com o mesmo desejo. Eles saqueiam, eles chacinam, eles estupram e chamam seu sistema pelo falso nome de “império” [imperium]. Eles criam um deserto e o chamam de “paz”.

– Chefe bretão Cálgaco¹⁴⁷

- Até que ponto os 50 a 70 milhões de habitantes do Império Romano se adaptaram ao governo de Roma?
- Será que o Cosmos/ordem compensava os custos da “liberdade”? Para quem? Para quem não? Por quê?
- Como o culto imperial está relacionado ao programa político imperial?

Seria difícil retratar os temas deste capítulo de modo mais sucinto do que o fazem os dois trechos do discurso que o abrem. Públio Élio Aristides, grego provinciano e importante figura literária de

146. *To Rome* 104; citação de James H. Oliver, “The Ruling Power: A Study of the Roman Empire in the Second Century after Christ through the Roman Oration of Aelius Aristides”, *Transactions of the American Philosophical Society* n.s. 43 (1953), pt. 4, 895-907.

147. Tácito, *Agricola* 30 em *Tacitus: Agricola and Germany*, trad. A. R. Birley (Oxford: Oxford University Press, 1999).

sua época, estava se referindo à própria Roma durante o reinado do “Bom Imperador” Antonino Pio (r. 138-61). Seu panegírico, um discurso de louvor bem elaborado, está repleto de elogios ao império:

Todos os distritos estão tomados por ginásios, fontes, vias monumentais, templos, oficinas, escolas, e pode-se dizer que o mundo civilizado, que estivera adoecido desde seus primórdios, digamos, encontra-se agora em um estado de saúde aceitável (...). Assim, é certo sentirmos piedade somente por aqueles que não fazem parte dessa hegemonia, se é que de fato eles existem, pois não podem desfrutar dessas bênçãos.¹⁴⁸

O império, exulta Aristides, proporcionara o Cosmos por meio de uma cultura cívica que florescia com os símbolos vívidos da romanização. *Para Roma* representa um exemplo perfeito da cooptação das elites, em contraste direto à longa tradição de seu sistema de substituição da Era dos Antigos Impérios. Roma preferia conquistar, confiar e recompensar as elites provinciais urbanas por todo o seu reino em vez de simplesmente substituí-las por romanos ou italianos nativos. Muitos provincianos, por sua vez, pareciam se identificar com alegria e prontidão com o Império Romano, assim como acontecera com algumas gerações da família de Aristides até esse ponto. Segundo todas as indicações, eles abraçaram o império e o tornaram parte de suas vidas. Roma conquistara seu amor e dedicação sincera.

Cálgaco, o líder bretão, é conhecido somente a partir desse único discurso na primeira obra histórica de Tácito, *Agrícola*. A oração chama seus companheiros bretões para lutar com força para continuarem sendo “os habitantes mais distantes da terra, os últimos homens livres” do domínio romano.¹⁴⁹ Suas palavras contrastam de maneira vigorosa às liberdades bretãs tradicionais com a servidão que os romanos estavam ansiosos para impor a eles. Quanto – se é que alguma parte – desse discurso Cálgaco de fato proferiu é uma pergunta completamente sem resposta; Tácito certamente não estava lá, e sua retórica corresponde exatamente ao historiador ao longo de toda a sua acusação do Principado. Contudo, em algum momento entre a alegação inicial de Tácito de que “essa é a essência do que afirmam ter sido abordado por ele” e a vigorosa observação de Cálgaco de que “a partir daí, a ação; e enquanto pensam naqueles que vieram antes vocês e aqueles que virão depois”,¹⁵⁰ é certo que Tácito se baseou em algumas reações bastante reais ao governo romano.

Apenas algumas páginas antes, Tácito descreveu como era o imperialismo entre um grupo próximo de bretões. Tácito, mais uma vez,

148. *To Rome* 97-99.

149. 30; Mattingly trad.

150. 32; Mattingly trad.

revela o lado sombrio da *Pax Romana*, e em termos tão comoventes que são impossíveis de ser esquecidos. Em meio aos “templos, mercados e casas da cidade” que os romanos lhes ofereciam, os bretões “se deixaram levar pelos encantos dos maus caminhos, as colunatas, os banhos quentes e os elegantes banquetes. Os bretões, que não tinham nenhuma experiência nesse sistema, chamavam-no de ‘civilização’, embora aquilo fizesse parte de sua escravidão”.¹⁵¹ As famosas comodidades arquitetônicas e culturais do império, bênçãos sem precedentes para o mundo todo na visão de Aristides, são ferramentas cegas da hegemonia na visão de outras pessoas.

No Capítulo 10, analisamos as mudanças políticas e estruturais que vieram com o Principado e a *Pax Romana*. Neste capítulo, abordaremos mais de perto os mecanismos reais do controle local, político e religioso/ideológico, assim como as diversas reações dos povos que se viram, forçados ou não, diante do governo romano. Até que ponto os 50 a 70 milhões de habitantes do Império Romano se adaptaram ao governo de Roma e às suas expectativas? Nem todos, naturalmente, tinham as mesmas opiniões a respeito de sua inclusão no império. As revoltas declaradas e a resistência explícita, porém, eram coisas raras. Os poucos exemplos ressaltam suas reações e audácias contra o cenário da *Pax Romana*. Assim como ao longo de todo este estudo, a resistência revela quase tanto a respeito do império e da integração das fontes de poder social quanto a verdadeira dinâmica do império ao centro.

O PODER E AS PROVÍNCIAS

Em comparação a outros impérios antigos que estudamos, bem como segundo qualquer padrão atual, o sistema de controle imperial romano era incrivelmente mínimo e não impositivo – uma administração provincial tranquila com um sistema bastante simplificado de coleta de impostos e estrutura de recenseamento operada em sua maior parte pelas elites locais. Uma mistura equilibrada de mecanismos formais e informais e canais de poder amplamente difundidos ajudava a manter o vasto império unido com o mínimo de burocracia. Os legionários romanos geralmente permaneciam nas fronteiras e em algumas áreas especialmente problemáticas, de modo que a maioria dos habitantes do império raramente via figuras militares, a menos que vivessem em regiões próximas às principais rodovias. Para falarmos de maneira

151. 21; A. R. Birley trad.

simples, o Principado não era mantido por uma presença militar ameaçadora ou mesmo pela ameaça iminente de uma força brutal e extravagante. Comparado a impérios anteriores como o da Babilônia e o persa aquemênida, ambos constantemente tendo de lidar com rebeliões e insurreições em determinadas regiões de seu império em um momento ou outro, os romanos raramente recorriam a demonstrações de força em sua administração. O que, então, além de um *princeps* e uma sensação de paz sem precedentes, mantinha-os todos unidos?

A estrutura de construção básica da administração imperial romana era a província, por meio da qual o imperador controlava as cidades. Conforme Roma começou a adquirir territórios estrangeiros durante a república, um sistema provinciano único surgiu, aparentemente sem qualquer premeditação ou plano. O sistema provincial se desenvolveu de modo natural, seguindo transições típicas de concepções romanas de espaço e poder. A *provincia* antes simplesmente denotava uma esfera geral de ação e dever, assim como uma definição secundária de província que ainda existe no inglês. Aos poucos, o termo basicamente passou a definir uma área geográfica específica como uma unidade de controle imperial. No século II a.C., Roma já havia designado e demarcado de maneira clara suas províncias. Com a ascensão de Augusto, havia 13 delas e, no momento de sua morte, 28. Na época de Adriano (r. 117-138), havia 45.

A transferência natural no conceito da esfera geral da influência de uma determinada pessoa para o espaço real no qual esse poder era exercido tinha paralelos importantes. Podemos nos lembrar, segundo a introdução, de que uma transição semelhante alterou o significado da palavra “império” em si. *Imperium* antes denotava para os romanos da república não um território ou um regime político, mas sim a esfera ou o reino de autoridade de direito de um magistrado, em especial um cônsul. Um líder republicano romano, então, já possuía um *imperium* e uma *provincia* muito tempo antes de um império de fato passar a existir. Com o passar do tempo, *imperium* passou a se referir ao governo imperial de um (apesar de ambíguo) determinado território e, assim, um império da maneira como conhecemos nos dias de hoje. Uma transição semelhante ocorreu com o *conventus*, uma esfera conceitual de jurisdição legal que se desenvolvia em uma subdivisão claramente determinada dentro de algumas províncias.

Assim que as *provinciae* se tornaram províncias, por assim dizer, o Senado nomeava oficiais para prover seus auxiliares. Durante a república, um pretor regia cada uma das províncias e todas elas ficavam sob o controle senatorial direto. Os imperadores governavam as províncias imperiais por meio de procuradores. As províncias, como vimos no Capítulo 10,

também eram divididas em senatoriais e imperiais, dependendo da riqueza e do risco potencial daquela determinada província. O Egito, por exemplo, continuou como uma província imperial em função tanto de seus recursos lucrativos quanto por sua longa tradição de independência e revoltas culturais e políticas constantes.

Os auxiliares burocráticos do governador eram quase insignificantes e as razões do sucesso do Principado não podem simplesmente ser compreendidas segundo os mecanismos formais e diretos do império. O verdadeiro segredo estava na cooptação das elites, como no caso de Aristides. Sem o apoio explícito e dedicado dos provinciais, o império não teria durado o tempo que durou. Devemos nos lembrar da rapidez com que a subversão surgiu dentro dos impérios assírio e persa aquemênida diante do primeiro sinal de desafio ou tensão. O império assírio desapareceu até certo ponto de maneira imediata com uma revolta mais séria, enquanto o persa, em essência, ruuiu depois de apenas duas grandes batalhas. Seus habitantes eram somente súditos, diferentemente dos habitantes de Roma e, na realidade, não internalizavam as ideologias de seus regentes e reinos.

O Império Romano, então, não era mantido como um governo policial moderno por um mar de burocratas e espiões locais, embora um pequeno número de burocratas e espiões internos (conhecidos como os *frumentarii*) certamente tenha existido. Algumas estatísticas ressaltam a conquista extremamente rara de Roma. Estimativas recentes defendem que havia somente um oficial romano para cada 400 mil súditos. Um historiador explica isso de maneira bastante vivaz e quase tangível: os romanos mantinham um império de no mínimo 50 milhões de pessoas, estendendo-se da Inglaterra até a Mesopotâmia, com uma administração menor do que a de uma moderna universidade americana de pesquisas.¹⁵² Nenhum outro império na história, antes ou depois, realizou tantas coisas (melhores ou piores) com tão poucos recursos. Os habitantes do império não eram oprimidos pelo número de oficiais ou a constante ameaça de violência coerciva.

A mais importante dessas elites locais cooptadas eram os decuriões (*decuriones*), ou conselheiros das cidades, que geriam governos locais em todas as partes do império. Essa abertura aos provinciais dentro do sistema permitiu que o Estado romano criasse administradores competentes no âmbito local que respondiam às autoridades imperiais. Eles se reuniam em um *concilium*, um conselho que representava os interesses locais junto ao centro imperial em Roma. Recolhiam impostos imperiais, erguiam as inscrições e estátuas honoríficas ubíquas, organizavam

152. Clifford Ando, *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire* (Berkeley: University of California Press, 2000).

o culto imperial, como veremos posteriormente, e encenavam os jogos com gladiadores por todo o império. Essas elites provinciais também começaram a deixar uma marca no Senado quase desde os primórdios do Principado, e, na metade do século II, quase metade dos senadores era de fora da Itália. Diversos provinciais, como Adriano e Trajano da Espanha e Sétimo Severo da África do Norte, tornaram-se imperadores nos séculos I e II. No século III, quase não significava nada para um provincial ostentar o cargo de imperador.

Os decuriões e outras elites locais ganhavam cidadania romana plena. Essa era uma distinção crítica a mais em comparação a todos os impérios anteriores e um meio extremamente eficaz de criar uma identidade que lhes permitia ter a ideia de fazer parte desses povos distantes e incrivelmente diversificados. Até o início do século III d.C., como veremos no Capítulo Doze, a cidadania romana mantinha seu caráter privilegiado. Ela era muito desejada e vista como um grande prêmio para aqueles que a adquiriam. Aristides via esse fenômeno sem precedentes como crítico para a ordem romana:

Mas existe aquele benefício que sem dúvida merece tanta atenção e admiração agora quanto todos os demais. Refiro-me à vossa magnificente cidadania com sua enorme concepção, pois não há nada como ela nos registros de toda a humanidade. Ao dividir em dois grupos todos aqueles em seu império – e com essa palavra me refiro a todo o mundo civilizado – tudo aponta na direção de sua cidadania, ou até mesmo à realeza que lhe pertence, a melhor parte do talento, coragem e liderança do mundo, enquanto o restante de vocês é visto como uma liga sob vossa hegemonia (...). Ninguém digno de governo ou confiança continua sendo um estrangeiro, mas uma comunidade civil do mundo é estabelecida como a República Livre sob um, o melhor, regente e mestre da ordem; e todos se unem como em um centro cívico comum em ordem para que cada homem receba o que lhe é de direito.¹⁵³

Aqueles considerados os melhores eram recrutados para os serviços informais, apesar de essenciais. Eles podiam ganhar a cidadania de maneira individual ou coletiva. Comunidades inteiras podiam ser formalmente reconhecidas com posições privilegiadas e seus magistrados recebiam cidadania automática. Os indivíduos que realizavam algum ato digno de nota para o império também podiam receber a cidadania. Sua identificação como cidadãos romanos assumia um determinado nível de interiorização da visão do império de preservar e melhorar o Cosmos. Sem essa confiança, Roma não poderia ter construído e mantido o maior e mais duradouro império do mundo antigo.

153. *To Rome* 59-60.

A cidadania e a cooptação das elites também tinham seus papéis-chave no alcance de Roma fora de sua cadeia provincial. Reis clientes, aliados governadores além das fronteiras de Roma, entravam na política romana de maneiras semelhantes às de outras elites. O “rei, aliado e amigo” (*Rex sociusque, amicus*), como os romanos chamavam o rei cliente, não pagava impostos, mas ajudava a proteger as fronteiras de Roma, fornecia tropas auxiliares e oferecia conhecimentos locais de especialistas, quando necessário. A relação que os romanos tinham com os reis clientes era geralmente harmoniosa e mutuamente vantajosa, mas invariavelmente desigual. Como vimos antes (Capítulo 8), os romanos naturalmente viam as relações estrangeiras nos termos entre patronos e clientes. As relações romanas com os povos estrangeiros, não em menor grau do que aquelas entre as elites e os comuns dentro do império, continuaram por muito tempo agindo segundo os padrões sociais romanos. Pelo Principado, a maioria dos reis clientes recebia a cidadania romana plena. No fim do século I d.C., muitos deles já faziam parte inclusive do Senado romano.

Os romanos quase sempre conseguiam reis clientes em áreas que inicialmente consideravam caras demais e arriscadas demais para ser conquistadas ou controladas de maneira direta. Em tempos de tensão ou transição no interior de um reino cliente, porém, os romanos geralmente tentavam dominar o local de modo formal como uma província. Ambiguidades na sucessão dinástica, revoltas contra líderes e agitações com grandes chances de interromper o bom andamento das províncias vizinhas, tudo servia como motivo ou pretexto para dominar um reino cliente e torná-lo uma província. A conquista desses lugares funcionava melhor, obviamente, depois que um reino cliente tivesse parcialmente romanizado ou pacificado seus reinos e povos. A transição era geralmente pacífica, mas nem sempre, como veremos mais adiante neste capítulo.

Com os mecanismos formais e informais estabelecidos, qual papel, então, o *princeps*, figura central do Principado, assumia na administração provincial? De modo geral, ele trabalhava em uma competência consultiva e mantinha as informações fluindo das administrações locais para as provincianas. A comunicação do governo central, que ajudava a estabelecer o consenso com os provinciais, das elites ou não, era transmitida por diversos meios: cartas de aconselhamentos, editais gerais, estátuas e moedas exibindo vitórias e proclamando títulos honoríficos e honras (fig. 11.1). Seria difícil superestimar o importante papel que essas comunicações tiveram na moldagem do império e na solidificação das mentes dos habitantes que o imperador desejava mostrar como fazia

para manter a ordem e o Cosmos. A mensagem era clara e amplamente difundida, chegando a cada um dos habitantes do império. Aristides resumiu bem a prática da escrita das cartas imperiais durante o Principado quando disse que o imperador:

Não precisa se cansar viajando por todo o império (...). É muito fácil para ele ficar onde está e gerenciar todo o mundo civilizado por meio de cartas que chegam quase tão rapidamente quanto são escritas, como se fossem transportadas por mensageiros alados.¹⁵⁴

Contudo, os imperadores geralmente não eram microgerentes. Eles quase sempre se envolviam nos aconselhamentos das questões locais quando eram chamados porque preferiam sempre estar a par dos possíveis problemas, mas normalmente permitiam que as elites locais cuidassem do maior volume administrativo do império. Se não estava quebrado, como dizia o velho ditado, não precisava ser consertado.

Um famoso e bastante detalhado conjunto de cartas trocadas no início do século II d.C., entre o imperador Trajano e Plínio, o Jovem, o governador da província de Bitínia no Mar Negro, oferece-nos uma ideia rara a respeito do nível do comprometimento do imperador no âmbito local. As cartas presumem, não de modo surpreendente, a importância da manutenção das instalações cívicas do império, os mais conhecidos símbolos externos da romanização. Para ilustrar com diversos exemplos aleatórios, apesar de típicos, das cartas: o imperador Plínio consultou Trajano acerca da reconstrução de uma casa de banho pública que fora destruída, a instituição de um corpo de bombeiros, a manutenção de um aqueduto e o reparo de danos estruturais em um teatro. As respostas de Trajano para as perguntas de Plínio são concisas, mas reveladoras:

Se a construção de uma nova casa de banho não for onerar os recursos da Prússia, então podemos consentir com seus desejos – contanto que nenhuma taxa seja imposta por ela e que seus encargos não os forcem a restringir operações básicas futuras.

Sua ideia de que uma corporação de bombeiros poderia ser formada na Nicomédia tem diversos precedentes em seu favor. No entanto, precisamos lembrar que sua província e, em especial, as cidades nessa região tiveram problemas exatamente com essas instalações. Independentemente do nome ou do propósito que damos às pessoas que se agrupam, eles logo se tornarão grupos políticos.

154. *To Rome* 33.



11.1. Moeda de bronze da cidade de Alexandria, reinado do imperador Adriano, 134/135 d.C. Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

Providências deverão ser tomadas para o suprimento de água até a cidade da Nicomédia. Tenho certeza absoluta de que vocês irão se dedicar ao trabalho com a diligência necessária. No entanto, bom senhor, parte dessa diligência deve ser concentrada na busca dos culpados pelo fato de os habitantes da Nicomédia terem desperdiçado tanto dinheiro até o momento presente.

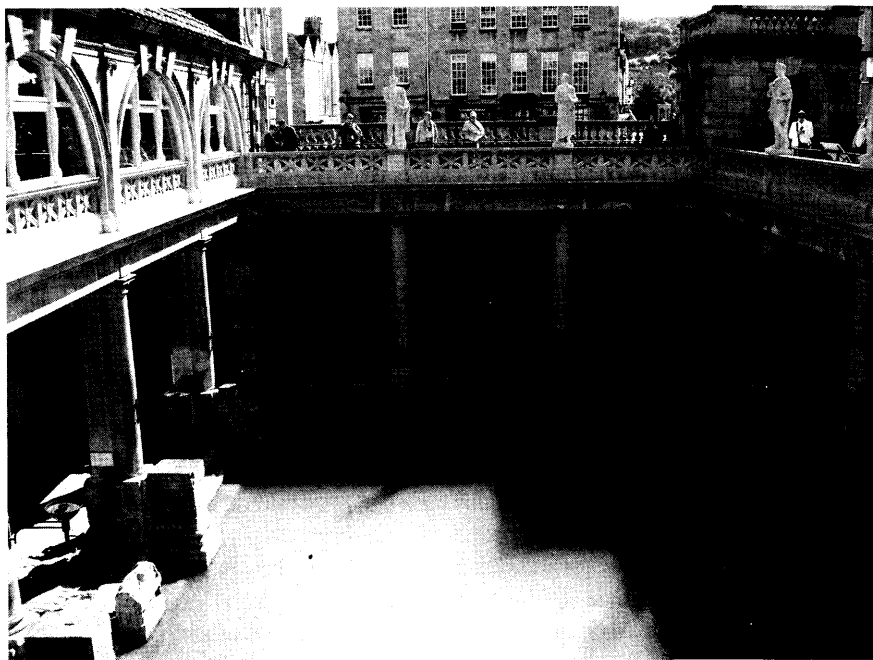
Por estar no lugar exato, você está na melhor posição para resolver o que deve ser feito a respeito do teatro que está sendo construído em Niceia (...). Não é possível que vocês não tenham arquitetos; há homens com experiência e talento em todas as províncias. Vocês não devem imaginar que seja mais rápido enviá-los de Roma, já que nós mesmos geralmente os trazemos da Grécia.¹⁵⁵

Trajano está obviamente interessado nas questões da vida provinciana local (e pode muito bem ser que ele esteja excepcionalmente interessado), mas ele prefere deixar que seu governador local cuide de seus próprios problemas sempre que possível. Ao longo do curso do século II, havia uma tendência cada vez maior de que os provinciais contassem cada vez mais com a autoridade e caridade do poder imperial central.¹⁵⁶ No capítulo seguinte analisaremos algumas das ramificações desse poder em seu contexto do século III. Segundo qualquer padrão atual, o governo central permaneceu minimalista.

É tentador nos perguntarmos até que ponto os habitantes do império de fora dos círculos das elites abraçaram esse sistema e o internalizaram.

155. 10.24, 10.34, 10.38, 10.40; citação de *Readings in Western Civilization 2: Rome: The Late Republic and Principate*, ed. Walter E. Kaegi e Peter White (Chicago: University of Chicago Press, 1987), 178-182.

156. Peter Garnsey e Richard Saller, *The Roman Empire: Economy, Society, and Culture* (Berkeley: University of California Press, 1987), 102.



11.2. Casa de banho romana, Bath, Inglaterra. Slide de Mark W. Graham.

Pelo fato de estarem excluídos dos mecanismos oficiais de poder e geralmente da cidadania, infelizmente, também os excluía das fontes históricas, fazendo com que perguntas como essa sejam difíceis de ser respondidas. As elites locais provavelmente tinham mais em comum, falando de modo geral, com as elites distantes do que com as massas locais que compartilhavam de seu idioma e outros aspectos da cultura regional. Ainda assim, as próprias instalações do império, elogiadas por Aristides e castigadas por Tácito, faziam parte da vida de muitas pessoas de fora dos círculos reservados das elites. Os pobres, ao menos os pobres urbanos, assistiam aos jogos com os gladiadores, frequentavam as casas de banho e assim por diante. Os valores da sociedade imperial romana eram proclamados a eles por meio de editais, moedas e estátuas. Jamais saberemos exatamente como eles interpretavam e apropriavam essas imagens, mas a maior parte das indicações mostra que os pobres também interiorizaram a ideologia romana e agiam em favor do império, chegando inclusive a se identificar fortemente com ela.

Como veremos no capítulo seguinte, porém, é certo que pessoas de todas as partes do império não se esqueciam de suas identidades locais, idioma, práticas funerárias, estilos de roupas e outras características enquanto viviam sob o governo romano (fig. 11.5). Vejamos, por



11.3. Casas de banho antonianas, Cartago. *Slide* de Mark W. Graham.

exemplo, as múmias egípcias do Principado que mostram uma continuidade óbvia dos princípios morais locais. Sempre houve tensões e misturas, mais evidentes em determinados momentos e lugares do que em outros, entre as culturas locais e as forças de homogeneização da romanização. Devemos observar as pinturas de estilo romano sobre os rostos das mesmas múmias. Tácito pode nos oferecer alguns exemplos dos bretões em geral adotando a linguagem romana, seus hábitos educacionais e de vestimentas, de modo que “aqueles que, há bem pouco tempo, rejeitavam a língua romana, agora passam a compartilhar de um desejo pela eloquência. Assim, até mesmo nosso estilo de roupas passou a agradar e a toga podia ser vista por toda parte”.¹⁵⁷ Inúmeras outras pessoas, entretanto, desde os plebeus até os membros das elites, prendiam-se aos seus modos tradicionais, ou os associavam à cultura romana prevalecente e não apenas descartavam suas maneiras locais e seus princípios morais por completo.

O CULTO IMPERIAL E O GOVERNO ROMANO

Todos os habitantes do Império Romano, independentemente de qual tenha sido sua diversidade, compartilhavam duas suposições

¹⁵⁷. *Agricola* 21; Birley trad.



11.4. Aqueduto Zaghouan, Tunísia. Slide de Mark W. Graham.

básicas. A primeira, sua segurança e prosperidade dependiam, em essência, do favorecimento dos deuses. A segunda, da maneira como era confirmada pelo fato de que seus magistrados políticos eram únicos e ocupavam as mesmas posições de seus sacerdotes, a política e a religião estavam inseparavelmente ligadas. Embora essas suposições fossem, naturalmente, muito mais antigas do que o Império Romano, as duas transmitiam a forma religiosa específica e oficial do Principado, o culto imperial. Já no tempo de Augusto, o próprio imperador era responsável por garantir a segurança e a prosperidade do império, bem como de servir como seu principal servo religioso, se não um próprio deus. Augusto, de modo oficial, reconheceu o culto imperial em honra a Júlio César (*Divus Iulius*), divinizado após seu assassinato, mas a prática alcançou sua expressão mais característica no culto de *Roma et Augustus* logo após a morte de Augusto.

O culto imperial, de forma bastante conveniente, foi chamado de “o principal artigo de exportação de Roma para o império”,¹⁵⁸ tornando-se um dos mais importantes meios de facilitação da romanização e do controle imperial. Esse era um complemento perfeito para os mecanismos do controle provincial e da cooptação das elites. As mesmas elites locais discutidas anteriormente eram seus principais funcionários,

158. Garnsey e Saller, 164.



11.5. Retratos funerais dos filhos de Aline de Hawara, Fayum Oasis, Egito. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

enquanto o *concilium*, o conselho provincial, administrava esse domínio junto com suas outras funções que incluíam a coleta de impostos e os processos dos censos. As elites locais prontamente se associavam ao poder romano pelo fato de se identificarem com ele. Esse era, portanto, um elemento essencial da unidade ideológica por todo o império.

Sua disseminação e expressão pelo império, porém, estavam longe de ser consistentes, refletindo as complexas relações de poder centrais para locais (e vice-versa) no sistema imperial em si. No Oriente heleenístico, por exemplo, onde o culto do governador tinha uma história



11.6. Mosaico do cavalo com os gêmeos, Cartago. Slide de Mark W. Graham.

venerável, os provinciais pareciam ter agido de acordo com sua própria iniciativa, até mesmo de modo espontâneo, na celebração do culto dos imperadores, quase sempre em termos com os quais eles há muito tempo já estavam familiarizados. A iniciativa local também ajudou a solidificar o culto imperial e o governo imperial nas regiões da Gália e da Espanha. Em áreas consideradas subdesenvolvidas ou não romanizadas, porém, o culto podia ser estimulado ou até mesmo forçado para promover a romanização, de um modo muito semelhante ao utilizado pela Sociedade Missionária de Londres que, no passado, impôs de maneira explícita a cristianização com o objetivo de favorecer a “civilização” em determinado império quase dois milênios mais tarde. Os arqueólogos há muito tempo notaram que as inscrições mais antigas do culto imperial geralmente aparecem nas regiões mais “selvagens e conturbadas” do Império Romano.

O culto imperial mesclava tradições do Oriente Próximo com outras helenísticas e romanas. Por trabalhar dentro dos padrões religiosos e políticos mais duradouros da Era dos Antigos Impérios, o imperador em pessoa trazia a ordem e a abundância para o império:

Quais são as orações que as cidades devem fazer para o poder acima sempre proteger o imperador? Existe bênção maior para esperarmos dos deuses do que a segurança do imperador? Chuvas nas estações certas, abundância

vinda dos mares e colheitas fartas são recebidas por nós com alegria em virtude da justiça do imperador. Em retribuição, as cidades, nações, raças e tribos, todos nós, festejamos sua presença, cantamos e escrevemos em sua homenagem.¹⁵⁹

Assim como o *ma'at* egípcio e o *Arta* persa, por exemplo, a abundância natural resultava da justiça do imperador. O império estabelecido por ele trazia o Cosmos e a ordem para o próprio Universo em si:

Antes do reino de Zeus, como dizem os poetas, o Universo era cheio de conflitos, turbulências e desordem (...), mas, quando você assumiu o governo, a confusão e os conflitos deixaram de existir e a ordem universal surgiu como uma luz brilhante sobre todas as questões públicas e particulares dos homens, leis foram criadas e altares de deuses ganharam a confiança dos homens.¹⁶⁰

Mesmo considerando o florescimento retórico, a continuidade cosmológica de épocas anteriores é bastante clara – a preservação do Cosmos garantiu tanto a força política quanto a abundância natural. Os deuses trouxeram leis e altares, demonstrando com clareza as suposições a respeito da união da religião e da política por todo esse reino.

As pessoas expressavam sua lealdade ao império e ao imperador por meio de rituais e sacrifícios elaborados com raízes profundas no culto estadual romano tradicional. A devida realização de determinados atos garantia a segurança do estado e a vital *pax deorum*, a paz dos deuses, ou com os deuses. O ritual, e não a crença, em si, formava o centro do culto – a libação ou o sacrifício correto no momento e no lugar certo, a fórmula específica estabelecida para o feriado ou para o festival correto, a celebração do aniversário do imperador. Os sacrifícios eram realizados por sacerdotes/magistrados em nome de toda a comunidade.

Embora a crença seja conhecida como uma categoria religiosa no Ocidente da atualidade, os romanos eram menos atentos às crenças pessoais dos indivíduos e muito mais interessados em escolher as fórmulas e os rituais certos. Plínio, o Ancião (o tio de Plínio, o Jovem), um escritor romano do século I, descreve a importância dos rituais para a expressão religiosa:

Trata-se de uma crença geral o fato de que sem uma forma certa de oração seria inútil imolar uma vítima, e que, com tal informalidade, os deuses seriam consultados para causas não tão importantes. E então, além disso, há

159. Menander 377.19-28, em *Menander Rhetor*, tradução e edição D. A. Russell e N. G. Wilson (Oxford: Clarendon, 1981).

160. *To Rome* 103.

diferentes formas de se dirigir às divindades, uma forma para pedir, outra forma para evitar sua ira e outra para seu louvor. Vemos também como nossos magistrados supremos usam determinadas fórmulas para suas orações: de modo que nem uma só palavra seja omitida ou pronunciada fora de seu lugar, é o dever de uma pessoa preceder o dignitário com a leitura da fórmula diante dele em um ritual escrito, de outra pessoa, zelar por cada palavra, e de uma terceira, garantir que o silêncio não seja interrompido de modo agourento; enquanto um músico, durante o tempo todo, toca sua flauta para evitar que quaisquer outras palavras sejam ouvidas. De fato, há exemplos memoráveis registrados em nossos anais, de casos em que o sacrifício foi interrompido e, portanto, manchado, por imprecações, ou um erro foi cometido na declaração da oração.¹⁶¹

Os atos, não o estado de espírito, eram as questões vitais. Muitas pessoas, sem dúvida, de fato acreditavam que todo o sistema funcionava, mas os deuses não estavam fundamentalmente buscando aprovação ou sinceridade.

Para os imperadores vivos, os sacrifícios eram dedicados ao seu *genius* ou espírito guardião; a maioria dos imperadores era oficialmente divinizada após a morte. A linha entre a veneração do *genius* do imperador vivo e o próprio imperador era bastante turva, porém, e nós já vimos no capítulo anterior como Augusto iniciou uma tradição de assumir a linguagem e as imagens da divindade. Seus seguidores no cargo geralmente faziam o mesmo, como veremos mais adiante quando o imperador Calígula ordenou que suas próprias estátuas na posição de Zeus fossem colocadas no Templo em Jerusalém. Até mesmo as orações diretas ao próprio imperador eram comuns e perfeitamente naturais nessa época. Mais uma vez, como testemunha disso, Aristides diz:

Ninguém é tão orgulhoso a ponto de não ser tocado ao ouvir a mera menção do nome do governador, mas, ao se levantar, ele o louva e o venera e pronuncia duas orações em uma única respiração, uma aos deuses em nome do governador, uma por seus próprios problemas ao próprio governador.¹⁶²

RESISTINDO AO GOVERNO ROMANO

Desafios ao governo romano durante o Principado se destacam por duas razões básicas. Em primeiro lugar, eles representam a exceção

161. *Natural History* 2.3; citação de John Bostock, trad. (London: Taylor and Francis, 1855).

162. *To Rome* 32.

proverbal que avaliza o governo e, portanto, convidam-nos a analisar e discutir suas normativas. Em segundo lugar, considerando-se a natureza das fontes históricas literárias de qualquer período, as guerras, rebeliões e subversões costumam predominar, por razões óbvias, de modo que a paz, a tranquilidade e a quietude geralmente ficam prejudicadas. Entretanto, as perturbações da *Pax Romana* revelam, de maneira útil, os limites dos mecanismos de poder de Roma, além de ilustrar as influências recalcitrantes do localismo dentro e ao redor do império. Duas famosas revoltas armadas, que irromperam nos anos 60 d.C., podem servir como estudos de casos: a revolta na Bretanha demonstra que nem todos estavam ansiosos para fazer parte do império, segundo os termos romanos; a revolta judaica pode mostrar, entre outras coisas, a seriedade com que os romanos eram capazes de subestimar ou se equivocar a respeito da capacidade da ideologia local para a resistência. Além disso, a resistência ideológica assumia formas mais sutis do que as revoltas declaradas, como veremos em uma famosa obra de resistência anti-imperial da literatura.

Em 43 d.C., o imperador Cláudio invadiu a Bretanha, conquistando povos e territórios, além de estabelecer reinos clientes em um raríssimo espetáculo de expansão sob o comando do Principado. Um grupo do sul da Bretanha, os icenos, aliou-se de modo voluntário a Cláudio, mas, quatro anos depois, eles romperam a aliança. Depois que os romanos os derrotaram, seu líder, Prasutagos, foi declarado um rei cliente, provavelmente refletindo a preferência romana de tornar reinos clientes as áreas potencialmente difíceis, em vez de anexá-las de forma imediata como províncias. Ao que tudo indica, Prasutagos realizou com maestria a tarefa de pacificar sua região; quando morreu em 60, deixando suas filhas como co-herdeiras de seu reino junto do imperador (Nero), oficiais romanos logo tentaram anexar todo o reino como uma província. A morte de um rei cliente era exatamente o tipo de oportunidade que os romanos esperavam para tentar anexar uma região como província. A ausência de um herdeiro do sexo masculino – e, portanto, a possibilidade de uma rainha cliente – provavelmente não parecia agradável aos romanos.

Os icenos resistiram à invasão, e os oficiais romanos no mesmo instante reagiram com violência. A viúva de Prasutagos, Boadicéia, foi posteriormente flagelada e as filhas estupradas, para citarmos apenas alguns dos ultrajes registrados nos *Anais* de Tácito. Liderados por Boadicéia, os icenos então se rebelaram e inspiraram grupos e realezas de regiões próximas a se juntarem a eles em uma tentativa de “reclamar

sua liberdade” (fig. 11.7).¹⁶³ Apesar de, a princípio, gozarem de um sucesso relativo nos saques das colônias romanas em Colchester e Londres, os icenos mataram um total de 80 mil romanos. Com um grande número de legiões preparadas para ser convocadas, porém, os romanos logo derrubaram a resistência e Boadicéia ingeriu veneno por vontade própria. O próprio sogro de Tácito, Agrícola, foi mandado como governador para subjugar toda a província (o que explica o título da primeira obra histórica de Tácito).

A resistência – se não o famoso discurso – de Cálgaco aconteceu logo em seguida. Sua Confederação Caledônia frustrou os esforços de Agrícola no norte, mas foi rapidamente detida conforme os povos de resistência da Bretanha eram conquistados, pacificados e trazidos – gostassem ou não – para, ou de volta para, o Império Romano. Tácito, ironicamente, elogia as medidas de seu amado sogro mesmo enquanto prossegue denunciando os resultados.

Do outro lado do império, na Judeia, uma revolta totalmente distinta irrompeu seis anos mais tarde. Algumas pequenas ideias contextuais poderão nos ajudar a estabelecer o cenário dessa rebelião à luz dos temas deste capítulo. Por pouco mais de um século após a revolta dos macabeus de 168/67 a.C., os judeus mantinham um reino independente entre os regimes políticos e as monarquias helenísticas. Em 63 a.C., os romanos, comandados por Pompeu, intervieram em uma disputa judaica. Como sempre, o auxílio romano significava um compromisso com patronos romanos, sendo que a Judeia foi declarada um reino cliente. De 37 a.C. até 4 a.C., os judeus foram governados por Herodes, o Grande, que conquistara sua posição de rei cliente com a ajuda de Marco Antônio. Mais tarde, ele solidificou seu governo ao apoiar o lado vencedor de Otaviano em Ácio. Herodes se tornou um parceiro valioso de Augusto e Roma no governo dessa região potencialmente volátil. Uma década após a morte de Herodes, porém, a Judeia e diversas regiões adjacentes foram formalmente anexadas como províncias romanas, em 6 d.C.

Em 41 d.C., o “Mau Imperador” Calígula ordenou que estátuas dele próprio retratado como Zeus fossem colocadas no Templo Judaico, por razões que ainda não são totalmente claras. Uma revolta geral logo irrompeu entre os judeus; a Judeia, então, foi pacificada e retomou sua posição de reino cliente. No entanto, apenas três anos mais tarde, em 44, ela foi novamente anexada como província pelo imperador Cláudio. As idas e vindas mostravam com clareza as

163. 14.31.



11.7. Estátua de Boadiceá, Londres. *Slide* de Mark W. Graham.

ambiguidades do poder romano aqui. Em 66, os judeus declararam uma rebelião aberta contra os romanos.

Nunca de fato existiu uma resistência unificada aqui, pois os judeus sempre estiveram divididos de modo marcante entre diversas linhagens. Muitas seitas e facções – saduceus, fariseus, zelotes, essênios (mas, que fique bem claro, nenhuma “Frente do Povo da Judeia” ou “Frente da Judeia do Povo”) – reivindicavam lealdades concorrentes. Existia uma divisão marcada entre a elite e a plebe comum judaica também, talvez mais acirrada do que em qualquer outra parte. Geralmente, a elite judaica cooperava com os romanos em momentos de provação. O “povo”, em sua maioria, porém, quase nunca agia assim. As massas judaicas eram as forças propulsoras das revoltas contra os romanos, sendo que eles se recusavam a ser persuadidos até mesmo por seus próprios líderes locais. Uma forte ideologia religiosa nutria um verdadeiro sentimento de independência política e cultural.

Um dos líderes da elite judaica, e ele próprio um historiador notável, Josefo, inicialmente liderou a resistência contra Roma. Depois de uma

derrota em Gamla, porém, ele traiu o governo romano e começou a tentar convencer o restante dos judeus a interromper sua rebelião. Como sacerdote e fariseu e, portanto, ele próprio um sério defensor das leis e tradições judaicas, Josefo, de modo passional, suplicou para que os judeus se rendessem aos romanos, usando uma curiosa mistura de argumentos: Jeová agora estava do lado de Roma e, na verdade, morava naquela cidade; os judeus deveriam seguir seus próprios ancestrais e assim sua própria tradição, e se submeter a Roma; desse modo, a lei natural (*physis*) em si exige que os mais fracos se rendam diante dos mais fortes, um argumento no estilo de “o poder sempre vence” que provavelmente se baseia até certo ponto nas obras do historiador grego Tucídides:

De todos os lados, a sorte passara para o deles, e Deus, que exercera seu domínio dentre todas as nações ao redor do mundo, vivia na Itália. Essa era uma lei imutável e incontestada igualmente entre os animais e os homens, de que todos devemos nos submeter aos mais fortes, e que o poder pertencia àqueles com o maior número de armas. Foi por essa razão que seus ancestrais, em alma e corpo e em recursos muito superiores aos deles mesmos, renderam-se a Roma – o que eles jamais poderiam fazer se não soubessem que Deus estava do lado dos romanos.¹⁶⁴

Suas súplicas caíram nos ouvidos surdos de muitos de seus compatriotas, que continuaram em uma resistência declarada contra os romanos. Em 70, Tito, o filho do imperador Vespasiano, invadiu Jerusalém; a cidade foi destruída e o templo foi incendiado e jamais voltou a ser reconstruído.

Josefo cita um procurador romano na tentativa de mostrar que “haveria outras revoltas enquanto o Santuário continuasse como um ponto de encontro dos judeus do mundo todo”.¹⁶⁵ Os romanos parecem ter subestimado demais o poder e a natureza da resistência ideológica judaica, pois a destruição do templo não encerrou sua resistência. Alguns anos mais tarde, um grupo de judeus lutou com bravura em Massada (74 d.C.). Seu líder, um homem chamado Eleazar, emitiu uma notificação não muito diferente do discurso de Cálgaco – “Até este momento, nunca nos entregamos à escravidão, mesmo quando ela não representava perigo algum: não devemos escolher a escravidão agora, e com ela receber as penalidades que irão significar o fim de tudo se nos deixarmos levar pelas mãos dos romanos.”¹⁶⁶ Ele encorajou seus colegas de resistência a servir

164. *The Jewish War* 5.369, trad. G. A. Williamson (London: Penguin Books, 1981).

165. 6.230.

166. 7.315.



11.8. Moeda de Tito com um prisioneiro judeu. Desenho de Andrew Welton.

somente a Deus e Sua Lei, refletindo o coração da resistência romana. A lendária resolução dos 960 judeus em Massada, que cometeram suicídio em massa ao invés de se entregar aos romanos, intrigou e impressionou os romanos. Mais uma vez, os romanos subestimaram demais o potencial da resistência ideológica. Mais de meio século depois, em 132/135, Bar Kokhba, “filho de uma estrela”, afirmou ter concretizado uma antiga profecia judaica e comandou outra grande rebelião. Os romanos os combateram com certa dificuldade. Como antes na história judaica, porém, em função da falta de um regime político, a identidade judaica de “o Povo do Livro” continuou viva. Na realidade, mais uma vez com a ausência de um templo físico onde concentrar sua identidade, sua prática pode ter se fortalecido ainda mais.

Há diversas maneiras de analisarmos essas revoltas – muitas, na verdade, para fazermos justiça a elas nessa breve pesquisa. Mesmo superficialmente, porém, as semelhanças e as diferenças elucidam padrões de resistência. Cada uma dessas rebeliões foi provocada por ações ofensivas de indivíduos romanos e não necessariamente pelo regime imperial de modo geral – na Bretanha, as reações brutais dos oficiais romanos locais; na Judeia, as medidas extremas de um imperador temperamental e, em seguida, dos oficiais romanos locais. Cada uma delas pode ser vista como uma revolta em regiões fronteiriças ambíguas do território romano e seu controle. Para cada uma, sua posição oficial entre província e realza cliente estivera recentemente em pauta. Liberdades tradicionais foram perdidas, reconquistadas e perdidas novamente, provocando muito ressentimento. Não era comum que um

povo oscilasse tanto entre as posições de província e reino cliente, como estava acontecendo. Além disso, havia também algumas diferenças críticas. A resistência judaica possuía uma base religiosa/ideológica forte, enquanto que as revoltas dos icenos mostravam poucas indicações de um ressentimento ideológico profundo contra o governo imperial em si, ao menos no que dizia respeito a uma reação compreensível a uma administração local inconsistente e severa demais.

A resistência ao império podia assumir formas mais sutis. O livro bíblico do Apocalipse contém uma denúncia codificada do império escrita durante o reinado do “Mau Imperador” Domiciano (r. 81-96). O livro inteiro, a obra mais famosa da literatura apocalíptica do mundo antigo, de certo modo, talvez seja uma polêmica anti-imperial velada e um ataque ao culto imperial. Muitas obras escritas helenísticas judaicas e cristãs mais antigas eram apocalípticas – isto é, elas abordavam a suspensão ou o fim do Cosmos atual e o estabelecimento de um reino eterno. É óbvio que esse reino eterno não era o dos romanos, mas outro que viria para destituir ou substituí-los. De um modo geral, então, o apocalipse judeu e cristão era quase que invariavelmente uma literatura de resistência. Embora ela tivesse uma história mais antiga com origens no mundo helenístico, o gênero apocalíptico ressurgiu tanto nos círculos judaicos quando nos cristãos logo após a destruição do templo.

Com uma mensagem tão potencialmente volátil e perigosa, a literatura apocalíptica quase sempre utilizava referências esotéricas e indiretas. No fim do Apocalipse, por exemplo, o escritor prediz com certeza a destruição da Babilônia, a Grande, “a morada de demônios, um refúgio de todos os pássaros fétidos, refúgio de todos os animais sujos e odiosos” de cujo poder “os mercantes da Terra enriqueceram”. Uma análise mais detalhada da passagem revela que a “Babilônia” é uma referência codificada de algo além da famosa cidade da Mesopotâmia. O reino está condenado e, em pouco tempo, esses mercantes não mais comprarão o

carregamento de ouro, prata, joias e pérolas, linho puro, púrpura, seda e escarlata, todos os tipos de madeiras perfumadas, todos os artigos de marfim e os de madeira cara, bronze, ferro e mármore, canela, temperos, incenso, mirra, olíbano, vinho, azeite, farinha e trigo selecionado, gado e ovelhas, cavalos e carruagens, escravos – e vidas humanas.¹⁶⁷

Mármore, vinho, azeite, grãos, escravos e mais? – somente um estado de governo na Terra já fora capaz de comandar essa lista básica de mercadorias, e esse lugar não era a Babilônia. A mensagem era, portanto,

¹⁶⁷18:12-13, NRSV.

um ataque velado à própria cidade de Roma. No capítulo seguinte, exploraremos com mais detalhes o lugar do Cristianismo no império.

Passagens como essa, e outras que vimos ao longo deste capítulo, levantam uma questão básica e bastante crítica: será que elas devem ser lidas como referências ao império de modo geral, ao Império Romano em si ou a determinado imperador em particular? Vale a pena observar, por exemplo, que Aristides estava escrevendo sob as ordens do “Bom Imperador” Antonino Pio. Alguns de seus panegíricos, embora certamente não todos, podem ser lidos como forma de otimismo a respeito do reinado desse imperador específico, um dos verdadeiros destaques do século II que, de outro modo, teria sido um período brilhante.

A *Agrícola* de Tácito quase sempre, e de maneira explícita, denuncia o “Mau Imperador” Domiciano. Tácito abre a obra com elogios ostensivos à sua era imediata como o início de uma “era de grande sorte” do imperador Nerva (r. 96-98), que suplantou a era anterior em que “a voz do povo romano, a liberdade do Senado e a consciência da humanidade” foram erradicadas pelo cruel tirano, Domiciano. Suas críticas, então, são direcionadas especificamente a esse imperador. Outras passagens da obra mostram uma grande capacidade de criticar todo o sistema imperial romano a partir da perspectiva daqueles que estavam sendo subjugados. Não podemos nos esquecer de sua dura invectiva contra a romanização (“os bretões [...] chamavam-na de ‘civilização’, embora ela fizesse parte de sua escravidão”). Sua abordagem das realidades clientes bate na mesma tecla: “Essa é uma prática antiga e agora já bastante estabelecida do povo romano de usar até mesmo os reis como instrumentos de escravidão”.¹⁶⁸ Essas passagens denunciam de forma clara o império em si, muito parecido com a maneira usada por Tácito nos *Anais* quando ele bombardeia o Principado, começando por um dos melhores dentre os “Bons Imperadores”, o próprio Augusto.

Este capítulo desafia duas das principais suposições da atualidade – a primeira é que a política e a religião são esferas distintas de atividade. Embora o mundo ocidental moderno talvez funcione desse modo, o mundo antigo certamente não era assim, conforme este estudo afirma o tempo todo. O controle imperial era tanto político quanto ideológico/religioso, envolvendo as mesmas pessoas que desempenhavam funções políticas e religiosas. O projeto imperial e o culto imperial estavam unidos de forma inseparável. Não é possível fazermos justiça aos antigos, tampouco podemos esperar

168. 2, 21, 14.



11.9. Massada. Foto de George Klaeren.

compreendê-los se impusermos a eles nossas próprias noções de separação dos sistemas políticos e religiosos.

A segunda é que as pessoas invariavelmente ficam abaladas sob o regime do império. Os séculos XIX e XX, talvez de maneira bastante justificável, fizeram com que o império ganhasse má reputação em nosso mundo. Nenhum regime atual poderia sustentar esse título. Entretanto, Roma foi uma exceção, e certamente se orgulhava disso. É difícil imaginarmos as pessoas vivendo com alegria sob o domínio de um império. Se nós (apenas por alguns instantes) deixarmos de lado nossa atual aversão pelo império e estudarmos os antigos nesse contexto, fica claro que muitos, e provavelmente a maioria, abraçaram o império e tudo o que ele representava, ao menos durante o Principado. Por que e como isso aconteceu é uma das discussões mais antigas, mais acaloradas e mais significativas entre os historiadores do Império Romano. Como este estudo sugere o tempo todo, há muita coisa em jogo nesse debate. Por sua própria natureza, este texto só é capaz de introduzir os termos básicos de uma discussão bastante rica.

Pode ser que algumas pessoas digam que essa explicação leva a ideologia a sério demais, ao mesmo tempo em que ignora os verda-

deiros benefícios econômicos que mantinham os provinciais próximos de Roma. As elites locais, na realidade, tinham muito a ganhar de sua cooptação e identificação com Roma. Josefo, o historiador judeu e colaborador romano, por exemplo, ganhou uma casa imperial em Roma, um terreno na Judeia e uma pensão vitalícia por seus esforços. Assim como Políbio, o historiador helenista de Roma, ele ficou encantado com o sistema romano e conquistou a amizade de alguns dos melhores e mais brilhantes homens de Roma, incluindo Tito, o filho do imperador Vespasiano e que, mais tarde, tornou-se o próprio imperador. Alguns historiadores, com razão, admitem muito mais as relações materiais do que este capítulo específico. Seria simplista demais começarmos e terminarmos, porém, com a afirmação de que Roma basicamente cortejava as elites com recursos materiais enquanto os ludibriava junto com outras pessoas com uma ideologia ou, ao menos, uma vaga ideia dela.

Um brilhante estudo recente explora em grandes detalhes a maneira com que Roma em seu centro construiu um forte consenso com seus habitantes das regiões mais longínquas.¹⁶⁹ Muitos habitantes do império, em todos os níveis sociais, entenderam que o governo romano era algo natural e justificado, além de digno de grande louvor. Esses povos interiorizaram a ideologia imperial romana – eles passaram a acreditar que o império era o melhor de todos os mundos possíveis ou, conforme afirma Aristides, o melhor que o mundo já viu e, assim, passavam a defendê-lo com grande vigor e entusiasmo. Devemos nos lembrar de que uma inovação na comunicação do império persa começava a surgir com o apoio e o trabalho dos diversos povos sob sua suserania. O Império Romano, na realidade, realizou aquilo que os persas afirmavam em suas inscrições e altos-relevos – Roma estava sendo construída sobre esses precedentes mais antigos, mas é certo que ela inspirou mais confiança do que qualquer império antes desse.

Nada disso, mais uma vez, tem de implicar que a romanização e o governo romano erradicaram as culturas locais por meio de sua hegemonia soberana. Os povos de todo o império, em todos os níveis sociais, sabiam compreender os símbolos do controle imperial de diversas maneiras. Eles sabiam fazer, e certamente faziam, com que o controle imperial agisse em seu próprio favor. Dizer que eles abraçaram o império não significa que eles eram passivos, ingênuos e ignorantes. Explorar essa dinâmica particular, porém, é mais fácil para o século III, como veremos no capítulo seguinte, quando os benefícios do império –

169. Ando, *Imperial Ideology*.

ideológicos, econômicos, militares e políticos – eram mais difíceis de ser obtidos do que nos melhores dias da *Pax Romana*.

Contrárias a uma noção popular, as fontes nunca falam por si mesmas. Contudo, às vezes é melhor, mesmo quando apenas com o intuito de promover uma discussão mais acalorada, deixar que os antigos fiquem com a última palavra. Petílio Cerial, um general romano, acabara de reprimir uma breve revolta na Gália em 70 d.C. Ele, então, ergueu-se e falou diretamente com os habitantes locais que foram subjugados, ao menos de acordo com Tácito:

A tirania e as guerras sempre existiram na Gália até que vocês se renderam à nossa autoridade. E nós, apesar de termos sido provocados muitas vezes, impomos sobre vocês, pelo direito da conquista, somente a seguinte exigência: que vocês arquem com os custos da manutenção da paz aqui. Pois a paz entre diferentes povos não pode ser mantida sem tropas, e as tropas não podem ser mantidas sem custo, e esse custo não pode ser encontrado sem os impostos. Em outros aspectos, somos todos iguais. Vocês mesmos geralmente comandam nossas legiões e governam essa e outras províncias. Vocês de maneira alguma serão excluídos ou ignorados. Apesar de estarem longe de Roma, vocês gozam tanto quanto nós dos benefícios dos louváveis imperadores; por outro lado, os imperadores cruéis ameaçam com mais força aqueles que vivem mais próximos a eles. Vocês devem abrir mão da extravagância e da ganância de seus mestres, da mesma forma que esperam não viver os anos de miséria, ou de chuvas excessivas, ou de qualquer outro desastre natural. Enquanto houver homens, sempre haverá vícios. Mas eles não são eternos e são controlados por intervalos de melhores governos (...). No entanto, se os romanos forem expulsos – que os deuses não permitam que isso aconteça! –, que situação poderia existir que não de guerras entre todas essas raças? A estrutura de nosso Império já está consolidada por 800 anos de boa sorte e de uma organização estrita, e ela não pode ser abalada sem a destruição daqueles que tentarem derrubá-la. E principalmente vocês correrão os maiores riscos, pois têm aqui ouro e recursos naturais, que são as causas principais da guerra. Sendo assim, amem e estimem a paz e a cidade de Roma que vocês e eu, conquistados e conquistador, possuímos com os mesmos direitos. Deixem que esses exemplos de boa e má sorte lhes sirvam de alerta para não optarem pelas rebeliões e arruinarem sua submissão e segurança.¹⁷⁰

170. *Histories* 4.74; em *As the Romans Did: A Sourcebook in Roman Social History*, ed. Jo-Ann Shelton (New York: Oxford University Press, 1988), 289.

CAPÍTULO 12

CRISE E RECUPERAÇÃO IMPERIAL

Quando outro rei de Roma governar, então, o destruidor Ares com seu filho bastardo trarão as raças indisciplinadas contra os romanos, contra os muros de Roma. E então, de repente, haverá fome, pragas, tenebrosos raios de luz, guerras horríveis e destruição de cidades.

– 13º Oráculo Sibilino¹⁷¹

- Por que a *Pax Romana* chegou ao fim?
- Como e por que o Cristianismo se tornou uma força poderosa dentro do império?
- Como e por que os romanos reagiram a ele?
- Como o Império Romano se recuperou da crise e com quais resultados?

Faz parte da natureza de uma era ou época histórica o fato de ela só poder ser vista à distância e com uma percepção tardia. Os romanos dos primeiros séculos do império jamais poderiam imaginar viver em uma era tão específica quanto essa. Contudo, os humanos gostam – e precisam – de períodos bem definidos para dar sentido ao seu passado. Quase sempre, quando as pessoas analisam uma era passada, sejam elas historiadores ou não, costumam idealizá-la. Assim, vemos surgir, mas somente em retrospecto, as noções dos “Bons Velhos Tempos”, “períodos clássicos” e “Eras de Ouro”. Devemos nos lembrar, por exemplo, de como os eruditos helenistas inventaram a Era

171. 103; em *Rome and Its Empire, A. D. 193-284*, ed. Oliver Hekster (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008), 110-112.

Clássica de Atenas e de como Tácito (e qualquer número de escritores republicanos tardios e do início do império) idealizou a república. Eles se sentiam nostálgicos por suas virtudes e liberdades, usavam-na como uma arma contra seus contemporâneos, viam-na como o ápice a partir do qual sua cultura só continuava decaindo. Sua língua fica carregada de julgamentos de valores, como quase sempre acontece com as conversas de ascensão, declínio e queda.

Da mesma maneira, muitos escritores romanos do século III olhavam para os séculos I e II com saudosismo e descreviam seus próprios dias com cores cinzentas e sombrias, como acontece no caso do autor anônimo do 13º Oráculo Sibilino que abre este capítulo. O período augustino tão desprezado por historiadores como Tácito se tornou para os historiadores do início do século III, como Cássio Dião, um período admirar e se esforçar a emular em nome da ordem e da estabilidade que ele trazia. Os séculos I e II, com algumas exceções, tornaram-se uma verdadeira era clássica, em retrospecto.

Até mesmo os escritores mais nostálgicos, porém, às vezes acertam em suas estimativas. O Império Romano enfrentou problemas e desastres graves e sem precedentes no século III que fazem com que os historiadores modernos simplesmente resumam o século com termos claros como “caos”, “anarquia”, “crise” e “desastre”. No fim do século III e início do IV, entretanto, dois imperadores nostálgicos conseguiram restaurar o Cosmos para o império. Eles, apesar de seus esforços e intenções, não trouxeram de volta a *Pax Romana*, não mais do que Augusto restaurara a república. Eles efetivamente substituíram o Principado por uma nova forma de império e, assim, uma nova era imperial, que os historiadores hoje chamam de Dominato. Essa crise e recuperação constituem a principal linha histórica deste capítulo.

Outra linha histórica começa de maneira totalmente isolada dessa narrativa central, mas, aos poucos, entrelaça-se ao redor dela, finalmente se tornando inseparáveis. Essa história, o advento do Cristianismo, adiciona múltiplas dimensões a essa nova forma de império que, em longo prazo, foi mais influente e, sem dúvida, muito mais significativa do que o próprio Principado.

A “CRISE DO SÉCULO III”

Durante o reinado de Marco Aurélio (r. 161-180), o último dos “Cinco Bons Imperadores” que reinaram durante o século II, alguns problemas começaram a surgir. Ameaças militares passaram a exigir mais

atenção e recursos do que eles tinham desde a república tardia. Povos germânicos ameaçaram as províncias ao longo do Danúbio, mantendo o imperador pessoalmente ocupado ali durante uma parte importante de seu reinado. Dois grupos, os marcomanos e os quados, sitiaram a Aquileia, uma das maiores cidades do império, que era carinhosamente conhecida como *Roma Secunda* (a “Segunda Roma”).

Na fronteira oriental, Roma enfrentou mais ameaças da Pérsia, ainda governada pela longa dinastia Arsácida da Pártia. Em uma rápida sucessão na década de 160, os persas cercaram o reino cliente romano da Armênia, derrotaram o governador romano da Capadócia e invadiram a província da Síria.

Além disso, a peste assolou o império durante a maior parte dos anos do reinado de Marco Aurélio, matando quase um terço da população do império e, por fim, talvez até mesmo o próprio imperador. Sinais de inflação e enfraquecimento da moeda corrente pressagiaram problemas econômicos cataclísmicos que ganhariam ainda mais força em apenas algumas décadas.

O resultado imediato de seu reinado testemunhou mais problemas. O sucessor e filho de Marco Aurélio, Cômodo (r. 180-192), foi o pior imperador em mais de um século. As guerras civis irromperam logo após o assassinato de Cômodo. No ano seguinte, um governador provincial conseguiu comprar o cargo com uma generosa oferta e o ocupou por alguns meses antes de também ser assassinado. A *Pax Romana* já não existia mais.

Entretanto, o Principado ainda não tinha morrido. Um hábil imperador, Sétimo Severo (r. 193-211), deu início à breve dinastia Severa e apontou os problemas políticos e militares. De descendência norte-africana (púnica), Severo era um líder militar extremamente respeitado e governador da província da Panônia Superior no Danúbio quando foi proclamado imperador.

Algumas de suas reformas militares como imperador se destacam: ele criou diversas novas legiões ao longo do Danúbio para se defender das invasões, angariou o dinheiro necessário para custear o exército (pela primeira vez em mais de cem anos) e, então, concedeu novos direitos e privilégios ao exército. A política imperial estava sendo cada vez mais moldada pelo exército nessa época, de modo que as mudanças eram mutuamente benéficas a ele. Suas supostas palavras finais aos seus filhos falam por si sós: “Não discordem, enriqueçam os soldados, ignorem todo o restante”.¹⁷²

172. Cássio Dião, *Roman History* 7.15.2.

Caracala, filho e sucessor de Severo, promulgou um édito que sinalizava diversos pontos de partida importantes para o império. Assinado em 212, ele estendia os direitos de cidadania a quase todos os habitantes livres do império:

Dou graças aos deuses imortais, porque [quando aquela conspiração aconteceu] eles me preservaram e, por isso, acredito que eu possa ser capaz [com magnificência e devoção] de agir de modo adequado para com sua majestade, [se] fui capaz de comandar [todos aqueles que hoje fazem parte do meu povo] e outros que deveriam se juntar ao meu povo [para os santuários] dos deuses. Ofereço a todos eles [que fazem parte de meu governo geral] o mundo inteiro, a cidadania romana (...). A [população inteira] já deve [...] ter sido incluída na vitória. [...] Meu édito expandirá a majestade do [povo] romano.¹⁷³

Havia muito mais que apenas boa vontade nesse edital – ele era, na realidade, um gesto claro de IEMP (ideologia, economia, força militar e política). Observe que ele começa com ideologia; agradar aos deuses, por meio da expansão da base de cidadãos do culto imperial, ajudaria a manter a *pax deorum*, a paz com os deuses. A medida também foi econômica – somente os cidadãos tinham de pagar um imposto especial de heranças e, assim, o édito fazia aumentar de imediato o rendimento imperial, do qual eles precisavam desesperadamente para custear a força militar.

Diversas mudanças políticas importantes resultaram da concessão de cidadania em massa. Todos os novos cidadãos literalmente adicionaram o nome do imperador ao seu próprio nome, como era tradicional para um concessor da cidadania romana. A medida de Caracala, então, relacionava todas as pessoas livres do império mais diretamente a ele, criando uma união muito mais íntima do que antes entre o destino do império e do próprio imperador, na alegria ou na tristeza. Para a maior parte dos sucessores de Caracala do século III, tudo seria ainda mais tristeza.

A medida teve várias outras ramificações sociais importantes. Obviamente, ela desvalorizava a cidadania, um elemento responsável pela lealdade das elites. No entanto, os romanos, sempre conscientes de sua posição, simplesmente alteraram a configuração do prestígio social, sendo que as divisões tradicionais dos *honestiores* (classe superior) e dos *humiliores* (classe inferior) simplesmente se tornavam uma nova distinção básica. O édito também reconheceu e formalizou o período de declínio relativo da Itália em sua posição dentro do império. Dentre

173. *Constitutio Antoniniana*, citação de David Potter, *The Roman Empire at Bay, A.D. 180-395* (London: Routledge, 2004), 138-139.

todas as regiões do império, a Itália sempre tivera a maior concentração de cidadãos em função das concessões de cidadania em massa especiais durante a república. Agora, os provinciais ocupavam necessariamente a mesma posição dos italianos. O centro não detinha mais o poder.

A dinastia Severa terminou com um assassinato em 235, quando o período mais tumultuoso começou. Aqui, a análise do IEMP pode ser de grande valor, pois é capaz de revelar os pontos fracos e também os fortes do império. Esse período de crise demonstra de maneira vívida como estavam de fato interligadas e integradas as fontes de poder social, ou ao menos precisavam estar, para manter em vigor o poder imperial. Eles podem ser destacados apenas para ilustrar, mas jamais podem ser isolados.

Historiadores modernos, de forma reveladora, chamam os imperadores do século III de “imperadores soldados” ou “imperadores de quartel”. A maioria ascendeu e caiu como opressores militares ou conforme seus exércitos derrotavam uns aos outros. Seria difícil ilustrar os problemas políticos no centro de modo mais claro do que com um gráfico de seus reinados, datas e causas de morte (fig. 12.1). O poder militar era agora supremo na política, sendo que o delicado equilíbrio do IEMP do Principado chegava ao fim. Entre 235 e 284, houve 20 imperadores oficialmente reconhecidos – uma média de reinado de quase dois anos e meio por imperador.

Enquanto isso, tendências que apontavam na direção do bairrismo desafiavam a unidade política do império, em sua maior parte em resposta aos problemas políticos no centro. Em dois casos notáveis, os impérios locais foram erradicados do território romano, um no Ocidente e o outro no Oriente. Ambos levantam questões sérias a respeito da real profundidade da romanização por todo o império. No Ocidente, durante a década de 260, Póstumo, um comandante militar do imperador Galiano (r. 253-268), estabeleceu-se como imperador sobre um império separatista na Gália, Bretanha e Espanha. Póstumo governava um *imperium Galliarum*, um império gálico, que durou quase uma década e meia antes de ser extinto pelos romanos. O tempo todo em guerra com o Império Romano, ele recebeu o apoio das elites locais. Formou um Senado gálico local e reivindicou todos os principais títulos imperiais em seu império separatista. Sua base de poder continuou na Gália e nem ele nem seus poucos sucessores tentaram se mudar para a Itália. Sua administração e exército eram formados quase que totalmente pelos povos de descendência gálica, sendo que ele chegou, inclusive, a recrutar legiões gálicas de além da fronteira do norte.

IMPERADORES ROMANOS DE 180 A 284 D.C.

REINADO	IMPERADOR	CAUSA DA MORTE
180-192	Cómodo	Estrangulado por Cortesãos
193	Pertinax	Assassinado por Guardas
193	Dídio Juliano	Assassinado por Soldados
193-194	Pescênio Niger	Morto em Batalha
193-197	Clódio Albino	Morto em Batalha
193-211	Sétimo Severo	Morte Natural
211-217	Caracala	Assassinado pelo Soldado
211	Geta	Assassinado pelo Caracala
217-218	Macrino	Assassinado pelo Exército
218	Diadumeniano	Assassinado pelo Exército
218-222	Heliogábalo	Assassinado pelo Guardas
222-235	Severo Alexandre	Assassinado pelo Exército
235-238	Máximo Trácio	Assassinado pelo Exército
238	Gordiano I	Cometeu Suicídio
238	Gordiano II	Morto em Batalha
238	Pupieno	Assassinado por Guardas
238	Balbino	Assassinado por Guardas
238-244	Gordiano III	Morto em Batalha
244-249	Filipe Árabe	Morto em Batalha
249-251	Décio	Morto em Batalha
251-253	Treboniano Galo	Assassinado pelo Exército
253	Emiliano	Assassinado pelo Exército
253-260	Valeriano	Morto em Cativeiro Persa
253-268	Galiano	Assassinado por Exército
268-270	Cláudio II	Morreu com a Peste
270-275	Aureliano	Assassinado por Guardas
275-276	Tácito	Assassinado pelo Exército
276	Floriano	Assassinado pelo Exército
276-282	Probo	Assassinado pelo Exército
282-283	Caro	Atingido por Raio (ou fogo?)
283-284	Numeriano	Assassinado por Oficial (?)
283-285	Carino	Assassinado Durante Guerra Civil

12.1 Imperadores romanos de 180 a 284 d.C. Compilação de Elizabeth Mubarek.

Apenas alguns anos mais tarde, outro império temporário começou a se expandir dentro da periferia oriental de Roma. Palmira, na Síria, possuía uma posição especial dentre um grupo de cidades livres (*civitates liberae*) – cidades dentro das fronteiras romanas que tinham autonomia local e não estavam sujeitas ao governador provincial e seus impostos. A cultura material sugere que as elites de Palmira se identificavam intimamente com Roma durante os dois primeiros séculos do império; seus membros construíam edificações romanas, vestiam-se e eram enterrados segundo as tradições romanas. As elites locais do século III, porém, começaram a usar roupas decididamente não romanas, como podemos ver em alguns sarcófagos, sugerindo um sentimento cada vez maior de independência cultural da influência cultural de Roma (fig. 12.2).

Na posição de um centro de comércio e comunicação próximo à fronteira, Palmira representava um papel defensivo crítico. Sua importância cresceu depois de 226, quando os pártios arsácidas foram derrotados por uma nova dinastia persa extremamente expansiva, os sassânidas, que exploraremos com mais detalhes nos dois capítulos seguintes. Os romanos concederam diversos títulos honoríficos a um dos líderes de Palmira, Sétimo Odenato, sendo o mais importante deles o de *corrector totius orientis* (líder livre de todo o Oriente). O título o reconhecia como o principal defensor de toda a fronteira oriental e, ainda assim, independente como o líder de uma cidade livre.

Após sua morte, sua esposa, Zenóbia, governou sob o amparo de Roma como defensora contra a expansão sassânida (fig. 12.3). Ela levantou algumas suspeitas iniciais, porém, quando transferiu o título do marido para seu filho. Os romanos conferiam esses títulos a alguns indivíduos, e eles não eram hereditários. Algumas pessoas entenderam que ela estava apenas seguindo tradições palmirenses locais que exigiam que esses títulos permanecessem na família real. No entanto, os romanos toleravam as expressões de independência mantidas em Palmira, contanto que eles não interferissem nos assuntos romanos. Diferentemente do império gálico, que foi visto como uma força inimiga desde o início, os romanos pareciam mais dispostos a negociar e firmar compromissos com Palmira.

Um acordo parecia impossível, entretanto, especialmente depois que Zenóbia, que se autoproclamou “Rainha do Oriente”, começou a expandir seu reino palmirense até o Egito e a Ásia Menor. As elites de Palmira ofereceram seu apoio, mais uma vez levantando a questão da real profundidade da romanização. Zenóbia dispunha de uma mistura interessante de imagens e títulos romanos e não romanos em sua parte do império. Ela assumiu o título de “Augusta” e deu ao seu filho o título de “Augusto”, sugerindo aspirações imperiais verdadeiras nos termos romanos. Depois de estabelecer um contato direto com o passado imperial pré-romano, ela passou a se vestir como Cleópatra e a usar imagens ptolemaicas para inspirar principalmente a lealdade local, já que ela reivindicou áreas que antes faziam parte do reino ptolemaico. Depois de resistir ao império palmirense por cinco anos (267-272), os exércitos romanos o extinguíram. No entanto, a vida de Zenóbia foi poupada, provavelmente em virtude do desejo dos romanos de apaziguar as elites locais que haviam tomado partido dela.

As ameaças militares se espalharam pelas fronteiras durante todo o século III. Em um dos momentos mais ignominiosos, o imperador



12.2. Lápide com banquete funerário, Palmira, século II ou III d.C. Museu Metropolitano de Arte/Recurso de Arte, NY; Purchase, 1902.

romano Valeriano (r. 253-260) foi capturado pelos sassânidas e, de forma bastante literal, tornou-se o escabelo do imperador sassânida Sapor até sua morte na prisão (fig. 12.4). Sua pele açotada foi então tingida de vermelho e pendurada em um templo. Tanto o império gálico quanto o palmirense foram, na verdade, respostas a esse desastre político no topo. Povos germânicos atacaram a Gália e também o norte da Itália, partindo em direção a Roma. No capítulo seguinte, traçamos os efeitos duradouros desses movimentos.

Dentre todos os desafios do império, os problemas econômicos provavelmente tinham as raízes mais profundas. Como a expansão militar fora desacelerada com o Principado, a entrada de espólios de guerras nos cofres de Roma foi subitamente interrompida. A conquista ocasional da era do Principado, como no caso da Bretanha, surtiu poucos efeitos em comparação às conquistas anteriores dos reinos helenísticos. O exército efetivo, que sempre representou o maior gasto de Roma, não deixou de consumir grandes partes do tesouro nacional. Se isso acontecia em tempos de paz, quais não foram os resultados de todo esse investimento durante os tempos de instabilidade e guerra?

Em um ciclo vicioso, a desvalorização da moeda corrente e a inflação desenfreada geravam, além de exacerbarem, esses e outros



12.3. Rainha Zenóbia com uma serva. Alto-relevo de Palmira, século III d.C. Bridgeman-Giraudon/Recurso de Arte, NY.

problemas. A cunhagem da prata, o principal meio pelo qual o governo central custeava seus gastos e pagava as despesas com o exército, foi o golpe mais duro. De maneira extremamente inconveniente, as minas de prata da Espanha, sob o controle imperial, começaram a se esgotar exatamente nessa época. A desvalorização das moedas de prata começou logo no início do reinado de Marco Aurélio, quando a quantidade de prata do denário, a peça de prata padrão, caiu quase 75%, abaixo dos 90% da época do imperador Trajano. No fim do reinado de Sétimo Severo, o valor chegava somente a 58% e com Caracala chegou a 50%.¹⁷⁴ Por fim, o denário se tornou uma moeda de bronze simplesmente banhada a prata. Caracala tentou solucionar os problemas financeiros com a introdução de uma nova denominação de moedas, o *antoninianus*, que foi declarada com o dobro do valor do denário, mas com apenas 1,5 vez seu peso. Sua quantidade de prata simplesmente diminuiu proporcionalmente à do denário. Os resultados podem ser facilmente imaginados.

174. David S. Potter, *The Roman Empire at Bay*, A. D. 180-395 (London: Routledge), 137.

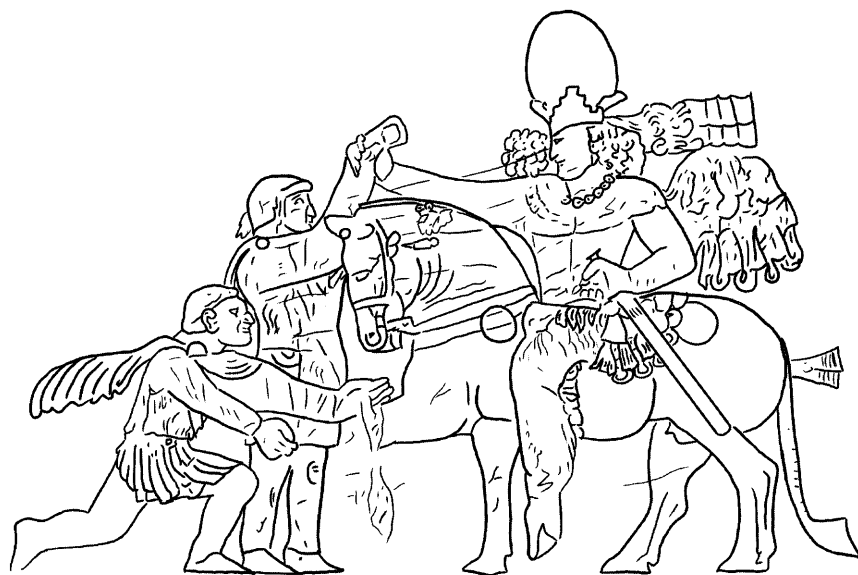
A inflação desenfreada também estava destruindo a economia ao mesmo tempo. O poder de compra de 400 denários no século II era equivalente ao de 75 mil denários do final do século III.¹⁷⁵ Os estudiosos discutem para tentar entender até que ponto a desvalorização da moeda e a inflação estavam diretamente relacionadas, mas é certo que ambas eram constantes e estavam intimamente ligadas ao emaranhado de problemas no império.

Problemas financeiros no topo, de modo previsível, também apareceram nos níveis locais. A manutenção dos prédios das casas de banho, teatros, anfiteatros, aquedutos, do abastecimento de grãos e de outros itens de necessidade do império era muito cara. Nos séculos anteriores, as elites locais geralmente pagavam parte da conta como uma forma de evergetismo ou beneficência, mas sempre houve a expectativa de que a administração central proporcionaria fundos e apoio em tempos de necessidade. Ao longo do curso do século II, como vimos no Capítulo 11, a dependência do governo central aumentava cada vez mais. Duas tendências convergiram no século III – os recursos centrais começavam a secar e as administrações locais passaram a esperar e exigir mais do governo central. Com uma ação militar maior, também havia mais movimento das tropas. As elites locais tinham de pagar pelo custo dos exércitos que as defendiam, o que também costumava devastar a economia local.

Os conselheiros locais, conforme podemos nos lembrar do Capítulo 11, coletavam os impostos para o império. Eles também eram pessoalmente responsáveis por compensar quaisquer déficits. Com os problemas financeiros geralmente dificultando ou impossibilitando a coleta de impostos, muitos conselheiros e decuriões simplesmente abandonaram seus postos quase sempre voluntários e se mudaram para os casarões rurais no interior. A mudança para o interior marcou uma tendência estrutural e demográfica que se estendeu até os séculos seguintes. O reino da cidade na posição exclusiva de depósito da cultura das elites começou então a minguar em muitas (mas não em todas) regiões.

Não nos surpreende o fato de esses desafios políticos, militares e econômicos terem seriamente abalado a ideologia imperial. Apesar de as mudanças aqui serem traçadas com dificuldade em função de um grande declínio no número de inscrições de modo geral, o culto imperial perdeu seu ímpeto como um elemento unificador no império. Com a rápida troca de imperadores, ficava cada vez mais difícil inspirar e manter a adoração do imperador tanto por iniciativa local quanto

175. A. H. M. Jones, *The Later Roman Empire, 284-602: A Social, Economic, and Administrative Survey*, vol. 1 (Norman: University of Oklahoma Press, 1964), 31.



12.4. Sapor recebendo a rendição de Valeriano em Naqsh-e Rostem. Desenho de Andrew Welton.

por sugestão central. As guerras civis cada vez mais constantes e as frequentes invasões claramente mostravam que a *pax deorum* estava abalada, se não perdida para sempre.

Os imperadores tentaram reconquistar o favor dos deuses de diversas maneiras. Alguns deles experimentaram até a religião imperial. O imperador Marco Aurélio Antonino, também conhecido como Heliogábalo (r. 218-222), um sacerdote do deus Sol também chamado Heliogábalo, declarou sua divindade o deus supremo do império, inclusive acima de Júpiter. Embora Heliogábalo tenha sido um imperador extremamente impopular, sua medida revela uma mudança estrutural na ideologia ou *mentalité* em vigor dentro do mundo romano nessa época. Mais líderes estavam exaltando um deus superior em relação a todos os outros, uma postura tecnicamente conhecida como henoteísmo. Um modelo de “Um Deus, Um Imperador” começava a surgir aos poucos. O imperador Aureliano apresentou o deus Heliogábalo como Sol Invicto, o Sol Inconquistado, e decorou seu templo com imagens desse deus.

O imperador Décio (r. 249-251) tentou incentivar o culto imperial de uma forma mais tradicionalista. Como vimos antes, porém, tradicionalistas fiéis geralmente acabam propondo medidas radicais e sem precedentes na tentativa de forçar a restauração de um passado real ou imaginado. Décio iniciou seu reinado apenas um ano depois de

Roma ter oficialmente comemorado seu primeiro milênio (753 a.C.-247 d.C.). Essas celebrações de aniversários quase sempre estimulam uma sensação de nostalgia pelo passado ou o desprezo pelo momento atual. As comemorações milenares coincidiram exatamente com uma série de imprevistos militares que indicavam que os deuses estavam desapontados com Roma. Décio tentou estabilizar o império ao exigir que todos oferecessem seus próprios sacrifícios aos deuses por meio do Culto Imperial. Em 249, ele promulgou um édito declarando que todos deveriam tirar um *libellus*, um certificado que provava que ele ou ela tinha oferecido um sacrifício aos deuses em nome do império e do imperador. Um exemplo do Egito pode ser lido até hoje em um papiro:

Em primeira mão: À comissão escolhida para supervisionar os sacrifícios no vilarejo da Ilha de Alexandre. De Aurélio Diógenes, filho de Satabous, do vilarejo da Ilha de Alexandre, de 72 anos de idade, com uma cicatriz sobre a sobrancelha direita. Eu sempre ofereci sacrifícios aos deuses e agora, em sua presença, de acordo com o édito, realizei mais um sacrifício e derramei uma libação e partilhei as vítimas sagradas. Peço-lhes que certifiquem isso abaixo. Adeus. Eu, Aurélio Diógenes, apresento esse pedido.

Em segunda mão: Eu, Aurélio Ciro, testemunhei você e seu filho realizando o sacrifício.¹⁷⁶

Para a maioria dos habitantes do império, essa provavelmente era uma fonte de certo conforto e, na pior das hipóteses, um pequeno inconveniente, mas era, sem dúvida, outra inovação realizada em nome da tradição. Embora o sacrifício fosse comum para os sacerdotes do culto imperial (na realidade, a *pax deorum* dependia dele), nunca antes as pessoas em geral tinham sido incumbidas de realizar sacrifícios e comprová-los. Entretanto, havia um grupo cada vez mais numeroso e com influência cada vez maior, com sérios problemas de cumprir o édito. Passemos agora a contar sua história.

O ADVENTO DO CRISTIANISMO

Jesus de Nazaré nasceu no reino cliente da Judeia, no limite oriental do império em algum momento durante os últimos três anos do reinado do rei cliente Herodes, o Grande (37-4 a.C.). Ele tinha quase 10 anos quando a Judeia foi formalmente anexada como uma província.

176. *Paganism and Christianity, 100-425 C. E.: A Sourcebook*, eds. Ramsay MacMullen and Eugene Lane (Minneapolis, MN: Fortress Press, 1992), 225.

Por volta de seus 30 anos, ele despontou como um pregador e agente de milagres, que caminhava basicamente pelas regiões rurais da Judeia e da Galileia, espalhando a surpreendente mensagem de que o tão esperado Reino de Deus havia sido inaugurado com sua chegada. Sua pregação apocalíptica, que em nada parecia ajudar à ordem atual e que não tratava favoravelmente algumas elites judaicas provinciais, passou a ser um risco potencial para essas pessoas que geralmente viam com suspeita qualquer tipo de resistência judaica. Essa oposição ao *status quo*, aliada às alegações impressionantes de Jesus de ter uma relação especial com Deus, por fim, fizeram com que ele fosse denunciado às autoridades romanas pelas elites provinciais judaicas. O governador, Pôncio Pilatos, ordenou sua crucificação durante o reinado do imperador Tibério (14-37 d.C.).

Após sua morte, um pequeno, mas fervoroso, grupo de seus seguidores, por acreditar que ele havia ressuscitado dos mortos, continuou seu ministério muito além da peregrinação inicial de Jesus pelas áreas rurais da Galileia. Depois de passar vários anos em Jerusalém, os seguidores de Jesus expandiram o movimento para as cidades em todas as partes da Ásia Menor e da Macedônia. Inicialmente uma versão do Judaísmo (dentre muitas), o movimento também se expandiu teologicamente, pois passou a receber os gentios sem forçá-los a aderir à Lei de Moisés e ao rito da circuncisão. Em Antíoco, na Síria, por volta de 45 d.C., estrangeiros chamaram o grupo de “cristãos”,¹⁷⁷ e o nome pegou. Um membro da elite judaica, Paulo, converteu-se ao Cristianismo e se tornou seu principal missionário, viajando para várias cidades da Ásia Menor, da Grécia e, finalmente, chegando à própria Roma. Paulo ajudou a expandir o movimento ao dispensar a exigência de seguirem a lei judaica, permitindo que o grupo expandisse de modo dramático seu apelo entre os não judeus. No reinado do imperador Nero (r. 54-68), o movimento se tornou visível o bastante na própria cidade de Roma e começou a chamar a atenção do imperador.

O Cristianismo surgiu de modo semelhante ao que os historiadores chamam de “religiões populares”, grupos religiosos com um apelo amplo e abrangente. O culto imperial, naturalmente, não desmantelou nem desestimulou outras religiões, que passaram a florescer por todos os cantos do império. Na verdade, o império lhes ofereceu um público muito mais amplo e diversificado. As religiões populares, diferentemente da religião estadual, concentravam-se nas divindades e nos heróis que não faziam parte do panteão romano oficial. Eles enfatizavam o indivíduo mais do que a preservação do estado e da *pax deorum* em si. De uma maneira

177. Atos 11:26.

que era irrelevante ao culto estadual, eles normalmente falavam em termos de salvação individual e pessoal e uma vida abençoada após a morte. Uma famosa descrição do culto de Ísis, uma importante religião popular, apresenta um romano prestes a ser iniciado. Observe a ênfase clara no próprio indivíduo:

E agora a prometida beneficência da onipresente deusa [Ísis] aproximou-se, e surgiu ali o sacerdote que trouxe em suas mãos *meu destino e minha salvação* [nossa ênfase]. Provido exatamente como ela ordenara e prometera, ele trazia em sua mão direita um sistro [chocalho de prata] para a deusa e para mim uma grinalda – na verdade, uma coroa, que confirma a vitória que me foi concedida pela Providência da grande deusa.¹⁷⁸

As religiões populares refletiam o ambiente político e cultural tanto do mundo helenístico quanto do Império Romano. Os adoradores de Ísis, por exemplo, dedicavam-se às divindades egípcias nativas de Ísis e Osíris; os adoradores de Mitrás, a um deus frígio (Ocidente anatóliano) associado à adoração do Sol; devotos de Cibele, a outro conjunto de divindades anatólianas, o culto báquico ao deus grego do vinho e assim por diante (fig. 12.5). Todos esses tinham devotos e locais para realizar seus cultos espalhados por todo o império, muito distantes de seus lares originais. Os locais de cultos a Mitrás, por exemplo, podem ser encontrados de Londres a Roma e até a fronteira oriental.

Os romanos reagiram ao Cristianismo basicamente da mesma forma que reagiam a qualquer culto religioso. Enquanto o grupo não incomodava a ordem cívica, ele era mais ou menos ignorado. Os romanos, conforme podemos nos lembrar do Capítulo 11, não estavam muito interessados no que as pessoas acreditavam e, portanto, eram as ações que chamavam a atenção das autoridades, mas isso só acontecia quando eles pareciam ameaçar a ordem. Os líderes provinciais locais geralmente cuidavam de todos os problemas com base nas ameaças que estes podiam oferecer. A supressão de grupos religiosos era algo raro e costumava acontecer no âmbito local e de modo breve.

Ao contrário de algumas noções comuns, não houve nenhuma forma generalizada e imperial de perseguição aos cristãos antes da metade do século III. Antigas fontes nos oferecem algumas ideias das primeiras perseguições locais. Tácito registra a primeira perseguição imperial, na cidade de Roma, em 64. Ele atribui a maior parte da culpa disso ao imperador Nero, que provavelmente usou os cristãos como bodes expiatórios para desviar as acusações de que ele havia iniciado um incêndio

178. Apuleio, *The Golden Ass*, trad. E. J. Kenney (London: Penguin Books, 1998), 11.12.

destrutivo em Roma. Essa perseguição não refletia o regime político geral e é mais bem-vista como idiossincrática a Nero. Quase meio século depois, em seu famoso intercâmbio com o imperador Trajano (r. 98-117), o governador Plínio pediu ao imperador que iniciasse um regime para lidar com o Cristianismo, que estava “se espalhando não apenas pelas cidades, mas também pelos vilarejos e até pelas fazendas” de sua província. Trajano respondeu:

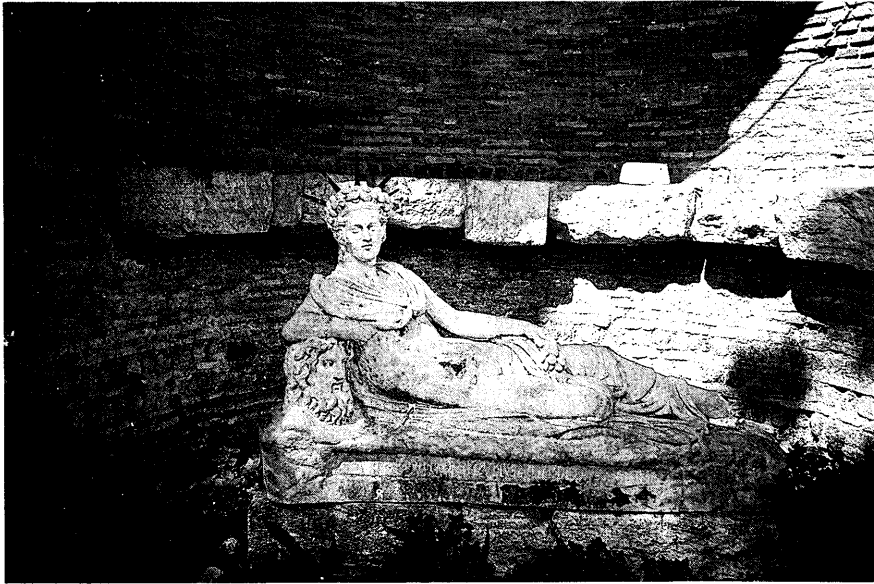
Não é possível estabelecermos uma lei geral que possa seguir um padrão fixo. Entretanto, essas pessoas não devem ser procuradas. Se elas forem trazidas diante de vós e tiverem sua culpa comprovada, deverão ser punidas, com essa condição, porém, de que todo aquele que negar que é cristão e provar isso por meio de suas ações, ou seja, por meio da veneração de nossos deuses, mesmo se tiver levantado suspeitas no passado, deverá obter o perdão em virtude de seu arrependimento. No entanto, panfletos publicados anonimamente não devem ter validade em um processo criminal, pois isso representa um precedente muito ruim e não condiz com o espírito de nossa era.¹⁷⁹

Essa passagem foi e continuará sendo bastante interpretada e discutida em seus detalhes. A ausência de um regime romano geral é, porém, clara o suficiente.

O Cristianismo, ainda assim, apresentou alguns desafios fundamentais à ordem social romana, o que pode ajudar a explicar as perseguições quando elas de fato começaram a acontecer. Em seus primeiros anos, o Cristianismo se mostrou contrário às hierarquias e aos valores sociais romanos com ensinamentos tão humilhantes do tipo “façam com que os melhores entre vocês se tornem seus servos”. O Império Romano exaltava os valores das elites, que eram honrados e compartilhados por todo o império, tanto pelas elites, que adotavam esses costumes, como pelos plebeus, que os aceitavam. O Cristianismo não parecia corresponder com esses valores, além de oferecer uma posição privilegiada não característica para as mulheres, bem como para os servidores públicos e os mártires.

A história de Perpétua, uma famosa mártir norte-africana do início do século III, mostra como o Cristianismo podia ameaçar a estrutura social romana (fig. 12.6). Depois de ser capturada e levada para a prisão, ela se recusou a renunciar à sua fé. Em seu impressionante

179. Pliny the Younger, *Letter* 10.97; citação de *As the Romans Did*, trad. Jo-Ann Shelton, 399-416.



12.5. Átis reclinado de Campus Magna Mater, Óstia; divindade de uma religião popular. Slide de Mark W. Graham.

diário da prisão, ela descreve um diálogo que teve com seu pai quando ele veio visitá-la:

Quando ainda estávamos presos, meu pai, por seu amor por mim, tentou me persuadir e abalar minha decisão. “Pai”, eu disse, “você vê esse vaso aqui, por exemplo, ou esse cântaro, ou seja lá o que for?”

“Sim, eu vejo”, ele disse.

E eu disse: “Será que poderíamos chamá-lo por outro nome diferente de seu nome correto?”

E ele disse: “Não”.

“Bem, eu também não posso ser chamada de qualquer outra coisa diferente daquilo que sou, uma cristã.”

Nesse momento, meu pai se sentiu tão aborrecido com a palavra “cristã” que veio até mim como se desejasse arrancar meus olhos.¹⁸⁰

Perpétua estava desafiando seu pai, uma contestação direta aos valores romanos do *patria potestas*, o poder que o pai romano tinha sobre seus filhos, mesmo daqueles que já tinham se casado, como Perpétua. O Cristianismo, então, desafiava a ordem social romana. No final, Perpétua, com alegria, abraçou seu martírio. Essa exaltação cristã do martírio

180. “The Passion of Perpetua”, de *The Acts of Christian Martyrs*, ed. Herbert Musurillo (Oxford: Oxford University Press, 1972).

também servia para subverter o sistema romano de glória e remorso. Os cristãos encontravam glória e honra na arena dos anfiteatros, nas quais os romanos tradicionais só conseguiam enxergar vergonha e desonra. Os cristãos podiam parecer inerentemente antissociais.

A autoidentificação cristã diante do império variava bastante. Já consideramos a escrita apocalíptica cristã como, por exemplo, o livro do Apocalipse, que antecipava a destruição do império e o estabelecimento de um mundo melhor. Alguns escritores cristãos continuaram dando ênfase à distinção entre os cristãos e o Império Romano. Tertuliano, um escritor eclesiástico do fim do século II e início do século III da África do Norte, resumiu de maneira sucinta sua atitude em relação ao estado romano:

Como naqueles em quem todo o ardor na busca da honra e da glória já não existe mais, não temos nenhum estímulo urgente de participar de suas reuniões públicas, assim também como não existe nada que nos pareça mais totalmente estranho do que as questões do Estado. Nós reconhecemos apenas uma nação totalmente acolhedora – o mundo.¹⁸¹

Em outro momento, ele incitou seus colegas cristãos de maneira semelhante:

Tanto quanto de uma morada naquela Babilônia da revelação de João, nós somos desviados (...). Tu és um estrangeiro nesse mundo, um cidadão de Jerusalém, a cidade acima. Nossa cidadania, diz o apóstolo, está no céu.¹⁸²

Sentimentos como esses eram necessariamente ofensivos aos romanos que sacrificaram coisas demais para proporcionar e manter o Cosmos e a estabilidade.

Outras vozes cristãs pareciam proferir notas de sons diferentes. Um bispo de Sardes chamado Melito afirmou em uma carta enviada a Marco Aurélio que o Cristianismo não era exclusivo do império, mas que há muito tempo se tornara um grande benefício do povo:

Primeiramente, nossa filosofia cresceu entre os bárbaros, mas todo o seu esplendor chegou até sua nação durante o grande reinado de seu ancestral Augusto, e se tornou um presságio do bem para seu império, pois desde aquele tempo o poder dos romanos se tornou grande e esplêndido. Tu és

181. *Apology* 38; de *A Source Book of Roman History*, ed. Dana C. Munro (Boston: D. C. Heath, 1904), 170.

182. *On the Crown* 13; citação de *The Ante-Nicene Fathers Vol. 3: Latin Christianity: Its Founder, Tertullian*, ed. Alexander Roberts e James Donaldson (New York, Scribner's, 1903), 101.



12.6. Santa Perpétua e Santa Felicidade. Alinari/Recurso de Arte, NY.

agora seu feliz sucessor, e será assim junto de teu filho, se proteger a filosofia que cresceu com o império e começou com Augusto. Teus ancestrais a cultivaram junto de outros cultos, e a maior prova de que nossa doutrina floresceu para o bem junto do império em seu nobre início é o fato de ela não ter se deparado com nenhum inimigo no reino de Augusto, mas, ao contrário, tudo foi esplêndido e glorioso segundo os desejos de todos os homens.¹⁸³

O império, na realidade, continuaria a prosperar se apoiasse o Cristianismo – algo muito distante do império da Meretriz da Babilônia.

A postura cristã em relação ao culto imperial necessariamente era mais unânime. Embora um seguidor de Ísis ou Mitras pudesse livremente praticar a adoração no culto imperial, um cristão não tinha esse direito. Era possível, principalmente em momentos de angústia, que os cristãos fossem excluídos dentre outras religiões populares por desonrarem

183. Eusébio, *Ecclesiastical History* 4.26.7ff; trad. Kirsopp Lake (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1926).⁹

o culto de *Roma et Augustus* que, por essa razão, eram considerados destruidores da *pax deorum*. Os cristãos foram acusados de ateísmo, uma acusação estranha para os ouvidos modernos, mas perfeitamente compreensível nesse contexto. Eles negavam não somente o poder, mas também a existência de todas as divindades romanas conhecidas. Nenhuma outra religião popular fez isso.

Quando Décio exigiu que todos os habitantes do império oferecessem sacrifícios no culto imperial e os comprovassem, os cristãos tiveram de se posicionar, por toda a parte. Ao mesmo tempo, o século III foi um dos períodos de maior crescimento da história cristã, e o Cristianismo se tornava agora visível e um movimento cada vez mais forte. As estimativas variam bastante e as evidências são difíceis de ser encontradas, mas, ao longo do curso do século III, é provável que a população cristã tenha crescido de menos de 1% da população para, talvez, 10% de seu total. A coincidência de um século problemático e uma religião que negava os deuses que pareciam despontar quase de todos os lugares resultou na primeira grande perseguição dos cristãos. É claro que os cristãos estavam perturbando a *pax deorum*.

A perseguição deciana foi dura, mas na verdade durou pouco tempo e, depois de poucos anos de seu início, um imperador seguinte, Galiano (r. 260-268), promulgou um édito de tolerância. Os cristãos puderam voltar a fazer suas adorações em público. Por acaso, a construção da igreja mais antiga conhecida foi erguida pouco antes da perseguição deciana e, ao que tudo indica, esteve ativa até o reinado de Galiano, quando ela foi soterrada durante uma invasão sassânida de Dura Europos, na Síria, em 256/257, uma feliz preservação para os arqueólogos do século XX.

A construção de igrejas cristãs se expandiu rapidamente depois da perseguição deciana, sendo que algumas fontes falam de outras edificações impressionantes da última metade do século III, mostrando uma religião com poder social e econômico de relevância; esse estava muito distante de ser um movimento oculto. O Cristianismo estava crescendo em seus números, organização e confiança, ao mesmo tempo em que o Império Romano estava se esforçando para sobreviver.

A hierarquia e a organização da Igreja estavam vivendo processos contínuos de desenvolvimento, mas, no século III, as igrejas já possuíam uma estrutura sólida e integrada por todo o império. Eles também se orgulhavam de uma rede de comunicação incrível; muitas das cartas entre seus líderes ainda podem ser encontradas. Um bispo, Cipriano, mais tarde executado na perseguição iniciada por Décio,

afirmou ter recebido notícias da fronteira norte de Roma por meio dos canais da Igreja mesmo antes de seu governador provincial.¹⁸⁴ Esse era um testemunho tanto da coerência da Igreja quanto da ruptura geral das redes imperiais. A Igreja possuía uma organização coerente e unificada que parecia ser invejável; ela não tinha como evitar o olhar dos imperadores atentos.

O DOMINATO: O COSMOS RESTAURADO

Em 284, um soldado da região dos Bálcãs se tornou imperador naquela que prometia ser uma história típica e temporária de “ascensão e queda de um tirano militar”. No entanto, Diocleciano sobreviveu e ajudou a colocar o império de volta no curso que se estenderia por muitos séculos a seguir no Ocidente, assim como por muitos milênios seguintes no Oriente.

Diocleciano faz parte de uma lista de revolucionários romanos radicais que foram, segundo suas próprias vontades, tradicionalistas extremamente conservadores – Tibério e Caio Graco, Júlio César, Augusto e outros. Com todas as suas medidas, ele pretendia devolver a antiga glória ao Império Romano. Contudo, tempos difíceis pedem medidas drásticas – e sem precedentes – para que seja possível reviver os bons velhos tempos. Diocleciano, assim como Augusto, utilizou as fontes de poder social para salvar o Império Romano com uma total transformação (ou, por que não dizer – para transformar o Império Romano por meio de sua salvação?).

Na ideologia política do Principado, porém, o imperador, como *princeps*, era o primeiro dentre os iguais, uma das pessoas. Augusto caminhava livremente pelas ruas de Roma e se misturava com o povo. O século III demonstrara de modo consistente, porém, que estar visível e acessível também significava estar ao fácil alcance da espada de seu assassino. Em tentativa de restaurar a segurança e a dignidade de seu cargo, Diocleciano assumiu uma nova aura e com ela um novo título: *Dominus Noster*, Nosso Mestre. Esse título indicava uma distância fundamental entre ele próprio e o povo. Ele não era, então, um primeiro cidadão, mas um senhor que dominava o povo a uma distância (segura). Só era possível se aproximar do *Dominus* por intermédio de diversas camadas de burocratas e guardas de segurança e assim que estivesse em sua presença, com *proskynesis*, prostrando-se diante dele. O que o *princeps* representava para

184. *Epístola* 80.1.



12.7. Os Tetrarcas. Alinari/Recurso de Arte, NY.

o Principado, o *dominus* representava para o Dominato, o nome que os historiadores dão para essa nova era do Império Romano.

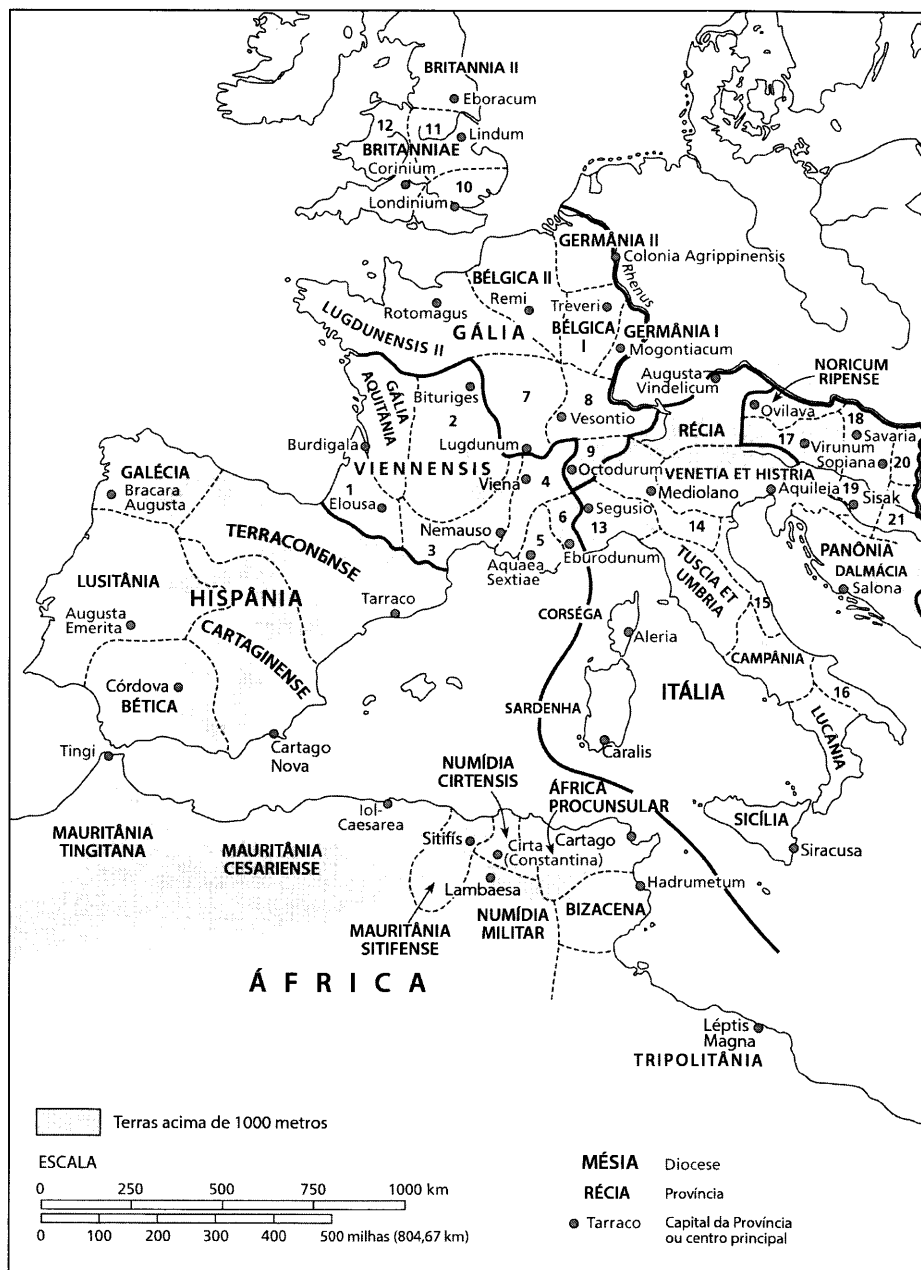
A fim de solucionar os problemas de um império fragmentado, Diocleciano instituiu a Tetrarquia, uma configuração política que durou pouco tempo, mas que exerceu grande influência e que ajudou a estabilizar o império de forma política (fig. 12.7). Havia dois imperadores, um no Ocidente e outro no Oriente. Cada um deles tinha o título de Augusto, e sob cada um dos imperadores havia um assistente júnior conhecido como um César. Essas quatro figuras juntas governavam o império, portanto uma Tetrarquia, “governo dos quatro”. Se um Augusto morresse ou fosse assassinado, a transição para um César como o Augusto seguinte era tranquila. A Tetrarquia reagia diretamente aos problemas políticos no topo. Diocleciano também reconheceu novas capitais para o império, uma na Nicomédia no Oriente e outra

em Tréveris no Ocidente, convenientemente localizadas próximas às regiões problemáticas que precisavam de supervisão e vigilância.

O efeito líquido das reformas políticas de Diocleciano foi a firme centralização e estabilização. O cenário do império agora não era mais o das elites locais mais distantes manterem por vontade própria seu império em bom andamento, mas sim a diferença entre os regentes de mão pesada e os súditos condescendentes. No intuito de se manter atento às questões locais, Diocleciano aumentou o número de províncias ao dividir as 48 já existentes em 104 no total; cada governador agora tinha uma área menor para cuidar. Ele, então, agrupou as províncias em 12 unidades supraprovinciais conhecidas como dioceses (fig. 12.8). Cada diocese era regida por um vigário que supervisionava seus governadores, que se reportavam diretamente ao imperador. A organização e a burocracia política e provincial eram agora mais complexas e elaboradas do que antes. O imperador estava, ao mesmo tempo, mais distante e mais envolvido.

Um tirano militar, Diocleciano identificou, assim como todos no império, alguns problemas que começavam a se agravar com a organização militar tradicional. Ameaças nas fronteiras acabaram se tornando perigosas demais para o exército fixo das regiões fronteiriças. Sua maior inovação militar foi reconhecer uma divisão dupla do exército: uma força fronteiriça tradicional (*limitanei*) e uma nova força móvel (*comitatenses*) que era capaz de se movimentar rapidamente para combater ameaças internas ou para suplementar os *limitanei* em pontos de invasões. Seus sucessores formalizaram e aprimoraram o sistema, mas suas reformas serviram como a base do exército romano posterior.

Diocleciano, de algum modo, parecia menos adepto da busca da solução dos problemas econômicos. Com o simples costume de praticar preços altos com as “pessoas de avareza ilimitada e desenfreada”, ele promulgou um dos decretos econômicos mais famosos – e menos eficientes – do mundo antigo. O Édito do Preço Máximo de 301 estipulava um preço máximo para todo o império de quase mil itens, serviços e salários. Embora a medida determinasse penalidades memoravelmente duras (isto é, pena de morte por cobranças acima do valor máximo dos grãos), o édito foi esquecido em apenas alguns anos. Diocleciano também experimentou uma reforma monetária para solucionar os problemas de desvalorização. Os esforços para estabilizar a moeda de prata não foram registrados, em parte pelo fato de uma taxa estável das moedas de “prata” em relação ao *aureus*, uma moeda de ouro, não ter tido bons resultados.





12.9. O Arco Triunfal de Diocleciano em Sbeitla, Tunísia. Slide de Mark W. Graham.

Em tentativa de reforçar a base ideológica do império, Diocleciano desafiou o culto imperial com uma vingança. Mais uma vez, seu conservadorismo forçado se revela:

Os deuses imortais em sua providência criaram assim coisas de modo que os bons e verdadeiros princípios foram estabelecidos por meio da sabedoria e das deliberações dos homens eminentes, sábios e justos. É um erro se opor a esses princípios, ou desertar a antiga religião em favor de outra mais nova, pois o ponto máximo da criminalidade está em julgar e revisar as doutrinas que foram determinadas de uma vez por todas pelos antigos, e cujo posicionamento é fiel e reconhecido.¹⁸⁵

Roma passara por inúmeras mudanças e transições religiosas em sua longa história, mas Diocleciano, o tradicionalista, tinha em mente apenas um único padrão individual, sendo que ele estava tentando fazer com que sua crença se firmasse de maneira sólida. Apesar de o édito citado, de 301, ser endereçado diretamente aos maniqueus, um culto da Pérsia, ele revela a abordagem geral de Diocleciano ao qual perma-

185. *Fontes Iuris Romani Anteiusianiani*, ed. S. Riccobono et al., vol. 2, 2ª ed. (Florence: Barbera, 1940-1943), 544-589; tradução citada de Stephen Williams, *Diocletian and the Roman Recovery* (New York: Methuen, 1985), 153.

neceria fiel. Ele também tinha certeza de que os problemas de Roma mostravam uma ruptura clara da *pax deorum*. Só havia uma solução:

Não restam dúvidas de que os deuses imortais, como sempre amigos de Roma, se reconciliarão conosco somente se garantirmos que todos em nosso império levam uma vida sagrada, religiosa, tranquila e totalmente pura em todos os aspectos (...). Pois nossas leis protegem somente aquilo que é sagrado e venerável; e é dessa forma que a majestade de Roma, pelo favorecimento de todas as forças divinas, alcança sua grandeza.¹⁸⁶

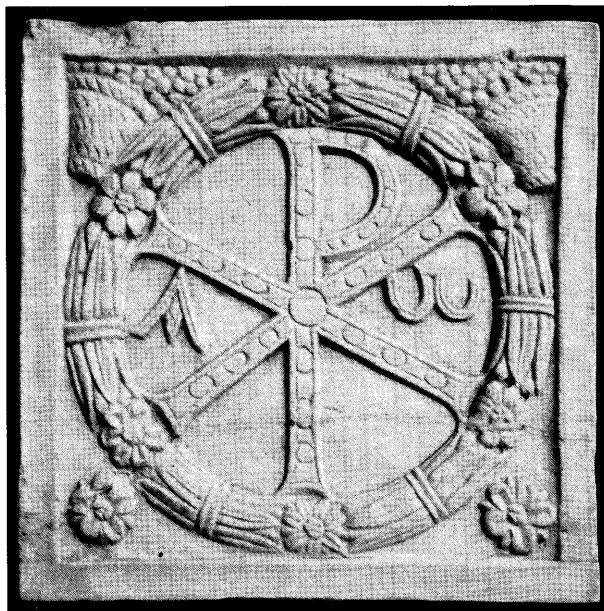
As noções cristãs de “devoção”, “religião” e “pureza” obviamente não correspondiam às de Diocleciano, mas ele não perseguiu os cristãos de imediato assim que assumiu o trono. Um escritor eclesiástico afirma que uma análise rápida de uma igreja cristã com uma torre mais alta do que seu palácio imperial em Nicomédia fez com que ele começasse a perseguir os cristãos. Em 303, ele e seus assistentes iniciaram o que ficou conhecido como a Grande Perseguição, a primeira perseguição cristã que durou quase meio século. Durante vários anos, eles confiscaram cópias da Escritura Cristã, destruíram prédios de igrejas, prenderam e puniram líderes de igrejas locais e, mais tarde, leigos que não prestavam honra ao culto imperial em público. Entretanto, sua tentativa de erradicar o Cristianismo finalmente fracassou; a Igreja Cristã havia simplesmente se tornado grande demais e muito bem organizada no início do século IV.

Diocleciano se aposentou em 305, confiante de que havia restaurado tanto o Cosmos quanto o império. Ele havia reinado durante mais de 20 anos, o primeiro imperador desde Antonino Pio (r. 138-161) a conseguir ocupar o trono por tanto tempo. Na verdade, ele não foi capaz de recuperar nada sequer parecido com a *Pax Romana*; mais uma vez, a guerra civil irrompera após seu afastamento.

Nessa rodada seguinte de guerra civil, Constantino, o filho de um tetrarca, despontou como um dos favoritos. Constantino tinha um histórico de visões relacionadas a uma divindade protetora, inicialmente Apolo, que o orientava durante as batalhas. Na Ponte Mílvia (312), uma batalha crucial para decidir quem seria o Augusto no Ocidente, conforme relatado por biógrafos contemporâneos, ele foi inspirado por uma visão de Cristo.

As fontes diferem nos detalhes, mas todas apresentam o sinal de uma cruz e um sinal Chi-Rho, ou Cristograma, composto das duas primeiras letras do nome de Cristo em grego (fig. 12.10). Esses dois sinais

186. *Codex Iustinianus* V, 5, 2; tradução citada de Williams, *Diocletian*, 162.



12.10. Monograma de Cristo (Chi-Rho) em uma coroa de flores. Vanni/Recurso de Arte, NY.

não eram símbolos cristãos comuns antes desse período, mas ambos rapidamente se tornaram de uma só vez símbolos cristãos e imperiais. Em um relato da visão, Constantino e todo o seu exército viram o sinal da cruz no céu com a mensagem: “Nesse sinal, conquistem”. Ele de fato conquistou, tecnicamente se tornando o primeiro cruzado, que literalmente quer dizer aquele que conquista sob o sinal da cruz. No ano seguinte a essa batalha, ele emitiu um Édito de Tolerância, que estendia a tolerância para todas as regiões e devolvia a propriedade das igrejas cristãs perdidas durante a Grande Perseguição.

O monoteísmo no topo, conforme veremos nos próximos dois capítulos, agregou uma dinâmica dimensão política e ideológica ao império. O Cristianismo era também uma fé que transcendia lealdades locais e garantia algum tipo de apoio vindo de todas as regiões e níveis sociais do império. Sua natureza exclusiva concentrou a energia religiosa como nenhuma outra religião dessa época. Há muito tempo se discute até que ponto essas coisas contribuíram para a própria conversão de Constantino.

Alguns historiadores veem sua conversão como uma continuação da tendência de confirmar e até ir além do henoteísmo que já era visível no século III e, assim, não tão radical quanto como podia parecer no

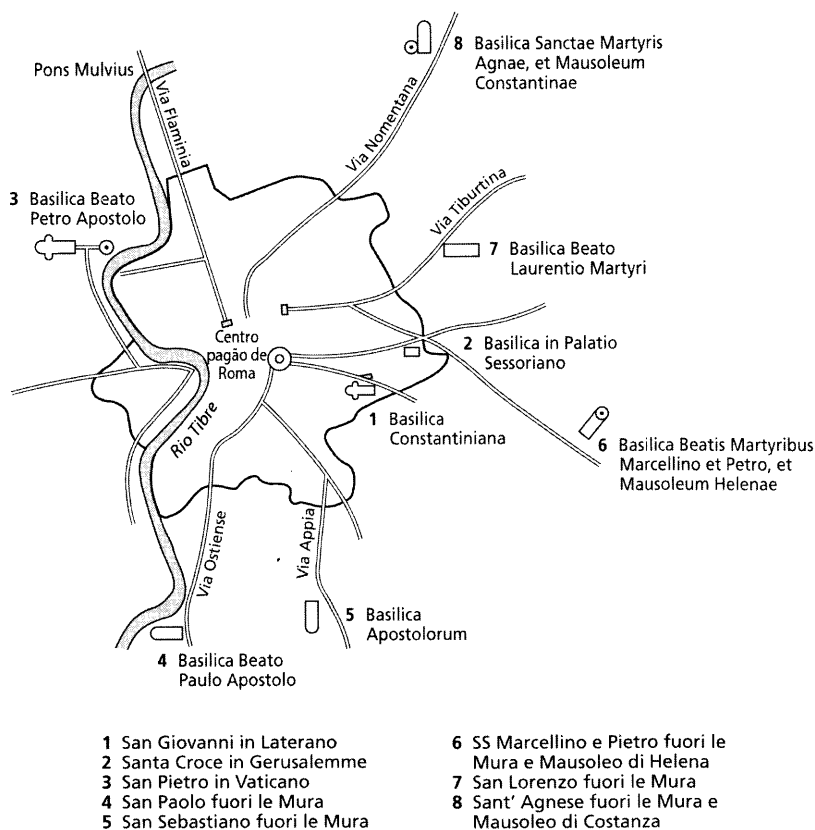


12.11. Medalhão com o deus Sol sobre sua carruagem, frente leste do Arco de Constantino. Vanni/Recurso de Arte, NY.

início. Não demorou muito até que a ideia de um deus supremo acima dos demais (henoteísmo) desse espaço para a crença em um só deus (monoteísmo). O pai de Constantino era um adorador devoto do deus Sol, o Sol Invictus, e manifestações de um deus Sol continuam a aparecer no programa visual de Constantino muito tempo depois de sua conversão para o Cristianismo (fig. 12.11).

Na tradição de Augusto, Constantino também propôs uma série de reformas morais e sociais. Algumas delas visavam às famílias, ou seja, uma série de leis contra o adultério e a exposição de menores, isto é, deixar crianças indesejadas para morrer. Outras medidas se ocupavam das instituições públicas e da crucificação criminosa. Com essa última, a cruz podia mais facilmente se tornar um símbolo cristão mais abrangente, o que não era o caso até Constantino supostamente ter visto sua imagem no céu.

Assim como Augusto, ele também teve de apresentar novas características imperiais audaciosas com cautela, sem ofender outros tradicionalistas. Constantino evitava as revoltas da aristocracia de Roma por meio de medidas habilidosas e cuidadosas. Por exemplo, ele continuou usando o título de *pontifex maximus*, pois provavelmente suspeitava de



12.12. As basílicas cristãs da Roma de Constantino. Suas localizações e antigos nomes em latim são mostrados no mapa, com seus nomes italianos atuais apresentados logo abaixo. Esse mapa é cortesia de Charles Matson Odahl, *Constantine and the Christian Empire*, 2ª edição (London & New York: Routledge, 2010), p. 147.

que abandoná-lo por completo, para muitas pessoas no império, seria como um golpe fatal na *pax deorum*; ou talvez temesse que o cargo caísse nas mãos de um rival caso ele renunciasse. Ele não perseguia os pagãos nem profanava seus locais sagrados, embora seus sucessores fizessem as duas coisas; apesar de patrocinar e apoiar a construção de muitas igrejas, ele deliberadamente evitou colocar qualquer uma delas no centro político da cidade de Roma (fig. 12.12). Seus símbolos artísticos geralmente combinavam motivos cristãos e pagãos, se (e quando) ele usava o simbolismo cristão tradicional. Seu arco triunfal em Roma, por exemplo, não contém imagens cristãs explícitas. Esse é o único monumento público que proclama a causa de sua vitória e faz isso utilizando

uma linguagem inacreditavelmente inócua. Ele venceu na batalha da Ponte Mílvia *instinctu divinitatis*, “por meio da sugestão de uma divindade”. Essa linguagem vaga podia facilmente agradar cristãos e pagãos – não havia nada especialmente revolucionário no fato de alguém ser inspirado por um deus na batalha.

Sua principal inovação econômica foi uma melhoria clara do sistema de Diocleciano. Ele lançou o *solidus* [soldo], uma nova moeda de ouro de alta qualidade que ajudou a estabilizar a economia no nível mais elevado. Ela se tornou, na verdade, o padrão monetário mais duradouro do mundo, mantendo seu peso e pureza até o século XI. Com essa moeda, ele também padronizou uma antiga prática do donativo (*donativum*), em que um presente monetário era oferecido aos soldados geralmente por um imperador em ascensão – em efeito, um “agradecimento” por seu trabalho. Constantino ordenou que um soldo fosse concedido com uma frequência regular – a cada cinco anos – como uma forma de estimular e manter a lealdade do exército. O problema com as moedas de prata e a inflação continuava, mas o soldo proporcionou a tão necessária estabilidade no nível econômico mais elevado.

Finalmente, para completar a análise IEMP, Constantino formalizou e padronizou a divisão dupla de Diocleciano no exército, além de propor uma inovação de grande influência. Deliberadamente, ele recrutou alemães não romanos para ajudar a preencher os cargos do exército, dando início a um costume em que os não romanos passavam a dominar os exércitos romanos. Os alemães eram mais baratos e, francamente, mais fáceis de ser recrutados do que os cidadãos romanos. A prática de recrutar nas periferias do império e até além delas continuou sendo utilizada, como veremos no capítulo seguinte. Os alemães passaram a dominar o exército ocidental, sendo que os árabes e os armênios passaram a se responsabilizar pelo exército romano no Oriente.

Em suma, o mundo romano fora novamente salvo por uma revolução conservadora. No processo, Roma foi transformada em um novo tipo de império. A retórica cristã do século IV em diante pode mascarar o fato de que Constantino era tão conservador quanto Diocleciano, apesar de seguir o mesmo tipo de caminho instintivo e reativo. Quando esses conservadores tentaram restaurar um mundo que voltasse aos bons velhos tempos, eles invariavelmente acabaram criando algo novo. O Cristianismo foi a novidade mais óbvia, mas estava longe de ser a única inovação em andamento.

O Cristianismo proporcionou uma nova forma de enxergar o passado e o presente que desafiava modelos tradicionais da nostalgia romana. Os cristãos da época de Constantino não pareciam olhar com

saudosismo para o passado ou para qualquer era anterior – nem mesmo para o Principado de Augusto ou a república em seu apogeu. Seus dias e seu tempo foram os melhores de todos:

Os homens agora já não tinham mais medo de seus antigos opressores; dia após dia, eles se mantinham em celebrações constantes; a luz podia ser vista por todos os lados e os homens, que antes não ousavam erguer suas cabeças, cumprimentavam-se com expressões sorridentes e olhos brilhantes. Eles dançavam e cantavam na cidade e também no interior, primeiramente honrando a Deus nosso Senhor Soberano, da forma como haviam sido instruídos e, então, ao sagrado imperador com seus filhos, tão queridos de Deus. Antigos problemas foram esquecidos e todas as irreligiões ficaram no passado, coisas boas no presente passaram a ser desfrutadas, aquelas que ainda eram esperadas com ansiedade. Em todas as cidades, o imperador vitorioso publicou decretos cheios de humanidade e leis comprovavam sua munificência e verdadeira devoção. Assim, todas as formas de tirania foram expurgadas e o reino que lhes pertencia foi preservado com segurança e sem dúvida por Constantino e também seus filhos.¹⁸⁷

Os cristãos podiam viver de verdade, prosperar de verdade, com esse tipo de reino terreno. Nenhum estágio mais antigo da história romana podia celebrar essa conquista, esse verdadeiro Reino de Deus na terra. Para os pagãos, por outro lado, havia inúmeras razões para sonhar com uma era passada, como veremos no capítulo seguinte.

Talvez o Dominato tenha de fato trazido à luz um mundo ainda mais antigo. Um regente comparativamente distante com uma mão pesada brandindo uma forte ideologia religiosa – Diocleciano e Constantino não tiveram de buscar muito longe esse modelo imperial. O Império Romano posterior certamente elaborou suas próprias inovações, mas as continuidades dentro da Era dos Antigos Impérios são bastante evidentes. O Império Romano posterior possui uma semelhança estarrecedora com os mais antigos impérios helenísticos e do Oriente Próximo, ainda mais do que o Império Romano em seus primórdios.

Quando pensamos no Império Romano nos dias de hoje, é geralmente o Principado de Augusto que ocupa o palco central. Quase sempre ele é retratado como uma era clássica e um momento essencial da civilização ocidental. Vale a pena observar, porém, que a forma de império moldada por Diocleciano e Constantino foi aquela que de fato se transferiu para as eras subsequentes – da Europa, de Bizâncio e do Islã. É para essa formação que voltamos agora nossa atenção.

187. Eusébio, *Ecclesiastical History* 10.9; citação de Eusébio, *The History of the Church from Christ to Constantine*, trad. G. A. Williamson (London: Penguin Books, 1965).

CAPÍTULO 13

IMPÉRIOS UNIVERSAIS E SUAS PERIFERIAS NA ANTIGUIDADE TARDIA

*Rei valente, os deuses lhe concederam seu império e seu sucesso. Eles não precisam da honra humana, mas se você converter para uma religião todas as nações em seu império, a terra dos gregos [isto é, dos bizantinos] também irá, com obediência, sujeitar-se ao seu governo.*¹⁸⁸

– Discurso zoroastriano sacerdotal ao rei pérsico sassânida Yazdegird II (r. 439-457)

- Como o universalismo moldou o mundo Antigo Tardio por suas fronteiras políticas?
- Como a religião interagiu com a política durante a Antiguidade Tardia?
- Quais foram os papéis da diversidade religiosa e da heterodoxia na resistência ao império?

As mudanças dos séculos III e IV sinalizaram o início de uma era de transformações imensuráveis. A Antiguidade Tardia, como essa era ficou conhecida, estendeu-se até os séculos VII e VIII e incluiu regiões que iam desde Gibraltar até o Afeganistão e do Danúbio até a Etiópia. O crepúsculo da Era dos Antigos Impérios foi um de seus momentos mais abrangentes.

Este capítulo explora a Antiguidade Tardia até o século VI, enquanto o capítulo seguinte continua a história até o fim do mundo antigo

188. Elishē, *History of Vardan and the Armeninan War*, trad. Robert W. Thomson (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982), 63.

com o estabelecimento do primeiro império islâmico. No centro da Antiguidade Tardia estava um universalismo reavivado, uma ideologia que permanecera adormecida por vários séculos, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Nem os romanos do antigo império ou os pártios arsácidas podem ser considerados expansivos ou universalistas em qualquer sentido consistente ou significativo. Contudo, tanto o Império Romano como o persa (sassânida) da Antiguidade Tardia foram impulsionados para o universalismo graças a uma combinação poderosa e sem precedentes de sistemas políticos fortemente centralizados e ideologias religiosas bastante cautelosas.

Por trás das fortes alegações políticas e religiosas tanto dos romanos quanto dos persas sassânidas estavam expansivas “igrejas estaduais”, um fenômeno novo para o mundo antigo. Elas tinham um alcance global e insistiam em uma crença uniforme, rejeitando alternativas e variações de maneiras que eram desconhecidas nas eras anteriores. Os regentes e os sacerdotes neoassírios estavam certos de que Assur regia o Cosmos como sua área de caça; líderes persas aquemênidas sabiam que Aúra-Masda proporcionava justiça, verdade e luz; os imperadores romanos do Principado acreditavam que os rituais certos do culto imperial mantinham a *pax deorum*. Nenhum desses líderes, porém, insistia que seus súditos ou cidadãos de fato *acreditassem* em sistemas rigorosos de doutrinas ou dogmas. Tampouco suas conquistas visavam a ganhar novos adoradores ou convertidos em si. Os líderes da Antiguidade Tardia, assim como os sacerdotes persas e o imperador acima, viam a conversão em si como um meio de unificação e expansão, como está claro na citação de abertura deste capítulo.

Uma luta de superpoderes entre os impérios romano e pérsico sassânida tomou conta de grande parte do tempo da Antiguidade Tardia. Lembranças de impérios passados serviam como modelos de conquista – Aquemênidas provavelmente inspirou os persas sassânidas, e Alexandre, o grande nêmesis aquemênida, encorajou os conquistadores romanos. Reinos e povos nas periferias foram atraídos para esse redemoinho de força e poder. Tanto sua cooperação quanto sua resistência aos poderes centrais – em parte por intermédio de ortodoxias e heterodoxias religiosas – moldaram as histórias seguintes da Europa ocidental, da Europa oriental, Armênia, Etiópia e a Península Arábica, entre outros.

Geograficamente, a era foi testemunha de uma volta ao local de origem da Era dos Antigos Impérios. Os últimos três impérios do mundo antigo, todos eles produtos da Antiguidade Tardia, eram decididamente orientais: o Império Romano oriental ou bizantino, o pérsico sassânida e o primeiro islâmico ou omíada. Antigas divisões entre o Oriente e o

Ocidente ressurgiram, apesar de dois imperadores da Antiguidade Tardia controlarem partes do Mediterrâneo ocidental por algum tempo. No esquema mais amplo das coisas, vale a pena observarmos que a Era dos Antigos Impérios de quase 1.500 anos só possuía uma única instalação decididamente oriental – o Império Romano –, apesar de ter sido muito importante e incrivelmente duradoura. Após o fim do Império Romano ocidental, nossa história termina no Oriente, basicamente de volta, mais uma vez, à Mesopotâmia. Eras posteriores veriam uma mudança ainda mais dramática nas regiões leste e norte da Ásia central. Os grandes impérios seguintes – dos turcos e dos mongóis – anunciaram um novo centro de geopolítica e uma era completamente nova.

O UNIVERSALISMO POLÍTICO E RELIGIOSO ROMANO

O *imperium sine fine* já era uma boa lembrança no despertar da Antiguidade Tardia. Os romanos até hoje leem a frase em Virgílio, mas, no século II, eles falavam com menor ênfase de seu império como uma entidade orgânica com um destino divino de se expandir pelo mundo inteiro. A imagem dominante do império estava se tornando, ao contrário, a de uma fortaleza ou acampamento militar cercado por um muro figurado. Embora em alguns lugares ele tivesse mantido a linguagem do *imperium sine fine*, um orador do século II, Hélio Aristides, exaltou Roma porque,

além do círculo externo do mundo civilizado, você desenhou uma segunda linha, quase da mesma forma que fazem quando erguem um muro ao redor de uma cidade (...). Um exército acampado como uma muralha protege o mundo civilizado em um círculo.¹⁸⁹

O historiador do século III Herodias também se referiu a Roma como um acampamento militar cercado pelo “muro do Império Romano”,¹⁹⁰ e o autor anônimo do século III do 13º Oráculo Sibilino invocou imagens de “raças desordenadas” se voltando contra os “muros” do Império Romano.¹⁹¹ No século IV, a noção já era bastante comum entre os historiadores e oradores. Essas imagens revelam uma mudança sutil na *mentalité*; elas não teriam tido qualquer lugar na Roma de Virgílio.

Na Antiguidade Tardia, porém, o Império Romano (e o pérsico sassânida) começou a se assemelhar cada vez mais a um típico império antigo – o universalismo voltou com força, em teoria e na prática. Roma

189. *To Rome*, 81-82.

190. 2.11.5.

191. 105.

começou a agir ainda mais como ela mesma, de algumas maneiras. Os fatores de motivação eram novos, entretanto, inspirados agora por uma mudança na religião. Independentemente do que exatamente levou Constantino a se converter ao Cristianismo, o modelo de Um Deus, Uma Fé, Um Império se tornou um estímulo político e ideológico muito forte e extremamente necessário para o império. Em resumo, ele ajudou a fazer renascer e justificar o sonho do império e da expansão mundial.¹⁹² Os imperadores cristãos podiam agora ser saudados não por manter “o muro” intacto, mas por “estender os reinos do Oriente para além dos limites das coisas e dos confins da Natureza”.¹⁹³ O foco do universalismo era agora uma imagem fundida do império com Cristo, e não apenas do próprio imperador.

O Cristianismo, como uma fé global, pregava que aqueles que estivessem de fora da congregação deveriam se tornar parte dela; isso tinha fortes ramificações políticas para um império cristão. O clérigo Tertuliano, que se autoproclamou “cidadão do Cosmos” e inimigo da ordem romana, orgulhava-se em dizer no início do século III, antes que a cristianização atingisse seu apogeu, que havia lugares fora do império “inacessíveis aos romanos que não eram súditos de Cristo”.¹⁹⁴ Os cristãos certamente não viam as coisas assim, já que sua fé se uniu à ideologia imperial. Esforços de missionários entre os povos de fora do império eram agora patrocinados pelo governo central. Os povos e os lugares de fora deveriam agora fazer parte do Império Romano cristão. Como o bispo Eusébio proclamou na dedicatória de uma basílica em Jerusalém em 335:

O Império Romano (...), no intuito de fundir todas as raças em uma só unidade e concórdia, já uniu a grande maioria dos diversos povos e está destinado ainda a conquistar todos aqueles que ainda não se uniram, até os próprios limites do mundo habitado.¹⁹⁵

Constantino deve ter sido bastante cauteloso para apresentar o Cristianismo à aristocracia de Roma, mas ele foi muito menos cuidadoso com os povos de fora do império. Ele e seus sucessores se esforçaram

192. Ver Garth Fowden, *Empire to Commonwealth: The Consequences of Monotheism in Late Antiquity* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

193. *In Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini: Introduction, Translation, and Historical Commentary with the Latin Texts of R. A. B. Mynors*, ed. C. E. V. Nixon and B. S. Rodgers (Berkeley: University of California Press, 1994), 2.23.1.

194. *Against the Jews* 7.

195. *In Praise of Constantine* 120; citação de *In Praise of Constantine*, ed. H. A. Drake (Berkeley: University of California Press, 1977).

tanto para vencer quanto para influenciar os godos, os armênios, os axumitas (etíopes), ibéricos, persas e outros.

A missão do século IV dos godos, um povo germânico nas redondezas do império, foi possivelmente concebida durante o reinado de Constantino. Úlfila, um gótico cristão, foi nomeado pelo poder imperial como “bispo dos cristãos nas terras géticas [góticas]”. Úlfila foi essencial nas relações diplomáticas entre os godos e os romanos na metade do século IV. É difícil analisarmos esse ato de forma isolada do desejo de Constantino e dos imperadores seguintes de coopção com os godos, como veremos a seguir. Torná-los correligionários e irmãos faria com que eles fossem mais diretamente envolvidos na esfera romana.

Constantino também tentou influenciar os cristãos no exterior, incluindo aqueles que viviam na Pérsia sassânida. O Cristianismo já tinha um histórico sólido na Pérsia quando Constantino se converteu; os bispos persas estavam entre aqueles que faziam parte do Conselho de Niceia, sediados no local que hoje é conhecido como Iznik, Turquia. Constantino conseguiu chegar até os cristãos persas, quando, inclusive, se autodenominou “bispo dos cristãos da Pérsia”. Suas propostas a eles coincidiram com seus conflitos com o *shahinshah* [xainxá] sassânida Sapor II (r. 310-379), que acabaram sendo recebidas, provavelmente de forma correta, como uma espécie de ameaça política. Esses cristãos pagaram o preço com quatro décadas de perseguição dos sassânidas, o que acabou somente após a morte de Sapor II em 379. Os cristãos da Pérsia aprenderam rapidamente a se diferenciar de seus correligionários romanos/bizantinos.

Se Constantino via o Cristianismo como um grande unificador, ele rapidamente se sentiu frustrado – “apesar de ser universalista pela lógica interior, ele acaba gerando o pluralismo”.¹⁹⁶ As religiões mono-teístas em geral costumam adotar dogmatismos rígidos e uma ortodoxia exclusiva capaz de provocar controvérsia e divisão, impedimentos inerentes a um império universal. Os desafios dessa ortodoxia – isto é, as heterodoxias – ficaram expostos demais quando o Cristianismo se tornou a fé romana preferida. Constantino, “o 13º Apóstolo”, como ele foi efetivamente declarado, logo se dispôs a solucionar essas divisões. Exatamente no ano seguinte ao do Édito de Tolerância, ele convocou um conselho em Arles para resolver uma cisma relacionada à natureza da Igreja Cristã. Um movimento cristão separatista na África do Norte conhecido como Donatismo afirmava ser a verdadeira e única Igreja, provocando com entusiasmo aqueles que estavam convencidos de que

196. Fowden, *Empire*, 156.

de fato eram os verdadeiros membros da Igreja. Quase uma década mais tarde, Constantino convocou e presidiu o Conselho de Niceia (325), para pôr fim a uma profunda divisão que envolvia Cristo: será que Cristo era realmente o Deus eterno ou um ser criado por Deus no tempo e, portanto, um subordinado d'Ele? Aqueles que ensinavam que Cristo era um ser criado ficaram conhecidos como os arianos. Seus adversários, que estavam em maior número no Conselho de Niceia, pregavam a Trindade – um Deus em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo – e que Jesus era, portanto, Deus. O Arianismo foi politicamente importante nos séculos IV e V, ambos na corte imperial em si e entre os povos bárbaros que se converteram a essa forma de Cristianismo.

Dentre as muitas outras controvérsias dos séculos seguintes, duas estavam diretamente ligadas à forte política da Antiguidade Tardia. Depois que o Conselho de Niceia afirmara que Jesus era Deus, a sequência seguinte de debates questionava como a pessoa e a natureza de Cristo estavam relacionadas entre si. Fundamentalmente, a resposta que prevaleceu (isto é, a ortodoxa) foi a de que Cristo era *uma* pessoa com *duas* naturezas – humana e divina. Duas importantes e influentes visões alternativas eram contrárias à fórmula ortodoxa, sendo que ambas se tornaram vitais para as identidades dos povos ao redor do Império Romano oriental de modo específico. Os nestorianos (ou Igreja do Oriente, como eles seu autodenominam), que foram condenados no Conselho de Éfeso em 431, afirmavam que no Cristo encarnado há *duas* pessoas separadas, uma humana e outra divina. O Nestorianismo chegou para definir o Cristianismo persa, assim como também grande parte do Cristianismo que se espalhou por todo o Oriente Próximo, a Ásia Central e até mesmo na China. Os miafisitas, condenados no Conselho da Calcedônia em 451, ensinavam que havia na pessoa do Cristo encarnado uma única natureza que era divina. Os cristãos cópticos egípcios, cópticos etíopes, sírios e armênios, todos adotaram o miafisismo (monofisismo), ao menos uma vez. Essas distinções foram reais e importantes para as identidades das pessoas da Antiguidade Tardia, sendo que mudanças históricas relevantes resultaram delas.

O universalismo romano tardio ganhou inspirações adicionais, retomando noções dos impérios mundiais mais antigos. Lembranças de Alexandre, o Grande, há muito tempo inspiravam futuros conquistadores mundiais. Diversos imperadores romanos ao longo do tempo aspiravam a continuar o modelo alexandrino em suas próprias campanhas contra os persas. Constantino, de modo intencional, invocava a imagem do conquistador mundial. Por exemplo, um de seus lançamentos de moedas



13.1. Áureo com o busto de Caro. MFA Imagens; presente de Michael C. Ruettgers.

estava diretamente relacionado com os estilos de moedas romanas e o apresentava como um Alexandre (fig. 13.1-13.3). Usando um diadema no estilo de Alexandre em vez das lauréolas tradicionais de seus predecessores romanos, Constantino estava claramente se associando às conquistas mundiais. O bispo Eusébio observou o “olhar celestial” de Constantino nessa moeda, demonstrando a relação íntima entre o universalismo ideológico e as conquistas:

De que maneira profunda sua alma estava tomada pela força da fé divina é algo que podemos entender pela circunstância de que ele direcionou sua imagem para ser estampada na moeda de ouro do império com os olhos erguidos como na postura daquele que reza a Deus: e esse dinheiro se tornou a moeda corrente de todo o mundo romano.¹⁹⁷

O imperador Juliano (r. 361-363), o filho do meio-irmão de Constantino, da mesma maneira, invocou diretamente Alexandre em suas conquistas quase fatais nos territórios persas. A imagem de Alexandre como um símbolo de universalismo era forte e permanente e foi transmitida para impérios posteriores. Vários séculos depois, histórias de Alexandre – o “Romance de Alexandre”, como são chamadas – chegaram até a aparecer no Alcorão como um símbolo de universalismo islâmico da maneira como se concretizou no fim dos tempos.

A veneração henoteística do Sol dos séculos III e IV também oferecia um precedente do universalismo da Antiguidade Tardia. Um

197. *Life of Constantine* 4.15, citação de *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers. Volume 1: Eusebius*, ed. Henry Wace and Philip Schaff (Oxford: Parker and Company, 1890).



13.2. Tetradracma de Lisímaco com Alexandre usando o chifre do carneiro de Amon. Erich Lessing/Recurso de Arte, NY.

dos poucos conquistadores romanos de sucesso do século III antes de Diocleciano foi Aureliano (r. 270-275), que não apenas derrotou os impérios palmirense e gálico (ver Capítulo 12), mas também iniciou a expansão contra a Pérsia antes de ter sido assassinado em 275. Ele governava e conquistava em nome do Sol Invictus, o Sol inconquistado, cujas imagens ele trouxe de Palmira e passou a utilizar em um culto estadual de adoração ao Sol. Constantino continuou muito tempo depois de sua conversão cristã a incluir imagens solares em seu programa visual



13.3. Medalhão de ouro de Constantino. Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

oficial. O imperador Juliano, que foi o único imperador romano depois de Constantino a rejeitar o Cristianismo, encontrou na veneração ao Sol uma alternativa respeitável. Na linguagem fortemente henoteística, ele louvou o deus Sol em seu *Hino ao Rei Hélio*, “o deus mais poderoso”.

O império universal e o Sol chegaram a ser relacionados em muitas ocasiões, às vezes por razões óbvias: o Sol está acima de todos e é, portanto, o símbolo perfeito para o universalismo. Os impérios britânico e espanhol do mundo moderno reivindicaram sua condição de um “império onde o Sol nunca se põe”. Uma vez, um embaixador sassânida falou de um império universal teórico como “aquele que o Sol observa”.¹⁹⁸ Mais de um milênio antes, o historiador grego Heródoto afirmou que Xerxes I dos persas aquemênidas disse: “Levaremos o território persa até os limites celestes de Deus. O Sol, então, não mais brilhará sobre nenhuma terra além de nossas fronteiras”.¹⁹⁹ As relações ideológicas também eram profundas, porém, assim como em um texto babilônico que enaltece o rei Nabucodossor, “que, assim como o deus Sol, cuida da totalidade das terras, determina o que é certo e o que é justo, que destrói os malfeitores e os criminosos”.²⁰⁰

A RENOVATIO: BIZÂNCIO, A NOVA ROMA

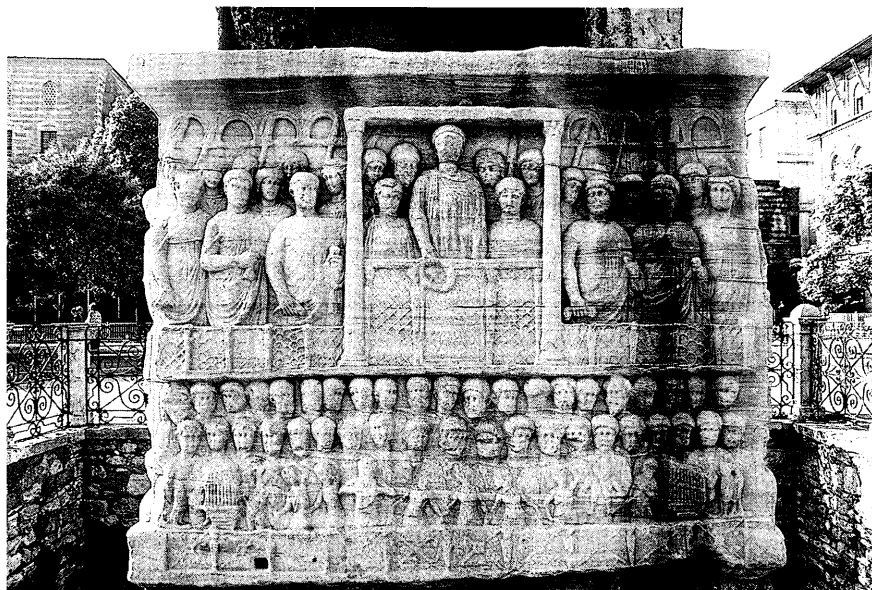
Por mais de 500 anos, o imperialismo romano conseguiu unir o Mediterrâneo oriental e ocidental e as terras próximas dessas regiões. Esse foi um feito extraordinário e raro, realizado apenas algumas vezes antes e de modo comparativamente limitado por colonizadores fenícios e gregos. As divisões políticas e culturais entre o Oriente e o Ocidente são profundas, muito embora nem sempre sejam amplas. O Império Romano ocidental sempre manteve um caráter basicamente latino e o Império Romano oriental, um caráter grego predominante, que teve diversas ramificações filosóficas mundiais.

Conforme o império se fragmentava no século III, Diocleciano percebeu que o segredo da recuperação política era aceitar a divisão entre o Oriente e o Ocidente enquanto unia as duas metades por meio da Tetrarquia (ver Capítulo 12). Constantino, da mesma forma, reconheceu a divisão, mas, de maneira significativa, favoreceu o Oriente, uma medida

198. Theophylact Simocatta 4.13.7-8; de *History of Theophylact Simocatta: An English Translation with Introduction*, tradução e edição Michael Whitby e Mary Whitby (Oxford: Oxford University Press, 1986).

199. *Histories* 7. 8. 3; citação de George Rawlinson, trad. (Hertfordshire: Wordsworth, 1999).

200. Kuhrt, vol. 2, 595.



13.4. Teodósio e a corte, Istambul. *Slide de Mark W. Graham.*

sábua e essencial ao longo prazo. Durante os reinados do imperador oriental Arcádio (r. 395-408) e do imperador ocidental Honório (r. 395-423), a divisão entre os impérios oriental e ocidental foi permanente. O Império Romano oriental (bizantino), diferentemente do ocidental, teria uma longa história à sua frente; mais de um milênio, na realidade. Até onde esse período ainda poderia ser considerado “antigo” é uma questão que abordaremos no capítulo seguinte.

Entre 324 e 330, Constantino construiu seu capitólio oriental de Constantinopla no antigo local de Bizâncio, e o encheu com decorações de símbolos cristãos bastante conhecidos. Depois de derrotar Licínio, seu companheiro de combate contra Augusto, em 324, ele se tornou o único líder do Império Romano. Assim, ele estava livre para criar a cidade imperial que tanto desejava e começou a agir imediatamente. Localizada nos pontos de encontro entre a Europa e a Ásia, Constantinopla proclamava de maneira clara uma mudança no centro de gravidade do império, decididamente na direção oriental. Constantinopla acabaria compondo seu próprio Senado, com seus próprios cônsules; não ficava devendo nada para a cidade de Roma.

Por ser um romano conservador, Constantino não acreditava ter descoberto um novo império. Em sua concepção, essa se tratava de uma *renovatio romani imperii*, uma renovação do Império Romano. Apesar disso,

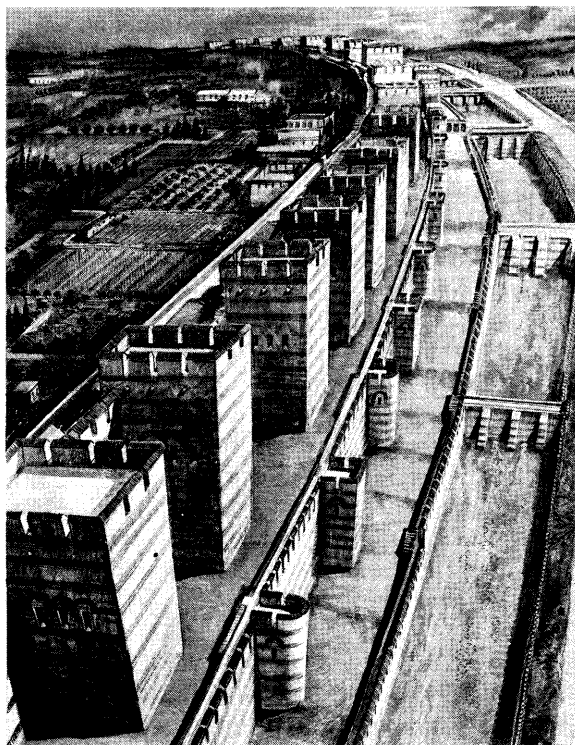
ele, sem dúvida, criou algo novo. Mais de um milênio depois, estudiosos o chamaram de império bizantino, embora ele continuasse se autodenominando apenas Império Romano. Ali, como o bispo Eusébio proclamava, seria duplicado na terra o governo eterno de Deus no céu: “Assim no céu, como na terra”. Essa se tornou uma ordem de grande relevância e extremamente motivadora para os imperadores. Mais tarde, os bizantinos recriaram a história do Império Romano para fazer com que essa ideologia parecesse tradicional. Um antigo escritor bizantino do século VI, Cosmas Indicopleustes, articulou de maneira clara a visão universalista quando presumiu que o império, na verdade, sempre havia sido o Reino de Deus:

Pois, enquanto Cristo ainda estava no útero, o Império Romano recebeu seu poder de Deus como o servo da distribuição que Cristo introduziu, já que nesse mesmo tempo a acessão foi proclamada da linhagem eterna dos Augustos de cujo comando foi feito um acordo que envolvia o mundo inteiro (...). O império dos romanos, portanto, participa da dignidade do Reino do Cristo Senhor, ao ver que ele transcende, até onde isso é possível nesse estado de existência, todos os demais poderes, e que permanecerá inconquistado até a realização final.²⁰¹

Constantino proclamou sua fé quando decorou o centro de Constantinopla com diversas igrejas. Deliberadamente, ele evitou colocar igrejas no centro político da Roma antiga, mas um império oriental cristão exigia uma capital totalmente cristã. A cidade proclamou – por intermédio de sua arte de ouro brilhante e sua arquitetura, além da celebração de 40 dias de dedicação – a vitória imperial eterna e universal. A proeminência relativamente incontestável da cidade de Roma se perdeu para sempre.

A cidade de Roma continuou a ser assolada pela falta de sorte. Em 410, foi saqueada por godos sob o comando de um alemão e ex-oficial do exército romano. A cidade se recuperou mais tarde, mas o golpe para seu prestígio foi irreparável – afinal, há quase 800 anos, Roma – a “cidade eterna” – havia sido dominada por uma força invasora externa. Três dias de luto público foram declarados em Constantinopla, mas nada foi feito para ajudar a cidade. Para impedir que algo semelhante acontecesse com a Nova Roma, o imperador do oriente, Teodósio II (r. 408-450), construiu um conjunto de muros ao redor de Constantinopla (fig. 13.5). De certo modo, o império oriental deixou o Ocidente cuidar de seus próprios problemas – alguns deles já existiam muito tempo antes de 410 e só continuaram aumentando depois disso. A Bretanha foi abandonada em 410, a África do Norte foi dominada por vândalos

201. *Christian Topography* 70-71; de *The Christian Topography of Cosmas, an Egyptian Monk*, edição e tradução de J. W. Crindle (London: Hakluyt Society, 1897).

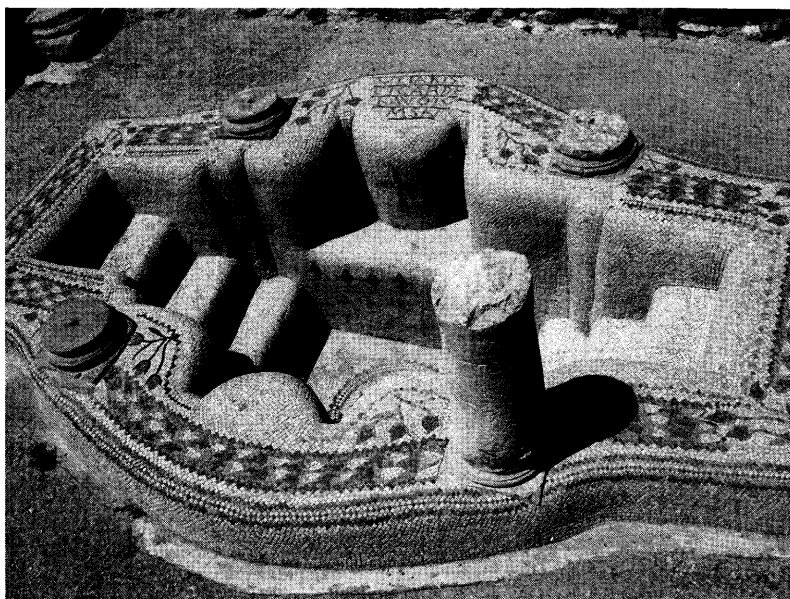


13.5. Muros teodosianos reconstruídos, século V d.C. DeA Picture Library/Recurso de Arte, NY.

alemães algumas décadas depois, visigodos conquistaram a Espanha e a Gália, e assim por diante.

As colônias e as invasões bárbaras, que continuaram a moldar o Império Romano do Ocidente de maneira decisiva, causaram um impacto muito menor no império do Oriente. Um dos principais fatores era a simples geografia local. Constantinopla estava mais bem protegida contra ataques em virtude de sua posição sobre o Bósforo, que era facilmente defendida pela força marítima. Suas fronteiras geralmente eram mais fáceis de ser protegidas, pelo fato de não ficarem tão expostas quanto as fronteiras do império ocidental. A relativa infrequência de invasões bem-sucedidas mantinha sua base de coleta de impostos – e, assim, a vitalidade econômica – intacta. O volume de seus rendimentos, assim como na maior parte dos impérios antigos, sempre fora resultado dos impostos das terras agrícolas, sendo que a paz garantia esse sistema.

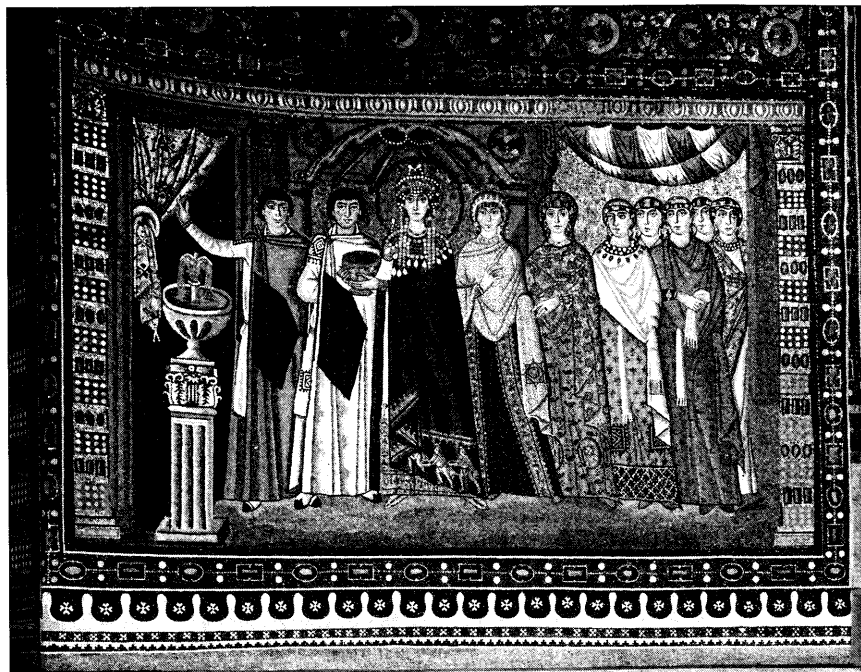
Com a perda de Roma, porém, os romanos do Oriente podiam ter, de tempos em tempos, um sentimento tradicional de nostalgia



13.6. Batistério vândalo, Sbeitla, Tunísia. Slide de Mark W. Graham.

romana. Será que o lugar onde viviam podia de fato ser considerado um Império *Romano* se eles nem sequer tinham Roma ou quaisquer outras províncias? Para complicar ainda mais as coisas, essas áreas eram agora controladas por hereges arianos bárbaros. Em 468, enquanto o Império Romano ocidental ainda tinha um imperador, o imperador oriental Leão (r. 457-474) tentou reconquistar algumas regiões perdidas do império do Ocidente, mas suas tentativas de dominar a África do Norte foram frustradas pelos vândalos.

A grande tentativa seguinte de recuperar partes do Ocidente foi ainda mais bem-sucedida. Em 533, o imperador bizantino Justiniano (r. 527-565) e sua coimperatriz e esposa Teodora enviaram um exército na direção oeste sob o comando do general Belisário, um veterano das guerras com a Pérsia sassânida. A reconquista tinha o objetivo de restaurar o império, além de restaurar o Cristianismo ortodoxo nessas regiões agora controladas pelos hereges arianos – para Justiniano, dois lados da mesma moeda. Os bizantinos conseguiram tomar a África do Norte dos vândalos, partes da Itália dos ostrogodos e até uma faixa costeira do sul da Espanha dos visigodos. Isso tudo bastou para dar força à alegação de Justiniano de que ele havia restaurado o Império Romano. Os bizantinos dominaram a África do Norte por mais de um século até a conquista muçulmana, assim como partes da Espanha por quase 70 anos. Entretanto, eles perderam propriedades importantes na



13.7. Imperatriz Teodora e criadas, Ravena. Cameraphot Arte, Veneza/Recurso de Arte, NY.

Itália muito rapidamente quando os lombardos, outro grupo invasor germânico, atacaram a Itália no início de 568.

Justiniano, assim como Diocleciano, assumira o trono depois de ataques militares. Suas medidas de defesa militar levaram o recente império bizantino ao seu apogeu. Ele fortaleceu as defesas naturais do império bizantino e distribuiu fortificações ao longo de suas fronteiras no leste e no norte, bem como em todas as regiões entre a África do Norte e o Marrocos. Essas forças ajudaram a deter grupos de búlgaros, gépidas, ávaros e eslavos. Na região sul, ele cortejou os árabes gassânidas para que se tornassem seus clientes militares, uma medida com ramificações claras nos séculos seguintes. As guerras com os sassânidas continuaram de modo intermitente na fronteira oriental durante todo o século VI. Havia muitas esperanças quando, em 532, ele e os sassânidas concordaram em assinar um acordo de Paz Sem Fim. Infelizmente, esse tratado de nome tão otimista durou apenas oito anos antes que décadas de novas guerras mais uma vez voltassem a acontecer.

O maior legado de Justiniano talvez seja o *Codex Iustinianus* [Código Justiniano], uma coleção de leis civis que tinha a intenção de

reafirmar a totalidade das leis romanas. As frases de abertura do Código falam extensivamente a respeito de sua combinação dinâmica de ideologia religiosa e política:

É nosso desejo que todos os povos que são governados pela administração de nossa clemência pratiquem essa religião que o divino Pedro, o apóstolo, transmitiu aos romanos (...). Acreditamos na divindade única do Pai, do Filho e do Espírito Santo sob a aparência da mesma majestade e da Santa Trindade. Ordenamos que essas pessoas que seguem essa lei adotem o nome de cristãos católicos. O restante, porém, que julgamos ser dementes e insanos, terá de sustentar a infâmia dos dogmas hereges. Seus locais de encontro não deverão receber o nome de igrejas e eles serão primeiramente atingidos pela vingança divina e, em segundo lugar, pela retaliação de nossa própria iniciativa que executaremos de acordo com o julgamento divino.²⁰²

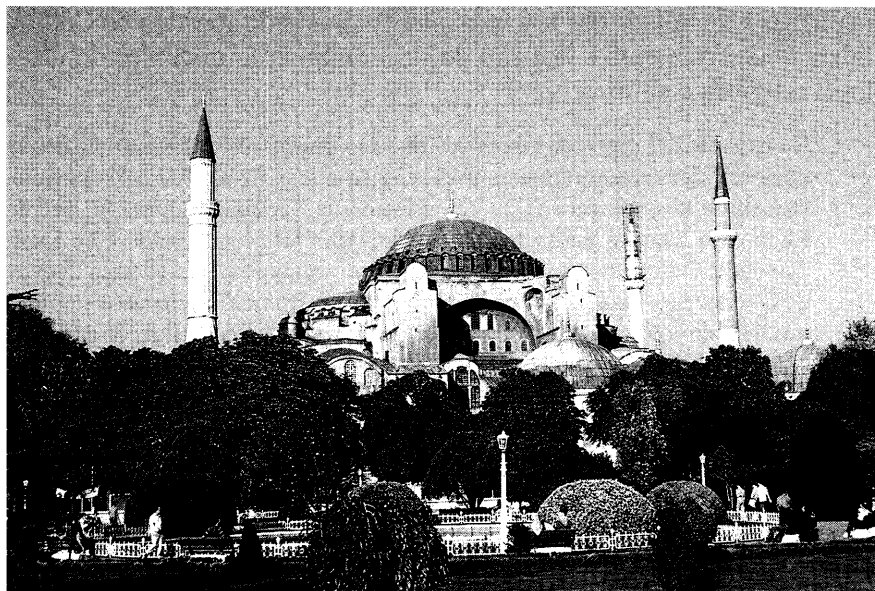
Seguindo uma longa tradição em que o sucesso do império dependia do favorecimento divino, ele tentou restaurar e purificar o império cristão. Os pagãos, hereges e homossexuais passaram a experimentar a ira romana divina.

A mão pesada de Justiniano também atacou a sonegação de impostos, que já tinha uma longa e firme tradição entre os nobres bizantinos. Isso, aliado à sua reconquista da África do Norte, rica no suprimento de grãos, ajudou a fortalecer a economia por um tempo. Um desafio significativo de suas reformas, porém, veio com uma praga devastadora – talvez bubônica – que os atingiu pela primeira vez em 540, matando quase um terço da população, o que também causou inúmeros desastres econômicos, ideológicos e políticos. Contudo, o império bizantino em si ainda sobreviveu no mundo antigo por muitos séculos.

A ORIGEM DO IMPÉRIO PÉRSICO SASSÂNIDA

Os persas sassânidas tinham um jeito conveniente de dividir o mundo – “Sapor, *shahinshah Eran ud Aneran*”, isto é, “rei dos reis do Irã e do não Irã”. Havia o Irã/Pérsia, sua área central, e então o restante do mundo ou, simplesmente, o não Irã, que eles também foram divinamente destinados a governar. Os sassânidas acabavam de descobrir uma fusão dinâmica da Antiguidade Tardia de ideologia e política conforme o Império Romano no Ocidente se esforçava para encontrar seu caminho no início do século III. Eles devolveram um império forte e centralizado

202. 1.1.1; citação de Cyril Mango, *Byzantium: The Empire of the New Rome* (London: Weidenfeld and Nicolson, 1980), 88.



13.8. Santa Sofia, Istambul; no centro do império bizantino. Slide de Mark W. Graham.

para o Oriente Próximo – um império realista que correspondia de maneira sólida com suas alegações universalistas da Roma tardia.

Diferentemente do estado persa arsácida de mais de 450 anos de idade que eles derrubaram, em si um estado descentralizado composto de principados semi-independentes,²⁰³ os sassânidas surgiram com uma forte centralização e se tornaram cada vez mais sólidos, concentrando-se no xainxá. O xainxá Khusrau I (r. 531-579) explicou com maestria como todo o sistema se manteve firme:

A monarquia depende do exército, o exército depende de dinheiro; o dinheiro vem dos impostos das terras; os impostos vêm da agricultura. A agricultura depende da justiça; a justiça, da integridade dos oficiais; e a integridade e confiabilidade, da vigilância constante do rei.²⁰⁴

Detalhes da ascensão sassânida ainda são obscuros, mas suas origens podem ser, em sua defesa, datadas de 224. A livre estrutura feudal do estado persa basicamente se resumia à sua inexistência. Quase uma

203. Richard N. Frye, “The Sassanians”, em *The Cambridge Ancient History*, 2ª ed., vol. 12, ed. Alan K. Bowman, Peter Garnsey, e Averil Cameron (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), 461-480, em 463.

204. Citação de Peter Brown, *The World of Late Antiquity, A. D. 150-750* (London: Thames and Hudson, 1971), 166.

década depois, um líder local chamado Ardacher (r. 220-241) começou a consolidar o poder em relação aos regentes vizinhos até que ele conseguiu desafiar e derrotar os arsácidas na região central. Ele deu continuidade aos antigos modelos típicos de substituição das elites, colocando os membros de sua própria família nos lugares dos governadores locais (sátrapas) e substituindo os arsácidas nomeados.

Ardacher deu início à expansão sassânida em diversos *fronts*: no Oriente contra os kushans da Índia e no Ocidente contra os romanos. Um historiador romano do século III, Herodiano, registrou que Ardacher tinha o objetivo de recuperar o antigo império aquemênida: “Era seu direito restaurar e reunir todo o império assim como os persas fizeram antes”.²⁰⁵ Sapor II (r. 310-379) supostamente declarou o mesmo pouco mais de cem anos depois, em 358, em uma carta ao imperador romano Constâncio (r. 337-361): “Até mesmo seus antigos registros são testemunhas de que o império de meus antepassados se estendia até o Rio Estrimão [Struma] e as fronteiras da Macedônia; é meu direito exigir a posse dessas terras”.²⁰⁶ Historiadores da atualidade continuam discutindo a respeito da seriedade dos relatos romanos das motivações persas; no entanto, a maior parte deles pelo menos acredita nas fontes romanas aqui.

A expansão sassânida chegou a Roma na metade da crise do século III. Comandados pelo filho de Ardacher e seu sucessor Sapor I (r. 241-272), os sassânidas tiveram grande sucesso em sua fronteira ocidental com Roma, onde conseguiram dominar algumas cidades romanas muito importantes para a defesa da cidade. Foi em uma das campanhas de Sapor que os sassânidas prenderam o imperador romano Valeriano e fizeram dele um ponto de apoio para o xainxá. Na conclusão dessa vitória sassânida, Odenato de Palmira deu início à expansão de Palmira contra os sassânidas. Esse também foi o momento em que Zenóbia se aproveitou da fraqueza romana (ver Capítulo Doze). A fronteira entre os romanos e os sassânidas continuava sob tensão, sendo que cada um dos lados, de modo alternado, emplacou vitórias ambíguas ao longo do curso dos reinados de seus imperadores seguintes. O xainxá Narses (r. 293-302), após uma grande derrota sassânida, fez um acordo com Diocleciano, que resultou em quatro décadas de paz entre as duas potências.

A ideologia política e religiosa sassânida sempre foi bastante simples. Há registros de que Ardacher declarou o seguinte:

205. 6.2.1-2.

206. Ammianus Marcellinus 17.5.5; de *Ammianus Marcellinus with an English Translation* vol. 1, edição e tradução John C. Rolfe (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982).

“A religião e a realeza são dois irmãos, sendo que um não pode viver sem o outro. A religião é o alicerce da realeza e a realeza protege a religião. Tudo aquilo que não tem um alicerce acaba perecendo, e quem não tem uma proteção, desaparece”.²⁰⁷

Seu primeiro ato oficial foi o de acender um fogo sagrado em Ctesifonte que, de uma só vez, simbolizava seu advento como *shah* [xá] (todos os seus sucessores adotaram o título de *shahinshah* [xainxá]) e proclamava o zoroastrismo como a religião imperial oficial (fig. 13.9). Assim como qualquer outra religião, o zoroastrismo evoluiu ao longo do tempo. Sua prática, em essência, permaneceu a de uma fé dualista como a dos aquemênidas, mas se tornou mais firme e mais rígida. Como resultado, o zoroastrismo se tornou “a ‘Igreja do Estado’ do império sassânida com uma hierarquia paralela à hierarquia da corte da coroa”.²⁰⁸

A religião do zoroastrismo foi um meio de expansão sob o comando de Aúra-Masda, o deus da justiça, luz e verdade. Antes da Antiguidade Tardia, era relativamente raro que um poder político forçasse a crença de seus súditos e povos conquistados ou usasse a conversão como um veículo para o imperialismo. Entretanto, o henoteísmo e o monoteísmo costumam exigir uma conformidade como forma de garantir seu governo. Um escritor armênio registra um discurso de sacerdotes/magos zoroastrianos para o xainxá Yazdegird II (r. 439-457):

Rei valente, os deuses lhe concederam seu império e seu sucesso. Eles não precisam da honra humana, mas, se você converter para uma religião todas as nações em seu império, a terra dos gregos também irá, com obediência, sujeitar-se ao seu governo.²⁰⁹

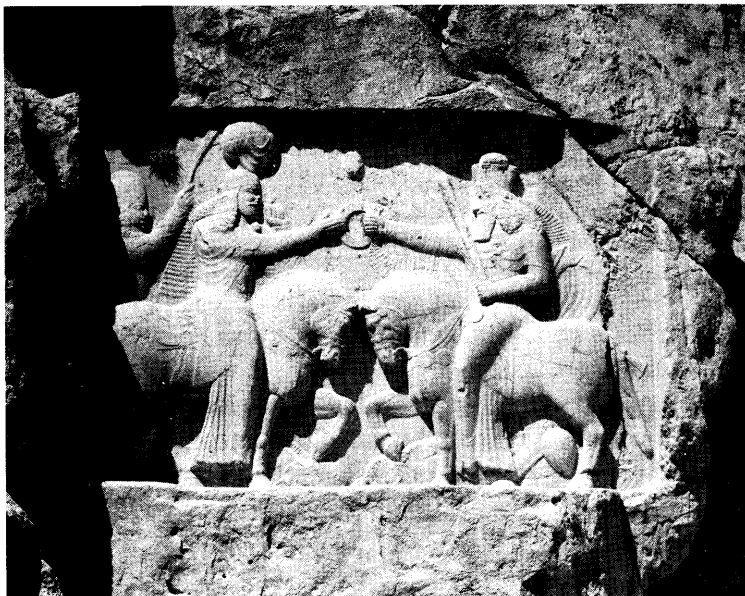
Os persas zoroastrianos eram menos prováveis de perseguir do que seus correlativos romanos, mas eles ficaram conhecidos por vitimar cristãos, judeus e maniqueus. Alguns deles chegaram a insistir nas crenças “ortodoxas” do zoroastrismo, até mesmo entre os povos conquistados como, por exemplo, os armênios. A religião ortodoxa era a base de um império universal na Pérsia sassânida, tanto quanto na Roma de Constantino e de Bizâncio.

O zoroastrismo também ajudou a manter uma estrutura social rígida, que era vista como reflexo da ordem cósmica e divina (“assim no

207. Muruj al-Dhabab; citação de R. C. Zaehner, *The Teachings of the Magi* (London: Allen, Unwin, and Macmillan, 1956), 85.

208. Frye, “The Sassanians”, 474.

209. Elishē, *History of Vârdan and the Armenian War*, 63.



13.9. Investidura de Ardacher I. SEF/Recurso de Arte, NY.

céu, como na terra”). O xainxá presidia quatro grupos sociais, organizados de forma estrita e hierárquica: sacerdotes (magos), militares, cultivadores e artesãos. A lei sassânida era a lei religiosa, administrada por sacerdotes zoroastrianos de um modo parecido com o dos bispos romanos da Antiguidade Tardia, que atuavam como importantes figuras sociais e políticas locais. À frente da Igreja do Estado estava o mago chefe, um oficial na corte real.

A transição para o governo sassânida não eliminara da noite para o dia o controle feudal mais local do exército dos persas, mas, no século VI, o exército sassânida se tornou uma força de luta unificada. O que incitou essa mudança foi uma invasão dos hunos no fim do século V. Comandados pelo xainxá Peroz (r. 457-484), os hunos, por um tempo, transformaram os sassânidas em vassalos pagadores de impostos. Assim que os sassânidas se recuperaram desse contratempo temporário, eles reagiram com um processo ainda mais acelerado de expansão e centralização. Eles se rebelaram contra Bizâncio em 540, saquearam Antíoco e dominaram a Armênia. Ao sul, eles expandiram seu império até o Iêmen, no sul da Arábia.

O comandante militar supremo foi o xainxá, que pessoalmente liderou seu exército na batalha. Conforme registrado por Amiano Marcelino a respeito do governador da Pérsia:

E quando o primeiro raio da aurora apareceu, tudo que os olhos podiam alcançar brilhava com braços cintilantes e uma cavalaria vestida com suas armaduras que cobriam os montes e os vales. O próprio rei, montado sobre um corcel de batalha e em destaque em relação aos demais, vinha à frente de todo o exército, usando, no lugar de um diadema, uma imagem dourada da cabeça de um carneiro contornada com pedras preciosas, acompanhado também por um grande cortejo de homens das mais elevadas posições de diversas nações.²¹⁰

Embora fosse responsável por tomar as decisões táticas, ele quase nunca participava das lutas em si. As guerras com os romanos e os hunos trouxeram inovações para os armamentos de ambos os lados da fronteira pérsica romana. Uma cavalaria fortemente armada e vestida com suas armaduras, por exemplo, era algo comum nos exércitos romanos e sassânidas. Ele próprio um militar, o historiador romano Amiano Marcelino se mostrou bastante impressionado pelos guerreiros sassânidas com roupas de ferro:

Nossos oponentes persas se uniam em grupos de cavaleiros armados em uma ordem tão perfeita que o brilho dos corpos em movimento se cobria com placas de ferro bem encaixadas que deslumbravam os olhos daqueles que olhavam em sua direção, enquanto todo o amontoado de cavalos era protegido por capas de couro. A cavalaria era sustentada por companheiros de infantaria protegidos por escudos alongados e curvados, cobertos por vime e peles de animais, que avançavam em perfeita harmonia.²¹¹

Amiano está descrevendo aqui os *cataphracts* [catafratas], a cavalaria fortemente armada formada pela nobreza sassânida. O exército também tinha sua infantaria, que eram os camponeses recrutados pelo rei sempre que necessário, e os arqueiros montados.

A economia sassânida era controlada de maneira firme e centralizada, além de ser tratada como sua fonte de estabilidade. Enquanto as moedas romanas de prata desvalorizavam ano a ano no século III, as moedas sassânidas de prata mantiveram sua pureza e continuaram assim por muitos séculos. Após serem derrotados pelos hunos, os sassânidas aumentaram sua estrutura de coleta de impostos sob o comando de Khusro I (r. 531-579). Uma série de reformas agrárias fez render uma enorme produtividade que também ficou sujeita aos impostos. Assim como com os bizantinos, a principal fonte de renda imperial estava nos impostos das terras agrícolas. Os sassânidas mantiveram um comércio

210. 19.1.2; citação de Rolfe, trad. vol. 1.

211. 24.6.8; citação de Rólfe, trad. vol. 2.

internacional forte, principalmente depois das reformas de Khusro I. Seu circuito comercial unia a Índia, a China, os bizantinos e os árabes.

POLÍTICA, RESISTÊNCIA E HETERODOXIAS NAS PERIFÉRIAS DOS IMPÉRIOS

O poder político e as ideologias religiosas da Antiguidade Tardia necessariamente se projetaram muito além das fronteiras imperiais. As reações de grupos periféricos também ajudaram a definir a era. Incluindo reinos sólidos e duradouros até grupos andarilhos, povos das periferias eram moldados por interações com os impérios universalistas. Em alguns casos, grupos periféricos foram submetidos a uma série de formações estaduais secundárias, que resultaram em regimes coerentes que imitavam ou reagiam ao império. As histórias seguintes da Europa ocidental, Europa oriental, Armênia, Etiópia e a Península Árábica exibem marcas claras de suas interações com os impérios da Antiguidade Tardia.

As ideologias religiosas impregnaram as periferias com relações imperiais. Ao adotar o Cristianismo, por exemplo, um grupo ficava diretamente relacionado, na alegria e na tristeza, à esfera de influência romana/bizantina. Muitos dos estados periféricos adotaram o Cristianismo no tempo de Constantino ou logo após seu reinado. A maioria, porém, adotou uma variedade de outras ortodoxias imperiais diferentemente dos bizantinos e, portanto, a heterodoxia moldou as relações internacionais. Há muitas razões para isso. Os heterodoxos (geralmente chamados apenas de “hereges”) quase sempre eram forçados a permanecer nas áreas periféricas simplesmente por ser excluídos do Império Cristão. Assim, os povos das periferias geralmente conheciam primeiro as heterodoxias.

Muito frequentemente, as heterodoxias tinham uma função intencional. A conversão para qualquer forma de Cristianismo fazia com que um grupo fosse aceito na esfera política e cultural romana/bizantina. Os imperadores romanos se autodenominavam os defensores do Cristianismo e atuavam como seus patronos. A adoção de uma forma heterodoxa, na verdade, permitia que os grupos periféricos contassem com certa medida de distância. Grupos heterodoxos, então, tinham dupla vantagem – beneficiavam-se da esfera de proteção de Roma como cristãos e, ainda assim, continuavam relativamente independentes. A heterodoxia,

portanto, tornou-se um meio importante de resistir ou, ao menos, de amenizar o controle da hegemonia imperial.

A conversão da Etiópia e a criação de uma monarquia cristã demonstram a diferença sutil dessa relação ideológica e política. Em algum momento do início do século IV, conforme conta a história, dois navios mercantes romanos naufragados no Mar Vermelho introduziram o Cristianismo à corte etíope (os axumitas). Na época, a Etiópia (Axum), uma importante potência na região do Mar Vermelho, estava sendo abertamente cortejada por Constantino e Sapor II, que buscavam uma aliança política. O rei, Ezana (r. 333-356), converteu-se ao Cristianismo e então solicitou que o imperador romano enviasse um bispo para ajudar a estabelecer a fé. Constâncio (r. 337-361) respondeu com a seguinte carta:

Tudo é uma questão do maior cuidado e preocupação para nós, estender o conhecimento do Deus supremo; e acredito que toda a raça da humanidade exige de nós a mesma consideração a esse respeito, no intuito de que possam viver suas vidas com esperança, sendo conduzidos a um conhecimento adequado de Deus e sem diferenças entre eles em suas dúvidas envolvendo a justiça e a verdade. Por conseguinte, considerando-se que você é merecedor do mesmo cuidado providente que os romanos, e no anseio de demonstrar igual consideração por seu bem-estar, determinamos que a mesma doutrina seja professada em suas igrejas assim como nas deles.²¹²

A questão é clara. Ao aceitar o Cristianismo, a autoridade espiritual de Constantinopla foi confirmada, o que garantiu ao imperador romano o direito de repreender (mesmo que essa não fosse uma autoridade política plena). Como poderíamos esperar, reis orgulhosos de reinos independentes menores podiam considerar esse tipo de “preocupação”, assim como qualquer forma de patronato, uma bênção mista, na melhor das hipóteses. Eles geralmente se viam na difícil posição de querer desfrutar da amizade imperial por um lado, e ter de resistir à sua interferência por outro. Adotar uma forma diferente de Cristianismo da ortodoxia romana imperial era uma solução para esse dilema, fosse ela intencional ou não. A Etiópia, mais tarde, adotou o miafisismo logo após este ter se tornado uma opção oficial. Pouco tempo depois do Concílio da Calcedônia [451], missionários miafisitas do Egito e da Síria, sendo os mais famosos conhecidos como os “Nove Santos”,

212. “Letter of Constantius to the Ethiopians against Frumentius”, em “In Defense of Constantius” 31, em *Nicene and Post-Nicene Fathers. Volume 4: St. Athanasius: Select Works and Letters*, ed. Philip Schaff e Henry Wace (Oxford: Parker and Company, 1892), 250.



13.10. Os Nove Santos. Foto de Ondrej Žváček, imagem de domínio público.

fugiram do império bizantino, levando com eles o Cristianismo dos miafisitas (fig. 13.10).

O miafisismo ajudou a Etiópia a articular uma identidade cristã autoconfiante que não estava sujeita ao patronato bizantino (ortodoxo). O épico nacional etíope, o *Kebra Nagast*, que tem sua forma original relacionada ao século VI, mostra como uma forma alternativa de Cristianismo se juntou à política na Antiguidade Tardia. *Negus* (rei) Kaleb (r. c. 520) é um rei cristão justo que divide o mundo habitado entre ele mesmo e os bizantinos. Seu reinado é eterno, pois seu miafisismo é, na realidade, a forma correta e a ortodoxia bizantina a heterodoxa. A ligação da religião e da política era vital para os etíopes, sendo que o *Kebra Nagast* geralmente constava de fato nos manuscritos bíblicos etíopes. Atualmente, o Cristianismo miafisita tem importância central na identidade cultural e política dos etíopes.

O Cristianismo foi um aspecto multifacetado da resistência tanto do Império Romano quanto do sassânida, no caso da Armênia. A Armênia tinha um longo histórico nas periferias dos impérios, desde o tempo de Urartu, o estado secundário formado quando surgiu o império neoassírio. Durante o Império Romano, ela oscilava entre sua posição de estado cliente e província; com a ascensão dos sassânidas e durante os séculos seguintes, em essência, a Armênia serviu como um estado-tampão entre os dois principais impérios. Os armênios gravitavam pela esfera romana/bizantina e passaram a representar um papel relevante no exército bizantino nos séculos seguintes. No século III, a Armênia foi invadida pelos sassânidas, e o clérigo zoroastriano, então, começou a

impor suas crenças para os armênios. Eles resistiram aos sassânidas e ao zoroastrismo, e foi (coincidentemente?) exatamente nesse momento que o Cristianismo surgiu pela primeira vez entre os armênios. Seu rei, Tirídates IV (r. 298-330), converteu-se ao Cristianismo (em 301 ou em 304) e foi trazido de modo decisivo para dentro da esfera do Império Romano cristão. Constantino e seu sucessor continuaram a cortejar a Armênia no intuito de que ela se tornasse um estado parceiro cristão, em especial por já compartilharem de uma afinidade cultural muito expressiva com eles (o grego, por exemplo, continuou sendo uma das principais línguas administrativas na Armênia). O Cristianismo se tornou um aspecto central do espírito “nacional” armênio e um elemento essencial de sua resistência, primeiramente contra os sassânidas e, mais tarde, contra os impérios islâmicos.

Os armênios, assim como os etíopes, também adotaram o miafisismo, provavelmente também como uma forma de resistência contra o controle imperial bizantino. Os armênios se sentiram traídos quando, em 451, o imperador bizantino Marciano (450-457) se recusou a ajudá-los em uma luta com os sassânidas. Como disse um armênio do século VI, “esse homem ignóbil [Marciano] achou melhor preservar o pacto com os pagãos [sassânidas] pelo bem da paz terrestre do que se juntar na guerra em favor da aliança cristã”.²¹³ Depois de meio século, o Cristianismo miafisita, agora uma opção oficial depois do Concílio da Calcedônia (451), passou a dominar a Armênia. O miafisismo foi oficialmente adotado no Concílio Armênio de Dvin em 506. Os armênios possivelmente tiveram outros motivos para adotar o miafisismo; muitos cristãos persas adotaram a cristologia da Igreja do Oriente (nestorianismo). O miafisismo armênio, portanto, provavelmente os ajudou a manter certa distância dos persas que eles odiavam, inclusive dos cristãos.

Os cristãos da Pérsia decidiram abraçar o nestorianismo, em parte para se distinguir dos cristãos bizantinos aos olhos de seus soberanos sassânidas. Por causa das propostas e das reivindicações de Constantino e dos imperadores seguintes feitas aos cristãos persas, suspeitaram de que eles fossem como uma quinta coluna dentro do império, algo muito parecido com a forma como eram vistos os nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Um contemporâneo de Constantino, Sapor II deu início aos 40 anos de perseguição contra eles, que terminaram somente após sua morte. Em 424, os cristãos persas declararam sua independência dos cuidados de Antíoco. Mais tarde, sua adoção do

213. Elishê, *History of Vardan and the Amernian War*, 124.

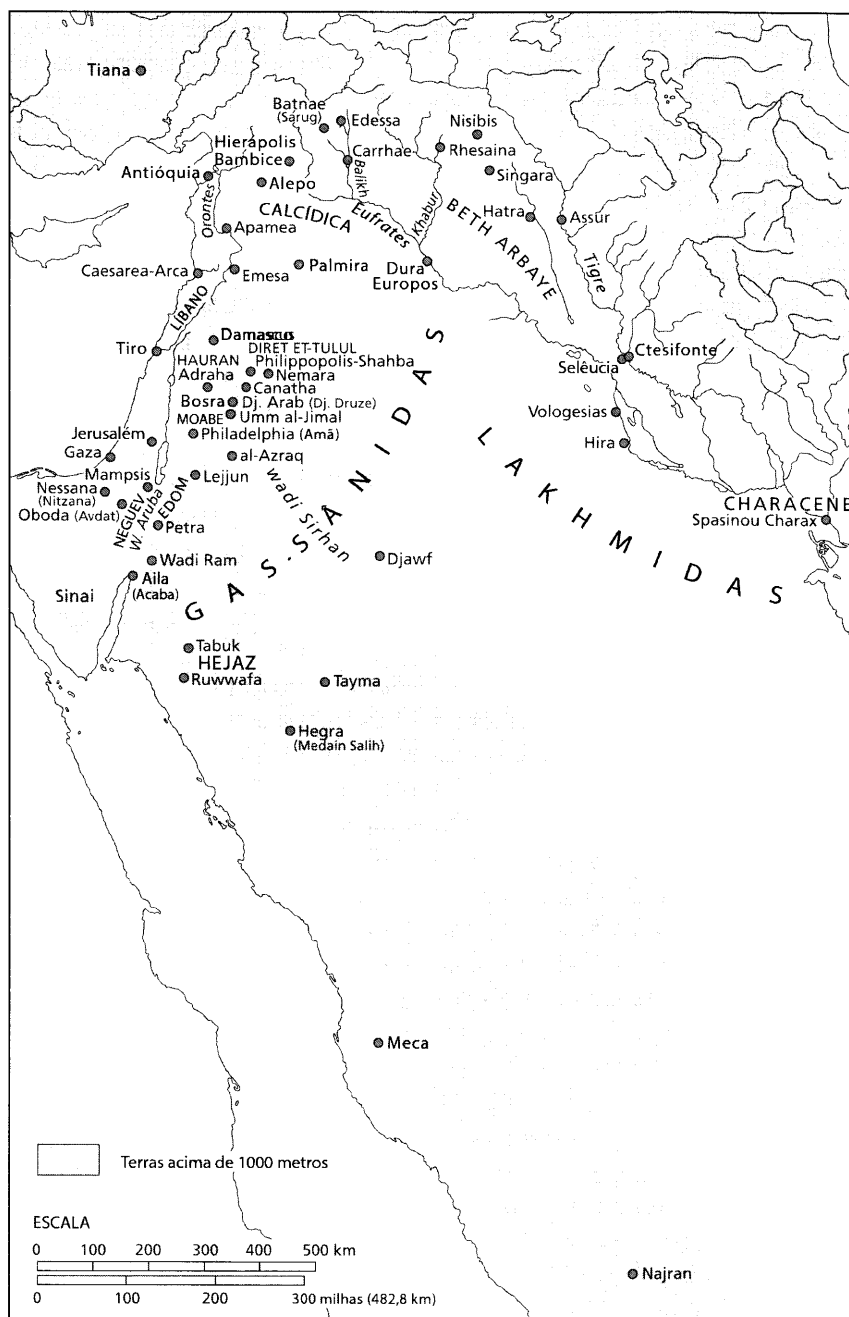
nestorianismo serviu para acalmar os temores sassânidas e ajudar a diferenciar esses cristãos persas de seus correlativos bizantinos. Os imperadores sassânidas conseguiram entender muito bem o que as diferenças ideológicas significavam no aspecto político. Quando Khusrau II (r. 590-628) conquistou uma parte do império bizantino, ele ofereceu aos seus habitantes cristãos a opção pelo nestorianismo ou pelo miafisismo; a ortodoxia não tinha mais limites, pois estava inextricavelmente ligada a Bizâncio.

Grupos de povos que falavam o árabe também se converteram ao Cristianismo quando se viram presos entre as superpotências dos bizantinos e dos sassânidas. No século III, pequenos grupos tribais começaram a formar confederações maiores que lutavam nos breves conflitos nas fronteiras e nas guerras além dos limites de seus territórios. Eles geralmente lutavam junto aos exércitos dos dois impérios. Com o tempo, os povos que falavam o árabe passaram a participar de partes importantes das forças militares imperiais, ao menos para campanhas específicas, quando árabes amigáveis podiam inclusive “facilmente se igualar, dobrar ou triplicar”, o número de forças bizantinas regulares na Síria, Mesopotâmia e Palestina, por exemplo.²¹⁴

Duas das principais confederações começaram a surgir no norte da península em uma forma de estado secundário, sob o controle de líderes conhecidos como filarcas. Os lakhmidas, do lado ocidental sassânida, costumavam gravitar em direção à Pérsia, enquanto os gassânidas, do lado oriental bizantino, geralmente seguiam os bizantinos (fig. 13.11). Os árabes conheciam o terreno das regiões fronteiriças, o clima e os métodos militares usados por ambos os lados. No fim do século IV, o Cristianismo já estava bem estabelecido entre os árabes do norte da Arábia pelos dois lados – eles tinham seu próprio episcopado, mosteiros, santos e liturgia. Nos séculos V e VI, o Cristianismo nestoriano predominava entre os lakhmidas, enquanto o miafisismo predominava entre os gassânidas. O Cristianismo heterodoxo, mais uma vez, foi um marcador de identidade que diferenciava um grupo do outro. Exploraremos no capítulo seguinte o impacto mais abrangente do Cristianismo entre os povos de língua árabe do norte da Península Arábica, assim como o efeito dos agrupamentos tribais maiores nas guerras entre os impérios.

Um último conjunto de grupos periféricos chegou a dominar o Império Romano ocidental. Foi durante o século III que um número

214. Ver Walter Kaegi., *Byzantium and the Early Islamic Conquests* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992), 39-41.



13.11. Mapa da Península Arábica mostrando os lakhmidas e os gassânidas. Em *Cambridge Ancient History*, vol. 12, 2ª edição, p. 499.

sem precedentes de povos germânicos se estabilizou dentro do Império Romano. Quase todos os povos bárbaros se converteram ao Cristianismo ariano heterodoxo, antes ou logo após terem se firmado nas fronteiras romanas. Assim como a maioria dos demais grupos que abordamos aqui, eles se converteram durante ou logo depois do reinado de Constantino.

As colônias bárbaras devem ser vistas como parte das mudanças demográficas de nível estrutural ao longo das fronteiras do Império Romano. Laços econômicos e relações políticas há muito tempo já uniam esses povos aos romanos (como vimos no Capítulo 10). Essas relações moldaram os bárbaros, inclusive aqueles que estavam mais distantes das fronteiras de Roma. As fontes romanas geralmente apresentam a identidade bárbara como fixa e eterna, mas novas identidades bárbaras estavam em constante desenvolvimento e novos grupos se formaram. Esses padrões e processos continuaram até o século V e além dele.

Como vimos ao longo deste estudo, porém, mudanças estruturais devem ser analisadas em paralelo aos acontecimentos. Um momento crítico decisivo ocorreu no final do século IV e início do século V, quando os hunos, originalmente um grupo de guerreiros mongóis das estepes da Ásia Central, de repente entraram na arena do Mediterrâneo. Os hunos dependiam do recebimento regular de tesouros e espólios, além de recrutamentos de soldados locais durante suas passagens por determinados lugares, e assim eles se espalharam por muitos lugares distantes, sempre investindo contra reinos de grandes posses financeiras. Quando chegaram perto das fronteiras romanas em 376, os hunos já eram pessoas totalmente diferentes para os romanos, um grupo que não mais lembrava as descrições que apareciam nas correspondências que vinham do outro lado da fronteira.

Seu surgimento rápido fez com que muitos povos bárbaros que já haviam colonizado as áreas próximas às fronteiras de Roma fossem obrigados a fazer uma escolha: juntar-se aos hunos ou buscar proteção dentro do território romano. Os povos germânicos fizeram as duas opções. Inicialmente, os romanos receberam alguns refugiados em seu solo e os colonizaram como *foederati* – povos federados ou confederados – como um estado-tampão contra os hunos e outros possíveis invasores. Os romanos recrutaram muitos soldados dentre os *foederati* para seu exército. Na metade do século V, o grande volume do exército romano ocidental era formado por confederados bárbaros. Muitos dos oficiais de posições mais elevadas no exército romano tinham descendência bárbara. Apenas alguns anos após essa colonização inicial em

376, um grupo de confederados góticos, muito maltratados por seus novos soberanos romanos, revoltou-se contra eles em um dos piores desastres militares na história de Roma. Dizem que a Batalha de Adrianópolis (378) dizimou dois terços do exército de campo do imperador, incluindo o próprio imperador Valente. Mais problemas vieram em decorrência desse golpe. Em 406, grandes grupos de vândalos, suevos e alanos bárbaros cruzaram o Rio Reno, que estava parcialmente congelado, para chegar até o império. Os exércitos das fronteiras da Roma ocidental estavam cada vez menos preparados para deter esses grupos. Em 410, sob o comando de Alarico, que lutara uma vez sob a liderança de Teodósio I, os godos saquearam a própria cidade de Roma.

Ao longo do curso do século V, diversos grupos bárbaros territorializaram o Império Romano ocidental. Ou seja, começaram a formar seus próprios reinos dentro dos limites do império ocidental. Os vândalos dominaram a África do Norte, a Sardenha e a Córsega, declarando em 439 um reino que durou menos de um século, quando os bizantinos acabaram com ele. Em 455, chegaram inclusive a saquear a cidade de Roma. Na Espanha e em partes da Gália, os visigodos fundaram um reino em 418, que durou na Espanha até o período das conquistas muçulmanas no início do século VIII. Os francos fundaram um reino que abrangia a maior parte da atual França e Alemanha. Os ostrogodos formaram um reino na Itália em 489, que se estendeu até serem desafiados pelos bizantinos em 536. Em 476, Rômulo Augusto, o último dos imperadores romanos, foi substituído por Odoacro, um *rex*, ou rei, bárbaro. O Império Romano ocidental não existia mais.

Com poucas exceções, os bárbaros foram continuadores do mundo romano, e não seus destruidores. “Um bom godo deseja ser como um romano, somente um pobre romano desejaria ser um godo”, ou ao menos era o que dizia Teodorico, o rei ostrogodo da Itália. Por meio de um processo conhecido como *imitatio romani*, eles moldaram seus reinos com uma ideologia, economia, força militar e política essencialmente romanas. Os bárbaros escreviam códigos de leis em latim e usavam símbolos romanos de poder. Eles continuavam usando cargos e estruturas políticas de Roma sempre que possível.

Uma grande diferença era a forma de Cristianismo patrocinada pelos novos mestres da Europa ocidental. É arriscado generalizarmos a respeito das razões de diversos povos tão diferentes terem se convertido ao arianismo, mas existem alguns padrões. Missionários entre eles, no século IV, estavam propensos a aceitar o arianismo, em parte pelo fato de diversos imperadores do século IV terem inclinações arianas.

Os bárbaros, porém, mantiveram suas relações heterodoxas depois que o arianismo deixou de ser popular na corte romana e provavelmente seguiu o mesmo curso entre os etíopes, armênios e árabes. Vale a pena observarmos que o único grupo bárbaro importante a se converter ao Cristianismo ortodoxo, os francos, recebeu ajuda e apoio imediato do império bizantino e também da Igreja Católica. Seu sucesso como os fundadores dos reinos francos, que se tornaram um império vários séculos mais tarde, o verdadeiro alicerce da Europa ocidental, oferece-nos um testemunho sólido do papel continuamente importante da ideologia religiosa na política dessa era.

Versões antiquadas da história dos bárbaros geralmente trazem inúmeras citações de homens cabeludos e malcheirosos invadindo em massa as fronteiras e destruindo a civilização superior dos romanos. Essa ideia é desafiada por todos os lados nos dias de hoje, mas ainda vemos muitas discussões detalhadas a respeito da queda do Império Romano ocidental e o advento dos reinos bárbaros. Apesar de algumas fontes antigas e também de outras mais atuais destacarem alguns momentos de destruição, as colônias dos bárbaros foram bastante pacíficas durante o tempo que levaram para alterar e dividir o Império Romano ocidental em reinos separados. Entretanto, alguns impérios antigos ainda sobrevivem no Oriente, sendo que outro ainda iria surgir antes do encerramento da Era dos Antigos Impérios.

CAPÍTULO 14

A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO MUNDIAL ISLÂMICO

A ele pertence tudo que está nos céus e tudo o que está na terra.

– Parte do Alcorão da Inscrição da Cúpula da Rocha²¹⁵

- Como os habitantes da Península Arábica se tornaram os construtores do império?
- De que maneiras o Islã mostrou uma continuidade com a Era dos Antigos Impérios?
- De que maneiras o Islã rompeu com o passado antigo?
- O que marcou o fim da Era dos Antigos Impérios?

Em 691/692, um líder da primeira dinastia do Islã, a dos omíadas, construiu a Cúpula da Rocha em Jerusalém (fig. 14.1). “Essa cúpula foi construída pelo servo de Deus Abd al-Malik, comandante da fé: que Deus aceite essa sua obra e que se sinta agradecido por ela”, proclama a inscrição de dedicatória. O monumento, entre os primeiros e mais famosos do início da arquitetura islâmica, proclamava de maneira contumaz o surgimento do último império antigo. Assim como todos os seus predecessores, esse novo império precisava de uma arquitetura exuberante para confirmar sua identidade, respeitabilidade e força em uma incrível era de impérios agora com mais de 1.500 anos.

Com esse intuito, o monumento se inspirava tanto no passado quanto no futuro. Por meio de uma imitação de monumentos antigos,

215. Oleg Grabar, *The Formation of Islamic Art* (New Haven, CT: Yale University Press, 1973), 60.

confirmava o local do império islâmico dentro do panteão de antigos impérios. Ele foi inspirado em um batistério bizantino que também funcionava como um centro de peregrinação, sendo que sua decoração interior ecoava com clareza o estilo e as imagens imperiais reais dos bizantinos e dos sassânidas. Estava localizado sobre um antigo e bastante respeitado lugar sagrado, o Monte do Templo, onde o Primeiro e o Segundo Templo do Judaísmo haviam antes existido. Os cristãos e os judeus havia muito tempo reverenciavam o local da cidade de Jerusalém, sendo que Maomé e seus primeiros seguidores originalmente rezavam na direção dessa cidade sagrada antes que ele oficialmente mudasse a direção da oração para a Meca.

O novo império também declarou sua superioridade nesse velho mundo por meio da Cúpula da Rocha. Ela estava localizada exatamente do lado oposto e despontando acima da cúpula da Igreja Cristã do Santo Sepulcro, enviando uma mensagem distinta para a grande maioria cristã (fig. 14.2). De modo ainda mais explícito, talvez, passagens antitrinitárias inequívocas do Alcorão circundam as arcadas interiores logo abaixo do domo – esse era um império novo e melhor sob uma revelação superior. A fusão distinta da Antiguidade Tardia de um sistema político centralizado com uma ideologia religiosa zelosa e estreita eram características óbvias nesse monumento, assim como no último império antigo que o construiu.

A Cúpula da Rocha, portanto, oferece-nos uma janela valiosa para os principais temas deste capítulo final. Assim como a Cúpula, o império mundial islâmico unia o velho ao novo, marcando uma importante transição na história do Oriente Próximo e do mundo antigo em geral. Com o advento do Islã, o império bizantino – que, se contarmos sua fase romana, tinha agora quase 800 anos de idade – deixou de ser universalista em sua ideologia e se tornou um reino entre outros. De repente, o império sassânida desapareceu por completo. Entretanto, os dois impérios continuaram a ser usados como modelos para o novo império islâmico de diversas maneiras e o Islã herdou uma qualidade central da Era dos Antigos Impérios em geral: uma ideologia imperial em que um regente pratica a justiça em nome de Deus ou dos deuses no intuito de manter um Universo/Cosmos organizado. “A ele pertence tudo que está nos céus e tudo o que está na terra”, como afirma uma frase do Alcorão inscrita na Cúpula da Rocha.

A dinastia omíada desenvolveu um sistema militar e econômico impressionante para dar apoio às suas alegações universalistas cósmicas. Eles governaram a comunidade islâmica, os *umma*, por pouco mais



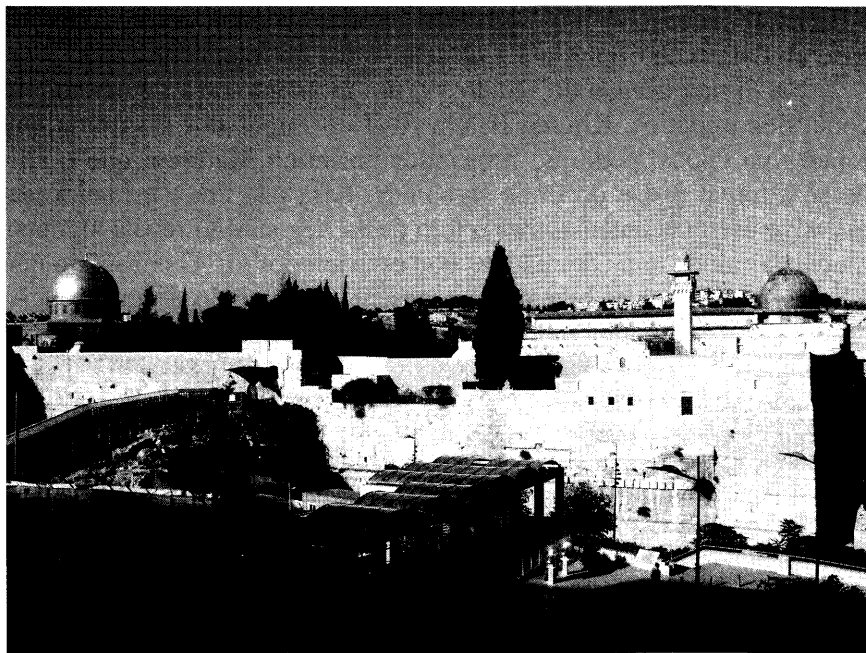
14.1. A Cúpula da Rocha. Foto de Lee Wishing IV.

de um século, mas jamais chegaram a se considerar um reino entre outros. Foram divinamente escolhidos para expandir seu império por todo o mundo, levando o reino justo de Deus para todos. Esse universalismo, bastante conhecido dos impérios antigos desde o advento dos neoassírios, deixou definitivamente de existir com o fim dos omíadas em 750.

Uma nova era então surgiu quando o império islâmico, assim como o bizantino antes dele, aceitou sua existência como a de um reinado – ou, melhor dizendo, diversos reinados – entre outros. A Era dos Antigos Impérios terminara na Europa no século V e entre os bizantinos e os sassânidas no século VII. A longa era finalmente se encerrou no Oriente Próximo, no século VIII, em algum momento entre a queda dos omíadas e os primeiros anos de seus sucessores, os abássidas.

O CONFRONTO DOS IMPÉRIOS E O FIM DO (ANTIGO) MUNDO

Com apenas alguns períodos breves de trégua, as guerras dos bizantinos e dos sassânidas se alastraram durante a última metade do século VI e a primeira terça parte do século VII, definindo o contexto imediato do advento do Islã. A competição das superpotências



14.2. A Cúpula da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro. Foto de George Klaeren.

causou inúmeras perdas de recursos humanos e materiais para os dois impérios, um dos muitos fatores que contribuíram com as primeiras vitórias dos muçulmanos. Essas guerras também moldaram grande parte das mentalidades da Antiguidade Tardia tanto dentro quanto além desses dois grandes impérios. Direcionados por seus respectivos ensinamentos religiosos, muitos seguidores cristãos, judeus e zoroastrianos interpretavam as crises militares e políticas segundo termos apocalípticos. Todos concordavam que os conflitos e as catástrofes certamente marcaram o fim do mundo, mesmo que cada grupo definisse aquele momento à sua própria maneira – a vinda do Messias Davídico, o retorno triunfal de Cristo ou o confronto final entre as forças do Cosmos e do caos, da luz e da escuridão, da verdade e da falsidade. Em um momento de desespero, um imperador bizantino concentrou uma forma de fervor apocalíptico ao proclamar abertamente uma Guerra Santa contra os pagãos persas. Ele fez isso exatamente no mesmo momento em que o movimento de Maomé começava a surgir. O Islã, então, foi moldado segundo a disposição apocalíptica geral da Antiguidade Tardia e a ideologia dessa Guerra Santa. Esse se tornou mais um exemplo de como a resistência das periferias a um império

é capaz de incorporar uma ideologia imperial central, como vimos no caso de Urartu no Capítulo 3 – ou seja, a luta do fogo contra fogo.

Na última década do século VI, um momento raro de paz tomou conta dos impérios. Khusro II, um rival do imperador sassânida que reinava na época, pediu ao imperador bizantino Maurício que o ajudasse a tomar posse do trono sassânida. Essa não era a primeira vez que algo assim acontecia, mas o tom dessa negociação revela algumas mudanças ainda mais dramáticas que estavam por vir. O emissário que Khusro enviou até os bizantinos apresentou seu apelo de intervenção junto com uma fórmula sem precedentes de uma paz duradoura entre os dois impérios. A paz poderia ser mantida, ele declarou, se os dois impérios simplesmente abrissem mão de suas respectivas reivindicações de dominar o mundo, ou seja, o universalismo.

É impossível que uma única monarquia se responsabilize pelos inúmeros cuidados da organização do Universo com o controle da mente de alguém capaz de direcionar uma criação tão vasta quanto aquela que o sol consegue cobrir. Pois jamais será possível que a terra se assemelhe a uma unidade da mais importante regência divina e consiga obter uma disposição correspondente àquela da ordem superior.²¹⁶

O apelo de Khusro II pela intervenção bizantina deu certo, assim como sua tentativa de conquistar o trono, e o xainxá recompensou os bizantinos com importantes concessões territoriais ao longo de sua fronteira oriental. Esse questionamento tão explícito e qualitativo do universalismo, porém, foi um sinal de algumas mudanças fundamentais. Mesmo que o universalismo fosse controlado, por exemplo, na Roma do século III, antigos impérios jamais haviam admitido que o domínio do mundo fosse totalmente impossível. Esse sempre fora um princípio básico desde o despertar da Era dos Antigos Impérios. Quando os bizantinos finalmente abandonaram essa busca antiga, um novo império islâmico mundial passou a se assemelhar mais a um antigo império do que no caso dos bizantinos.

Entretanto, os bizantinos não interferiam nas questões dos sassânidas, apesar de se encontrarem em uma posição de relativa força superior. Problemas políticos, militares e econômicos tomavam conta de tudo na região central e também nas periferias. Os assassinatos e usurpações não eram totalmente incomuns em seu reino nessa mesma

216. Theophylact Simocatta, em *History of Theophylact Simocatta: An English Translation with Introduction*, tradução e edição Michael Whiby e Mary Whitby (Oxford: Oxford University Press, 1986), 4.13⁷-8.

época. O que era ainda pior, o governo enfrentava alguns problemas sérios para conseguir pagar os soldados, principalmente os armênios e os mercenários de língua árabe, que eram importantes confederados para o exército bizantino, mesmo quando eram apenas recrutados para atuar em determinadas campanhas.²¹⁷ O cronista bizantino Teófanos registrou uma reveladora troca de informações entre um burocrata bizantino e alguns beduínos árabes dessa época:

Alguns dos árabes das vizinhanças receberam um pequeno subsídio do imperador para proteger as entradas do deserto. Naquela época, um eunuco veio para distribuir os soldos dos soldados. Os árabes vieram para receber seus pagamentos, como era o costume, mas o eunuco mandou que retornassem, dizendo: “O imperador está com dificuldades para pagar seus soldados; imaginem o transtorno então para pagar cães como vocês?”²¹⁸

Enquanto isso, novas invasões simplesmente exacerbavam esses problemas internos. No fim do século VI, dois novos invasores vieram do Oriente, os eslavos e os ávaros, o que contribuiu para esgotar os recursos já escassos de Bizâncio. Para complicar as coisas ainda mais, o imperador Maurício foi dominado e assassinado em um golpe militar realizado por Focas, um de seus generais. Em parte com o intuito de vingar a morte de Maurício, seu ex-patrono, Khusro II rompeu sua trégua logo nos primeiros anos do século VII e invadiu o território bizantino, declarando que estava vingando um imperador recém-usurpado. Ele provavelmente também tinha sonhos de restaurar um império persa aos seus limites e glória aquemênidas. Ao longo dos dois séculos seguintes, os sassânidas gozaram de grande sucesso, dominando e, ao que tudo indica, espalhando a destruição na Antioquia, em Jerusalém e Alexandria. Eles chegaram inclusive a se unir aos ávaros para realizar um cerco impeditivo, se não basicamente bem-sucedido, em Constantinopla. Embora a maior parte dessas regiões tenha sido restaurada por algum tempo para o governo bizantino, conforme veremos, a Síria, a Palestina, o Egito e partes da Anatólia jamais se recuperaram totalmente dessas conquistas destrutivas antes da inesperada chegada dos exércitos árabes conquistadores vindos do sul.

O imperador bizantino durante a mais bem-sucedida das campanhas sassânidas, Heráclio (r. 610-641), aos poucos descobriu como lidar com a ameaça sassânida. Ele foi o último imperador da primeira (antiga)

217. Kaegi, *Byzantium and the Early Islamic Conquests*, 39-40.

218. Theophanes, *Chronicle, The Chronicle of Theophanes Anni Mundi 6095-6305 (A.D. 602-813)*, tradução e edição Harry Turtledove (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1982), parágrafo 335-336.

dinastia de Bizâncio. A apreensão sassânida da “Verdadeira Cruz” de Jerusalém, que parecia sinalizar o fim de Bizâncio (se não do mundo todo), fez com que ele quase abandonasse Constantinopla e se mudasse para a capital bizantina em Cartago, África do Norte (onde ele crescera), que era dominada pelos bizantinos desde o tempo das conquistas de Justiniano. A Verdadeira Cruz, que quase todos acreditavam ser aquela em que Cristo fora crucificado e que foi construída, segundo a lenda, de madeira da Árvore da Vida no Jardim do Éden, era a relíquia sagrada mais famosa da Antiguidade Tardia. Desaconselhado a desistir de seus planos drásticos de abandonar Constantinopla, ele então propôs uma série de medidas desesperadas para salvar o império. Ele reduziu demais os soldos militares e chegou inclusive a utilizar ouro e prata da decoração das igrejas para conseguir pagar os soldados, renovou o exército, aliou-se aos poderosos khazares turcos, recrutou uma grande quantidade de cavaleiros armênios e propôs uma forte imagem de Guerra Santa contra os pagãos persas. O desejo de reconquistar Jerusalém e recuperar a Verdadeira Cruz de Ctesifonte proporcionou uma forte aura religiosa às suas campanhas. A ideologia de uma Guerra Santa, portanto, disseminou-se com grande amplitude – em especial entre aqueles, como os árabes, que eram necessários para os esforços de guerra. Com esses trabalhos, Heráclio conseguiu virar a campanha ao seu favor.

Em 630, depois de conseguir diversas vitórias cruciais e de tirar proveito de alguns problemas internos que agora assolavam todos os sassânidas – o próprio xainxá Khusro II fora traído e morto por membros da nobreza sassânida em 628 –, Heráclio recuperou Jerusalém e trouxe a Verdadeira Cruz (fig. 14.5) de volta para a cidade. Suas moedas logo passaram a exibir com orgulho imagens da relíquia. Ele se produziu como um “novo Constantino”, e escritores eclesiásticos de sua época e até depois dela o apresentaram como um Alexandre, o Grande Cristão e um rei cruzado apocalíptico. De qualquer forma, ao menos naquele momento, os bizantinos estavam em alta e os sassânidas estavam claramente na defensiva.

Em apenas três anos, porém, o novo equilíbrio de poder foi profundamente abalado quando guerreiros de língua árabe começaram a investir contra os dois impérios. O império sassânida caiu por completo em menos de duas décadas. O império bizantino sobreviveu, mas, em pouco tempo, perdeu grande parte de suas posses territoriais: o império mediterrâneo romano desaparecera para sempre. Depois de séculos de contratempos do universalismo, tudo o que os bizantinos queriam era se manter vivos, apesar de cercados por povos hostis.

Os bizantinos há muito tempo não tinham mais os recursos humanos e materiais para sustentar suas reivindicações universalistas; as invasões dos nômades de língua árabe tornaram isso ainda mais óbvio. O império bizantino agora tinha uma nova disposição, geralmente descrita, por falta de um termo melhor, como “medieval”; esse não era mais um império antigo. Assim, a Era dos Antigos Impérios ganhava mais um exemplo vívido de sua condição, um exemplo resultante desses dois impérios prostrados.

OS ÁRABES E O ADVENTO DO ISLÃ

Para entendermos o advento do Islã, devemos considerar, mais uma vez, os diferentes níveis do tempo histórico. Tanto a camada superior, a dos acontecimentos, quanto a camada intermediária, dos padrões sociológicos de maior duração, trabalharam juntas para produzir um dos momentos mais importantes da história. As conquistas imediatas, como geralmente acontece, dominam as origens, mas elas foram apenas uma parte de toda a história.

Como vimos no Capítulo 13, os povos de língua árabe havia muito tempo já representavam um papel de destaque nas lutas frequentes entre o império bizantino e o sassânida. “Para os árabes de ambos os lados, essa guerra era uma fonte de grandes lucros, e eles sabiam como impor sua vontade aos dois reinos”, segundo um escritor cristão do fim do século V e início do século VI de Edessa.²¹⁹ Sua participação estava, em si, relacionada a diversas mudanças demográficas que já vinham ocorrendo no Oriente Próximo havia alguns séculos.

Séculos de migrações dos povos de língua árabe para o sul da Mesopotâmia e o Levante aconteceram em paralelo às mudanças demográficas maiores que aconteciam na fronteira que dividia os bizantinos e os sassânidas, assim como nas fronteiras na região sul dos dois impérios. Estudos arqueológicos recentes, por exemplo, revelaram padrões de colonização diferentes no Oriente Próximo bizantino em geral entre os séculos V e VII. Nos séculos V e VI, parece que as colônias bizantinas se tornaram mais concentradas, as populações aumentaram e a agricultura foi expandida. O início do século VII (um pouco antes, segundo algumas estimativas), porém, foi testemunha do início de um

219. Joshua the Stylite, *Chronicle* 64; em Irfan Shahîd, *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*, vol. 1 (Washington, DC: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1995), 16.



14.3. Combate entre o imperador Heráclio e Khusrau (Cosroes/Khusraw) II.
Réunion des Musées Nationaux/Recurso de Arte, NY.



14.4. Muros de Diyarbakir, perto da fronteira bizantina-sassânida. Slide de Mark W. Graham.

período definitivo de declínio da população, concentração de cidades e da agricultura. Ao longo da fronteira com a Arábia, a população bizantina foi reduzida de modo drástico, enquanto as colônias e as defesas das fronteiras na região ficaram quase totalmente abandonadas. Quando os exércitos conquistadores dos árabes chegaram ali no século VII, encontraram uma população bizantina bastante enfraquecida. As alterações demográficas e as conquistas militares juntas ajudam a explicar suas vitórias nessa região.

No início do século VII, áreas do Oriente Próximo tinham populações de línguas árabes bastante significativas e socialmente diversificadas, que seguiam padrões diferentes de colonização. Conforme deixavam sua terra de origem, eles traziam consigo estilos de vida tradicionais vindos da Península Arábica. Muitas pessoas de língua árabe eram cultivadores colonizados, que plantavam grãos ou palmeiras nos oásis. Muitos outros eram comerciantes ou artesãos em pequenas cidades comerciais por toda a Península Arábica e além dela. Uma pequena, apesar de influente, minoria era formada por nômades ou beduínos, camelos pastores, bodes e ovelhas.

Os povos de língua árabe não tinham uma identidade tão abrangente quanto os árabes em si, de maneira política, social ou religiosa. Eles costumavam se identificar com grandes agrupamentos tribais conhecidos como *qabilah*, com clãs menores e unidades familiares dentro deles. Apesar de a identidade dos *qabilah* não ser necessariamente exclusiva ou fixa, as unidades tribais inspiravam grande lealdade e orgulho. Uma competição acirrada, disputas e até mesmo uma profunda animosidade e lutas sangrentas aconteceram entre as tribos e as famílias. Regimes mais amplos, como o dos reinos gassânidas e dos lakhmidas, como vimos no Capítulo Treze, eram relativamente jovens, possivelmente utilizados como estados secundários em meio a uma fase inicial dos conflitos bizantinos e sassânidas. De maneira coletiva, eles falavam, em essência, dialetos mutuamente ininteligíveis do aramaico e do árabe. Nos dias de Maomé, um dialeto poético comum do árabe estava apenas começando a ganhar aceitação ampla como uma espécie de língua franca ou *koiné*. Em pouco tempo, ela se tornou a língua do Alcorão, a revelação a Maomé e o livro sagrado do Islã. Diversas religiões se proliferaram e competiam pela preferência dos árabes, desde o panteísmo até o Judaísmo e o monoteísmo cristão, sendo essa última, em sua maior parte, nas formas dos miafisitas e dos nestorianos, como vimos no capítulo anterior.



14.5. Imperador Heráclio descalço e vestindo uma camisa, carregando a Santa Cruz até Jerusalém. Réunion des Musées Nationaux/Recurso de Arte, NY.

Maomé nasceu na poderosa *qabilah* sura do Alcorão, na cidade árabe central da Meca, por volta de 570. Diferentemente de regiões que ficavam ao norte, a Meca em si conseguira permanecer fora do conflito entre os bizantinos e os sassânidas, mas somente por meio de um esforço bastante consciente. Na juventude de Maomé, os líderes da sura impediram os esforços bizantinos de formar uma aliança com a Meca. Entretanto, a Meca de forma alguma estava isolada do velho mundo. Ela desfrutava de uma boa posição nas duas artérias comerciais mais importantes: uma rota norte-sul que basicamente ligava o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico e uma rota leste-oeste que ligava a Mesopotâmia à Etiópia e ao leste da África. Habitantes da Arábia havia muito tempo trabalhavam com o comércio – desde o tempo do império neobabilônico (ver Capítulo 4). A Meca também era um centro de peregrinação, concentrado principalmente em uma construção conhecida como Ka'aba [Caaba], que abrigava, entre uma pletora de deuses, uma relíquia divina, a Pedra Negra. A Ka'aba atraía uma enorme variedade de peregrinos religiosos, até mesmo cristãos que vinham para homenagear Deus, o Criador.

Muito pouco se sabe a respeito do início da vida de Maomé. Quase todas as alegações ao seu respeito, até mesmo do ano de seu nascimento, são bastante discutidas. Por consenso geral, em algum momento na primeira década do século VII, seguindo uma carreira de mercador moderadamente bem-sucedida, ele começou uma vida de peregrinação local, fazendo perguntas do tipo “qual o sentido da vida”. Após uma década dessa peregrinação, ele teve uma visão na qual um anjo o chamava para ser o mensageiro do verdadeiro e único Deus. Ele vestiu o manto de um profeta e começou a transmitir uma mensagem básica, que um importante erudito resume de modo sucinto:

O mundo chegaria ao fim; Deus, o todo-poderoso, que criara os seres humanos, julgaria a todos; os prazeres do Céu e as dores do Inferno foram descritos em cores vívidas. Se, em suas vidas, se submetessem à vontade de Deus, eles poderiam contar com Sua misericórdia no momento do julgamento; e foi por vontade de Deus que eles deveriam demonstrar sua gratidão por meio de orações e outras observâncias regulares, bem como pela benevolência e uma vida sexual comedida.²²⁰

Um movimento de religiosos aos poucos se uniu por meio dessa mensagem.²²¹ O título muçulmano literalmente significa “resignado” – isto é, aquele que se submete à vontade do verdadeiro e único Deus. Inicialmente, o movimento incluía todos aqueles que compartilhavam da visão de Maomé do estabelecimento de uma comunidade justa na terra para se preparar para a vinda de Deus. Os monoteístas, como os judeus e os cristãos, estavam entre os primeiros seguidores de Maomé; partidários devotos de ambas as fés não tinham ressalvas sérias a respeito dessa mensagem básica. Quando Maomé passou a exigir que toda a Meca se submetesse ao verdadeiro e único Deus sob pena de ter de enfrentar a ira divina, ele entrou em conflito com líderes politeístas locais e teve de fugir para salvar sua vida em 622; a fuga ficou conhecida como a Hijra, e seu ano se tornou o Ano Um no calendário muçulmano, que foi proclamado quase uma década após sua morte (antes que – é preciso observarmos – a ideia do calendário cristão começasse a existir em qualquer outra parte do mundo).

Ele acabou indo parar em Yathrib (mais tarde, chamada de Medina), um depósito comercial no norte da Meca que antes fazia parte do império neobabilônico (ver Capítulo 4). Enquanto estava em Yathrib,

220. Albert Hourani, *A History of the Arab Peoples* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991), 16.

221. Ver Fred M. Donner, *Muhammad and the Believers* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012).

seu movimento foi armado e começou a interferir nos negócios dos comerciantes que chegavam ou deixavam a Meca. Não muito tempo antes de sua morte em 632, Maomé e seus seguidores armados voltaram para a Meca; nesse momento, seu movimento já havia aumentado de modo considerável e, embora tenha havido uma resistência dura para seu retorno, muitos habitantes da Meca os receberam de braços abertos. Só bem mais tarde, talvez até várias décadas após a morte de Maomé, foi que a identidade muçulmana se solidificou o suficiente para excluir de modo definitivo os cristãos e os judeus do novo movimento de religiosos. Enquanto isso, muitos cristãos de língua árabe lutaram no exército de Maomé e nos exércitos árabes que ainda estavam por surgir.

O que levou Maomé e seus exércitos à conquista é um assunto da mais intensa controvérsia. Se o Alcorão pode ser visto como uma indicação exata de sua mensagem (outro tópico causador de sérios debates), é claro que os temas comuns da Antiguidade Tardia do universalismo e do apocalipticismo determinaram tanto sua mensagem quanto seu método. Uma parte significativa do Alcorão se refere ao Apocalipse (o Último Dia, o Acontecimento Final), quando Deus, o justo juiz, voltaria para devolver o mundo ao caminho do bem. Os religiosos foram convocados para a Guerra Santa a fim de se prepararem e também o mundo para o dia iminente do juízo final: o último discurso registrado de Maomé advertia que “os muçulmanos devem lutar contra todos os homens até que eles digam que ‘Não há outro deus além de Deus’.”²²² O objetivo parece ter sido o de construir uma comunidade universal justa – uma mistura do monoteísmo da Antiguidade Tardia com o despertar dinâmico das profundeza da Era dos Antigos Impérios.

Com a morte de Maomé em 632, a grande questão era se o movimento poderia continuar sem ele. Ele fora o líder religioso e político dos *umma*, a comunidade dos religiosos. Assim como outros grandes inovadores que encontramos durante a Era dos Antigos Impérios, ele não deixou nenhum plano claro de sucessão. Dois dos companheiros mais velhos de Maomé, Umar e Abu Bakr, seu sogro, pediram unidade. Quando Umar jurou lealdade a Abu Bakr, toda a tribo da sura seguiu seu exemplo, e Abu Bakr foi declarado o líder da comunidade, com o título de *khalifa* [califa]. Alguns religiosos tentaram reclamar o manto profético para eles; nesse momento, Maomé foi proclamado o último profeta, uma reivindicação que ele provavelmente não fez durante sua vida, mas que, sem dúvida, seria capaz de surtir efeitos específicos e unificadores para seu movimento no futuro. Depois de dois anos da

222. Hourani, *History* 19.’

morte de Maomé, os *umma* estavam mais poderosos do que nunca e as conquistas tomaram conta do norte, oeste e leste.

A expansão inicial contra os reinados e as regiões árabes do norte foi rápida e bastante simples. As coalizões dos lakhmidas e dos gassânidas se dissolveram quase que de imediato, sendo que os bizantinos e os persas não ajudaram seus antigos aliados. Os grandes impérios havia muito tempo já desprezavam os povos de língua árabe e, portanto, o trauma não foi tão grande. Um embaixador árabe proclamou ao xainxá sassânida: “No passado, os árabes eram uma raça de miseráveis, que vocês podiam espezinhar com impunidade. Éramos reduzidos a cães famintos e lagartixas. Mas, para nossa glória, Deus fez surgir entre nós um profeta”.²²³ Esse tratamento, junto com os pagamentos imprevisíveis e geralmente raros, fez com que a formação de um exército numeroso e bem-sucedido se tornasse uma escolha simples para muitas pessoas. Isso criou problemas sérios e imediatos para o império bizantino e o sassânida, para quem a única verdadeira defesa contra uma ofensiva eram os próprios povos de língua árabe. Os dois impérios ignoraram a fronteira arábica enquanto concentravam todos os recursos necessários em outras regiões. As alterações demográficas dentro do Oriente Próximo bizantino fizeram com que áreas importantes tivessem sua população reduzida demais e se tornassem incapazes de se posicionar contra as invasões. Mais uma vez, dois níveis de tempo histórico se mesclavam aqui.

Abu Bakr foi sucedido como o líder político, militar e religioso dos *umma* por Umar (r. 634-644), que colocou a comunidade diretamente no caminho que os levava ao império mundial. Graças a uma combinação de diplomacia, negociações e conquistas, a expansão sob a liderança de Umar foi incrivelmente rápida. Cidades principais, como Damasco e Alexandria, um celeiro do império bizantino que acabara de ser reconquistado pelos bizantinos dos sassânidas, foram adquiridas em negociações. A maior parte das áreas foi conquistada. Os exércitos árabes, bem treinados segundo as técnicas de lutas dos grandes impérios, superavam os exércitos bizantinos e sassânidas nas guerras com as cavalaria armadas.

É importante observarmos que os exércitos árabes não eram simples cópias dos bizantinos e dos sassânidas. Eles eram comandados por uma aristocracia de guerreiros de língua árabe bastante organizada e extremamente eficiente que complementava suas cavalaria com camelos, pois estes eram mais eficazes nos terrenos áridos dos desertos. Os

223. Citação de Brown, *World of Late Antiquity*, 193.



14.6. Ahwal-i Qiyamar – Muhammed [sic] e os três primeiros califas (*khali-fas*), Abu Bakr, Umar, Uthman. BildarchivPreussischerKulturbesitz/Recurso de Arte, NY.

exércitos venceram os bizantinos pela primeira vez em Yarmuk em 636, apenas quatro anos após a morte de Maomé; no ano seguinte, eles dominaram a Antioquia, além de terem dado um golpe no império sassânida do qual eles jamais se recuperariam na Batalha de Qadisiya. Em 641, o reino sassânida já estava tomado pela anarquia e, uma década mais tarde, o último xainxá, Yazdegird III (r. 632-651), neto de Khusro II, foi morto enquanto tentava fugir dos exércitos.

Outro elemento responsável por um enfraquecimento ainda mais acentuado do poder bizantino na Síria e em outras regiões importantes foi o clérigo cristão heterodoxo, que não encorajava de maneira explícita a resistência ou a revolta contra os exércitos invasores. Uma geração mais antiga de estudiosos acreditava que a traição contumaz dos miafisitas e dos nestorianos aos soberanos ortodoxos bizantinos foi a principal razão das vitórias islâmicas; embora isso tenha de fato acontecido em alguns

momentos, a exemplo de quando os nestorianos abriram mão de Takrit e Mosul, a maioria dos eruditos da atualidade acredita que isso não era comum. No entanto, a relutância desses líderes em estimular a resistência significativa dos exércitos obviamente foi um trunfo nas mãos dos invasores; esse foi um dos muitos fatores que contribuíram para suas vitórias.

Conforme os exércitos se expandiam, geralmente não se fixavam em cidades antigas entre os cristãos, judeus e zoroastrianos. Em vez disso, eles fundavam cidades fortificadas, onde viviam como uma classe conquistadora isolada, sustentados por tributos bastante lucrativos. Kufah, Basrah e Fustat eram algumas dessas cidades militares que mais tarde se tornaram centros importantes com seus próprios direitos. Em cada uma das cidades fortificadas, os exércitos bem-sucedidos rapidamente começavam a construir uma mesquita simples onde o comandante militar local orientava os fiéis com orações diárias – as forças militares e religiosas se fundiam de forma muito profunda. Sob a liderança do sucessor de Umar, Uthman (r. 644-656), os muçulmanos partiram para o mar, vencendo Chipre, em grande parte graças ao auxílio dos navegadores fenícios. Nesse momento, a conversão para o Islã não era de fato uma opção – muitos cristãos lutaram ao lado dos muçulmanos nessas conquistas, e assim muitos cristãos viviam em territórios governados por muçulmanos livres dos perigos, contanto que não decidissem se rebelar.

À medida que os exércitos se expandiam em múltiplas direções, novos problemas começavam a surgir no centro político. Uthman e Ali ibn Abi Talib (r. 656-661), os dois califas seguintes após Umar, foram assassinados por oponentes políticos. Ali era primo e genro de Maomé, sendo que seus partidários, muito tempo depois, lembravam-se de seu assassinato como um momento-chave na formação da identidade *Shi'ite* [xiita] (de *Shia Ali*, ou Partido de Ali). Entretanto, a estabilidade voltou a reinar entre os *umma* de modo relativamente rápido, já que o filho de Ali, Hassan, fez um acordo para passar a liderança para Muawiya (r. 661-680), um proeminente membro da poderosa família Umayya, que fundou a primeira dinastia islâmica, os omíadas.

OS OMÍADAS: O PRIMEIRO IMPÉRIO ISLÂMICO (E O ÚLTIMO ANTIGO)

O período dos omíadas (661-750) foi o único momento na história em que toda a *umma* islâmica esteve unida em um único centro político. Durante esse período, fortes e influentes instituições islâmicas se uniram para criar e apoiar o primeiro império islâmico – com um exército

organizado, um sistema de taxação bastante padronizado, uma moeda forte e obras públicas de caráter político e religioso, como a Cúpula da Rocha e a Grande Mesquita de Damasco. Com sua capital em Damasco, na Síria, o reino continuou como um império do Mediterrâneo sob o domínio dos califas omíadas. A interação entre continuidades claras com o passado antigo e as inovações criativas definiram esse período, em especial sua política e religião.

Na primeira geração de seu governo, os omíadas emprestaram muitas coisas diretamente de seus predecessores sassânidas e bizantinos. Nas regiões ocidentais do reino, principalmente em Damasco, o grego continuava sendo usado como uma língua administrativa oficial do reino em questões de tributação, como acontecera por várias décadas. Nas regiões orientais do reino, o idioma persa da dinastia Pahlavi, ou persa médio, continuou exercendo uma função administrativa especial. As primeiras moedas dos omíadas foram cunhadas a partir de pequenas modificações dos estilos bizantinos e sassânidas. As frentes de muitas moedas quase não tinham sofrido qualquer alteração dos modelos bizantinos, mas no verso, uma barra vertical simplesmente passou a substituir a cruz em um pedestal, como na moeda de Heráclio (fig. 14.7-14.8).

A princípio, os omíadas também seguiam os padrões romanos mais antigos da cooptação das elites; os locais – cristãos ou zoroastrianos – geralmente continuavam exercendo suas funções oficiais depois que suas terras eram dominadas e passava a fazer parte do império mundial islâmico cada vez maior. São João Damasceno, para citarmos apenas um exemplo famoso, era de uma família cristã de língua árabe daquela cidade que antes trabalhava na administração bizantina (e talvez sassânida) e que, mais tarde, passou a servir os omíadas na mesma posição.

Na segunda geração dos omíadas, começando pelo reinado de Abd al-Malik (r. 685-705), alguns sinais claros de diferenciações mostraram indícios de uma identidade islâmica mais marcante e mais autoconfiante. Na última década do século VII, o árabe substituiu o grego e o pahlavi como a língua administrativa de todo o reino. Quase nesse mesmo período, uma moeda distintivamente islâmica começou a aparecer (fig. 14.9). As novas moedas traziam citações religiosas árabes, como a *shahada* [chahada]: “Não existe outro deus além de Deus, e Maomé é seu profeta”. Também nesse momento, os cargos administrativos de maior prestígio passaram a ser ocupados quase exclusivamente por muçulmanos de língua árabe, sendo que os modelos de substituição das elites se tornaram regra nas regiões recém-adquiridas.



14.7. O soldo bizantino, de Cartago, 610-613. Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

Também nessa época, as diretrizes confessionais de um Islã característico estavam muito mais bem definidas, e os cristãos e judeus passaram a ser cada vez mais excluídos do movimento de religiosos, uma mudança com implicações claramente religiosas e políticas. A Cúpula da Rocha, construída no fim do século VII, oferece-nos evidências interessantes dessa mudança (fig. 14.10). Ao redor da arcada interior sob o domo encontramos uma longa inscrição:

Ó Povo do Livro, não exagereis em vossa religião; e não digais de Deus senão a verdade. O Messias, Jesus, filho de Maria, é tão somente um apóstolo de Deus, e Seu Verbo agraciou Maria por intermédio de Seu Espírito. Crede,



14.8. Dinar de ouro com um califa (*khalifa*) em pé, dinastia omíada, 695-696. Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.



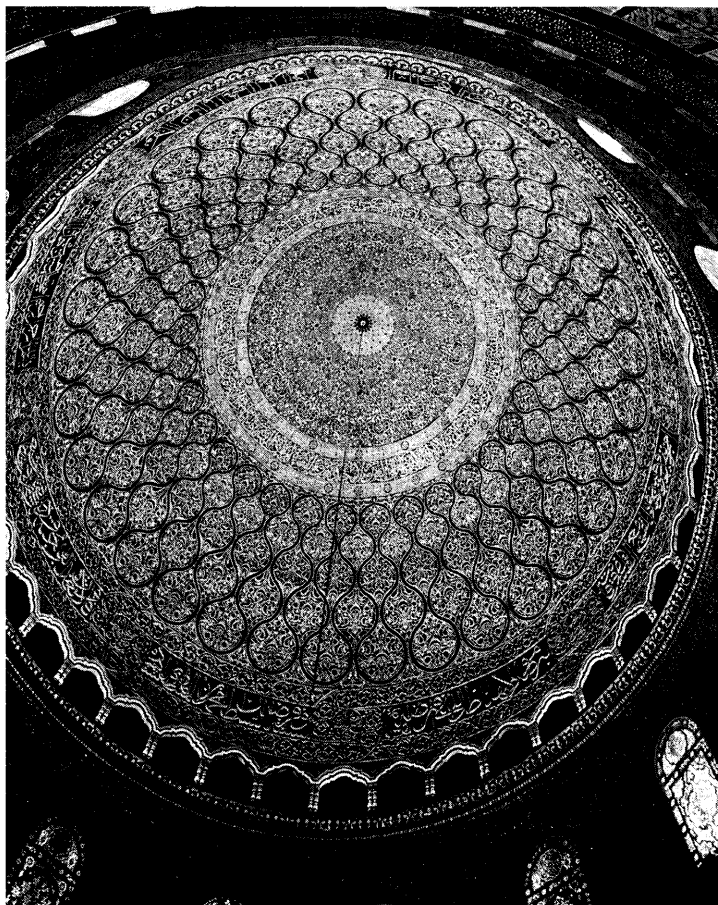
14.9. Dinar de ouro do califa (*khalifa*) Abd al-Malik. Museu Britânico/Recurso de Arte, NY.

pois, em Deus e em Seus apóstolos e não digais “Trindade”. Abstende-vos disso, que será melhor para vós. Sabei que Deus é Uno. Glorificado seja! Longe está a hipótese de ter tido um filho. A Ele pertence tudo quanto há nos céus e na terra (...). Deus é testemunha de que não há outro Deus além d’Ele; e os anjos e os homens, imbuídos de conhecimento, providos de retidão, proclamam a não existência de outro Deus que não Ele, o Poderoso, o Sábio.²²⁴

No geral, o Alcorão raramente se mostra um antitrinitário tão explícito; na verdade, essa é apenas uma de poucas passagens dessa natureza – sem dúvida, a mais forte de todas – do Alcorão. A escolha dessa inscrição específica foi uma forte declaração política/religiosa da identidade islâmica, e sua inclusão no interior da Cúpula complementa muitos outros indicadores de uma identidade islâmica mais solidificada.

Os cristãos (e os judeus), entretanto, mantinham posições especiais como o “Povo do Livro” (Ahl al-Kitab) e *dhimmi*, “o povo protegido”; os zoroastrianos também ganharam esse título posteriormente. Quase não havia qualquer tipo de conversão forçada entre os povos dessas fés. Isso representava uma espécie de intervalo das tendências gerais da Antiguidade Tardia de insistir que todos os súditos adotassem uma ortodoxia mais estreita. Parte disso era apenas pragmática, sem dúvida – durante alguns séculos depois das conquistas iniciais, os muçulmanos continuaram sendo uma minoria entre os cristãos em antigas possessões bizantinas e entre os zoroastrianos na Pérsia. Foi somente no século IX – mais ou menos um século depois

224. Tradução em Grabar,¹ *Formation of Islamic Art*, 59-60.



14.10. Vista interna do domo da Cúpula da Rocha. Scala/Recurso de Arte, NY.

da queda dos omíadas – que os muçulmanos se tornaram maioria na maior parte das regiões dos *umma*. Todos os não muçulmanos, porém, tinham de pagar um imposto especial, a *jizya*. Nunca antes no mundo antigo a coleta de impostos dependera de uma identidade confessional. Alguns estudiosos da atualidade dizem que a *jizya* em si era um incentivo não intencional à conversão.

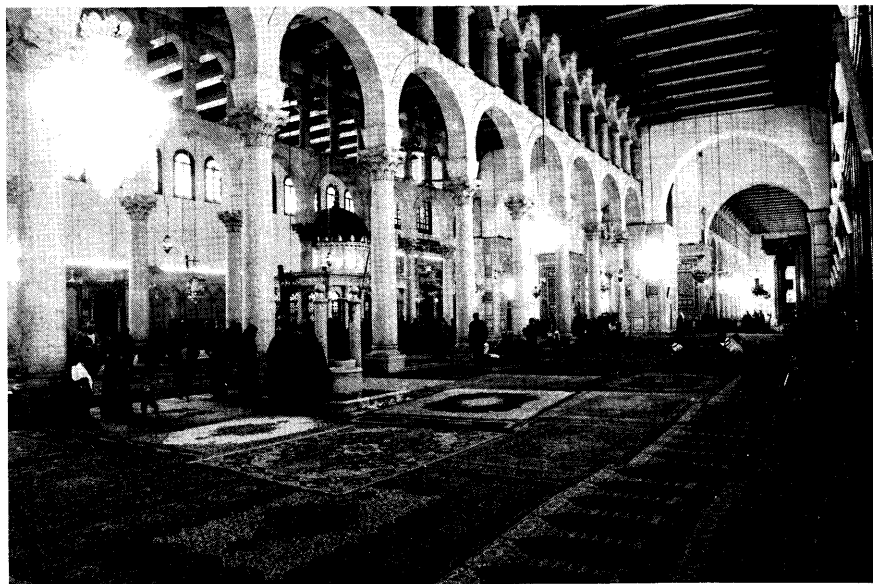
Essa diferenciação, entretanto, caminhava em paralelo a muitos modelos tradicionais de realeza do Oriente Próximo e dos bizantinos que os omíadas adotaram, basicamente aqueles que combinavam as autoridades religiosas e políticas. Uma aura de poder divino há muito tempo pairava sobre os regentes antigos, sendo que os califas omíadas preservaram essa tradição. Seus novos súditos por todo o Mediterrâneo e o Oriente

Próximo esperavam e confiavam nos governadores que estabeleciam e preservavam a justiça em nome de Deus ou deuses. A sucessão ao cargo de califa foi padronizada por meio de cerimônias sancionadas de modo tradicional e divino. Os califas omíadas subiam ao trono na cidade de Jerusalém, considerados pelos judeus, cristãos e muçulmanos como os *omphalos* [onfalos], o umbigo primitivo do mundo.

A arquitetura omíada nos conta uma história interessante dos empréstimos e adaptações concorrentes que caracterizaram o período omíada. Muitos detalhes a respeito da Cúpula da Rocha podiam ser facilmente reconhecidos por pessoas do velho mundo: os estilos dessas paredes finas, colunas clássicas, painéis de mármore de padrões simétricos, mosaicos e a cúpula em si foram todos emprestados direta e indiretamente das estruturas bizantinas. Para os cristãos e até outras pessoas, tudo fazia lembrar um batistério e um centro de peregrinação. O interior da edificação, ainda incrivelmente intacta desde sua construção original, está decorado com uma variedade de motivos reais inspirados nos estilos bizantinos e também sassânidas. Trombetas desenhadas sinalizam o Dia do Juízo Final; tudo isso, junto com muitos outros detalhes do monumento, proclama o Apocalipse ou a conclusão eminente da era em termos bastante conhecidos da Antiguidade Tardia.

Construída durante um momento decisivo e crítico da identidade muçulmana e da autoexpressão do califa Abd al-Malik, o monumento também apresenta elementos sem precedentes. Assim como os exércitos conquistadores, essa não era uma simples cópia de um modelo antigo. De maneira conspícua, a decoração interior não tinha nenhuma imagem de humanos ou de animais, algo extremamente comum na arte, religião ou outras formas de expressão bizantina e sassânida. Na época dos omíadas, o Islã passara a demonstrar certo desprezo por essas representações na arte religiosa – somente plantas e vegetações apareciam. Afinal, esse era um império novo e melhor sob uma revelação final.

Até mesmo a obra mais distintiva da arquitetura islâmica, a mesquita, mostra tanto continuidade quanto diferenças do passado antigo. A mais famosa mesquita omíada enriquece ainda mais essa história. A Grande Mesquita de Damasco foi construída pelo califa al-Walid (r. 705-715), o filho e sucessor de Abd al-Malik, que construíra a Cúpula da Rocha (fig. 14.11). Damasco era uma exceção aos modelos de colônias conquistadoras; ali, muitos muçulmanos se firmaram entre a população da cidade em vez de preferir as cidades fortificadas. Assim, era preciso construir uma importante mesquita em Damasco, o que poderia lhes proporcionar a oportunidade de uma afirmação pública bastante audaz.



14.11. Ilwan, salão de adoração, Grande Mesquita Omíada de Damasco. Biblioteca de Imagens DeA/Recurso de Arte, NY.

A Grande Mesquita construída em Damasco foi erguida no lugar da Catedral Cristã de São João (que, por sua vez, estava localizada no distrito sagrado do antigo templo de Haddad/Júpiter) e desenhada em parte para ofuscar as igrejas bizantinas imperiais do Levante conquistado. Era uma grande mesquita, com uma enorme variedade de importantes funções além das mais óbvias, que incluíam as orações e as venerações da congregação. Os califas e os governadores se dirigiam aos fiéis muçulmanos nesse lugar. A mesquita também era a sede do tribunal de juízes muçulmanos, os *qadi* [os cádis], além de ser usada como um centro de educação para os muçulmanos.

O verdadeiro estilo da mesquita tinha origens islâmicas: ela foi desenhada como um centro comunitário árabe inspirado na própria casa de Maomé, que tinha um pátio muito amplo onde os religiosos podiam se reunir. No entanto, alguns elementos arquitetônicos lembram o tribunal aberto e o salão de três corredores, bem como o fórum romano e sua basílica. Os mosaicos do pátio da Grande Mesquita lembram mosaicos no chão dos casarões romanos e bizantinos, mas sem figuras de humanos ou de animais. A Grande Mesquita apresentava uma deslumbrante combinação de velho com o novo, confirmando de maneira firme a presença e a identidade de um antigo império islâmico.

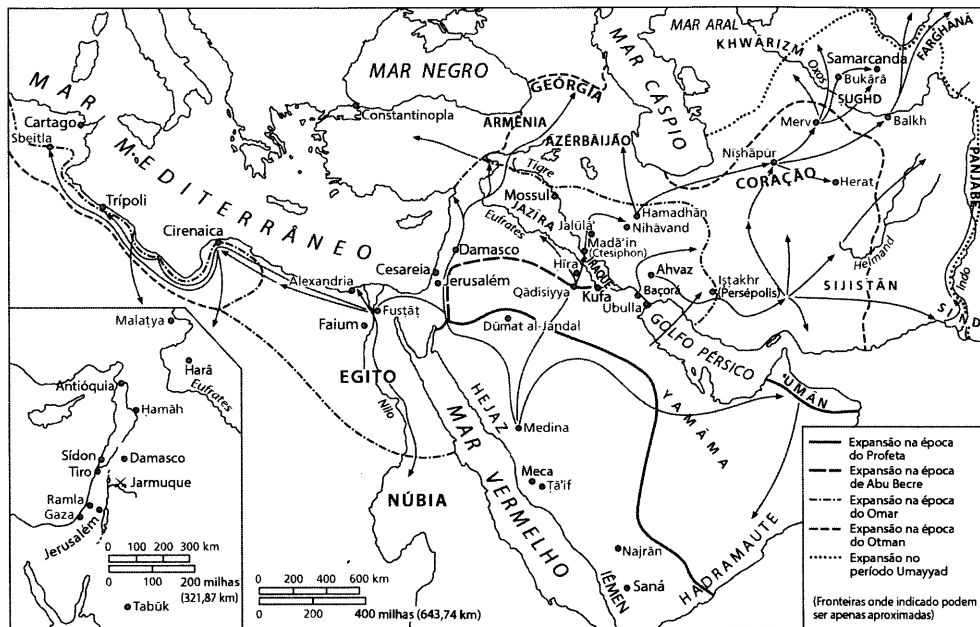
Outra construção omíada posterior e mais remota também nos apresenta uma forte declaração imperial e universalista que mistura o novo e o velho de uma forma vívida. Em Qusayr Amra, um palácio e casa de banho nos arredores da atual Jordânia, seis líderes mundiais do passado e do presente foram pintados em uma parede com seus nomes em árabe e grego; quatro de seus títulos ainda estão legíveis – um líder bizantino, com o simples nome de César; Khusro, ex-xainxá dos sassânidas; Rodrigo [Roderico ou Roderick], antigo rei dos visigodos da Espanha; o Negus da Etiópia; e dois outros, identificados de diversas maneiras como o imperador da China, um Khan de um grupo turco da Ásia central como os poderosos khazares e um príncipe indiano.

Segundo as palavras do principal estudioso desse complexo, “os seis reis são figuras simbólicas que representam toda a herança política e cultural do mundo que os árabes acabavam de herdar”.²²⁵ O nobre omíada que construiu e decorou o local podia agora contemplar os regentes do mundo, de um passado e presente imediato, como se estivessem vindo até ele, em uma região semideserta remota, para ter uma audiência. Seu império árabe superara todos os impérios em grandeza. O complexo também possui um salão público, uma casa de banho, pisos mosaicos, cenas de caça e figuras de mulheres e homens com poucas roupas – todas elas incorporações claras da cultura do banho romano em partes ainda mais remotas do reinado omíada.

Os regentes omíadas também deram continuidade a antigos modelos de conquista mundial. Suas conquistas levaram os *umma* ao seu apogeu inicial, apoderando-se de certo modo das fronteiras que dominariam por muitos séculos. No Ocidente, a África do Norte bizantina e a Espanha dos visigodos sucumbiram diante dos exércitos muçulmanos no início do século VIII; eles ameaçaram com seriedade o reino franco, mas ele sobreviveu. No Oriente, exércitos marcharam na direção da região noroeste da Índia (atual Paquistão) e Ásia central, onde se depararam e levaram a melhor em relação aos membros da dinastia Tang chinesa cada vez mais poderosa na cidade de Samarcanda. O Islã continuou se expandindo de forma irregular e esporádica após a queda dos omíadas, mas o auge das conquistas islâmicas já não existia mais.

Uma imensa riqueza ajudou a encher os cofres dos tesouros dos omíadas vindos dessas conquistas. Ironicamente, a riqueza que ajudou a proclamar o império e a decorá-lo à altura dos impérios mundiais anteriores contribuiu de modo significativo para o fim da dinastia. A tendência geral da Antiguidade Tardia em relação a um rigor religioso

225. Garth Fowden, *Qusayr Amra* (Berkeley: University of California Press, 2004), 198.



14.12. O mundo muçulmano até c. 750. Em *História do Islã de Cambridge*, vol. 1 (1970), p. 59.

estreito e inflexível iria, no final, inspirar algumas pessoas a cortar a mão que os alimentava. Alguns muçulmanos não pareciam muito impressionados com os novos níveis de opulência e esplendor que pareciam acompanhar o sucesso militar, como havia muito tempo acontecera com a Era dos Antigos Impérios. Tudo isso fazia lembrar ou permitia que imaginassem (ou ansiassem por) um período rigoroso da história islâmica em que a piedade ascética e o fervor apocalíptico orientavam a vida da comunidade muçulmana.

A oposição também veio de diversas outras partes. Um descendente do tio de Maomé, Abbas, ajudou a reunir vários grupos de oposição “em nome de um membro da família do Profeta”. Um desses grupos foi partidário de Ali, primo e genro de Maomé, cuja memória inspirou um pequeno, apesar de dedicado, movimento que, por fim, acabou se transformando nos xiitas. O “Partido de Ali” viu o assassinato de Ali como o momento decisivo em que a comunidade muçulmana passou a perder seu caminho. Os omíadas, depois disso, só conseguiram exacerbar ainda mais seus problemas centrais, segundo esses críticos. Além disso, um exército muçulmano de Khurasan, com o apoio de uma

matriz heterogênea de facções antiomíadas, marchou na direção oeste e conquistou os omíadas em 750.

A nova dinastia, os abássidas (batizados com esse nome em homenagem ao tio de Maomé), estava centralizada em Bagdá, perto de Ctesifonte, a antiga capital sassânida. Os abássidas formaram um reino bastante específico no Oriente Médio, diferente do império no Mediterrâneo, que pôs fim aos omíadas. Apesar de terem surgido com a ajuda de puristas ascéticos – que eles rapidamente renegaram e traíram assim que assumiram o poder – os abássidas, em pouco tempo, superaram todos os seus contemporâneos e também muitos rivais do passado em seu esplendor. Bagdá logo se tornou uma cidade mundialmente renomada de maravilhas aclamadas por visitantes de todas as partes.

Estudiosos modernos observaram muitas alusões fortes aos impérios antigos na própria estrutura de Bagdá. A cidade foi construída sobre um plano estritamente circular, rememorativo das cidades sassânidas, sendo que os califas assumiam os cargos em Bagdá seguindo cerimoniais de cortejo no estilo dos sassânidas. Nessa época, porém, o mundo antigo se tornara uma lembrança, um período histórico distinto do passado a ser emulado. De forma muito semelhante à de seu contemporâneo nos confins do Ocidente, o império franco de Carlos Magno, os abássidas passaram a olhar para o velho mundo como um período distinto a ser copiado, mas o simples esforço de tentar ressuscitar uma era passada deixava claro que ela agora já não existia mais.

Diferentemente dos omíadas, os abássidas não se expandiram muito em seu acervo militar. Com seu advento, o período inicial das conquistas islâmicas chegou ao fim, e, assim, um período de intranquilidade e de uma consolidação praticamente malsucedida dos *umma* começou. Os abássidas, na verdade, jamais chegaram a governar por completo os *umma*, assim como nenhum outro regente islâmico depois deles. Eles despontaram por meio de uma coalizão reunida somente para se opor aos omíadas; tentaram, de maneira desesperadora, manter a unidade assim que conseguiram destituir aquela dinastia do poder.

O estabelecimento de um estado omíada separatista na Espanha logo depois de 750 foi um sinal de tudo o que estava por vir e, durante todo o período dos abássidas (750-1258), em especial no ano de 950, eles dificilmente conseguiram manter o controle de áreas de fora dos arredores imediatos de Bagdá. O Egito e a África do Norte logo aprenderam a viver longe dos governadores abássidas, com seus próprios reinos independentes ou quase independentes, bem como muitas partes do Irã. Assim como os impérios bizantinos e francos no Ocidente, os abássidas

necessariamente passaram a se autodefinir como um reino entre outros, sendo que um novo período começava no Oriente Próximo, geralmente conhecido, com boas ou más intenções, como “medieval”. O coração mesopotâmico da origem da Era dos Antigos Impérios se tornara sua última morada.

Índice Remissivo

A

abássidas 390, 412
Abbas 411
Abd al-Malik 18, 388, 404, 406, 408
Abraão 102
Abraham Lincoln 176
Abu Bakr 18, 400, 401, 402
ab Urbe Condita 230
Abu Simbel 13, 47
Acácia 30, 38, 39, 123, 230
Acaia, Liga 254, 259
Ácio 275, 280, 283, 318
Acordo Constitucional 281, 282, 283
Adad 40, 62, 96, 119, 122
Adad-nirari II 62
adani 87
Adini 92
Adriano 16, 283, 304, 306, 309
Adriático 254
Afeganistão 125, 184, 202, 211, 359
África 46, 98, 101, 147, 191, 221, 222, 253, 266, 277, 289, 290, 291, 306, 343, 363, 369, 371, 372, 373, 386, 394, 398, 410, 412
África do Norte 147, 221, 222, 253, 266, 277, 289, 290, 291, 306, 343, 363, 369, 371, 372, 373, 386, 394, 410, 412
Afrodite 198
ager publicus 266, 267
Agrícola 302, 318, 323
Ahab 64, 104
Ahl al-Kitab 406
Akhenaton 13, 46, 50, 51
Alália 226
alamanos 299
alanos 386
Alarico 386

- Alba 232
Alcibíades 178, 180
Alcorão 365, 388, 389, 397, 398, 400, 406
Alemanha 115, 284, 298, 299, 386
alemão 45, 297, 300, 369
Alepo 45
Aléria 226, 240
Alexandre IV 192, 194
Alexandre, o Grande 10, 116, 182, 188, 221, 261, 273, 364, 394
Alexandria 15, 16, 192, 202, 204, 205, 214, 309, 393, 401
Alexandrópolis 202
Ali ibn Abi Talib 403
Al Mina 146
Alpes 253
Amelie Kuhrt 69
Amenhotep IV 50
América 34, 244
Amiano Marcelino 377, 378
amici 242
amicitia 234
Amon 17, 45, 46, 47, 52, 96, 185, 366
amonitas 93
Amon-Rá 45, 46, 47, 96
Amos 121
Anais 58, 66, 78, 83, 88, 92, 93, 94, 317, 323
Anais Reais Assírios 58, 66, 83, 88, 92, 94
Anatólia 31, 44, 45, 48, 53, 65, 67, 125, 133, 137, 138, 147, 154, 220, 266, 393
Anaximandro 149
Aníbal 252, 253, 254
Anshan 123, 124
Antígona 172
Antígono 192, 193, 194, 195
Antigo Testamento 101, 102
Antíoco I 208
Antíoco III 198
Antíoco IV 15, 214, 215, 258
Antioquia 202, 204, 214, 393, 402
Antonino Pio 283, 302, 323, 352
Anu 62, 96
Apocalipse 322, 343, 400, 408
Apolo 352
Aquilaia 329
Aquiles 185
árabe 88, 94, 383, 393, 394, 395, 397, 398, 400, 401, 404, 409, 410

- Arábia 32, 94, 123, 129, 377, 383, 397, 398
Aracósia 129
Aram 103
aramaico 62, 94, 131, 133, 134, 397
arameus 53, 61, 62, 92, 93, 94, 111, 120, 133
Aramu 84
Ara Pacis 16, 285, 286, 287
Arbela 61
Arca da Aliança 102, 103
Arcádio 368
Ardea 232
Ardini 87
Areópago 167
arête 182
Argishti I 89
Ária 129
Arianismo 364
Aristóteles 165, 173, 182, 201
Arles 363
Armênia 83, 129, 329, 360, 377, 379, 381, 382
armênios 356, 363, 364, 376, 381, 382, 387, 393, 394
Armínio 300
Arsácida, Dinastia 210
Artaxerxes I 174
Artaxerxes II 181
Arvad 14, 96, 99
Ashoka 211
Ásia 45, 124, 125, 194, 195, 224, 257, 259, 270, 333, 339, 361, 364, 368, 385, 410
Ásia Menor 224, 259, 270, 333, 339
Assur 13, 49, 56, 61, 62, 70, 71, 73, 74, 78, 79, 84, 88, 107, 241, 360
Assurbanipal II 56, 66, 70, 75, 79
Assurnasirpal II 62, 84, 104
Assur-Uballit 49
Astarte 226
Astíages 124
Átalo 259, 268
ataraxia 207
Atenas 10, 144, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175,
176, 177, 179, 180, 181, 183, 189, 198, 206, 207, 259, 328
Augusto 10, 16, 248, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287,
288, 296, 300, 304, 312, 316, 318, 323, 328, 333, 343, 344, 346, 347, 352,
354, 357, 368, 386
Aúra-Masda 110, 128, 129, 130, 131, 132, 151, 160, 241, 360, 376
Aureliano 337, 366

Aurélio Ciro 338

aureus 348

ávaros 372, 393

B

Babilônia 40, 48, 49, 64, 65, 66, 67, 79, 92, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 138, 151, 155, 160, 179, 187, 192, 214, 222, 304, 322, 343, 344

Báctria 129, 202, 210

Bagdá 412

Balawat 84

Bálcãs 183, 195, 346

Baluquistão 211

Barbaricum 296

Barbato 218, 239, 240

basileia 195, 200

basileus 194, 195, 201

Basrah 403

Batalha de Kadesh 46, 47, 48

Batalha de Kummuh 89

Batalha de Maratona 156, 168

Batalha de Megido 46

Batalha de Pidna 254, 257, 258

Batalha de Plateia 164, 174

Batalha de Zama 253, 255

Batalha do Isso 15, 187

Bath 16, 291, 310

Belisário 371

Bel-sharra-usur 115

Belshazzar. *Consulte* Bel-sharra-usur

Ben-Hadad II 90, 93

Berig 298

Berlin 445

Bíblia Hebraica 101, 115

bibliotecas 203, 204

Biblos 96

Bihar 211

Bitínia 308

Bizâncio 11, 357, 367, 368, 376, 377, 383, 393, 394

Bósforo 370

Boudica 452

Bretanha 221, 284, 317, 318, 321, 331, 334, 369

Buda 15, 150, 184, 185

burganuni 87

C

Caere 234

Caldeia 77

Cálgaco 301, 302, 318, 320

Cálicles 180

Calícrates 168

califa 18, 400, 405, 406, 408

Calígula 283, 316, 318

Cambises 19, 20, 21, 125, 126

Campânia 251

Canaã 44, 102

Capadócia 129, 329

Cápua 244

Caracala 330, 335

Carlos Magno 115, 188, 412

cartagineses 226, 227, 252, 253

Cartago 10, 15, 16, 18, 57, 98, 173, 187, 221, 222, 223, 226, 229, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 267, 269, 311, 314, 394, 405

Cássio Dião 328, 329

cassitas 48, 49

cataphracti 378

celtas 194, 195, 300

censo 218, 239, 240, 267

Chandragupta 211, 212

China 150, 184, 364, 379, 410

Chipre 52, 53, 66, 97, 174, 403

Chogha Zanbil 49

Ciáxares 112

Cibele 208, 340

Cícero 271

cidade-estado 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 48, 61, 97, 186, 222, 223, 229

cimérios 90

Cincinato 265

Cipião Africano 254

Cipião Barbato 218, 239

Cipião Emiliano 254

Cornélio Cipião, Lúcio 15, 218, 238, 239, 240

Cirene 214

Cisauna 218, 239

- civitates liberae* 332
Cláudio 297, 298, 317, 318
Cleantes 208
Cleon 177
Cleópatra VII 280
Cloaca Máxima 15, 228
Codex Iustinianus 352, 372
Colatino 232, 233
Colchester 318
Coliseu 293
Cólofon 149
Colosso de Rodes 205
Comagene 208
Comissão de Terras 267, 268, 269
comitatenses 348
Comitia Centuriata 235
Comitia Tributa 235
Cómodo 283
concilium 305, 313
Confederação Caledônia 318
Confúcio 150
Constâncio 375, 380
Constantinopla 368, 369, 370, 380, 393, 394
cônsul 22, 26, 218, 236, 239, 240, 267, 270, 272, 277, 281, 304
conventus 304
Corásmia 129
Corinto 13, 24, 159, 181, 257, 259
corrector totius orientis 333
Córsega 224, 226, 240, 252, 386
Cosmas 369
cosmopolitas 210
Cosmos 11, 26, 29, 41, 70, 112, 127, 143, 165, 167, 168, 173, 206, 208, 218, 244, 301, 302, 306, 308, 315, 322, 328, 343, 346, 352, 360, 362, 389, 391
Creonte 172
Creso 125, 138, 150
Creta 97
Crisipo 207
Cristianismo 11, 323, 327, 328, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 352, 353, 354, 356, 362, 363, 364, 367, 371, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 386, 387
Ctesifonte 210, 376, 394, 412
Culto Imperial 338
Cúpula da Rocha 17, 18, 388, 389, 390, 391, 404, 405, 407, 408
cursus honorum 235, 271

D

Dácia 284
Dagan 38, 62
Damasco 14, 18, 45, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 104, 401, 404, 408, 409
Danúbio 155, 221, 329, 359
Dario I 19, 110
Dario II 14, 130, 134
Dario III 183, 184, 185, 186, 192
Davi 97, 102, 103
Décio 337, 338, 345
deditio in fidem 234, 242
Delfos 160, 195
Delos 174, 175, 177
Demétrio 193, 194, 195, 198, 205
Demóstenes 183
denário 335
deportação 76, 89, 114
dhimmis 406
Diádocos 191
Diálogo Meliano 178, 179, 180
Diocleciano 17, 346, 347, 348, 349, 351, 352, 356, 357, 366, 367, 372, 375
Diodoro 190, 193, 194, 212
Discurso de Gettysburg 176
ditador 236, 271, 273
divi filius 286
Domiciano 283, 322, 323
donativum 356
Drangiana 129
Drauga 129, 131, 151, 160
Druso 298
Dura Europos 345

E

Eanna 38
Ebla 44
Ecbátana 131, 170
economia 24, 30, 34, 35, 41, 54, 57, 59, 82, 118, 136, 163, 199, 200, 265, 271, 277,
330, 336, 356, 373, 378, 386
Edessa 395
edil 218, 236, 239, 240
Édito de Tolerância 353, 363

- Édito do Preço Máximo 348
Éfeso 16, 205, 214, 289, 293, 364
Egeu 31, 32, 45, 46, 48, 52, 57, 60, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 166, 174, 193, 198, 220, 224, 226
Egipar 117
Egito 16, 19, 20, 21, 23, 31, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 54, 65, 66, 79, 96, 100, 102, 103, 113, 125, 127, 129, 132, 133, 134, 138, 143, 147, 151, 185, 186, 192, 194, 195, 197, 204, 205, 210, 217, 258, 273, 280, 289, 305, 313, 333, 338, 380, 393, 412
Elão 49, 66, 90, 124, 129
Eleazar 320
Electra 172
Elefantina 134
Elias 104
Emílio Paulo 258
Enki 38
Enlil 37, 38, 62
Enuma Elish 78, 119
Épico de Gilgamesh 78
Epicuro 207
Épiro 254
Era Axial 150
Era de Ouro 168, 221, 268
Era do Bronze 31, 32, 34, 35, 39, 45, 48, 49, 92, 96, 97, 102, 116, 122, 143, 144, 152, 154, 222
Erétria 156, 158
eretrianos 156
Eridu 38
Esarhaddon 66, 100
Escócia 276
Esdras 133, 134, 174
Espanha 98, 147, 222, 224, 248, 252, 253, 277, 289, 306, 314, 331, 335, 370, 371, 386, 410, 412
espanhóis 294
Esparta 144, 146, 174, 175, 176, 178, 181
Espártaco 267, 271
Êsquilo 165, 168, 169, 170, 171, 172
Estátua da Liberdade 205
estoico 207, 208
Estrada Real Persa 131
Etéocles 172
ethnos 215, 216
etíope 380, 381
Etiópia 359, 360, 379, 380, 381, 398, 410

Etrúria 224
etruscos 57, 98, 222, 224, 225, 226, 227, 230, 232, 244
Eubeia 175, 257
Eufrates 31, 37, 40, 46, 53, 94, 103
Eurimedonte 174
Eurípides 15, 165, 168, 171, 172, 173, 272
Europa 24, 60, 115, 155, 194, 257, 291, 357, 360, 368, 379, 386, 387, 390
Eusébio 344, 357, 362, 365, 369
excedente econômico 35, 146
Ezana 380

F

fariseus 216, 319
fenício 96, 97
Fídias 168
Filipe II 182, 192, 198, 259 .
Filipe III 192, 194
Filipe V 255, 256
Filipópolis 202
filisteus 52, 102, 103
Floresta de Teutoburgo 300
Focas 393
foederati 385
França 147, 222, 224, 226, 386
franco 115, 410, 412
Frígia 84, 138, 208
frígios 14, 138, 141
frumentarii 305
Fustat 403

G

Gália 272, 273, 277, 287, 297, 298, 314, 326, 331, 334, 370, 386
Galiano 331, 345
Galileia 339
Gandara 129
gassânidas 17, 372, 383, 384, 397, 401
Gaugamela 184
Gellner, Ernest 74
Gêngis Khan 116, 188
genius 287, 316
Germânia 299

Gibraltar 359
Gilgamesh 35, 78
gladiador 294
godo 298, 386
Golfo de Tûnis 223
Golfo Pérsico 37, 120
gótico 363
Graco, Caio 267, 268, 346
Grande Biblioteca de Assurbanipal 78
Grande Mesquita 18, 404, 408, 409
Grande Rei 19, 47, 48
Grandes Pirâmides 43, 205
Grécia 32, 101, 136, 137, 138, 141, 143, 147, 158, 159, 160, 169, 170, 174, 175,
176, 177, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 191, 194, 195, 200, 201, 202, 203,
205, 208, 217, 262, 280, 309, 339
Guerra de Tebas 172
Guerra de Troia 48
Guerra do Peloponeso 163, 165, 172, 173, 175, 176, 180, 181
Guerras Greco-Pérsicas 134
Guerra Social 270
Guerras Púnicas 16, 255, 263
Guizé 13, 43

H

Haddad 409
Haldi 84, 87, 88, 90
Halicarnasso 152, 153
Hamurábi 40, 48
Hassan 403
Hattusa 46, 47, 48
Hazeel 14, 93, 94, 95, 104, 105
Hecateu 149, 152, 153, 212
helenização 202, 203, 212, 216
Heliogábalo 337
henoteísmo 122, 337, 353, 354, 376
Heráclio 18, 393, 394, 396, 398, 404
Hércules 251
Herodes, o Grande 318, 338
Herodiano 375
Heródoto 125, 126, 131, 136, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 171,
297, 367
Hesíodo 143, 148, 149, 153, 154

hicsos 44, 45
 Hija 399
 Hilaruada 87
 Hindu Kush 183, 193
 Hirão 97
 Hitler, Adolf 188
 Homero 141, 142, 143, 146, 148, 153, 154, 182, 185
honestiores 330
 Honório 368
humiliores 330
 Hussein, Saddam 116

I

icenos 317, 318, 322
 Idade do Ferro 53
 Iêmen 377
 Igreja do Santo Sepulcro 18, 391
 Ilha de Alexandre 338
 ilírios 202
imitatio romani 386
imperium 22, 236, 249, 256, 271, 273, 284, 301, 304, 331, 361
imperium sine fine 249, 256, 273, 284, 361
 Índia 111, 129, 150, 211, 212, 375, 379, 410
 indiano 187, 211, 212, 410
 Inglaterra 16, 291, 305, 310
instinctu divinitatis 356
 invenção do arado 33
 Irã 49, 83, 116, 124, 373, 412
 Isaías 82, 105, 106, 107
 Ishpuini 87, 88
 Ishtar 14, 35, 38, 113, 115, 116, 118
 Ísis 208, 340, 344
 Islã 11, 357, 388, 389, 390, 391, 395, 397, 403, 405, 408, 410, 411
 islâmico 11, 88, 191, 360, 365, 389, 390, 392, 403, 404, 409, 412
 Isócrates 183
 Israel 9, 14, 64, 90, 91, 94, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 120, 121, 134, 214, 446
 Itália 15, 57, 101, 146, 147, 173, 187, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 232, 243, 247, 249, 251, 252, 253, 254, 266, 267, 268, 273, 277, 306, 320, 330, 331, 334, 371, 372, 386
 italiano 147, 265
 ituanos 73

J

- Jano 241, 286
Japão 184
Jardins Suspensos da Babilônia 113
Jeoacaz I 106
Jeová 82, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 121, 320
Jeremias 150
Jerusalém 18, 45, 66, 82, 97, 103, 104, 107, 108, 135, 216, 316, 320, 339, 343, 362,
388, 389, 393, 394, 398, 408
Jeú 14, 94, 104, 105
jizya 407
Joaquim 113
Jônia 129, 137, 148, 150, 151, 155, 160
jônico 138, 148, 152, 155, 164, 174, 220
Jordanes 298
Jordânia 410
Josefo 319, 320, 325
Josias 108, 121
Judá 9, 66, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 114, 120, 214
Judaísmo 214, 216, 339, 389, 397
Judas Macabeu 216
Judeia 215, 216, 318, 319, 321, 325, 338, 339
judeus 13, 68, 105, 106, 107, 108, 109, 120, 133, 134, 135, 150, 154, 155, 174, 212,
214, 215, 216, 318, 319, 320, 321, 339, 376, 389, 391, 399, 400, 403, 405,
406, 408
Juliano 365, 367
Júpiter 228, 229, 240, 241, 249, 337, 409
Justiniano 371, 372, 373, 394
Juvenal 292

K

- Ka'aba 398
Kaleb 381
Karnak 96
Kebra Nagast 381
Kengir 36
Kesh 38
Khurasan 411
Khusrau I 374
Khusrau II 383
Kilizi 61

Kish 38
kitsir sharruti 65
koiné 202, 397
Kufah 403
Kutha 38

L

lacedemônios 176
Lagash 37
lakhmidas 17, 383, 384, 397, 401
latifundia 265, 266
latinos 57, 98
Leônidas 15, 158, 159
Lesbos 177
Levante 32, 38, 44, 45, 46, 48, 50, 53, 65, 67, 78, 95, 113, 146, 174, 214, 395, 409
levantinos 95, 144
Líbano 46, 58, 96
libellus 338
Licínio 271, 368
Lídia 125, 150, 154, 156, 183
Liga Helênica 174
limitanei 348
língua franca 62, 94, 131, 397
Lívio 230, 231, 232, 234, 240, 241, 263, 297
Locri 257
logoi 176
lombardos 298, 372
Londres 16, 314, 318, 319, 340
Longino, Caio Cássio 273
Lúcio 15, 218, 233, 238, 239, 240, 270
Lucrecia 232, 233
Lugdunum 297
Lyon 297

M

ma'at 41, 315
Macedônia 137, 165, 173, 182, 191, 192, 194, 195, 199, 217, 255, 257, 259, 339, 375
Magna Graecia 147, 227
Magnésia 257
mago 377
Maka 129

- Malatya 87
mamertinos 251
maniqueus 351, 376
Michael Mann 19, 23, 24, 59, 444, 445
Maomé 389, 391, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 409, 411, 412
Mâr Banûti 73, 74
Marcha dos Dez Mil 79
Marciano 382
Márcio, Anco 240
Marco Lépidio 277
marcomanos 329
Mardônio 160
Marduque 112, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 132, 241
mare nostrum 280
Mário, Caio 270
Mar Negro 147, 308
Marrocos 276, 372
Marselha 226
Marte 230, 241, 251
Mar Vermelho 97, 380
Massada 17, 320, 321, 324
massagetas 125
Massília 226
Matatias 216
Máuria 211
Maurício 392, 393
Meca 389, 398, 399, 400
Medeia 172, 173
Medina 115, 399
Mediterrâneo 7, 10, 15, 32, 37, 52, 56, 57, 59, 60, 62, 75, 96, 98, 99, 100, 101, 111,
123, 135, 137, 143, 152, 155, 189, 191, 200, 208, 218, 219, 221, 222, 223,
224, 226, 248, 249, 251, 255, 263, 271, 273, 280, 285, 361, 367, 385, 398,
404, 407, 412
medos 79, 80, 112, 124, 301
melianos 22, 178, 179, 180
meliteanos 87
Melito 343
Melos 178, 179
Menaém 106
Menandro 207
Mênfis 40
mentalité 198, 337, 361
Ménua 87, 89
Merneptah 102

Mesopotâmia 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 48, 49, 54, 61, 62, 65, 76, 102, 111, 123, 124, 219, 276, 284, 305, 322, 361, 383, 395, 398
micenos 142
Midas 138
Mileto 136, 137, 147, 149, 152, 153
Mitrás 340, 344
Mitridates 259, 270, 271
monarquia sacra 34, 198
Monólito Kurkh 93
monoteísmo 101, 353, 354, 376, 397, 400
Monte Capitolino 228
Monte do Templo 389
Monte Palatino 227
Monte Testáceo 290
mos maiorum 287
Mosul 403
M. Salvini 88

N

Nabonido 9, 14, 114, 115, 117, 119, 121, 122, 123
Nabopolassar 111, 112, 117, 122
Nabu 117, 118
Nabucodonosor II 14, 112, 116
Nanda 211, 212
Napoleão 188
Nápoles 147, 224
Naram-Sin 13, 38, 39, 117
Narmer 13, 40, 41
Narses 375
Nathan 103, 450, 451
Nazaré 338
Neemias 133, 134, 174
Nergal 38
Nero 283, 317, 339, 340, 341
Nerva 283, 323
Nestorianismo 364
Netuno 231
Niceia 309, 363, 364
Nicomédia 308, 309, 347, 352
Nimrud 79
Ningirsu 37
Nínive 14, 61, 66, 78, 79, 107, 112, 138, 148

Ninurta 62, 117
Ninurta-nadin-shumi 117
Nippur 36, 38
Nisaba 37
Richard Nixon 265
nomos 167, 168, 171, 172, 176, 178, 179, 180
Novo Reino 44, 45, 46
novus homo 270
Núbia 45, 47

O

Oceano Índico 398
Odisseu 141
Odoacro 386
omphalos 408
Omri 94
optimates 269
orbis terrarum 249, 280
orientalização 143, 280
Oriente Médio 291, 412
Oriente Próximo 9, 15, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 110, 114, 115, 135, 136, 137, 138, 143, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 162, 163, 164, 165, 167, 171, 172, 173, 179, 180, 184, 186, 188, 189, 191, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 240, 241, 275, 277, 281, 285, 300, 314, 357, 364, 374, 389, 390, 395, 397, 401, 407, 413, 444
Osíris 21, 340
Óstia 15, 17, 246, 289, 342
ostrogodo 386
Otaviano 10, 275, 276, 277, 280, 281, 286, 318

P

pahlavi 404
Palestina 383, 393
Palmira 17, 332, 333, 334, 335, 366, 375
Panfília 174
Panônia Superior 329
Panteão 289
Paquistão 211, 410
Parrattarna 48

Partenon 15, 168, 169
Pártia 129, 210, 329
Pasárgada 124, 131
Patina 92
patres 234
patria potestas 342
patrícios 234, 235, 239, 260, 265
Pax Assyriaca 66
pax deorum 242, 285, 315, 330, 337, 338, 339, 345, 352, 355, 360
Pax Romana 10, 288, 303, 317, 326, 327, 328, 329, 352
Paz de Nícias 178
Pella 204
Pérgamo 115, 202, 204, 210, 259, 268
Pérgamos 163, 168, 172, 176, 177, 179
Período Dinástico Inicial 40
Peroz 377
Perpétua 17, 341, 342, 344
Perrábia 257
Persépolis 131
Perseu 258
Pérsia 19, 23, 25, 31, 83, 129, 150, 154, 160, 170, 171, 174, 179, 181, 186, 222, 329, 351, 363, 366, 371, 373, 376, 377, 382, 383, 406
Phocis 257
physis 160, 167, 168, 171, 172, 176, 178, 179, 180, 320
Pireu 175, 176
Pirro 254
Pitágoras 15, 149, 150, 153
Pithekoussai 224
Platão 165, 167, 173, 180, 182
Plateia 160, 164, 174
plebeus 33, 74, 75, 103, 234, 235, 265, 267, 269, 294, 311, 341
Plínio, o Ancião 297, 315
Plínio, o Jovem 308, 315
Plutarco 184, 262, 263, 273
Políbio 226, 236, 237, 238, 239, 254, 257, 258, 259, 270, 325
Polinices 172
pólis 10, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 165, 166, 167, 169, 171, 177, 178, 181, 182, 205, 206, 251
politikes 210
Pompeia 186
Pompeu, Gneu 271
Pôncio Pilatos 339
pontifex maximus 286, 354
Poro 187

Poseidon 198
Póstumo 331
Povos do Mar 13, 52, 54
Prasutagos 317
pretor 304
Primeira Guerra Púnica 251, 252, 254
Primeiro Período Intermediário 44
Primeiro Triunvirato 271, 277
princeps 281, 296, 304, 307, 346
Principado, o 276, 283, 284, 289, 295, 296, 300, 303, 304, 308, 316, 323, 324, 328, 329, 334, 347, 357
Prisma de Senaqueribe 108
procurador 320
proletarii 266, 270
província 40, 49, 75, 100, 107, 113, 297, 304, 305, 307, 308, 317, 318, 321, 322, 329, 338, 341, 381
Ptolomeu I 198, 205
Ptolomeu II 198, 214
Ptolomeu VI 258
publicani 259, 284
Públio 240, 253, 301
púnica 223, 226, 259, 329
Punjab 212
Pyrgi 226

Q

qadi 409
quados 329
questor 236, 240
Qusayr Amra 410

R

Ramsés II 13, 47
Ramsés III 52
realeza cliente 321
realeza heroica 38
Realpolitik 9, 45
Remo 15, 230, 231
Renascença Assíria 76, 78
Reno 386
Res Gestae 275, 277, 281, 284, 285

Revolta dos Macabeus 216
Revolução Intelectual Jônica 153, 164, 167
Revolução Urbana 32
rex 232, 250, 273, 386
Rio Ebro 252
Rio Estrimão 375
Rio Nilo 31
Rio Orontes 46
Rio Tibre 15, 227, 228
Rodes 205, 255
Rodrigo 410
romanização 288, 291, 293, 298, 302, 308, 311, 312, 314, 323, 325, 331, 333
Rômulo 15, 230, 231, 386
Roxana 184, 194
Rubicão 273
Rusa II 90

S

Saara 221, 276
Saduceus 216, 319
Šaknu 75
Salamina 159, 168, 169, 170, 172, 175
Salmanasar III 14, 64, 84, 87, 91, 92, 93, 99, 100, 104, 105
Salmanasar IV 89
Salmanasar V 65, 107
Salomão 97, 102, 103, 104
Salústio 263
Sam'al 92
Samarcanda 410
Samaria 107
Sâmnio 218, 239
Samnitas 243, 294
Samos 137, 149, 153, 155, 207
Samuel 21, 102, 103
Šangú 70, 78
São João 404, 409
Sapor II 363, 375, 380, 382
Sardenha 98, 252, 386
Sardes 129, 156, 159, 343
Sarduri I 84
Sarduri II 90
Sargão I 117

- Sargão II 65, 66, 90, 107
Satabous 338
Satagídia 129
Sátrapas 131, 133, 154, 155, 193, 375
Scandza 298
Segunda Guerra Mundial 28, 382
Segunda Guerra Púnica 252, 254, 255, 256
Seleuco 15, 192, 194, 197, 211
Senado 235, 236, 237, 248, 257, 258, 266, 268, 269, 270, 273, 275, 280, 281, 282, 288, 297, 304, 306, 307, 323, 331, 368
Senaqueribe 13, 66, 69, 76, 77, 90, 100, 108, 120
Sete Maravilhas 188, 205
Sétimo Odenato 333
Sétimo Severo 306, 329, 335
Shahada 404
Shahinshah 181, 363, 373, 376
Shahu 87
Shaluf 132
Shamash 38
Shamshi-Adad 40
Shephelah 102
Shiwini 87
Sicília 98, 146, 181, 190, 224, 251, 252, 266, 268
Sidarta Gautama 150
Sidi Bou Saïd 15, 222, 223
Sidon 94, 96, 100
sine suffragio 242
Sippar 38
Siracusa 224, 251
Síria 9, 46, 48, 53, 65, 89, 90, 92, 93, 94, 97, 120, 123, 146, 258, 291, 329, 332, 339, 345, 380, 383, 393, 402, 404
sírio 46
Siwa 185, 192
socii 242
Sócrates 149, 165, 167, 173, 180
sofistas 167, 172, 181
Sófocles 165, 168, 172
Sogdiana 129
soldo 18, 356, 405
Sol Invictus 354, 366
Stoa Poecile 207
Sudão 45, 183
Sula, Lúcio Cornélio 270
Suméria 35, 36, 39, 123

Suppiluliuma I 46
 Susa 124, 131, 170
symploké 254

T

Tácito 275, 276, 281, 282, 290, 299, 300, 301, 302, 310, 311, 317, 318, 323, 326, 328, 340
 Tadjiquistão 125
 Takrit 403
 Tales 136, 137, 138, 147, 149
 Tarento 254
 Tarquínio, Sexto 232, 233
 Taurásia 218, 239
 Tebas 44, 52, 158, 171, 172, 181, 183
 Teisheba 87
 Tell el-Amarna 45, 50, 97
 Temístocles 158, 159, 169
 Templo de Ártemis 205
 Templo de Júpiter Ótimo Máximo 229
 Teodora 17, 371, 372
 Teodorico 386
 Teodósio I 386
 Teodósio II 369
 Teófanos 393
 terapeutas 216
 Terceira Guerra Púnica 259
 Terceira Guerra Samnita 242
 Termópilas 15, 158, 159
 Terra Prometida 102
 Tertuliano 343, 362
 Tessália 158, 182, 257
 Tetrarquia 347, 367
 thurianos 243
 Tibério 267, 268, 269, 283, 339, 346
 Tibre 15, 221, 227, 228
 Tiglate-pileser III 13, 64, 65, 73, 76, 89, 94, 99, 105, 106, 107
 Tigre 31, 37, 40, 45, 48, 57, 61, 221
 Til Barsip 92
 Tirídates IV 382
 Tiro 94, 96, 97, 100, 113, 186, 222, 223, 250
 Tito 16, 256, 257, 320, 321, 325
 Trácia 129

trácios 294
Trajano 283, 306, 308, 309, 335, 341
Tréveris 348
Troia 48, 172
Tucídides 163, 165, 175, 176, 177, 178, 180, 320
Tukulti-Ninurta II 62
Tunísia 16, 17, 222, 253, 312, 351, 371
Turcomenistão 125
Turquia 14, 31, 83, 89, 116, 208, 363
Tutancamon 46
Tutmés III 45, 46
Tuttul 38

U

Udjahorresne 13, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 74, 105, 126, 131, 151, 242
Ugarit 92, 96
Úlfla 363
Umar 18, 400, 401, 402, 403
Umma 37
UNESCO 289
Ur 37, 38, 39, 40, 102, 122
Urartu 9, 14, 83, 84, 85, 88, 90, 381, 392
Ur-Nammu 39, 40
Uruk 32, 35, 36, 37, 38, 40, 445
Uthman 18, 402, 403

V

Valente 386
Valeriano 17, 334, 337, 375
Varo 300
Velho Reino 40, 44
venationes 294
Vênus 147
Vespasiano 283, 320, 325
Via Ápia 244, 271
Virgílio 248, 249, 361

W

wanax 143

Wen-Amon 96

X

Xenófanes 149

Xenofonte 79

Xerxes I 367

xiita 403

Y

Yathrib 115, 399

Yazdegird II 359, 376

Yazdegird III 402

Z

Zakar-Baal 96

Zaratustra 128

Zedequias 113

Zenão 15, 207, 209

Zenóbia 17, 333, 335, 375

Zeus 185, 208, 216, 315, 316, 318

Zigurates 34

Zoroastro 128, 150

LEITURAS ADICIONAIS

Alguns livros foram bastante úteis ao longo deste estudo ou em diversos capítulos. A obra *Sources of Social Power*, Volume 1, de Michael Mann (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), oferece-nos o modelo teórico de todo o texto, embora grande parte do material histórico seja, naturalmente, datado desse ponto. Os muitos volumes de *The Cambridge Ancient History* (Cambridge: Cambridge University Press) são fundamentais para todos os períodos abordados; ver última edição de cada volume. Ensaios especializados em M. T. Larsen (ed.), *Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires* (Copenhagen: Akademisk, 1979), continuam sendo muito valiosos para todos os períodos da história antiga.

Para questões específicas a respeito do Oriente Próximo, a obra *The Ancient Near East c. 3000-330*, de Amélie Kuhrt, 2 vols. (London: Routledge, 1995), é uma narrativa incrivelmente detalhada e séria que traz uma análise profunda de fontes primárias. J. Sasson (ed.), *Civilization of the Ancient Near East*, 4 vols. (New York: Scribner's, 1995), consiste de ensaios detalhados e bastante respeitados. Os ensaios em Mark W. Chavalas (ed.), *Current Issues and the Study of the Ancient Near East*, Publications of the Association of Ancient Historians 8 (Claremont, CA: Regina Books, 2007), aborda muitas questões importantes e controvérsias atuais com informações atualizadas. *A Companion to the Ancient Near East*, de Daniel C. Snell (ed.) (Malden, MA: Blackwell, 2005), contém uma série de excelentes revisões e capítulos detalhados de especialistas. A obra *History of the Ancient Near East ca. 3000-323 B.C.* de Marc Van de Mieroop (Malden, MA: Blackwell, 2004) é uma pesquisa com riqueza de detalhes, além de ser uma leitura esplendorosa.

Para o período grego e helenístico, ver Sarah B. Pomeroy, Stanley M. Burstein, Walter Donlan & Jennifer Tolbert Roberts, *Ancient Greece: A Political, Social, and Cultural History* (New York: Oxford University Press, 1999).

Para o período romano em geral, J. Rich e G. Shipley (eds.), *War and Society in the Roman World* (London: Routledge, 1993), contém artigos de especialistas para todos os períodos da história romana. Os ensaios em G. W. Bowersock, Peter Brown e Oleg Grabar (eds.), *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World* (Cambridge, MA: Belknap, 1999), exigem atenção para os três capítulos finais aqui.

INTRODUÇÃO

- DOYLE, Michael W. *Empires*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- EISENSTADT, S. *The Political Systems of Empires*. New York: Free Press, 1963.
- FERGUSON, Niall. *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*. New York: Basic Books, 2003.
- GARNSEY, P. D. A.; WHITTAKER, C. R., eds. *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- HALL, John A.; SCHROEDER, Ralph. *An Anatomy of Power: The Social Theory of Michael Mann*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- MANN, Michael. *Incoherent Empire*. London: Verso, 2005.
- MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter. *The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SCHUMPETER, Joseph. *Imperialism and Social Classes*. Tradução de Heinz Norden. New York: Augustus M. Kelly, 1951.

CAPÍTULO 1

- ALGAZE, G. *The Uruk World System: The Dynamics of Expansion of Early Mesopotamian Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BRYCE, T. R. *The Kingdom of the Hittites*. Oxford: Clarendon, 1998.
- DREWS, Robert. *The End of the Bronze Age: Changes in Warfare and the Catastrophe ca. 1200 B.C.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Malden, MA: Blackwell, 2000.
- HORST, Klengel. *Syria: 3000 to 300 B.C.* Berlin: Akademie Verlag, 1992.
- MORAN, William L. *The Amarna Letters*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.
- OPPENHEIM, A. L. *Ancient Mesopotamia*. Ed. rev. Chicago: University of Chicago Press, 1968.
- POSTGATE, Nichol. *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*. London: Routledge, 1992.
- POTTS, D. T. *The Archaeology of Elam: Formation and Transformation of an Ancient Iranian State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROWLANDS, Michael J., LARSEN, Mogens & KRISTIANSEN, Kristian. *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

WARD, W. A., JOUKOWSKY, M. S.; ASTROM, P., eds. *The Crisis Year: The 12th Century B.C.* Dubuque, IA: Kendall Hunt, 1992.

CAPÍTULO 2

BOARDMAN, J., et al., eds. *The Assyrian and Babylonian Empires and Other States of the Near East, from the Eighth to the Sixth Centuries B.C.* New York: Cambridge University Press, 1991.

BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*. Tradução de Siân Reynolds. 3 vols. Berkeley: University of California Press, 1976.

CARTER, Elizabeth; STOLPER, Matthew W. *Elam: Surveys of Political History and Archaeology*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GALIL, Gershon. *The Lower Stratum Families in the Neo-Assyrian Period*. Leiden: Brill, 2007.

HOLLOWAY, Steven W. *Aššur is King! Aššur is King! Religion in the Exercise of Power in the Neo-Assyrian Empire*. Leiden: Brill, 2002.

JOANNÈS, Francis. *The Age of Empires: Mesopotamia in the First Millenium B.C.* Tradução de Antonia Nevill. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

ODED, B. *Mass Deportation and Deportees in the Neo-Assyrian Empire*. Wiesbaden: Reichert, 1979.

PARKER, B. *The Mechanics of Empire*. Helsinki: Assyrian Text Corpus Project, 1998.

SAGGS, H. *The Might That Was Assyria*. London: Sidgwick & Jackson, 1984.

Driel, G. Van *The Cult of Aššur*. Assen: Van Gorcum, 1969.

CAPÍTULO 3

AKKERMANS, Peter M. M. G.; SCHWARTZ, Glenn Martin. *The Archaeology of Syria: From Complex Hunter-Gatherers to Early Urban Societies (c. 16.000-300 BC)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

AUBET, M. E. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Tradução de Mary Turton. New York: Cambridge University Press, 1993.

CLINE, Eric H. *From Eden to Exile: Unraveling Mysteries of the Bible*. Washington DC: National Geographic, 2007.

COGAN, M. *Imperialism and Religion: Assyria, Judah and Israel in the Eighth and Seventh Centuries B.C.E.* Society of Biblical Literature Monograph Series 19. Missoula, MT: Scholar's Press, 1971.

JOANNÈS, Francis. *The Age of Empires: Mesopotamia in the First Millenium B.C.* Tradução de Antonia Nevill. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

LIVERANI, Mario. *Neo-Assyrian Geography*. Roma: Herder, 1995.

- PITARD, Wayne T. *Ancient Damascus: A Historical Study of the Syrian City-State from Earliest Times Until Its Fall to the Assyrians in 732 B.C.E.* Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 1984.
- ZIMANSKY, Paul E. *Ecology and Empire: The Structure of the Urartian State.* Studies in Ancient Oriental Civilization 41. Chicago: Oriental Institute of the University of Chicago, 1985.

CAPÍTULO 4

- BARSTAD, Hans M. *The Myth of the Empty Land: A Study of the History and Archaeology of Judah during the "Exilic" Period.* Oslo: Scandinavian University Press, 1996.
- BEAULIEU, Paul-Alain. *The Reign of Nabonidus, King of Babylon 556-539 B.C.* New Haven, CT: Yale University Press, 1985.
- BOYCE, Mary. *Zoroastrians, Their Religious Beliefs and Practices.* Boston: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- BRIANT, Pierre. *From Cyrus to Alexander: A History of the Persian Empire.* Tradução de Peter T. Danjels. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 2002.
- BRINKMAN, J. A. *Prelude to Empire: Babylonian Society and Politics, 747-626 B.C.* Philadelphia: University of Pennsylvania Museum, 1984.
- CHOKSY, J. K. *Triumph over Evil: Purity and Pollution in Zoroastrianism.* Austin: University of Texas Press, 1989.
- COOK, J. M. *The Persian Empire.* New York: Schocken Books, 1983.
- DANDAMAEV, M. A. *The Culture and Social Institutions of Ancient Iran.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- VANDERHOOFT, David Stephen. *The Neo-Babylonian Empire and Babylon in the Latter Prophets.* Atlanta: Scholar's Press, 1999.
- VOGELSANG, W. J. *The Rise and Organisation of the Achaemenid Empire: The Eastern Iranian Evidence.* Leiden: Brill, 1992.
- WIESEHÖFER, Josef. *Ancient Persia from 550 to 650 AD.* Tradução de Azizeh Azodi. London: Tauris, 1996.

CAPÍTULO 5

- ASHERI, David; LLOYD, Alan; CORCELLA, Aldo. *A Commentary on Herodotus Books I-IV.* Editado por Oswyn Murray & Alfonso Moreno. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BRIANT, Pierre. *From Cyrus to Alexander: A History of the Persian Empire.* Tradução de Peter T. Daniels. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 2002.
- EMLYN-JONES, C. J. *The Ionians and Helenism. A Study of the Cultural Achievements of the Early Greec Inhabitants of Asia Minor.* London: Routledge, 1980.
- EVANS, J. A. S. *Herodotus, Explorer of the Past. Three Essays.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

- GORMAN, Vanessa B. *Miletos, The Ornament of Ionia: A History of the City to 400 B.C.E.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- GREEN, Peter. *The Greco-Persian Wars*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- HIGNETT, Charles. *Xerxes' Invasion of Greece*. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- HOGLUND, K. G. *Achaemenid Imperial Administration in Syria-Palestine and the Missions of Ezra and Nehemiah*. Atlanta: Scholar's Press, 1989.
- LAZENBY, J. F. *The Defence of Greece, 490-479 B.C.* Warminster, United Kingdom: Aris and Phillips, 1993.
- MILLER, M. C. *Athens and Persia in the Fifth Century B.C.: A Study in Cultural Receptivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MORGAN, Kathryn A. *Myth and Philosophy from the Presocratics to Plato*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- O'GRADY, Patricia F. *Thales of Miletus: The Beginnings of Western Science and Philosophy*. Aldershot, England: Ashgate, 2002.
- PRITCHETT, W. K. *The Greek State at War*, 5 vols. Berkeley: University of California Press, 1975-91.

CAPÍTULO 6

- BOEDEKER, D; RAAFLAUB, Kurt A. *Democracy, Empire, and the Arts in Fifth-Century Athens*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.
- BOSWORTH, A. B. *Conquest and Empire: The Reign of Alexander the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *Alexander and the East: The Tragedy of Triumph*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- COHEN, Edward E. *Athenian Economy and Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992.
- HAMEL, D. *Athenian Generals: Military Authority in the Classical Period*. Leiden: Brill, 1998.
- HAMMOND, N. G. L. *The Genius of Alexander the Great*. London: Routledge, 1997.
- HANSEN, Mogens H. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*. Oxford: Blackwell, 1991.
- HECKEL, Waldemar. *The Conquests of Alexander the Great*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- KAGAN, Donald. *The Outbreak of the Peloponnesian War*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1969.
- _____. *The Archidamian War*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1974.
- _____. *The Peace of Nicias and the Sicilian Expedition*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1981.
- _____. *The Fall of the Athenian Empire*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.

- MEIGGS, Russell. *The Athenian Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- MILLER, M. C. *Athens and Persia in the Fifth Century B.C.: A Study in Cultural Receptivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- WORTHINGTON, Ian. *Alexander the Great: Man and God*. Harlow, United Kingdom: Longman, 2004.

CAPÍTULO 7

- BAR-KOCHVA, B. *Judas Maccabeus: The Jewish Struggle against the Seleucids*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- BAUMGARTEN, A. I., *The Flourishing of Jewish Sects in the Maccabean Era: An Interpretation*. Leiden, Brill: 1997.
- BONGARD-LEVIN, G. M. *Mauryan India*. London: Stosius/Advent Books, 1986.
- BURKERT, Walter. *Ancient Mystery Cults*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.
- ERSKINE, Andrew, ed. *Companion to the Hellenistic World*. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- GERA, Dov. *Judaea and Mediterranean Politics, 219 to 161 B.C.E.* Leiden: Brill, 1998.
- GREEN, Peter. *Alexander to Actium: The Historical Evolution of the Hellenistic Age*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- _____. *The Hellenistic Age: A Short History*. New York: Random House, 2007.
- GRUEN, E. S. *Heritage and Hellenism: The Reinvention of Jewish Tradition*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- KARTTUNEN, K. *India and the Hellenistic World*. Helsinki: Finnish Oriental Society, 1997.
- KUHRT, Amélie; SHERWIN-WHITE, Susan. *Hellenism in the East: The Interaction of Greek and Non-Greek Civilizations from Syria to Central Asia after Alexander*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- LEVINE, Lee. *Judaism and Hellenism in Antiquity: Conflict or Confluence?*. Seattle: University of Washington Press, 1998.
- MARTIN, Luther. *Hellenistic Religion: An Introduction*. New York: Oxford University Press, 1987.
- SHERWIN-WHITE, Susan; KUHRT, Amélie. *From Samarkhand to Sardis: A New Approach to the Seleucid Empire*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- SIEVERS, J. *The Hasmoneans and Their Supporters: From Mattathias to the Death of John Hyrcanus I*. Atlanta: Scholar's Press, 1990.
- TRITLE, Lawrence A., ed. *The Greek World in the Fourth Century: From the Fall of the Athenian Empire to the Successors of Alexander*. London: Routledge, 1997.

- WALBANK, F. W. *The Hellenistic World*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- WALLACE, R. W. & HARRIS, E. M. *Transitions to Empire: Essays in Greco-Roman History, 160-146 B.C. in Honor of E. Badian*. Norman: University of Oklahoma Press, 1996.

CAPÍTULO 8

- BEARD, M., NORTH J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- CORNELL, T. J. *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 B.C.)*. London: Routledge, 1995.
- DAVID, Jean-Michel. *The Roman Conquest of Italy*. Tradução de Antonia Nevill. Malden, MA: Blackwell, 1997.
- GRUEN, E. S. *Culture and Public Identity in Republican Rome*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1992.
- HARRIS, W. V. *War and Imperialism in Republican Rome 327-70 B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1979.
- KEPPIE, L. *The Making of the Roman Army: From Republic to Empire*. Totowa, NJ: Barnes and Noble, 1984.
- LANCEL, Serge. *A History of Carthage*. Tradução de Antonia Nevill. Oxford: Blackwell, 1995.
- LINTOTT, A. *The Constitution of the Roman Republic*. Oxford: Clarendon, 1999.
- LOMAS, K. *Rome and the Western Greeks, 350 B.C.-200 A.D.: Conquest and Acculturation in Southern Italy*. London: Routledge, 1993.
- MACNAMARA, E. *The Etruscans*. London: British Museum Publications, 1990.
- NICOLET, Claude. *The World of the Citizen in Republican Rome*. Tradução de P. S. Fall. Berkeley: University of California Press, 1980.
- ROSENSTEIN, Nathan & MORSTEIN-MARX, Robert. *A Companion to the Roman Republic*. Malden, MA: Blackwell, 2006.
- SMITH, C. J. *Early Rome and Latium. Economy and Society c. 1000-500 B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1996.

CAPÍTULO 9

- BADIAN, E. *Publicans and Sinners: Private Enterprise in the Service of the Roman Republic*. Ithaca: Cornell University Press, 1972.
- BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael. *Rome in the Late Republic: Problems and Interpretations*. London: Duckworth, 1999.
- DYSON, Stephen L. *Creation of the Roman Empire*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.
- GRUEN, E. S. *The Hellenistic World and the Coming of Rome*. Berkeley: University of California Press, 1984.

- _____. *Studies in Greek Culture and Roman Policy*. Leiden: Brill, 1990.
- HARRIS, W. V. *War and Imperialism in Republican Rome 327-70 B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1979.
- KALLET-MARX, R. M. *Hegemony to Empire: The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 B.C.* Berkeley: University of California Press, 1995.
- LINTOTT, A. *The Constitution of the Roman Republic*. Oxford: Clarendon, 1999.
- MOURITSEN, H. *Plebs and Politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NIPPEL, W. *Public Order in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROSENSTEIN, Nathan. *Rome at War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
- SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Clarendon, 1939.
- TAYLOR, Lily Ross. *Party Politics in the Age of Caesar*. Berkeley: University of California Press, 1949.
- WALLACE, R. W.; HARRIS, E. M. *Transitions to Empire: Essays in Greco-Roman History, 360-146 B.C. in Honor of E. Badian*. Norman: University of Oklahoma Press, 1996.

CAPÍTULO 10

- ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- BRUNT, P. A. *Roman Imperial Themes*. Oxford: Clarendon, 1990.
- BURNS, Thomas S. *Rome and the Barbarians, 100 B.C.-400 A.D.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.
- CUNLIFFE, B. *Greeks, Romans, and Barbarians: Spheres of Interaction*. New York: Methuen, 1988.
- DUNCAN-JONES, R. *Structure and Scale in the Roman Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ERDKAMP, Paul. *The Grain Market in the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- GALINSKY, Karl. *Augustan Culture: An Interpretive Introduction*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.
- _____. *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GARNSEY, P.; SALLER, R. *The Roman Empire: Economy, Society, and Culture*. London: Duckworth, 1987.
- ISAAC, B. *The Limits of Empire: The Roman Army in the East*. Oxford: Clarendon, 1990.
- LAURENCE, R.; BERRY, J. *Cultural Identity in the Roman Empire*. London: Routledge, 1998.

- LINTOTT, A. *Imperium Romanum: Politics and Administration*. London: Routledge, 1993.
- LUTTWAK, E. N. *The Grand Strategy of the Roman Empire from the First Century A.D. to the Third*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.
- MACKAY, Christopher S. *Ancient Rome: A Military and Political History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MATTERN-PARKES, Susan. *Rome and the Enemy: Imperial Strategy in the Principate*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- NICOLET, Claude. *Space, Geography, and Politics in the Early Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.
- OSGOOD, Josiah. *Caesar's Legacy: Civil War and the Emergence of the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- WELLS, Peter. *The Barbarians Speak: How the Conquered Peoples Shaped the Roman World*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.
- WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire: A Social and Economic Study*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

CAPÍTULO 11

- ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- MACMULLEN, Ramsay. *Paganism in the Roman Empire*. New Haven, CT: Yale University Press, 1981.
- OVERMAN, J. Andrew & BERLIN, Andrea. *The First Jewish Revolt: Archaeology, History, and Ideology*. London: Routledge, 2002.
- PRICE, J. P. *Jerusalem under Siege: The Collapse of the Jewish State 66-70 C.E.* Leiden: Brill, 1992.
- RICHARDSON, P. *Herod: King of the Jews and Friend of the Romans*. Columbia: University of South Carolina Press, 1996.
- RIVES, James B. *Religion in the Roman Empire*. Malden, MA: Blackwell, 2007.
- SALLER, R. P. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- TURCAN, R. *The Cults of the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 1996.
- WEBSTER, G. *Boudica: The British Revolt against Rome A.D. 60*. Totowa, NJ: Rowman and Littlefield, 1978.

CAPÍTULO 12

- ANDO, Clifford; RÜPKE, Jörg, eds. *Religion and Law in Classical and Christian Rome*. Stuttgart: Steiner, 2006.
- BARNES, T. D. *Constantine and Eusebius*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- _____. *The New Empire of Diocletian and Constantine*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

- CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire, A.D. 284-430*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- CORCORAN, Simon. *The Empire of the Tetrarchs: Imperial Pronouncements and Government A.D. 284-324*. New York: Clarendon, 1996.
- FERGUSON, E. *Backgrounds of Early Christianity*. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans, 1987.
- HEKSTER, Oliver, ed. *Rome and Its Empire, A.D. 193-284*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.
- LENSKI, Noel, ed. *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- LIEU, S. N. C.; MONTSERRAT, D. *Constantine. History, Historiography and Legend*. London: Routledge, 1998.
- MACMULLEN, Ramsay. *Christianizing the Roman Empire*. New Haven, CT: Yale University Press, 1984.
- MILLAR, Fergus. *The Roman Near East, 31 B.C. 337 A.D.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- POTTER, D. S. *The Roman Empire at Bay*. London: Routledge, 2004.
- STARK, Rodney. *The Rise of Christianity: How the Obscure, Marginal Jesus Movement Became the Dominant Religious Force in the Western World in a Few Centuries*. São Francisco: HarperCollins, 1997.
- WILKEN, R. L. *The Christians as the Romans Saw Them*. New Haven, CT: Yale University Press, 1984.
- WILLIAMS, Stephen. *Diocletian and the Roman Recovery*. New York: Methuen, 1985.

CAPÍTULO 13

- BLOCKLEY, R. C. *East Roman Foreign Policy: Formation and Conduct from Diocletian to Anastasius*. Leeds: Cairns, 1992.
- BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity*. London: Thames and Hudson, 1971.
- BURNS, Thomas S. *Barbarians within the Gates of Rome: A Study of Roman Military Policy and the Barbarians, ca. 375-425 A.D.* Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity, A.D. 395-600*. London: Routledge, 1993.
- CLARK, Gillian. *Christianity and Roman Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DIGNAS, Beate. *Rome and Persia in Late Antiquity: Neighbors and Rivals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- DRAKE, Hal. *Constantine and the Bishops: The Politics of Intolerance*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- EVANS, J. A. S. *The Age of Justinian: The Circumstances of Imperial Power*. London: Routledge, 1996.

- FOWDEN, Garth. *Empire to Commonwealth: Consequences of Monotheism in Late Antiquity*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.
- GOFFART, Walter. *Barbarian Tides: The Migration Age and the Later Roman Empire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.
- GRAHAM, Mark W. *News and Frontier Consciousness in the Late Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.
- GREATREX, Geoffrey. *Rome and Persia at War, 502-532*. Leeds: Francis Cairns, 1998.
- HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2007.
- HEATHER, Peter. *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- LEE, A. D. *Information and Frontiers: Roman Foreign Relations in Late Antiquity*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- ODAHL, Charles. *Constantine and the Christian Empire*. 2^a ed. London: Routledge, 2010.
- MITCHELL, Stephen. *A History of the Later Roman Empire, A.D. 284-641: The Transformation of the Ancient World*. Malden, MA: Blackwell, 2007.
- WALKER, Joel. *The Legend of Mar Qardagh: Narrative and Christian Heroism in Late Antique Iraq*. Berkeley: University of California Press, 2006.
- WARD-PERKINS, B. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WHITTOW, M. *The Making of Byzantium, 600-1025*. Berkeley: University of California Press, 1996.

CAPÍTULO 14

- BERKEY, Jonathan. *The Formation of Islam: Religion and Society in the Near East, 600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BONNER, Michael. *Aristocratic Violence and Holy War: Studies in the Jihad and the Arab-Byzantine Frontier*. New Haven, CT: American Oriental Society, 1996.
- CAMERON, Averil. *The Byzantine and Early Islamic Near East: States, Resources and Armies*. Princeton, NJ: Darwin Press, 1995.
- COOK, Michael. *Commanding Right and Forbidding Wrong in Islamic Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CRONE, Patricia. *Meccan Trade and the Rise of Islam*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.
- DONNER, Fred M. *The Early Islamic Conquests*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.
- _____. *Muhammad and the Believers*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.
- GRABAR, Oleg. *The Formation of Islamic Art*. New Haven, CT: Yale University Press, 1973.

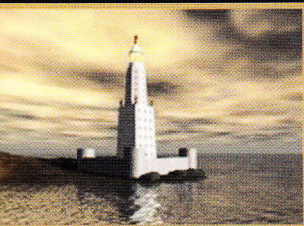
- HAWTING, G. R. *The Idea of Idolatry and the Emergence of Islam: From Polemic to History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HODGSON, M. *The Venture of Islam: Conscience and History in a World Civilization. Volume 1: The Classical Age of Islam*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- KAEGI, Walter. *Byzantium and the Early Islamic Conquests*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- KENNEDY, Hugh. *The Prophet and the Age of the Caliphates: The Islamic Near East from the Sixth to the Eleventh Century*. 2ª ed. London: Longman, 2004.
- MADELUNG, Wilfred. *The Succession to Muhammad: A Study of the Early Caliphate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SHAHID, Irfan. *Rome and the Arabs*. Washington, DC: Dumbarton Oaks, 1984.
- _____. *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*. Washington, DC: Dumbarton Oaks, 1995.

MARK W. GRAHAM

é professor adjunto
do Departamento de
História na Faculdade de
Grove City, Pensilvânia.
Publicou inúmeros artigos
em periódicos eruditos e
contribuiu com capítulos em
diversos livros, entre eles,
*Encyclopedia of Greece and the
Hellenic Tradition* (2000) e
*Encyclopedia of the Empires
of the World* (2011). Mais
recentemente, escreveu *News
and Frontier Consciousness
in the Late Roman Empire*
(2006).



MADRAS®



IMPÉRIOS ANTIGOS

Impérios Antigos – Da Mesopotâmia à Origem do Islã traz uma síntese relativamente breve e, ainda assim, bastante completa e imparcial do antigo Oriente Próximo, Mediterrâneo e Europa, incluindo o mundo greco-romano, a Antiguidade Tardia e os primórdios do período muçulmano. Com uma abordagem centrada e temática, o objetivo do livro é o de incitar a discussão de um conjunto explícito de temas baseados na leitura de fontes antigas. Tendo um foco especial nos impérios e no imperialismo, assim como nos modos de reação e resistência, a obra é relevante em discussões atuais a respeito de ordem, justiça e liberdade. O livro conclui que algumas das ideias mais duradouras do mundo antigo, de seus sistemas de valores e instituições foram formuladas por povos que resistiram aos grandes impérios. A obra analisa a relação central, e também problemática, entre o poder político e ideológico, tanto no aspecto da formação, quanto da resistência aos impérios. As inter-relações complexas entre as forças ideológicas, econômicas, militares e políticas são exploradas com base em cada um dos impérios e de seus grupos de resistência.



MADRAS®

ISBN 978-85-370-0816-4

